



GENIUS LOCI LUGARES E SIGNIFICADOS PLACES AND MEANINGS

VOLUME 2

COORD.
LÚCIA ROSAS
ANA CRISTINA SOUSA
HUGO BARREIRA



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

GENIUS LOCI
LUGARES E SIGNIFICADOS
PLACES AND MEANINGS

COORD.
LÚCIA ROSAS
ANA CRISTINA SOUSA
HUGO BARREIRA

VOLUME 2

Título: *Genius Loci: lugares e significados | places and meanings – volume 2*

Coordenação: Lúcia Rosas; Ana Cristina Sousa; Hugo Barreira

Fotografia da capa: *Figura antropomórfica oculada* – Regato das Bouças, Serra de Passos, St.ª Comba, Portugal.

Adaptado por Marzia Bruno e Fuselog.

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN: 978-989-8351-843-5

Depósito Legal: 434992/17

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Porto

Dezembro 2017

Os textos e as imagens utilizadas são da inteira responsabilidade dos autores.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

SUMÁRIO

ARQUITETURAS MILITARES

Apresentação	11
Foreword	13
Apuntes sobre los Procesos constructivos de fortificación en el territorio de la Corona de Castilla Manuel Retuerce Velasco; Fernando Cobos Guerra	15
Castros o castillos: problemas metodológicos y de identificación de fortificaciones medievales en Galicia David Fernández Abella	51
Seguindo os passos do exército romano: uma proposta metodológica para a deteção de assentamentos militares romanos no Noroeste Peninsular Andrés Menéndez Blanco; David González Álvarez; José Manuel Costa-García; João Fonte; Manuel Gago; Valentín Álvarez Martínez	67
<i>Castra Oresbi</i> : um assentamento militar romano na Serra do Marão? João Fonte; Maria João Correia Santos; José Manuel Costa-García; Catarina Isabel Sousa Gaspar; Hugo Pires	81
La fortificación de las ciudades vasconas en la tardoantigüedad. Algunas reflexiones Ángel Antonio Jordán Lorenzo; Iosu Barragán Cidriain	95
Elementi difensivi lungo il confine nord della diocesi di Porto fra IX e XII secolo: primi risultati Andrea Mariani	107
Toponímia e arquitectura das ordens militares em Portugal: a memória do Oriente Latino Nuno Villamariz Oliveira	121
O castelo de Outeiro na fronteira bragançana Ana Maria da Costa Oliveira	133
Nem só com castelo se defendeu a fronteira: Atalaias e Povoados fortificados na margem esquerda do Médio Côa Tiago Pinheiro Ramos	145
“Aqui Nasceu Portugal” – Da sublimação do Castelo de São Mamede em Guimarães à sua conversão em arquétipo cultural do Castelo Português Joaquim Manuel Rodrigues dos Santos	159
O cubo artilheiro da barbacã do castelo de Freixo de Espada à Cinta no contexto da arquitetura de transição da raia transmontana em finais do século XV João Nisa; Tânia Falcão	171

<i>O Livro das Fortalezas</i> de Duarte de Armas – Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid Mário Jorge Barroca	183
Transformations of Riga's Fortification System in the 17th Century as a local Manifestation of well-ordered Fortress Anna Ancane	207
Das fortificações portuguesas em Mascate: análise morfológica e territorial Ana Catarina Gonçalves Lopes; Jorge Manuel Simão Alves Correia	219
Fortificações da Foz do Tejo Cristina Coimbra Próspero	231
Os manuais de castrametação, a aprendizagem do desenho urbano e um tratado manuscrito de Luís Serrão Pimentel Margarida Tavares da Conceição	243
MUNDOS DE TRANSIÇÃO	
Apresentação	257
Foreword	259
Concepções mentais e práticas funerárias dos séculos V a VIII: entre a perpetuação de arquétipos e a abertura a novos influxos Andreia Arezes	261
As sepulturas escavadas na rocha e as leituras possíveis de um território a sul do Douro César Guedes	275
A devoção às almas em Portugal. Perspectiva antropológica e histórica Maria Inês Afonso Lopes	289
Romane VS Romanesque. A <i>invenção</i> de uma nomenclatura Maria Leonor Botelho	303
Cerâmica romana importada na Foz do Douro: uma escavação arqueológica no Castelo de Gaia (V. N. Gaia, norte de Portugal) António Manuel S. P. Silva; Rui Morais; María Rosa Pina-Burón; Roger Prieto de la Torre	315
A topografia histórica de Mértola na Antiguidade Tardia Virgílio Lopes	333
A arquitetura no «largo tempo do manuelino». Síntese pragmática e eficiente Tiago Filipe Trindade Cruz	347
<i>PROGREDIOR</i> : o Palácio de Cristal Portuense Vera Gonçalves	359

Na Transição entre os Séculos XX e XXI – Interseções e Sobreposições entre Educação e Criatividade nos Museus	371
Inês Ferreira; Alice Semedo; Elisa Noronha Nascimento	
Monte Branco da Foz do Carvalho (São Marcos da Serra, Silves): 5 milénios de evolução histórica até à submersão na Barragem de Odelouca	385
Susana Rodrigues Cosme	
VERNACULAR: EXPRESSÕES E REPRESENTAÇÕES	
Apresentação	401
Foreword	403
As expressões de arquitectura vernacular em contexto de Avaliação de Impacte Ambiental	405
Gertrudes Branco	
Dimensão Ética nos Objetivos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa	419
Francisco Manuel Portugal e Gomes	
A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. Análise dos frontispícios: vivências e estratégias de afirmação	433
Maria Amélia da Silva Paiva	
O aro rural de Arrifana de Sousa/Penafiel na época moderna: as <i>casas de lavoura</i> segundo a documentação coeva	443
Maria Helena Parrão Bernardo	
A casa rural em Penafiel, entre meio de produção agrícola e espaço ritualizado	459
Ana Dolores Leal Anileiro	
O território, a história e o Espírito do Lugar: a arquitetura de Mértola no Sul de Portugal	471
Ana Costa Rosado; Miguel Reimão Costa; Virgílio Lopes; Maria de Fátima Palma; Cláudio Torres; Susana Gómez Martínez	
Espaço e tempo: a cortiça na arquitetura tradicional portuguesa	485
Rui Fontes Ferreira	
Uma aproximação preliminar ao estudo da arquitetura tradicional do Atlas em Marrocos	495
Desidério Batista; Miguel Reimão Costa	
<i>Corpus loci</i> e matéria. Uma visão peripatética sobre a construção do mundo	507
João Soares; António Coxito; Luís Ferro	
Cultural identity and shared memory: a comparison of Superkilen and Piazza d'Italia as case-studies of contemporary "Place"-making	519
Eric Firley; Julie Gimbal	
Tracing the Rural in Exhibition Spaces of İzmir, Turkey: Tire, Ödemiş and Bergama Museums	531
Tonguç Akış	

VIAS, PAISAGEM E TERRITÓRIO

Abertura	545
Foreword	547
Os caminhos de perto e de longe Laura Castro	549
La construcción visual del paisaje. Iconografía urbana, memoria e identidad territorial Carla Fernández Martínez	561
De território a paisagem: o que é “paisagem”? Natália Fauvrelle; Alice Lucas Semedo	575
O papel dos edifícios icónicos na conformação da cidade contemporânea – análise arquetípica de proeminentes equipamentos públicos de Curitiba André Luís Cordeiro da Costa	587
Os <i>caminhos</i> da construção do território dos Açores nos séculos XV e XVI Antonieta Reis Leite	599
Remeiros do São Francisco: expansão, comércio e costumes nos caminhos do rio Jackelina Pinheiro Meira Kern	611
Water on Roads in Jacob van Ruisdael’s Landscape Painting Juliane Rückert	621
De chafariz a arca de Mijavelhas. <i>Firmitas, utilitas et venustas</i> numa intervenção na berma de um caminho à distância a cavalo da cidade Iva João da Silva Teles Morais Botelho; Luís Filipe Coutinho Gomes	631
O sítio romano da Malafaia, um casal agrícola no vale de Arouca (Norte de Portugal) António Manuel S. P. Silva; Paulo A. P. Lemos; Manuela C. S. Ribeiro	645
La viabilità antica nella zona dei laghi della Lombardia occidentale. Implicazioni strategiche nel periodo tardo romano Andrea Mariani; Marco Brivio	659

ARQUITETURAS MILITARES

APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 ficou assinalado por duas efemérides, uma feliz, outra particularmente triste. A primeira diz respeito aos vinte anos da fundação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), o primeiro departamento a ser criado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de cuja proposta fundacional foi primeiro subscritor o Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida. A segunda efeméride foram, obviamente, os vinte anos sobre o seu prematuro desaparecimento, em trágicas circunstâncias. Entenderam os docentes do Departamento de Ciências e Técnicas do Património que as duas datas não podiam deixar de ser assinaladas e que a melhor forma de o fazer seria através de um congresso internacional que comemorasse os vinte anos da fundação do Departamento e assinalasse os vinte anos do seu prematuro desaparecimento. Entenderam, de igual modo, que a melhor forma de homenagear a memória do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida seria que o congresso glosasse e discutisse algumas das temáticas que lhe eram caras. Assim surgiu o Congresso *Genius Loci – Lugares e Significados / Places and meanings* que, numa organização conjunta do DCTP e do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre os dias 20 e 22 de Abril de 2016.

Quem conhece a obra do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida compreende que existiam temas que lhe eram particularmente queridos. Um deles era, seguramente, o da Castelologia Medieval e da Arquitectura Militar, área onde ele foi autor de vários e marcantes estudos, a começar pela sua Dissertação Complementar de Doutoramento, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, defendida em 1978, e que constituiu um trabalho seminal para as investigações portuguesas. Podemos mesmo afirmar que nos estudos portugueses de arquitectura militar medieval existe um momento antes e um momento depois da *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*. Por isso, e reconhecendo o lugar central que os Castelos e a Arquitectura Militar representaram nos interesses científicos do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida e, inversamente, o lugar central que a sua obra representa na evolução das investigações nesta área, não tivemos dúvida

em criar, desde a primeira hora, uma Secção do Congresso *Genius Loci* dedicada a estes temas. Intitulou-se, prosaicamente, «Arquitecturas Militares». Assim mesmo, no plural, porque plurais queríamos que fossem as perspectivas.

Para a Conferência Inaugural convidamos o Professor Doutor Manuel Retuerce Velasco, da Universidade Complutense de Madrid, autor de vasta e importante obra no domínio da Arqueologia Muçulmana e, nomeadamente, no âmbito das fortificações islâmicas. De entre as muitas escavações arqueológicas que tem dirigido, contam-se as campanhas de Calatrava la Vieja e de Gormaz, que co-dirigiu com um outro querido Investigador – o Doutor Juan Zozaya Stabel-Hansen, infelizmente desaparecido do nosso convívio nos inícios de 2017. As escavações de Gormaz contaram com a participação do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que se referia a elas sempre com um indisfarçável entusiasmo. E essa circunstância reforçou, ainda mais, a certeza de que o nosso convite era a escolha certa.

O volume que o Leitor tem entre mãos é o resultado das comunicações que foram então apresentadas. O sistema de *call for papers* ditou o perfil da secção, impossibilitando que se tivesse um conjunto mais equilibrado de comunicações. Várias comunicações que estavam inscritas não se chegaram a concretizar, por impossibilidade dos autores, e algumas comunicações apresentadas não chegaram à versão final, escrita. Os textos que o Leitor tem entre mãos resultam, portanto, destes vários condicionalismos: do eco que o Congresso encontrou junto da comunidade científica e das circunstâncias pessoais dos investigadores. A sequência de edição não procurou acompanhar a da apresentação no Congresso mas optou, pelo contrário, por um alinhamento mais ou menos cronológico – das temáticas mais antigas, do mundo da Antiguidade, às temáticas mais recentes, dos sistemas fortificados abaluartados da Época Moderna. A única excepção é, naturalmente, a conferência inaugural do Professor Doutor Manuel Retuerce Velasco, apresentada em conjunto com o Arqtº. Fernando Cobos, que abre igualmente esta Secção. De todas as comunicações apresentadas no evento só não foi possível incluir quatro, cujos autores não enviaram os textos atempadamente. Referimo-nos aos contributos de António José de Oliveira, “O Castelo de Guimarães nos séculos XVII e XVIII”, de António Manuel de Carvalho Lima, “Castelos, *villae* e territórios: a *terra de Bayam* no século XI”; de José António Salazar Ribeiro, “Filipe Tércio: fortificação de parte da costa desde o Cabo de S. Vicente até à Galiza (1577-1597)” e de Rebeca Blanco-Rotea, “Entre tierra y piedra. Tipología de fortificaciones de época moderna en la Raia Húmida”.

Mário Jorge Barroca
Manuel Joaquim Moreira da Rocha

FOREWORD

The year of 2016 was a year marked by two events, one happy and one particularly unfortunate. The former was twentieth birthday of the founding of the Departamento de Ciências e Técnicas do Património (Department of Sciences and Techniques of Heritage, DCTP), the first department created at the Faculty of Letters of the University of Porto, the establishment of which was first supported by Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida. The latter was, evidently, the twentieth anniversary of the Professor's passing in tragic circumstances. The lecturers of the DCTP agreed on honouring these two events by organising an international congress, one that would celebrate the milestone achieved by the DCTP and, simultaneously, honour the late Professor on the twentieth year of his passing. The lecturers also agreed that the most appropriate form of honouring the memory of Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida would be for the congress to centre itself on and promote the discussion of several themes that were very dear to the late Professor. Hence, the *Genius Loci – Lugares e Significados / Places and Meanings* congress was created, organised by both the DCTP and the CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (Transdisciplinary Research Centre «Culture Space and Memory»), and took place between the 20th and 21st of April of 2016.

Those familiar with Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida's oeuvre surely know that there were several themes that were especially dear to him. One of which was, doubtlessly, that of Mediaeval Castelology and Military Architecture, a field to which the late Professor de Almeida contributed immensely in various and outstanding studies – the first of which was his second Doctoral Dissertation, titled *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das Origens a 1220*, presented in 1978, a seminal work for the landscape of Portuguese research in this very field. Indeed, we can affirm that in Portuguese studies on mediaeval military architecture there is “before” and a “after” that pivotal work. For this reason, and because we acknowledge the central place that the field of Castles and Military Architecture occupied in the late Professor's scientific interests, and, conversely, the place that his *opera* occupies in the evolution of the studies on this field, we decided to create a Section in the *Genius Loci* Congress dedicated to

these themes, prosaically titled «Arquitecturas Militares» («Military Architectures») – in the plural form, for we expected for it to contain a plurality of perspectives.

For the Opening Conference we invited Professor Manuel Retuerce Velasco, from the Universidade Complutense de Madrid, the author of a vast and important body of work concerning Muslim Architecture and, specifically, on Islamic Fortifications. Amongst the various archaeological excavations under his supervision, those at Calatrava La Vieja and Gormaz stand out; these were co-supervised with other important Researcher, Doctor Juan Zozava Stabel-Hansen – who unfortunately passed away in the beginning of 2017. Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida took part in the excavations at Gormaz, he would go on to frequently mention these excavations in conversation with his colleagues in unabashedly enthusiastic tones. For this reason, we felt doubly compelled to invite Professor Velasco to speak at the Congress.

The work that the Reader now has in his/her hands is the product of the communications presented at the aforementioned congress. The call for papers system dictated the selection process – which lead to a somewhat unbalanced group of presentations. Several of the authors scheduled to speak were not able to be present – due to various reasons –, and some presentations did reach their final written versions. The texts that the Reader has before him/her are the “fruits of the congress”, so to speak; a congress that was marred by several factors – amongst which, the repercussions that the Congress had amongst the scientific community and the researchers’ personal issues. The edition’s order did not attempt to follow the order in which the communications were presented during the Congress; it, however, tried to follow a somewhat chronological timeline – from the most ancient themes, from the Ancient World, to the most recent ones, to the Modern Era’s fortified bulwark systems. The only exception is, naturally, Professor Manuel Retuerce Velasco’s inaugural communication, presented together with the Architect Fernando Cobos – a presentation which heads this Section. From all submitted communications, only four are not included in this section, for the authors did not submit the final versions of their texts on time. We speak of António José de Oliveira’s “O Castelo de Guimarães nos séculos XVII e XVIII”, António Manuel de Carvalho Lima’s “Castelos, *villae* e territórios: a *terra de Bayam* no século XI”; José António Salazar Ribeiro’s “Filipe Tércio: fortificação de parte da costa desde o Cabo de S. Vicente até à Galiza (1577-1597)” and Rebeca Blanco-Rotea’s, “Entre tierra y piedra. Tipología de fortificaciones de época moderna en la Raia Húmida”.

Mário Jorge Barroca
Manuel Joaquim Moreira da Rocha

APUNTES SOBRE LOS PROCESOS CONSTRUCTIVOS DE FORTIFICACIÓN EN EL TERRITORIO DE LA CORONA DE CASTILLA

MANUEL RETUERCE VELASCO*
FERNANDO COBOS GUERRA**

Resumo: Apresenta-se um esboço dos diferentes processos de fortificação diferenciados no total dos territórios peninsulares e insulares, que progressivamente se forma incorporando à identidade política que nos séculos da Baixa Idade Média se veio a conhecer como Coroa de Castela.

Palavras-chave: Processos de fortificação; Coroa de Castela; Idade Média.

Abstract: An outline of the different Fortification Processes is presented, differentiated in the totality of the peninsular and insular territories. Progressively they were incorporating to the political entity that in the Late Middle Age was known as Crown of Castile.

Keywords: Fortification Processes; Crown of Castile; Middle Age.

* Profesor Contratado Doctor interino. Universidad Complutense de Madrid. manuretu@ucm.es.

** Doctor Arquitecto. fernandocobosestudio@gmail.com.

El conocimiento profundo de la evolución de algunas de las más importantes fortalezas de la Corona de Castilla necesariamente tiene que ser fruto de un proceso de estudio interdisciplinar, en el que se relacionen los datos de archivo con el análisis de los elementos arquitectónicos conservados, junto con la realización de estudios e intervenciones de carácter arqueológico¹. A lo largo de los últimos años, la redacción de unos, siempre necesarios, Planes Directores de restauración, con amplios medios de investigación documental y arqueológica, ha permitido dar un importante avance en este campo; lo que se ha plasmado en algunas de las monografías publicadas con los resultados obtenidos² o en el avance de estudios metodológicos o generales sobre la fortificación y la técnica militar de diversas épocas.

Quizás la consecuencia más interesante de este avance en el conocimiento en la fortificación castellana sea la reciente tendencia a interpretar la fortificación como un sistema territorial o más bien como sucesivos sistemas territoriales que se superponen sobre un mismo marco geográfico; entendiendo tanto al territorio como al patrimonio que lo alberga dentro de unas coordenadas históricas que explican no sólo cada fortaleza, torre o población amurallada, sino también el conjunto y las relaciones entre las partes que lo forman. Algunas investigaciones sobre la provincia de León³ y los diferentes trabajos sobre los sistemas de fortificación del Alto Duero⁴ son herederos de esta tendencia que aúna fuentes escritas, análisis estratigráfico de estructuras y resultados de excavaciones arqueológicas —cuando éstas se han realizado, lo que ha sido en pocas ocasiones—, y lo aplica a un amplio grupo de edificios y estructuras dispersas en un determinado territorio. En todo caso, en los últimos años, la metodología en la caracterización de Sistemas Territoriales de Fortificación se ha desarrollado y se ha aplicado principalmente al estudio de Sistemas de frontera⁵.

A partir de los diversos estudios realizados sobre la fortificación⁶, de forma general, pensamos que durante la Edad Media y albores de la Moderna son cinco los procesos principales habidos en la construcción de fortificaciones en el amplísimo territorio que en la Baja Edad Media culminó en lo que se conoce como Corona de Castilla. Los muy diversos sucesos históricos acaecidos en el curso de la llamada Reconquista, junto a los profundos cambios sociales y económicos que se experimentaron en dicha Corona a lo largo de toda la Edad Media, fueron

¹ COBOS, 2014b.

² COBOS & CASTRO, 2002; SILVA, 2004-2005.

³ GUTIÉRREZ, 1995.

⁴ COBOS *et al.*, 2001, 2001; RETUERCE & COBOS, 2004.

⁵ COBOS & CASTRO, 2012; COBOS, 2014.

⁶ COBOS & CASTRO, 1998; —, 2007; COBOS & RETUERCE, 2011; COBOS *et al.*, 2001; RETUERCE & COBOS, 2004.

los generadores de todos los procesos de ocupación, colonización y organización de todo el territorio que comprendió la Corona castellana⁷. Lejos de entender la evolución de la fortificación como un proceso de desarrollo tecnológico, que culminó con la aparición de la artillería de pólvora, la fortificación en la Corona de Castilla se adaptó más a los condicionantes históricos, económicos y sociales que a los propiamente tecnológicos.

Un aspecto importante a tener siempre en cuenta es el de la ambivalencia de la fortificación, pues un determinado castillo, alcázar, torre, etc. pudo formar parte de varios y sucesivos procesos de fortificación. De este modo, aunque una fortaleza se levantase dentro de un determinado proceso constructivo, fue muy frecuente que, con cortos o prolongados hiatos o sin solución temporal y casi siempre siendo protagonista de reformas o nuevas construcciones, fuese reaprovechada⁸. Y más por razones de su posición concreta en el terreno que por la eficacia o robustez de sus defensas previas, volvía cumplir las mismas o nuevas funciones dentro de un posterior proceso de fortificación. Por todo ello, ante una determinada fortificación, resulta a veces muy difícil discernir, aún teniendo referencias escritas pero sin estudios arqueológicos previos, a qué momento y a qué proceso constructivo habría que atribuir los restos que de una fortaleza han llegado hasta nosotros. Y así, con demasiada frecuencia, a una fortificación, por el mero hecho de tener cualquier referencia de ella en un muy determinado documento escrito, se le atribuya todo o una gran parte de lo construido existente a la fecha, si es que la hubiera, que aparece en el mencionado documento.

Según las distintas áreas geográficas que la Corona de Castilla comprendió a lo largo de la Edad Media y que culminó en su fase bajomedieval con la conquista del reino nazarí de Granada, presentamos los **Procesos constructivos** de este amplísimo territorio de forma particularizada y muy esquemática. Si bien la mayoría de estos procesos son comunes a todas las zonas que fueron constituyendo el reino castellano-leonés, otros presentan singularidades y matices propios⁹ y unos terceros son privativos de unas determinadas regiones y comarcas de lo que llegó a ser a lo largo de la Edad Media el territorio de la Corona de Castilla.

Es evidente que el amplísimo territorio que a lo largo de la Edad Media fue configurando la Corona de Castilla se compuso de muchos, diferentes y muy variados territorios, tanto desde el punto de vista geográfico como histórico. Es decir, se fueron formando a partir de muy diversas realidades regionales y comarcales que, ya en referencia a los siglos bajomedievales, «no se plasmaban necesariamente en

⁷ GARCÍA DE CORTAZAR *et al.*, 1985a.

⁸ COBOS & RETUERCE, 2012.

⁹ COBOS & CASTRO, 2012.

el plano de las divisiones o circunscripciones político-administrativas. Éstas tenían, además, diversos grados de efectividad en la práctica y ejercicio del poder, o bien se superponían y solapaban unas con respecto a otras en los mismos ámbitos territoriales»¹⁰. A pesar de ello, con todos los matices que se quieran, siguiendo también a M. A. Ladero¹¹, se pueden singularizar las regiones históricas que compusieron la Corona de Castilla a finales de la Edad Media. A saber: Galicia, Asturias, León, Castilla, Extremadura, Toledo, Murcia, Andalucía e Islas Canarias.

En este trabajo, sin embargo, aún estando totalmente de acuerdo con todos los argumentos expuestos por M. A. Ladero¹² y también con el trabajo coordinado por J. A. García de Cortázar¹³ sobre los aspectos de sociales de la organización del espacio, en el que prima el planteamiento geográfico, por las propias singularidades de los propios procesos de fortificación acaecidos en cada una de las regiones de la Corona castellana, estableceremos una organización algo diferente, basada en la combinación de parámetros históricos y geográficos:

- *Submeseta Norte*: comprendería las tierras orientales del antiguo reino de León —por tanto, sin Galicia ni Asturias—, más la mayor parte de lo que fue el reino de Castilla primitivo¹⁴.
- *Galicia*: aunque formó parte del antiguo reino de León, su realidad geográfica y, en ocasiones, política, la individualizan¹⁵.
- *Asturias y Cantabria*: aunque Asturias fue el origen y formó parte del antiguo reino de León, y Cantabria fuera la Castilla Marinera, sus realidades geográficas e históricas hacen que aquí las agrupemos¹⁶.
- *País Vasco*: aunque formó parte del reino de Castilla, por su propia geografía e historia, con las tierras más orientales, siempre en disputa con el reino de Navarra, hace que se individualice¹⁷.
- *La Rioja*: del mismo modo, aunque formó parte del reino de Castilla, por su propia geografía e historia, con un pasado andalusí y en disputa con los reinos de Navarra y Aragón, hace que se individualice¹⁸.

¹⁰ LADERO, 1992: 214.

¹¹ LADERO, 1992: 230.

¹² LADERO, 1992.

¹³ GARCÍA DE CORTÁZAR *et al.*, 1985a.

¹⁴ GARCÍA de CORTÁZAR *et al.*, 1985b: 43-83; PORTELA, 1985: 85-122.

¹⁵ GARCÍA de CORTÁZAR *et al.*, 1985b: 43-83.

¹⁶ GARCÍA de CORTÁZAR *et al.*, 1985b: 43-83.

¹⁷ GARCÍA de CORTÁZAR *et al.*, 1985b: 43-83.

¹⁸ GARCÍA de CORTÁZAR *et al.*, 1985b: 43-83.

- *Submeseta Sur*: se trata fundamentalmente de las tierras del antiguo reino de Toledo, siguiendo pues, a partir de este punto, la división propuesta por M.A. Ladero¹⁹.
- *Reino de Murcia*²⁰:
- *Extremadura*²¹:
- *Andalucía*²²:
- *Islas Canarias*²³:

Sin pretender ser nada exhaustivos, pues cada uno de los procesos que distinguimos, por sí sólo, sería sujeto de bastantes investigaciones particulares, muchos estudios y muchas páginas, aquí sólo nos limitaremos a enunciarlos. Se comenzará la relación de los Procesos teniendo como primera referencia el territorio del valle de Duero, que en su gran mayoría se corresponde con la Submeseta norte y que fue en el que en su momento presentamos las bases del presente trabajo²⁴. Así, los principales procesos constructivos de la fortificación que diferenciamos en cada uno de los territorios que hemos establecido serían:

A/ **SUBMESETA NORTE**: se trata del territorio, fundamente constituido por el valle del Duero y el Alto Ebro, donde se localizan las primitivas tierras del reino de León y del condado y reino de Castilla, que fueron el núcleo original desde el que se formó la Corona de Castilla²⁵:

1/ **Fortificación de frontera y conquista** (ss. VIII-XII): se trata de un proceso que deriva del enfrentamiento entre un poder hegemónico andalusí, que domina los dos tercios más meridionales del territorio de la Península Ibérica, y las emergentes y muy diversas entidades cristianas del norte peninsular —de carácter familiar, local, comunal o eclesial—, fundamentalmente en el reino de León y en el emergente condado de Castilla²⁶. Un proceso en el que en primer término primaría su carácter defensivo para más adelante adquirir un carácter ofensivo, pues en él, los referidos poderes cristianos tratarán primero de defenderse de las frecuentes expediciones de castigo y depredadoras andalusíes a sus tierras, para más adelante, con el apoyo en la retaguardia de esas bases fortificadas septentrionales, expandirse progresivamente

¹⁹ LADERO, 1992: 230; GONZÁLEZ, 1975; PORTELA, 1985: 85-122; CABRERA, 1985: 123-161.

²⁰ TORRES, 1990.

²¹ CABRERA, 1985: 123-161.

²² GONZÁLEZ, 1985: 163-194; LÓPEZ DE COCA, 1985: 195-240.

²³ AZNAR, 1986.

²⁴ COBOS & RETUERCE, 2011.

²⁵ COBOS & RETUERCE, 2011.

²⁶ ARRIBAS, 2016.

hacia el centro peninsular²⁷. Tampoco hay que olvidar que en la Alta Edad Media, este proceso de fortificación está íntimamente unido, en su nacimiento, al de la señorialización territorial, controlando pasos, valles, poblaciones, etc. Por parte cristiana, en los referidos siglos, se localiza desde la Cordillera Cantábrica hasta la línea del Duero²⁸. Por parte andalusí y con distinto signo, en las tierras de la Marca Media del Alto Duero²⁹, donde, en relación con las del Alto Tajo, todos los poblados están relacionados con algún tipo de fortificación³⁰, bien sobre los cerros que las dominan o bien mediante torres situadas en llano.

2/ Repoblación y fortificación de ciudades, burgos y Comunidades de villa y tierra (ss. XI-XIV): sin olvidar su carácter de vanguardia contra los diferentes poderes islámicos que en estos siglos dominan el territorio andalusí, se trata fundamentalmente de un proceso de consolidación, control y organización territorial interno del reino castellano-leonés³¹. Y tanto desde el punto de vista político, como económico y social, en base a un poder dado por la corona a los emergentes gobiernos locales, en unos casos, o en burgos dependientes de un dominio episcopal. El proceso urbano de repoblación y fortificación se localiza en toda la región, pero fundamentalmente en las tierras a ambos lados de la línea del río Duero³².

3/ Fortificaciones de frontera contra reinos vecinos o peligros externos (ss. XII-XV): en base a unos conceptos de legitimidad política del reino, que en muchas ocasiones se unen a los de las propias personas que ostentan la titularidad de la corona, es un proceso que se relaciona con la necesidad de impedir en la vanguardia del territorio ataques de los reinos vecinos, a la vez que en otras ocasiones y según cada momento político poner unas bases en las que apoyar las potenciales aspiraciones a influir en la política o control de estos³³. A lo largo del espacio temporal asignado, se pueden distinguir dos tipos de procesos:

3A/ El puramente exterior, en relación con los reinos vecinos medievales que se fueron formando en paralelo al castellano-leonés de Aragón³⁴, Navarra, Portugal y Francia.

3B/ El intrínseco del reino castellano-leonés, derivado de los más de setenta años (1157-1230) en los que los reinos de León y Castilla permanecieron separados:

²⁷ COBOS & CASTRO, 1998: 33-50.

²⁸ GONZÁLEZ, 1995; MARTÍN, 1995; GARCIA, 1992.

²⁹ RETUERCE & COBOS, 2004.

³⁰ DAZA, 2007.

³¹ COBOS & CASTRO, 1998: 63-64; MORETA, 2003.

³² BENITO, 2000.

³³ COBOS & CASTRO, 1998: 51-62.

³⁴ GIL, 2015.

entre el año de la muerte de Alfonso VII, rey de los dos territorios, y la unificación definitiva de ambos con Fernando III³⁵.

4/ *Fortificación de señoríos* (ss. IX-XV): se trata de un proceso puramente interno de organización y control del territorio del reino mediante el progresivo desarrollo y consolidación de un poder feudal señorial por parte de diversos y muy diferentes grupos familiares y de linaje³⁶. Con distintos intereses económicos y políticos, ligados al medio rural pero también con fuertes lazos entre las oligarquías urbanas, disputarán o tratarán de influir en las frecuentes crisis sucesorias del reino. El proceso general se manifestó a través de:

4A/ *Fortificación progresiva de pequeños y medianos señoríos y levantamiento de torres de presura* en el norte del territorio que, como marco de encuadramiento territorial feudal, organizarán socialmente el espacio circundante y todos los procesos inherentes: políticos, económicos y sociales³⁷. En muchas ocasiones, ya en la Baja Edad Media, los intereses económicos y políticos de los titulares de los señoríos rurales se interrelacionarán con los propios que tenían como miembros también del patriciado urbano³⁸. A partir de la primera mitad del siglo XIV, el proceso se asoció también a las luchas intestinas por el control del reino por parte de los poderes real y nobiliar y, en muchas ocasiones, por el control de los recursos económicos o de las vías comerciales³⁹.

4B/ *Fortificación de grandes y medianos señoríos*, fundamentalmente en la zona media y meridional de la Submeseta del Duero a partir del siglo XII, destacando sobre todo a partir de la segunda mitad del siglo XIV⁴⁰. Progresivamente y sobre todo ya en el siglo XV, muchas de las fortificaciones, más que verdaderas estructuras militares, vinieron a ser el símbolo representativo del prestigio de cada linaje que las construía, compitiendo entre sí y con el mismo poder real por el control político, económico y social del reino. Familias como los Osorio, Fernández de Velasco, Álvarez de Toledo, Zúñiga, De la Cueva, Pacheco, Mendoza, Enríquez, Pimentel, etc., serán algunas de las más representativas y fueron convirtiendo muchos de sus castillos en verdaderas estructuras palaciegas en torno a un patio central⁴¹, al igual que hacía el propio monarca en sus castillos y alcázares reales (Segovia, Madrid, Medina del Campo, Portillo, etc.). Por imitación a estos castillos y a su imagen simbólica, la mediana nobleza rural, también ligada de algún modo a los oficios

³⁵ COBOS; CASTRO & CANAL, 2012.

³⁶ COOPER, 1991; 2014.

³⁷ VÁZQUEZ, 2012: 304.

³⁸ BONACHÍA, 2003.

³⁹ COBOS & CASTRO, 1998: 67-88, 103-111; 189-209.

⁴⁰ COBOS & CASTRO, 1998: 89-101.

⁴¹ COBOS & CASTRO, 1998: 131-145; 169-187.

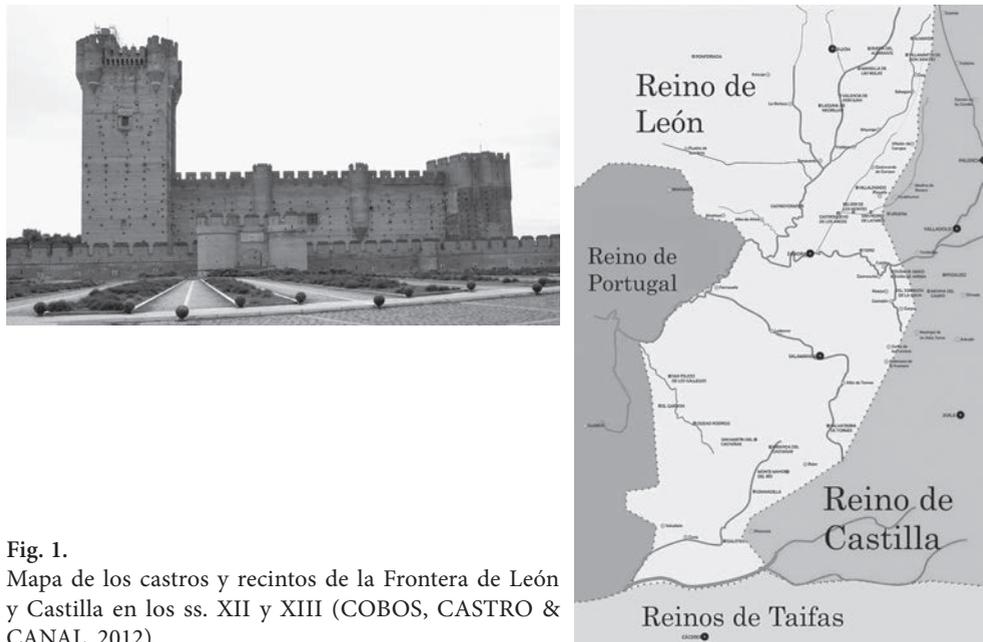


Fig. 1.
Mapa de los castros y recintos de la Frontera de León y Castilla en los ss. XII y XIII (COBOS, CASTRO & CANAL, 2012).

de la corte o de las villas, tratará de competir entre sí por levantar la torre más alta en sus construcciones: Fuensaldaña, Torrelobatón, Villafuerte, etc.⁴²

4/ *Fortificación de medianos señoríos eclesiásticos*: fue un proceso protagonizado principalmente por los obispados más meridionales de la región (Osma, Segovia y Ávila), que por intereses económicos o particulares de determinados obispos, fortificaron algunas posiciones dentro de sus posesiones: castillos de Osma o Utero (obispado de Osma), Turégano (Segovia), Bonilla de la Sierra (Ávila).

5/ *Aparición de la artillería* (ss. XV-XV): se trata de un proceso en el que el avance tecnológico, derivado del uso y generalización de las armas de fuego, fue fundamental. En base al control de estas armas, entre otras razones y circunstancias, la Corona castellana se consolidó como el único poder hegemónico del reino, dando así al inicio del estado Moderno⁴³. Será con los Reyes Católicos, una vez consolidado su dominio en el reino, cuando se reafortifiquen castillos fundamentales para ejercerlo; bien por ellos mismo (La Mota de Medina del Campo (*Fig. 1*), Arévalo, Simancas, etc.) o a través de alguno de sus oficiales, como la familia de los Fonseca, en los casos de Coca y Alaejos⁴⁴.

⁴² COBOS & CASTRO, 1998: 147-167.

⁴³ COBOS, 2004a; CASTRO, 2004.

⁴⁴ COBOS & CASTRO, 1998: 211-247; COBOS, 2004b.

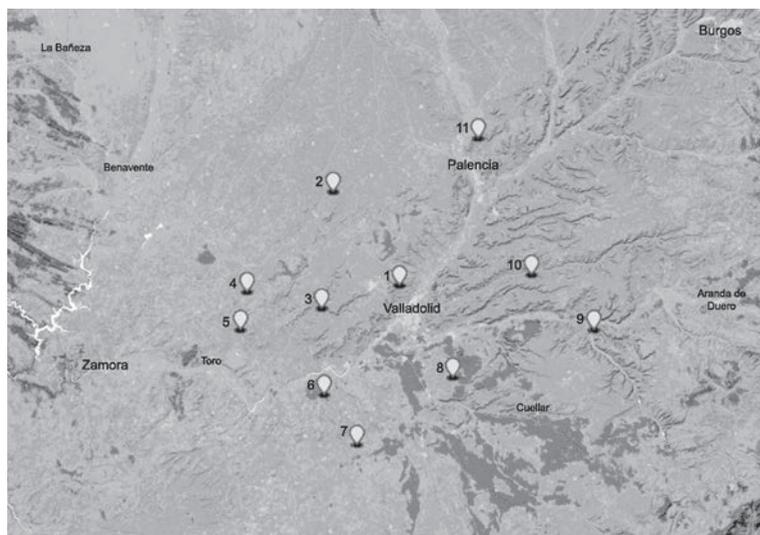


Fig. 2.
Mapa de los castillos de la Escuela de Valladolid (1450-1474): 1) Fuensaldaña, 2) Belmonte de Campos, 3) Torrelobatón, 4) Villavellid, 5) Villalonso, 6) Foncastín, 7) Medina del Campo, 8) Portillo, 9) Peñafiel, 10) Villafranca, 11) Fuentes de Valdepero.

B/ GALICIA: territorio al noroeste de la Corona castellano-leonesa, en el área atlántica y fronterero al sur con el reino de Portugal:

1/ *Fortificación de frontera*: muy ligado quizás al inicio del proceso de fortificación señorial, por lo que se podría confundir con él, pensamos que, en mayor o menor grado, y al igual que parece que sucedió en la vecina Asturias, debió producirse también en tierras gallegas una fortificación fronteriza. Dando así una respuesta a las potenciales y a veces efectivas incursiones andalusíes en el territorio gallego.

2/ *Repoblación y fortificación de ciudades y burgos* (ss. XI-XIV): está sobre todo presente en el dominio de ciertas ciudades por parte de los obispados gallegos.

3/ *Fortificación de fronteras contra reinos vecinos o peligros externos* (ss. IX-XV): presente, en dos aspectos:

3A/ *Contra el reino vecino meridional de Portugal*, entre los ss. XII y XVI.

3B/ *Fortificaciones de la costa por incursiones marítimas*: se trata de un proceso propio de esta región que se produce entre los siglos IX y XI, ante la necesidad de defender las costas norte y oeste de las incursiones vikingas (Tores del Oeste, Catoira) (Fig. 2) y, en ocasiones, andalusíes; bien a gran altura cercanas a la costa o bien en el mismo borde de las rías⁴⁵.

4/ *Fortificación de señoríos* (ss. VIII-XVI):

4A/ *Fortificación de pequeños señoríos locales*: con un origen que enlaza directamente con la tardorromanidad, se trata de un proceso que desde el principio se encuentra ligado a pequeñas formaciones de poder de ámbito local. Con el fin

⁴⁵ SÁNCHEZ, 2012: 45-49.

de organizar y controlar progresivamente el territorio y las vías de comunicación, tanto desde el ámbito civil como desde el eclesiástico monasterial⁴⁶, se reocupan sucesivamente antiguos recintos castreños, alturas aún más escarpadas y cerros más cercanos a las poblaciones que van colonizando los numerosos valles de la región⁴⁷.

4B/ *Fortificación de medianos y grandes señoríos civiles*: a través de familias como los Sarmiento, Ulloa⁴⁸, Saavedra, Sotomayor⁴⁹, Castro, Lemos, etc. que durante toda la Edad Media, con mayor o menor amplitud, ejercieron un fuerte control jurisdiccional en determinadas zonas de la región y que jugaron un importante papel en las guerras Irmandiñas⁵⁰.

4C/ *Fortificación de grandes señoríos eclesiásticos*: se trata de un proceso propio de la región que fue realizado por el principal señorío eclesiástico de la zona, cual fue el arzobispado de Santiago. Quien, por intereses económicos y como un reflejo señorial más, creó una red de fortificaciones en el entorno de su sede⁵¹.

5/ *Aparición de la artillería*: en Galicia, entre el siglo XV y principios del siguiente, y como en algunas otras regiones del reino, los más poderosos linajes señoriales, como los condes de Lemos o de Benavente⁵² se fortificaron de acuerdo con las novedades que en cuanto a defensa en esos momentos se pusieron en práctica contra la artillería de asalto.

C/ **ASTURIAS y CANTABRIA**: territorio al norte de la Corona castellano-leonesa, a lo largo de la Cornisa Cantábrica, entre Galicia y el País Vasco:

1/ *Fortificación de frontera y conquista*: se encuentra presente mediante fortificaciones lineales, con antecedentes de época visigoda, al borde de barrancos, en cierta altura o desde posiciones dominantes de la costa (Gauzón) (Fig. 3). Impulsados por el naciente poder regio asturiano, andando el tiempo, muchos castillos reales fueron donados a ciertos señores y a la iglesia con el fin de organizar el territorio⁵³.

2/ *Repoblación y fortificación de ciudades y burgos* (ss. XIII-XIV): a consecuencia de un cambio del modelo territorial, diversos monarcas impulsaron el desarrollo de antiguas poblaciones, como Oviedo o Avilés, o mediante la creación de nuevas polas (Tineo, Salas, etc.) rodeadas de murallas y con un amplio alfoz, que fueron heredando las funciones que hasta entonces habían ostentado los castillos reales

⁴⁶ GAGO, 2012: 31-32.

⁴⁷ SÁNCHEZ, 2012: 42-44, 49-51.

⁴⁸ PARDO DE GUEVARA & OTERO Y GARCÍA, 2012.

⁴⁹ CONDE, 2012.

⁵⁰ CARRASCO, 2012.

⁵¹ RODRÍGUEZ, 1984; SÁNCHEZ, 2012.

⁵² CASTRO & CUADRADO, 2012.

⁵³ GARCÍA & MUÑIZ, 2010: 151, 155.



Fig. 3.
Castillo de la Mota
(Medina del Campo,
Valladolid).
Foto: Manuel Retuerce
Velasco.

cercanos, y que ahora pasarán a formar parte de su jurisdicción⁵⁴. La costa cántabra, la salida natural de Castilla al mar, por impulso del poder real, conoció el desarrolló urbano y comercial de las llamadas 4 villas marineras de Castro Urdiales, Santander, Laredo y San Vicente de la Barquera, que con importantes privilegios y fueros se fortificaron con sus respectivos castillos y se rodearon de murallas⁵⁵.

3/ Fortificación de contra peligros externos (ss. IX-XI): es un proceso que está presente, en el aspecto de:

3A/ Fortificación de la línea de costa a causa de incursiones marítimas. Al igual que sucedía en Galicia, se trata de un proceso que es también propio de esta estrecha y alargada zona del reino, que, entre siglos IX y XI, se da ante la necesidad de defender la costa, bajo el directo impulso real, por causa de las incursiones vikingas norteañas.

4/ Fortificación de señoríos (ss. VIII-XVI): como en el resto de la Corona, posee varias individualidades:

4A/ Se dio un importante proceso de *fortificación privada* por parte de una emergente aristocracia, que, en muchas ocasiones, teniendo su base en sus castillos y muy interrelacionada entre sí, disputaba el poder al monarca⁵⁶. Como en Galicia, a veces se reocupan antiguos castros, y, según cada caso, emplazándose a cierta altura para así controlar mejor los caminos o los espacios productivos, que a veces estaban formados por varios valles, y en el que se presenta algún ejemplo de motas terreras⁵⁷, escasamente identificadas aún en la Península ibérica. Del mismo

⁵⁴ RUIZ DE LA PEÑA *et al.*, 2006; GARCÍA & MUÑIZ, 2010: 84-139.

⁵⁵ REMOLINA, 2006.

⁵⁶ GARCÍA & MUÑIZ, 2010: 155.

⁵⁷ MARCOS & MARTÍNEZ, 2012: 113.

modo que el poder real, esta aristocracia trató de controlar la costa mediante los fondeaderos y el paso de los navíos por aquellas rías que eran navegables⁵⁸.

4B/ *Fortificación de medianos señoríos eclesiásticos y civiles*: con la presencia destacada en el primer caso de la sede ovetense y representados los segundos por familias notables como los Quirós o los Quiñones, de origen leonés, desde sus fortalezas a veces se disputaba el poder al propio rey⁵⁹.

4C/ *Fortificación mediante torres banderizas*: tanto en Asturias⁶⁰ como en Cantabria⁶¹ se trató de un proceso propio del norte del reino castellano-leonés, muy similar al que dio en las tierras más orientales del País Vasco, y que fue consecuencia del desarrollo urbano y de la implicación de su patriciado en el inmediato entorno rural. Con el fin de aumentar su poder local, con base en intrincadas relaciones de parentesco, los diversos valles se vieron constantemente envueltos en guerras civiles durante la Baja Edad Media entre unos y otros linajes, que enlazaban con algunas de las más notables casas nobles del reino (La Vega, Manrique de Lara y Velasco)⁶². Como principal medio defensivo y base de un sistema de control del campo dependiente, muchos de los valles asturianos y sobre todo cántabros vieron como se levantaban en ellos numerosas torres exentas de linaje, con una función más simbólica y de coacción que puramente militar⁶³.

5/ *Aparición de la artillería*: ausente, salvo la adaptación de los antiguos castillos incorporando barreras artilleras.

D/ PAÍS VASCO: territorio al noreste de la Corona castellano-leonesa, en el extremo más oriental de la cornisa cantábrica:

1/ *Fortificación de frontera y conquista* (ss. VIII-XII): aunque en este territorio apenas se ha estudiado este aspecto, al igual que otros muchos, pues aún son muchos los que faltan por desarrollar en lo concerniente a los castillos altomedievales vastos⁶⁴, pensamos que en las zonas más meridionales de Álava tuvo que haber un proceso de creación de defensas ante las posibles expediciones andalusíes, directamente relacionadas con las existentes en las demás zonas del alto Ebro, plenamente castellanas de antiguo, al oeste, o riojanas, al este.

2/ *Repoblación y fortificación de ciudades y burgos* (ss. XII-XIV): de forma muy semejante a lo que ocurrió en el resto de la Corona castellana y, más en concreto, en la Cornisa cantábrica, en el territorio del País Vasco, como una consecuencia más de la competencia habida por él con el reino de Navarra, tras la incorporación

⁵⁸ GARCÍA & MUÑIZ, 2010: 156-157; BOHIGAS, 2011.

⁵⁹ GARCÍA & MUÑIZ, 2010: 162.

⁶⁰ AVELLO, 1991.

⁶¹ MUÑOZ, 1993; ARAMBURU-ZABALA, 2001.

⁶² MUÑOZ, 2011.

⁶³ MATECÓN & MARCOS, 2011: 77-78.

⁶⁴ QUIRÓS, 2012.

definitiva de Guipúzcoa a la Corona de Castilla con Alfonso VIII, se fundaron muchas pueblas o ganaron el rango de villas varias poblaciones preexistentes. Todo ello, como exponente de una ambiciosa reestructuración del territorio por parte de la Corona, en la que, entre otros aspectos, fue primordial la voluntad real de organizar el comercio marítimo a través de las nuevas villas que se fundaron en la costa. En todas las villas y pueblas, la posesión de una muralla era tan consustancial como sus aspectos foral, económico y poblacional, en el que las gentes allí llegadas se organizaban dentro de un núcleo concentrado⁶⁵.

3/ Fortificación de fronteras contra reinos vecinos o peligros externos (ss. IX-XV):

3A/ Contra reinos vecinos: en este caso, en relación con Navarra. El territorio del País Vasco hasta el siglo XII, cuando pasó definitivamente a la Corona castellana, fue un espacio en constante disputa entre Navarra y Castilla. Por ello, no resulta extraño que hasta entonces uno y otro poder levantasen y reformasen numerosos castillos, que pasaron constantemente de unas manos a otras a lo largo de los siglos previos⁶⁶. Tras el paso de todo el territorio vasco a la Corona castellana necesariamente se tuvieron que reforzar algunas de las posiciones defensivas previas y levantar nuevas fortificaciones en los límites con el reino navarro⁶⁷. En relación con la frontera con Francia, las fortificaciones que se hicieron entran mejor dentro del último proceso de fortificación relacionado con la aparición de la artillería.

3B/ Fortificación de la línea de costa a causa de incursiones marítimas: aunque es un proceso de fortificación sin siquiera esbozar, al igual que en Galicia y en el resto de la Cornisa cantábrica, de algún modo, la línea de costa cantábrica se tuvo que proteger mediante elementos de fortificación y aviso —muy probablemente lígneos—, tanto en la propia costa como en los fondeaderos o las entradas de las rías. E igualmente, la fortificación, aunque fuera ligera y esporádica, de determinados lugares en los que se pudieron instalar los propios vikingos⁶⁸.

4/ Fortificación de señoríos (ss. IX-XV): se trata principalmente de un proceso interno de organización y control del territorio y de sus habitantes, realizado mediante el progresivo desarrollo y consolidación de un poder feudal señorial por parte de diversos y muy diferentes grupos familiares y de linaje, que muy frecuentemente estaban emparentados entre sí, a través de:

4A/ Fortificación mediante castillos y torres de vigilancia (IX-XII: aún considerando la plurifuncionalidad que pudieron tener cada una de las diferentes fortificaciones que se levantaron, muy probablemente también relacionada con el primer proceso

⁶⁵ ZABALA, 1995; ALCAIN & URTEAGA, 2001; BENGOCHEA & QUIRÓS, 2006; BENGOCHEA, 2007-2008.

⁶⁶ RAMOS AGUIRRE, 2000.

⁶⁷ SARASOLA, 2010: 354-355.

⁶⁸ ERKOREKA, 1995.

Fig. 4.
Torres de Oeste
(Catoira. Pontevedra).
Foto: <http://1.bp.blogspot.com/-EPjRn-lh0lCU/Tuj8qL22V1I/AAAAAAAAAF4/Ni933tRwoGY/s1600/catoira3.JPG>



defensivo ante al-Andalus y la pugna de varias zonas de la región por parte de Navarra y Castilla, se trataría principalmente de castillos situados en altura y en roquedos, con el objetivo de controlar y organizar las aldeas que iban surgiendo en todo el territorio del Alto Ebro⁶⁹, y vigilar los pasos y de los pastos comunales⁷⁰.

4B/ *Fortificación mediante torres banderizas* (ss. XIII-XV): en el País Vasco, durante toda la Baja Edad Media y al igual que en el resto de la Cornisa cantábrica y por causas parecidas, tratando de no perder el papel predominante de la nobleza rural puesto en peligro por la pujanza económica de las villas y de su patriciado, se produjo un importante proceso constructivo relacionado con las guerras de los Bandos. Y en esta zona, si cabe, con mayor virulencia que en Asturias o Cantabria. A lo largo de mucho tiempo, todas las Vascongadas estuvieron envueltas en constantes luchas y dividida en bandos constituidos por los numerosos linajes de la nobleza rural. Unas luchas en las que también jugó un importante papel las relaciones de cada uno de los bandos con las políticas castellana y navarra y, a su vez, en las guerras civiles que en ese momento tenían lugar en el propio reino de Navarra. Con intrincadas relaciones entre sí de cada una de las familias, los dos principales bandos fueron el de los Gamboínos (linajes de Gamboa, Balda, Guevara, Ayala, Salazar,...), aliados de los intereses de Navarra y de los agramonteses de este reino, y los Oñacinos (Oñaz, Mendoza, Mújica, Butrón, Zurbarán,...), más inclinados hacia Castilla y hacia los beamonteses navarros. Como una muestra más de la entrada en la Edad Moderna, sólo la imposición de la autoridad de los Reyes Católicos pudo acabar con la larga situación de las luchas internas vascas. Como consecuencia de ellas, en sus tierras solariegas, cada una de las familias levantó torres exentas, para ser símbolo del prestigio de cada linaje y lugar al que acudir para tener un último refugio⁷¹. (Fig. 4).

⁶⁹ SANZ, 2012.

⁷⁰ SARASOLA, 2010: 354.

⁷¹ GONZÁLEZ, 2004.



Fig. 5.
Castillo de Gauzón
(Castrillón, Asturias).
Foto: <https://mensulaediciones.files.wordpress.com/2010/09/castillo-de-gauzon-o-penon-de-raices1.jpg>

5/ Aparición de la artillería: por ser una zona fronteriza con Francia, las tierras vascas participaron activamente del último proceso de fortificación en el que destacan las novedades que en este sentido se ensayaron en Fuenterrabía y Behovia en época de los Reyes Católicos⁷².

E/ LA RIOJA: territorio al noreste de la Corona castellano-leonesa, a ambos márgenes del valle del alto-medio Ebro:

1/ Fortificación de frontera y conquista (ss. IX-XII): como en las vecinas tierras del norte de Álava y Burgos, toda la zona más occidental de la Rioja, junto al Ebro, se vio aún más forzada a fortificarse, pues se encontraba muy próxima a las áreas andalusíes del Ebro Medio y de las Marcas Superior y Media. En gran medida, aunque con algunas diferencias, el proceso de fortificación en esta zona debió ser muy similar al de las tierras burgalesas del Alto Ebro. En él hay que señalar unas primeras defensas realizadas con empalizadas de madera o terraplenes de tierra, dentro de grutas naturales fortificadas o en lo alto de roquedos aislados e inexpugnables en los que se tallaba su suelo, se cavaban aljibes y se emplazaban torres de madera, que progresivamente serían reemplazadas por otras nuevas de mampostería o de tapial de tierra⁷³(Fig. 5). Paralelamente, los sectores central y más oriental riojanos, de dominio andalusí durante la Alta Edad Media, se fortificaron dependiendo en mayor o menor grado de las localidades de Nájera, Arnedo, Tudela, Tarazona y Ágreda.

2/ Repoblación y fortificación de ciudades y burgos (ss. XII-XIV): primero dependiendo del reino de Navarra, que incluso llegó a tener su sede en el antiguo enclave andalusí de Nájera, y después de Castilla, la región, en el Camino de Santiago francés, pronto conoció el fenómeno de la creación de pueblas y villas, y

⁷² CASTRO, 2004; CASTRO & MATEO, 2015.

⁷³ CABAÑERO, 1990: 21-27.

tanto bajo el poder navarro como del castellano. Por ello, muchas de las poblaciones creadas, en llano o en cerros junto a los cursos de agua, se rodearon de recintos amurallados, como defensa y como símbolo del poder concejil (Logroño, Haro, Laguardia, Briones, Sajazarra, Arnedo, etc.)⁷⁴ o episcopal (Santo Domingo de la Calzada y Calahorra).

3/ Fortificación de fronteras contra reinos vecinos (ss. IX-XV): hasta la futura incorporación de La Rioja a la Corona castellana, se trata de un proceso idéntico al que sucedió en las zonas, también disputadas con Navarra, de la parte nororiental de Burgos y del este del País Vasco. Después de esta anexión, con el apoyo de las villas amuralladas situadas al sur del Ebro, este río vino a ser, aunque muy fluctuante, pues no habrá fronteras fijas hasta la Baja Edad Media, en el límite con el reino de Navarra. Más hacia el este, la frontera fue con el reino de Aragón. De todas formas, la Rioja, sin bases naturales sólidas donde apoyar un sistema defensivo bien organizado, siempre fue la puerta natural de comunicación entre Castilla y el valle del Ebro navarro y aragonés, por lo que siempre se vio expuesta a entradas de ejércitos, amenazas, correrías y guerras por parte de unos y otros reinos. Aparte de todo ello, muchas poblaciones de la Rioja, hasta época de Alfonso X, en que pasan definitivamente a la Corona castellana, oscilaron durante muchos años entre los tres reinos vecinos de Navarra, Aragón y Castilla.

4/ Fortificación de pequeños y grandes señoríos (ss. XI-XV): se trata de un proceso muy semejante al que se produjo en la Cuenca de Duero, sólo que añadiendo desde el primer momento, y ya en el siglo XI, una fuerte influencia navarra. Es el caso, por ejemplo, de Fortún Ochoa, tenente de antiguas plazas andalusíes, como Viguera, Arnedo o Cantabria, que fue cabeza del primer linaje de los Señores de Cameros. Sucesivamente, el Señorío pasó a la Casa de Haro (fines del siglo XIII), y en 1366 a los Ramírez de Arellano. Muy ligados a los intereses ganaderos de la región y a la Mesta, aún contando con las defensas naturales de la zona, se levantaron diversas fortificaciones según los intereses de cada lugar⁷⁵. Otro linaje destacado fue el de los Stúñiga o Zúñiga, familia también de origen navarro, con castillos en Bañares, Clavijo, Hervías, etc., y con futuros y fuertes interés en tierras salmantinas y extremeñas.

5/ Aparición de la artillería: ausente, salvo la adaptación de los antiguos castillos incorporando barreras artilleras.

F/ SUBMESETA SUR: el territorio oriental y central de los valles del Tajo y Guadiana. Primero, como territorio andalusí y después, entre los siglos XII y

⁷⁴ MARTÍNEZ, 2015.

⁷⁵ CASTELLANO, 1990.

principios del XIII, con una larga etapa de avances y retrocesos⁷⁶, se incorporó primero al reino de Castilla para más adelante formar parte de la Corona castellana:

1/ *Poblaciones fortificadas andalusíes* (ss. IX-XIII): como en todos los territorios que formaron parte de al-Andalus, se trata de un proceso propio de fortificación. Formando parte de las tierras más septentrionales, con su capital regional en Toledo, todo el territorio norteño fue fronterizo con los reinos de León y Castilla entre los siglos IX y XI⁷⁷. Primero, teniendo a las tierras más meridionales del valle del Duero entre medias (ss. VIII-XI), y después ya sólo con la Cordillera Central como eje montañoso intermedio con las villas castellanas de la otra vertiente, la mayoría de los núcleos habitados de la región se fortificaron. Con diferente *status* (medinas con alcazabas, ciudades medianas, *husun*, aldeas, alquerías,...), situados en terreno llano o en cerros de mayor o menor altura, casi todos ellos, de un modo u otro, se rodearon de recintos amurallados de diferente envergadura e importancia: Talavera, Madrid, Talamanca, Guadalajara, Calatalifa, Peñafora, etc. A su vez, en primera línea, en la vanguardia del frente norte, junto a los caminos, dominando las alturas, se levantó toda una red de atalayas⁷⁸. Formando parte del mismo sistema, casi todos asentamientos que no contaban con muralla, siempre se encontraban relacionados con algún tipo de defensa: bien mediante torres cuadrangulares dentro de la misma población o bien levantando alguna defensa en el cerro más próximo a ellas⁷⁹.

2/ *Repoblación castellana y fortificación de ciudades* (ss. XII-XIV): tras el paso de todo el territorio a Castilla, este proceso sólo se desarrolló en las zonas más septentrionales y orientales de la región, siendo continuador del que se daba coetáneamente en la cuenca del Duero. La particularidad de la Submeseta sur en este proceso fue la de que muchos recintos amurallados no se levantaron *ex novo*; y, en ese caso, casi siempre en relación con la inclusión dentro de ellos de antiguos arrabales del período anterior andalusí —que, en muchos casos, pasarían a ser el solar (morerías) de la minoría musulmana que allí habitó—. Lo más habitual fue el aprovechamiento de las antiguas murallas andalusíes, añadiendo nuevas puertas o torres, con reformas y reparaciones, o el adosamiento de murallas y torres de diferente tipología a las antiguas defensas⁸⁰.

3/ *Fortificación de fronteras contra reinos vecinos o peligros externos* (ss. XII-XV):

3A/ *Contra reinos vecinos*: siguiendo el esquema de la Submeseta Norte, del mismo modo, se fortifican las localidades del frente oriental más expuestas al reino de Aragón.

⁷⁶ PALACIOS, 2008.

⁷⁷ MANZANO, 1989.

⁷⁸ RETUERCE, 2014.

⁷⁹ DAZA, 2007.

⁸⁰ RETUERCE & GARCIA, 2013.

3B/ *La fortificación de los Imperios africanos y de Castilla* (ss. XII-p-XIII): se trata de un proceso propio. Tras la conquista de Toledo por Alfonso VI, en 1085, y a lo largo de un amplio período de más de cien años, las abiertas tierras de las cuencas centrales del Tajo y del Guadiana, entre la Cordillera Central y Sierra Morena, conocieron varias etapas de avances y retrocesos por su control por parte del emergente reino castellano y de los imperios africanos, almorávide y almohade. Durante todo el siglo XII, el papel jugado por la ciudad de Calatrava —más adelante conocida como la Vieja— fue fundamental, pues el poder político que en cada momento la poseía hacía que también dominara toda la cuenca del Guadiana⁸¹. Así, la defensa del amplísimo territorio circundante dependía totalmente de este enclave, por lo que los no muy numerosos puntos fortificados en la región, relacionados casi siempre con las vías principales de comunicación o los vados⁸², en el momento en que todo el territorio vecino pasaba a las manos contrarias sólo podían ejercer de molestas cabezas de puente y de enclaves aislados en plenas tierras enemigas; tales fueron los papeles que en distintos momentos de ese período jugaron, en uno y otro sentido, las fortalezas de Alcalá la Vieja, Oreja, Mora o Salvatierra.

3B/ *Fortificación de grandes señoríos de Frontera*: se trata de un proceso propio, en el que con precedentes en el siglo XIII, en el Alto Tajo, con el señorío de Molina contra Aragón, y después con los Manuel, culminará en el período bajomedieval cuando en las tierras más meridionales se forme el señorío Villena con la familia Pacheco.

4/ *Fortificación de señoríos* (ss. XIII-XV):

4A/ *Fortificación de pequeños señoríos locales*: a partir del siglo XIII y sobre todo en la Baja Edad Media, se manifiesta sólo al norte del Tajo y en la zona conquense, tratándose del mismo proceso que se estaba produciendo simultáneamente en la Submeseta norte⁸³.

4B/ *Fortificación de medianos y grandes señoríos civiles*: a costa de las tierras de realengo, se siguió también en esta región el proceso general de señorialización del reino y la correspondiente fortificación de determinados puntos de sus posesiones, ligadas casi siempre al control económico y de paso. Se produjo sobre todo durante la Baja Edad Media en la zona del Tajo Superior y Medio, en las tierras conquenses y en lo que fue territorio castellano hasta mediados del s. XIX de las actuales provincias de Valencia y Alicante. Aparte de algunos linajes también presentes en la Submeseta norte, como los Álvarez de Toledo y Mendoza, hay que citar los Albornoz, Carrillo, Hurtado de Mendoza, Acuña, Alarcón, Cabrera, Sandoval, etc.

⁸¹ RETUERCE, 1996.

⁸² COOPER, 2014: I, 311.

⁸³ COOPER, 1991; 2014.



Fig. 6.
Casa-Torre de los
Mendoza
(Mendoza. Álava).
Foto: [http://static.
panoramio.com/photos/
large/105616429.jpg](http://static.panoramio.com/photos/large/105616429.jpg)

4C/ *Fortificación de las Órdenes Militares*: se trata de un proceso propio de la región en el que amplísimos territorios se organizaron mediante su inclusión en la jurisdicción señorial de las Órdenes militares. El fuerte protagonismo que éstas tuvieron en el progresivo avance de la reconquista hacia las tierras al sur del Sistema Central fue impulsado directamente por el poder real, tanto por razones militares como políticas, económicas e ideológicas⁸⁴. Primero fue con la abortada presencia del Temple, y después con la creación de las órdenes militares hispanas de Calatrava —fundamentalmente en la zona oriental de la región, más una testimonial presencia en el Tajo (Zorita)— y de Santiago —en la zona más occidental—, junto con el testimonio de la internacional de San Juan del Hospital, constreñida en la parte central, entre los territorios de las otras dos órdenes⁸⁵. Si bien podría pensarse que este proceso de fortificación tendría que estar incluido con más razón en el Proceso de Frontera, pensamos que en realidad la fortificación de las Ordenes militares en la Submeseta Sur respondió más a cuestiones de organización y control económico de su territorio señorial que al de resolver cuestiones fronterizas. Un aspecto importante éste que, en cambio, sí que pesará más en las vecinas tierras andaluzas (Fig. 6).

4D/ *Fortificación de grandes señoríos eclesiásticos*: como en alguna otra región de la Corona castellana, se trata de un proceso propio de fortificación. En este caso, el protagonista principal fue el Arzobispado de Toledo, pero también, aunque en menor grado, las diócesis de Sigüenza y Cuenca. Desde muy temprano estas sedes se beneficiaron económicamente de diversas donaciones reales, impulsando la repoblación de sus respectivas zonas: Peñas Alcatenas, Peralveche, Monteagudo

⁸⁴ AYALA, 2011: 29.

⁸⁵ RODRÍGUEZ-PICAVEA, 1994; GALLEGO, 2016; PALACIOS, 2006.



Fig. 7.
Castillo de Viguera
(La Rioja).
Foto: http://www.pirineos3000.com/fotos/ascensiones/800x600/21227_2.jpg

de las Salinas, Paracuellos de la Vega (Ob. de Cuenca)⁸⁶, Alamín y Calatalifa (Arz. de Toledo), etc. Poco a poco la mitra toledana fue levantando en muchas de las localidades de sus extensos territorios nuevas fortificaciones o reaprovechando otras con un pasado andalusí (Ciruela, Almonacid, Santorcaz, Alcalá de Henares, Buitrago), si bien no todas permanecieron en sus manos el resto de la Edad Media⁸⁷.

5/ *Aparición de la artillería*: ausente, salvo la adaptación de los antiguos castillos incorporando barreras artilleras.

G/ **EXTREMADURA**: el territorio más al oeste de los valles del Tajo y Guadiana, y que en definitiva se puede considerar como Submeseta Sur occidental. Unas tierras con un primer pasado andalusí, que después, entre los siglos XII y principios del XIII, se incorporaron al reino de León, para formar parte más adelante de la Corona de Castilla:

1/ *Poblaciones fortificadas andalusíes* (ss. IX-XIII): como en la Submeseta Sur, se trata de un proceso propio de fortificación. En lo que respecta a la zona al norte del Tajo, el poblamiento y la correspondiente fortificación de casi todos los núcleos habitados andalusíes, presenta las mismas características que se enunciaron para las tierras más orientales de la Submeseta Sur, dependientes de Toledo. Las comarcas situadas al Sur del Tajo y toda la cuenca del Guadiana dependían de Mérida, el antiguo centro vertebrador de la zona en época romana y visigoda. Según se describió para la zona oriental meseteña, también en Extremadura todas las poblaciones, con diferentes *status* e importancia, se defenderían con recintos amurallados. Como característica de la región, hay que destacar la fortaleza de sus alcazabas y de sus murallas, casi siempre con aparejos pétreos, en prevención de los ataques procedentes del reino de León: Mérida (*Fig. 7*), Badajoz, Trujillo, etc.

⁸⁶ NIETO, 1982.

⁸⁷ MAQUEDANO, 2002; MERLOS, 2000.

2/ *Repoblación leonesa y castellana y fortificación de ciudades* (ss. XII-XV): el proceso fue muy similar al que se produjo en el resto de las ciudades de la Corona de Castilla y a las particularidades mencionadas para la Submeseta Sur. Cabe mencionar las poblaciones de Coria, Plasencia, Trujillo, Cáceres, Badajoz, etc.

3/ *Fortificación de fronteras contra reinos vecinos o peligros externos* (ss. XII-XV):

3A/ *Contra reinos vecinos*: se levantaron fortificaciones a lo largo de la frontera con Portugal, conocida como “La Raya”, en el extremo occidental de la región⁸⁸.

3B/ *La fortificación de los Imperios africanos y del reino de León* (ss. XII-p. s. XIII): se trata de un proceso propio, muy similar en todo al que se daba coetáneamente en la Submeseta Sur, sólo que aquí con el protagonismo en casi toda la región, del reino de León, en vez del de Castilla, del que en ese momento sólo es suya la zona más nororiental de Plasencia.

4/ *Fortificación de señoríos* (ss. XIII-XV):

4A/ *Fortificación de pequeños señoríos locales*: se manifiesta sobre todo en la Baja Edad Media en torno a las dehesas, una unidad de explotación agropecuaria, fundamentalmente ganadera, dedicada a pastos, o mixta, para pasto y labor agrícola. La fortificación del campo extremeño, con castillos y torres, primero tuvo un preeminente carácter militar, pasando a tener a partir del siglo XV el de residencial⁸⁹.

4B/ *Fortificación de medianos y grandes señoríos civiles*: se siguen las mismas pautas que en el resto de la Corona de Castilla, con linajes poseyendo tierras por toda la región, sobre todo en la Baja Edad Media, y muy ligados a intereses ganaderos (Álvarez de Toledo, Zúñiga, Suárez de Figueroa, De la Cueva, etc.), y muy relacionados también con las tierras de la otra vertiente de la Cordillera Central o con Andalucía.

4D/ *Fortificación de las Órdenes Militares*: se trata de un proceso propio, al igual que en la Submeseta Central oriental, y con el mismo carácter, más señorial que fronterizo, aunque con distinto protagonismo de las Órdenes presentes en Extremadura: Temple, Santiago y Alcántara⁹⁰.

5/ *Aparición de la artillería*: está presente, como es el caso de la torre *caponera* de Trujillo, aunque sin datación precisa, y en la adaptación de los antiguos castillos incorporando barreras artilleras.

H/ REINO DE MURCIA: la zona más suroriental de la Corona de Castilla, un territorio con un fuerte pasado andalusí que fue incorporado al reino castellano-leonés a mediados del siglo XIII y que durante la Baja Edad Media, como Reino

⁸⁸ MARTÍN, 1996-2003; MEDINA, 2006; COBOS *et al.*, 2012.

⁸⁹ NAVAREÑO, 1999.

⁹⁰ GARRIDO, 1989; MATELLANES, 1999; VARELA, 2000; NAVAREÑO, 1987.

de Murcia, englobó mucha más superficie que la actual de la provincia del mismo nombre.

1/ Poblaciones fortificadas andalusíes (ss. IX-XIII): el Proceso de fortificación de la región de Murcia en época andalusí fue haciéndose muy similar al seguido en el resto de al-Andalus, con ciudades y demás núcleos de población rodeados de murallas. Tras el Pacto de Teodomiro, después de 711, aún con el cambio cultural que se produjo, algunas de las anteriores poblaciones más fuertes continuaron activas. En el siglo IX, por propia decadencia o por la intervención destructora emiral, estas ciudades se abandonaron viéndose reemplazadas en el papel rector del territorio por nuevas fundaciones. Tal fue el caso de Murcia, en 825, que se amuralló aprovechando un meandro del Segura. Coetáneamente, diversos *husun* fortificados, aprovechando los diversos cerros que dominaban la vega, regían cada uno de los distritos formados por muchas alquerías⁹¹ y que se asociaban con una economía hortícola⁹², mientras que otros, junto al mar y puntos resguardados de la costa, con actividades pesqueras y comerciales con el Mediterráneo.

2/ Repoblación castellana y fortificación de ciudades (ss. XIII-XV): el proceso fue muy similar al que se produjo en el resto de las ciudades que habían formado parte de al-Andalus y que en el siglo XIII se incorporaron a la Corona de Castilla⁹³. En las ciudades más importantes, como Lorca, Murcia, Cieza, etc., tal como sucedió en el resto de ciudades con pasado andalusí, sus murallas construidas en esta época se reformaron y adaptaron a las nuevas necesidades urbanas.

3/ Fortificación de fronteras contra reinos vecinos o peligros externos (ss. XIII-XV):

3A/ Fortificaciones de la taifa mardaní contra los almohades (s. XII): se trata de un proceso propio de fortificación que se desarrolló contra los almohades en la región de Murcia y en un amplio área de su entorno. La resistencia a éstos fue liderada por Ibn Mardanis, quien mediante diversas alianzas, tanto de los poderes cristianos peninsulares como de algunas repúblicas italianas, logró que durante un cierto tiempo toda la región se mantuviera independiente del nuevo poder africano hegemónico en el resto de al-Andalus⁹⁴. (Fig. 8)

3B/ Contra reinos vecinos: en este caso y hasta el siglo XV, Murcia jugó un papel muy importante en la frontera nororiental del sultanato de Granada, lo que incluso condicionó grandemente la situación de la región durante toda la baja Edad Media⁹⁵. Hubo pues un proceso de fortificación en las poblaciones de jurisdicción real, bajo

⁹¹ MARTÍNEZ & MUNUERA, 2009: 8.

⁹² JIMÉNEZ, 2006.

⁹³ JIMÉNEZ, 2005: 201-206.

⁹⁴ MANZANO, 1997; 2002; JIMÉNEZ, 2005: 195-201; NAVARRO & JIMÉNEZ, 2012.

⁹⁵ MOLINA & JIMÉNEZ, 1996.



Fig. 8.
Castillo de Calatrava
la Nueva (Aldea del
Rey. Ciudad Real).

el mando del Adelantado Mayor de Murcia, el cargo más importante del reino de Murcia, siendo Lorca la localidad más importante en la defensa de esta Frontera.

Igualmente, hubo un proceso de fortificación en la frontera con Aragón, antes y una vez consolidados los límites entre las dos Coronas tras muchos años de conflicto y disputas por ellos⁹⁶.

3C/ *Fortificación de las Órdenes Militares*: se trata de un proceso propio, muy similar al que sucedió también en Andalucía. Como éste, estuvo más relacionado con su situación fronteriza a lo largo de dos siglos, que con el siguiente proceso de fortificación señorial, que, como se ha visto, tuvo mayor peso en la Submeseta sur y Extremadura. El protagonismo en Murcia, con la excepción de la Orden del Temple (con la localidades de Caravaca de la Cruz, Bullas y Cehegín), fue exclusivo de la Orden de Santiago, con encomiendas en un territorio fronterizo muy montañoso, con fortificaciones en las sedes de éstas, en otras poblaciones importantes y en torres de aldea⁹⁷.

4/ *Fortificación de señoríos* (ss. XIII-XV):

4A/ *Fortificación de pequeños señoríos locales*: como en el resto de la Corona, diversas familias recibieron pequeños mayorazgos, como los Calvillo, señores de Cotillas; Ayala, dueños de Albudeite; Arróniz, de origen navarro; Lisón, procedentes de Francia, Carrillo, etc.⁹⁸.

⁹⁶ JIMÉNEZ, 1996-1997; FERRER, 1990; —, 2005.

⁹⁷ TORRES, 1966; 1988; 2003; RODRÍGUEZ, 1984; VARELA, 1996-1997; AA.VV., 1997.

⁹⁸ DOMÍNGUEZ, 1999: 115.

4B/ *Fortificación de medianos y grandes señoríos civiles*: también en el reino de Murcia grandes familias recibieron mercedes reales de grandes señoríos, ligados en muchos casos a la Frontera con Granada y a la orden de Santiago. Entre todos ellos, destacan los Fajardos, que acapararán el Adelantamiento Mayor de Murcia, pero también los Manrique, Manuel, Dávalos o Pacheco⁹⁹.

5/ *Aparición de la artillería*: ausente, salvo la adaptación de los antiguos castillos incorporando barreras artilleras.

I/ **ANDALUCÍA**: el territorio más meridional de la Corona de Castilla, unas tierras con un fuerte pasado andalusí, que se fue incorporado progresivamente a la Corona castellana desde mediados del siglo XIII y que culminó con la conquista de la ciudad de Granada en 1492.

1/ *Poblaciones fortificadas andalusíes* (ss. VIII-XV): el Proceso de fortificación de Andalucía en época andalusí fue muy similar al seguido en el resto de al-Andalus, con ciudades y demás núcleos de población rodeados de murallas y casi siempre en posiciones dominantes, y donde cada uno de los lugares fortificados organizaba el poblamiento y el territorio circundante¹⁰⁰. Si bien primero se aprovecharon las infraestructuras preexistentes, romanas y visigodas, pronto las necesidades del estado centralizado hicieron que en las poblaciones y ciudades más importantes se conformase la simbiosis fortificada del alcázar y alcazaba —residencia del poder local delegado del central— y el recinto amurallado urbano, en el que se acogerían todas las actividades propias de una sociedad mercantil y tributaria. En toda Andalucía, al igual que en el resto del territorio de al-Andalus, múltiples poblaciones reprodujeron a su escala lo que urbanísticamente se desarrollaba en Córdoba, la capital del estado, a través de las demás ciudades andalusíes importantes (Sevilla, Ronda, Málaga, Granada, Jaén, Carmona, etc.), que imitaban a ésta, y a las que cada una de ellas tenía más cerca en esta sucesiva relación jerárquica. Muchas de las ciudades más importantes, ya en el siglo XI, producida la *fitna* y la caída del califato, se convirtieron en sedes de reinos taifas que reforzaron sus fortificaciones contra el potencial ataque de sus vecinos, en su lucha por el poder hegemónico en la región, y contra el avance hacia el sur de la Corona de Castilla.

2/ *Repoblación castellana y fortificación de ciudades* (ss. XIII-XV): el proceso fue el mismo al que se produjo en el resto de las ciudades que habían formado parte de al-Andalus y que en el siglo XIII se incorporaron a la Corona de Castilla: «el aprovechamiento de las fábricas andalusíes fue sistemático. Se carecía de recursos y tiempo para emprender grandes campañas constructivas en plena guerra y la conquista había ofrecido grandes edificios, cuya reparación era rentable. Puede decirse

⁹⁹ DOMÍNGUEZ, 1999: 115-120.

¹⁰⁰ ACIÉN, 1995.

que el acto de mayor valor arquitectónico practicado por la Corona castellana fue la apropiación física y simbólica de las grandes construcciones oficiales andalusíes, entre las cuales destacaban los castillos y alcazabas. En el siglo XIII, el territorio andaluz se organizó en tres reinos: Jaén, Córdoba y Sevilla. Sus tres capitales se convirtieron en ciudades de realengo, donde la Corona planteó grandes obras. Para proteger a las grandes capitales se diseñó un sistema defensivo formado por fortalezas, en torno a las cuales, con frecuencia, surgieron nuevos núcleos de población»¹⁰¹.

3/ Fortificación de fronteras contra reinos vecinos o peligros externos (ss. XIII-XV):

3A/ La fortificación de los Imperios africanos (ss. XII-XIII): se trata de un proceso propio, relacionado en todo al que se daba coetáneamente en la vanguardia a las tierras andaluzas que fue la Submeseta Sur contra las amenazas del reino de Castilla. Bien fuera por iniciativa de las propias poblaciones beréberes locales¹⁰² o por iniciativa oficial almorávide¹⁰³ o almohade, casi todas las poblaciones de las zonas más expuestas a las correrías o ataques castellanos de dotaron de defensas de torres y castillos.

3B/ Contra reinos vecinos: a occidente, contra el reino de Portugal, en distintos momentos y como continuación del proceso que a su vez se daba en la vecina Extremadura, se levantaron fortificaciones a lo largo de la frontera con Portugal, conocida aquí como la *Banda Gallega*, acondicionándose castillos de origen andalusí y erigiéndose otros nuevos.

3C/ Fortificaciones del Corona castellana contra el reino nazarí de Granada: fue contra el reino nazarí de Granada, a lo largo de dos siglos y culminando con la caída de la capital del sultanato en 1494, donde se produjo el mayor empeño defensivo y ofensivo de la Corona. Así, «frente a la amenaza del reino granadino, se creó todo un cinturón defensivo a lo largo de la frontera, conocida como la *Banda Morisca*. Una vez fijada la frontera en 1246 —Pacto de Jaén, entre Fernando III y Alhamar de Granada—, ésta apenas fluctuó, salvo algunas pequeñas modificaciones. La 1ª fase del conflicto (1275-1350) entre la Corona de Castilla y el reino de Granada y sus aliados meriníes, conoció las principales acciones de armas en su parte más occidental: la llamada “batalla del Estrecho”, por el control de ambos continentes. La 2ª fase (1350-1481), derrotados los meriníes y aislada Granada, significó la lenta agonía del sultanato»¹⁰⁴. La 3ª fase (1481-1492) fue la de la definitiva ofensiva y conquista de Granada por parte de los Reyes Católicos.

¹⁰¹ RODRÍGUEZ, 2001: 208.

¹⁰² ESLAVA, 1988a.

¹⁰³ ESLAVA, 1988b.

¹⁰⁴ ROJAS, 2004: 675.

La Frontera granadina nació de las fortalezas jiennenses de Hornos de Segura y Cazorla, pasando por otras cordobesas como las de Espejo y Priego, y sevillanas como las de Estepa y Morón, hasta las gaditanas de Arcos y Medina Sidonia. Este cinturón se cerraba con la protección de las poblaciones más cercanas al Estrecho, amenazadas por granadinos y meriníes: Jerez, El Puerto de Santa María, Cádiz, Tarifa y Algeciras¹⁰⁵.

3D/ *Fortificación del los municipios de Frontera contra el reino nazarí de Granada*: se trata de un proceso propio en el que los grandes concejos béticos — Jaén, Córdoba, Sevilla¹⁰⁶, Jerez de la Frontera¹⁰⁷, etc.— se organizaron mediante una red de fortificaciones a lo largo de la Baja Edad Media ante el peligro de la muy próxima Frontera de Granada, la llamada *Banda morisca*.

3E/ *Fortificación de las Órdenes Militares*: se trata de un proceso propio, en el que las órdenes militares, principalmente las de Santiago y Calatrava¹⁰⁸, intervinieron muy activamente en el proceso de fortificación a través de su red de encomiendas¹⁰⁹. A diferencia de la Submeseta Sur y de Extremadura, en Andalucía las circunstancias fronterizas pesaron más que las propias señoriales. Dichas encomiendas se distribuyeron por la línea fronteriza, pero sin alcanzar nunca las grandes extensiones de Castilla la Nueva ni de Extremadura, pues ni Fernando III ni Alfonso X, después de la experiencia en estas dos regiones, no las quisieron dar excesivo protagonismo¹¹⁰.

3F/ *Fortificaciones del reino nazarí de Granada contra la Corona de Castilla (ss. XIII-XV)*: se trata de un proceso propio como respuesta al avance de la Corona de Castilla hacia el sur de la Península Ibérica¹¹¹. «El paisaje, que en fechas anteriores contaba con elementos claramente defensivos, se eriza a partir de esos años de castillos y torres que tienen como misión primordial evitar el avance de los cristianos por tierras granadinas y organizar todo el conjunto. El poblamiento que se detecta, al menos en la parte nazarí, pone manifiesto la presencia de asentamientos rurales, que deben ser llamados alquerías, sin defensas, al mismo tiempo que se reconocen otros fortificados y organizados a la manera incluso de una ciudad, si bien lo es en casos excepcionales... Quizás puedan considerarse herederas directas de estructuras

¹⁰⁵ RODRÍGUEZ, 2001: 209.

¹⁰⁶ MOLINA & ALCÁZAR, 2014; MOLINA, 2016a; 2016b.

¹⁰⁷ MOLINA, 2014.

¹⁰⁸ CASTILLO & CASTILLO, 2003.

¹⁰⁹ GÓMEZ de TERREROS, *ed.*, 2011.

¹¹⁰ CABRERA, 2004: 71.

¹¹¹ QUINTANILLA, 1986; ACIÉN, 1995; 1999; MALPICA, 1998; —, 2001; —, 2008; PORRAS, 2006; GARCÍA, 2014.



Fig. 9.
Alcazaba de Mérida
(Badajoz).
Foto: [http://mapio.net/
pic/p-101192787/](http://mapio.net/pic/p-101192787/)

de ocupación que se reconocen en periodos anteriores, a partir del siglo XII»¹¹². (Fig. 9).

4/ *Fortificación de señoríos* (ss. XIII-XV): se trata de un proceso de fortificación que en muchas ocasiones estuvo muy unido al anterior de las fortificaciones de Frontera, pues en él participaron de manera muy directa muchos de los señoríos más cercanos a las fronteras con Granada y Portugal.

4A/ *Fortificación de pequeños señoríos locales*: como en el resto de la Corona castellana, se manifiesta también en Andalucía. Aunque, sobre todo al principio, con menos fuerza, varias fortalezas andalusíes fueron dadas a diversos miembros de la familia real o a otros personajes por la valía personal demostrada durante la conquista¹¹³, iniciándose con tenencias más que con señoríos propiamente dichos. Son los casos de Carmona, Baena, Marchena, Luque, Zuheros, etc.¹¹⁴.

4B/ *Fortificación de medianos y grandes señoríos civiles*: como en el resto de la Corona, diversos linajes, como Arcos¹¹⁵, Aguilar¹¹⁶, Medina-Sidonia, Cádiz, etc., en base a una economía extensiva, muy práctica en un territorio fronterizo como era el del sur andaluz, tenían como hábito normal la combinación de la guerra con la práctica ganadera¹¹⁷. Como en el resto del reino castellano, muchos linajes levantaron también altas y señeras torres del homenaje en sus castillos¹¹⁸.

¹¹² MALPICA, 2001: 216.

¹¹³ GONZÁLEZ, 1980: 128.

¹¹⁴ CABRERA, 2004: 71-72.

¹¹⁵ DEVÍS, 1999.

¹¹⁶ CABRERA, 2004.

¹¹⁷ QUESADA, 1989.

¹¹⁸ LEÓN, 1999; 1986.



Fig. 10.
Castillo y Castillejo
de Monteagudo
(Murcia).
Foto: Fernando Cobos
Guerra

4C/ *Fortificación de grandes señoríos eclesiásticos*: como en otras regiones de la Corona castellana, se trata de un proceso propio de fortificación. En este caso, el protagonista principal fue el Arzobispado de Toledo, que obtuvo de Fernando III el Adelantamiento de Cazorla, con la donación de numerosas villas en el Alto Guadalquivir.

5/ *Aparición de la artillería*: en Andalucía, «la creciente importancia adquirida por el fuego artillero introdujo algunos cambios notables, tal como se advierte en la construcción de “El Cubete”, un fortín artillero instalado a finales del siglo XV en el Alcázar del rey don Pedro en Carmona»¹¹⁹. Hay un precedente excepcional en los restos de la barrera de Algeciras¹²⁰ aunque otras fortificaciones de importancia, seguramente con apoyo real, se deben relacionar con la frontera de Portugal, como la barrera de Niebla o con la refortificación del reino de Granada tras su conquista, como los baluartes que hace Ramiro López en la Alhambra¹²¹.

I/ **ISLAS CANARIAS**: territorio insular, al oeste del continente africano, que fue incorporado a la Corona de Castilla a principios del siglo XV.

1/ *Poblaciones fortificadas andalusíes o Fortificación de frontera y conquista*: No participa.

2/ *Repoblación castellana* (s. XV): fue en 1477 cuando la Corona castellana resolvió de forma resolutiva la conquista de determinadas islas: Gran Canaria

¹¹⁹ RODRÍGUEZ, 2001: 209.

¹²⁰ COBOS, 2004c.

¹²¹ COBOS, 2004b.



Fig. 11.
Castillo de Moclín
(Granada).
Foto: <http://www.virtimeplace.com/content/castillo-de-mocl%C3%ADn>.



Fig. 12.
Castillo de Santa
Bárbara (Teguise,
Lanzarote).
Foto: Wikimedia Commons. Frank Vincentz

(1478-1483), La Palma (1493) y Tenerife (1494-1496), en un proceso conocido como “Conquista realenga”¹²², posterior en muchas décadas al de la “Conquista señorial”, iniciada en 1402. Se realizó mediante torres de iniciativa real: El Real de Las Palmas, 1478; Torre de Agaete, Gáldar, etc., y que tuvieron más un carácter ofensivo que defensivo¹²³.

3/ *Fortificación de fronteras contra reinos vecinos o peligros externos* (s. XV): sí que es partícipe, pues durante casi el siglo que duró la conquista del archipiélago, las islas aún no tomadas eran consideradas como territorio fronterizo de ámbito marítimo¹²⁴ (Fig. 10).

4/ *Fortificación de señoríos* (s. XV): el propio origen de la conquista de las islas estuvo relacionado con el proceso de señorialización, pues Enrique III, en

¹²² GONZÁLEZ & AZNAR, 2002: 781.

¹²³ GONZÁLEZ & AZNAR, 2002: 73-784.

¹²⁴ GONZÁLEZ & AZNAR, 2002: 782.

1402, se las concedió al noble normando, Jean de Bethencourt. Con él se inició la “Conquista señorial”, que luego fue continuada por algunas familias de la baja nobleza sevillana¹²⁵. El proceso de fortificación, íntimamente relacionado con el anterior, se inició a partir del levantamiento de torres costeras que, además de su carácter militar añadían funciones comerciales y religiosas con la población nativa, además «de elementos de presión sobre las poblaciones aborígenes y de valedoras de los derechos señoriales sobre los territorios aún no anexionados»¹²⁶.

5/ *Aparición de la artillería*: sí que se manifiesta, con torres con barreras artilleras muy básicas, como la recientemente excavada del Castillo de la Luz en la Palma.

BIBLIOGRAFÍA

- AA.VV. (1997): *La frontera oriental nazarí como sujeto histórico*. Almería.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel (1995) – *La fortificación en al-Andalus*. «Archeologia Medievale», XXII, p. 7-36.
- (1999) – *Los tugur del reino nazarí: ensayo de identificación*. In BAZZANA, André, ed. – *Castrum, 5. Archéologie des espaces agraires méditerranéens au Moyen Âge*. Madrid, p. 427-438.
- ALCAIN, Pía & URTEAGA, Mercedes (2001) – *La muralla medieval de Hondarribia y las fortificaciones de las villas de realengo guipuzcoanas*. In *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval Española*, (Valladolid, 1999). Valladolid, p. 743-758.
- ARAMBURU-ZABALA HIGUERA, Miguel Ángel (2001) – *Casonas, casas, torres y palacios en Cantabria*. Santander.
- ARRIBAS MAGRO, María del Carmen Sonsoles (2016) – *Las Merindades de Burgos: una análisis jurisdiccional y socioeconómico desde la Antigüedad a la Edad Media*. Madrid.
- AVELLO ÁLVAREZ, José Luis (1991) – *Las torres señoriales de la baja Edad Media asturiana*. León.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2001) – *Las Órdenes militares en Andalucía*. In GÓMEZ DE LOS TERREROS, M^a del Carmen, ed. – *La Arquitectura de las Órdenes militares en Andalucía*. Huelva, p. 17-30.
- AZNAR VALLEJO, Eduardo (1986) – *La colonización de las Islas Canarias en el siglo XV*. «En la España Medieval», 8, p. 195-218.
- BENGOECHEA REMENTERÍA, M^a Belén & QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2006) – *Las villas vascas antes de las villas. La perspectiva arqueológica sobre las génesis de las villas en el País Vasco*. In *El espacio urbano en la Europa medieval*. Nájera, p. 146-166.
- BENGOECHEA REMENTERÍA, M^a Belén (2007-2008) – *Arqueología de las murallas urbanas medievales en el País Vasco. Nuevas vías interpretativas*. «Veleia», 24-25, p. 1143-1160.
- BOHIGAS ROLDÁN, Ramón (2011) – *Las fortificaciones tardoantiguas y altomedievales en Cantabria. Un estado de la cuestión*. «Castillos de España», 161-162-163, p. 37-60.

¹²⁵ GONZÁLEZ & AZNAR, 2002: 781.

¹²⁶ GONZÁLEZ & AZNAR, 2002: 782-983.

- BENITO MARTÍN, Félix (2000) – *La formación de la ciudad medieval. La red urbana en Castilla y León*. Valladolid.
- BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio (2003) – *Concejos, castillo y oligarquías: poder y señorío en territorio burgalés a fines de la Edad Media*. In *La fortificación medieval en la Península Ibérica* (Aguilar de Campoo, 1992). Aguilar de Campoo. p. 71-80.
- CABAÑERO SUBIZA, Bernabé (1990) – *Los castillos de la Rioja contruidos frente al dominio del Islam. Notas sobre su origen*. «Brocar. Cuadernos de investigación histórica», 16, p. 19-40.
- CABRERA MUÑOZ, Emilio (1985) – *Del Tajo de Sierra Morena*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel et al. – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de castilla en los siglos VIII al XV*, p. 123-161.
- (2004) – *La señorialización de Andalucía en el siglo XIII y los orígenes de la primera casa de Aguilar*. «Historia. Instituciones. Documentos», 31, p. 69-96.
- CARRASCO Y CIFUENTES, Lorena (2012) – *La belicosa nobleza gallega y el uso de sus castillos en la Baja Edad Media*. «Castillos de España», 167-170, p. 213-218.
- CASTELLANO HUERTA, M^a Águeda (1990) – *La fortificación militar medieval en la Sierra de Cameros*. «Brocar. Cuadernos de investigación histórica», 16, p. 41-51.
- CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos & CASTILLO ARMENTEROS, José Luis (2003) – *La organización militar de la Orden de Calatrava en el Alto Guadalquivir a través de las investigaciones arqueológicas*. «Arqueología y Territorio Medieval», 10.2, p. 181-231.
- CASTRO FERNÁNDEZ, José Javier de (2004) – *Los ingenieros reales de los Reyes Católicos. Su nuevo sistema de fortificación*. In *Artilería y fortificaciones en la Corona de Castilla durante el reinado de Isabel la Católica (1464-1504)*. Madrid. p. 321-383.
- CASTRO FERNÁNDEZ, José Javier de & CUADRADO BASAS, África (2012) – *Evolución de las fortificaciones del periodo de transición a través de los castillos del conde de Benavente. 1472-1522*. «Castillos de España», 164-165-166, p. 123-138.
- CASTRO FERNÁNDEZ, José Javier de & MATEO de CASTRO, Javier (2015) – *Diego de Vera, el ingeniero de Fernando el Católico*. «Castillos de España», 173-176, p. 1-12.
- COBOS GUERRA, Fernando (2004a) – *La artillería de los Reyes Católicos*. Salamanca.
- (2004b) – *Los orígenes de la escuela española de fortificación del primer renacimiento*. In VALDÉS, A., ed. – *Artilería y fortificaciones en la Corona de Castilla durante el reinado de Isabel la Católica*. A. Valdés, coord. Madrid, p. 224-267.
- (2004c) – *Tecniche ossidionali e difensive aragonesi e spagnole*. In *Actas del Congreso internacional Castel Sismondo e l'arte Militare del Primo Rinascimento*. Rímimi, p. 105-142.
- (2010) – *Los procesos constructivos del Castillo de la Mota entre los siglos XII y XV*. In ARIAGA, B. & SOLÓRZANO, J., eds. – *Construir la ciudad en la Edad Media*, p. 211-254.
- (2014a) – *Recognition and characterisation of the hispanic territorial systems of fortification in the 16th, 17th and 18th Centuries*. «CEAMA», 11.
- (2014b) – *Fuentes de estudio y valoración de la arquitectura defensiva*. «Patrimonio cultural de España», 9, p.141-158
- (2016) – *O Sistema de Fortificação Fronteiriço do antigo Reino de Leão frente a Portugal e Castela (1161-1230)*. «CEAMA», 13, p.36-84
- COBOS GUERRA, Fernando & CASTRO FERNÁNDEZ, José Javier de (1998) – *Castilla y León: Castillos y fortalezas*. León.
- (2002) – *El castillo de Ponferrada*. León

- (2007) – *Murallas Medievales, Castillos y Torreones*. In *Patrimonio Arquitectónico de Castilla y León II. Arquitectura Militar*. Valladolid.
- COBOS GUERRA, Fernando & RETUERCE VELASCO, Manuel (2011) – *Metodología, valoración y criterios de intervención en la arquitectura fortificada de Castilla y León*. *Catálogo de las provincias de León, Salamanca, Valladolid y Zamora*. Valladolid: Junta de Castilla y León. Edición digital.
- COBOS GUERRA, Fernando; CASTRO FERNÁNDEZ, José Javier de; CANAL ARRIBAS, Rodrigo (2012) – *Castros y recintos en la frontera de León en los siglos XII y XIII. Fortificaciones de tapial de cal y canto o mampostería encofrada*. Valladolid: Junta de Castilla y León. Edición digital.
- COBOS GUERRA, Fernando; RETUERCE VELASCO, Manuel; HERVÁS HERRERA, Miguel Ángel (2001) – *Esquema del dominio político del Duero Superior en la Edad Media*. In *V Congreso de Arqueología Medieval Española*. Valladolid, 1999. Valladolid. Vol. II, 759-773.
- CONDE MORA, Francisco Gliceiro (2012) – *Notas a un inventario de las fortalezas del linaje de Sotomayor en el reino de Galicia*. «Castillos de España», 164-165-166, p. 99-106.
- COOPER, Edward (1991) – *Castillos señoriales en la Corona de Castilla*. 4 tomos. Salamanca.
- (2014): *La fortificación de España en los siglos XIII y XIV*. 2 vol. Madrid.
- DAZA PARDO, Enrique (2007) – *Los castillos olvidados. El papel de los asentamientos fortificados en altura en la génesis del poblamiento altomedieval del Valle de Henares (siglos VII-XII)*. «Castillos de España», 148, p. 13-25.
- DEVÍS MÁRQUEZ, Federico (1999) – *Mayorazgo y cambio político. Estudios sobre el mayorazgo de la Casa de Arcos al final de la Edad Media*. Cádiz.
- DOMÍNGUEZ NAFRÍA, Juan Carlos (1999) – *La nobleza del Reino de Murcia*. In IGLESIAS CANO, M^a del Carmen, coord. – *Nobleza y sociedad III: las noblezas españolas, reinos y señoríos en la Edad Moderna*. Madrid, p. 101-143.
- ESLAVA GALÁN, Juan (1988a) – *Fortines beréberes en al-Andalus*. «Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas», 14-15, p. 97-113.
- (1988b): *Las defensas almorávides de Jaén*. «Boletín del Instituto de Estudios Giennenses», 133, p. 9-32.
- ERKOREKA, Antón (1995) – *Los vikingos en Eskal Herría*. Las Arenas de Guecho.
- FERRER i MALLOL, María Teresa (1990) – *Organització i defensa d'un territori fronterer. La Governació d'Oriola en el segle XIV*. Barcelona.
- (2005) – *Entre la paz y la guerra. La corona Catalano-Aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media*. Barcelona.
- GAGO MARIÑO, Manuel (2012) – *Castillos (casi) en el aire. Una aproximación a las fortificaciones tardorromanas y altomedievales en Galicia*. «Castillos de España», 164-165-166, p. 23-32.
- GALLEGO VALLE, David (2016) – *La fortificación medieval en el Campo de Montiel (ss. VIII-XVI). Análisis de su secuencia histórica y constructiva*. «Espacio, tiempo y forma. Edad Media», 29, p. 337-376.
- GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, Alejandro & MUÑIZ LÓPEZ, Iván (2010) – *Arqueología medieval en Asturias*. Gijón.
- GARCÍA PORRAS, Alberto (2014) – *La frontera del reino nazarí de Granada. Origen y transformaciones de un asentamiento fronterizo a partir de las excavaciones en el castillo de Moclín (Granada)*. «Revista del CEHGR», 26, p. 53-86.
- GARCÍA de CORTAZAR, José Ángel et al. (1985a) – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII al XV*. Barcelona.

- (1985b) – *Del Cantábrico al Duero*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel et al. – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de castilla en los siglos VIII al XV*, p. 43-83.
- GARCÍA GONZÁLEZ, Juan José (2003) – *Fronteras fortificaciones en territorio burgalés en la transición de la Antigüedad a la Edad Media*. «Cuadernos burgaleses de Historia Medieval», p. 7-69.
- GARRIDO SANTIAGO, Manuel (1989) – *Arquitectura militar de la Orden de Alcántara en Extremadura*. Cádiz.
- GIL CRESPO, Ignacio Javier (2015) – *Fundamentos constructivos de las fortificaciones fronterizas entre las coronas de Castilla y Aragón de los siglos XII al XV en la actual provincia de Soria*. Madrid.
- GÓMEZ DE LOS TERREROS GUARDIOLA, M^a del Valle. Ed. (2011) – *La Arquitectura de las Órdenes militares en Andalucía*. Huelva.
- GONZÁLEZ CEMPELLÍN, Juan Manuel (2004) – *Las Torres de las Encartaciones*. Bilbao.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio (1975) – *Repoblación de Castilla la Nueva*. 2 vol. Madrid.
- (1980) – *Reinado y diplomas de Fernando III*. 3 vol. Córdoba.
- GÓNZALEZ JIMÉNEZ, Manuel (1985) – *Andalucía Bética*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel et al. – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de castilla en los siglos VIII al XV*, p.163-194.
- GONZÁLEZ MARRERO M^a del Cristo & LARRAZ MORA, Alejandro (2002) – *Fortificaciones y expansión atlántica en el Mar de Canarias*. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa, p. 781-790.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino (1995) – *Fortificaciones y feudalismo en el origen y formación del reino leonés (siglos IX-XIII)*. Valladolid.
- JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco (1996-1997) – *La frontera occidental del Reino de Murcia en el contexto de la intervención aragonesa. Defensa y repoblación (1270-1340)*. «Anales de la Universidad de Alicante. Historia medieval», p. 229-249.
- (2005) – *La crisis del reino musulmán de Murcia en el siglo XIII*. In *La crisis del reino musulmán de Murcia en el siglo XIII*, 32, p. 193-210.
- JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro (2006) – *La ciudad y el reino de Murcia durante el siglo X*. In *Cuando Almería era Almaríyya. Mil años en la historia de un reino*. Almería.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel (1992) – *Las regiones históricas y su articulación política en la Corona de Castilla durante la Baja Edad Media*. «En la España Medieval», 15, p. 213-247.
- LEON MUÑOZ, Alberto (2006) – *Las fortificaciones castellanas del siglo XV en el reino de Córdoba*. In *Actas de las I Jornadas de fortificaciones medievales: el sur de Córdoba*. p. 59-111.
- LÓPEZ de COCA CASTAÑER, José Enrique (1985) – *El Reino de Granada*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel et al. – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de castilla en los siglos VIII al XV*, p. 195-240.
- MALPICA CUELLO, Antonio (1998): *Los castillos en época nazarí. Una primera aproximación*. In *Castillos y territorio en al-Andalus. Actas de las Jornadas de Arqueología Medieval* (Berja, 4-6 octubre 1996). Malpica Cuello, Antonio (ed.). Granada, p. 246-293.
- (2001) – *Las fortificaciones de la frontera nazarí-castellana*. «PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico», 36, p. 216-224.
- (2008) – «Las villas de la frontera granadina ¿Ciudades o alquerías fortificadas?». In CRESSIER, Patrice, ed. – *Le chateau et la villa. Espaces et réseaux*. Madrid, p. 151-173.

- MANTECÓN CALLEJO, Lino & MARCOS MARTÍNEZ, Javier (2011) – *Fortificación del territorio del Nansa durante la Edad Media. Hipótesis de evolución en el tiempo*. «Castillos de España», 161-162-163, p. 71-78.
- MANZANO MARTÍNEZ, J. (1997) – *Fortificaciones islámicas en la huerta de Murcia: sector meridional. Memoria de las actuaciones realizadas*. «Memorias de arqueología», 6, p. 425-471.
- (2002) – *Arquitectura defensiva: delimitación de entornos y documentación histórica de 20 torres y castillos*. «Memorias de arqueología», 10, p. 658-747.
- MANZANO MORENO, Eduardo (1989) – *La organización fronteriza en al-Andalus durante época omeya: aspectos militares y sociales (756-976/138-366 H.)*. Madrid.
- MAQUEDANO CARRASCO, Bienvenido (2002) – *Articulación territorial de la Sagra a los montes de Toledo. Las fortalezas de la Mitra*. «Castillos de España», 124, p. 21-30.
- MARCOS MARTÍNEZ, Javier & MANTECÓN CALLEJO, Lino (2012) – *Aproximación a las fortificaciones de cronología altomedieval en Cantabria*. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio & TEJADO SEBASTIÁN, José María, eds. – *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao, p. 99-122.
- MARTÍN MARTÍN, José Luis (1996-2003) – *La tierra de las “contiendas”: notas sobre la evolución de la raya meridional en la Edad Media*. «Norba», 16.1, p. 277-293.
- MARTÍN VISO, Iñaki (1995) – *Poblamiento y sociedad en la transición al feudalismo en Castilla: Castros y aldeas en la Lora burgalesa*. «Studia Historica. Edad Media», 13, p. 3-45.
- MARTÍNEZ GONZÁLEZ, M^a Milagros (2015) – *Arqueología en Sajazarra (La Rioja). Novedades en torno al sistema de fortificación medieval*. «Brocar. Cuadernos de investigación histórica», 39, p. 7-37.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, José Antonio & MUNUERA NAVARRO, David (2009) – *Por tierra de castillos. Guía de las fortificaciones medievales de la Región de Murcia y rutas por sus antiguos caminos*. Murcia.
- MATELLANES MERCHÁN, José Vicente (1999) – *La Orden de Santiago y la organización social de la Transierra castellano-leonesa (ss.XII-XIV)*. Madrid.
- MEDINA GARCÍA, Eusebio (2006) – *Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)*. «Revista de estudios extremeños», 62, p. 713-723.
- MERLOS ROMERO, Magdalena (2000) – *Arquitectura militar en las villas medievales del Arzobispo de Toledo: función y significado*. «Espacio, Tiempo y Forma, H^a del Arte», 13, p. 27-50.
- MOLINA MOLINA, Ángel Luis & JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco (1996) – *La frontera enquistada. El Reino de Murcia a fines de la Edad Media*. «Meridies. Revista de historia medieval», 3, p. 51-60.
- Molina Rozalem, Juan Francisco (2014) – *Estructura territorial de las fortificaciones del entorno de Jerez y la Campiña. La frontera con el Reino de Granada*. In *750 aniversario de la incorporación de Jerez a la Corona de Castilla. 1264-2014*. Jerez de la Frontera, p. 509-525.
- (2016a) – *Arquitectura defensiva en la Frontera del reino de Sevilla durante la Baja Edad Media*. Madrid.
- (2016b): *Fortificaciones de la banda morisca en la provincia de Sevilla*. Sevilla.
- Molina Rozalem, Juan Francisco & Arévalo Rodríguez, Federico (2014) – *Análisis de las torres construidas por el concejo de Sevilla para la defensa de la banda morisca*. «EGA. Revista de expresión gráfica arquitectónica», 24, p. 164-175.
- MORETA VELAYOS, Salustiano (2003) – *Las ciudades medievales en Castilla y León: urbanización = feudalización*. In *La fortificación medieval en la Península Ibérica* (Aguilar de Campoo, 1992). Aguilar de Campoo, p. 143-153.

- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel (1993) – *Torres y castillos de la Cantabria medieval*. Santander.
- (2011): *Señoríos, reparto territorial y fortificaciones en Cantabria durante la Baja Edad Media*. «Castillos de España», 161-162-163, p. 79-92.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio & JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro (2012) – *La arquitectura de Ibn Mardanish: Revisión y nuevas aportaciones*. In BORRÁS GUALIS, G. M. & CABAÑERO SUBIZA, B., coords. – *La Aljafería y el Arte del Islam Occidental en el siglo XI*. Zaragoza, p. 291-350.
- NAVAREÑO MATEOS, Antonio (1987) – *Arquitectura militar de la Orden de Alcántara en Extremadura*. Salamanca.
- (1999) – *Arquitectura residencial en las dehesas de la Tierra de Cáceres*. Jaráiz de la Vera.
- NIETO SORIA, José Manuel (1982) – *El carácter feudal de las relaciones monarquía-episcopado en el ámbito castellano. El caso del obispado de Cuenca*. «En la España medieval», 3, p. 197-218.
- PALACIOS ONTALBA, Santiago (2006) – *Fortalezas santiaguistas. La Orden en la Ribera del Tajo (siglos XII-XVI)*. Cuenca.
- (2008) – *Fortalezas y poder político. Castillos del reino de Toledo*. Guadalajara.
- PARDO de GUEVARA, Eduardo; OTERO, Pablo S.; GARCÍA, Xosé Antón (2012) – *Las huellas de los primeros Ulloa en las torres y fortalezas de la Tierra de Ulloa*. «Castillos de España», 164-165-166, p. 59-67.
- PORTELA SILVA, Ermelindo (1985) – *Del Duero al Tajo*. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel et al. – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de castilla en los siglos VIII al XV*, p. 85-121.
- PORRAS FUNES, Carlos S. (2006) – *La frontera norte del reino nazarí, siglos XIII a X. Un paisaje fortificado*. In *Paisaje y fortificación*. 3^{er} Congreso Internacional sobre Fortificaciones (Alcalá de Guadaira, 2005). Alcalá de Guadaira, p. 127-138.
- QUESADA QUESADA, Tomás (1989) – *La Serranía de Mágina en la Baja Edad Media. (Una tierra fronteriza con el reino nazarí de Granada)*. Granada.
- QUINTANILLA RASO, M^a Concepción (1986) – *Acerca de las fortalezas de la Frontera de Granada a fines de la Edad Media*. «Castillos de España», 92, p. 3-16
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2012) – *1911-2012: un siglo de excavaciones arqueológicas en los castillos medievales del País Vasco*. In QUIRÓS, Juan Antonio & TEJADO, José María, eds. – *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao, p. 123-143.
- REMOLINA SEIVANE, José Miguel (2006) – *Las villas nuevas medievales de Cantabria*. «Boletín Arkeolan», 14, p. 99-114.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1996) – *Documentación arqueológica de una ciudad almohade de la Meseta: Calatrava*. In Alarcos, 1195. *Actas del congreso internacional conmemorativo del VIII Centenario de la batalla de Alarcos* (Ciudad Real, 1995), Ciudad Real, p. 211-222.
- (2014) – *La arqueología andalusí en la Comunidad de Madrid*. In *Actas de las X Jornadas de Patrimonio arqueológico en la Comunidad de Madrid*. (Alcalá de Henares, 2013). Madrid, p. 21-46.
- RETUERCE VELASCO, Manuel & COBOS GUERRA, Fernando (2004) – *Fortificación islámica en el Alto Duero versus fortificación cristiana en el Alto Duero*. In *Cuando las horas primeras. En el milenario de la batalla de Calatañazor* (Soria, 2002). Soria, p. 229-257.
- RETUERCE VELASCO, Manuel & GARCÍA GARCÍA, Luis Alejandro (2013) – *Intervención arqueológica en el sector de la Puerta de Daroca de la muralla urbana de Huete (Cuenca). Un ejemplo hispano de murallas adosadas*. In FERREIRA FERNANDES, Isabel Cristina – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Lisboa, Vol. I, p. 379-391.

- RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente (2001) – *Las fortificaciones medievales en Andalucía Occidental. Un legado a conservar*. «PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico», 36, p. 205-210.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Ángel (1984) – *Las fortalezas de la Mitra Compostelana y los “Irmandiños”*. La Coruña.
- RODRÍGUEZ LLOPIS, M. (1984) – *Señoríos y feudalismo en el Reino de Murcia. Los dominios de la Orden de Santiago entre 1440 y 1515*. Murcia.
- RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique (1994) – *La formación del feudalismo en la meseta meridional castellana. Los señoríos de la Orden de Calatrava en los siglos XII-XIII*. Madrid.
- ROJAS GABRIEL, Manuel (2004) – *Estrategia y guerra de posición en la Edad Media. El ejemplo de la frontera occidental de Granada [C. 1275-C. 1481]*. In *Funciones de la red castral fronteriza*. Jaén, p. 665-692.
- RUBIO LAPAZ, Jesús & LÓPEZ RIENDA, Pablo (2003) – *Fortificaciones, frontera y problemática social en el norte del antiguo reino de Granada*. In *La fortificación medieval en la Península Ibérica* (Aguilar de Campoo, 1992). Aguilar de Campoo. p. 389-396.
- RUIZ de la PEÑA, Juan Ignacio; BELTRÁN, M^a Soledad & ÁLVAREZ, María (2006) – *Las villas nuevas e Asturias. Siglos XII-XIV*. «Boletín Arkeolan», 14, p. 115-138.
- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos (2012) – *Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de Galicia (siglos IV-XI)*. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio & TEJADO SEBASTIÁN, José María, eds. – *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica*, p. 2-55. Bilbao.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel (2012) – *La fortaleza da Rocha Forte como símbolo del poder político del arzobispado de Santiago de Compostela en la Galicia medieval (siglos XIII-XV)*. «Castillos de España», 164-165-166, p. 68-76.
- SANZ PASCAL, Alain (2012) – *Para una arqueología de las fortificaciones altomedievales del Alto Ebro*. «@rqueología y Territorio», 9, p. 199-212.
- SARASOLA Etxegoien, Nerea (2010) – *El poblamiento medieval de Gipuzkoa Revisión crítica del registro arqueológico*. «Munibe», 61, p. 339-393.
- SILVA SUÁREZ, Manuel, ed. (2004-2005) – *Técnica e ingeniería en España*. Tomos I y II. Zaragoza.
- TORRES FONTES, Juan (1990): *Repartimiento y repoblación de Murcia en el siglo XIII*. Murcia.
- (1966) – *Los castillos santiagouistas del Reino de Murcia en el siglo XV*. «Anales de la Universidad de Murcia», XXIV, n.º 3-4.
- (1988) – *Murcia, reino de frontera. Castillos y torreones de la región*. Alicante.
- (1990) – *Repartimiento y repoblación de Murcia en el siglo XIII*. Murcia.
- (2003) – *La frontera murciano-granadina*. Murcia
- VARELA AGÜÍ, Enrique (1996-1997) – *La estructura castral santiagouista en la Sierra de Segura durante el siglo XIII. Aproximación a su tipología*. «Anales de la Universidad de Alicante. Historia medieval», 11, p. 587-598.
- (2000) – *Las fortalezas de la Orden de Santiago y su contribución a la ocupación de la Transierra leonesa (1170-1230)*. In *Las órdenes militares en la Península Ibérica*. Vol I, p. 143-164.
- VÁZQUEZ ÁLVAREZ, Roberto (2012) – *Hábitat fortificado y feudalismo en el reino de Castilla entre los siglos VIII al XIII*. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio & TEJADO SEBASTIÁN, José María, eds. – *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao, p. 291-308.
- ZABALA ALTUBE, José María (1995) – *La creación de las villas en el señorío de Vizcaya: los fueros y las cartas pueblas*. «Vasconia. Cuadernos de historia-geografía», 23, p. 9-29.

CASTROS O CASTILLOS: PROBLEMAS METODOLÓGICOS Y DE IDENTIFICACIÓN DE FORTIFICACIONES MEDIEVALES EN GALICIA

DAVID FERNÁNDEZ ABELLA*

Resumo: A identificação e catalogação de sítios arqueológicos dos tempos medievais na Galícia tem sido um problema pelo uso da prospecção arqueológica como ferramenta básica para a catalogação, pela dificuldade de identificação da evidência material superficial desta cronologia. Para o caso das fortificações medievais, mais evidentes na paisagem onde estão localizadas, o problema não é tanto a sua localização e catalogação, mas a sua identificação e segregação dos outros cronotipos, a priori mais recorrentes na paisagem galega, e de uma identificação mais fácil. Vamos ver as questões que isso levanta e alguns casos ilustrativos desta problemática.

Palavras-chave: Castelos; Castros; Tipologia; Prospecção.

Abstract: The identification and cataloguing of archaeological sites in Galicia from medieval times has been a problem for the use of the archaeological survey as a basic tool for cataloguing and the difficulty of identifying surface material evidences for this period.

In the case of the more obvious medieval fortifications in the landscape, the problem is not so much its location and cataloguing, but their identification and segregation of other chronotypologies, a priori most recurrent in the Galician landscape and with easier identification. We will see the issues that this raises and some illustrative cases of the problem we have.

Keywords: Castles; Hill fort; Typology; Survey.

* Universidade de Santiago de Compostela, Departamento de Historia I / Argos S.A.S. SL. daferabe@gmail.com.

A tarefa do estudo e classificação destes “montes”, “castros”, “penas”, “alpes” está agora a começar porque até aos nossos dias, tudo era “castrejo”.

Castelos Medievais do Noroeste de Portugal. Carlos A. Ferreira de Almeida

PROBLEMÁTICA

Desde el punto de vista arqueológico, los trabajos de investigación sobre fortificaciones medievales en el Noroeste son muy escasos, generalmente reducidos a intervenciones puntuales en procesos de rehabilitación del edificio o procesos parciales de puesta en valor, casi siempre ciñéndose a castillos de cronologías tardías (S. XIV-XV) y normalmente sin un programa de investigación científica planificado o definido.

Dentro de este ámbito, el estudio e identificación de fortificaciones medievales de espectro cronológico amplio es muy deficitario dentro del panorama galaico. No ocurre así con la comunidad vecina, Asturias, donde un ambicioso programa de estudio y catalogación (el proyecto Castella) ha localizado 234 fortificaciones en todo el Principado¹. Pese a que se inició un ambicioso y prometedor proyecto de inventariado documental y gráfico de las fortalezas medievales de Galicia, todavía no se conocen, salvo algún artículo específico de los investigadores participantes², más que conclusiones provisionales y un correctísimo planteamiento de estudio³, muy en consonancia con el trabajo realizado en el proyecto de la Universidad de Oviedo⁴.

Una de las problemáticas básicas que surgen del trabajo de localización e identificación de sitios arqueológicos de este periodo es su confusión con otras realidades arqueológicas por su parecido formal, pero imbuidos también en la tradición historiográfica⁵ y el peso cuantitativo que este tipo de yacimientos tienen en el territorio, calculado en alrededor de unos 3.000 castros⁶, y más de 5.000 túmulos⁷.

¹ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ & SUÁREZ MANJÓN, 2009.

² GONZÁLEZ PAZ, 2009; VALDÉS BLACO-RAJOY, 2008.

³ PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS *et al.*, 2007.

⁴ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ & SUÁREZ MANJÓN, 2007.

⁵ La cantidad de fortificaciones catalogados para un periodo de casi un milenio es ridículamente baja. En muchos tempranos (y meritorios) trabajos de catalogación (CASAL GARCÍA, 1975; PUENTES MÍNGUEZ & RUIBAL DEL CASTILLO, 1976; REY CASTIÑEIRA, 1984; AGRAFOXO PÉREZ, 1992...) unas pocas están identificadas, pero la mayoría se esconden bajo la adscripción de Castros de la Edad del Hierro. Muchas de las referidas en este artículo aparecen en estos trabajos.

⁶ ARIAS VILAS, 1984:17.

⁷ RODRÍGUEZ CASAL, 2010: 32. Aunque el tema exceda los límites de este artículo, debemos tener cautela respecto a la atribución de algunos túmulos a un contexto tumular megalítico. Experiencias en

Para la búsqueda y localización de fortificaciones medievales, decía el profesor Ferreira de Almeida, que lo primero a lo que había que acudir era a la documentación. Aunque es evidente que es una fuente complementaria de gran importancia para el estudio de la realidad arqueológica este periodo cronológico, no está exenta de problemáticas:

Las fuentes son parcas en datos, a veces no reflejan la existencia de una fortificación constatada arqueológicamente. Como es evidente, la aparición de éstas en la documentación aumenta a medida que nos acercamos a los tiempos bajomedievales (por una simple cuestión numérica, tanto de documentación conservada como de número de fortificaciones existentes en tal fecha) pero es mucho más escasa a medida que retrocedemos en el tiempo.

Otra problemática importante es que las referencias a una fortificación en la documentación medieval no son normalmente lo suficientemente específicas para su localización sin margen de error, debiéndose intervenir arqueológicamente para su correcta y exitosa identificación y definición de sus características, que a veces ni siquiera conservan restos en superficie.

Actualmente, con una gran cantidad de datos geoespaciales de acceso libre, y sobretodo la facilidad de consulta de los datos Lidar en sus diversos formatos, permiten una visualización directa del terreno exento de la cobertura vegetal tan propia del Noroeste, ofreciendo una inspección rápida y eficaz a los yacimientos catalogados⁸ para poder valorar así posibles sospechas, que indefectiblemente han de comprobarse en campo, necesidad básica para su identificación exitosa, como también mencionaba el profesor doctor Ferreira de Almeida.

No obstante, distinguir si las realidades arqueológicas de estos sitios que se implantan en el territorio pertenecen a una u otra cronología a veces no es tarea fácil, y en un gran número de casos es necesaria una intervención arqueológica de mayor calado que una prospección meramente visual para su correcta definición cronológica.

CASTRONELAS

El inicio de esta problemática arqueológica en Galicia fue la aparición durante la realización del proyecto de investigación en el área Bocelo – Furelos de varios yacimientos fortificados, que al ser intervenidos arqueológicamente ofrecieron

otras zonas nos han revelado la existencia de motas castrales catalogadas como túmulos, comprobadas arqueológicamente (MÚJICA ALUSTIZA *et al.*, 2003).

⁸ Y la localización de otros sin catalogar.

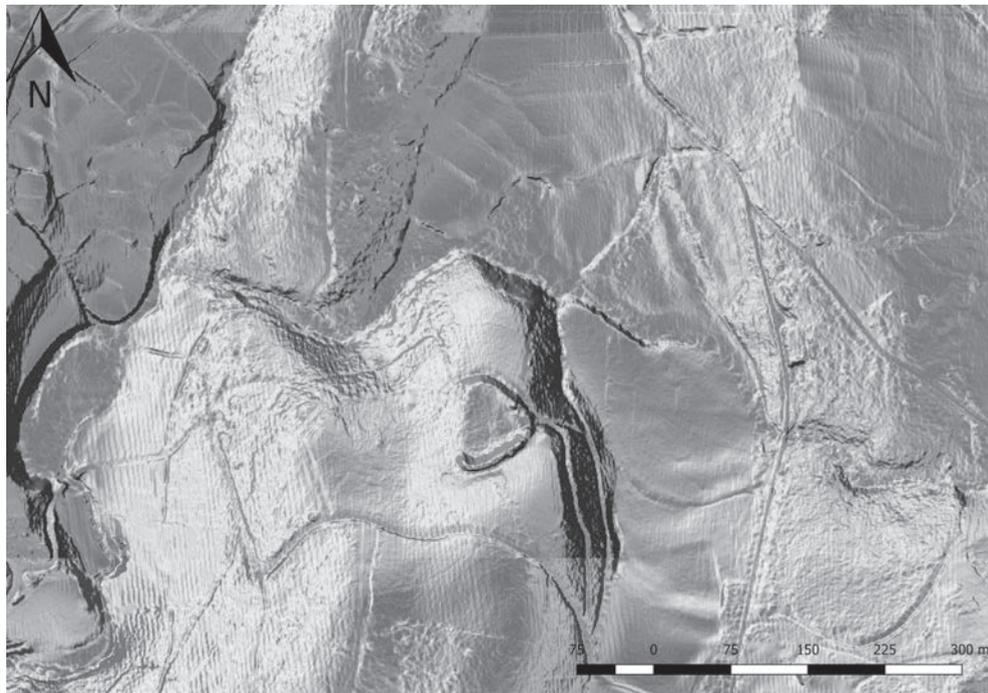


Fig. 1. Castronela de Brañas (MDT). 60 m (NO-SE) x 70 m (SO-NE) plataforma superior (0,3 Ha).

una cronología medieval. Estas fortificaciones terreras recibían la denominación común de castronelas⁹.

Estos yacimientos, localizados durante un estudio integral de arqueología del paisaje en dicha zona a finales de los 80, son recintos *ex-novo*, tienen forma subcuadrangular, de un tamaño no superior a 0,3 Ha. y con los lados orientados hacia los puntos cardinales. Se hallan rodeadas de fosos y normalmente protegidas con un parapeto de tierra en su parte superior, conservándose una altura del mismo de entorno a 3 m. Parecen presentar una construcción central de piedra que se identifica como una torre o edificio residencial.

Estas Castronelas solo fueron sondeadas parcialmente, y además de constatar la poca diferencia en tamaño con yacimientos fortificados de la Edad del Hierro de su entorno, presentaban un registro material cerámico con una gran semejanza a la localizada en otros yacimientos de la Edad del Hierro de la zona, sondeados en dicho proyecto.

⁹ CRIADO BOADO *et al.*, 1991:226-231.

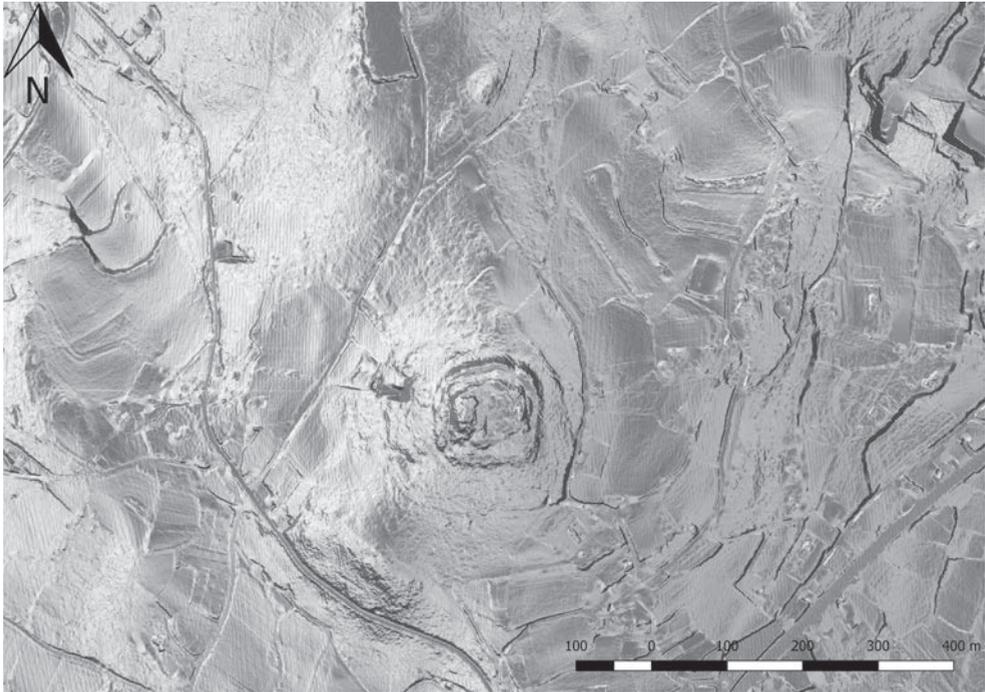


Fig. 2. Castro de Lañas (MDT). Plataforma Principal 0,3 Ha. Recinto superior rectangular de 23 x 29 m.

Lamentablemente, la atención a este tipo de fortificaciones medievales no tuvo continuidad con la ampliación de los trabajos en dichos yacimientos, ni se siguieron localizando nuevos ejemplos de esta singular tipología a lo largo del territorio.

CASTROS REUTILIZADOS

Un factor más a tener en cuenta es la reutilización de castros que por determinaciones geoestratégicas, o por simple economía de uso, se refortifican o adaptan al nuevo uso que se pretende.

La reocupación en tiempos tardoantiguos/altomedievales ha sido comprobada arqueológicamente en varias ocasiones¹⁰ y su frecuentación esporádica la tenemos incluso bien atestiguada documentalmente¹¹ hasta casi los tiempos modernos. El mantenimiento de alguna o parte de sus características defensivas, junto con su

¹⁰ SÁNCHEZ PARDO, 2012.

¹¹ En el Vasco de Aponte (Relación de algunas casas y linajes del Reino de Galicia) se citan durante la revuelta Irmandiña una batalla en el castro de A Framela y un cerco en el Castro de Gundián. Otro ejemplo en NOVO GUISÁN, 2001.

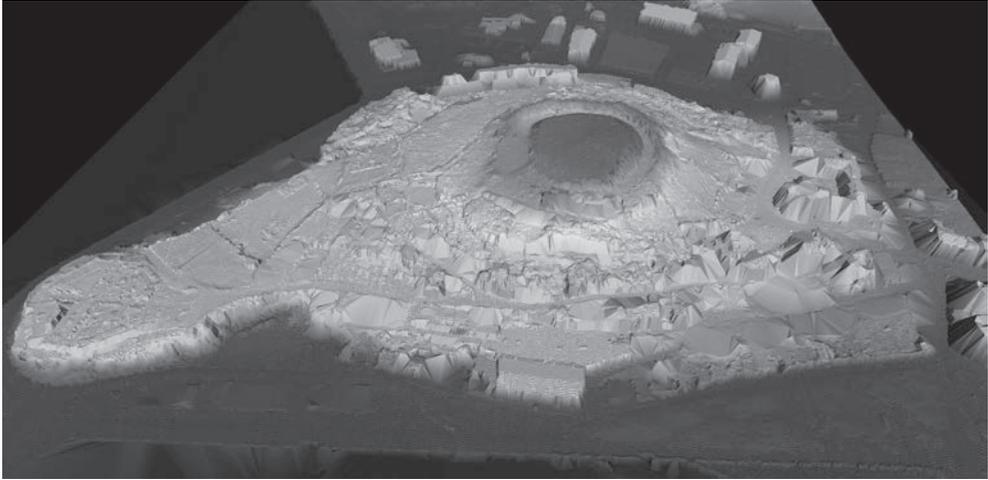


Fig. 3. Campo da Torre (modelo LIDAR). Recinto superior 60 m (SO-NE) x 57m (NE-S) de 0,27 Ha. de superficie.

posición normalmente elevada, convirtió a estos yacimientos en buenos candidatos para una reocupación¹² permanente, con el establecimiento de una fortificación feudal¹³, que de esta manera precisaría un menor esfuerzo constructivo en sus defensas.

Estas reocupaciones enmascaran la realidad anterior, modificando y adaptando sus características en cada *facies* de ocupación. Tenemos algún ejemplo arqueológicamente comprobado, como podrían ser el Castro da Torre da Moa (Laxe) o el Castro de Xan Roza (Betanzos)¹⁴ y muchos otros por confirmar, como por ejemplo el Castro de Lañas (Arteixo), con un perfil muy similar al Monte Alcobre (Vila de Cruces), donde se ubica un castillo del S. XII.

RECINTOS EX NOVO, NO CASTROS

Existen otros yacimientos que por su tipología y características siempre se han identificado como antiguos castros a los que se superpone una fortificación medieval. Estos yacimientos, caracterizados por plataformas defendidas con fosos, sobre los que se asienta la estructura/s pétrea/s, llevan a engaño por su semejanza formal. Aún sin descartar totalmente un origen previo, las investigaciones arqueológicas realizadas parecen concluir que se trata de recintos de nueva planta, no adaptaciones

¹² GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2002:301.

¹³ FERREIRA DE ALMEIDA, 1992: 371. Cifraba en más de 50% los castillos medievales que se asentaban sobre antiguos castros.

¹⁴ SÁNCHEZ PARDO, 2008.



Fig. 4. Castro de A Gandarela (Modelo LIDAR). Tamaño total del yacimiento 0,3 Ha. Recinto principal menor de 20 m. de diámetro. Dos fosos y parapeto. Estructura asentada sobre batolito granítico.

de espacios fortificados de cronologías anteriores. Este parece ser el caso de O Castelo da Rocha Branca (Padrón)¹⁵ o del Castelo do Campo da Torre (Ortigueira)¹⁶.

MOTAS

La mota es la fortificación terrera por antonomasia. Ubicadas en zonas de llano para el control de pasos y vías, su cronología usualmente se considera pleno o bajomedieval. Aunque a priori no parezca un modelo tan implantado en la península como en el resto de Europa continental (especialmente Francia, Alemania y Gran Bretaña), se empiezan a localizar ejemplos en todo parecidos a los modelos de otras regiones, como la mota de Trespalacios (Suances, Cantabria)¹⁷. Para el territorio galaico se ha identificado una mota en Lamascal (Santiago)¹⁸ aún por confirmar arqueológicamente. Hemos identificado al menos dos más: Castro de Guntián (Carballo) y Castro de A Gandarela (Melide) que comparten tipología con la de Suances.

¹⁵ FERNÁNDEZ ABELLA, 2015.

¹⁶ ROSENDE FERNÁNDEZ, 1999.

¹⁷ MANTECÓN CALLEJO & MARCOS MARTÍNEZ, 2008.

¹⁸ Muy desfigurada, de aproximadamente 20 m. de diámetro (RODRÍGUEZ RESINO, 2005; —, 2008a).

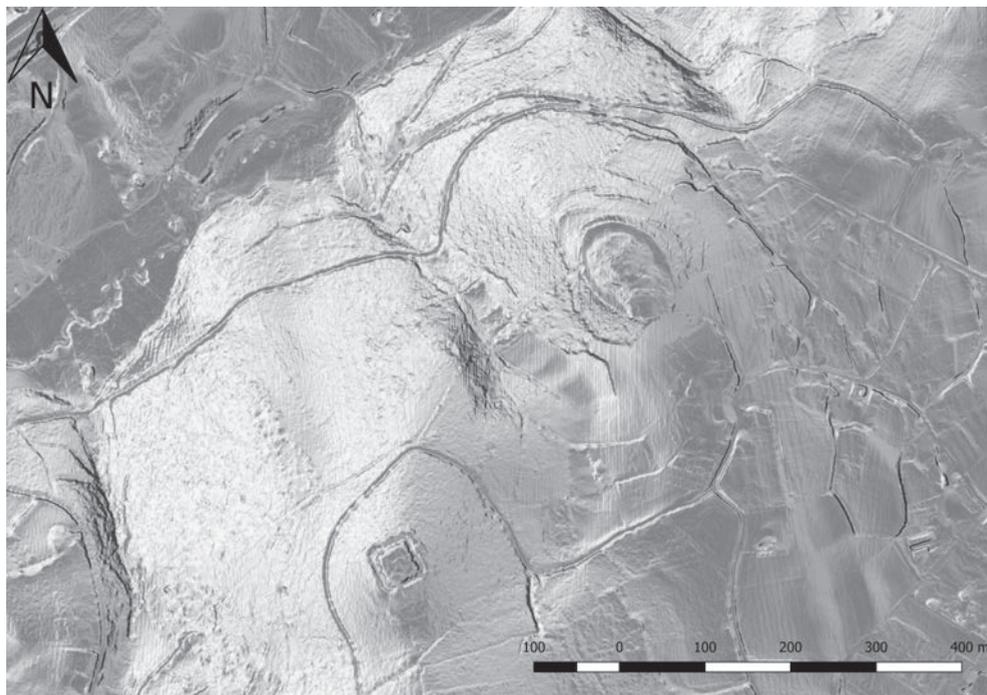


Fig. 5. Torre de Axilda (MDT). Recinto cuadrangular de 32 m. (0,1 Ha.).

TORRES

Herederas del sentido originario del castillo feudal de cabeza de señorío, al abrigo de un desarrollo y crecimiento del estamento nobiliar comienzan a proliferar estos establecimientos que, si bien suelen ser estructuras pétreas, generan obra terrera, en forma de acondicionamiento del terreno, accesos y sobretodo fosos. Se consideran propias del periodo bajomedieval. Como ejemplos de este tipo, en una implantación *ex-novo*, podemos mencionar la Torre de Buscás o la torre / fortaleza de Axilda¹⁹.

¹⁹ Ambas en VALDÉS BLACO-RAJOY, 2008. Queremos mencionar a propósito de la fortaleza de Axilda una reubicación de la estructura en cuestión. En el texto se menciona la existencia de la misma en el alto (ver fig. a la dcha.) donde se ubica la iglesia de Santiago de Meangos y sin embargo, a juzgar por el MDT existe a su izquierda a poca distancia una estructura cuadrangular con foso, muy clara en todo coincidente con una ubicación de una posible torre como la que se refiere, solar de los Montoto.

PROBLEMATICA: OTROS CRITERIOS DE DISTINCION DE FORTIFICACIONES MEDIEVALES

Como decíamos, aunque no todas las fortificaciones medievales se asienten en llano ni sean obras completamente terreras²⁰, muchas siguen estando catalogadas hoy día como castros de la Edad del Hierro²¹. Normalmente existen una serie de cuestiones que al menos pueden poner en duda una adscripción castrexa a un determinado yacimiento:

Cuestión de tamaño:

Normalmente hemos de asumir que los castros, fortificaciones de la edad del Hierro, tiene un tamaño medio de 1-2 Ha²², aunque se conocen ejemplos que pueden llegar a 10 Ha, u otros de tamaño más reducido (hasta 0,1 Ha). Pero cuando tenemos ejemplos excepcionalmente pequeños²³ hemos de empezar a sospechar, debido a la poca idoneidad de hábitat tan reducido, identificándose asiduamente fortificaciones de época medieval, como el Castelo de Grobas (Melide) o A Mota (Laracha). Igualmente, los tamaños excesivamente grandes, junto con sus características físicas o un análisis locacional atípico puede hacer pensar en la existencia de otras realidades no adscritas a la Edad del Hierro. Un caso arquetípico del Noroeste sería el yacimiento de Castro Valente (Padrón/Estrada)²⁴, pero también podríamos incluir aquí el Castro da Hermida de San Marcos (Ames)²⁵, que entrarían en consonancia con otros, como el Monte Aloia (Tuy)²⁶ o la fortificación del Monte Pindo²⁷.

Cuestión de forma:

Las características formales son otro elemento definitorio que, si bien no es totalmente concluyente, también es determinante para la “sospecha” de localización de una fortificación medieval: fosos con perfiles acusados, grandes taludes, tipologías con plantas regulares (normalmente formas rectangulares/cuadrangulares),

²⁰ Es evidente que el importante componente lúneo que podrían haber tenido en sus elementos constructivos y/o defensivos se han perdido. Normalmente, la secular labor de expolio de los sitios tampoco han dejado a la vista elementos pétreos que hayan formado parte de sus defensas o estructuras interiores, si es que los han tenido (no en todos los casos).

²¹ VVAA.

²² PARCERO OUBIÑA *et al.*,2007: 219.

²³ Plataformas de ocupación de entre 20 – 50 m. diámetro, siendo los tamaños entre 20-30 m (para emplazamiento de una torre) los más habituales.

²⁴ FERNÁNDEZ ABELLA, 2014.

²⁵ RODRÍGUEZ RESINO, 2008a.

²⁶ GARRIDO RODRÍGUEZ, 1987.

²⁷ SÁNCHEZ PARDO, 2012:37-38.

murallas con paños rectos, reformas o duplicaciones, líneas complejas y alzados en sección tronconónica son características definitorias de este tipo de yacimientos arqueológicos. Casos ejemplares podrían ser Castro Maior (Santiago de Compostela)²⁸ o Torre dos Mouros (Carnota)²⁹.

Cuestión de sitio:

Las fortificaciones medievales por una cuestión estratégica, de control e incluso de dominio (efectivo o simbólico) en altura (relativa) se ubican generalmente en espacios determinados, de buena visibilidad, con pocas facilidades habitacionales y una accesibilidad reducida, que a veces pueden ser determinantes de las sospechas acerca de una función de control específico de un paso o vía conocida, como podría ser el caso del Castelo de Vitres (Boiro)³⁰, de poblaciones, como el Castelo da Rocha Branca (Padrón)³¹, o de espacios marítimos, como el Castelo do Casón (Ortigueira)³².

Todos estos factores dependiendo del caso se pueden sumar o combinar para intentar determinar una adscripción cronológica de un yacimiento arqueológico al Medioevo. En muchos casos, ni siquiera el análisis de los diferentes factores físicos o geográficos consiguen determinar efectivamente una identificación exitosa de la fortificación o yacimiento arqueológico concreto, y cuanto más a una cronología específica dentro del período de estudio, debido a la larga pervivencia o continuidad de uso de las mismas.

TOPONIMIA

La toponimia no es indicativo absoluto a la hora de identificar fortificaciones de cronología medieval. Bajo el término castro o castelo se esconden con demasiada asiduidad tipologías atípicas que pueden enmascarar reocupaciones o yacimientos de otras cronologías³³.

Pero si puede ser a veces un elemento indirecto a utilizar que puede ser revelativo, pero solo para ejemplos en uso en una cronología pleno o bajomedieval, ya que los anteriores, sea por parecido formal, sea por la propia evolución filoló-

²⁸ RODRÍGUEZ RESINO, 2005.

²⁹ GAGO MARIÑO *et al.*, 2013.

³⁰ PÉREZ RAMALLO, 2013.

³¹ ANIDO RODRÍGUEZ, 2008.

³² RAMIL GONZÁLEZ, 1999.

³³ Un caso llamativo ilustrativo de esta cuestión es el de Castelo dos Gafos, una fortificación moderna catalogada como castro (FERNÁNDEZ ABELLA, 2016).

gica de la lengua, no siempre conservan un topónimo definitorio. Caso también común es la confusión del topónimo mota con realidades de cronología anterior o del topónimo castelo con accidentes geográficos costeros y otras fortificaciones, ya de época moderna.

Lo que parece claro es que el topónimo castelo³⁴ tiene una recurrencia a la localización de fortificaciones medievales, pero al igual que el topónimo torre³⁵ y derivados parecen reflejar realidades tardías. En estos casos la toponimia conservada parece reflejar el uso de una fortificación medieval cuando el poblamiento ya está fijado en el territorio, esto es, que cuando el castillo/torre estaba en uso/funcionamiento.

Otros topónimos como cubelo/a, mota/mouta, castrelo/castrinho, coto/cotarelo, alto/alpe, monte o pena pueden enmascarar también yacimientos, pero éstas son menos claras, y deben tomarse como referencias, no como un indicativo absoluto³⁶.

CASTROS QUE NO SON CASTROS NI CASTILLOS

Como decíamos debemos ser cautos con la atribución de una fortificación de terrera sin más a cronologías medievales. En muchos casos las dudas que nos generan una tipología poco clara, no permite con un mero análisis formal su atribución a una cronología determinada, y puede esconder ejemplos o casos atípicos de otras cronologías.

Un elemento prácticamente no identificado hoy día para el Noroeste, serían las fortificaciones terreras de control territorial, para vigilancia de vías y pasos, de época bajoimperial/tardoantigua³⁷: una realidad bien constatada para otros territorios europeos, que presenta aquí una mayor complejidad, al ser poco evidentes

³⁴ FERREIRA DE ALMEIDA (1992: 382) refleja que documentalmente el topónimo castelo tiene una aparición muy limitada en la documentación anterior al S. XI para el Noroeste de Portugal. Para la documentación medieval gallega altomedieval el topónimo más frecuente es castro (y derivados), con la problemática que hoy día suscita su identificación.

³⁵ Este incluso refleja realidades físicas de cronología posterior, del siglo XIII en adelante (MENÉNDEZ DE LUARCA & NAVIA OSORIO, 2000).

³⁶ El hecho de ser topónimos fijados por la población que hacen referencia a elementos del paisaje, hace que tengan un carácter puramente descriptivo, y no reflejo de la realidad arqueológica que pueden ocultar. Un ejemplo paradigmático es el topónimo mota, frecuente el túmulos megalíticos de A Baixa Limia. Algún ejemplo como A Mota Grande (40 m. de diámetro y 4 m de altura) podrían ofrecer dudas, aunque en este caso el expolio que sufrió y la posterior excavación las dispó totalmente (CHAO ÁLVAREZ, 2000).

³⁷ Por cuestiones de espacio dejamos atrás las referencias a reutilización de túmulos megalíticos, como la Medorra de Fanegas (Sobrado) reutilizada como torre de vigía del campamento de Cidadela, o la aparición de un *pilum* en las excavaciones en la necrópolis de Paradega (Bexo, Dodro).

en su implantación en el terreno y compartir características tipológicas que las enmascaran dentro de realidades de otras cronologías. Recientemente se ha analizado un conjunto castral de época romana³⁸ con el que se relaciona una estructura circular de 8-10 m. de diámetro, una posible *turris* o atalaya de vigilancia viaria. Lamentablemente, como el autor refiere, para el territorio peninsular aún no se han identificado ejemplos, lo cual no quiere decir que no existan más, o que no estemos ante la misma problemática de confusión en su identificación tipológica (y por ende, en su cronología). Estamos seguros de que han de aparecer, sean ejemplos relacionables con el periodo imperial, sea con el tardo antiguo, en el que el Noroeste fue un territorio convulso.

Otra problemática que puede suscitar controversia es la aparición de nuevos ejemplos de recintos terreros de cronologías anteriores, que por tamaño y morfología bien pudieran confundirse con recintos defensivos de época medieval. Ejemplos publicados como Ventosíños en Coeses³⁹ o Pedra Fita de Adai⁴⁰, o aún no publicados, como a Roda de Barreiros⁴¹, sin una intervención arqueológica pueden identificarse, por eliminación, como estructuras castrexas o medievales. Estas estructuras por sí mismas han demostrado que existen sitios que escapan a la clasificación canónica ofreciendo cronologías, para los casos en los que se ha realizado una intervención arqueológica, prerromanas y ligadas a funciones no habitacionales.

BIBLIOGRAFÍA

- AA.VV. – *Catálogo inventario de yacimientos arqueológicos de Galicia*. Servicio de Arqueología. Dirección Xeral de Patrimonio Cultural. Consellería de Cultura, Educación e Ordenación Universitaria. Xunta de Galicia.
- AGRAFOXO PÉREZ, Xerardo (1992) – *O hábitat castrexo no Val de Barcala, Amaía e o Val do Dubra*. Noia: Sementeira.
- ANIDO RODRÍGUEZ, José (2008) – *El Castillo-palacio de la Rocha Blanca de Padrón y su influencia en el paisaje*. In *Medio ambiente y arqueología medieval*, p. 71-92.
- ARIAS VILAS, Felipe (1984) – *La cultura castrexa en Galicia*. «Memorias de historia antigua», n.º 6, p. 15-34.

³⁸ COSTA GARCÍA, 2016.

³⁹ PIAY AUGUSTO *et al.*, 2015.

⁴⁰ SANTOS ESTÉVEZ, 2008.

⁴¹ Intervenida por el arqueólogo A. Bonilla pero aún sin datos publicados. 50 m. de diámetro. Noticia de La Voz de Galicia: http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/amarina/barreiros/2015/07/31/roda-stonehenge-gallego/0003_201507G31P39991.htm (Último acceso 30/08/16).

- BARROCA, Mário J. (2004) – *Fortificações e povoamento no norte de Portugal (Sec. IX a XI)*. «Portugalia», n.º 25, p. 181-204.
- CHAO ÁLVAREZ, Francisco J. (2000) – *Intervención arqueológica en A Mota Grande: aproximación a su arquitectura*. «Brigantium», vol. 12, p. 23-40.
- CRIADO BOADO, Felipe, dir.; BONILLA RODRÍGUEZ, Andrés, CERQUEIRO LANDÍN, Dolores; DÍAZ VÁZQUEZ, Manuel; GONZÁLEZ MÉNDEZ, Matilde; INFANTE ROURA, Faustino; MÉNDEZ FERNÁNDEZ, Fidel, PENEDO ROMERO, Rafael; RODRÍGUEZ PUENTES, Eugenio; VAQUERO LASTRES, Jacobo (1991) – *Arqueología del Paisaje. El área Bocelo-Furelos entre los tiempos paleolíticos y medievales (Campañas de 1987, 1988 y 1989)*. «Arqueoloxía/Investigación», 6. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- COSTA GARCÍA, José M. (2016) – *Presencia militar romana en La Chana (Castrocalbón, León)*. «Nailos», n.º 3, p. 47-85.
- FANJUL PERAZA, Alfonso; MENÉNDEZ-BUEYES, Luis R.; ÁLVAREZ PEÑA, Alberto (2005) – *La fortaleza de Alesga (Teverga, Asturias): Una posible Turris de control altoimperial*. «Gallaecia», n.º 24, p. 181-191.
- FERNÁNDEZ ABELLA, David (2014) – *Castro Valente, una fortificación de control del río Ulla*. In CATALÁN, Raúl; FUENTES, Patricia; SASTRE, José C., Eds. – *Las fortificaciones en la tardoantigüedad: élites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. La Ergástula Ediciones, pp. 393-398.
- (2015) – *El Castillo de A Rocha Branca de Padrón (A Coruña)*. «Férvedes», n.º8, p. 411-419.
- (2016) – *Identificando una nueva fortificación abaluartada en Ferrol: O castelo dos gafos*. «Arthyum Revista de Artes y Humanidades», n.º 23, p. 26-37.
- FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos A. (1992) – *Castelos medievais do Noroeste de Portugal*. In *Finisterrae. Estudos en lembranza do prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela., p. 371-385.
- GAGO MARIÑO, Manuel (2011) – *Castillos (casi) en el aire. Una aproximación a las fortificaciones tardorromanas y altomedievales en Galicia*. «Castillos de España», n.º 164-165, p. 23-32.
- GAGO MARIÑO, Manuel; FERNÁNDEZ MALDE, Anton; AYÁN VILA, Jorge; TOURAL Carlos (2013) – *A torre dos Mouros (Lira, Carnota). Una experiencia en comunidad y comunicación en directo*. In ALMANSA SÁNCHEZ, Jaime, ed. – *Arqueología pública en España*, p. 291-316.
- GARRIDO RODRÍGUEZ, Jaime (1987) – *Fortalezas de la antigua provincia de Tuy*. Diputación de Pontevedra.
- GONZÁLEZ PAZ, Carlos A. (2009) – *Catro exemplos de fortificacións altomedievais galegas do século X: Castellum de Aranga, Catellum Minei, Castellum Berreti e castellum de Citofacta*. In *Rudesindus, San rosendo. Su tempo y su legado*, p. 359-368. Santiago de Compostela.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino (2002) – *Del Castrum al Castellum. Los castros entre la Antigüedad y la Edad Media*. In BLAS CORTINA, Miguel Ángel de & VILLA VALDÉS, Ángel, eds. – *Los poblados fortificados del Noroeste de la Península Ibérica: formación y desarrollo de la cultura castreña*. Ayuntamiento de Navia, p. 301 – 16.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino & SUÁREZ MANJÓN, Patricia (2007) – *Castillos y fortalezas feudales en Asturias: Metodología para su estudio*. «Territorio, sociedad y poder: Revista de estudios medievales», n.º2, p. 5-36.
- (2009) – *Castillos y fortificaciones feudales en Asturias. Excavaciones arqueológicas en Asturias 2003-2006*, 493-517.

- LUENGO MARTÍNEZ, José María (1950) – *Exploraciones en el castillo de Aranga*. «Cuadernos de Estudios Gallegos», t. VI, p. 21-35.
- MANTECÓN CALLEJO, Lino & MARCOS MARTÍNEZ, Javier (2008) – *Una fortificación medieval singular en la cornisa cantábrica: la mota de Trespalacios (Hinojedo, Suances, Cantabria)*. «Territorio, sociedad y poder», n.º 3, p. 111 – 130.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2000) – *Poblamiento y estructuras sociales en el Norte de la Península Ibérica. Siglos VI-XIII*. Salamanca.
- MENÉNDEZ DE LUARCA Y NAVIA OSORIO, José Ramón (2000) – *La construcción del territorio. Mapa histórico del Noroeste de la Península ibérica*.
- MUÑIZ LÓPEZ Iván & GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, Alejandro (2009) – *El castillo de Gauzón (Castrillón, Asturias). Campañas 2007-2009. El proceso de feudalización entre la antigüedad tardía y la Edad Media a través de una fortaleza*. «Territorio, sociedad y Poder», n.º 5, p. 81-122.
- MÚJICA ALUSTIZA, José Antonio; MORAZA BAREA, Alfredo; MORO DEORDAL, Iñaki (2003) – *Contribución al estudio de las estructuras tumulares en arqueología. Entre la similitud morfológica y la disparidad de funciones*. «Veleia», n.º 20, p. 243-272.
- NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. (2004) – *Torres do Oeste. Monumento histórico e xacemento arqueolóxico*. Diputación de Pontevedra.
- NOVO GÜISÁN, José Miguel (2000) – *De Hidacio a Sampiro. Los castros durante la época visigoda y la primera reconquista*. Lugo.
- (2001) – *Santa Cristina do Viso, O Incio, Lugo: ¿Un Castro antiguo o un castillo medieval?* «Croatia», n.º 12, p. 37-40.
- PARCERO OUBIÑA, César; AYÁN VILA, Jorge M.; FÁBREGA ÁLVAREZ, Pastor; TEIRA BRIÓN, Andrés M. (2007) – *Arqueología, paisaje y sociedad*. In GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier: *Los pueblos de la Galicia Céltica*, p. 131-258.
- PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo; OLIVERA SERRANO, César; GONZÁLEZ PAZ, Carlos; VALDÉS BLANCO-RAJOY, Rosario (2007) – *El inventario documental y gráfico de las fortalezas medievales de Galicia: Método de trabajo y avance de resultados (1995-2006)*. *Del documento escrito a la evidencia material. Actas del I Encuentro Compostelano de Arqueología Medieval*, p. 115-139. Santiago de Compostela.
- PÉREZ RAMALLO, Patxi (2013) – *El Castelo de Vitres: análisis arqueológico de un yacimiento medieval en la sierra del Barbanza (Boiro, A Coruña)*. In *Arqueología para el siglo XXI: Actas de las V Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*, Santiago de Compostela, mayo de 2012, p. 113-118.
- PIAY AUGUSTO, Diego; CANO PAN, Juan A.; NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. (2015) – *La construcción anular y el enclos de Ventosiños (Coeses, Lugo). Estudio preliminar de un conjunto del Bronce final*. «Zephyrus», n.º 76, p. 57-76.
- PUENTE MÍNGUEZ, José Antonio & RUIBAL DEL CASTILLO, José Ramón (1976) – *Castros en el entorno de Padrón (La Coruña)*. «Gallaecia», n.º 2, p. 135-164.
- RAMIL GONZÁLEZ, Emilio (1999) – *Historia de Cariño. Da prehistoria á etapa altomedieval: Excavacións arqueolóxicas na comarca do Ortegal*. Cariño.
- REY CASTIÑEIRA, Josefa (1984) – *Estudio y catalogación de castros de la provincia de La Coruña*. «Gallaecia», n.º 7-8, p. 59-147.
- RODRÍGUEZ CASAL, Antón A. (1975) – *Carta arqueológica del partido judicial de Carballo de Bergantiños (Coruña)*. «Studia archaeologica», n.º 34.

- (2000) – *El fenómeno tumular y megalítico en Galicia. Caracterización general, problemas y perspectivas*. «Munibe». Suplemento. N.º 32, p. 56-93.
- RODRÍGUEZ RESINO, Álvaro (2005) – *Documentación y arqueología: el caso del tumbo “a” de Santiago de Compostela*. «Cuadernos de prehistoria y arqueología», n.º 31-32, p. 247-258.
- (2008a) – *Arqueología medieval en Galicia: Fortificaciones y asentamientos en la zona compostelana*. Tesis doctoral inédita. Santiago de Compostela.
- (2008b) – *Comunidades rurales, poderes locales y señorío episcopal en la tierra de Santiago de los siglos V al XI: una visión desde el registro arqueológico*. «Munibe», n.º 59, p. 219-245.
- ROSENDE FERNÁNDEZ, Ánxel M. (1999) – *Ortigueira. Guía histórica e social da vila de Santa Marta e as parroquias do seu concello*. Concello de Ortigueira.
- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos (2008) – *Territorio y poblamiento en Galicia entre la Antigüedad y la plena Edad Media*. Universidade de Santiago de Compostela. Tesis doctoral.
- (2012) – *Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de Galicia (siglos IV-XI)*. In QUIRÓS CASTILLO, J. A. & TEJADO SEBASTIÁN, J. M., eds. – *Los castillos altomedievales en el Noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao, p. 29-56.
- SANTOS ESTÉVEZ, Manuel (2008) – *Petroglifos y paisaje social en la prehistoria reciente del noroeste de la Península Ibérica*. «Tapa: traballos de arqueoloxía e patrimonio», n.º 38.
- TEJADO SEBASTIÁN, José María (2011) – *Arqueología y gestión del territorio en el Alto Valle del Iregua. El castro de El Castillo de los Monges (Lumbreras, La Rioja)*. La Rioja: Universidad de La Rioja. Tesis Doctoral.
- VALDÉS BLANCO-RAJOY, Rosario (2008) – *Las fortalezas medievales que jalonaban la ruta jacobea entre Santiago y Betanzos. Caminería Hispánica. Actas del VIII Congreso Internacional*. Madrid, p. 1-19.
- VEIGA FERREIRA, Xosé María & SOBRINO CEBALLOS, Juan (2012) – *Espenuca. Inscripción, edificios e lugares máxicos*. «Anuario brigantino», n.º 35, p. 59-98.

SEGUINDO OS PASSOS DO EXÉRCITO ROMANO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A DETEÇÃO DE ASSENTAMENTOS MILITARES ROMANOS NO NOROESTE PENINSULAR

ANDRÉS MENÉNDEZ BLANCO*
DAVID GONZÁLEZ ÁLVAREZ**
JOSÉ MANUEL COSTA-GARCÍA***
JOÃO FONTE****
MANUEL GAGO*****
VALENTÍN ÁLVAREZ MARTÍNEZ*****

Resumo: Neste trabalho apresentamos e abrimos a debate uma proposta metodológica para a deteção e estudo de sítios arqueológicos relacionados com a presença militar romana no Noroeste Ibérico. A metodologia baseia-se no uso combinado de ferramentas de fácil acesso para qualquer investigador, desde a análise da fotografia aérea, cartografia, toponímia e tradição oral até à prospeção de campo. A isto junta-se a recente disponibilidade em aberto de dados LiDAR em Espanha. Consideramos as potencialidades destas técnicas em distintos tipos de terreno, comprovando-se a sua eficiência para a investigação arqueológica. Finalmente, oferecem-se algumas propostas para a divulgação do património arqueológico associado ao exército romano e aos processos históricos relacionados com a sua presença.

Palavras-chave: *Castra aestiua*; Conquista romana do Noroeste Ibérico; SIG; Prospeção arqueológica.

* Universidad de Oviedo. andresmenendezblanco@gmail.com.

** Instituto de Ciencias del Patrimonio (Incipit), Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) Department of Archaeology, Durham University. david.gonzalez-alvarez@incipit.csic.es.

*** Departamento de Historia, Universidade de Santiago de Compostela. Faculteit der Geesteswetenschappen, Vrije Universiteit Amsterdam. josemanuel.costa@usc.es.

**** Instituto de Ciencias del Patrimonio (Incipit), Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) Department of Archaeology, University of Exeter. joao.fonte@incipit.csic.es.

***** Universidade de Santiago de Compostela. magago@gmail.com.

***** Investigador independente. valvarezmartinez33@gmail.com.

Abstract: In this work we present a methodology for the detection and study of archaeological sites related to the Roman military presence in Northwest Iberia. The methodology is based on the combined use of easily accessible tools for any researcher, from aerial photo analysis, cartography, place-names and oral tradition to field survey. The recent availability of LiDAR data in Spain must be added to the resources previously mentioned. We consider the potential of these techniques in different types of terrain, proving their efficiency for archaeological research. Finally, we present and discuss some proposals for the dissemination of the archaeological heritage associated with the Roman army and historical processes related to their presence.

Keywords: *Castra aestiua*; Roman conquest of Northwest Iberia; GIS; Archaeological prospection.

INTRODUÇÃO

A casual descoberta do acampamento romano de Moyapán (Astúrias) no ano 2007¹ inaugurou uma nova etapa no estudo da presença militar romana no Noroeste Peninsular. Até então, muito pouco se sabia nestes territórios sobre tal tipo de assentamentos, e tampouco existia uma metodologia de pesquisa e análise adaptadas às suas características. Depois dessa descoberta conseguimos desenvolver um método arqueológico para a localização deste tipo de sítios baseado no cruzamento de dados provenientes de uma série de meios e técnicas de prospeção². As limitações económicas levaram-nos a priorizar o uso de recursos de acesso livre ou com um custo reduzido sem que tal implicasse renunciar à qualidade da investigação. A localização de mais de vinte recintos campamentais romanos até ao dia de hoje nas Astúrias, Galiza, León e Norte de Portugal suporta a eficácia da nossa proposta³. Neste breve artigo vamos analisar as linhas metodológicas básicas com vista à sua discussão.

OS ACAMPAMENTOS MILITARES ROMANOS TEMPORAIS

Os sítios analisados respondem aos modelos próprios do exército romano dos períodos tardo-republicano e alto-imperial⁴. Na sua maioria parecem ser *castra aestiua* (acampamentos temporais)⁵ levantados pelo exército nos seus avanços pelo território, bem durante as guerras de conquista em finais do século I a.C. ou bem relacionados com a administração das mesmas regiões em momentos posteriores. Estes recintos procuram seguir uns modelos estandardizados que frequentemente

¹ GONZÁLEZ ÁLVAREZ *et al.*, 2008.

² MENÉNDEZ BLANCO *et al.*, 2013.

³ COSTA GARCÍA *et al.*, 2016.

⁴ GILLIVER, 1999.

⁵ PERALTA LABRADOR, 2002a.

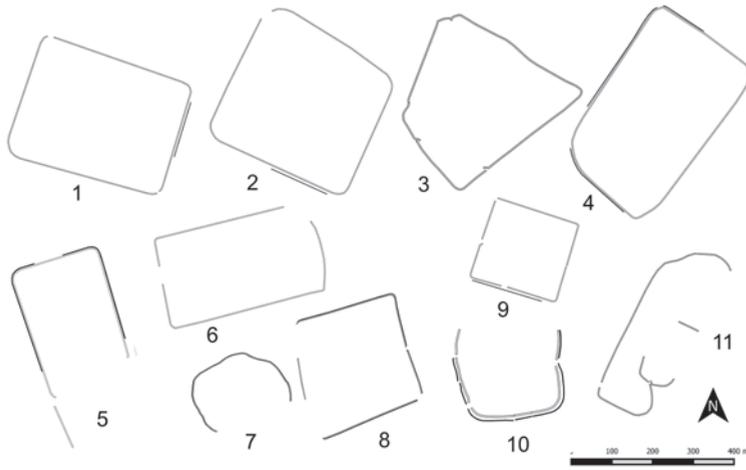


Fig. 1. Plantas de alguns dos acampamentos localizados com a metodologia apresentada neste artigo. Monte da Chá (1), Monte da Modorra (2), El Xuegu la Bola (3), O Cornado (4), Monte dos Trollos (5), El Chao (6), El Mouru B (7), El Mouru A (8), Cbianca (9), Campos (10) e Cueiru (11).



Fig. 2. Talude do perímetro defensivo de El Chao de Carrubeiro (Astúrias).

se materializam em plantas retangulares ou quadrangulares com esquinas arredondadas (forma de naípe), cujas defesas perimetrais constam de pelo menos um fosso e um talude levantado com material extraído da escavação do primeiro elemento. Quando a orografia não permite seguir estes modelos canónicos, aparecem plantas irregulares, mas em todos os casos tentam-se traçar extensas linhas retas e esquinas curvas que evidenciam a autoria dos engenheiros militares romanos (Fig. 1). A extensão destes recintos é muito variada, uma vez que se relaciona com o contingente de tropas que tiveram que albergar, podendo ir desde 1,5 ha até 12 ha. Os fossos encontram-se normalmente colmatados na sua totalidade, enquanto os taludes permanecem visíveis devido aos desníveis no terreno que vão desde 0,3 m (os pior conservados) até 1 m de altura (Fig. 2). Os acessos protegem-se normalmente com *claviculae*, um prolongamento para o interior do recinto dos taludes com a finalidade de evitar os ataques frontais do inimigo. Finalmente, a cultura

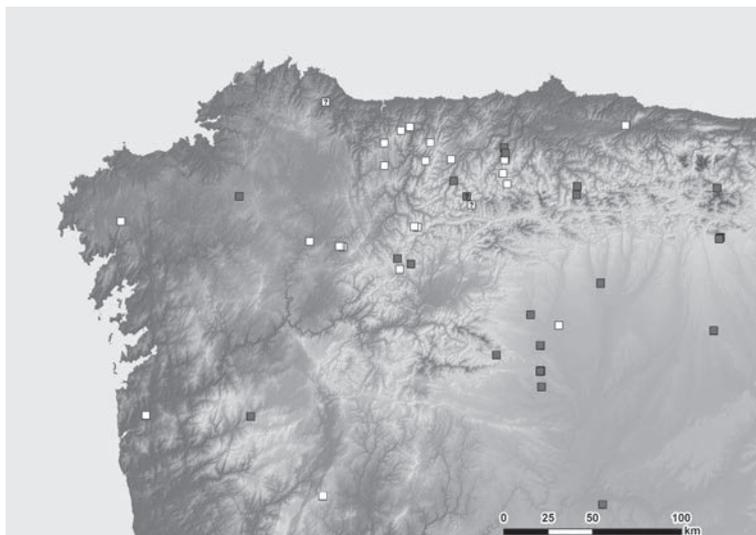


Fig. 3.
Acampamentos romano conhecidos no Noroeste peninsular (07/2016). A branco os que foram descobertos através da metodologia que propomos.

material associada a estes assentamentos é sempre escassa e limita-se principalmente a elementos metálicos⁶: pregos de *caligae*, estacas das tendas de campanha, peças de equipamento militar, armamento, moedas...

ÁREA DE ESTUDO

O espaço onde centramos a nossa atenção é conformado pela região portuguesa ao Norte do rio Douro e os territórios administrativos espanhóis da Galiza, Astúrias, León e Zamora (Fig. 3). A diversidade de paisagens que encontramos nesta vasta região afeta diretamente a conservação e visibilidade dos sítios arqueológicos em questão. Nas zonas planas de León e Zamora, profundamente modificadas pela agricultura intensiva, observa-se um grau de conservação muito deficiente e uma visibilidade mínima de estruturas de escassa monumentalidade como as que buscamos. Algo semelhante ocorre com as áreas costeiras e de meia montanha em Portugal, Galiza e Astúrias, onde o modelo de povoamento disperso, a urbanização de amplas zonas e a exploração agropecuária intensiva ocupam quase a totalidade do espaço até alterar a fisionomia antiga do terreno. Pelo contrário, nas zonas mais altas, devido à preponderância da pecuária extensiva, a baixa demografia ou a ausência de grandes infraestruturas, este tipo de sítios tendem a estar melhor conservados. Devido a isso, os melhores resultados foram obtidos em zonas de alta montanha, tal como será refletido ao longo deste artigo.

⁶ PERALTA LABRADOR, 2002a.

METODOLOGIA

A acusada heterogeneidade da paisagem e o distinto grau de conservação dos sítios incide diretamente na visibilidade das estruturas. Por este motivo, o uso combinado dos meios ao nosso alcance resulta essencial para a localização dos acampamentos temporais romanos. Assim, as estruturas que os conformam tornam-se muitas vezes perceptíveis através de determinadas técnicas, enquanto permanecem invisíveis se optarmos por outras. A metodologia desenvolvida baseia-se numa combinação de meios e técnicas de observação e análise do território que explora o potencial de cada recurso para obter toda a informação possível. Em consequência, trata-se de uma metodologia interdisciplinar na qual se vão integrando todas as técnicas que se mostrem efetivas e úteis para alcançar os objetivos propostos. Relativamente à abordagem teórica, também procuramos a permeabilidade entre diversas disciplinas, já que os membros do nosso grupo de trabalho participam desde distintos campos (Arqueologia, divulgação patrimonial...) e âmbitos de investigação (Arqueologia da Paisagem, Arqueologia do Conflito, Arqueologia Militar, Arqueologia Pré-Histórica, Arqueologia Clássica...).

Fotografia aérea

As plantas canónicas das que falamos mais acima são um dos fatores mais reconhecíveis destes sítios. Dada a sua extensão, e de forma a serem observadas na sua totalidade, devemos recorrer a vistas aéreas. Isto faz da fotografia aérea um dos recursos mais frutíferos para o estudo dos acampamentos romanos desde há algumas décadas⁷. O número de repositórios e visores on-line de fotografias aéreas recentes é bastante amplo, está em constante processo de atualização e são de acesso público, gerados por diferentes administrações nacionais e autonómicas⁸. Dispostos também de coberturas aéreas desde os anos 40 do século passado tanto em Portugal (SPLAL 1937-1952, RAF 1947 e USAF 1958) como em Espanha (USAF – série A 1945-46 e B 1956-57, Interministerial 1973-1986 e Nacional 1980-1986), possuindo um grande valor histórico particularmente em zonas que tenham sido recentemente alteradas por atividade antrópica. Infelizmente, os fotogramas históricos em Portugal ainda não são acessíveis de forma gratuita, tendo que ser adquiridos ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), o que dificulta sobremaneira a

⁷ LOEWINSHON, 1965; SÁNCHEZ PALENCIA, 1986; DEL OLMO MARTÍN, 1995; PERALTA LABRADOR, 2002b.

⁸ Ortofotos digitais de Portugal com resolução de 50 cm (2004-2006) disponibilizadas pela Direção-Geral do Território (DGT) e de Espanha com 25 ou 50 cm (desde 2004) disponibilizadas pelo Instituto Geográfico Nacional (IGN) através do *Plan Nacional de Ortofotografia Aérea* (PNOA).

sua utilização, sendo que os de Espanha são disponibilizados gratuitamente pelo IGN. Também fazemos uso das imagens de satélite disponibilizadas por empresas particulares (Google Maps/Earth, Bing Maps e ArcGIS Earth).

Resulta de suma importância a análise conjunta dos distintos materiais fotográficos disponíveis, tanto recentes como históricos. O crescimento diferencial da vegetação em cada época do ano ou a orientação do sol são fatores que afetam diretamente ao grau de visibilidade das estruturas, chegando em alguns casos a ocultá-las. Além disso, este tipo de estudo diacrónico introduz um fator importante, já que podemos ver a evolução dos sítios ao longo de mais de meio século de fotografia aérea e verificar as afetações que podem ter sofrido ao longo deste espaço temporal.

LiDAR aéreo

O LiDAR (*Light Detection and Ranging*) aéreo é uma ferramenta em auge em arqueologia devido a sua capacidade de gerar modelos digitais de terreno (MDT) de alta resolução e detalhe, mesmo debaixo de cobertura vegetal densa⁹. A possibilidade de discriminar a vegetação e demais elementos artificiais permite a visualização de estruturas que na foto aérea não são visíveis ou que passam despercebidas no trabalho de campo (Fig. 4). As diferentes técnicas de visualização que se podem aplicar sobre os MDT's permitem destacar diferentes aspetos dos restos arqueológicos permitindo obter uma visão mais completa acerca dos assentamentos militares romanos.

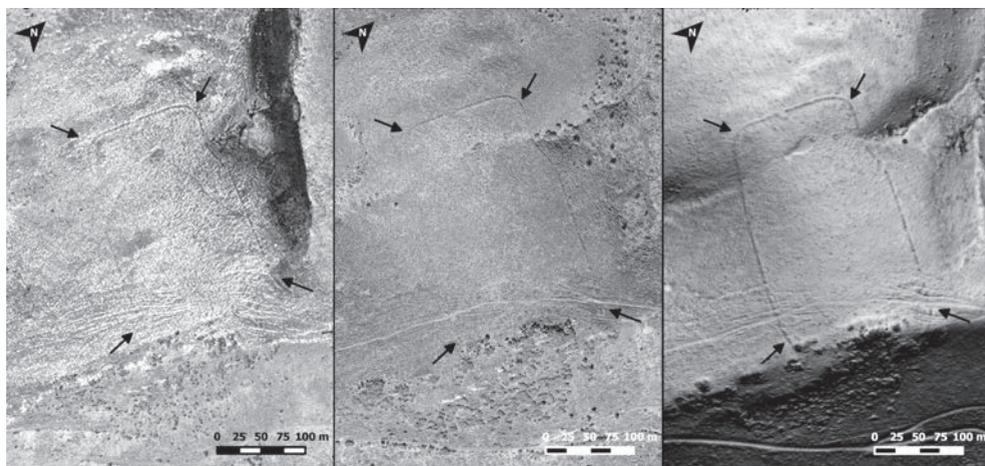


Fig. 4: Vista zenital de El Chao de Carrubeiro (Astúrias) em fotografia histórica (Interministerial 1984), recente (PNOA 2012) e visualização *resampling filter* a partir de dados LiDAR.

⁹ OPITZ & COWLEY, 2013.

Em Espanha, o IGN disponibilizou em acesso livre on-line os dados LiDAR de todo o território estatal, enquanto em Portugal ainda não se realizou um voo de cobertura geral do país, sendo que apenas a costa se encontra coberta¹⁰. Deste modo, esta técnica não se encontra ainda disponível de forma generalizada para a investigação arqueológica em Portugal.

Fotogrametria

Em determinadas ocasiões, estruturas perfeitamente visíveis nos documentos gráficos mais antigos foram destruídas ao largo do tempo devido a atividades antrópicas de diversa índole. Felizmente, a fotogrametria pode ajudar-nos a reconstruir estas paisagens arqueológicas hoje em dia desaparecidas a partir dos já referidos fotogramas históricos. A sua digitalização, ortorrectificação e georreferenciação permite-nos obter, através do uso de software fotogramétrico como o Agisoft PhotoScan¹¹, ortofotografias e modelos digitais de superfície (MDS)¹². Recintos como os de Campos ou Alto da Cerca (ambos em Portugal) foram caracterizados e estudados por meio desta técnica¹³.

Análise territorial e SIG

O potencial dos SIG em arqueologia é já bastante conhecido, mas neste caso particular recorreremos a este tipo de ferramentas com duas finalidades: por um lado para aprofundar a caracterização morfológica e o reconhecimento do padrão de assentamento destas fortificações; por outro para o estudo das paisagens militarizadas romanas no seu conjunto. Deste modo, um melhor conhecimento da localização dos recintos (altitude relativa, pendente do terreno, acessibilidade, visibilidade, proximidade a recursos naturais) permite-nos definir um comportamento concreto em determinados territórios que poderá ser determinante para procurar novos sítios. Do mesmo modo, as análises de mobilidade permitem-nos determinar as zonas de trânsito ótimas para o avanço das tropas romanas, informação que poderia utilizar-se com uma finalidade preditiva. Finalmente, o estudo integral da paisagem (introduzindo nas análises outros tipos de assentamentos contemporâneos) resulta fundamental para compreender com um elevado nível de detalhe o processo de conquista e incorporação destes territórios no império romano.

¹⁰ Levantamento cartográfico das zonas costeiras de Portugal continental (DGT): <http://mapas.dgterritorio.pt/lidar/>

¹¹ © Agisoft LLC.

¹² VERHOEVEN *et al.*, 2012.

¹³ Blanco-Rotea *et al.*, 2016; FONTE & COSTA-GARCÍA, 2016.

Tradição oral e toponímia

Alguns autores já enfatizaram a prudência com que deve ser usada a toponímia na investigação arqueológica devido ao facto de se tratar de uma fonte ligada às mudanças vividas pelas sociedades ao longo do tempo¹⁴. Os topónimos evoluem, mudando o seu sentido original, deslocam-se, ou podem ser substituídos por outros, mas muitas vezes a sua criação pelas comunidades humanas responde a uma tentativa de descrever elementos da paisagem marcantes, entre os que se podem encontrar restos arqueológicos. Nomes de lugar que contêm *cerca*, *castelo*, *castro*, *cidade*, entre outros, assinalam geralmente a presença de recintos fortificados entre os que se podem incluir os acampamentos militares romanos. A localização e prospeção destes lugares resultam muitas vezes na descoberta de novos sítios arqueológicos.

A tradição oral também preserva na sua transmissão entre gerações a memória de estruturas hoje pouco visíveis ou desaparecidas. A título de exemplo, em El Pico el Outeiro (Astúrias) soubemos da existência de um pequeno *castellum*, hoje encoberto pelas infraestruturas existentes, através da informação dos residentes de uma aldeia próxima¹⁵. É, portanto, altamente recomendável incluir entrevistas à população local nos territórios onde se realizem prospeções.

Por outro lado, ao seleccionar áreas de prospeção também se deve ter em conta os registos de batalhas ou guerras antigas pois muitas vezes estas histórias também conservam a memória da descoberta de restos materiais de natureza militar¹⁶.

Textos de eruditos

Além da bibliografia arqueológica recente, não devemos subestimar o potencial dos textos de eruditos e autores antigos. O profundo conhecimento do território que demonstram alguns ou a oportunidade que tiveram de ver estruturas hoje desaparecidas permite às vezes a obtenção de informações extremamente úteis para a nossa investigação. Exemplo disso é a obra de Elías García-Tuñón y Quirós, quem interpretava El Picu Curriellos (Astúrias) como um acampamento romano já em 1858, declaração que cairá no esquecimento até à sua redescoberta arqueológica em 2001¹⁷. É igualmente interessante o caso da revista local *Correvedile*, onde em 1987 o alpinista Sandalio López Gutiérrez já referia um acampamento em El Mouru (Astúrias)¹⁸.

¹⁴ ZADORA-RIO, 2001.

¹⁵ MENÉNDEZ BLANCO *et al.*, 2014.

¹⁶ MENÉNDEZ BLANCO *et al.*, 2015.

¹⁷ CAMINO MAYOR & VINIEGRA PACHECO, 2010.

¹⁸ MENÉNDEZ MENÉNDEZ, 2004.

Prospecção convencional de superfície

Todos os recursos e técnicas anteriormente descritas permitem-nos localizar estruturas que podem relacionar-se com a presença militar romana ou identificar as zonas de maior potencial arqueológico. Mas, independentemente do grau de fiabilidade que cada técnica possa oferecer, a comprovação sobre o terreno é sempre obrigatória, uma vez que as evidências observadas poderão responder a outro tipo de elementos artificiais ou naturais que nada têm a ver com o nosso objeto de estudo.

Claro que também existem em campo fatores que alteram a visibilidade das estruturas. Por exemplo, a luz rasante ao pôr-do-sol ou a acumulação de neve nas defesas durante o degelo favorecem a observação e a documentação fotográfica das microtopografias. A luz rasante gera sombras que, por exemplo, definem melhor os desníveis das defesas. Por sua parte, a neve foi essencial para a documentação de recintos como o de El Xuegu la Bola (Astúrias) e facilitou a documentação fotográfica de El Chao y La Resie||a (Astúrias), ambos bastante arrasados pelas atividades pecuárias e florestais.

A enorme superfície ocupada por estes recintos militares e a quase inexistência de níveis de ocupação conservados que podem definir-se arqueologicamente, motiva a utilização de outras técnicas de teledeteção numa segunda fase de estudo. Através da prospecção magnética pode recuperar-se uma parte dos elementos metálicos que conformavam o equipamento dos soldados. O uso de outras técnicas como o georadar, a magnetometria ou a resistividade elétrica permitem documentar com maior precisão tanto as defesas perimetrais destes assentamentos como os vestígios de outros tipos de estruturas percíveis situadas no interior dos recintos (canais, caminhos, etc.). Enquanto a primeira técnica tem sido utilizada com certa frequência na Península Ibérica¹⁹, as restantes são praticamente inéditas apesar de se ter demonstrado o seu potencial para o estudo de assentamentos militares romanos na Europa²⁰.

ROMANARMY²¹: UM PROJETO DE DIVULGAÇÃO

Um dos eixos principais deste projeto baseia-se no conceito de transmídia da comunicação científica destinada a uma audiência geral não especializada (Fig. 5).

¹⁹ FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, 2006; PERALTA LABRADOR, 2007; FERNÁNDEZ VEGA & BOLADO DEL CASTILLO, 2011.

²⁰ DAVIES & JONES, 2006; GROH & SELDMAYER, 2015; SOMMER & MATEŠIĆ, 2015.

²¹ <http://romanarmy.eu/pt/>



Fig. 5.
Público assistente a
uma visita organizada
ao acampamento de
Moyapán (Astúrias)
através da associa-
ção Eixe Cultural
Ayandés.

A transmídia implica a produção de conteúdos através de múltiplos canais, gerando produtos específicos que aproveitem de maneira eficiente as particularidades de cada um dos suportes²². No nosso caso, a transmídia exerce-se sobretudo através do canal digital, ainda que se utilizem distintos meios complementários que proporcionam dados de grande interesse sobre a recepção da investigação científica.

A nossa aposta de comunicação ao público geral passa por uma estratégia de comunicação em tempo real que membros da equipa praticaram em projetos arqueológicos anteriores²³. Não se trata tanto da comunicação imediata de cada uma das ações da equipa científica, mas estabelecer uma comunicação do processo de conhecimento científico, situando a comunicação como um eixo relevante de trabalho e concedendo às metodologias, às hipóteses, às abordagens, tanta ou mais relevância como aos resultados finais da investigação. Desta forma, na atualidade gira-se à volta de três eixos: os perfis em redes sociais, a web corporativa e a produção audiovisual. Cada um destes eixos distribui mensagens de diferente qualidade. Enquanto os perfis sociais difundem uma ideia mais ‘corporativa’ do grupo de investigação, dando conta da sua atividade pública além da de investigação, a web serve como depósito de publicações científicas ou como espaço para a elaboração de textos que vão complementando o próprio desenvolvimento dos projetos.

A ideia última que se explora é a de que é possível gerar uma audiência que acompanhe o desenvolvimento de um processo científico e que esta audiência não só deve ser procurada nas fases finais de difusão do conhecimento, mas antes incorporada, de algum modo, em momentos anteriores de produção desse conhecimento, difundindo uma cultura da ciência e sua *praxis*. Ao difundir as técnicas e a metodologia mergulhamos também num âmbito interessante: o da investigação

²² SCOLARI, 2013.

²³ GAGO *et al.*, 2013.

distribuída. Na medida em que muitas ferramentas digitais são de âmbito público, a construção de uma comunidade de agentes interessados na localização e estudo de sítios arqueológicos deste âmbito permite uma exploração do território complementar à investigação que gera muitos dados adicionais e complementares que os recursos humanos da equipa não poderiam abarcar.

CONCLUSÕES

Através das experiências científicas da nossa equipa de investigação durante os últimos anos, desenvolvemos uma metodologia interdisciplinar baseada na integração de múltiplos meios e técnicas e na capacidade de constante renovação. A fotografia aérea (histórica e recente) e os MDT's criados a partir de dados LiDAR mostraram-se como os recursos mais efetivos para a localização de acampamentos temporais romanos no decurso da nossa investigação. Ainda assim, os resultados mais completos surgem com a combinação de todos os meios e técnicas disponíveis. Assim, o uso conjunto e combinado de todas estas técnicas e meios podem e devem usar-se de maneira ordenada para desenvolver um método altamente eficaz e produtivo que permita atualizar o catálogo de assentamentos militares romanos no Noroeste Peninsular. Indo além da mera localização e catalogação, são úteis também para um reconhecimento preliminar de cada sítio de forma prévia à obrigada prospeção superficial e à necessária escavação. O processo metodológico que propomos baseia-se na otimização dos recursos disponíveis, buscando, sempre que possível, aquelas ferramentas que ofereçam a máxima qualidade e um mínimo investimento para o investigador.

Por outro lado, consideramos importante aprofundar a metodologia de divulgação iniciada, o que nos permite não só rentabilizar socialmente o esforço de investigação, mas também começar a experimentar com novos métodos de pesquisa que permitam incorporar ativamente o público no próprio processo de construção do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

BLANCO-ROTEA, Rebeca; COSTA-GARCÍA, José Manuel; FONTE, João; GAGO, Manuel; GONÇALVES, José Alberto (2016) – *A Modern Age redoubt in a possible Roman camp. The relationship between two defensive models in Campos (Vila Nova de Cerveira, Minho Valley, Portugal)*. «Journal of Archaeological Science: Reports», 10, p. 293-308.

- CAMINO MAYOR, Jorge & VINIEGRA PACHECO, Yolanda (2010) – *Eliás García-Tuñón y Quirós y el campu bélicu de La Carisa (Ayer-Llena)*, «Asturies, memoria encesa d'un país», 29: 24-37.
- COSTA-GARCÍA, José Manuel; BLANCO-ROTEA, Rebeca; GAGO, Manuel; FONTE, João (2015) – *Novedades sobre la presencia del ejército romano en el occidente galaico*. In Camino Mayor, Jorge; Peralta Labrador, Eduardo; Torres Martínez, Jesús Francisco, eds. – *Las Guerras Astur-Cántabras*. Gijón/Xixón: KRK ediciones, p. 285-289.
- COSTA-GARCÍA, José Manuel; FONTE, João; MENÉNDEZ BLANCO, Andrés; GONZÁLEZ ÁLVAREZ, David; GAGO, Manuel; BLANCO-ROTEA, Rebeca; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, Valentín (2016) – *Roman military settlements in the Northwest of the Iberian Peninsula. The contribution of historical and modern aerial photography, stellite imagery and airborne LiDAR*, «AARGnews», 52, p. 43-51.
- DAVIES, Jeffrey L. & JONES, Rebecca H. (2006) – *Roman Camps in Wales and the Marches*. Cardiff: University of Wales Press.
- DEL OLMO MARTÍN, Julio (1995) – *Arqueología aérea en tres núcleos campamentales romanos de Zamora y León*, «Brigecio», 4-5: 109-118.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, Carmelo (2006) – *Post Vestigium Exercitus. Militaria romana en la región septentrional de la Península Ibérica durante la época Altoimperial*. In Morillo Cerdán, Ángel, eds. – *Arqueología militar romana en Hispania II: producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León, p. 257-308.
- FERNÁNDEZ VEGA, Pedro Ángel & BOLADO DEL CASTILLO, Rafael (2011) – *El recinto campamental romano de Santa Marina (Valdeolea, Cantabria): un posible escenario de las guerras cántabras. Resultados preliminares de la campaña de 2009*, «Munibe (Antropología-Arqueología)», 62, p. 303-339.
- FONTE, João & COSTA-GARCÍA, José Manuel (2016) – *Alto da Cerca (Valpaços, Portugal): um assentamento militar romano na Serra da Padrela e sua relação com o distrito mineiro de Tresminas*. «Estudos do Quaternário», 14, p. 39-58.
- GAGO, Manuel; FERNÁNDEZ MALDE, Antón; AYÁN VILA, Xurxo; TOURAL, Carlos (2013) – *A Torre dos Mouros (Lira, Carnota): Una experiencia de ciencia en comunidad y comunicación en directo*. In Almansa Sánchez, Jaime, ed. – *Arqueología Pública en España*. Madrid: JAS Arqueología, p. 291-316.
- GILLIVER, Catherine M. (1999) – *The Roman Art of War*. Stroud: Tempus.
- GONZÁLEZ ÁLVAREZ, David; MENÉNDEZ BLANCO, Andrés; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, Valentín (2008) – *El campamento de Moyapán (Ayande, Asturias)*, «Férvedes», 5, p. 363-371.
- GROH, Stefan & SELDMAYER, Helga (2015) – *Expeditiones Barbaricae. Forschungen zu den Römischen Feldlagern vom Engelharstetten, Kollnbrunn und Ruhhof, Niederösterreich*. Archäologische Forschungen in Niederösterreich, 2. Krems: Landessammlungen Niederösterreich / Donau-Universität Krems.
- LOEWINSOHN, Ernest (1965) – *Una calzada y dos campamentos romanos del conuentus asturum*, «Archivo Español de Arqueología», 38, p. 26-43.
- MENÉNDEZ BLANCO, Andrés; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, Valentín; GONZÁLEZ ÁLVAREZ, David (2015) – *La tradición oral como complemento de la arqueología para la localización de evidencias bélicas en la montaña asturleonera*, «Férvedes», 8, p. 471-479.
- MENÉNDEZ BLANCO, Andrés; GONZÁLEZ ÁLVAREZ, David; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, Valentín; JIMÉNEZ CHAPARRO, Jesús Ignacio (2013) – *Propuestas de prospección de bajo coste para la*

- detección de campamentos romanos de campaña. El área occidental de la Cordillera Cantábrica como caso de estudio*, «Munibe (Antropología-Arkeologia)», 64, p. 175-197.
- (2014) – *Campamentos romanos de campaña en el occidente de Asturias*. In León, Pablo, coord. – *Excavaciones arqueológicas en Asturias 2007-2012. En el centenario del descubrimiento de la caverna de La Peña de Candamo*. Oviedo: Gobierno del Principado de Asturias. Consejería de Educación, Cultura y Deporte, p. 245-251.
- MENÉNDEZ MENÉNDEZ, José Enrique (2004) – *De Babia a Pravia. Andar y recordar*. Oviedo: KRK.
- OPITZ, Rachel S.; COWLEY, David C. (2013) – *Interpreting Archaeological Topography: 3D Data, Visualisation and Observation*. Oxford: Oxbow Books.
- PERALTA LABRADOR, Eduardo (2002a) – *Los campamentos de las guerras cántabras de Iguña, Toranzo y Buelna (Cantabria)*. In Morillo Cerdán, Ángel, ed. – *Arqueología militar romana en Hispania*. Madrid: Ediciones Polifemo, p. 327-338.
- (2002b) – *Los campamentos romanos de campaña (castra aestiva): evidencias científicas y carencias académicas*, «Nivel Cero», 10, p. 49-87.
- (2007) – *Armas de y para la conquista de la antigua Cantabria*, «Sautuola», 13, p. 493-512.
- SÁNCHEZ-PALENCIA RAMOS, Francisco Javier (1986) – *El campamento romano de Valdemedina, Manzaneda (León)*, «Numantia», 2, p. 227-234.
- SCOLARI, Carlos Alberto (2013) – *Narrativas transmedia: cuando todos los medios cuentan*. Bilbao: Deusto S.A. Ediciones.
- SOMMER, C. Sebastian & MATEŠIĆ, Suzana (ed.) (2015) – *At the Edge of the Roman Empire: Tours along the Limes in Southern Germany*. Mainz: Deutschen Limeskommission.
- VERHOEVEN, Geert; DONEUS, Michael; BRIESE, Christian; VERMEULEN, Frank (2012) – *Mapping by matching: a computer vision-based approach to fast and accurate georeferencing of archeological aerial photographs*. «Journal of Archeological Science», 39, p. 2060-2070.
- ZADORA-RIO, Elisabeth (2001) – *Archéologie et toponymie: le divorce*, «Les petits cahiers d'Anatole», 8.

CASTRA ORESBI: UM ASSENTAMENTO MILITAR ROMANO NA SERRA DO MARÃO?

JOÃO FONTE*

MARIA JOÃO CORREIA SANTOS**

JOSÉ MANUEL COSTA-GARCÍA***

CATARINA ISABEL SOUSA GASPAR****

HUGO PIRES*****

Resumo: Lino Tavares Dias e António Baptista Lopes referem a existência de um acampamento militar romano no alto da Serra do Marão, definido por um recinto rectangular, ao qual estaria associado uma torre de planta quadrangular. Este possível acampamento foi como tal identificado por uma inscrição gravada sobre um penedo que se localiza nas proximidades onde supostamente se lê *Castra Oresbi*. A exiguidade dos dados arqueológicos apresentados levou-nos a realizar uma revisão integral das evidências disponíveis através de pesquisa bibliográfica, prospeção arqueológica, aplicação de tecnologias geoespaciais e análise epigráfica. O objetivo deste trabalho passa por avaliar o verdadeiro potencial arqueológico da zona e propor a sua reinterpretação.

Palavras-chave: Arqueologia; Epigrafia; Fotogrametria; Deteção Remota.

Abstract: Lino Tavares Dias and António Baptista Lopes both report the existence of a Roman military camp on the summit of the Marão Mountain, defined by a rectangular enclosure, to which it would be associated a quadrangular tower. This possible camp have been identified as such by a rock-cut inscription located nearby, where supposedly one can read *Castra Oresbi*. The paucity of the existent archaeological data led us to conduct a full review of the available evidences through bibliographic research, archaeological prospection, the application of geospatial technologies and epigraphic analysis. The objective of this work is to assess the true archaeological potential of the area and to propose its reinterpretation.

Keywords: Archaeology; Epigraphy; Photogrammetry; Remote sensing.

* Instituto de Ciencias del Patrimonio (Incipit), Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Department of Archaeology, University of Exeter. joao.fonte@incipit.csic.es.

** Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. mj.correiasantos@letras.ulisboa.pt.

*** Departamento de Historia, Universidade de Santiago de Compostela. Faculteit der Geesteswetenschappen, Vrije Universiteit Amsterdam. josemanuel.costa@usc.es.

**** Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. cgaspar1@campus.ul.pt.

***** Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. hpires@arq.up.pt.

1. PONTO DE PARTIDA



Fig. 1. Localização da Serra do Marão no contexto do Noroeste Peninsular.

Em meados da década de 1990, dois investigadores comunicaram a existência de diversos sítios arqueológicos de época romana no alto da Serra do Marão, numa zona compreendida entre os marcos geodésicos do Penedo Ruivo (a Norte, 1232 m) e da Chorida (a Sul, 1087 m), que serve de limite aos concelhos de Amarante (a Oeste) e Baião (a Este), ambos pertencentes ao distrito do Porto (Fig. 1). Assim, enquanto António Baptista Lopes¹ referia a existência de uma torre de planta quadrangular construída em pedra no sítio do Pedregal, que identifica com a “torre do Diabo”, Lino Tavares Dias² aludia também à existência de um acampamento de planta rectangular. Até à data, este foi o único assentamento romano

abertamente classificado como militar no Norte de Portugal, apesar das reservas expressas por alguns autores³.

Para a identificação destes elementos resultou fundamental a descoberta de uma inscrição gravada num penedo que se localiza neste altiplano. A leitura que foi então oferecida, *Castra Oresbi*, relacionava diretamente esta zona com o mundo militar romano⁴ (Fig. 2). A presença das Minas do Teixeira nas proximidades do alto

¹ LOPES, 2000: 290-291.

² DIAS, 1997: 301-302.

³ FABIÃO, 2007: 137; MARTINS, 2009: 127; CENTENO, 2011: 358.

⁴ As alusões na literatura latina aos *castra* como fortificações são abundantes (Caes. *B Gal.* 4.38.4, *B Civ.* 3.37.1; Sal. *Iug.* 37.3, 44.4; Liv. 44.40.6; Veg. *Mil.* 3.8; Liv. 7.39.1; Tac. *Ann.* 1.31; Suet. *Aug.* 49.1; Varro. *Ling.*



Fig. 2.
Inscrição
*Castra Oresbi*⁷.

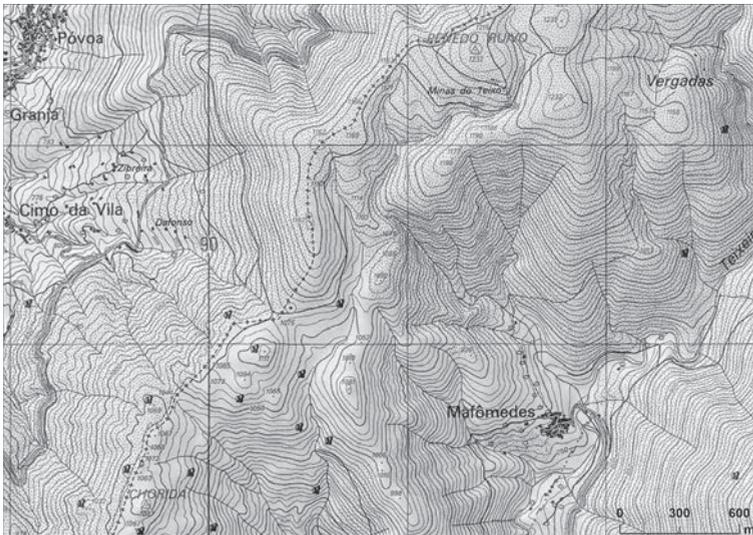


Fig. 3.
Localização do
penedo epigrafado
(ponto verde) e das
Minas do Teixo na
Carta Militar de
Portugal à escala
1:25.000 do IGeoE,
série M888, folha
n.º 114, 3ª edição.

do Penedo Ruivo, exploradas para a obtenção de estanho durante o século XX, mas cuja exploração poderá remontar a época romana⁵ (Fig. 3), bem como de uma suposta via romana que cruzava o alto da Serra do Marão⁶, reforçavam esta interpretação.

5.162; Ps.-Hyg. 56). Porém, o uso epigráfico do termo *castra* como topónimo não é precisamente frequente na *Hispania* (pode destacar-se o caso de *Castra Caecilia*-Cáceres el Viejo, assentamento republicano ainda recolhido como *mansio* no Itinerário de Antonino -Wess. 433.4-).

⁵ MARTINS, 2009.

⁶ DIAS, 1997: 301-302; LOPES, 2000: 290.

⁷ LOPES, 2000: 302.

2. CONTEXTO DA INTERVENÇÃO E METODOLOGIA

O interesse relativamente a esta problemática contextualiza-se no âmbito de um projecto mais amplo sobre o estudo da presença militar romana no Noroeste Peninsular⁸.

Nos últimos anos temos vindo a desenvolver uma metodologia para o estudo deste tipo de assentamentos que combina diversas técnicas de deteção remota, SIG e prospeção arqueológica superficial, a par da toponímia e memória oral⁹.

O objectivo do presente trabalho passa pela identificação positiva dos três elementos arqueológicos referidos (acampamento, torre

e penedo epigrafado) com vista à sua adequada documentação e contextualização histórico-arqueológica.

Numa primeira fase, compilámos toda a documentação bibliográfica existente, bem como toda a informação geográfica disponível (cartografia militar, ortofotos da Direção-Geral do Território, fotografias aéreas históricas e imagens de satélite da Google e Bing Maps). Constatamos que a zona tinha sido bastante afectada pela construção de torres eólicas para produção eléctrica, bem como pela intensa arborização realizada e consequente abertura de caminhos motivada por ambas situações. Considerando que as recentes alterações antrópicas modificaram significativamente a zona e



Fig. 4. Localização do sítio de Pedregulhal (rectângulo) e do penedo epigrafado (quadrado) sobre ortofoto do voo SPLAL (em cima) e ortofoto recente (em baixo).

⁸ <http://romanarmy.eu/pt/>

⁹ Vide neste volume MENÉNDEZ BLANCO *et al.*.

com vista a obter uma visão diacrónica da área de estudo, adquirimos ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) várias fotografias aéreas históricas dos voos SPLAL (1945), RAF (1947) e USAF (1958), que restituímos fotogrametricamente¹⁰. Nesta primeira abordagem, não nos foi possível reconhecer qualquer elemento arqueológico, com exceção do próprio penedo epigrafado.

Numa segunda fase, deslocámo-nos fisicamente à zona para procedermos a uma primeira inspecção visual sobre o terreno. Após identificarmos o penedo epigrafado e procedermos ao seu levantamento fotogramétrico, constatamos que a inscrição era, na verdade, mais extensa e mais complexa do que inicialmente se previa. Não foi, porém, possível identificar nenhuma das estruturas referidas pelos outros autores acima referidos.

Depois de termos contactado com António Baptista Lopes e Lino Tavares Dias, e seguindo as indicações dos mesmos, deslocámo-nos novamente à zona com o fim de realizar uma nova inspecção visual. Com a ajuda da população local de Murgido (Amarante), conseguimos identificar o sítio do Pedregulhal (que se deverá corresponder com o sítio do Pedregal referido por António Baptista Lopes), onde, segundo a memória oral, se localizava uma antiga torre construída pelo diabo para chegar ao céu e, quando lhe faltava apenas uma pedra para lá chegar, retirou uma de baixo o que fez com que a torre caísse. No local vê-se efectivamente uma grande concentração de pedras, mas não conseguimos identificar nem restos de possíveis alinhamentos ou alicerces de construções, nem pedra trabalhada (Fig. 4).

3. RESULTADOS DA ANÁLISE ESPACIAL

Seguindo a metodologia referida, os resultados da análise espacial foram, num primeiro momento, bastante desalentadores. No que diz respeito ao acampamento, não foi possível reconhecer sobre o terreno, imagens de satélite ou em fotografia aérea – histórica e recente – qualquer tipo de alinhamento que se pudesse corresponder com este tipo de recinto, pelo que nada mais é possível acrescentar até que surjam novos dados. Relativamente à torre, tudo parece indicar que, de facto, não existiu qualquer construção deste género no sítio do Pedregulhal, pelo que estaremos provavelmente perante um fenómeno de erosão natural motivado pela acusada pendente da zona.

Até ao momento não foi possível detectar nesta área qualquer evidência de povoamento antigo, estacional ou permanente. Os povoados fortificados da Idade do Ferro mais próximos, entre 4 a 5 km em linha reta, são os de Alto da Quintela

¹⁰ Vide detalhes desta metodologia em BLANCO-ROTEA *et al.*, 2016 e FONTE & COSTA-GARCÍA, 2016.

(Gestaço-Teixeira, Baião) e Monte do Crasto (Candemil, Amarante)¹¹. Algo mais afastados estariam os habitats romanos de Gestaço (Gestaço, Baião), Giesta (Ovil, Baião) e Valinho (Bustelo, Amarante)¹². Todavia, a presença de recursos minerais estanhíferos pode ter sido um importante factor de atracção das comunidades humanas para esta zona inóspita.

4. UMA MISTERIOSA INSCRIÇÃO

A quase ausência de povoamento nesta área torna ainda mais interessante a presença de um penedo epigrafado. Trata-se de um penedo de granito porfiróide, de forma grosseiramente tronco-cónica, em cuja face Oeste/Sudoeste foi gravada uma inscrição.

A sua localização não parece casual, uma vez que o monólito é perfeitamente visível e controla o altiplano existente entre o Penedo Ruivo e a Chorida. Aqui cruzam-se duas importantes vias históricas: a que no sentido Sudoeste-Nordeste segue o cume da serra, permitindo a rápida circulação através das elevações ao longo do vale do rio Teixeira; e a que atravessa a serra no sentido Oeste-Este comunicando os núcleos de Murgido (Amarante) e de Mafômedes (Baião), um percurso ainda frequentemente utilizado pelos pastores da zona. A inscrição encontra-se voltada justamente para o cruzamento destas duas vias de passagem.

A leitura epigráfica foi realizada através da observação directa da rocha *in situ* e contrastada com o resultado do Modelo Residual Morfológico (MRM) obtido directamente sobre o suporte pétreo a partir de registo fotogramétrico¹³. Tal processo permite detectar e contrastar as subtis irregularidades do suporte pétreo não observáveis a olho nu, devido ao seu elevado grau de erosão e a encontrarem-se dissimuladas pela sua cor e textura.

A partir do modelo tridimensional, procede-se ao cálculo do MRM através da determinação da forma predominante do objecto. As diferenças morfológicas encontradas entre o tal “modelo predominante” e o modelo original, são designadas de resíduo morfológico. Os valores obtidos são depois convertidos num mapa hipsométrico de alturas relativas, representando esse mesmo resíduo.

Com base nas imagens de grande resolução obtidas a partir do MRM, que permite aumentá-las centenas de vezes e aplicar máscaras de contraste, é assim possível captar e analisar os pormenores mais ínfimos dos resíduos de gravação,

¹¹ DIAS, 1997, 2016.

¹² *Ibid.*.

¹³ PIRES *et al.*, 2014.

que são decalcados digitalmente pelo epigrafista, com recurso a um programa de desenho vectorial, o que permite não só contrastar o que é visível directamente a olho nu, mas também consubstanciar a leitura e interpretação epigráficas.

De acordo com esta metodologia, conseguimos apreciar que a epígrafe se encontra gravada numa zona claramente preparada para o efeito e que constitui a única zona do suporte artificialmente alisada. Isto contrasta com a restante superfície da rocha, rugosa e heterogénea, devido à granulometria dos cristais de feldspato que incorpora. Por seu lado, as

letras do que tradicionalmente se lê como *Castra Oresbi*¹⁴ foram profundamente gravadas e não colocam grandes problemas de leitura, com excepção do ‘a’ de *castra*, que em realidade parece ser um ‘u’, mas sendo claramente seguida de um ‘m’, embora não tão profundamente gravado.

A observação directa da rocha e o contraste através do MRM permitem localizar ainda uma primeira linha, gravada mais superficialmente mas ainda identificável a olho nu, onde se lê ‘est’. A inscrição compõe-se, portanto, de 3 linhas visíveis, lendo-se *est/ castram/ santi Oresbi*, cuja tradução será «é propriedade de Santo Oresbio» ou «pertence à demarcação de Santo Oresbio» (Fig. 5). *Oresbus/Oresbius* trata-se claramente de um antropónimo, em concreto de origem grega e

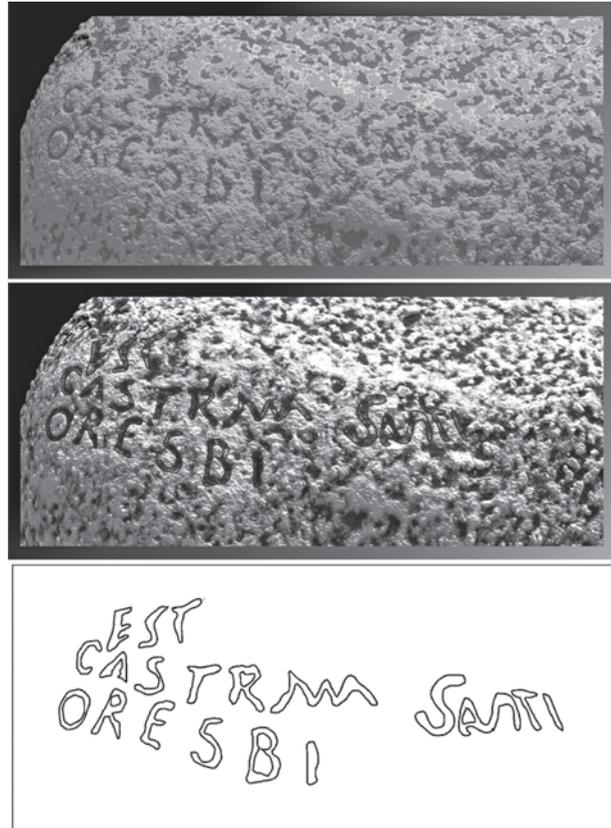


Fig. 5. Leitura epigráfica sobre MRM policromático e decalque sobre base bicromática.

¹⁴ CASTRA/ ORESBI (DIAS, 1997: 301-302; CARVALHO, 2008, II: 66-67; LOPES, 2000: 290-291); CASTRA/ OREOBI(*ensia*?) (REDENTOR, 2016: 150-151).

que encontramos mencionado no canto II da *Ilíada*¹⁵ e numa epígrafe de Cápua¹⁶, mas é a primeira vez que surge com a advocação de “santo”.

O curioso é que apenas parte da inscrição está profundamente gravada, sendo a primeira linha e o ‘m’ de *castram* menos visíveis, o que parece sugerir uma contínua regravação da zona mais marcada, talvez por ter servido como marco territorial em épocas sucedâneas.

Como referido, a interpretação do local como um possível acampamento militar romano tinha sobretudo por base a leitura deste texto como *castra*, algo que muda drasticamente com a sua correção para *castram* e com o deslindar de *santi*, que antecede *Oresbi*.

O substantivo latino *castrum*, *-i* na sua forma singular documenta-se num período recuado da língua latina, que o associa às línguas antigas da Península Itálica, em particular, o osco *castrous*, o úmbrico *kastruvu*, *castruo*, com o sentido de “separação, o que serve para separar”¹⁷, o que justifica a sua ligação ao verbo *castrare* (“separar, cortar”). Na realidade, a forma singular *castrum* parece ser anterior ao uso generalizado do plural *castra*, *-orum* com o sentido de acampamento militar, uma vez que surge atestada no séc. I a.C. em Cornélio Nepos¹⁸ com o sentido de “propriedade privada, delimitada ou vedada” e, como tal, separada do resto do território.

Se considerarmos este contexto semântico da palavra no singular, bem como o seu frequente uso em topónimos (como *Laurens Castrum*¹⁹, por exemplo), poderia admitir-se, forçando a leitura de *castrum* em vez de *castram*, que este texto se reportasse ao período romano republicano, referindo-se *castrum* ao terreno ou espaço de mineração, possivelmente vedado ou delimitado, cujo possuidor seria *Oresbius*.

Na epigrafia latina de época imperial²⁰, o uso de *castrum* como topónimo está bem atestado na área itálica referindo-se a lugares que outras fontes definem claramente como núcleos urbanos de certa entidade. Fora desta área apenas se conhece uma referência à denominação *Castrum Margum*²¹ para a cidade de *Margus*/Požarevac (Sérvia). Uma única referência epigráfica parece aludir a um núcleo de povoação

¹⁵ Hom. II. 2.5.707.

¹⁶ *CIL* X, 4190.

¹⁷ ERNOUT & MEILLET, 1951.

¹⁸ «...ei dederat Grynium in Phrygia castrum, ex quo quinquagena talenta uectigalis capiebat» (Nep. Alc. 9.3).

¹⁹ Cidade do Lácio também designada como *Laurentum* – cf. Tib. 2, 5, 49; Serv. A, 9, 7.

²⁰ *CIL* XIV, 2461, 2468, 2469, 2473, 2474; *CIL* XI, 3577, 3578, 3579, 3580, 3581, 3586b. Foram consultadas para o efeito as seguintes bases de dados: Epigraphik-Datenbank Clauss/Slaby (<http://www.manfredclaus.de>), Epigraphic Database Heidelberg (<http://edh-www.adw.uni-heidelberg.de/home>), Hispania Epigraphica Online (<http://eda-bea.es/>), Hesperia, Banco de datos de lenguas paleohispánicas (<http://hesperia.ucm.es/>) e Searchable Greek Inscriptions (<http://epigraphy.packhum.org/>).

²¹ *AE* 1902, 33.

de inferior categoria: um tal *Castrum Planae* na antiga província de Dalmácia²². Infelizmente, nada sabemos da entidade e extensão de tal assentamento²³. Deve ter-se em conta que nestes casos o segundo termo que constitui o topónimo é um adjetivo (*Nouum*), ou antes um substantivo etnónimo (*Moeniensium*) ou topográfico em si mesmo (*Margum, Planae*), mas nunca um antropónimo.

A palavra *castrum* é rara na epigrafia da Península Ibérica e apenas existem três alusões: uma de época romana encontrada em Mogadouro, pouco segura²⁴; outra em plural – *castros* – de época visigótica e procedente de Pelayos (Salamanca)²⁵; e uma última, proveniente de León, claramente de contexto alto-medieval²⁶, remetendo para uma cronologia em que este termo é relativamente frequente na documentação notarial.

Um importante conjunto de documentos epigráficos nos quais figura a palavra *castrum* em singular parece concentrar-se no período imperial tardio, referindo-se a fortificações que pelas suas características se poderiam reconhecer como *castra* ou a guarnições militares²⁷, ou a pequenas torres fortes²⁸. Por outro lado, durante a época tardo-antiga, documenta-se outro conjunto de sítios de difícil caracterização ainda que muito possivelmente também fortificados²⁹. Existem também topónimos nos quais é possível identificar elementos antropónicos, como talvez ocorra com *Castro Crescentio*³⁰ no Norte de África. Tendo em conta que neste amplo período se documenta um incremento na utilização da palavra *castrum* na língua escrita³¹,

²² CIL XI, 76.

²³ WILKES, 1962, 1969.

²⁴ “Doviter/us Triti / f(i)lius an(n)o(rum) / L Addou/ie(n)sis c(astrum?) / m(onumentum) / [...]” (HEp 3, 1993, 4 = AE 1987, 587). A restituição *Addouie(n)sis c(astrum)* restringe-se a uma interpretação determinada do famoso carácter conhecido como C invertida (MOURINHO, 1987: 101-103).

²⁵ Trata-se de uma inscrição gravada sobre xisto onde aparece várias vezes a palavra *castros*, em acusativo plural irregular (HEp 3, 1993, 302 = HEp 10, 2004). Este documento, datado do século VII, é considerado como um documento fiscal: (chrismon) *suscepimus [pe]r [castros] is per números VI suscepimus d[u]os x per x castros II te m[...]i s[...] suscepimus per castros tres [...] suscepimus per castros [...] suscepim[us] per castr[os...] suscep[imus] per c[astros...]* (VÁZQUEZ SORIANO, 2000).

²⁶ “*Omniibus exemplum sit quod venerabile templum / rex dedit Ordonius qui iacet ipse pius / hanc fecit sedem quam primo fecerat aedem / virginis hortatu quae fulget in pontificatu / pavit eam donnis per eam nitet urbs legionis / quaesumus ergo dei gratia parcat ei amen / is rex Alfonsi patris sui vestigio prudenter et iuste regnu(m) gubernas Talaveram / cepit et Arabes apud castrum sancti Stephani prostravit subiugavitque sibi Lusi/taniam et B(a)eticam provincias terram Arabu(m) quae Sincilla dicitur magna strage / subegit Anagarum coepit et vicariam et octavi regni sui anno cum sex mensibus / completis Zamorae infirmitate percussus ab hoc s(a)eculo migravit (a)era DCCCCXXXII” (IHC 242).*

²⁷ CIL XV, 7239; CIL XIII, 8502.

²⁸ CIL VII, 268.

²⁹ CIL III, 6660=AE 2006, 4; CIL VIII, 9835; CIL VIII, 14439; CIL V, 5418; CIL IX, 5185.

³⁰ CIL VIII, 16763.

³¹ JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, 1994; VAJNER, 2015.

poderia o nosso *Castram Oresbi* relacionar-se de algum modo com um contexto tardo-antigo?

O certo é que ao comprovar-se não só a leitura de *castram*, mas também a existência de *santi* na inscrição, impõe-se inevitavelmente uma nova interpretação cronológica do que tradicionalmente se aceita para esta inscrição. A forma *castram* só pode ser interpretada como o acusativo do singular de *castra*, *castrae*, remetendo a uma possível cronologia dos séculos VII-VIII, o que estará de acordo com a forma *santi*, em vez de *sancti*, que igualmente aponta para o mesmo horizonte cronológico.

A partir dos séculos III-IV d.C. ocorre no Noroeste Peninsular um período de paulatina ruralização que se verá acentuado em época alto-medieval. Logicamente, este fenómeno não ocorreu de forma uniforme no espaço e no tempo, pois parece estar ligado tanto às particulares formas de organização política e social como à articulação de novos sistemas de exploração agropecuária³².

Nas zonas de montanha, a reocupação e fortificação de antigos povoados fortificados da Idade do Ferro parece ter sido um fenómeno recorrente durante os séculos V-VIII³³, documentando-se também a fundação de novos assentamentos fortificados em altura³⁴, muitos dos quais eram denominados por *castra* ou *castella*³⁵. A polissemia e a ambiguidade documentadas dificultam, porém, a associação dos termos a realidades arqueológicas concretas³⁶, além de que a própria heterogeneidade mostrada pelas fortificações de altura desta época impede a clara definição da sua funcionalidade e adscrição cronológica³⁷.

Talvez o melhor paralelo para *castram Oresbi* – em que este substantivo é acompanhado de um antropónimo em genitivo – seja *Castro Pelagii* (Valdoré, León), que sugere a ideia de que o mencionado “castro” pertencia de algum modo a um indivíduo, eventualmente um *possessor* ou *dominus* local, bem seja presente ou passado³⁸.

³² FERNÁNDEZ MIER, 1999; —, 2006.

³³ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 1997; SÁNCHEZ PARDO, 2012.

³⁴ SASTRE BLANCO *et al.*, 2014; TENTE & MARTÍN VISO, 2012.

³⁵ Em Pelayos (Salamanca) encontrou-se uma inscrição sobre xisto na que figura várias vezes a palavra *castros*, um acusativo plural irregular (HEp 3, 1993, 302 = HEp 10, 2004). O referido documento datou-se no século VII e considera-se um documento fiscal, referido talvez à cobrança ou pagamento de censos (VÁZQUEZ SORIANO, 1989, 2000). Não está claro se os mencionados *castros* são apenas entidades fiscais e políticas ou também unidades físicas de povoamento. A inscrição diz o seguinte: (chrismon) *suscepimus [pe]r [castros] is per números VI suscepimus d[u]os x per x castros II te m[...]i s[...] suscepimus per castros tres [...] suscepimus per castros [...] suscepim[us] per castr[os...] suscep[imus] per c[astros...]*.

³⁶ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2002; —, 2014; ISLA FREZ, 2001; JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, 1994; —, 1995.

³⁷ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2001; —, 2011; —, 2014.

³⁸ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2001: 25-26.

A área que nos ocupa caracterizou-se historicamente pela dispersão do habitat e pela escassa hierarquização sociopolítica das suas comunidades³⁹. Os indícios de povoamento de época romana, tardo-romana e alto-medieval parecem concentrar-se em torno dos rios Douro e Tâmega e, em segunda instância, nos vales dos rios Ovil e Ovelha⁴⁰, servindo a Serra do Marão como divisória entre a região do Entre Douro e Minho e a de Trás-os-Montes. Além disso, as fortificações de altura datadas dos séculos V-VIII são praticamente desconhecidas na zona, em contraste com o que ocorre com as fortificações dos séculos IX-X, onde, em alguns casos, é inclusivamente possível documentar a reocupação de antigos castros pré-romanos ocupados também em época romana⁴¹.

Aqui, porém, trata-se muito possivelmente da “demarcação de Santo Oresbio”, sobre o qual há apenas duas certezas: que está claramente gravado na rocha como tal; e cujas características remetem a um ambiente tardio, enquadrável muito provavelmente num contexto alto-medieval.

5. CONCLUSÕES

Em suma, quer a avaliação arqueológica do local, quer a leitura epigráfica indicam que provavelmente não terá existido aqui nenhum acampamento nem torre militar romana. Não existe, até ao momento, nenhuma evidência arqueológica que suporte a existência no local destes elementos. O único elemento arqueológico de que dispomos é efectivamente a referida inscrição gravada numa rocha no alto da Serra do Marão e que se reporta, muito claramente, a um *castram santi Oresbi*. É provável que estivesse relacionada com alguma propriedade ou povoamento de altura alto-medieval, mas não existem ainda dados histórico-arqueológicos suficientes para desvendar o resto da sua história.

Agradecimentos: Agradecemos ao Grupo de Investigação “Síncrisis. Investigación en Formas Culturais” da Universidade de Santiago de Compostela (GI-1919) e ao seu coordenador Marco V. García Quintela a ajuda prestada na aquisição das fotografias aéreas históricas necessárias à realização deste trabalho. Queremos também agradecer a António Baptista Lopes e a Lino Tavares Dias por todos os esclarecimentos que gentilmente nos prestaram.

³⁹ LIMA & TEIXEIRA, 2010.

⁴⁰ LIMA, 2016.

⁴¹ BARROCA, 2004; LIMA, 2011; —, 2013.

CORPORA

AE – *L'Année épigraphique*. Paris: CNRS. <http://www.anneeepigraphique.msh-paris.fr/>

CIL – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlin-Brandenburg: Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften. http://cil.bbaw.de/cil_en/index_en.html

HEp – *Hispania Epigraphica*. Alcalá: Universidad Complutense de Madrid. <http://eda-bea.es>

FONTES

HOMEROS (1939) – *Homeri Ilias*. K. Hentze. Leipzig: Teubner.

NEPOS, C. (1901) – *Vitae de Viris Illustribus*. Eric Otto Winstedt (ed.). Oxford: Oxford University Press.

WESSELING, P. (1735) – *Vetera romanorum itineraria, sive Antonini Augusti itinerarium: cum integris Jos. Simleri, Hieron. Suritae, et And. Schotti notis. Itinerarium hierosolymitanum et Hieroclis grammatici synecdemus*. Amsterdam: Wetstenium & G. Smith.

BIBLIOGRAFIA

BARROCA, M. (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)*. «Portugalia», 25, p. 181-203.

BLANCO-ROTEA, R.; COSTA-GARCÍA, J.; FONTE, J.; GAGO, M. & GONÇALVES, J.A. (2016) – *A Modern Age redoubt in a possible Roman camp. The relationship between two defensive models in Campos (Vila Nova de Cerveira, Minho Valley, Portugal)*. «Journal of Archaeological Science: Reports», 10, p. 293-308.

CARVALHO, H. (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento, 2 vols.

DIAS, L. T. (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.

CENTENO, R. (2011) – *Da República ao Império: reflexões sobre a monetização no ocidente da Hispânia*. In GARCÍA-BELLIDO, M. P., CALLEGARIN, L. & JIMÉNEZ DÍEZ, A., coord., *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*, Anejos AEspA LVIII. Madrid, p. 355-367.

DIAS, L. T. (2016) – *Baião em torno do ano zero*. Baião: Câmara Municipal de Baião.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. (1951) - *Dictionnaire etymologique de la langue latine: histoire des mots*, 3^e édition revue, corrigée et augmentée d'un index. Paris.

FONTE, J. & COSTA-GARCÍA, J. (2016) – *Alto da Cerca (Valpaços, Portugal): um assentamento militar romano na Serra da Padrela e sua relação com o distrito mineiro de Tresminas*. «Estudos do Quaternário», 14, p. 39-58.

LIMA, A. (2011) – *Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana*. «Portugalia», 31-32, p. 83-114.

- (2013) – *Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana*. In FERNANDES, I. C., coord. – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, vol. I. Lisboa: Colibri, p. 183-198.
- (2016) – *Baião em torno do ano mil*. Baião: Câmara Municipal de Baião.
- FABIÃO, C. (2007) – *El ejército romano en Portugal*. In MORILLO CERDÁN, Á., coord. – *El ejército romano en Hispania: guía arqueológica*. León: Universidad de León, p. 113-134.
- FERNÁNDEZ MIER, M. (1999) – *Génesis del territorio en la Edad Media. Arqueología del paisaje y evolución histórica en la montaña asturiana*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- (2006) – *La articulación del territorio en la montaña cantábrica en época tardoantigua*. In ESPINOSA RUIZ, U. & CASTELLANOS GARCÍA, S., coord. – *Comunidades locales y dinámicas de poder en el norte de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía*. Logroño: Universidad de La Rioja, p. 265-289.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (1997) – *Expansión y consolidación feudal del Reino de Asturias: las fortificaciones de Alfonso III en la montaña leonesa*. In *Homenaje a Juan Uría Riu*. Oviedo: Universidad de Oviedo, p. 275-300.
- (2001) – *La fortificación pre-feudal en el norte peninsular: castros y recintos campesinos en la alta Edad Media*. In FERNANDES, I. C., coord. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simposio Internacional sobre Castelos (Palmela, 2000)*. Lisboa: Colibri, p. 16-29.
- (2002) – *Castros y campamentos de campaña de las guerras cántabras*. In DE BLAS CORTINA, M. A. & VILLA VALDÉS, Á., coord. – *Del castrum al castellum. Los castros entre la Antigüedad y la Alta Edad Media*. Navia: Ayuntamiento de Navia, p. 301-316.
- (2011) – *Fortificaciones visigodas y conquista islámica del norte hispano (c. 711)*. In GARCÍA MORENO, L. A. & VIGUL ESCALERA, A., coord. – *711. Arqueología e historia entre dos mundos*, vol. 1. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 143-162.
- (2014) – *Fortificaciones tardoantiguas y visigodas en el norte peninsular (ss. V-VIII)*. In CATALÁN RAMOS, R., FUENTES MELGAR, P. & SASTRE BLANCO J. C., coord. – *Fortificaciones en la tardoantigüedad: élites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. Madrid: La Ergástula, p. 191-214.
- ISLA FREZ, A. (2001) – *Villa, villula, castellum. Problemas de terminología rural en época visigoda*. «Arqueología y Territorio Medieval», 8, p. 9-19.
- JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, A. (1994) – *Castrum en la Hispania romana y visigoda*. «Hispania Antigua», 18, p. 441-455.
- (1995) – *Castellum en la Hispania romana: su significado militar*. «Hispania Antigua», 19, p. 129-150.
- LIMA, A. & TEIXEIRA, R. (2010) – *Reflexões em torno do povoamento e organização dos territórios medievais no curso médio e terminal do Douro*. In BURÓN ÁLVAREZ, M. & RODRIGUES, M. A. R., coord. – *Actas Coloquio Internacional Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero*. Salamanca: Junta de Castilla y León, p. 137-153.
- LOPES, A. B. (2000) – *A Serra do Marão; património arqueológico da sua reserva florestal*. In *Actas do II Congresso Histórico de Amarante*, vol. 3. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, p. 385-302.
- MARTINS, C. (2009) – *A Mina do Teixo, Serra do Marão*. In *Actas do II Congresso Histórico de Amarante*, vol. 1. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, p. 125-136.

- MOURINHO, A. M. (1987) – *Epigrafia latina entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Façal*. «Brigantia», 7, p. 101-132.
- PIRES, H., FONTE, J., SECO, L., SANTOS, M.J.C. & SOUSA, O. (2014) – *Morphological Residual Model. A Tool For Enhancing Epigraphic Readings Of Highly Eroded Surfaces*. In ORLANDI, S., SANTUCCI, R., CASAROSA, V. & LIUZZO, P. M., coord. – *Information Technologies for Epigraphy and Cultural Heritage. Proceedings of the First EAGLE International Conference*. Roma: Sapienza Università Editrice, p. 133-144.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. & TEJADO SEBASTIÁN, J. M. (2012): *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao: UPV. *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica* 4.
- RENTOR, A. (2016) – *Entre o Douro e o Olimpo – no encaço das mulheres e homens que vivificaram o território na época romana*. In Dias, L. T., coord. – *Baião em torno do ano zero*. Baião: Câmara Municipal de Baião, p. 135-152.
- SÁNCHEZ PARDO, J. C. (2012) – *Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de Galicia (siglos IV-XI)*. In QUIRÓS CASTILLO J. A. & TEJADO SEBASTIÁN, J. M., coord. – *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao: UPV, p. 29-56.
- SASTRE BLANCO, J. C.; FUENTES MELGAR, P. et al. (2014) – *El poblado fortificado de El Castillón en el contexto del siglo V d. C.*. In CATALÁN RAMOS, R., FUENTES MELGAR, P. & SASTRE BLANCO, J. C., coord. – *Las fortificaciones en la tardoantigüedad*. Madrid: La Ergastula: 191-214.
- TENTE, C. & MARTÍN VISO, I. (2012) – *O Castro do Tintinho (Guarda, Portugal). Interpretação dos dados arqueológicos como fortificação do período pós-romano*. In QUIRÓS CASTILLO J. A. & TEJADO SEBASTIÁN J. M., coord. – *Los castillos altomedievales en el noroeste de la península ibérica*. Bilbao: UPV, p. 57-76.
- VAJNER, B. (2015) – *Castra, castrum, castellum. Statisztika és interpretáció*. Budapest: Pázmány Péter Katolikus Egyetem. PhD thesis.
- VÁZQUEZ SORIANO, I. (1989) – *Las Pizarras visigodas: edición crítica y estudio*. Murcia: Universidad de Murcia.
- (2000) – *Documentos de época visigoda escritos en pizarra (siglos VI-VIII)*. Turnhout: Brepols.
- WILKES, J. (1962) – *Studies in the Roman province of Dalmatia*. Durham: Durham University. PhD thesis.
- (1969) – *Dalmatia*. Harvard: Harvard University Press.

LA FORTIFICACIÓN DE LAS CIUDADES VASCONAS EN LA TARDOANTIGÜEDAD. ALGUNAS REFLEXIONES

ÁNGEL ANTONIO JORDÁN LORENZO*
IOSU BARRAGÁN CIDRIAIN**

Resumo: Entre os séculos III-IV d.C., teve lugar um processo generalizado de fortificação nas cidades da Península Ibérica, cuja compreensão, contudo, continua a ser objeto de debate. Neste contexto, a descoberta de uma muralha tardia na cidade de Los Bañales (Uncastillo), permitiu analisar este fenómeno nas cidades mais próximas desta civitas, coincidentes com o solar dos antigos vascões. A sua análise suscitou a enumeração de uma série de questões que expomos nestas páginas e com as quais esperamos aprofundar um pouco mais o conhecimento de um período muito pouco estudado. Tratar-se-á, de facto, de um processo generalizado de fortificação? Porque se constroem muralhas apenas em determinadas cidades? Na nossa opinião, as teorias existentes não são completamente satisfatórias e, como tal, propomos como hipótese de trabalho, uma interpretação deste fenómeno através da sua relação com a principal mudança mental desta época: o Cristianismo.

Palavras-chave: Vascões; Cidades; Muralhas; Cristianismo.

Resumen: Entre los siglos III-IV d.C. tuvo lugar un proceso generalizado de amurallamiento en las ciudades de la Península Ibérica, cuya comprensión todavía sigue siendo objeto de debate. En este contexto, el hallazgo de una muralla tardía en la ciudad de Los Bañales (Uncastillo) ha permitido analizar este fenómeno en las ciudades más cercanas a esta *civitas*, coincidentes con el solar de los antiguos vascones. Su análisis ha propiciado la enumeración de una serie de cuestiones que exponemos en estas páginas y con las cuales esperamos profundizar un poco más en el conocimiento de un periodo muy poco conocido. ¿Se trata realmente de un proceso general de amurallamiento? ¿Por qué se construyen murallas en unas ciudades y en otras no? En nuestra opinión, las teorías existentes no son completamente satisfactorias y por eso proponemos, a modo de hipótesis de trabajo, una interpretación de este fenómeno a través de su relación con el principal cambio mental de esta época: el cristianismo.

Palabras clave: Vascones; Ciudades; Murallas; Cristianismo.

* Archivo Epigráfico de Hispania. ajorlor@yahoo.es.

** Tabula. Asociación para el conocimiento de la Historia de las Cinco Villas.

Abstract: A generalized process of fortification took place in the cities of the Iberian Peninsula between III-IV centuries A.D., whose understanding is still under discussion. In this context, the discovery of a late city-wall in Los Bañales (Uncastillo) has allowed us to analyze this phenomenon in the immediate urban environment of this city, which coinciding with the old vascones' territory. Its analysis has raised some questions that we enumerated in these pages and with which we hope to know this period better. So, is it a general process of fortification throughout the Peninsula? Why are city-walls built in some cities and not in others? The existing theories are not fully satisfactory, so we propose, as a hypothesis, an interpretation of this phenomenon linking it with the main mental change of this moment: The Christianity.

Keywords: Vascones; Cities; City-walls; Christianity.

La integración de las murallas en el mundo urbano no es una práctica desconocida en Roma, pues ya al inicio del Principado el concepto de muralla como dotación urbanística caracterizadora de la *urbs* tuvo un importante desarrollo, siendo usada con frecuencia como un elemento de prestigio¹. Con posterioridad la práctica edilicia urbana se centró en su mantenimiento, hasta que entre los siglos III-IV d.C. tuvo lugar un segundo proceso generalizado de amurallamiento de las ciudades en la Península, cuya comprensión todavía sigue siendo objeto de debate².

En este contexto, el hallazgo de una muralla tardía en el transcurso de las excavaciones que hemos realizado en la ciudad de Los Bañales (Uncastillo) entre 2013-2014³ nos ha permitido analizar este fenómeno en el entorno urbano inmediato a esta *ciuitas*, coincidente con el del antiguo solar de los vascones (Fig. 1: Urbanismo en el

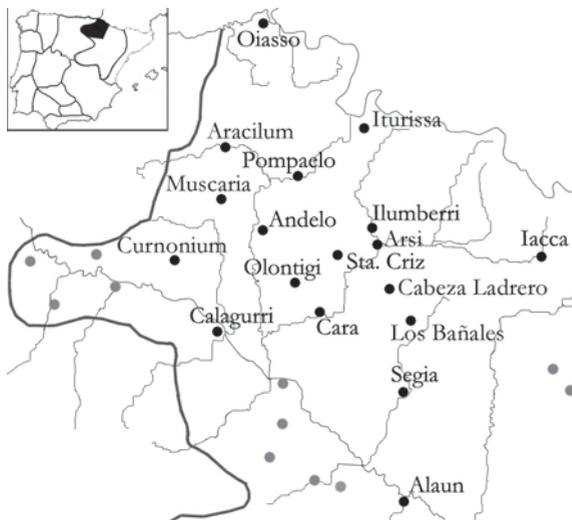


Fig. 1.
Urbanismo en el área vascona.

¹ GROS, 1992; HAUSCHILD, 1994.

² KULIKOWSKI, 2004, 101-109; FERNÁNDEZ OCHOA, 2006.

³ JORDÁN, 2016.

área vascona)⁴. Ahora bien, conviene advertir que aunque la secuencia cronológica de la muralla es muy dilatada, pues a su construcción en el siglo IV d.C. se unen varias reformas realizadas entre los siglos VI-VII d.C., así como un torreón de vigilancia construido en el siglo X d.C.⁵, el espacio disponible en esta publicación nos obliga a centrarnos sólo en su primera fase. Su análisis, como se verá a continuación ha deparado una serie de cuestiones que planteamos en estas páginas y con las que esperamos ahondar más en el conocimiento de un periodo muy poco conocido.

1.

Tratar de conocer esta zona del *conuentus Caesaraugustanus* entre los siglos III-IV d.C. es complicado, tanto por la falta de estudios existente como por la existencia de una serie de *topoi* que han caracterizado a la investigación. Así, la historiografía de las décadas de los 50-70, siguiendo la imagen dada por las fuentes literarias, han presentado un panorama catastrófico, caracterizado a través de tres líneas maestras: la «crisis del siglo III d.C.»⁶; la existencia de una invasión germánica que provocó una acción devastadora en la zona⁷; y la cristianización del territorio, donde los vascones son presentados como paradigma del paganismo, la barbarie y la impiedad⁸. Con estos tres elementos nunca se llegó a tejer un relato histórico⁹, sino que se conformó tan sólo una imagen dantesca de la situación de este territorio, a la que se trataba de amoldar la información que proporcionaba la arqueología.

Por fortuna poco a poco se va superando esta caracterización, gracias al avance historiográfico, que ha permitido dejar a un lado algunas de estas ideas¹⁰, aunque sin renunciar todavía a la impresión de que el siglo III d.C. fue un periodo de profundas transformaciones en esta área, acompañadas por cierta inestabilidad¹¹. De esta forma, a la imagen anterior se está contraponiendo cada vez más la que se desprende de una extraordinaria vitalidad de las *uillae*, coincidente con lo que parece ser un proceso de *incastellamiento* en las *ciuitates*. Sin embargo, conviene

⁴ Sobre las fronteras de los vascones puede verse PÉREX, 1986; SAYAS, 1994; JORDÁN, 2006. Sobre el urbanismo en el área de los vascones puede verse PÉREX, 1986: 71ss; MARTÍN-BUENO, 1993; MEZQUÍRIZ, 1996; RAMÍREZ SÁDABA, 2006; RAMÍREZ SÁDABA, 2009.

⁵ JORDÁN, 2016; JORDÁN & BARRAGÁN, e.e.

⁶ I. e. ALFÖLDI, 1967; BLÁZQUEZ, 1968.

⁷ Así, TARACENA, 1952; TARRADELL, 1955: 103.

⁸ SAYAS, 1994: 279-285; JIMENO, 2003: 32-44.

⁹ Realmente el primer y único relato histórico para esta época aparece en SAYAS, 1994: 291-324.

¹⁰ Así, en general, STROBEL, 1993; WITSCHHEL 1999. Sobre la Península Ibérica: CEPAS, 1997: 160-173; WITSCHHEL, 2009 (con bibliografía anterior). Sobre los vascones LÓPEZ MELERO, 1990; SAYAS, 1994: 291-324; JORDÁN, 2006; MORENO RESANO, 2009: 265-270.

¹¹ I. e. ANDREU *et al.*, 2011: 122.

reconocer que todavía queda mucho trabajo por hacer, pues sigue sin existir un relato histórico coherente que surja de la interrelación de los trabajos de arqueólogos, epigrafistas, numismatas e historiadores.

2.

Centrando la atención en nuestro objeto de estudio, hasta el momento sólo se han encontrado fortificaciones tardías en cinco ciudades: Los Bañales, *Pompelo*, *Cara*, *Calagurri* y, quizá, *Andelo* (Tabla 1 y Fig. 2: Ciudades amuralladas en época tardía en el área vasca)¹².

Tabla 1. Relación de murallas identificadas en la zona de estudio.

Lugar	Longitud (m)	Grosor (cms)	Fábrica	Cronología
Los Bañales	24,2	184/210	Doble paramento externo con relleno interior	Siglo IV d.C.
<i>Pompelo</i>	20	125	Doble paramento externo con relleno interior	Ss. III-IV d.C.
<i>Cara</i>	26	140	Doble paramento externo con relleno interior	«Época tardía»
<i>Calagurri</i>	?	?	Cajones rellenos	Ss. III-IV d.C.
<i>Andelo</i>	30	200	Doble paramento externo con relleno interior	«Época tardía»

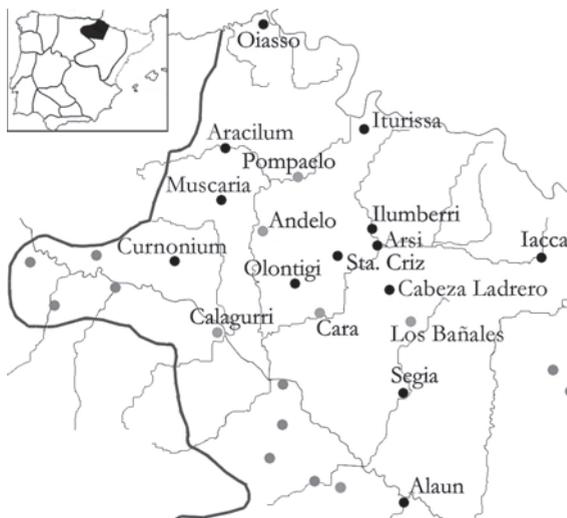


Fig. 2. Ciudades amuralladas en época tardía en el área vasca.

¹² Sobre la muralla de Los Bañales: JORDÁN, 2016. *Pompelo*: MEZQUÍRIZ, 1983: 275-278; TUDANCA, 1997: 181; FERNÁNDEZ & MORILLO, 1991: 249; BRASSOUS, 2011: 286; FARO *et al.*, 2006: 294; UNZU & VELAZA, 2007: 170. *Cara*: MEZQUÍRIZ, 2006: 152 y 164. *Calagurri*: IGUÁCEL, 2001: 159; SÁENZ & SÁENZ, 1994: 51; SÁENZ DE HARO, 2007: 109. *Andelo*: MEZQUÍRIZ, 2004: 184; —, 2009: 58-59.

Como se puede apreciar en la tabla 1, todas ellas muestran en común su técnica constructiva, formada por la realización de un doble paramento exterior que fue macizado por medio de un relleno interior, formado por una mezcla de cascotes y tierra, con la excepción de *Calagurri*. Una segunda característica la da también su espesor, que ronda entre los 125 cms en el caso de la muralla de *Pompelo* y los dos metros en las de Los Bañales y *Andelo*. Se trata, por lo tanto, de fortificaciones que no llegan a los espesores medios conocidos para esta época, que oscilan entre los 3 y 5 metros¹³.

Sin duda, estos datos permiten extraer dos importantes impresiones: Primero, sólo cinco ciudades de las dieciocho conocidas por el momento en la zona, muestran una muralla tardía¹⁴. Segundo, el grosor de las murallas construidas impide confirmar una función defensiva clara. Lógicamente, ambas ideas obligan, cuando menos, a adoptar con cautela cualquier tipo de interpretación que se pueda realizar de este fenómeno. Es más, necesariamente exige realizar ciertas incómodas preguntas:

¿Se trata realmente de un proceso general de amurallamiento extendido a gran escala por toda la Península? En este sentido, se ha planteado su existencia como una reacción directa causada por las invasiones del siglo III d.C., siendo erigidas en el marco de un programa de defensa dirigido por el gobierno provincial¹⁵; o bien como consecuencia de un cambio de mentalidad de la población, que implicó el alejamiento del modelo publicitario augústeo y configuró una nueva realidad urbana¹⁶.

Con respecto al primer aspecto, éste ha sido fuertemente criticado, dada la extensa cronología de construcción de estas obras y el esmero con el que fueron realizadas¹⁷. Además, en el caso del territorio vascón, no se creó una situación que aconsejase una intervención de este tipo, tanto desde un punto de vista militar, como económico o social¹⁸. Con respecto al segundo, se ha planteado su interpretación como un elemento de prestigio, orientado a engrandecer la notoriedad de la ciudad

¹³ FERNÁNDEZ & MORILLO, 1992: 339-340.

¹⁴ Podría considerarse que la ausencia de excavaciones en las ciudades vasconas condicionan los datos encontrados, como quizá sea el caso de *Arsi* donde se intuyen restos de amurallamiento, aunque se desconoce su cronología (ARMENDÁRIZ, 2004: 541; ZUAZÚA, 2013: 314), o el de *Curnonium* en donde se conserva una muralla medieval. Sin embargo, también conviene apuntar que, por el momento, en el resto de *ciuitates* vasconas no se aprecian restos de amurallamiento de ningún tipo.

¹⁵ Así, FERNÁNDEZ, 2006: 202-209.

¹⁶ BLÁZQUEZ, 1968: 24-25; FERNÁNDEZ & MORILLO, 1991; LARRAÑAGA, 2001: 409-410; DIARTE, 2009: 82.

¹⁷ WITSCHERL, 2009: 482.

¹⁸ SAYAS, 1994: 301, 323.

o bien a poner de relieve la *securitas rei publicae*¹⁹. En este sentido, el escaso grosor que muestran las murallas identificadas en la zona de estudio, parece abalar esta idea. Sin embargo, la evolución de la ciudad en época tardoantigua que abandona concepciones urbanísticas publicitarias y establece un claro pragmatismo en los usos de los espacios²⁰ no parece cuadrar demasiado bien con la búsqueda del enaltecimiento del prestigio de la ciudad.

Así pues, si ambas opciones no parecen ser del todo satisfactorias, ¿puede plantearse la existencia de algún elemento discriminador que justifique la construcción de murallas en unas *ciuitates* en detrimento de otras? En relación con esto último, se ha establecido su vinculación con la *annona militaris* controlando de esta forma las rutas que seguía en su camino hacia el Norte²¹. Sin embargo, como se aprecia en la distribución geográfica de las ciudades amuralladas en la zona de estudio (fig. 2), esta teoría no parece encontrar mucho apoyo, aunque no se puede descartar que sea correcta en el contexto de la provincia Lusitania. Por otro lado, una segunda posibilidad que se ha indicado, si bien muy sutilmente, es a través de los recursos económicos. De esta forma, sólo aquellas ciudades con capacidad económica suficiente, bien de forma colectiva o bien de forma individual, serían capaces de levantar estas construcciones²². De ser correcta esta opción, ¿son las cinco ciudades amuralladas conocidas las más importantes en la zona en este periodo de tiempo? ¿Qué ha ocurrido mientras tanto con las restantes? Por desgracia, la ausencia de estudios sobre este periodo impide ahondar en esta línea²³.

En nuestra opinión, como se puede ver, ninguna de estas teorías son plenamente satisfactorias *per se*, pues en todas se echa en falta la conexión con la mentalidad de la época. No se puede olvidar que el urbanismo es tanto herencia recibida como reflejo de la mentalidad del momento. Por esta razón, quizá pueda plantearse a modo de hipótesis una interpretación de este fenómeno vinculándolo con el principal cambio mental de este momento: el cristianismo. En este sentido, la influencia del cristianismo en la concepción de la nueva ciudad es clara, aunque parece establecerse sobre todo a partir del siglo V d.C.²⁴. Su arraigo implicó, por

¹⁹ ARCE, 1982: 73-80, 96; LÓPEZ MELERO, 1990: 44-45; LARRAÑAGA, 2001: 412-413; TEJA, 2002: 12; FERNÁNDEZ & MORILLO, 2002; ADAM, 2007.

²⁰ DIARTE, 2009.

²¹ FERNÁNDEZ *et al.*, 2011; DE MAN, 2011; ZUZA, 2013: 294-295.

²² BLÁZQUEZ, 1968: 24-25; LÓPEZ MELERO, 1990: 46.

²³ En este sentido, son muy interesantes las reflexiones de MATEOS, 2005: 51-52.

²⁴ MATEOS, 2005: 56.

ejemplo, el abandono de los edificios de espectáculos y la ciudad se desarrolló en torno a sus lugares de culto siendo el foco principal la *ecclesia*²⁵.

De esta forma, conviene tener en cuenta que durante tres siglos las teorías milenaristas habían estado en boga y que el creyente estaba plenamente convencido de que tras el milenio de gobierno de Cristo y antes del esperado Juicio final, la Bestia marcharía por toda la tierra hasta rodear el «campamento de los santos» (*Apocalipsis* 20: 4-5), donde se salvaguardarán los justos ante la ira de Dios²⁶. Siguiendo esta línea de pensamiento, ¿puede considerarse que se amurallaron las ciudades como salvaguarda simbólica de los fieles, estableciendo con ello dos espacios conceptuales: *intra muros*, donde solía estar la *ecclesia*, principal construcción de fe y *extra muros* en donde se encuentra un mundo en transformación y todavía fuertemente paganizado? Por desgracia, la limitación de espacio impide profundizar más en este aspecto. Aun así, para terminar, quisiéramos resaltar dos impresiones: Por un lado, tras la conversión de Constantino los intereses cristianos se convirtieron en intereses públicos, por lo que una mentalidad de este tipo podría ser perfectamente apoyada por el *ordo decurionum*²⁷. Por otro lado, durante el siglo IV d.C. las ciudades del área vascona habían registrado una conversión mayoritaria de sus habitantes²⁸. Así, tanto *Calagurri* como *Pompelo* fueron designadas sedes episcopales ya en el propio siglo IV d.C. Además, otros ejemplos de esta cristianización se encuentran en Los Bañales (Uncastillo, Z) donde se transformó en un momento temprano un monumental templo en una iglesia, además de apreciarse diferentes ejemplos de iconoclasia, por desgracia en un momento desconocido. Por último, en *Andelo* se ha localizado una lucerna con iconografía cristiana datada a partir del siglo IV d.C. y se ha planteado que el célebre mosaico de Baco fue destruido en un nuevo episodio de iconoclasia, aunque también en época desconocida²⁹.

3.

A modo de conclusión, los datos conocidos hasta el momento sobre el proceso de amurallamiento de las ciudades en época tardoantigua en la zona objeto de

²⁵ Sin embargo, conviene admitir que en esta época tan temprana (siglo IV d.C.) su influencia se ha identificado sobre todo en el ámbito suburbano, las necrópolis y la construcción de *martyria*, cf. MATEOS, 2005: 54-55; DIARTE, 2009: 74, 76-77.

²⁶ Resulta muy esclarecedor el estudio que K. Strobel realiza sobre la mentalidad del momento y su influencia en la propia visión del mundo que le rodea (STROBEL, 1990).

²⁷ MATEOS, 2005: 50.

²⁸ JIMENO, 2003: 35.

²⁹ BARENAS, 2011: 178-182; JIMENO, 2003: 32. Sobre los fenómenos de iconoclasia en Los Bañales (Uncastillo): JORDÁN, 2015: 21-23. *Andelo*: MEZQUÍRIZ, 1960: 58; LÓPEZ & BLÁZQUEZ, 1990: 354.

estudio invita a considerarlo como un fenómeno puntual, realizado con una función simbólica, en vez de defensiva. En este contexto cobra fuerza la impresión de que es necesario relacionar su construcción con los cambios de mentalidad de la población y, sin duda alguna, con la vitalidad económica de la *ciuitas*. Ahora bien, ninguna de las opciones interpretativas planteadas tradicionalmente nos parece que llegue a explicar de forma plausible este fenómeno. En unos casos se trata de la extensión de un concepto de ciudad caduco, al interpretarse como un elemento de prestigio. En otros no plasma directamente la mentalidad de la época, al vincularse con la *securitas rei publicae*, que surge frente a un escenario de inseguridad causado por la crisis económica, política y social. Sin embargo, a modo de hipótesis quizá sea posible relacionarlo con el auge del cristianismo. De esta forma, tal vez se podría replantear la noción de *securitas* vinculándola al sentimiento milenarista e interpretándose, siempre con la cautela que exigen todas las hipótesis por demostrar, como una escenificación de la salvaguarda de los fieles ante un mundo en descomposición. En este sentido, de ser correcta esta teoría, la existencia de la muralla constituiría no sólo un reflejo de la vitalidad económica de la *ciuitas*, sino también de la nueva religión.

BIBLIOGRAFÍA

- ADAM, Jean-Pierre (2007) – *Murallas de la peur, murallas de prestige, murallas du plaisir*. In RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio & RODÁ DE LLANZA, Isabel, coords. – *Murallas de ciudades romanas en el occidente del imperio. Lucus Augusti como paradigma: Actas del Congreso actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005)*. Lugo: Diputación Provincial de Lugo, p. 21-46.
- ALFÖLDI, Andreas (1967) – *Studien zur Geschichte der Weltkrise des 3. Jhs. N. Chr.* Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- ANDREU, Javier; PERÉX, María J.; BIENES, Juan José (2011) – *New findings of Late Antiquity in a town of the Vascones area (Los Bañales de Uncastillo, Zaragoza, Spain)*. In HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, David, ed. – *New perspectives on Late Antiquity*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, p. 119-123.
- ARCE, Javier (1982) – *El último siglo de la España romana: 282-409*, Madrid: Alianza.
- ARMENDÁRIZ MARTIJA, Javier (2004) – *De aldeas a ciudades. El poblamiento durante el primer milenio a. C. en Navarra*. Pamplona: Gobierno de Navarra.
- BARENAS ALONSO, Ramón (2011) – *La cristianización del valle medio del Ebro. La sede episcopal de Pompelo*. In VARIOS – *VII Congreso General de Historia de Navarra*. Pamplona: Gobierno de Navarra, vol. I, p. 177-192.
- BLÁZQUEZ, José María (1968) – *La crisis del siglo III en Hispania y Mauritania Tingitana*. «Hispania», 108, p. 5-37.

- BRASSOUS, Laurent (2011) – *Les enceintes urbaines tardives de la péninsule Ibérique*. In SCHATZMANN, Regula & MARTIN-KILCHER, Stefanie, *dirs.* – *L'Empire romain en mutation. Répercussions sur les villes romaines dans la deuxième moitié du IIIe siècle*. París: Éditions Monique Mergoïl, p. 275-299.
- CEPAS PALANCA, Adela (1997) – *Crisis y continuidad en la Hispania del siglo III d.C.* Madrid: CSIC.
- DE MAN, Adriaan (2011) – *Defesas urbanas Tardias da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- DIARTE BLASCO, Pilar (2009) – *La evolución de las ciudades romanas en Hispania entre los siglos IV y VI d.C.: los espacios públicos como factor de transformación*. «Mainake», XXXI, p. 71-84.
- FARO CARBALLA, José Antonio; SINUÉS DEL VAL, Mariano; UNZU URMENETA, Mercedes (2006) – *Intervención arqueológica en la Plaza de Toros de Pamplona*. «Trabajos de Arqueología Navarra», 19, p. 293-338.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen (2006) – *The army and the urban walls in Late Roman Spain: defence and strategy*. In MORILLO, Ángel & AURRECOECHEA, Javier, *eds.* (2006) – *The roman army in Hispania. An archaeological guide*. León: Universidad de León, p. 189-210.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen & MORILLO CERDÁN, Ángel (1991) – *Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania: una aproximación crítica (primera parte)*. «Cuadernos de Prehistoria y Arqueología», 18, p. 227-259.
- (1992) – *Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania: una aproximación crítica (segunda parte)*. «Cuadernos de Prehistoria y Arqueología», 19, p. 319-360.
- (2002) – *Entre el prestigio y la defensa: la problemática estratégico-defensiva de las murallas tardorromanas en Hispania*. In MORILLO CERDÁN, Ángel, *coord.* – *Arqueología militar romana en Hispania*. Segovia: Polifemo, p. 577-589.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel; SALIDO DOMÍNGUEZ, Javier (2011) – *Ciudades amuralladas y annona militaris durante el Bajo Imperio en Hispania. Una cuestión a debate*. In ARCE MARTÍNEZ, Javier; GOFFAUX, Bertrand, *eds.* – *Horrea d'Hispanie et de la Méditerranée romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 265-285.
- GROS, Pierre (1992) – *Moenia: aspects défensifs et aspects représentatifs des fortifications*. In VAN DEN MAELE, Symphorien & FOSSEY, John M., *eds.* – *Fortificationes antiquae*. Amsterdam: Brill, p. 211-215.
- HAUSCHILD, Theodor (1994) – *Murallas de Hispania en el contexto de las fortificaciones del área occidental del Imperio Romano*. In DUPRÉ RAVENTÓS, Xavier, *coord.* – *La ciudad en el mundo romano: XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Tarragona: CSIC, p. 223-232.
- IGUÁCEL DE LA CRUZ, Pilar (2001) – *El Sequeral. Nuevas aproximaciones al conocimiento de la muralla de Calagurris Iulia*. «Iberia», 4, p. 145-161.
- JIMENO, Roldán (2003) – *Orígenes del Cristianismo en la tierra de los vascos*. Pamplona: Pamiela.
- JORDÁN, Ángel A. (2006) – *La expansión vascónica en época republicana: Reflexiones en torno a los límites geográficos de los Vascones*. In ANDREU PINTADO, Javier, *ed.* – *Navarra en la antigüedad. Propuesta de Actualización*. Pamplona: Gobierno de Navarra, p. 81-110.
- (2015) – *El foro de Los Bañales. La edícula de la Victoria en el pórtico occidental*. Tudela: Urdániz Digital.
- (2016) – *Excavaciones en la muralla de El Pueyo de Los Bañales (Uncastillo, Zgz). 2012-2014*. In LORENZO LIZALDE, José Ignacio; RODANÉS VICENTE, José María, *eds.* – *CAPA. I Congreso*

- de Arqueología y patrimonio aragonés (Zaragoza, 24 y 25 de noviembre de 2015)*. Zaragoza: SNOWFALL4POD, p. 303-312.
- JORDÁN, Ángel A. & BARRAGÁN, Iosu (e.e.) – *Una torre musulmana en El Pueyo (Los Bañales, Uncastillo, Zgz.)*. «Arqueología y Territorio Medieval», en revisión, s.pp.
- KULIKOWSKI, Michael (2004) – *Late Roman Spain and Its Cities*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- LARRAÑAGA ELORZA, Koldo (2001) – *La ciudad tardorromana del área circumpirenaica occidental: crisis y transformaciones*. «Antigüedad y Cristianismo», XVIII, p. 401-424.
- LÓPEZ MELERO, Raquel (1990) – *La supuesta invasión del siglo III d. C. en territorio de vascones*. «Espacio, tiempo y forma. Serie II, Historia antigua», 3, p. 43-60.
- LÓPEZ MONTEAGUDO, Guadalupe; BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1990) – *Destrucción de mosaicos mitológicos por los cristianos*. «Antigüedad y Cristianismo», VII, p. 353-365.
- MARTÍN-BUENO, Manuel (1993) – *La ciudad hispanorromana en el valle del Ebro*. In BENDALA GALÁN, Manuel, coord. – *La ciudad hispanorromana*, Madrid, 108-127.
- MATEOS CRUZ, Pedro (2005) – *Los orígenes de la cristianización urbana en Hispania*. In GURT, Josep M.; RIBERA, Albert, eds. – *VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica: les ciutats tardoantigues d'Hispania: cristianització i topografia (València, 8, 9 i 10 de maig de 2003)*. Barcelona: ICAC, p. 49-62.
- MEZQUÍRIZ IRUJO, María Ángeles (1960) – *Materiales procedentes del yacimiento romano de Andión*. «Príncipe de Viana», 78-79, p. 57-68.
- (1983) – *Localización de un lienzo de la muralla romana de Pompaelo*. In VARIOS – *Homenaje al prof. Martín Almagro Basch*. Madrid: Ministerio de Cultura, vol. 3, p. 275-278.
- (1996) – *Claves del urbanismo romano en el territorio de Navarra*. «Complutum», Extra, 6 (I), p. 441-449.
- (2004) – *Andelos: secuencia estratigráfica y evolución cronológica*. «Trabajos de Arqueología Navarra», 17, p. 179-192.
- (2006) – *La antigua ciudad de los carenses*. «Trabajos de Arqueología Navarra», 19, p. 147-268.
- (2009) – *Andelo: Ciudad romana*, Pamplona: Gobierno de Navarra.
- MORENO RESANO, Esteban (2009) – *Los Vascones de la Literatura Latina tardía (siglos IV-VII)*. In ANDREU PINTADO, Javier, coord. – *Los vascones de las fuentes antiguas: en torno a una etnia de la antigüedad peninsular*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, p. 261-290.
- PÉREX AGORRETA, María Jesús (1986) – *Los vascones. El poblamiento en época romana*. Pamplona: Gobierno de Navarra.
- RAMÍREZ SÁDABA, José Luis (2006) – *Las ciudades vasconas según las fuentes literarias y su evolución en la tardoantigüedad*. «Antigüedad y Cristianismo», XXIII, p. 185-199.
- (2009) – *La toponimia de las ciudades vasconas*. In ANDREU PINTADO, Javier, coord. – *Los vascones de las fuentes antiguas: en torno a una etnia de la antigüedad peninsular*. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 127-146.
- SÁENZ PRECIADO, Juan Carlos & SÁENZ PRECIADO, Pilar (1994) – *Excavaciones y consolidación en el recinto amurallado de Calahorra*, «Estrato», 6, p. 48-55.
- SAYAS, Juan José (1994) – *Los vascos en la antigüedad*, Madrid: Cátedra.

- STROBEL, Karl (1993) – *Das Imperium Romanum im 3. Jahrhundert. Modell einer historischer Krise?*. Frankfurt: Franz Verlag.
- TARACENA, Blas de (1952) – *Las invasiones germánicas en España durante la segunda mitad del siglo III*. In VARIOS – *Actas del Primer Congreso Internacional de Estudios Pirenaicos*. San Sebastián, 1950. Zaragoza: Instituto de Estudios Pirenaicos, Vol. VI, p. 37-45.
- TARRADELL MATEU, Miquel (1955) – *Sobre las invasiones germánicas del siglo III d. J. C. en la península Ibérica*. «Estudios clásicos», 3.15, p. 95-110.
- TEJA, Ramón, ed. (2002) – *La Hispania del siglo IV. Administración, economía, sociedad, cristianización*. Bari: Edipuglia.
- TUDANCA CASERO, Juan Manuel (1997) – *Evolución socioeconómica del alto y medio valle del Ebro en época bajoimperial romana*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.
- UNZU URMENETA, Mercedes; VELAZA FRÍAS, Javier (2007) – *Hallazgos de la calle La Merced y asociados (Pamplona)*. In HURTADO ALFARO, Miguel Ángel; CAÑADA PALACIO, Fernando; SESMA SESMA, Jesús; GARCÍA GAZÓLAZ, Jesús, coords. – *La tierra te sea leve. Arqueología de la muerte en Navarra*. Pamplona: Gobierno de Navarra, p. 169-175.
- WITSCHHEL, Christian (1999) – *Krise-Rezession-Stagnation? Der Westen des römischen Reiches im 3. Jahrhundert n. Chr.* Frankfurt am Mainz: Marthe Clauss.
- (2009) – *Hispania en el siglo III*. In ANDREU PINTADO, Javier; CABRERO PIQUERO, Javier; RODÁ DE LLANZA, Isabel, eds. – *Hispaniae. Las provincias hispanas en el mundo romano*. Tarragona: ICAC, p. 473-503.
- ZUAZÚA WEGENER, Nicolás (2013) – *Novedades sobre el poblamiento antiguo en la parte navarra de la Val d'Onsella*. «Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra», 21, p. 309-334.
- ZUZA ASTIZ, Carlos (2013) – *El “patio oriental” de la villa romana de Liédena (Navarra) en el Bajo Imperio y la “annona militaris”. Una propuesta*. «Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra», 21, p. 291-308.

ELEMENTI DIFENSIVI LUNGO IL CONFINE NORD DELLA DIOCESI DI PORTO FRA IX E XII SECOLO: PRIMI RISULTATI

ANDREA MARIANI*

Resumo: Este trabalho foi desenvolvido com o objectivo de evidenciar os primeiros resultados relativos à elencação dos elementos defensivos ao longo do limite norte da Diocese do Porto entre os séculos IX e XII. Este, na vertente ocidental, coincide com o rio Ave, fronteira natural da Diocese de Braga; na parte nordeste, por outra via, segue um traçado reconstituível através da análise de documentos. A abordagem interdisciplinar utilizada prevê o confronto das fontes escritas entre si e, quando possível, com aquelas materiais. Este trabalho constitui parte de uma ampla pesquisa que tem como objectivo a comparação dos elementos defensivos da Diocese do Porto com os da micro-região Brianza (norte de Milão, Itália).

Palavras-chave: Diocese do Porto; Brianza; Elementos defensivos; Encastelamento.

Abstract: This article aims to show the first results concerning the creation and the analysis of a list of the defensive elements along the northern boundary of the Diocese of Porto between the IX and XII centuries. This, in its western reaches, coincides with the river Ave, natural border with the Diocese of Braga; in the north-east instead it follows a traceable path through the analysis of documents. The interdisciplinary approach involves comparing the written sources with each other and, where possible, with those materials. This work will form part of a broader research that has as its objective the comparison of the defensive elements of the Diocese of Porto and the micro-region of Brianza (North of Milan, Italy).

Keywords: Diocese of Porto; Brianza; Defensive elements; Encastellation.

Abstract: L'obiettivo di questo articolo è di mostrare i primi risultati riguardo la creazione e l'analisi di un elenco degli elementi difensivi lungo il limite settentrionale della Diocesi di Porto fra il IX e il XII secolo. Questo limite, nel suo versante occidentale, coincide con il fiume Ave, confine naturale con la Diocesi di Braga; nel versante orientale, invece, segue un tracciato ricostruibile attraverso l'analisi dei documenti. L'approccio interdisciplinare prevede la comparazione sia delle fonti scritte e, ove possibile, con quelle materiali. Questo lavoro sarà parte di una ricerca più vasta che ha come obiettivo il confronto degli elementi difensivi della Diocesi di Porto e della Brianza (micro regione posta a nord di Milano, Italia).

Parole chiave: Diocesi di Porto; Brianza; Elementi difensivi; Incastellamento.

* FCT (SFRH/BD/109896/2015) / FLUP/ CITCEM. andrea.mariani@museobiassono.it.

INTRODUZIONE

Per un progetto di ricerca che prevede la comparazione di architettura fortificata di due località europee, una italiana e l'altra portoghese, risulta indispensabile confrontarsi e assumere come punto di riferimento gli studi di quelle figure che hanno portato un fondamentale contributo allo studio della castellologia.

Così come Aldo Settia da oltre trenta anni è il punto di riferimento per il nord Italia, così lo studioso che decida di occuparsi di elementi difensivi per il territorio portoghese deve guardare al lavoro di Carlos Alberto Ferreira de Almeida, che questo congresso celebra, le cui ricerche sono state proseguite su scala nazionale da Mário Barroca, e per il territorio preso in esame anche da Antonio Lima¹.

1. PROGETTO GENERALE E METODOLOGIA

Questo lavoro ha lo scopo di presentare i primi e parziali risultati di una più ampia ricerca il cui obiettivo è la comparazione degli elementi difensivi della diocesi di Porto con quelli della micro-regione della Brianza (nord della Lombardia, Italia)², come mostrato in figura 1.

La scelta della diocesi di Porto è stata effettuata non tanto in base alla sua valenza di ente ecclesiastico, ma per la mera necessità di avere uno spazio di ricerca ben

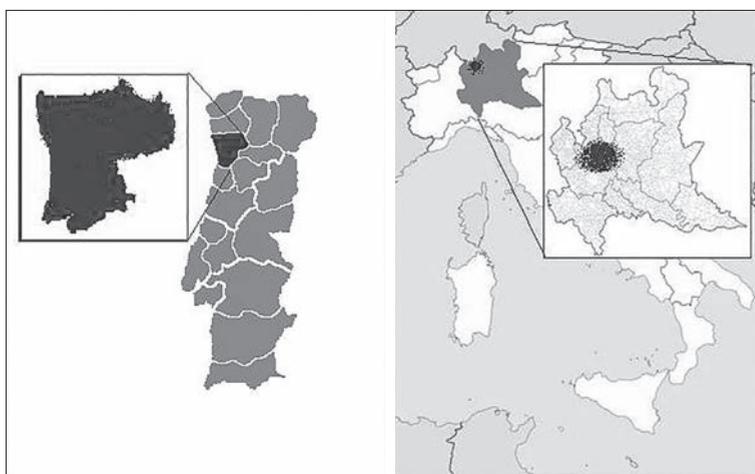


Fig. 1.
La moderna diocesi di Porto e la Brianza, parte della regione italiana della Lombardia.

¹ LIMA, 1993.

² Si tratta del progetto di tesi di dottorato, iniziato nell'ottobre 2015 e che vede come relatore il Prof. Dott. Luís Carlos Amaral e come correlatore il Prof. Dott. Mário Jorge Barroca.

delimitato. Per questo motivo, inoltre, si è deciso di utilizzare i moderni confini della diocesi per ovviare, come vedremo, a tutte quelle problematiche legate ai confini che hanno come protagonisti la Diocesi di Porto e le sue vicine, Braga e Coimbra. Anche per il territorio Brianzolo, il quale ha subito una notevole dilatazione rispetto al suo nucleo originale medievale, si è deciso di utilizzare i confini moderni.

La scelta di comparare queste due regioni, che mostrano una corografia simile e punti in comune nello sviluppo delle rispettive vicende storiche³, ha come fine quello di portare gli studi sulle fortificazioni e il fenomeno dell'incastellamento del territorio portoghese ad una prospettiva internazionale, facendolo uscire dalla sola ottica iberica.

Da questo punto di vista uno studio comparativo con un'altra regione europea potrebbe fornire un importante contributo agli studi storici portoghesi, sia riscontrandone i punti comuni con altre realtà, sia sottolineando le specificità.

La ricerca sarà caratterizzata dall'utilizzo di un approccio multidisciplinare con il quale saranno confrontate le fonti scritte (documenti di archivio e fonti letterarie) fra loro e, dove possibile, con quelle materiali (ritrovamenti archeologici, analisi degli edifici ancora esistenti ed iconografia). A questi dati verranno anche aggiunti quelli raccolti tramite l'analisi della toponomastica e della tradizione locale.

2. IL PROBLEMA DEI CONFINI

La scelta di utilizzare i moderni confini della diocesi di Porto è stata dettata sia al fine di mantenere omogeneità nella ricerca, sia perché si tratta di un tema molto complesso. Basti pensare alla "diversità" e ai mutamenti dei confini dello spazio diocesano nel corso del vasto arco cronologico trattato, anche se probabilmente è solo con la restaurazione, avvenuta sotto il vescovo Hugo, eletto nel 1112⁴, che la diocesi di Porto ritrova una sua identità territoriale fisica. Come spesso accade, però, i confini tracciati sulla carta devono scontrarsi con la realtà. Il problema viene affrontato da Hugo tramite richieste d'intervento alla Santa Sede la quale rilascia diversi privilegi, richiama all'ordine i vescovi coinvolti tramite l'intervento di legati pontifici, e spesso torna anche sui proprio passi (come nel caso di Coimbra)⁵.

Il poter tracciare i confini della diocesi *Portucale* è un argomento che da decenni interessa la storiografia portoghese: pensiamo al lavoro specifico di padre

³ MARIANI, 2016a: 2.

⁴ MARQUES, 2002: 28. La prima citazione documentale di Hugone come vescovo è del 23 Marzo 1113, quando riconosce l'autorità di *Mauricio* di Braga, LF, doc. 589.

⁵ Sul caso della disputa sui confini fra Porto e Coimbra si vedano in particolare: LIVRO PRETO: doc. 605-606 -614-629 e CENSUAL DO CABIDO DA SÉ DO PORTO: 5-6.

Miguel de Oliveira⁶ e a quello di José Mattoso⁷ che in realtà tocca l'argomento marginalmente avendo come principale obiettivo la documentazione dei monasteri benedettini della diocesi di Porto; lavori, questi, che vengono sviluppati negli anni '50 e '60 del XX secolo, insieme a quelli prodotti nell'ambito del "I° congresso sobre a Diocese do Porto" del 1998⁸. Ancora recentemente l'Alarcão ha ripreso questa tematica soffermandosi sui confini fra le diocesi di Porto (l'allora diocesi di *Magneto*) e di Braga, al tempo del parrocchiale svevo⁹.

Ma la nostra attenzione deve soffermarsi sui due *privilegia* papali concessi rispettivamente da Pasquale II nel 1115¹⁰:

[...] A fauce aviae fluminis usque in avicellam fluvium et per avicellam ad arcus palumbaris. Inde ad antam de temone. inde ad montem farine. inde ad montem marantis. inde ad canpeanam fluvium et per ipsum fluvium sicut defluit in bandugium, er per bandugium sicut decurrit in corregam et per corregam in dorium flumen [...]

E da Callisto II nel 1120¹¹:

[...] A fauce ave flumine ubi cadit in mare oceanum. Per ipsum fluvium sursum usque in avicellam fluvium. et per avicellam ad arcum palumbarij. Inde ad antam de temone. Inde per montem eguas ad montem de farinae. inde ad montem maraonis et per maraonem ad canpaanam fluvium. et per ipsum fluvium sicut decurrit in correcam. et per correcam in dorium flumen [...]

I due documenti, molto simili, delimitano nettamente i confini per la parte settentrionale della diocesi di Porto. Il documento emanato da Callisto II è particolarmente esemplificativo del problema: vi troviamo elencati i monasteri che sarebbero dovuti essere sotto il controllo della diocesi di Porto quando invece sappiamo che alcuni di questi in realtà fossero di pertinenza di altre sedi vescovili. Si pensi, ad esempio, al monastero di San Michele di Vilarinho. Nella ricerca di archivio infatti si trovano presentati i documenti relativi ai rapporti del monastero con l'arcivescovo di Braga¹².

Per quanto riguarda lo studio sui confini, un lavoro di comparazione è possibile tramite l'analisi del lavoro di padre Avelino de Jesus da Costa¹³; ed ancora possiamo cercare di

⁶ OLIVEIRA, 1956.

⁷ MATTOSO, 1964.

⁸ In particolare MARQUES, 2002: 27-32 e ARAÚJO, 2002: 95-105.

⁹ ALARCÃO, 2015.

¹⁰ CENSUAL DO CABIDO DA SÉ DO PORTO: 1-3.

¹¹ CENSUAL DO CABIDO DA SÉ DO PORTO: 3-5.

¹² Nella scheda dell'archivio nazionale Torre do Tombo relativa al monastero e consultabile all'indirizzo <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4381108> (consultato il 01/08/2016) infatti leggiamo: DOCUMENTOS RELATIVOS AO MOSTEIRO E SUAS RELAÇÕES COM O ARCEBISPO DE BRAGA (...).

¹³ LIBER FIDEI, 1965-1990.

individuare i confini della diocesi di Porto confrontandoli con quelli di Braga, evidenziati questi dai lavori dell'Amaral¹⁴ e del Marques¹⁵. Ma è soprattutto il lavoro sviluppato fra la metà degli anni '70 e '80 del XX secolo da parte di padre Domingos Moreira¹⁶ che ci permette di tracciare un confine della reale pertinenza della diocesi di Porto.

3. I PRIMI RISULTATI

Per prima cosa si è proceduto alla creazione di un database dal quale si sono potuti ricavare i primi risultati relativi ai *Concelhos* posti sul confine nord della diocesi¹⁷. Con questa base di dati, in collaborazione con l'Officina delle Mappe della Università di Porto, si procederà a realizzare grafici e mappe tematiche.

A titolo di esempio nella tabella in figura 2 riportiamo alcuni di questi dati. Ovviamente, rispetto ad altre ricerche, utilizzando fonti sia scritte che materiali, ed analizzando un territorio così vasto, si dovrà sempre considerare il lavoro *in itinere* e mai concluso. Crediamo comunque che i primi casi analizzati siano sufficienti a

Concelho - Freguesia	Elemento difensivo	Fonte Scritta Fonte Materiale	Datazione
Felgueiras - Margaride (Monte Santa Quiteira)	<i>ad radice montis sancto felice de felgeiras rubeas</i>	FS	1059
Felgueiras - Unhão	<i>Alpes Unione</i>	FS	983
Felgueiras-Sousa	Castello a protezione della chiesa medievale di San Vincenzo di Sousa	FM	XI secolo (?)
Felgueiras - Refontoura (Montes de de São Simão)	Castello sorto sopra un precedente castro dell'età del ferro, la cui funzione era quella di proteggere il Monastero di Caramos	FM	Finale XI-Inizio XII secolo (?)
Lousada - Sousela	<i>inter Sausa e Sauzela, subtus mons calvelo</i>	FS	1049
Santo Tirso -Vilarinho (Portela)	<i>et castro que fuit de floila et quadit illo a degani et desaparili de ipso agro lauratio medietate</i>	FS	1100 (?)
Santo Tirso -Monte Cordoba	Monte Corduba / identificazione di un dispositivo di difesa associato alla fortificazione dell'abitato inquadabile nell'ambito del fenomeno dell'incastellamento	FS/FM	959 / X-XI secolo (?)
Trofa - Alvarellhos (Monte de S. Marçal)	Civitas Albarelios ; <i>Suptus castro Alvarellus /</i> piccola fortificazione sul Monte di S. Marziale	FS/FM	907; 990 / IX-XII secolo
Vila do Conde -Vairão	<i>Et castro de bove;</i> <i>Villa que dicent ualeriani que est iusta castellu de bove</i>	FS	907; 974

Fig. 2. Alcuni dei primi risultati della ricerca, evidenzianti i probabili elementi difensivi.

¹⁴ AMARAL, 2007.

¹⁵ MARQUES, 2014.

¹⁶ MOREIRA, 1973-1985.

¹⁷ Allo stato attuale della ricerca le fonti documentali analizzate, non ancora nella loro interezza, sono state: PMH, CD; DMPe COELHO, 1988.



Fig. 3.
I primi risultati della ricerca relativa agli elementi difensivi lungo il confine Nord della Diocesi di Porto.

Concelho	FREGUESIA / Località	Fortificazione dalla quale “dipende”	Datazione della documentazione scritta
LOUSADA	NOGUEIRA	MONS CALUELLO	13.9.1120 24.4.1124 3.1147
LOUSADA	AVELEDA / Nuste	MONS CALUELLO	10.4.1172 2.1175
LOUSADA	LUSTOSA /Carcavelos	MONS CALUELLO	16.10.1049
LOUSADA	NOGUEIRA	SUBTUS KALUELO	1114
VILA DO CONDE	MALTA	MONS CASTRO DE BOVE	1097
VILA DO CONDE	AVELEDA	MONS FARO	1105
VILA DO CONDE	GUILHABREU / Freixo	CIVITAS ALBARELIOS ET CASTRO DE BOVE	907
VILA DO CONDE	MOSTEIRO	MONTE FARO	1144
VILA DO CONDE	MINDELO	ALPE BOVE CASTRO	2.4.1081

Fig. 4.
Esempi di località soggette a fortificazioni.

dipingere una situazione generale applicabile a tutto il resto del territorio diocesano che verrà studiato.

Nella figura 3 possiamo vedere i primi elementi difensivi riscontrati principalmente attraverso le fonti di archivio e i bollettini di scavo o le evidenze archeologiche riconoscibili. Poiché le fonti a disposizione non sono ancora state esaurite, questa deve essere presa come una visione parziale della scacchiera delle fortificazioni.

Lo scopo principale della ricerca non sarà il mero elenco degli elementi difensivi presenti nelle due regioni trattate ma anche, e soprattutto, lo stabilire il perché questi vennero creati, con quale funzione e soprattutto che influenza ebbero sui territori nei quali vennero eretti.

In questa ottica si è voluta sottolineare la relazione di dipendenza delle varie località ad una, o più fortificazioni (come esposto nella tabella in figura 4); di conseguenza si procederà col verificare quando nei documenti alcune referenze non vengono più usate ma soprattutto, e questo è il principale obiettivo della ricerca, assodare quelle che la precedente storiografia ha identificato come siti fortificati¹⁸, così come sottolineare i limiti che una tale ricerca possa avere in un territorio come il nord-ovest del Portogallo.

La toponomastica e la micro toponomastica rivestono un ruolo importante. Un grande problema è quello di dover affrontare termini che possono indurci in errore, una sorta di “false friends”: quelli che per l’area del nord Italia sono dei chiari indicatori di elementi difensivi, in Portogallo spesso non lo sono. Pensiamo ai termini *portela*, *portelas*, che nella contro parte italiana potrebbero indicare ingressi in un circuito difensivo, qui vanno ad indicare quasi sempre il passaggio, l’avvallamento fra due zone collinari. E’ anche vero, però, che i punti di passaggio sarebbero potuti essere oggetto di interventi di realizzazione di opere di difesa. Incontriamo poi il caso particolare del termine *mouta*, *moutela* o *mota*, che se da una parte può richiamare la motta castrale, dall’altro in portoghese indica sia una “barriera” contro l’acqua sia un insieme di arbusti. In questo caso sarà importante analizzare la corografia del territorio e confrontare sia eventuali scavi archeologici ufficiali sia la memoria della tradizione locale.

Il termine “torre” lascia poco adito a dubbi (al più potrà non appartenere alla cronologia della ricerca), quando questa ovviamente, non indichi un nome familiare: proprio per questo motivo la conoscenza della tradizione locale spesso può fare luce su situazioni poco chiare.

Se è vero che in Italia una località nota come “castelletto”, “monte castello”, “sotto castello” (o con termini dialettali affini) indica verosimilmente la presenza di una fortificazione altomedievale o medievale, in Portogallo, per la specificità della sua età del ferro, incontrando termini quali *castro*, *crasto*, *cristelo* ci si trova di fronte quasi sicuramente ad un abitato fortificato pre-romano¹⁹. E’ vero che non è possibile escludere a priori che molti di questi centri fortificati antichi siano stati riutilizzati in epoche successive, ma non si può credere che tutti i *castros* vennero riutilizzati.

Per quanto riguarda i primi problemi incontrati ci si è trovato di fronte ad una esigua produzione storiografica locale, spesso priva di valore scientifico, come avveniva d’altronde -e purtroppo ancora avviene in maniera minore- in Italia fino a qualche decennio fa.

¹⁸ Ci si riferisce in particolare ad ALMEIDA, 1978: 27-43.

¹⁹ Per una idea generale della c.d. “cultura castreja” si veda SILVA, 1986.

La documentazione di archivio edita risulta essere molto scarsa rispetto a quella disponibile per la controparte italiana. Inoltre le poche edizioni critiche recenti e soprattutto la visione nazionale delle opere come i *Portugalia Monumenta Historica* e i Documenti Medievali Portoghesi, mancanti di adeguati indici tematici, posso portare ad un rallentamento del lavoro.

Un'altra complicazione è quella dei bollettini di scavo archeologico (non facilmente reperibili) e della base dati del “portale arqueologico”²⁰ che spesso risultano avari di informazioni o, peggio ancora, contraddittori. Un esempio: nella freguesia di Sernande, concelho di Felgueiras, viene indicata una probabile *atalaia* legata alla vigilanza e alla difesa della valle di Ribeira da Longra, estensione settentrionale della valle del fiume Sousa. Ma il sito è indentificato solo come abitato dell'età del bronzo²¹.

Ci si stupiva inoltre di come alcuni *montes* identificati come sicure fortificazioni non avessero, durante gli scavi, dato alla luce nessun elemento alto medievale o medievale. A questo proposito è stato fatto notare che questo può anche dipendere da chi ha realizzato gli scavi: un archeologo preistorico darà più rilievo agli strati inferiori che a quelli più di superficie.

3.1 La tipologia dell'architettura fortificata

La tabella A in figura 5 elenca le tipologie di architettura fortificata finora incontrata nelle fonti.

Interessante notare che, contrariamente a quanto avviene per la diocesi di Porto, per la Brianza *castrum* e *castellum* vanno ad indicare nella maggior parte dei casi un abitato, un villaggio fortificato, al cui interno potevano esserci anche edifici religiosi, case semplici o *solariatae*, orti e campi incolti²². Inoltre questi elementi difensivi potevano sorgere in zone pianeggianti. Meno presenti quelli che vengono definiti come “castelli-recinto”²³, difese temporanee dove ripararsi, che sembrano invece coprire la totalità, escluse le *Civitas*, delle fortificazioni della diocesi di Porto²⁴. Quelli che poi verranno definiti castelli *Cabeça de terra*, centri

²⁰ Consultabile all'indirizzo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=home> (consultato il 30/06/2016).

²¹ Scheda consultabile all'indirizzo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=174337> (consultato il 30/06/2016).

²² MARIANI, 2014.

²³ BASCAPE'-PEROGALLI, 1966: 114.

²⁴ BARROCA, 2004.

A	Diocesi di Porto	Brianza
Tipologie di architettura fortificata citate nelle fonti	<ul style="list-style-type: none"> • Castellum; • Castrum; • Alpe, mons; • Torre (atalaia); • Civitas; • Borgo; • Motta; • Architettura religiosa fortificata 	<ul style="list-style-type: none"> • Castellum; • Castrum; • Torre (atalaia); • Borgo; • Rocca • Villaggio fortificato (Porta con serratura, Palizzata/Cinta, Fossato, Spinata, Parengata ...) • Architettura religiosa fortificata
B	Diocesi di Porto	Brianza
Amministrazione del territorio (soggetti politici) citati nelle fonti	<ul style="list-style-type: none"> • Re/conte; • vescovo (Porto, Braga e Coimbra); • Tenentes (nobiltà)/Terras; • Enti ecclesiastici (monasteri) 	<ul style="list-style-type: none"> • Imperatore/Re d'Italia; • Conte di Milano (alta nobiltà)/Comune di Milano (e Como); • Arcivescovo di Milano (e Vescovo di Como); Capitanei di Pieve (vassalli arcivescovili)/Pievi; • Enti ecclesiastici (monasteri); • Comuni rurali

Fig. 5.
Primi risultati del confronto fra la diocesi di Porto e la Brianza.

amministrativi delle *terras*²⁵, rette da un castellano nominato, saranno presenti in Brianza solo a partire dal dominio Visconteo.

Risulta palese la totale assenza per la diocesi di Porto di villaggi fortificati ed elementi difensivi ad essi relativi. Anche se questo si spiega con la presenza predominante dei castelli-recinto.

L'architettura religiosa fortificata meriterebbe un discorso approfondito che si spera di sviluppare in altra sede.

3.2 L'amministrazione del territorio

Per quanto riguarda la comparazione dei soggetti politici presenti nei territori trattati (tabella B, in fig. 5) notiamo come la maggiore differenza appartenga all'ambito delle divisioni territoriali: nel territorio portoghese, particolarmente per i secoli XI e XII, abbiamo le *terras*²⁶, dei distretti amministrativi e militari retti dai

²⁵ BARROCA, 1991: 91-92, 115-126.

²⁶ BARROCA, 2003a: 178-180.

tenentes, esponenti della nobiltà maggiore²⁷; in quello italiano questa divisione all'interno del contado milanese della Martesana²⁸ si verifica, solo per quanto riguarda la sfera ecclesiastica, attraverso le pievi²⁹ (in generale dal VI secolo, in Brianza maggiormente dall'VIII secolo³⁰), poste sotto il controllo dei *capitanei*³¹ di pieve (dalla fine del X secolo), rappresentanti di quel cetto di <<*milites maiores* che attraverso il clientelismo erano diventati primi vassalli del conte e del vescovo>> (LONGONI, 1994: 34) e che grazie alle concessioni di ereditarietà (promozione di un *officio* a *beneficio*) diventano una sorta di “braccio armato” dell'arcivescovo di Milano³². Il controllo “laico” della Brianza spetterà invece ai consoli del comune di Milano e, per pochi territori, di Como.

Vediamo quindi come Vescovo e Comune in Brianza abbiano un grande peso nell'amministrazione del territorio, mentre nella diocesi di Porto il Vescovo rimane per lo più un signore cittadino.

CONCLUSIONI – LE FORTIFICAZIONI COME MEZZO DI CONTROLLO TERRITORIALE

Per quanto riguarda la diocesi di Porto osserviamo che dopo una prima fase di fortificazioni ‘private’, sorte principalmente ad opera delle comunità locali (i primi *castra* dei documenti), in seguito queste (prima *Civitas*, poi castello *cabeça de terra*) vengono utilizzate come punto di amministrazione territoriale, rientrando a pieno

²⁷ Sulla figura dei Tenentes: VENTURA, 1992: 997-1038.

²⁸ Questa realtà, una vasta regione a nord-est di Milano, dai confini incerti e non definiti, corrispondeva geograficamente ad una gran parte dell'attuale Brianza, e comprendeva le pievi di Asso, Incino, Galliano, Oggiono, Garlate, Brivio, Missaglia, Agliate, Mariano, Seveso, Vimercate, Desio, Pontirolo al di qua dell'Adda, Gorgonzola e Corneliano; queste ultime le vennero sottratte intorno alla seconda metà del XIV secolo. Per un inquadramento generale si veda la scheda dedicata nel sito istituzionale dei Beni Culturali della Regione Lombardia all'indirizzo <http://www.lombardiabeniculturali.it/istituzioni/schede/8012296/> (consultata il 10/06/2016).

²⁹ Sulle Pievi si veda: CASTAGNETTI, 1982; VIOLANTE, 1982.

³⁰ Si veda il caso della Pieve di Vimercate: CIPPO PERELLI, 1994: 25-29.

³¹ In area lombarda i *capitanei* erano i maggiori vassalli di un vescovo, in particolare di quello di Milano: in quest'ultimo caso, si trattava di esponenti di famiglie per lo più provenienti dal contado, che già a partire dall'XI secolo si erano trasferite all'interno della città di Milano, dove godevano di una posizione sociale di particolare autorità e potere, essendo uniti da legami vassallatico-beneficiari con la Chiesa ambrosiana. Cfr. BARBERO & FRUGONI, 1994: 47.

³² Si pensi all'esempio dei Carcano, LONGONI, 1994: 34-35. Sulla figura dei Capitanei: KELLER, 1995; CASTAGNETTI, 2006: 1-24 e VIOLANTE, 1953:186-189.

titolo in una visione generale di pianificazione dello spazio. Prima il conte, poi il re affideranno alla nobiltà (locale o meno) la reggenza delle stesse³³.

Nel caso brianzolo, invece, nessuna delle fortificazioni sorge per volontà “pubblica” in un disegno sistematico di strategia difensiva generale. Le opere di difesa in Brianza sono erette, fra IX e XII secolo (ma almeno fino all’inizio XIV secolo), da *domini locorum*, laici o ecclesiastici, per rafforzare il proprio controllo sul territorio. Successivamente vennero usate, in taluni casi, dalle comunità locali per cercare quella forma di indipendenza che andrà a sfociare nella formazione dei comuni rurali³⁴.

FONTES

CENSUAL DO CABIDO DA SÉ DO PORTO, Porto: BPMP, 1924.

DMP = *Documentos medievais portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945-1980, 5 voll.

LIBER FIDEI = *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, COSTA, Avelino de Jesus da (ed. critica). Braga: Junta Distrital, 1965-1990, 3 voll.

LIVRO PRETO = *Livro preto: cartulário da Sé de Coimbra*, RODRIGUES, Manuel Augusto (dir. e coord. edit.); COSTA, Avelino de Jesus (dir. scientifica). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

PMH, DC = *Portugaliae Monumenta Historica – Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências, 1867-1873.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto (1978) – *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220*, Porto: FLUP. Trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História de Arte

AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da reconquista: (século IX-1137)*. Porto: FLUP. Tesi di dottorato.

ALARCÃO, José de (2015) – *Os limites das dioceses suevas de ‘Bracara’ e ‘Portucale’*. «Portugalia», 36, Porto: FLUP, p. 35-48.

ARAÚJO, Ilídio Alves de (2002) – *A antiga Diocese de Meinedo*. In *Tempos e Lugares de Memória, Actas do 1º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dez 1998), II*. Porto/Arouca: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Estudos Domingos Pinho Brandão, p. 95-119.

BARBERO, Alessandro & FRUGONI, Chiara (1994) – *Dizionario del Medioevo*. Roma/Bari: Laterza.

³³ BARROCA, 2003b: 69-78.

³⁴ MARIANI, 2016b: 175.

- BARROCA, Mário Jorge (1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico. (Séc. IX ao XII). «Portvgalia», XI-XII*, Porto: FLUP, p. 89-136.
- (2003a) – *Uma paisagem com castelos*. In *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*. Porto/Coimbra: FLUP – DCTP, UC – CEAACP, p. 173-181.
- (2003b) – *Da reconquista a D. Dinis*. In MATTOSO, José (a cura di) – *Nova História militar de Portugal*, I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, p. 21-162.
- (2004) *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)*. «Portvgalia», Nova Série, XXV, Porto: FLUP, p. 181-203.
- BASCAPÈ, Giacomo Carlo & PEROGALLI, Carlo (1966) – *Torri e castelli di Valtellina e Valchiavenna*. Sondrio: Banca Piccolo Credito Valtellinese.
- CASTAGNETTI, Andrea (1982) – *L'organizzazione del territorio rurale nel medioevo. Circostrizioni ecclesiastiche e civili nella «Langobardia» e nella «Romania»*. Bologna: Pàtron (2[^]).
- (2006) – *Feudalità e società comunale II. Capitanei a Milano e a Ravenna fra XI e XII secolo*. In VIOLANTE, Cinzio; CECCARELLI LEMUT, Maria Luisa – *La signoria rurale in Italia nel medioevo: atti del Secondo Convegno di studi (1998)*. Pisa: ETS, p. 117-215.
- CIPPO PERELLI, Roberto (1994) – *Cenni sulle origini e vicende della pieve di Vimercate*, in VERGANI, Graziano Alfredo (a cura di) – *Mirabilia Vicomercati. Itinerario in un patrimonio d'arte: Il Medioevo*. Venezia: Marsilio, p. 25-42.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1988) – *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal.
- KELLER, Hagen (1995), *Signori e vassalli nell'Italia delle città (secoli IX-XII)*. Torino: Utet. 1995.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (1993) – *Castelos medievais do curso terminal do Douro (Séculos IX-XII)*. Porto: FLUP. Tese de Mestrado.
- LONGONI, Virginio (1994) – *I signori di Carcano. Due secoli di grande storia*. In CARRER, Angelo; V. LONGONI, Virginio – *Alserio il paese dell'acqua*. Oggiono: Cattaneo, p. 29-50.
- MARIANI, Andrea (2016a) – *Nuovi studi riguardo gli elementi difensivi nel territorio brianteo fra X e XIII secolo*. “Rivista Archeologica dell'antica provincia e diocesi di Como”, 197, Anno 2015. Como: New Press, p. 161-182.
- (2016b) – *The medieval fortified structures in the Diocese of Porto (North of Portugal) and in Brianza area (North of Italy): a comparative study (9th-12th century)*. “Incipit 4. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2015”, p. 1-6 Disponível all'indirizzo <http://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/14091.pdf> [consultato il 31/07/2016] .
- (2014) – *Elementi difensivi nel territorio brianzolo: fonti scritte e materiali (secoli X-XIII)*. Milano: Università degli Studi di Milano. Tesi Magistrale.
- MARQUES, André Evangelista (2014) – *Da representação documental à materialidade do espaço: território da Diocese de Braga (séculos IX-XII)*. Porto: CITCEM.
- MARQUES, José (2002) – *Relações entre as Dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média: alguns aspectos*. In *Tempos e Lugares de Memória, Actas do 1º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dez 1998), II*. Porto/Arouca: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Estudos Domingos Pinho Brandão, p. 21-56.
- MATTOSO, José (1964) – *Os cartórios nos mosteiros Beneditinos na Diocese do Porto*. «Anuario estudios medievales», 1, Lisboa: CSIC, p. 139-166.

- MOREIRA Domingos A. (1973-1985) – *Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos altimedievais*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.
- OLIVEIRA, Miguel de (1956) – *Os territórios diocesanos*. «Lusitania Sacra», 1, Lisboa: CEHR, p. 29-50.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal.
- VENTURA, Leontina (1992) – *A nobreza de corte de Afonso III, II*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Tesi di dottoramento.
- VIOLANTE, Cinzio (1953) – *La società milanese nell'età precomunale*. Bari: Laterza.
- (1982) – *Le strutture organizzative della cura d'anime nelle campagne dell'Italia centrosettentrionale (secoli V-X)*. In *Cristianizzazione ed organizzazione ecclesiastica delle campagne nell'altomedioevo: espansione e resistenze*. Spoleto: CISAM, p. 963-1158.

TOPONÍMIA E ARQUITECTURA DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL: A MEMÓRIA DO ORIENTE LATINO

NUNO VILLAMARIZ OLIVEIRA*

Resumo: As ordens militares, ao combinarem a obediência monástica com as exigências da guerra, continuam a levantar nos nossos dias diversas perplexidades, quer no âmbito do pensamento e espiritualidades medievais quer ainda nas áreas da Arqueologia e História da Arte. No território português, a arquitectura militar e religiosa de organizações internacionais como o Templo ou o Hospital reflecte, de modo muito intenso, a lembrança do distante – mas sempre presente – Oriente Latino e da sua topografia sagrada. A estreita relação que se estabelece entre a toponímia e a arquitectura espelha o ambiente mental vivido por estas ordens, projectando novas leituras no entendimento dos paralelos que, a vários níveis, se estabeleceram nos séculos XII e XIII entre os estados da Terra Santa e Portugal.

Palavras-chave: Ordens militares; Espiritualidade; Arquitectura; Toponímia.

Abstract: The military orders, by combining monastic obedience with the demands of war, still raise nowadays several perplexities, either in what concerns the medieval mentality and spirituality or in the fields of Archaeology and History of Art. In the Portuguese territory, the military and religious architecture of international organizations like the Temple or the Hospital mirrors, in an acute way, the distant – but always present – memory of the Latin East and its sacred topography. The deep relation existing between the toponymy and the architecture reflects the mental ambience lived in these orders, and encourages new interpretations in the comprehension of the parallels that have been established, on different levels, in the 12th and 13th centuries between the states of the Holy Land and Portugal.

Keywords: Military Orders; Spirituality; Architecture; Toponymy.

* IHA/ IEM – FCSHUNL. catnuvol@gmail.com.

Nas últimas décadas a historiografia tem vindo a enriquecer diversos aspectos relativos às Ordens Militares, corporações que constituíram um apoio militar inestimável para os monarcas no nascimento e afirmação do reino de Portugal. Apesar desses assinaláveis desenvolvimentos, uma das áreas que ainda contém muitas incertezas prende-se com a avaliação, para cada milícia, das influências múltiplas que se estabelecem entre as suas possessões e castelos do Oriente Latino e os seus contemporâneos na Europa e, em particular, na península hispânica. A ida de cruzados à Terra Santa, e o seu ulterior retorno aos países de origem, contribuiu para uma intensa troca de conhecimentos, nomeadamente nas artes de fortificar, e para a sua aplicação prática. De Portugal ao Império Romano-Germânico, da península itálica às ilhas britânicas, o velho continente apresenta uma acentuada variabilidade quer em termos de edificações militares quer no grau de influência que essas mesmas fortificações denotam relativamente às suas congéneres do Mediterrâneo Oriental. No domínio da História da Arte, se observarmos o universo das Ordens Militares, instituições presentes em diversas geografias de combate, verificamos a sua importância enquanto organizações que estabelecem essa ponte. Apesar da complexidade e relativa incerteza no estudo de muitos aspectos culturais e mentais inerentes a essas milícias, se existe área que permite, com maior segurança, avaliar a influência do Oriente no Ocidente ela é a do estudo dos seus recintos fortificados e da toponímia que lhes está associada. Essa analogia é especialmente patente em Portugal e estende-se a outros reinos da península hispânica, onde podemos observar um fenómeno de imposição de certos nomes de castelos e povoados associados ao combate na Terra Santa, numa intencionalidade notável. Os paralelos que se estabelecem entre a actuação das Ordens Militares a Oriente e a Ocidente evidenciam uma ligação estreita entre a história dos estados latinos e o caso português, abrindo novas perspectivas e perplexidades.

Como destacou Jonathan Riley-Smith, a maior relevância historiográfica dada à componente militar de Ordens como o Templo ou o Hospital tem relativamente subestimado o plano espiritual, religioso e monástico, a elas inerente¹. Deste modo, no âmbito das matérias que afectam o pensamento e a arte destas milícias internacionais, a toponímia é de importância crucial para o esclarecimento desses assuntos. Embora compreender o motivo da atribuição de um determinado nome a um lugar não seja uma actividade fácil, esse estudo parece fornecer elementos de análise fundamentais para a pesquisa destas organizações e, em particular, para o entendimento da sua mentalidade de combate espiritual, tal como as ordens religiosas. Assim, neste último contexto, deve ser assinalado o exemplo dos Cistercienses, pois esta ordem repete várias vezes, em países distintos, as designações

¹ RILEY-SMITH, 2010: 2.

das suas abadias-mãe, como Clairvaux, transposto para a península itálica (*Clara Vallis* e *Chiara Valle*), França (*Vauclair*) ou Catalunha (*Vall Clara*). No entanto, se observarmos a atribuição de nomes às fortificações cristãs na Terra Santa, verificamos que muitos lugares possuíram várias designações. As fontes documentais têm indicado topónimos árabes, francos e latinos, mas uma certa arbitrariedade nas denominações tem sido inevitável dada a impossibilidade em se determinar uma regra aceitável. Uma correspondência entre geografia e toponímia foi salientada por Paul Deschamps para muitas das possessões dos Cruzados². Por vezes, o nome árabe foi adaptado por homofonia ao latim ou sobretudo ao francês, como Azaz por *Hazart*, Tripoli por *Triple* ou Yebna por *Ibelin*. Noutras ocasiões ele foi traduzido, como no exemplo de Qal'at Yahmour por *Chastel Rouge*, ou, numa situação limite, formaram-se novos nomes. A este derradeiro grupo pertencem os nomes francos de *Beaufort*, *Belvoir*, *Blanchegarde*, *Chastel-Arnaud*, *Chastel Pèlerin*, *La Roche Guillaume*, *Monfort* e *Montreal*. No que se refere aos topónimos associados às Ordens Militares, procuraremos de seguida acrescentar alguns dados para esta problemática, tomando como paradigma o panorama português.

A Ordem do Templo constitui, em diferentes áreas de estudo, um caso significativo. Tudo leva a crer que o acto de nomear um lugar seja, nalgumas circunstâncias, anterior à edificação de estruturas arquitectónicas. No que se refere à toponímia templária, o problema da supressão dos arquivos desta milícia, ou, no plano português, a falta de uma publicação sistemática das fontes existentes, talvez explique, em boa parte, o motivo pelo qual a historiografia não tem conseguido fornecer uma visão completa de muitos assuntos emergentes. No Portugal dos séculos XII e XIII, de uma extensa lista de topónimos de possessões templárias que se poderiam nomear, salientaremos os que nos parecem mais significativos na relação mental com o Oriente Latino, quer em termos de simultaneidade cronológica quer em termos da antropologia dos espaços arquitectónicos³. Começando na década de vinte do século XII, a Ordem do Templo é a primeira estrutura militar a actuar de forma decisiva no território e, ao que tudo indica, por constituir uma organização fortemente ligada ao processo de independência em curso. Mas deve igualmente ser destacada a sua presença precoce em Portugal no contexto internacional da milícia, assunto ainda pouco debatido pelos investigadores. De facto, se observarmos o mapa da cronologia das primeiras possessões templárias na Terra Santa e no ocidente europeu, verificamos que o castelo de Soure é, em 1128, de acordo com a documentação fidedigna que chegou aos nossos dias em diferentes latitudes, a primeira fortificação doada à Ordem do Templo em todo o espaço de combate ao

² DESCHAMPS, 1972: 247-249.

³ OLIVEIRA, 2010: 222-240.

Soure - Soûr (transliteração para Francês / Português) - Sur (Árabe) - Zor (Hebraico)
> Tiro (Reino de Jerusalém)

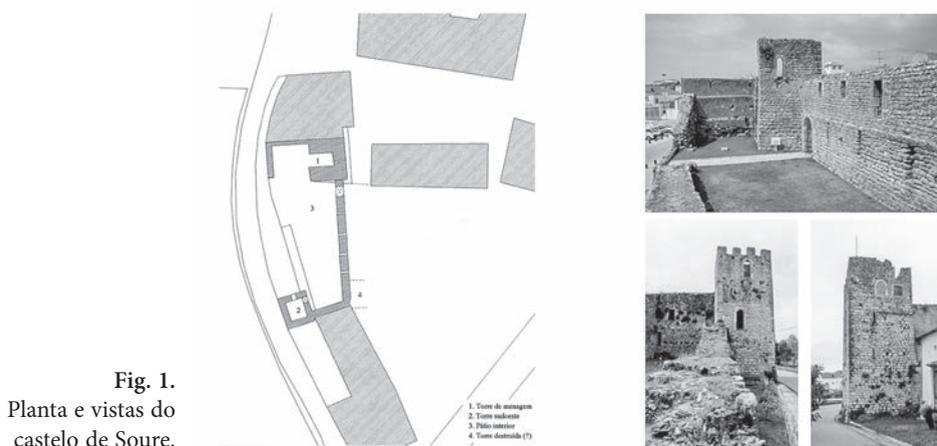


Fig. 1.
Planta e vistas do
castelo de Soure.

Islão. Outro aspecto deve também ser salientado, e advém do facto de este topónimo (Fig. 1) ter uma fonética semelhante à que foi empregue pelos árabes no porto de Tiro. A conquista pelos cruzados desta importante cidade do Mediterrâneo Oriental, em 1124, chamada de *Soûr* por transliteração francesa, ou simplesmente *Sur*, foi efusivamente celebrada pelas hostes cristãs, naquela que veio a constituir, antes da batalha de Hattin, a principal cidade portuária do Reino de Jerusalém.

Apesar de ser pouco conhecida a história da milícia na sua primeira década de existência, sabemos que a partir de 1120 já estaria formado um pequeno contingente de membros e que, antes da sua aprovação conciliar em Troyes, no ano de 1129, já disporia de uma organização militar assinalável. A presença destes cavaleiros em Tiro está documentada para o século XII através da posse da sua *domus Templi* e de diversas propriedades, como refere Denys Pringle⁴. Poderemos inferir que os Templários estiveram activamente presentes na conquista de Tiro e tal ter constituído um feito memorável para o ânimo de uma milícia recentemente constituída? Se tomarmos o estudo da toponímia como guia para a recolha de uma série de indícios entrelaçados, talvez se compreenda pela mentalidade de espiritualidade combatente inerente à Ordem do Templo o porquê da atribuição, ou *descoberta*, do nome Soure à primeira fortificação templária no espaço português, numa cronologia que parece seguir de muito perto os acontecimentos da mesma milícia no Oriente Latino. Em paralelo, também ao nível das técnicas de defesa, como salientou Mário Barroca, os Templários trouxeram para o Ocidente

⁴ PRINGLE, 2010: 229.

peninsular, e começando em Soure, uma série de inovações construtivas importadas presumivelmente da Terra Santa, casos, entre outros, do alambor, das torres flanqueantes ou da torre de menagem⁵. Esta última, que constitui um dos principais elementos definidores de uma tipologia de fortificação templária, está presente neste e depois em todos os castelos erguidos por esta milícia em Portugal. Tudo parece indicar que foram os Templários os responsáveis pela introdução pioneira destes novos mecanismos de defesa passiva e activa, e pela sua difusão em larga escala no território. Infelizmente para a nossa análise, se é escasso o conhecimento do castelo de Tiro⁶ e pouco subsistiu da sua cidade medieval para se poder estabelecer algum paralelismo mais seguro com Soure, também neste caso a falta de suporte da arqueologia não tem permitido uma leitura mais adequada do seu castelo e da urbe. No âmbito da Segunda Cruzada, um outro paralelo toponímico a assinalar entre a península hispânica e o Oriente latino é a cidade catalã de Tortosa e a sua homónima Tartous, na costa do Condado de Tripoli, ambos enclaves pertencentes à Ordem do Templo.

Avançando para o sul do território português e para a defesa do curso do rio Tejo, alguns anos depois, o caso de Tomar é, porventura, entre todos os exemplos em análise, o mais surpreendente. Se, para alguns autores, o nome pode derivar de um genitivo germânico de denominação suevo-visigótica, como *Theodemari*, outros sustentam a sua origem árabe, resultante de uma suposta designação do rio. Contrariamente a estas hipóteses, a interpretação que defendemos assenta no pressuposto de que o nome da sede dos Templários no reino de Portugal tem um significado próprio e indissociável da espiritualidade combatente desta milícia. De facto, se, anteriormente à presença templária nesse lugar, as referências escritas ao *nomen Thomar* são nulas, após o estabelecimento dos cavaleiros nesse local a situação inverte-se radicalmente. A primeira ocorrência do topónimo *Thomar* remonta a 1160, concretamente numa lápide existente na torre de menagem do castelo⁷. Temos razões para acreditar que na origem deste topónimo esteja presente um título plurisignificante, sob a forma de uma abreviatura do nome da milícia, podendo sugerir alguma diversidade de significados latinos. Segundo a nossa leitura, nele está concentrada uma ideia exacerbada de posse, como se o seu nome fosse constitutivo da sua essência, conferindo-lhe poder e significado. Numa primeira análise, as letras iniciais *Th* parecem remeter para a contracção da expressão latina *Templi Hierosolymitani*, o Templo de Jerusalém, cujos guardiões eram precisamente os cavaleiros templários, e que a Rotunda

⁵ BARROCA, 1996/1997: 171-209.

⁶ PRINGLE, 2010: 130.

⁷ BARROCA, 1995: 230-234.

Tomar - Thomar - (acrónimo) > Jerusalém / Templo de Jerusalém (Reino de Jerusalém)
Templi Hierosolymitani Ordinis Magister(ium)
 Mestre - ou Magistério - da Ordem do Templo de Jerusalém



Fig. 2.
 Vistas do castelo de
 Tomar.

evoca (Fig.2). Além disso, defendemos que a palavra Thomar poderá advir de um acrónimo resultante da denominação latina *Templi Hierosolymitani Ordinis Magister*, que significaria precisamente Magistério – ou Mestre – da Ordem do Templo de Jerusalém. Embora não tenhamos, até à data, provas documentais paleográficas ou epigráficas do uso sequencial dessa expressão, a definição antropológica do recinto defensivo parece sustentar, no nosso entender, esta leitura. Para a Ordem do Templo em Portugal, o *nomen Thomar* parece indicar uma multiplicidade simbólica, de influência cisterciense, inerente a todo o antigo recinto fortificado, englobando o Castelo, mosteiro anexo, Rotunda e restante cidade muralhada, associado à memória do lugar símbolo da salvação, numa representação mental evocando a Cidade Santa e o centro simbólico do nascimento da milícia e sua casa-mãe. Além disso, exegeticamente, o Templo de Jerusalém constituiria, para o espírito cristão do século XII e para o templário em particular, o lugar – da contemplação e da acção – associado a acontecimentos e profecias do Antigo Testamento, a episódios da vida da Virgem e de Cristo e, finalmente, às visões do Livro do Apocalipse. De resto, em diversas representações cartográficas de Jerusalém dos séculos XII e XIII, o Templo figura no centro superior da cidade, parecendo suplantar o significado litúrgico do Santo Sepulcro, numa tendência que persiste até ao início da Idade Moderna⁸.

No final do século XII, outra organização internacional, a Ordem do Hospital, adquire em Portugal um estatuto militar, alterando a sua primitiva feição de cariz assistencial, sobretudo após a doação da Herdade de Guidintesta, em 1194. Apesar de presente no mosteiro de Leça do Balio, sua primeira casa capitular, desde o final da década de vinte, só naquele ano, através da edificação do castelo de Belfort, se

⁸ Exemplos disso são, entre outros, o *Mapa de Jerusalém*, da Koninklijke Bibliotheek, em Haia, de cerca de 1170, ou a *Vista de Jerusalém*, da obra *Peregrinatio in Terram Sanctam*, de Erhard Reuwich, datada de 1483.

Cáceres - Cazzeres/ Cazzeres/ Gazeres > Gaza (Reino de Jerusalém)

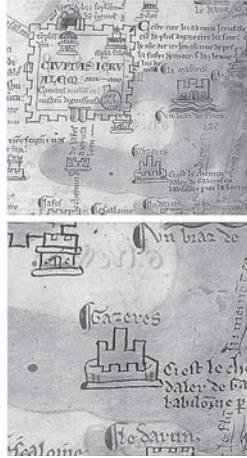
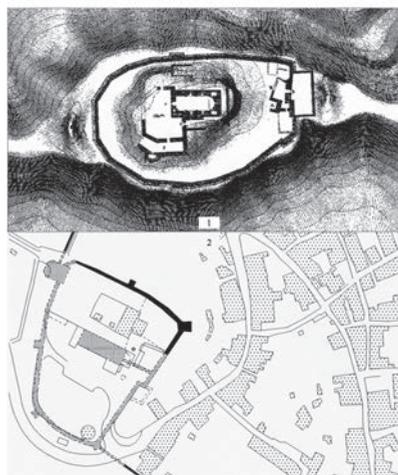


Fig. 3. Mapa da Palestina, de Matthew Paris, com o pormenor da representação de Gaza (British Library, MS. 14.C.VII, f. 4v-5.).

define como importante corpo guerreiro, e em clara competição territorial com a Ordem do Templo. A construção deste recinto defensivo na margem direita do rio Tejo insere-se num contexto singular para a Ordem do Hospital, dado que D. Afonso, filho bastardo do primeiro rei português, é na altura o 12º Grão-Mestre internacional da milícia. Também aqui se assiste a uma transposição toponímica peculiar, neste caso relacionada com o facto de a principal fortificação hospitalária do Reino de Jerusalém ser Belvoir, construída por estes cavaleiros entre 1168 e 1187, e que tem sido considerado como (um dos principais exemplos) o primeiro registo de castelo de planta centralizada erguido pelos cruzados⁹. O exemplo português repete o esquema de planta centralizada, não o esquema quadrangular *quadriburgium* do modelo de referência mas um plano de tendência circular. Se observarmos a extensa geografia da Ordem do Hospital na orla do Mediterrâneo, verificamos a existência de uma série de lugares homónimos de Belver que, na sua maior parte, pertenceram a esta milícia, como Beauvoir (no Peloponeso), Belvedere (em Itália), Belveer (na ilha de Maiorca), Bellver (em Lérida e Gerona) e Belver (em Huesca e Zamora). Um caso análogo a merecer reflexão é o da cidade de Cáceres, local que, na segunda metade da centúria, constituirá a sede da Irmandade dos cavaleiros de Cáceres, futura Ordem de Santiago. Tal lugar, na Estremadura leonesa e na proximidade da fronteira portuguesa, para o qual tem sido defendida uma etimologia romana ou árabe, parece ser, segundo o nosso entendimento, outro exemplo de transposição toponímica de origem oriental. De facto, se observarmos o *Mapa da Palestina* de Matthew Paris (Fig. 3) encontramos um importante dado que nos

⁹ BOAS, 2006: 122-125.

Castelo Branco > *Chastel Blanc - Safita* (Condado de Tripoli)

1 - Planta de Chastel Blanc - Safita (Condado de Tripoli) - segundo E. G. Rey

2 - Planta de Castelo Branco - com reconstituição conjectural do antigo castelo

Fig. 4.
Plantas dos castelos
de Castelo Branco e
Chastel Blanc.

indica uma origem etimológica da cidade de Cáceres diferente da que tem vindo a ser defendida¹⁰. Na realidade, cremos que este topónimo (*Cazzeris/Cazzeres*) advém, de um modo directo, do nome *Gazeres*, isto é, da cidade de Gaza, junto à costa do Mediterrâneo. Assim, nesta leitura, admitimos que, para as ordens hispânicas como as de Montegaudio e de Santiago, embora tenham actuado quase exclusivamente no espaço peninsular, o nome desta urbe leonesa estaria associado à necessária militarização do Ocidente peninsular, por evocar igualmente, e numa relação estreita, a memória dos constantes combates que naquela outra cidade oriental de fronteira, ou mesmo em Áscalon, ocorreram neste período conturbado.

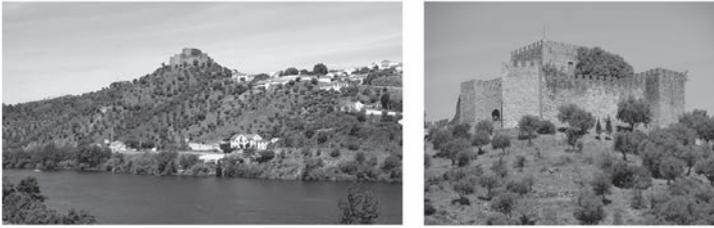
A história do Reino de Jerusalém é marcada pela perda da Cidade Santa, em 1187, ferida profunda no ânimo cristão, e em particular na Ordem do Templo, que deixa a sua sede física e simbólica. A milícia, ao redefinir o seu corpo guerreiro nos estados latinos do Oriente, irá concentrar o seu novo centro em Chastel Blanc¹¹, no Condado de Tripoli, que, no ano seguinte, resiste à investida de Saladino. Possivelmente por estes motivos, os Templários portugueses decidem erguer um lugar homónimo (Fig. 4), Castelo Branco, outro caso paradigmático da estreita relação que se estabelece entre a toponímia e a antropologia de um recinto fortificado. Neste reduto, as semelhanças ultrapassam a analogia toponímica, projectando-se na definição geral de toda a arquitectura militar erguida pelos cavaleiros templários¹².

¹⁰ Matthew Paris, na representação de Gaza, nomeia esta cidade como *Gazeres*. British Library, MS. 14.C.VII, f. 4v-5.

¹¹ KENNEDY, 1994: 142.

¹² OLIVEIRA, 2010: 563-581.

Belver (1194) > *Belvoir* (Reino de Jerusalém)



**Crato (1232) > (*Le*) *Crat* - Crac des Chevaliers -
Hosn-al-Akrad - *Castrum Crati* (Condado de Tripoli)**



Fig. 5.
Vistas dos castelos de
Belver e do Crato.

É interessante verificar que, a partir do início do século XIII, como bem sustentou José Manuel Capêlo, aqui se irão concentrar as linhas gerais da actuação da Ordem do Templo em Portugal, o seu combate efectivo, atingindo uma preponderância operacional superior à de Tomar¹³. De facto, apesar de os Mestres continuarem a ser sepultados nesta cidade, no Panteão dos Mestres, em Santa Maria do Olival, foi em Castelo Branco que se realizaram diversos Capítulos-Gerais da milícia. Além disso, sobretudo durante o Mestrado de D. Pedro Alvito (1212-1221), mestre templário simultaneamente em Portugal, Leão e Castela, a concentração de esforços numa nova urbe evocaria o distante, mas sempre presente, símbolo da resistência no Oriente, o novo quartel-general da Ordem, Chastel Blanc, que, na altura da sua destruição pelo sultão do Egipto, Baybars, em 1271, tinha um corpo militar de 700 homens¹⁴.

A primeira metade do século XIII conhece ainda em Portugal outro exemplo notável de transposição toponímica de atribuição de importantes nomes de lugares do Oriente para o Ocidente, agora da Ordem do Hospital (Fig. 5). De facto, a inspiração no célebre Crac des Chevaliers, no Condado de Tripoli, também designado *Hosn-al-Akrad* – o castelo dos Curdos – *Castrum Crati* ou simplesmente *Le Crat*, para muitos o melhor bastião edificado pelos cristãos no período das Cruzadas, explica o porquê da atribuição, em 1232, do topónimo Crato à vila que veio a ser, a partir de meados do século XIV, a sede dos cavaleiros hospitalários portu-

¹³ CAPÊLO, 2003.

¹⁴ BOAS, *op. cit.*, 112.

gueses, à semelhança do que antes havia sucedido com Belver. Segundo Laurent Dailliez, enquanto este castelo detinha uma influência regional, nele residindo um Comendador, o Crato era a residência de um Grão-Priorado, que dispunha de um poder nacional¹⁵. Se o Crac tem vindo a conhecer a atenção e o reconhecimento da comunidade científica desde o século XIX, tendo infelizmente sofrido danos com a actual guerra na Síria, o castelo português tem sido sujeito a um continuado esquecimento, e sucessivamente descaracterizado até à actualidade, tornando quase impossível estabelecer uma leitura adequada do seu antigo recinto.

O estudo das Ordens Militares projecta nos nossos dias novos horizontes na compreensão do pensamento cristão e das mentalidades dos séculos XII e XIII. Um conjunto de dados interligados indicia que carece de revisão o alcance exercido por estas organizações, faltando nomeadamente compreender a importância do ramo português nas estruturas internacionais de cada uma das Ordens, do Templo e do Hospital. Nesta exposição, numa leitura antropológica, tomando a toponímia como guia numa série de indícios cruzados em simultaneidade histórica, pretendemos destacar alguns exemplos deste fenómeno de transposição de nomes de lugares que nos parecem elucidativos do ambiente espiritual vivido quer por Templários ou Hospitalários, quer, porventura em menor grau, pelas milícias de formação hispânica. Em Portugal e noutros reinos da península muitos são os topónimos de génese medieval cuja origem permanece obscura e necessitando de trabalhos mais aprofundados. Finalmente, cremos que a correspondência existente entre as designações atribuídas aos lugares e a arquitectura militar neles erguida pelas milícias aponta novas perspectivas no esclarecimento da história destas Ordens, demonstrando a forte relação mental por elas estabelecida entre o Oriente Latino e o Ocidente peninsular.

FONTES

British Library, *Mapa da Palestina*, Matthew Paris, MS. Royal 14.C.VII, f. 4v-5.

¹⁵ DAILLIEZ, 1977: 32.

BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário (1995) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- (1996/1997) – *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII*. «Portugalia», Nova Série, Instituto de Arqueologia, vol. XVII-XVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BOAS, Adrian J. (2006) – *Archaeology of the Military Orders*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- CAPÊLO, José Manuel (2003) – *Portugal Templário – Relação e sucessão dos seus Mestres [1124-1314]*. Lisboa: Arion.
- DAILLIEZ, Laurent (1977) – *L'Ordre de Saint-Jean au Portugal, XI-XV siècles*. Nice: Alpes-Mediterranee Editions.
- DESCHAMPS, Paul (1934) – *Les Châteaux des Croisés en Terre Sainte – Le Crac des Chevaliers*, vol.I. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- (1939) – *Les Châteaux des Croisés en Terre Sainte – La Défense du royaume de Jérusalem*, vol.II. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- (1972) – *Au Temps des Croisades*. Paris: Hachete.
- (1973) – *Les Châteaux des Croisés en Terre Sainte – La Défense du comté de Tripoli et de la principauté d'Antioche*, vol.III. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- KENNEDY, Hugh (1994) – *Crusader Castles*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2002) – *A influência do Oriente em Portugal através da arquitectura militar templária: o paralelo entre Chastel Blanc e Castelo Branco*. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500)*, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri.
- (2010) – *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*. Lisboa: Ésquilo.
- PRINGLE, Denys (2010) – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem: a corpus*, vol. IV. Cambridge: Cambridge University Press.
- REY, Emmanuel-Guillaume (1871) – *Étude sur les monuments de l'architecture militaire des Croisés en Syrie et dans l'île de Chypre*. Paris, [s.n].
- RILEY-SMITH, Jonathan (2010) – *Templars and Hospitallers as professed religious in the Holy Land*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press.

O CASTELO DE OUTEIRO NA FRONTEIRA BRAGANÇANA

ANA MARIA DA COSTA OLIVEIRA*

Resumo: O castelo de Outeiro coroa uma crista quartzítica na região bragançana na margem direita do rio Maçãs. Sobreviveu quinhentos anos acabando por sucumbir à destruição dos castelhanos e ao abandono dos portugueses.

Com D. Dinis a povoação de Outeiro passou para a coroa recebendo foral em 1290, numa tentativa de fixação de população na fronteira.

À integração administrativa associou-se uma política de defesa, garantida por castelos que protegessem terras e populações. O castelo de Outeiro integrava a primeira linha de defesa da fronteira oriental transmontana, articulando-se com os castelos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro. Durante a sua existência o castelo de Outeiro foi-se transformando sendo ainda possível ler nas suas ruínas estruturas românicas, góticas e modernas.

Palavras-chave: Castelo de Outeiro; Fronteira; Concelho; Povoamento.

Abstract: The Outeiro castle crowns a quartz ridge that marks Bragança's landscape on the right bank of the river Maçãs. He survived over five hundred years, only succumbing to the Castilian's destruction and the Portuguese abandonment.

It was during the reign of D. Dinis that Outeiro's village integrated the Crown's domains being granted a charter in 1290 in an attempt to establish populations near the border.

This administrative integration is related with a defensive policy that was guaranteed by military structures that would protect the land and the population. It is in this context that Outeiro's castle appears in the first line of defense of the eastern border of Trás-os-Montes, articulating with the Castle of Bragança, Vimioso and Miranda do Douro.

Throughout its existence the Outeiro's Castle went through several phases that shaped its architectural physiognomy and it is still possible to read in its ruins Romanic, Gothic and Modern structures.

Keywords: Outeiro Castle; Frontier; County; Settlement.

* EAUM/ LAB2PT/ CHAM. anamcostaoliveira@gmail.com.

O artigo apresentado tem por base a tese de mestrado apresentada pela autora à Faculdade de Letras do Porto em Novembro de 2015 com o título *Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana*. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/82210>.

Com o Tratado de Alcañices, em 1297, fixaram-se os limites entre Portugal e Castela. Desde então a monarquia delineou um programa de construção e reforma de fortalezas ao longo da fronteira. A par do esforço de defesa, a coroa empenhou-se também na fixação de populações nas zonas raianas, enquadrando-as num aparelho fiscal e administrativo que garantisse a soberania de Portugal¹.

Será integrado neste plano de consolidação e proteção fronteiriça que surgem, na segunda metade do século XIV, as primeiras notícias do castelo de Outeiro. Erguido na freguesia de Outeiro, concelho de Bragança, a fortaleza coroa uma crista quartzítica a 800m de altitude, dominando toda a paisagem do planalto de Argozelo-Outeiro. Nesta vasta área, compreendida entre os rios Maças e Sabor, e que se estende da cidade de Bragança à de Vimioso, foram construídas outras fortificações, como a de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro que, associadas ao castelo de Outeiro, desenhavam a primeira linha de defesa da fronteira nordeste transmontana.

Apesar das fontes históricas não atribuírem um papel de relevo ao castelo de Outeiro na história militar portuguesa, pensamos que ao longo da sua existência, sobretudo entre a segunda metade do século XIV e 1762, data em que as tropas espanholas queimam o que restava do castelo, a fortaleza terá contribuído para o desenvolvimento e organização da região transmontana, como nos mostram os documentos.

A EVOLUÇÃO DA POVOAÇÃO DE OUTEIRO E DO SEU CASTELO

O entendimento da fortaleza terá que ser associado à evolução da povoação de Outeiro, que ao longo dos tempos, e com algum custo, foi fixando gente nesta região de fronteira. De facto, a preocupação de controlo fronteiriço e de afirmação do poder real impulsionou desde cedo a nossa monarquia, sobretudo a partir de D. Sancho I e especialmente com D. Dinis, a promover uma política centralizadora, recuperando terras a particulares e às instituições eclesiásticas, aumentando progressivamente a área de influência da coroa numa faixa junto à fronteira, de forma a garantir a segurança do reino. Será precisamente no reinado de D. Dinis que a vila de Outeiro passará dos domínios do mosteiro de Castro de Avelãs para a jurisdição da coroa, transformando-se a pequena aldeia num concelho de fronteira.

¹ MONTEIRO, 1999: 22.

Em 1258, nas inquirições de D. Afonso III², a paróquia de Santa Maria de Outeiro pertencia aos domínios do mosteiro de Castro de Avelãs. No texto faz-se apenas referência à igreja e não a qualquer fortificação.

Já durante o reinado de D. Dinis, em 1290, a povoação de “Outer de Muas”, que «jaz ao pé de Outeiro de Miranda», passará para os domínios régios através de um escambo entre a coroa e o mosteiro³. No mesmo ano, D. Dinis concederá «Carta do foro das aldeas d’Outer & de Muas»⁴, sugerindo a existência de dois núcleos populacionais que seriam agregados pela coroa num único concelho rural com o nome de Outeiro de Muas. Esta ideia é reforçada no foral que D. Manuel I doa a Outeiro de Miranda no século XVI, onde se afirma que «foi primeiramente imposto o nome douteiro de asnas ao dito lugar que agora se chama outeiro de miranda»⁵.

Em nenhum dos diplomas atrás referidos se faz referência ao castelo ou a qualquer tipo de fortificação na vila, contudo, sabemos que, com a fixação da fronteira entre os dois reinos ibéricos, D. Dinis incentivou não só a integração administrativa das populações, através da concessão de forais⁶, como desenvolveu uma política de defesa sustentada numa série de medidas onde constava a reforma ou a construção de estruturas militares que protegessem as suas terras e gentes.

Em 1313 a vila de Outeiro de Miranda, foi doada por D. Dinis a D. João Afonso, seu filho bastardo, estando mais uma vez o castelo omissa da carta⁷. Contudo, em 1355 os moradores de Outeiro de Miranda, pedem autorização para fazerem vila cercada num lugar chamado Outeiro⁸. Este pedido leva-nos a colocar a hipótese da existência de uma estrutura fortificada no local.

A fortaleza propriamente dita será apenas referida claramente em 1361, altura em que D. Pedro I a entrega a João Rodrigo de Bastos, para que este lhe faça menagem⁹. Passados 8 anos o castelo será tomado pelas tropas de D. Henrique II de Castela, sendo este o único registo do envolvimento da fortaleza numa batalha medieval¹⁰.

² PMH, Inq. – *Inquirições Gerais de D. Afonso III. 1258*. Quarta Alçada. (1258), p. 1285.

³ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. II. Gav. XII, Maços 8-5. Doc. 2364, p. 760. Documento também publicado em SANTANA, 2008: 70-71.

⁴ SANTANA, 2008: 72-73.

⁵ *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Trás-os-Montes*, p. 57.

⁶ PIZARRO, 2008: 342-343.

⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. II. Gav. III, Maços 2-15, doc. 648, p. 31.

⁸ *Trás-os-Montes Medieval e Moderno*. Fontes Documentais. Séc. XIV, doc. 36.

⁹ *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, doc. 587, p. 268.

¹⁰ LOPES, Fernão – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando Nono Rei destes Regnos*. Capítulo XXXV. Biblioteca Histórica – Série Régia. Livraria Civilização Editora. Porto. p. 96.

Apesar de uma certa falta de protagonismo bélico, o castelo de Outeiro teve um papel importante na estruturação administrativa da região fronteiriça transmontana. Para além de garantir a protecção e a segurança das populações, a fortaleza fazia parte de uma importante linha de defesa que vigiava os pontos de entrada no reino português, nomeadamente na zona de Quintanilha e de Pinelo. Para além do controlo fronteiriço, o castelo de Outeiro tinha um papel essencial no controlo da circulação no planalto que se estende entre Bragança e Vimioso. Daí a preocupação dos monarcas em manter a fortaleza, incentivando a fixação da população nesta região, garantindo assim a operacionalidade do castelo.

Prova disso é a notícia da autorização concedida por D. João I aos moradores de Outeiro de Miranda para construírem uma cerca da vila e erguerem casas no seu perímetro¹¹.

Em 1418, o mesmo monarca ver-se-á obrigado a alargar os termos do concelho de Outeiro de Miranda, com prejuízo para Bragança e Miranda do Douro, mandando os moradores do concelho fazerem obras no seu castelo¹².

No início do século XVI, os moradores reconstruem parte do muro da vila, que tinha ruído¹³, mantendo-se o castelo em bom estado até 1530.

Em 1642 são encomendadas peças de artilharia para as praças de Bragança, Monforte de Rio Livre e Outeiro, procurando-se adaptar as construções às inovações modernas e reforçar a defesa das praças¹⁴.

A preocupação em equipar a praça de Outeiro parece fundamentada, pois em 1646 uma incursão espanhola destrói a vila de Outeiro. Segundo o Abade de Baçal, o ataque obrigou a população a refugiar-se no castelo¹⁵.

Nos anos 50 do mesmo século, os ataques vizinhos sucederam-se em territórios de Miranda e Bragança. Segundo Rita Costa Gomes as destruições foram particularmente importantes em Outeiro, Bragança e Santo Estêvão (Chaves)¹⁶.

Um século depois, Outeiro vê-se novamente envolvido nas guerras com Espanha, desta vez por causa da Guerra dos Sete Anos. A 13 de maio de 1762, a vila e a fortaleza encontravam-se abandonados, tendo as tropas espanholas queimado e destruído o castelo¹⁷.

¹¹ *Chancelarias Portuguesas de D. João I*. Vol. III; Tomo 3 (1402-1418); doc. 1105; p. 173.

¹² *Chancelarias Portuguesas de D. João I*. Vol. IV; Tomo I (1410-1425); doc. 20; pp. 26-27.

¹³ ALVES, VIII, 2000: 148-156.

¹⁴ ALVES, XI, 2000: 124-125.

¹⁵ ALVES, I, 2000: 90.

¹⁶ GOMES, 2003: 114.

¹⁷ MANSO PORTO, 1999: XXXVII.

A ARQUITECTURA DO CASTELO DE OUTEIRO

Além da documentação escrita, a documentação gráfica e as ruínas falam da arquitectura e da evolução do castelo.

Relativamente à documentação gráfica, destacamos os desenhos do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas¹⁸, onde se podem observar duas vistas sobre o castelo de Outeiro e uma planta¹⁹.

Nas vistas que o escudeiro de D. Manuel I desenhou por volta de 1509 podemos ver que o castelo se encontrava em bom estado de conservação, mantendo todo o seu perímetro e elevando-se sobre a crista rochosa.

Das construções destaca-se o paço, que parece ter mais do que um corpo, e que serviria para albergar o alcaide e uma pequena guarnição. Poderia ter também uma cadeia e compartimentos para guardar o necessário à manutenção da praça. Destas construções erguem-se duas chaminés e várias aberturas nos pisos superiores, sobretudo do lado oeste, voltado à aldeia.

Relativamente aos elementos de carácter militar realçamos as duas torres: a torre de menagem, junto à porta de entrada; e uma segunda torre que se ergue no interior da praça. Ambas coroadas com ameias pentagonais.

A entrada no castelo é desenhada voltada a sul e protegida por um balcão coberto. Na vista panorâmica oeste, observamos um muro em L, coroadado com ameias pentagonais, impedindo o acesso directo ao castelo.

Na vista este-nordeste, é representada uma outra porta que dá acesso a uma estrutura baixa, com três troneiras cruzetadas, parecendo-se com uma barbacã. Esta estrutura encosta a um torreão coberto e à torre de menagem. Sensivelmente por baixo do torreão e ao lado da barbacã, Duarte de Armas escreve “porta falsa”.

Na muralha do castelo, coroadada com ameias quadrangulares, vê-se na extremidade noroeste, uma construção em madeira, a que Duarte de Armas chama “necesaryas”, ou seja latrinas.

Finalmente, e ainda sobre as vistas panorâmicas de Duarte de Armas, uma nota para a cerca da vila, que define uma plataforma inclinada a leste do castelo, formando um espaço mais ou menos ovalado e vazio de construções. Tem duas portas, uma a norte e outra a sul, e apresenta umas escassas ameias quadrangulares, dando a entender que as restantes poderiam estar destruídas.

A planta do castelo de Outeiro, desenhada por Duarte de Armas, representa apenas o recinto do castelo. O traçado da muralha tem uma configuração irregu-

¹⁸ ARMAS, 2006.

¹⁹ As plantas de Duarte de Armas que serviram de base às imagens trabalhadas e aqui apresentadas foram retiradas do sítio do Arquivo Nacional Torre do Tombo: digitalq.dgarp.gov.pt.

lar. Na metade norte, o castelo tem uma planta que parece ovalada e na metade sul as estruturas formam uma planta rectangular, sugerindo a imagem de duas fortalezas diferentes.

Segundo Duarte de Armas a muralha do castelo teria 95,26m de perímetro e muros com 2,20m de largo. Tinha apenas o balcão construído em madeira, destinado a latrina, e um único torreão coberto do lado sudeste, encostada ao “baluarte” (barbacã) e à torre de menagem.

A torre que Duarte de Armas designa como “menagem”, foi construída no extremo sul e fora do perímetro das muralhas. Tinha uma planta quadrangular, com cerca de 18m de altura e quatro andares.

A outra torre é designada pelo autor quinhentista, simplesmente como “torre”. Ergue-se no interior da praça, sensivelmente a meio e tem cerca de 17m de altura, três andares e uma planta quadrada.

A torre de menagem do castelo de Outeiro integra-se bem no conceito de *defesa activa*, que Mário Jorge Barroca designa²⁰. De facto, ela não só foi erguida na zona de defesa mais vulnerável, a entrada, como foi construída fora do perímetro muralhado. Neste sentido, este elemento emblemático do castelo medieval foi planeado segundo os parâmetros mais avançados do castelo gótico, enquadrando-se bem numa cronologia de trezentos.

Já a segunda torre, a que se ergue no meio da praça, parece destoar desta filosofia inovadora. Tem uma planta quadrada, apenas um vão visível e três pisos. A leste desta torre central, localiza-se a cisterna.

Na planta as entradas no castelo são representadas: uma a sudoeste resguardada por um antemuro; e outra a sudeste, enquadrada diretamente pela torre de menagem e protegida por aquilo a que o escudeiro chama “baluarte”. Sobre a primeira, Duarte de Armas escreve: «Entrada da porta com hua guaryta em cyma». O acesso à segunda fazia-se pelo recinto cercado da vila e era defendida por quatro troneiras cruzetadas.

Para além dos desenhos de Duarte de Armas existem ainda outras plantas do século XVIII, que apresentam semelhanças entre si²¹. A comparação destes desenhos permitiu estabelecer uma proposta evolutiva do castelo ao longo do período que medeia os anos de 1509 e 1762.

Em dois desenhos do século XVIII, são representadas dentro do perímetro da cerca da vila, duas construções, correspondendo uma delas à capela de Santa Luzia, referida nas Memórias Paroquiais de 1758, e outra a um poço ou cisterna.

²⁰ BARROCA, 2003: 119-120.

²¹ Plantas consultadas em SIDCARTA – Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa: sidcarta.exercito.pt.

Para além destas estruturas a planta, desenhada a mando do Tenente General *Gorge Cary*, faz mesmo referência a “quartos”, talvez destinados às tropas.

A planta que tomamos como referência preferencial para a nossa comparação com o desenho de Duarte de Armas tem a data de 1762 e foi publicada num trabalho de Carmen Manso Porto²². Numa primeira análise podemos dizer que ambas as plantas representam o castelo com as mesmas estruturas principais: as duas torres, que parecem não ter sofrido alterações, a muralha, as barbacãs, o paço e a cerca da vila.

As entradas continuam a ser duas, com as suas barbacãs. Nestes últimos elementos houve modificações. O antemuro de Duarte de Armas aparece na planta do século XVIII fechado contra a cerca da vila e com uma porta voltada a sul. A barbacã da entrada voltada ao interior da cerca também foi reformulada, tendo-se construído muros esquadriados, desaparecendo o torreão coberto.

As divisões das construções interiores da praça do século XVIII mantêm, no essencial, a disposição desenhada por Duarte de Armas, com exceção para duas construções mais a norte.

Resumindo, podemos concluir que o castelo de Outeiro não terá sofrido grandes alterações entre o século XVI e XVIII, mantendo o essencial da sua planta e da sua estrutura militar.

Para além da análise das plantas que desenharam uma parte da “vida” da fortaleza, os vestígios que o tempo e a acção humana nos deixaram, também nos dão pistas para a sua compreensão.

Ausente dos planos de restauro dos monumentos nacionais que foram considerados emblemáticos pelo Estado Novo, o castelo de Outeiro apresentava, na segunda metade do século XX, rombos significativos nos paramentos ainda erguidos. Em 1993, foram efetuados trabalhos de consolidação, preenchendo as aberturas que ameaçavam o que restava das muralhas. Estes restauros são visíveis não só pelas diferenças de aparelho, mas também pelos materiais usados.

Apesar da densa vegetação que cobria todo o outeiro, confirmamos uma parte significativa da estrutura desenhada em 1762 e que corresponde, *grosso modo*, à fortaleza representada por Duarte de Armas.

Identificamos a quase totalidade da torre de menagem, um pequeno troço do que julgamos poder ser a torre interior, quase todo o perímetro da muralha do castelo e o que poderá ser parte da barbacã voltada à cerca. Embora bastante destruída, e encoberta pela vegetação, confirmamos todo o perímetro da chamada “cerca da vila”, incluindo a porta de entrada voltada a norte.

²² MANSO PORTO, 1999: 57-58.



Fig. 1.
Vistas das ruínas existentes do castelo de Outeiro. Em cima, muralha voltada à vila; em baixo, muros voltados a leste.

Hoje apenas existem dois tramos de muros, acima da cota do solo: um voltado a leste e outro que corresponderia ao troço de muralha que ligaria as duas torres. A restante muralha encontra-se derrubada até à cota do solo (Fig. 1).

A torre de menagem, que encostava à muralha pelo lado exterior, teria cerca de 20m² de área útil, diferindo apenas alguns centímetros das medidas indicadas no desenho de Duarte de Armas. Já para a torre interior não foi possível aferir pormenores, pois os vestígios são diminutos.

Diminutos são também os vestígios das barbacãs que enquadravam as entradas no castelo. Da que protegia a porta sudoeste identificamos um possível arranque de muro junto à muralha e um orifício circular num dos penedos que poderia ter servido de gonzo de uma porta. Da barbacã que protegia a entrada voltada à cerca da vila, julgamos ter identificado um troço de muro, com cerca de 11m de comprido. Contudo, dadas as condições do terreno, não nos foi possível confirmar a sua verdadeira função.

A cerca da vila desenha-se na sua totalidade. Esta estrutura é bem visível na zona sul, onde curva e encosta à muralha do castelo e na zona norte onde fecha na

muralha. No interior do recinto há muita pedra solta e blocos da muralha, contudo não identificamos qualquer alinhamento de construções.

Para além da confirmação da planta do castelo, registamos ainda alguns vestígios que nos auxiliaram na leitura das diferentes fases construtivas da fortaleza.

A primeira observação é sobre os alçados das muralhas. Os muros do castelo assentam na penedia, adaptando-se a ela, e em certos locais, a rocha foi verticalizada para complementar a muralha.

Esta foi construída com pequenos blocos de pedra, tendencialmente retangulares, e com argamassas amareladas. As pedras foram assentes em fiadas horizontais, cuja regularidade foi mantida com placas de xisto que horizontalizavam as fiadas ou verticalizavam os blocos. O interior do muro era preenchido com cascalheira e argamassa. Este tipo de construção parece homogéneo desde a zona da entrada sudoeste, contornando a penedia a norte, até à zona voltada a leste, onde foi implantado o marco geodésico.

O muro de ligação das duas torres parece ter um aparelho ligeiramente diferente. Os blocos de pedra são mais pequenos, menos regulares e com fiadas pouco horizontais.

A cerca da vila foi também construída em alvenaria, sem contudo haver intenção de formar fiadas horizontais. Nota-se de facto, que se trata de uma construção diferente da muralha.

Para além da técnica construtiva das muralhas, realçamos ainda um outro pormenor que nos parece bastante interessante. No troço de muralha voltado a leste, identificamos duas seteiras que foram entaipadas e inutilizadas. Estes elementos são bem visíveis, tanto do lado interior como exterior da muralha. Foram rasgadas num pequeno cotovelo, uma voltada a leste e outra a norte. Este ângulo na muralha, não se encontra representado nas plantas do século XVIII, mas aparece na planta de Duarte de Armas. Contudo o escudeiro não desenha as seteiras na planta.

A análise de todos os elementos enunciados permitiram-nos levantar algumas questões que consideramos pertinentes para a compreensão do castelo de Outeiro.

A fortaleza não obedeceu a um único plano de construção e não teve apenas uma fase de edificação. Na verdade a observação dos desenhos do escudeiro de D. Manuel I, sugere-nos, logo à partida, uma planta com dois momentos construtivos e que reflectem diferentes opções: a norte uma estrutura com características românicas, e a sul, edificações que se enquadram no conceito de *defesa activa*, característica própria das fortalezas góticas.

Embora a documentação não faça referência a um castelo anterior a 1361, parece-nos que, tanto as plantas como os vestígios de campo, apontam para uma construção anterior a esta data, podendo mesmo ser anterior ao reinado de D. Dinis.

Esta construção românica pode ser lida na planta de Duarte de Armas, na torre interior, que pensamos se ergueria isolada no meio do pátio, na existência de uma cisterna ao lado da torre e de uma porta falsa. Para além destes elementos, observamos as diferenças do aparelho construtivo da muralha onde foram abertas duas seteiras.

As construções da zona sul do castelo de Outeiro, não parecem levantar dúvidas quanto à sua natureza gótica. Aqui as questões colocam-se nos diferentes momentos de construção.

Assim é provável que as entradas do castelo tenham recebido as primeiras reformas, com a construção do torreão coberto e do antemuro que protegiam as portas. Na mesma fase poderá ter sido construída a torre de menagem, encostada à muralha, o muro que ligava as duas torres, e que permitia a defesa da entrada sudoeste, e os balcões de tiro vertical. Todos estes elementos poderão ter sido construídos entre o reinado de D. Dinis e D. João I.

Segundo a documentação, e a partir de 1414, terá sido concluída a cerca da vila.

A construção dos paços poderá ter ocorrido, entre a segunda metade do século XIV e XV.

Já a construção das troneiras cruzetas, e talvez da barbacã voltada à cerca da vila, poderão ter sido inseridas a partir da segunda metade do século XV, altura em que o castelo fazia parte dos domínios dos duques de Bragança.

Relativamente à cerca da vila, não sabemos se foram construídas casas para os moradores de Outeiro, tal como era vontade da população e de D. João I. A documentação apenas dá conta do despovoamento da vila em 1418, sendo possível que a ocupação da cerca não tenha tido sucesso. Contudo, as plantas do século XVIII mostram representações de casas para militares, uma capela e um poço. Não temos dados suficientes para apontar uma cronologia para estas estruturas, porém podem ter sido erguidas já em época moderna/contemporânea.

Parece evidente que nem sempre a observação das estruturas permite esclarecer a natureza das fortificações. Estes edifícios militares, atravessaram toda a Idade Média e foram objecto de diversas alterações, não só como resultado de adaptações às inovações técnicas e arquitectónicas, mas também devido a restauros de destruições provocadas por conflitos em que se viram envolvidas.

Para cada castelo haverá uma narrativa, que nem sempre é legível nas suas edificações. Estas podem condicionar a nossa visão e restringir a nossa análise, daí a importância documental como complemento à leitura arquitectónica. Já os trabalhos arqueológicos poderão esclarecer muitas dúvidas, sendo necessário a definição de projectos integrais que visem leituras alargadas e não apenas leituras pontuais, cujas conclusões podem ficar aquém das dúvidas levantadas.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) (2000) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomos VIII e XI. Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal.
- ARMAS, Duarte de (2006) – *Livro das Fortalezas*. (Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco). Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 3.ª Edição. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Edições Inapa.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em <http://antt.dglab.gov.pt>. [Consultado no dia 23 de Julho de 2014].
- As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. II (1962). Gav. III, Maços 2-15. Doc. 648, p. 31. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. II (1962). Gav. XII. Maços 8-5. Doc. 2364. p. 760. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- BARROCA, Mário Jorge (2003) – *Da reconquista a D. Dinis*. In MATTOSO, José, coord. – *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 22-161.
- Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Vol. III. Tomo 3 (1402-1418). Livro III. Fólios 129 vº a 200 vº: doc. 139; doc. 1105. Ed. de João José Alves Dias (2005). Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, p. 173.
- Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Vol. IV. Tomo I (1410-1425). Livro IV. Fólios 1 a 69 verso: doc. 20. Ed. de João José Alves Dias (2005). Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, p. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa. pp. 26-27.
- Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*. Ed. de A. H. de Oliveira Marques. Centro de Estudos Históricos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação. Lisboa, 1984: doc. 587, p. 268; doc. 771; p. 348.
- Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Trás-os-Montes*. Ed. de Luís Fernando Carvalho Dias. Lisboa. 1961. p. 57.
- GOMES, Rita Costa (2003) – *Castelos da Raia. Trás-os-Montes*. Vol. II. Lisboa: Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Arquitectónico.
- LOPES, Fernão – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando Nono Rei destes Regnos*. Capítulo XXXV. Biblioteca Histórica – Série Régia. Porto: Livraria Civilização Editora.
- MANSO PORTO, Carmen (1999) – *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (Siglos XVII-XVIII)*. Madrid: Real Academia de la História.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Coimbra: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto-Mayor (2008) – *D. Dinis. Reis de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates. *Portugaliae Monumenta Historica... Inquisitiones*. Vol. I. Pars II. Fascículo VIII. 1961.
- SANTANA, Maria Olinda Rodrigues (2008) – *Documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes: breve estudo e edição interpretativa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa. Disponível em <http://sidcarta.exercito.pt>. [Consulta realizada em 10/02/2014].
- Trás-os-Montes Medieval e Moderno. Fontes Documentais. Séc. XIV (CD)*. Ed. de Maria Cristina Cunha Alegre e Paula Pinto Costa. Arquivo Distrital de Bragança. 2003: Doc. 36.

NEM SÓ COM CASTELO SE DEFENDEU A FRONTEIRA: ATALAIAS E POVOADOS FORTIFICADOS NA MARGEM ESQUERDA DO MÉDIO CÔA

TIAGO PINHEIRO RAMOS*

Resumo: Estudo sobre atalaias e povoados fortificados na margem esquerda do Médio Côa em período medieval. Metodologicamente, a investigação baseou-se numa abordagem multidisciplinar, conjugando fontes bibliográficas, fontes documentais, abordagem arqueológica e análise através de ferramentas SIG. Os resultados demonstraram a diversidade de arquiteturas utilizadas, o controlo visual como factor comum a todas elas, e a necessidade de intervenções arqueológicas para uma melhor caracterização e aferição de cronologias absolutas.

Palavras-chave: Arqueologia Medieval; Arquiteturas Militares; Fronteira; Rio Côa.

Abstract: Study about medieval watchtowers and fortified settlements from the left bank of Médio Côa. Methodologically, the investigation based on a multidisciplinary approach with bibliographical sources, documentary sources, archaeological approach and GIS analysis. The results show the diversity of architectures employed, the visual control as a common characteristic, and the necessity of archaeological excavations for a better architectural characterization and to establish chronologies.

Keywords: Medieval Archaeology; Military Architectures; Frontier; Côa River.

* Universidade de Salamanca/ IEM/ UNL. tiagopinheiroramos@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Com o presente artigo pretende-se dar um passo na investigação, muitas vezes negligenciada pela castelologia medieval, de formas complementares de defesa e controlo do território, concretamente atalaias e povoados fortificados.

Escolhemos assim como área de estudo a micro-região da bacia hidrográfica do Médio Côa (Fig.1). A geografia desta região caracteriza-se pelo esbatimento progressivo dos maciços da Serra da Estrela para noroeste, integrando parte do planalto beirão, com fronteiras geográficas demarcadas a norte pela Serra da Marofa, a sul pelo rio Noéme, a Oeste pelos contrafortes da Serra da Estrela, e a Este pelo rio Côa. Neste percurso o Côa transcorre por um vale cada vez mais cavado no planalto, formando uma verdadeira barreira, somente transponível em alguns vaus.

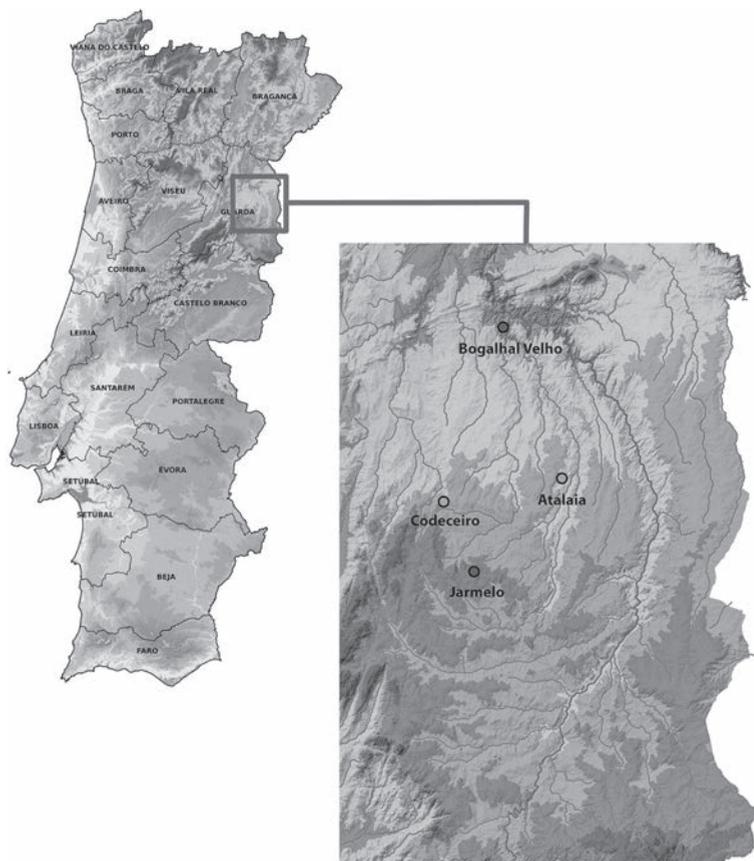


Fig. 1.
Localização
geográfica dos sítios
analisados.

É precisamente por este rio que a fronteira entre os reinos de Portugal e Leão se vai estabelecer, desde os finais do século XII até ao final do século XIII, estabelecendo-se posteriormente mais para leste com a assinatura do tratado de Alcanises. Embora o conceito de fronteira em época medieval possa ser entendido com diferentes significados¹, interpretamo-la aqui como o produto de poderes centralizados que pretendem demarcar áreas sobre as quais exercem o seu domínio. A sua existência supõe a presença de pelo menos uma entidade sociopolítica apta a mobilizar os recursos necessários para originar e manter o esforço fronteiriço frente a outra formação política centralizada².

O processo de controlo e formação da fronteira já anteriormente foi alvo de vários estudos³.

Do lado português, o início do repovoamento, que era afinal o enquadramento das comunidades existentes por poderes externos, arranca na década de 60 do século XII, ainda e apenas sobre a linha das antigas penelas e populaturas da Condessa D. Châmoa⁴.

Este movimento prosseguiria para Este, conhecendo um momento importante no final da década de 90 com o foral da Guarda, atingindo totalmente a linha do Côa com os termos das vilas de Pinhel, Castelo Mendo, Touro e Sortelha, repovoadas já ao longo do primeiro quartel do século subsequente. Tal acção conheceria um processo paralelo do lado leonês. Assim, igualmente na década de 60 do século XII enceta-se o repovoamento de Ciudad Rodrigo, antes uma aldeia periférica do termo de Salamanca. Porém, as vilas do Riba Côa, como Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Alfaiates ou Sabugal, surgirão somente no início do século seguinte⁵.

Estes movimentos de ordenação social e territorial, seriam paralelamente acompanhados da militarização da fronteira, através do estabelecimento de fortificações, de forma articulada e em clara oposição entre as duas margens do rio Côa, dominadas por duas forças sociopolíticas antagónicas. Para além dos castelos, estudados aprofundadamente por Mário Barroca⁶, atalaias e povoados fortificados articularam-se nas linhas defensivas secundárias implantadas na região do Médio Côa, verdadeira porta de entrada para inimigos externos ao reino. Será sobre estas duas tipologias que nos debruçaremos em seguida.

¹ BEREND, 1999.

² MARTIN VISO, 2005.

³ GOMES, 1998; BARROCA, 2008-2009.

⁴ GOMES, 1998: 261.

⁵ GOMES, 1998.

⁶ BARROCA, 2008-2009.

ATALAIAS

O papel militar dos castelos não pode ser interpretado isoladamente, mas deve ter em atenção outras estruturas que lhes andaram intimamente associadas⁷.

Na impossibilidade de controlarem todo o território sobre o seu domínio, a cada castelo estaria normalmente associada uma rede de atalaias que permitiam uma mais efectiva vigilância e controlo, vigiando os movimentos de exércitos inimigos e as zonas de penetração do reino.

Para a região em estudo é possível referenciar umas duas dezenas de indícios destas arquitecturas militares. Para além das referidas por Mário Barroca⁸ acrescentamos aqui as referidas no foral de Pinhel⁹ – Atalaia de Tramaz e Atalaia de Argomil – a atalaia de Codeceiro (Guarda) e as referidas nas memórias paroquiais de 1758¹⁰. Na sua grande maioria são apenas meros indícios toponímicos que para além de não permitirem estabelecer cronologias, carecem de constatação no terreno ou não são visíveis vestígios arqueológicos à superfície. Por este motivo escolhemos duas ocorrências que apresentam ainda vestígios arqueológicos passíveis de análise: Atalaia (Pinhel) e Codeceiro (Guarda)(Fig.2).



Fig. 2. Atalaia e Codeceiro.

ATALAIA

No topo da actual aldeia de Atalaia (concelho de Pinhel), a 733m de altitude encontram-se ainda visíveis paramentos que pertenceram a uma possível atalaia, referida já nas memórias paroquiais de 1758 em estado de ruína¹¹. A sua localização é exímia atendendo às suas características geoestratégicas. Implantada numa

⁷ BARROCA, 2008-2009: 228.

⁸ BARROCA, 2008-2009.

⁹ PERESTRELO & FERREIRA, 2002; COSTA, 2010.

¹⁰ CAPELA & MATOS, 2013.

¹¹ CAPELA & MATOS, 2013.

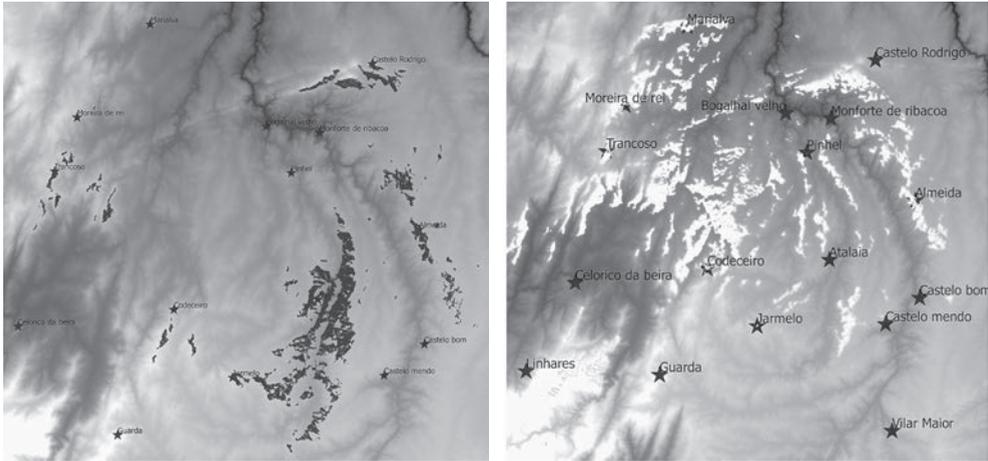


Fig. 3. Bacias visuais de Atalaia e Codeceiro.

zona escarpada, em que na parte Este o declive ascende a mais de 25%, aproveita estas características defensáveis naturais.

Sobranceira à confluência da ribeira de Pínzio com a ribeira das Cabras, na margem esquerda da primeira, domina visualmente todo o vale por onde estas ribeiras transpassam e o seu vau de passagem. No entanto, recorrendo a uma análise de bacia de visão, através do software QuantumGIS, num raio de 30 Km, tendo como ponto de elevação 5m acima do actual nível do solo, os resultados obtidos demonstram-nos um vasto território alcançável visualmente. É assim possível o contacto visual com Trancoso, Castelo Rodrigo, Almeida, e Jarmelo (Fig. 3).

Apresenta uma planta rectangular, 15 x 8m, ostentando na zona nordeste uma estrutura posterior, de difícil caracterização, mas que poderá ter servido de apoio à colocação de artilharia em época moderna. Os paramentos foram erigidos sem qualquer recurso à isodomia, sendo visível duas tipologias distintas. A primeira recorrendo a grandes blocos graníticos, toscamente afeiçoados, é visível no paramento sul, e na base do paramento oeste; a segunda é composta por pedras de pequena e média dimensão, pouco afeiçoadas, sendo visíveis nos restantes troços dos paramentos. Face à sua disposição estratigráfica pode considerar a existências de duas fases construtivas. Todavia não é, ao momento, possível aferir se correspondem a dois momentos cronológicos diferentes ou apenas um só.

O estabelecimento de uma cronologia absoluta para esta estrutura é também difícil de se estabelecer. Apenas podemos avançar uma proposta cronológica, época medieval, face a alguns indícios recolhidos. Atalaias com planta circular poderão corresponder já a arquitecturas de época moderna¹², o que não é o caso.

¹² BARROCA, 2008-2009.

Por outro lado, existe documentação do século XIII, referente à aldeia de Carvalhal de Atalaia, anexa de Atalaia¹³. Por fim, as recentes visitas ao local permitiram identificar fragmentos cerâmicos datáveis dos séculos XIII, como uma asa puncionada. Todavia só a realização de escavações arqueológicas possibilitará balizar cronologias.

CODECEIRO

Na zona mais elevada da actual aldeia de Codeceiro (Guarda), a 805 m de altitude, por entre afloramentos graníticos (Fig. 2), descobrem-se ainda paramentos de uma torre, referida nas memórias paroquiais de 1758 como pequena torre quase arruinada¹⁴. A sua implantação privilegiou a escolha de um local com difícil acesso por norte, onde o declive ascende a mais de 25%, tendo-se nesta zona erigido o acesso ao interior. Estabelecida sobre uma linha de festo, a sua localização permite um óptimo domínio visual sobre os vales da ribeira de Massueime, a oeste, e da ribeira de Pêga, a este. Contudo, ao realizarmos uma análise de bacia de visão, a partir de 5m da cota actual, para um raio de 30 km, é possível o contacto visual com Moreira da Rei, Trancoso, Pinhel, Almeida e Jarmelo (Fig. 3).

Com uma planta rectangular, 11 x 7m, aproveita os afloramentos rochosos para apoiar os paramentos. Estes foram construídos com blocos graníticos aparelhados, apresentando certa isodomia, não se constatando em nenhum deles qualquer marca de canteiro, apresentando apenas uma fase construtiva.

Mais uma vez, estabelecer uma cronologia é difícil de gizar face à inexistência de escavações arqueológicas. Segundo o general João de Almeida¹⁵ tratar-se-ia de uma construção castreja, reutilizada em épocas romana e suevo-visigótica. Estas considerações não deverão ser tidas em contas, uma vez que as prospecções arqueológicas realizadas na zona envolvente não revelaram a existência de vestígios materiais que recuem a esses períodos. Por outro lado, mais uma vez, partindo do pressuposto de que atalaias com plantas circulares serão já de época moderna¹⁶, aliado ao conhecimento que as fontes documentais nos facultam – existência da aldeia de Codeceiro em 1230¹⁷ – apontamos que esta estrutura remontará a período medieval.

¹³ VENTURA & MATOS, 2010.

¹⁴ CAPELA & MATOS, 2013.

¹⁵ ALMEIDA, 1943; —, 1945.

¹⁶ BARROCA, 2008-2009.

¹⁷ VENTURA & MATOS, 2010.

POVOADOS FORTIFICADOS

O recurso à fortificação de povoados não é uma solução *ex novo* de época medieval. Desde os primórdios do calcolítico que começam a aparecer recintos fortificados¹⁸. Caracterizam-se por serem um tipo de habitat concentrado, circunscrito e delimitado fisicamente por um recinto amuralhado. A sua viabilidade temporal é notória, existindo exemplos da utilização destas arquitecturas, na região em estudo ou em área limítrofes, em período proto-histórico¹⁹, tardo-antigo²⁰, altomedieval²¹, e medieval²².

Todavia o estudo deste tipo de arquitecturas militares assemelha-se complicado.

O universo das povoações fortificadas é, como se sabe, substancialmente distinto do dos castelos, com motivações por vezes até distintas²³.

A ainda diminuta investigação arqueológica, quer intervenções no subsolo ou prospecções intensivas, não coaduna a um maior conhecimento sobre estas arquitecturas.

Foram escolhidos dois povoados – Santa Maria de Porto de Vide e Jarmelo – que pelas suas características se podem considerar como povoados fortificados (Fig. 4). Para além destes dois exemplos, na margem esquerda do Médio Côa, foi recentemente identificado o povoado de Cortes (Parada, Almeida)²⁴. Todavia, pela impossibilidade de visita ao local optamos por não o incluir neste estudo, ficando a aguardar futuros estudos.



Fig. 4. Bogalhal Velho e Jarmelo.

¹⁸ CARDOSO, 2002.

¹⁹ VILAÇA *et al.*, 2015.

²⁰ MARTIN VISO, 2014.

²¹ TENTE, 2013.

²² RAMOS, 2014.

²³ BARROCA, 2008-2009: 227.

²⁴ FONTE, 2015.

SANTA MARIA DE PORTO DE VIDE

Actualmente desertificado, e conhecido por Bogalhal Velho, este povoado situado na freguesia de Bogalhal (Pinhel) descobre-se num pequeno monte, a 478m de altitude, na margem esquerda da ribeira das Cabras, justamente onde esta desagua no rio Côa, em frente à Serra da Marofa.

A sua implantação permite-lhe um privilegiado controlo visual sobre uma das poucas zonas de passagem do rio côa e ribeira das cabras, um verdadeiro porto (Porto de Vide). Todavia, de todos os sítios aqui analisados, é o que possui uma bacia de visão menor, mesmo tendo em conta a hipotética existência de uma torre com 5m de altura. Pelos condicionalismos orográficos que o circundam, não lhe é possível avistar Castelo Rodrigo ou Monforte de Ribacôa, castelos leoneses até ao final do século XIII. Todavia, pela análise SIG realizada, ser-lhe-ia possível um contacto visual com o castelo de Pinhel (Fig. 5).

No seu recinto são ainda visíveis estruturas habitacionais, e na parte central do povoado ergue-se uma derruída igreja, de arquitectura gótica. É a esta “praça” central que vão dar as três vias que rasgam o povoado. Face à vegetação existente e à criação de socalcos para actividades agrícolas, a identificação de estruturas defensivas é bastante difícil. Presentemente, apenas se averigua a inexistência de qualquer tipo de torre de menagem ou torre/torreão adossado a muralha. A própria existência de troços de muralha é difícil de constatar. Contudo, e como referido anteriormente por outros autores²⁵, acreditamos estar na presença de um povoado fortificado. Os troços de muralha, nas zonas norte, e sul, deverão corresponder a um dos socalcos agrícolas, que se encontram rasgados pelas vias de acesso ao povoado. Estes são constituídos por pequenos e médios blocos graníticos, não afeiçoados, e dispostos de forma rudimentar sem qualquer respeito pela isodomia. Na zona Este, observa-se a inexistência de qualquer tramo de muralha. Esta zona é naturalmente defensível, uma vez que se trata da escarpa da margem esquerda da ribeira das Cabras, com declives superiores a 25%. Na zona oeste, a existência de troços de muralha é mais difícil de deslindar. No entanto, é também nesta zona que existe um maior número de *thors* graníticos que poderão ter servido de apoio, ou mesmo incorporar o próprio recinto fortificado.

Mais uma vez, estabelecer cronologias afigura-se um processo de difícil indagação. Segundo Manuel Perestrelo²⁶ no local encontraram-se moinhos manuais circulares, fragmentos de cerâmica manual grosseira, e um fragmento de tegullae que provariam a ocupação do sítio em período proto-histórico e romano. Contudo

²⁵ PERESTRELO, 2003.

²⁶ PERESTRELO, 2003.

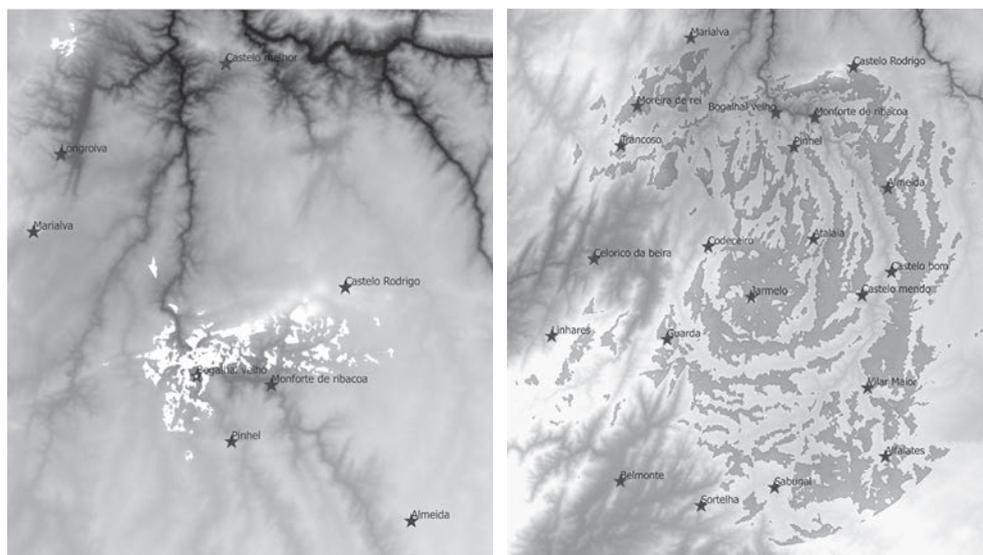


Fig. 5. Bacias visuais de Bogalhal Velho e Jarmelo.

face à inexistência de intervenções arqueológicas estes dados carecem de constatação. As visitas efectuadas ao local permitiram identificar fragmentos cerâmicos de período medieval e um sarcófago antropomórfico incompleto, nas imediações das ruínas da igreja gótica. Todavia não foram identificados materiais cerâmicos enquadráveis em época moderna, como faiança. A documentação medieval consultada, apenas nos dá notícias deste povoado em 1320, sendo-lhe cobrada 10 libras de renda²⁷. Esta notícia demonstra-nos a vitalidade do povoado ainda no século XIV. Todavia, no presente momento, não sabemos desde quando se encontra habitado, nem o momento do seu total despovoamento. Apenas sabemos, através das memórias paroquiais de 1758, que se encontrava já na altura despovoado, existindo apenas uma ermida à qual a população de diferentes aldeias vinha em romaria²⁸.

JARMELO

O Castro do Jarmelo (concelho da Guarda) foi por nós alvo de estudo para a dissertação de mestrado em arqueologia²⁹. Consequentemente é esse o motivo pelo qual possuímos mais dados, que em seguida comentaremos.

²⁷ BOISSELIER, 2012.

²⁸ CAPELA & MATOS, 2013.

²⁹ RAMOS, 2014.

Sobre o sítio arqueológico em estudo (Fig. 4), o geógrafo Orlando Ribeiro³⁰ toma-o como exemplo de um monte-ilha ou *Inselberg*. Ou seja, um relevo residual, de vertentes côncavas e altura relativa de 100 a 200m que se eleva acima da planimetria da Meseta. É no topo desta formação geológica que se encontra o povoado fortificado do Jarmelo, a 943m de altura. Este destaca sobre o planalto, permite-lhe um vasto domínio visual, atingindo zonas mais recuadas com Trancoso ou Moreira de Rei, a serra da Marofa e Castelo Rodrigo, toda a linha de fecho que constitui a margem direita do rio Côa, e a sul a cadeia montanhosa constituída pela serra de Mesas, Cabeço das Fráguas e Serra da Borges. Somente, face às condições orográficas dos castelos de Castelo Bom, Castelo Mendo e Sabugal, não lhe é possível estabelecer uma linha de visão directa com os referidos castelos.

Concretamente sobre o sistema defensivo deste povoado, o conhecimento actual apenas permite constatar a existência de um único sistema amuralhado. Construído recorrendo-se de granito local, adapta-se à topografia acidentada do terreno e incorpora os afloramentos rochosos existentes como suporte e parte integrante da sua malha. Apresenta uma planimetria ovalada, mas com inflexões rectas, rasgada por três entradas, não se reconhecendo o tramo da muralha na zona sul do povoado. Os paramentos são na sua maioria composto por pedras de pequenas dimensões arredondadas. Diferem, no entanto, o paramento da zona nordeste, constituído por pedras de maiores dimensões e com um certa pseudo-isodomia, assim como na parte final do tramo Este, que apresenta grandes blocos graníticos fazendo lembrar um aparelho ciclópico. É de destacar neste sistema a utilização de alguns elementos, como o adocamento de um muro de suporte de escadas de acesso ao adarve, ou o acrescento posterior de uma estrutura rectangular na zona nordeste, que poderá ter sido uma torre. Estes remetem para soluções da arte de guerra do período gótico. Quanto a paralelos, tendo-se em conta a morfologia de implantação, existem soluções idênticas na região como o castelo de Moreira de Rei. Contudo quanto ao aparelho o exemplo regional que mais se assemelha acha-se na aldeia fortificada do Sabugal Velho.

Aferir cronologias de ocupação do povoado e do sistema defensivo, com critérios científicos, têm vindo recentemente a ser por propostas³¹. Materiais líticos recolhidos numa intervenção de emergência em 1998, apontam para uma presença humana enquadrável na Pré-história Recente. No entanto será a partir de época medieval que a ocupação antrópica do povoado é mais efectiva. Embora ainda pouco incipientes, alguns vestígios arqueológicos – fragmento de ajimez datável do século IX/X; fragmentos cerâmicos enquadráveis nos séculos X/XI – permitem

³⁰ RIBEIRO, 1987.

³¹ RAMOS, 2014; RAMOS & PEREIRA, 2015.

constatar uma ocupação de época altomedieval³². Mas é sobretudo a partir do século XIII que possuímos um melhor conhecimento da ocupação do sítio. Quer através de fontes documentais, referência mais antiga no foral de Pinhel de 1209³³; quer através dos diferentes vestígios arqueológicos recolhidos e estudados³⁴. A desertificação total do povoado, que chegou a ser vila e cabeça de concelho³⁵, só terá ocorrido nos inícios do século XVIII³⁶. Relativamente ao sistema defensivo, pelas características anteriormente referidas, e pelos materiais recolhidos nas sondagens realizadas junto aos tramos do paramento³⁷ acreditamos ter uma cronologia medieval. Contudo, parte(s) dele terão sido alvo de reconstruções posteriores. É assim que compreendemos a notícia de muros feitos às próprias expensas dos moradores nos reinados de D. Afonso V e D. João II³⁸. Inclusivamente, o agora desaparecido tramo sul terá sido arrasado já em época moderna para dar lugar a um conjunto de habitações que ainda hoje são visíveis³⁹.

NEM SÓ COM CASTELOS SE DEFENDEU A FRONTEIRA...

A defesa e domínio de um vasto território, ou de uma fronteira, não poderiam ser concretizados sem a articulação geoestratégica de vários núcleos ao longo do território. No topo desta hierarquia estaria o castelo, «...fortificação militar por excelência, onde eram empregues as técnicas de construção defensiva, e se encontravam os profissionais da guerra»⁴⁰, tendo como função a defesa de pontos estratégicos vitais. Estes formavam a primeira linha de contenção de possíveis invasões vindas de Leste. Mas de forma a um efectivo controlo do território seria necessário a articulação com outros tipos de fortificações. A génese de atalaias e povoados fortificados obedeceram a motivo substancialmente diferentes, embora numa análise global possam ser entendidos como formas complementares de controlo e defesa de uma região.

Como anteriormente referido, as atalaias estariam em estreita ligação, pelo menos visual, com um castelo, funcionando como primeiro ponto de defesa e

³² RAMOS, 2014.

³³ COSTA, 2010.

³⁴ RAMOS, 2014.

³⁵ COELHO & MORUJÃO, 2010.

³⁶ RAMOS & PEREIRA, 2015.

³⁷ RAMOS, 2014.

³⁸ GOMES, 1987; COELHO & MORUJÃO, 2010.

³⁹ RAMOS & PEREIRA, 2015.

⁴⁰ BARBOSA, 2008: 103.

alerta. A sua localização no terreno privilegia locais de passagem, quer se tratem de vias, pontes, portos secos ou vales estratégicos. Os dois casos aqui referidos são exemplos claros desta estratégia. De referir que, no caso de Codeceiro, esta torre poderia controlar uma via – da qual ainda se conservam troços de calçada de cronologia indeterminada – que ligaria a cidade da Guarda a Pinhel⁴¹. Também a documentação medieval, século XIII, relata a existência de um caminho que ligava esta povoação ao Jarmelo⁴².

Diferindo tanto das atalaias, por possuírem uma componente residencial/abrigo em tempo de guerra, como dos castelos, por possuírem um aparelho defensivo menos complexo, surgem-nos os povoados fortificados. De difícil cronologia e caracterização, os dois exemplares aqui analisados poderiam corresponder ao que na documentação medieval se apelida de “castrum”⁴³. Curiosamente, em toda a documentação consultada para o Jarmelo⁴⁴ nunca surge esta designação. Todavia, inegáveis são as suas condições de defesa natural e a sua primazia visual sobre zonas de passagem, que no caso do Jarmelo ultrapassa esta premissa, tendo um controlo visual primordial sobre todo o planalto beirão. Será por estas condições que após o tratado de Alcanises, ambos os povoados não são abandonados, ao contrário do que acontece com Monforte do Riba Côa ou Caria Talaia.

Castelos, atalaias, povoados fortificados, e outros sistemas de controlo e defesa do território de menor dimensão e importância, articular-se-iam de forma a criar um sistema de defesa, principalmente passiva, sobre a fronteira que representava o rio Côa antes do tratado de Alcanises. Mesmo após a assinatura deste, «... a preservação da fronteira negociada com Castela pressupunha o rápido povoamento dos lugares raianos, um desiderato que só a garantia de defesa proporcionada pela presença de fortalezas capazes poderia permitir alcançar»⁴⁵.

De forma a fazer frente à investida de exércitos inimigos por uma das históricas vias de penetração no reino português, e após a incorporação dos castelos de Ribacôa, formaram-se três linhas de detenção ao longo do reino numa disposição paralela com sentido Norte-Sul⁴⁶. Segundo este autor, estas linhas encontravam-se bastante visíveis na zona beirão: uma primeira encostada à fronteira na zona raiana, uma segunda linha mais interior que se estendia desde o Lamego até Castelo Branco, e, por fim, uma terceira em núcleos mais litorais em torno de Coimbra e da estrada de ligação a Lisboa. Seria agora no contexto da segunda linha defensiva

⁴¹ PERESTRELO & FERREIRA, 2002; PERESTRELO, 2003.

⁴² VENTURA & MATOS, 2010.

⁴³ BARBOSA, 2008.

⁴⁴ RAMOS, 2014.

⁴⁵ MONTEIRO, 1999: 22.

⁴⁶ MONTEIRO, 1999.

que se enquadrariam as atalaias e povoados aqui analisados, e que deixarão de ser fulcrais com o advento das inovações pirobásticas de época moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo das atalaias e povoados fortificados encontra-se ainda bastante descurado no que concerne à investigação histórica e arqueológica. Temos a noção que com o presente texto apenas realizámos uma diminuta e embrionária análise destas arquitecturas militares na região do Médio Côa.

Exceptuando o sítio do Jarmelo, nenhum dos outros sítios foi alvo de intervenção arqueológica. Por esse facto aferir cronologias e otimizar tipologias e fases construtivas afigurou-se difícil, não estando isento de que no futuro, as premissas tidas aqui em conta sejam redefinidas ou mesmo refutadas.

Em suma, ficou demonstrado a importância estratégica de controlo visual que estes sítios possuíam, e os diferentes modelos arquitectónicos a que recorreram na elaboração do seu sistema defensivo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João de (1943) – *Roteiro dos monumentos de arquitectura militar do concelho da Guarda*. Lisboa: [s.n.].
- (1945) – *Roteiro dos monumentos militares portugueses (distritos da Guarda e Castelo Branco)*. Vol. I, Lisboa: [s.n.].
- BARBOSA, Pedro Gomes (2008) – *Reconquista cristã: século IX-XII*. Lisboa: Ésquilo.
- BARROCA, Mário (2008-2009) – *De Miranda do Douro ao Sabugal: arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira*. «Portugalia» Nova Série, vol XXIX-XXX, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, p.193-252.
- BEREND, Nora (1999) – *Medievalist and the notion of frontier*. «The Medieval History Journal», vol. 2:1, p.55-72.
- BOISSELLIER, Stéphane (2012) – *La construction administrative d'un royaume: registre de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- CARDOSO, João Luis (2002) – *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CAPELA, José & MATOS, Henrique (2013) – *As Freguesias do Distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Edição José Viriato Capela.
- COELHO, Maria & MORUJÃO, Maria do Rosário (2010) – *Foral Manuelino de Jarmelo*. Guarda: Museu da Guarda e A.C.D. Jarmelo.
- COSTA, Paula (2010) – *Os Forais de Pinhel*. Pinhel: Câmara Municipal de Pinhel.

- FONTE, Beatriz. (2015) – *Arqueologia, Património e Museus na Câmara Municipal de Almeida*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- GOMES, Rita Costa (1987) – *A Guarda medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. «Cadernos de História económica e social», nº9/10, Lisboa: Edições Sá da Costa.
- GOMES, Paulo Dordio (1998) – *Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais*. In LIMA, Alexandra, coord. – *Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo. Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda, p. 59-63.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2005) – *Una frontera casi invisible: los territorios al norte del sistema central en la Alta Edad Media (siglos VIII-IX)*. «Stvdia Histórica: História Medieval», 23. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca p. 89-114.
- (2014) – *Castella y Elites en el Suroeste de la Meseta del Duero Postromana*. In CATALÁN, Raúl, FUENTES, Patricia; SASTRE, José Carlos (coord.) – *Las Fortificaciones en la Tardoantigüedad. Élités y articulación del territorio (siglos V- VIII d.C.)*. Madrid: Ediciones La Ergástula, p.247-274.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias.
- PERESTRELO, Manuel & FERREIRA, Maria do Céu (2002) – *Fortificações e caminhos medievais no Médio Côa*. In FERNANDES, Isabel (coord.) – *Mil anos de Fortificações na Península e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa/Palmela: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 885-893.
- PERESTRELO, Manuel Sabino (2003) – *A Romanização na Bacia do rio Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Côa.
- RAMOS, Tiago (2014) – *O Castro do Jarmelo em época medieval: contributo da arqueologia para o seu estudo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- RAMOS, Tiago & PEREIRA, Vitor (2015) – *A Faiança da Antiga Vila do Jarmelo (Guarda) contributos para o seu conhecimento*. «Al-madan» IIª série, nº20 (tomo 1), Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p.6-20.
- RIBEIRO, Orlando (1987) – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Edições J. Sá da Costa.
- TENTE, Catarina (2013) – *Soluções defensivas das comunidades rurais no Alto Mondego entre os séculos IX e X*. In FERNANDES, Isabel Cristina (Ed.) – *II Simpósio Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol 1, Lisboa: Edições Colibri, p. 43-49.
- VENTURA, Leontina & MATOS, João da Cunha (2010) – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: [s.n.]
- VILAÇA, Raquel; OSÓRIO, Marcos; SALGADO, Telmo (2015) – *Muralhas proto-históricas no Alto Côa (Portugal): análise com ferramentas SIG e 3D*. In RODRIGUES, Oscar; PORTILLA, Raquel; SASTRE, José Carlos; FUENTES MELGAR, Patricia, coord. – *Fortificaciones en la Edad del Hierro: Control de los recursos y el territorio*. Valladolid: Glyphos, p. 307-323.

“AQUI NASCEU PORTUGAL” – DA SUBLIMAÇÃO DO CASTELO DE SÃO MAMEDE EM GUIMARÃES À SUA CONVERSÃO EM ARQUÉTIPO CULTURAL DO CASTELO PORTUGUÊS

JOAQUIM MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS*

Resumo: Uma das portas fortificadas da cidade de Guimarães exhibe orgulhosamente a prosaica expressão “Aqui Nasceu Portugal”, sendo o seu altaneiro castelo geralmente referido como o “Berço da Nação”. De facto, o Castelo de São Mamede encarnou a representação de herói nacional na memória portuguesa, incorporando-se como um emblema patriótico que se instituiu como símbolo do nascimento de Portugal. Disso mesmo nos reporta a imagem de D. Afonso Henriques erguendo a sua espada com o castelo de Guimarães por detrás, tornando-se um dos símbolos da identidade nacional. Este castelo ganhou na cultura portuguesa um estatuto de elemento fulcral para o processo de fundação e formação de Portugal, assumindo o papel de testemunha e participante directa do nascimento pátrio, tornando-se alvo da veneração popular.

Palavras-chave: Castelo de Guimarães; Alexandre Herculano; Imagética cultural; Mitificação ideológica.

Abstract: One of the fortified gates of the city of Guimarães proudly shows the prosaic sentence “Aqui Nasceu Portugal” (“Here Was Portugal Born”), being its soaring castle generally referred as the “Cradle of the Nation”. In fact, for the national memory, the castle of Guimarães personified the national hero, being incorporated as a patriotic emblem and instituted as symbol of the birth of Portugal. The image of king Afonso Henriques lifting his sword in front of the castle of Guimarães is one of the Portuguese national identity symbols. This castle acquired, among the Portuguese culture, a status of fundamental element in the process of foundation and formation of Portugal, assuming the role of witness and direct accomplice in the country’s birth, becoming revered by the Portuguese people.

Keywords: Castle of Guimarães; Alexandre Herculano; Cultural imagery; Ideological mystification.

* ARTIS – Instituto de História da Arte/ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. joaquimr.santos@gmail.com.

Investigação desenvolvida no âmbito do doutoramento, apoiado por uma bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a ref. SFRH/BD/21695/2005.



Fig. 1.

Porta fortificada de Guimarães exibindo a frase “Aqui Nasceu Portugal”.

Fonte: Joaquim Rodrigues dos Santos

O CASTELO DE SÃO MAMEDE EM GUIMARÃES ENQUANTO SÍMBOLO NACIONAL

Em meados do século XX existia em Portugal uma imagem cultural do castelo medieval que Damião Peres, considerado o grande historiador do regime ditatorial português do Estado Novo, havia descrito como:

Em regra geral, o castelo era uma edificação complexa, constituída essencialmente por uma alta torre central, a chamada torre de menagem, em volta a qual se estendia um terreiro maior ou menor, com casas de habitação e arrecadações, tudo cercado por uma linha de muralhas, cujo traçado dependia da configuração do terreno, e sobre as quais se alongava um corredor (adarve) defendido por um parapeito coroado de ameias ou cortado de seteiras, ao qual se subia por escadas de pedra adossadas às paredes interiores da muralha. Duas portas, pelo menos, se abriam nas muralhas, uma ampla, a principal, e outra tradicionalmente chamada porta da traição, esta de proporções modestas, por isso facilmente defensável, situada um tanto dissimuladamente em conveniente ponto da muralha, quanto possível afastada daquela, e dando saída para os campos no caso do castelo adstrito à defesa de uma povoação. A espaços, e pelo menos aos lados da porta de entrada, erguiam-se torreões igualmente ameados. Por vezes havia uma outra linha de muralhas, mais avançada e menos alterosa, chamada barbacã, onde os atacantes encontrariam a primeira resistência. Dominando o conjunto erguia-se a torre de menagem,

mole quadrangular de grossíssimas paredes, rasgadas de onde a onde por estreitas frestas, pelas quais recebiam escassa luz os seus três ou quatro pisos, e na qual se entrava por uma porta situada não ao nível do solo, mas na altura do primeiro andar, dando-lhe acesso uma escada volante, de madeira, portanto. Eventualmente, se a porta ficava à altura do adarve fronteiro, comunicava com este por uma ponte, fácil de retirar ou cortar. Um terraço cimeiro, dotado de parapeito ameado, completava esta capital peça de castelo¹.

Esta imagem-tipo do castelo medieval português, muito aproximada da descrição física do Castelo de São Mamede em Guimarães – e à qual, aliás, não terá sido alheia a tipificação –, é atualmente desvalorizada nos meios académicos da história da arquitetura; mas foi, contudo, uma imagem predominante a partir de meados do século XIX, tendo chegado inclusivamente à atualidade. A esta imagem associou-se uma imagem ideológica: a visão do primeiro rei português, D. Afonso Henriques, erguendo a sua espada e tendo como pano de fundo o Castelo de São Mamede, estará ainda, nos tempos atuais, profundamente enraizada na memória de muitos portugueses, demonstrando a importância atribuída aos castelos – e particularmente ao castelo vimaranense – como um dos grandes símbolos da sua identidade nacional.



Fig. 2.

Cartaz comemorativo da Fundação de Portugal, mostrando o primeiro rei português, D. Afonso Henriques, erguendo a sua espada frente ao Castelo de São Mamede em Guimarães.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

¹ PERES, 1969: 19-22.

Mas foi somente após a implantação do regime liberal em Portugal, no segundo quartel do século XIX, que se deu o impulso para o reconhecimento e preservação deste património arquitetónico, sobretudo dos monumentos considerados essenciais para a herança histórica nacional, entre os quais se encontravam os castelos medievais e, muito particularmente, o Castelo de São Mamede. Este simbolismo, consolidado no século XX, através do qual o castelo de Guimarães se constituiu, na sociedade portuguesa, como um elemento fundamental para a construção da identidade de Portugal e se tornou um grande símbolo nacional venerado e protegido, terá tido origem no século XIX. Este castelo começou, pouco a pouco, a ser considerado um testemunho do nascimento da Pátria portuguesa.

Foi o regime ditatorial do Estado Novo que contribuiu enormemente para a sublimação do Castelo de São Mamede como “Berço da Nação” e que explorou ideologicamente a figura do próprio castelo medieval como sendo um herói nacional. Como menciona Luís Cunha, os heróis nacionais funcionavam como um reflexo da alma da nação, transcendendo a sua singularidade para encarnar valores nacionais perpétuos; era em torno dos heróis nacionais que se geravam extensos consensos nacionais cuja evocação reforçava a unidade da nação, o que serviu também para legitimar discursos ideológicos nacionalistas².

O Castelo de São Mamede foi amiúde retratado heroicamente, como vigoroso baluarte defensivo de D. Afonso Henriques contra o seu primo Afonso VII de Leão e Castela, ou como testemunha privilegiada da Batalha de São Mamede, que opôs o jovem infante à sua mãe D. Teresa, Condessa de Portucale. As próprias fortificações medievais, cujo papel na formação de Portugal havia sido fundamental, motivaram uma personificação do castelo medieval como herói nacional e, nesse sentido, o aproveitamento do simbolismo destes monumentos por parte do Estado Novo possuiu o propósito de fortalecer ideologicamente a sua posição.

A EXISTÊNCIA DE UM ARQUÉTIPO CULTURAL DE “CASTELO PORTUGUÊS”

O regime ditatorial do Estado Novo considerava que as fortificações medievais, além de elementos simbolicamente fundamentais para a construção da identidade portuguesa, se estabeleciam como marcos de identificação e controlo territorial, pelo que se converteram num instrumento portador das mensagens ideológicas geradas pelo Estado Novo. A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais assumiu as directrizes ideológicas do regime relativamente às intervenções

² CUNHA, 1998: 265-266.

patrimoniais, nomeadamente a realização de intervenções de reintegração nas fortificações medievais, com objectivo de restabelecer a sua forma prístina.

O caso mais paradigmático foi a reintegração do Castelo de São Jorge em Lisboa. Oliveira Salazar considerava que o conjunto fortificado lisboeta deveria de dominar espiritualmente o país como uma acrópole sagrada nacional e lugar de eleição para as peregrinações patrióticas. Terminada a intervenção no Castelo de São Jorge, este apresentava mudanças radicais em relação ao seu estado anterior: a sua imagem após o restauro afastava-se substancialmente das suas representações iconográficas antigas. E examinando as intervenções executadas noutras fortificações medievais na mesma época, observa-se a intenção de se recompor uma imagem tipificada. As opções tomadas nos restauros foram seguramente condicionadas pela existência de uma imagética cultural que estabeleceu decisivamente os enquadramentos formais e visuais das intervenções, seguindo uma imagem dominante na sociedade portuguesa.

Poderia explicar-se assim o motivo porque o Castelo de São Jorge em Lisboa, depois da reintegração, havia adquirido uma imagem algo diferente do perfil que teria possuído anteriormente. De facto, mais do que tentar resgatar a forma prístina da fortificação, a intervenção logrou transformar a estrutura defensiva num castelo baseado na imagem cultural do castelo medieval português, que se considerava a mais adequada para uma “acrópole nacional”. O Castelo de São Jorge converteu-se num avatar do Castelo de São Mamede em Guimarães, que encarnava o perfil idealizado do “castelo português”. Nesse sentido, a fortificação medieval de Lisboa adquiriu uma imagem pertencente a um momento intemporal e que inclusivamente poderia não ter existido nunca.

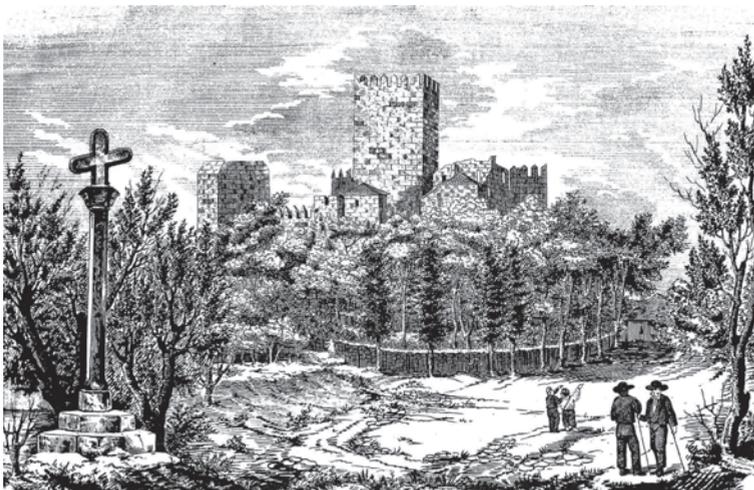


Fig. 3.
Gravura publicada em 1858, representando o Castelo de São Mamede em Guimarães.
Fonte: A Ilustração Luso-Brasileira

A existência de uma imagem cultural do “castelo português” no seio da sociedade portuguesa pressupôs a realização de uma sondagem para avaliar essa possibilidade³. Esta sondagem consistiu na apresentação de 10 imagens de edifícios acastelados imaginários, para as quais os participantes – portugueses apenas – deveriam de escolher a região cultural na qual supostamente se situariam os edifícios. Pôde-se deduzir, a partir dos dados obtidos, que a estrutura fortificada mais consistentemente eleita como castelo português possuía uma imagem baseada precisamente no Castelo de São Mamede, mostrando uma predileção por estruturas edificadas de índole marcadamente defensiva e com um perfil extremamente particular, composto por muralhas ameadas, torres defensivas e torre de menagem.

A análise da imprensa periódica ilustrada oitocentista em Portugal mostra-nos também que a generalidade das imagens denominadas como <castelo> e referentes a Portugal ilustravam edifícios com características físicas idênticas ao perfil anteriormente traçado⁴. Porém, muitas das imagens provenientes das áreas de influência britânica, germânica ou francófona e denominadas como <castelo> representavam edifícios palacianos com função civil (residência nobiliárquica). Essa discrepância poderia ser resultado da tradução directa dos termos estrangeiros <castle>, <château> ou <schloß> para <castelo>, sem considerar a diferença etimológica e semântica do significado. Estas palavras estrangeiras deveriam de ter sido traduzidas também por <paço/palácio> ou mesmo <paço acastelado>, consoante a sua pertinência e conforme se apurou no estudo da evolução etimológica e semântica destes termos. Este facto contribuiu para incutir, no seio da sociedade portuguesa, uma distinção entre os castelos portugueses e os castelos dos outros países, potenciando essa imagética cultural do “castelo português”.

ALEXANDRE HERCULANO E A MITIFICAÇÃO DO CASTELO DE SÃO MAMEDE

O principal responsável pela origem da sublimação do Castelo de São Mamede em Guimarães foi muito provavelmente Alexandre Herculano. Historiador, romancista, jornalista e, em determinados períodos, também político, a sua influência cultural sobre o país foi bastante significativa, sobretudo por via do muito popular periódico *O Panorama*, do qual era responsável e onde costumava publicar textos com grande frequência. Foi neste periódico que em 1843 Herculano publicou o

³ Os dados referentes à sondagem encontram-se desenvolvidos em SANTOS, 2012.

⁴ A análise da imprensa periódica ilustrada do século XIX em Portugal encontra-se desenvolvida em: SANTOS, 2007.

seu romance histórico *O Bobo*, em cuja trama explorou o Castelo de São Mamede como componente crucial da acção. O argumento decorre durante a época de formação de Portugal (inícios do século XII), existindo uma dupla intriga literária: a amorosa (dama que inspira paixão aos cavaleiros) e a política; em torno desta última desenvolve-se a componente histórica, abordando um evento decisivo para formação de Portugal como país independente.

A intriga política no romance centra-se na disputa pelo poder no Condado Portucalense, entre a condessa D. Teresa e o seu filho D. Afonso Henriques, de que resulta a vitória dos partidários do jovem infante na Batalha de São Mamede (1128). Para vários historiadores portugueses, esta batalha foi o momento determinante para o nascimento de Portugal, pois possibilitou a tomada do poder por D. Afonso Henriques, o prosseguimento da política independentista face ao Reino de Leão e Castela, e a estratégia expansionista do território. Segundo a tradição, situando-se o lugar da batalha no Campo de São Mamede, junto ao castelo vimezanense, este último considerava-se, por isso, uma testemunha privilegiada dos eventos históricos, e foi essa vertente simbólica que Herculano fez transparecer para o seu romance, convertendo a fortificação medieval no cenário principal do enredo novelesco e num protagonista silencioso que incorporava o papel de testemunha excepcional da história.

O edifício foi elevado à categoria de personagem, a que se atribuiu qualidades humanas que qualificavam simbolicamente a respectiva comunidade onde se situava:

O castello de Guimarães, qual ahi existia nos principios do século 12.º, differencava-se entre os outros, que cobriam quasi todas as eminencias das honras e préstamos de Portugal e da Galliza, por sua fortaleza, vastidão, e elegancia. A maior parte dos edificios desta especie eram apenas então um aggregado de grossas vigas, travadas entre si, e formando uma serie de torres irregulares, cujas paredes, muitas vezes feitas de cantaria sem cimento, mal resistiam aos golpes dos arietes e aos tiros das catapultas, ao passo que os madeiros que ligavam esses fracos muros, e lhes davam certo aspecto de fortificação duradoura, tinham o grave inconveniente de poderem facilmente incendiar-se⁵.

Herculano caracterizou o Castelo de São Mamede como forte, vasto e elegante, diferente de todos os outros castelos peninsulares que, apesar da sua aparente força, eram um débil aglomerado de diferentes materiais sem o cimento necessário para os unir robustamente; de igual modo, a existência de Portugal face a Espanha seria fruto de uma forte vontade colectiva do povo português, mais que de condicionantes geográficas, étnicas ou culturais. Este eufemismo metafórico presente no romance aludia claramente ao facto de Espanha ser um país constituído por várias

⁵ HERCULANO, 1843: 19-20.



Fig. 4.
Vista do Castelo de
São Mamede em
Guimarães.
Fonte: Joaquim Rodrigues dos Santos

nações (com vários povos, línguas, culturas, etc.) e que, por isso mesmo, apesar de possuir grande dimensão, poderia facilmente espalhar-se devido à falta de uma unidade e vontade como a existente em Portugal, que impediu ao longo de séculos a integração no país vizinho.

Nos aspectos simbólicos, a intensa vontade de independência do povo português seria simbolizada por Herculano no cimento que possibilitava a robustez do <Castelo de São Mamede / povo português> e a sua diferenciação dos outros <castelos / povos> ibéricos, visto que estes, apesar de aparentarem um enorme poderio, não possuíam <cimento / vontade> suficientemente forte para convertê-la numa <fortificação / país> uno que agregasse de maneira sólida os seus diversos <materiais / povos>. O Castelo de São Mamede simbolizaria então essa independência do país face ao Reino de Leão e Castela; tinha sido também a sede do governo do Condado Portucalense, onde se começou a forjar a independência; assim como cenário privilegiado da referida Batalha de São Mamede e palco da resistência portuguesa protagonizada por D. Afonso Henriques face ao cerco por parte do monarca leonês Afonso VII, que tentava submeter novamente ao seu poder o condado rebelde.

O CASTELO DE SÃO MAMEDE COMO PROTÓTIPO DA IMAGÉTICA CULTURAL DO “CASTELO PORTUGUÊS”

No romance *O Bobo Herculano* efectuou ainda uma descrição Castelo de São Mamede, onde este estaria envolto por uma barbacã e um fosso largo e profundo; as muralhas coroadas por ameias possuiriam um adarve largo, frestas, balcões e

torres adossadas; a entrada consistiria numa porta flanqueada por duas torres, e por uma poterna escondida numa das torres existentes. No interior do castelo existiria o alcácer e a torre de menagem (com uma masmorra na sua base). Não obstante, a descrição do castelo não corresponde integralmente à realidade existente no século XIX, e menos ainda com a realidade do século XII. É possível que Herculano tenha idealizado um tipo de castelo medieval existente em Portugal, que depois transpôs para o Castelo de São Mamede, adaptando-o à realidade existente.

De facto, Herculano possuía bastantes conhecimentos sobre as fortificações portuguesas: os primeiros textos de índole castelológica em Portugal foram por si elaborados e publicados nas páginas do periódico ilustrado *O Panorama*, reflectindo a sua investigação historiográfica. Os seus ensaios proto-castelológicos *Milicia na Idade Media (2º)*⁶ e *Antigos Castellos e Alcaides Móres*⁷, publicados respectivamente em 1838 e 1844, apresentavam preocupações de inserção contextual não só a nível cronológico, mas também de âmbito económico, etimológico, sociocultural, táctico-militar e arquitectónico, alguns já com um grau de rigor relativamente elevado:

Estas torres eram ordinariamente no Alcacer, nome que se dava ao palacio ou casa fortificada no interior do castello, na qual residia o alcaide-mór, e que tambem se chamava alcaceria, alcáçova, ou alcaceva; posto que alcaceva mais commumente signifique fortaleza velha ou arruinada. Tambem era, provavelmente, nestes paços fortificados que estavam as torres albarrans, onde se guardavam os dinheiros públicos (...).

As fortificações dos castellos compunham-se a principio de uma muralha, que o cercava em volta, sem outra regra, ao que parece, mais do que as ondulações do terreno. Nesta muralha ou cerca se alevantavam torre de espaço em espaço, denominadas cubellos, bastilhões e camaranchões, isto tudo era rodeado pela cava, ou carcova, fóra da qual ficava um parapeito a que chamaram primeiro barbas-caãs e depois barbacans (...). O alto dos muros era coroado de ameias, por entre as quaes os de dentro faziam toda a casta de tiros, quando eram accommettidos. Havia tambem setteiras nas torres; estas setteiras apparecem abertas até nas ameias de alguns antigos castellos nossos. Em varias sitios dos muros, e principalmente juncto das portas, havia certas frestas inclinadas para baixo, por onde se podia a cuberto ver o sopé do muro, e fazer para alli tiros. Chamavam a isto os francezes machicoulis; e porventura era o mesmo que os portuguezes denominavam balhesteira ou besteira (...). Tinham os castellos, além das portas principaes, que geralmente eram levadiças, uma porta escusa chamada da traição, por onde os sitiados saíam a fazer arremetidas, a recolher mantimentos, e por onde muitas vezes fugiam, vendo-se em grande aperto. Nas torres ou sitios mais alto do castello eram as atalayas, onde se punham homens que tinham o mesmo nome, para vigiarem os inimigos, e d'alli se faziam signaes com fachos a pedir socorro; a estes fogos chamavam almenaras. A torre de menagem era talvez o

⁶ HERCULANO, 1838: 18-20.

⁷ HERCULANO, 1844: 335-337.

*mesmo que o Alcacer fortificado: porque esta torre era o ultimo abrigo dos defensores de qualquer castello, e onde o alcaide-mór sustentava no ultimo trance a menagem que tinha feito ao rei ou senhor de quem dependia. Estas torres ainda hoje se encontram nos castellos arruinados de Portugal*⁸.

Herculano descreveu genericamente os castelos portugueses, atribuindo-lhes uma imagem formal supostamente estabilizada e omitindo todo o processo evolutivo dos edifícios fortificados, a sua cronologia, as suas especificidades e condicionantes (regionais, culturais, sociológicas, arquitectónicas, geográficas, etc.), inconscientemente ou por inexistência de conhecimentos suficientes. Desse modo, generalizou num único protótipo toda a panóplia de castelos medievais existentes em Portugal. A descrição deste protótipo aparentemente correspondia ao perfil do Castelo de São Mamede em Guimarães – mas também a uma parte significativa do padrão associado aos castelos de finais da Idade Média em Portugal.

A SUBLIMAÇÃO DO CASTELO DE SÃO MAMEDE EM GUIMARÃES

Consciente ou inconscientemente, Herculano terá contribuído decisivamente para elevar o Castelo de São Mamede ao nível de protótipo do “castelo português” e a um dos principais símbolos nacionais. O modelo de castelo medieval descrito por Herculano nos seus estudos castelológicos e mediatizado mediante a sua publicação na imprensa periódica ilustrada contribuiu enormemente para a posterior criação de uma imagem cultural do “castelo português”, que ainda permanece nos dias de hoje no seio da população portuguesa. Indubitavelmente que esta imagem cultural se identifica imediatamente com o castelo de Guimarães, mitificado por Herculano no seu romance *O Bobo* e nos seus estudos historiográficos. Esta imagem foi repetidamente referida nos estudos castelológicos que se seguiram aos de Herculano, e só nas últimas décadas essa imagem generalista começou a ser desvalorizada por estudos mais específicos e aprofundados.

A própria mitificação da fortificação vimaranense converteu-a num venerado símbolo nacional, o “berço da nação portuguesa”. Basta referir, a título de exemplo, uma obra existente no Palácio de São Bento em Lisboa, sede do parlamento português, onde se encontra uma destacada pintura mural elaborada em 1922 por Acácio Lino, intitulada *A Primeira Tarde Portuguesa*, que ilustra precisamente a Batalha de São Mamede ocorrida nos campos envolventes ao Castelo de São Mamede, o qual se pode observar no fundo da pintura. O poético título inspirou-se numa denomina-

⁸ HERCULANO, 1838: 18.



Fig. 5.
A Primeira Tarde Portuguesa, pintura mural de Acácio Lino realizada em 1922, existente no Palácio de São Bento em Lisboa.
Fonte: Arquivo Histórico Parlamentar da República Portuguesa

ção que havia sido criada precisamente por Alexandre Herculano, que considerava a batalha como um evento decisivo para a formação de Portugal – esse dia à tarde, após a batalha, seria para Herculano o primeiro dia do Portugal independente.

BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário (1992) – *Os Castelos*. In MATOS, Maria António Pinto de, coord. – *Nos Confins da Idade Média: Arte Portuguesa (Séculos XII – XV)*. Porto: Instituto Português de Museus – Secretaria de Estado da Cultura, p. 51-57.
- (1996) – *O Castelo de Guimarães*. «Património: Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural», n.º 1. Cascais: Patrimónia – Associação de Projectos Culturais e Formação Artística, p. 17-28.
- BEIRANTE, Cândido & CUSTÓDIO, Jorge Raimundo (1979) – *Alexandre Herculano: Um Homem e uma Ideologia na Construção de Portugal – Antologia*. Amadora: Livraria Bertrand.
- CHAVES, Castelo Branco (1979) – *O Romance Histórico no Romantismo Português*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.
- CUNHA, Luís (2001) – *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- HERCULANO, Alexandre (1838) – *Milícia na Edade Média (2º)*. «O Panorama», vol. 2, n.º 38. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, p. 18-20
- (1844) – *Antigos Castellos e Alcaldes Móres*. «O Panorama», vol. 8, n.º 148. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, p. 335-337.
- (1992) – *O Bobo*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- PINA, Luís de (1933) – *O Castelo de Guimarães*. Vila Nova de Gaia: Edições Pátria.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (2007) – «Este Antigo Castelo tinha Recordações de Glória...» – *A Imagem do Castelo Medieval na Imprensa Periódica Ilustrada em Portugal no Século XIX*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado.
- (2012) – *Anamnesis del Castillo como Bien Patrimonial: Construcción de la Imagen, Forma y (Re) Funcionalización en la Rehabilitación de Fortificaciones Medievales en Portugal*. Alcalá de Henares: Escola de Arquitectura da Universidade de Alcalá. Dissertação de Doutoramento.
- THIESSE, Anne-Marie (2000) – *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais.
- TOMÉ, Miguel (2002) – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações.

O CUBO ARTILHEIRO DA BARBACÃ DO CASTELO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA NO CONTEXTO DA ARQUITETURA DE TRANSIÇÃO DA RAIA TRANSMONTANA EM FINAIS DO SÉCULO XV

JOÃO NISA*

TÂNIA FALCÃO**

Resumo: Desde o verão de 2014 que a envolvente do castelo de Freixo de Espada à Cinta tem sido alvo de escavações arqueológicas, com o objetivo de verificar se ainda subsistem outros vestígios da antiga fortificação medieval, que não a torre poligonal, denominada “Torre do Galo”. Os dados recolhidos serão utilizados para concretizar o projeto de requalificação da zona, entretanto aprovado pelas entidades competentes. Durante a campanha de 2015 foi identificado um torreão circular da barbacã que, pelas suas características arquitectónicas, parece datar de finais do século XV. Esta estrutura evidencia a importância que a raia transmontana assumiu para os monarcas portugueses de finais da Idade Média e, acima de tudo, o estatuto que o castelo de Freixo de Espada à Cinta assumia nesse dispositivo defensivo.

Palavras-chave: Freixo de Espada à Cinta; Idade Média; Arquitetura militar; Barbacã.

Abstract: Since the summer of 2014 there have been archaeological excavations in the vicinity of the castle of Freixo de Espada à Cinta, to verify if there are other remains of the ancient medieval castle besides the only remaining tower, the “Torre do Galo”. The data will be used in the area’s project of requalification, already approved by the competent authorities. During the campaign of 2015 it was identified a circular tower that belongs to the first line of walls (“barbacã”), with features that date to the late 15th century. This structure underlines the importance that the frontier of Trás os Montes had to the Portuguese kings of the late Middle Ages and, above all, the status of the castle of Freixo de Espada à Cinta in the defence of this frontier.

Keywords: Freixo de Espada à Cinta; Middle Ages; Military architecture; Barbacã.

* Archo’Estudos Investigação Arqueológica Lda. joanisa1984@gmail.com.

** Archo’Estudos Investigação Arqueológica Lda. tania@archoestudos.com.

Para melhor compreender a estrutura que foi identificada durante os trabalhos de escavação arqueológica, importa recuar e analisar o desenho de Duarte d'Armas. Nessa representação, constatamos que a barbacã na sua face virada a W, é composta por uma entrada, com os seus parapeitos ameados e duas troneiras abertas no pano de muralha, uma no nível superior e uma no nível inferior. Ao lado destas troneiras encontra-se um torreão, de planta circular, que alarga na base formando um alambor, com dois níveis de tiro, cada um composto por três troneiras cruzetadas. Esta imagem, imponente e robusta, tirada “do sull”, contrasta de forma antagónica com o “debuxo” tirado da parte norte: uma barreira sem ameias, com duas portas (uma “falsa”), com o parapeito a apresentar um elevado estado de degradação. Salta ainda a vista a ausência de troneiras abertas no pano de muralha, bem como a inexistência de qualquer torreão. Este contraste sugere que a parte da barbacã onde se localizava a porta de entrada na fortificação poderá ter sofrido obras de conservação ou mesmo de modificação, destinadas a capacitar a fortaleza para um novo modo de fazer a guerra, culminando com o rasgar (ou construção de raiz) de troneiras no pano de muralha e com a edificação de um torreão (ou cubo artilheiro).

A banda do sul, possivelmente devido à sua condição, naturalmente defensável¹, não terá sido contemplada com esta modificação, por se julgar desnecessário, não querendo com isso dizer que não possa ter sofrido obras de reparação ainda durante o reinado de D. Manuel I. Na planta do desenho de Duarte d'Armas verificamos que o «cubelo he abobadado e tem d'altura 9 v» (cerca de 9,90 m); ou seja, foi projetado com o intuito de resistir ao impacto dos projéteis de artilharia. Estruturas deste tipo são referidas, na bibliografia espanhola, como “cubos” ou “cubetes” artilheiros (cubo pela abóboda, em árabe “al-quba”, e não pela sua planta), construídos entre 1474 e 1500 (La Mota, Coca e Caracena), como resposta ao poder devastador da artilharia, permitindo que a estrutura pudesse suportar o tiro parabólico do assaltante sem a abóboda se abrir. Entre as inovações deste período destacam-se a adoção de recintos mais baixos que a fortaleza (barreiras ou barbacãs), com as peças colocadas a cotas mais baixas para executarem o tiro rasante; a colocação de torres junto aos flancos e às portas das fortificações; a construção de fossos em frente à barbacã e a “alamborização” (construção de taludes pétreos) da própria barbacã e/ou de torres, de modo a que não pudessem ser destruídos pelo fogo inimigo ou pela sabotagem das suas fundações, pela construção de galerias de minas².

Em Portugal, apesar de encontrarmos referência à utilização da artilharia pirobalística desde finais do século XIV, a verdade é que o seu domínio e disseminação

¹ A população refere-se a esta banda escarpada e abrupta como “Inferno”.

² COBOS GUERRA & CASTRO FERNÁNDEZ, 1998: 211-217.



Fig. 1.
O castelo de Freixo de Espada à Cinta, segundo Duarte d'Armas (c. 1509-1510).

foi moroso. Apenas no reinado de D. João II (1481-1495) se começou a empreender uma rigorosa campanha de reestruturação das fortificações, em Portugal e no ultramar, como refere Garcia de Resende:

E no começo do anno de mil, e quatrocentos, e oitenta, e oito, com muito cuidado, e diligencia mandou prover, fortalecer, e repartir totalas Cidades, Villas, e Castellos dos estremos de seus Reynos, assi no reparo, e defensão dos baluartes, cavas, muros, e torres, como em artilharias, pólvora, salitre, armas, almazens, e totalas outras cousas necessárias. E em totalas fortalezas mandou de novo fazer aposentamento, e casas para isso ordenadas³.

São abundantes as referências a obras neste período, abrangendo quase a totalidade do território nacional, incluindo a província de Trás os Montes⁴. O tipo de fortificação, que classificamos como de “transição” é fruto de novas ideias e conceitos que chegam ao reino, alguns deles através de arquitetos italianos como Sansovino, podendo ser resumido do seguinte modo: «Portugal criou um modelo de fortificação de formato geometrizado e altamente compacto, caracterizando-se o mesmo por possuir cubelos de ângulo, diversas obras externas coladas ao reduto principal e, claro, artilharia para a sua defesa»⁵.

³ RESENDE, 1752: 32,

⁴ Embora sem referir quais as fortalezas, existe um documento (carta de quitação), datado de 1497 mas reportando-se a 1493, onde Cristóvão de Baião recebe 202160 reais para o «corregimento das fortalezas de Trallos Montes». *Apud* CID, 2007: 89-90.

⁵ CID, 2007: 131.

A adaptação das antigas estruturas defensivas, de traça plenamente medieval, terá percorrido o reinado de D. João II e a primeira metade do reinado de D. Manuel I, até sensivelmente 1510. Mário Barroca associa a encomenda efectuada pelo monarca a Duarte d'Armas a uma tentativa de balanço, onde constata o estado das praças da raia e as alterações feitas. A norte do Douro, onde se enquadra o castelo de Freixo de Espada à Cinta, foram desenhados vinte castelos, sendo que treze apresentavam troneiras abertas no pano de muralha ou em torreões, correspondendo a 65 % do total⁶.

Em relação ao torreão da barbacã do castelo de Freixo de Espada à Cinta, parece-nos que esta será uma solução intermédia que antecede a inclusão de torreões nos cantos de algumas fortalezas (Vimioso, Almeida, Alpalhão ou Castro Marim), embora nestes casos estas possuam uma planta geométrica e sub-quadrangular, situação que a planta da barbacã de Freixo, de traçado vagamente circular, não permitiria. Conforme referimos anteriormente, existe a possibilidade de terem sido construídos outros torreões circulares na barbacã (pelo menos mais um parece certo⁷), que complementariam este agora identificado. Um dos elementos que aponta para um período mais recuado são as troneiras cruzetadas. Sabemos que, a partir de 1510, as troneiras começam a ser substituídas pelas canhoeriras, com um vão maior, o que permitia que as bocas de fogo tivessem um maior raio de acção, empregando-se, por exemplo, o tijolo como solução para as molduras, permitindo um maior poder de absorção dos projéteis inimigos. As três troneiras do torreão identificado nos trabalhos arqueológicos⁸ têm aberturas com tamanho bastante reduzido (a troneira 1 tem 16 cm, a troneira 2 tem 17 cm e a troneira 3 tem 16 cm) e encontram-se colocadas a um patamar muito baixo, ao nível da base da câmara de tiro, o que impossibilitaria, seguramente, a colocação da peça de artilharia num reparo.

Um facto que parece seguro é a existência de peças de artilharia no castelo, ainda num período inicial. Se bem que as troneiras também propiciassem a utilização de armas de fogo portáteis e a continuação da utilização da besta, os pelouros graníticos que recolhemos no decorrer da intervenção atestam a utilização da artilharia primitiva ou, pelo menos, a sua existência, ainda que de pequeno calibre. A utilização de armas de pequeno calibre é visível, por exemplo, na fortaleza de La Mota, onde se procurava basear a defesa da praça nos arcabuzes, ao invés de

⁶ BARROCA, 2003: 97-99.

⁷ Durante os trabalhos realizados no ano de 2016, foi identificado outro torreão da barbacã, que surge representado no desenho dos irmãos Beaumont.

⁸ Optou-se pela designação troneira 1, troneira 2 e troneira 3, observando o Desenho de Duarte d'Armas da esquerda para a direita.

procurar fazê-la canhão contra canhão⁹. Estas esferas graníticas, com diâmetros variáveis entre os 11 e os 13 cm, representam uma primeira fase dos projéteis de artilharia, culminando com a disseminação e adopção dos projéteis em ferro fundido a partir de inícios do século XVI, embora ambos tenham coexistido durante bastante tempo. O facto de não termos recolhido nenhum pelouro metálico não significa que esta realidade não tenha existido, uma vez que devido à sua natureza “renovável”, se torna bastante apetecível e alvo de refundição. Aliás, conforme referimos, do inventário apresentado na planta dos irmãos Beaumont consta um obus que não seria, à partida, uma peça utilizada para a defesa da fortaleza, uma vez que se enquadra na artilharia de cerco, destinada a bombardear, através do tiro curvo, as fortificações. O que parece confirmar é a inexistência de peças de artilharia, para defesa da praça, em meados do século XVIII. Se considerarmos que as troneiras do torreão foram projetadas para possibilitarem a colocação de um determinado tipo de peças, típicas do século XV, e nunca sofreram modificações (como os parapeitos das fortalezas abaluartadas) que permitissem a colocação de peças mais modernas, concluímos que a praça poderá nunca ter recebido peças mais modernas que as existentes nos séculos XV e inícios do século XVI. A standardização dos calibres, no século XVIII, veio acentuar ainda mais esta realidade.



Fig. 2.
Cubo da barbacã,
visto de norte.

A implantação desta estrutura, poucos metros à frente da torre de menagem, permitia a realização de duas tarefas fundamentais: proteger o centro administrativo da fortificação e fazer fogo sobre o caminho de acesso à fortaleza, cobrindo a porta da barbacã. Se analisarmos a disposição das troneiras, constatamos que a sua disposição não é uniforme; isto é, as troneiras 1 e 2 encontram-se mais pró-

⁹ COBOS GUERRA e CASTRO FERNÁNDEZ, 2000: 252-253.

ximas uma da outra, do que a troneira 2 em relação à troneira 3. Esta aglomeração permitia que abrissem fogo de forma concertada, tal como as duas troneiras abertas na muralha da barbacã. Em termos de organização espacial da estrutura, a mesma parece desenvolver-se em função do afloramento (UE 516) que serve de base às escadas, limitando o espaço existente no interior da mesma. O acesso ao interior era realizado por intermédio de um lanço de escadas, em granito, com a entrada ao nível do adarve da barbacã, possibilitando o acesso ao nível inferior e ao nível superior. Estas escadas, doze em número, de formato paralelepípedo, com comprimentos que variam entre os 86 cm e os 1,09 m, apresentam duas formas de colocação, umas adossadas e outras embutidas. Uma das situações que saltam imediatamente à vista quando se percorrem as escadas, no sentido descendente, é o desnível existente entre o último degrau e o “piso” identificado (UE 513). Em nossa opinião, este “piso” em argamassa, com algumas pedras de xisto, constituirá a preparação de um piso construído com material perecível, muito possivelmente madeira, como parece indiciar um orifício aberto no afloramento, por certo para a inserção de algum travejamento que constituiria a base do piso em madeira. Dos doze degraus, dez apresentam marcas de canteiro, com um motivo cruciforme (+) a ser o denominador comum. Alguns chegam a apresentar três marcas de canteiro, um por cada elemento que constitui o degrau. Existe ainda um degrau que contém uma possível gravura antropomórfica, de simbologia indeterminada.



Fig. 3.
Câmara de tiro da troneira 1,
vista do interior do torreão.

As troneiras, que neste momento apresentam morfologias distintas, deveriam assemelhar-se, inicialmente, à troneira 1. Esta apresenta uma câmara de tiro composta por uma entrada em arco de volta perfeita, com cerca de 2,35 m de altura no seu ponto mais elevado, afinando em direção ao interior, onde a sua altura é mais reduzida. A largura varia entre os 1,30 m junto à entrada e os 45 cm junto à boca da troneira. A abertura da troneira, cruciforme ou cruzetada, tem 99 cm entre a sua base hemisférica e o topo. O piso é de granito, com capeamento em argamassa. Apresenta sinais de reparação, não coetâneos com a época de construção, na zona superior, através da presença de uma argamassa de cor branca, muito quebradiça. Há ainda que referir a utilização do xisto para refecimento de juntas e remendo de possíveis reparações. Na face do lado esquerdo da câmara de tiro, como quem observa a partir do interior do torreão, são visíveis marcas de fogo. No que diz respeito à troneira 2, encontra-se bastante danificada, já sem o arco da câmara de tiro (1,95 m de altura) e com a face externa igualmente ausente. Ainda assim, o piso encontra-se preservado, constituído por pedra de granito e capeado a argamassa amarelada. Existem vestígios de reparações em ambos os lados da câmara de tiro, com um grande remendo, em xisto, do lado direito, com incidência elevada de argamassas amareladas e esbranquiçadas. Podemos observar ainda a utilização de diferentes ferramentas no talhe das pedras, que não possuem qualquer marca de canteiro. Mais afastada das duas anteriores, virada para a banda de Espanha, a troneira 3 encontra-se completa, embora já não possua o seu arco original. Não é desprovido de sentido associar esta reconstrução da câmara de tiro a uma sutura na parede Este, cerca de 60 cm à sua esquerda, o que parece indiciar um abatimento deste paramento, em princípio sem influência nos restantes. Na parte superior da câmara de tiro são visíveis duas grandes lajes de xisto e uma de granito, que formam o topo da mesma. A troneira encontra-se incompleta, faltando-lhe uma pedra do lado esquerdo. Duas pedras do lado direito serão, aparentemente, originais. Tem remendos bastante visíveis (e grosseiros) em ambos os lados e na parte superior, compostos por pedras de xisto, de dimensão variada e por argamassas brancas. O círculo hemisférico que corresponde à abertura da troneira é mais largo no que nas restantes duas. Na face esquerda, mais junto à base, há uma marca de canteiro, idêntica às outras que foram identificadas no torreão (+).

A monumentalidade das estruturas identificadas refletem a importância que a raia transmontana – e neste caso particular, Freixo de Espada à Cinta – teve, na defesa do território nacional, durante o século XV. Ainda em finais do século XIV, D. Fernando, reconhecendo as particularidades da posição da vila, verificou que os «portos no Rio do Doyro em que ha vaões no tempo do Veraao de que se aa miinha terra pode recrecer dapno nom stando guardados», ordenando aos moradores que pernoitassem na cerca, pondo «guarda na dicta villa de dia qua virem que cumpre ao meu serviço», reservando o direito de velar e roldar o castelo aos naturais e

moradores da vila, estabelecendo que «nom leixem entrar em esse castelo a velar nem a roldar nem fazer nenhua cousa nenhua pessoa que nom seja hi morador e natural da minha terra»¹⁰. Durante a crise de 1383-85, a vila de Freixo de Espada à Cinta pronunciou-se por D. João, mestre de Avis, futuro D. João I (1385-1433). Não é de todo impossível que o monarca tenha visitado a vila em 1395, para aferir o estado de conservação do castelo, uma vez que sabemos que se encontrava em Torre de Moncorvo a 18 de Dezembro desse ano, tendo aí permanecido até ao início do ano seguinte, encontrando-se atestada a sua presença, em Bragança, a 19 de Janeiro de 1396¹¹. Durante o seu reinado, a vila contribuía com dez besteiros do conto para a hoste real. A importância estratégica da povoação (e do seu castelo) neste período comprova-se com a instalação de um couto de homiziados, em 1406¹². Entre 1412 e 1423, D. João I concede privilégios para financiar as obras das muralhas do castelo¹³, certamente como agradecimento pelo apoio prestado durante a crise de 1383-1385, facto que se poderá associar à construção da barbacã extensa da vila. Em 1435 existiam obras em curso no castelo, por iniciativa do concelho¹⁴, desconhecendo-se a natureza desses trabalhos.

Os habitantes de Freixo de Espada à Cinta eram responsáveis pela defesa do castelo em tempo de paz e de guerra. A sua localização, fronteira a Castela, ditava a sua importância, a qual não podia ser descurada pelo rei. Conscientes desta situação, os moradores procuravam obter benefícios junto dos monarcas. Em 1462 pediram a D. Afonso V que não utilizasse os animais dos moradores para transportar as suas cargas para outras cidades do reino, alegando que tinham que velar e defender «ho castello da ditta villa de quatro em cinco e seis vellas cada noute», bem como os «quatro ou cinco portos» localizados no Douro, tudo a expensas do concelho¹⁵. A defesa do castelo exigia muito da população, sendo necessários recursos económicos avultados para a manutenção e reparação do mesmo. Reconhecendo o contributo dos moradores da vila, D. Duarte confirmou a doação renda da terça de S. Miguel, feita pelo seu pai, para a reparação dos muros e do castelo e D. Afonso V concedeu-lhe a terça das rendas do concelho¹⁶. No decorrer da Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479), que envolveu D. Afonso V, em defesa dos direitos sucessórios da sua mulher, Joana a "Beltraneja" e a irmã desta, Isabel, temos referências a movimentações militares na área. Conta Alonso de Palencia

¹⁰ *Apud* MONTEIRO, 1999:199.

¹¹ MORENO, 1988: 65.

¹² ALVES, 2000: 454-461.

¹³ MONTEIRO, 1999: 137.

¹⁴ MONTEIRO, 1999: 139.

¹⁵ MACHADO, 1998: 280.

¹⁶ MACHADO, 1998: 280.

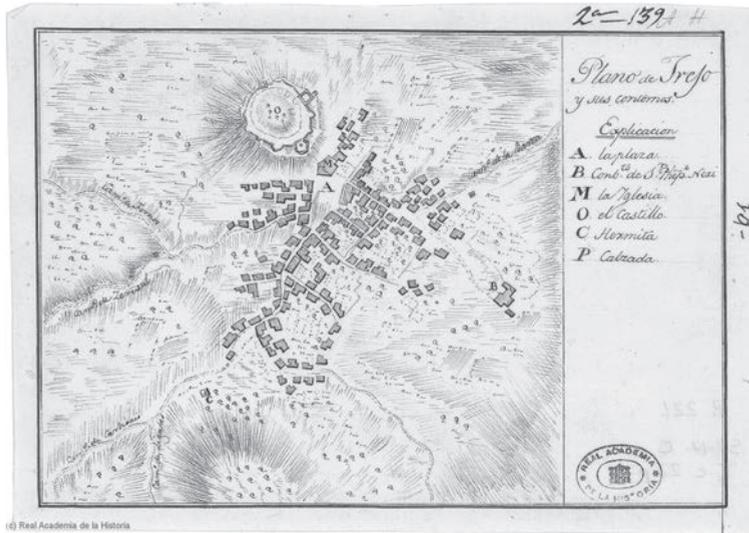


Fig. 4.
Castelo de Freixo de Espada à Cinta, segundo José Monteiro de Carvalho (c. 1751-1760).
Fonte: Direcção de Infraestruturas do Exército (cota 1942-2-19A-27).

que os portugueses, através de alguma astúcia, se tinham apropriado do castelo de Vilvestre e do castelo de Freixo de Espada à Cinta, não tendo sido possível aos castelhanos recuperá-lo devido aos reforços que o inimigo recebeu¹⁷.

O desenho de José Monteiro de Carvalho, à semelhança do desenho dos irmãos Beaumont, apresenta outros torreões circulares na barbaca que não se encontram representados no desenho de Duarte d'Armas. Pelo tipo de estrutura, muito similar em termos planimétricos ao torreão circular já existente, parece-nos que serão de construção muito próxima em termos cronológicos. É possível que a segunda fase de reformulação da praça, com a construção de mais torreões na barbaca, tenha ocorrido por ocasião da outorga de Foral Novo à vila, em 1512. Por volta desse ano, em 1513, temos atestada a presença do mestre pedreiro biscainho Pero Lopes, em Freixo de Espada à Cinta «laurando na obra do noso castello»¹⁸. O numeramento de 1527 refere que a vila tem “hum bom castello forte e cercado”¹⁹. A fortificação parece ter mantido a sua importância até finais do século XVI, como comprovam os privilégios concedidos por D. Sebastião a António Fernandes, que realizava obras, por ordem do monarca, no castelo:

Eu el Rey faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz, que em quanto durarem as obras que tenho mandado fazer no castelo da vylla de Freyxo despada cimta, de que he mestre Antonio Fernandez, os bois de caro e bestas do dito Antonio Fernandez, que servirem nas ditas obras, posão beber em quaes quer augoas que ouver no termo e lemíte da dita vylla e asy posão amdar e pastar em quaes quer lugares defesos e

¹⁷ PALENCIA, 1908: 390.

¹⁸ VITERBO, 1904: 78-79.

¹⁹ DORDIO, 1998: 17.

coymeiros e nas coutadas da dita vylla, (...), sem por yso pagarem coyma alguma, e fazendo perda ou dano em pam, vinho, azeyte, ortas ou aruores de fruyto, ele Antonio Fernandez o pagara, (...) , pagando a seus donos a perda que com yso fizerem, e asy me praz que ele posa pera a dita obra apanhar e cauar area homde quer que se achar sem por yso se pagar coyma e fazendo se pera yso alguma coua ou couas quem as fizer as tapara ou fara tapar a sua custa tamto que darea delas não ouver necesydade pera a dita obra, e porem as ditas couas se não farão em parte que faça dano a algumas aruores de fruyto nem em teras que estiverem semeadas ou alquevadas para semear ou tapadas pera se nelas pramtaren vynhas, e este se comprira em quanto as ditas obras durarem ou eu nã mãdar o contrairo, e mândo as justiças e officiaes da dita vylla de Freixo despada cimta (...)²⁰.

Na verdade, parece ter existido uma ideia inicial de transformar o castelo de Freixo de Espada à Cinta numa fortaleza moderna, dotada de torreões instalados em diversos pontos da barbacã e capaz de responder com eficácia avassaladora aos eventuais ataques de que fosse alvo. Esta formulação conceptual datará de finais do século XV ou mesmo de inícios do século XVI. Seria na concretização deste projeto que se aplicava o mestre António Fernandes, a mando de D. Sebastião? No estado atual da investigação não o podemos afirmar. Para termos mais informações sobre a barbacã do castelo teremos de recorrer aos desenhos de José Monteiro de Carvalho (1751-1760) e dos irmãos Beaumont (1762), mas ainda assim os dados são contraditórios: o primeiro inclui o cubo artilheiro que identificámos durante os trabalhos de 2015 e o outro que se localizava mais próximo da porta nas «torres e muralhas

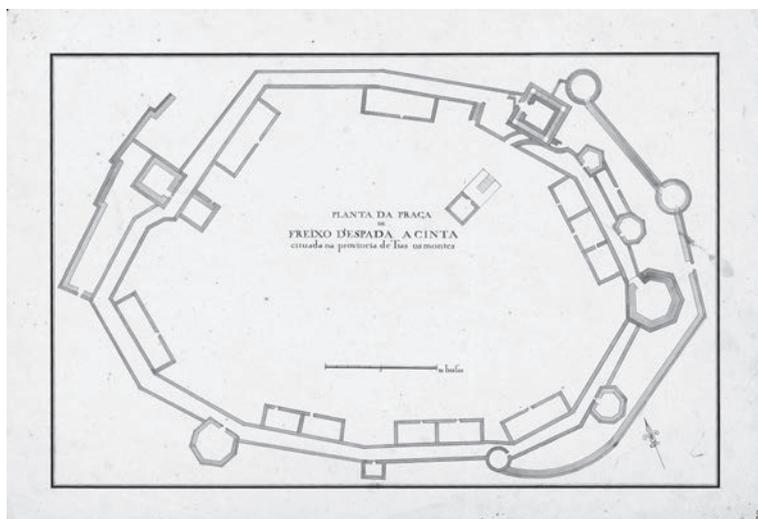


Fig. 5.
Castelo de Freixo
de Espada à Cinta,
segundo Pedro e
Beltrán Beaumont
(1762).

²⁰ VITERBO, 1899: 321-322.

acabadas», por oposição aos outros torreões que também regista, assinalando-os como «torres e muralhas que estão por acabar»; por seu turno, os dois engenheiros militares castelhanos, executando o seu levantamento pouco tempos depois do engenheiro português, regista o torreão da barbacã como uma «torre redonda que junta con la principal», não fazendo qualquer menção aos outros torreões. Pode dar-se o caso de os torreões nunca terem passado das fundações, mas ainda assim serem dignos da atenção do engenheiro português, o que nos leva a crer que pelo menos a sua planta seria visível; os engenheiros castelhanos podem não os ter inserido na sua planta devido ao estado de ruína em que julgavam que se encontravam estes torreões e, conseqüentemente, sem qualquer importância em termos militares.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel (2000) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo I. Bragança: Câmara Municipal de Bragança/IPM.
- BARROCA, Mário (2003) – *Tempos de resistência e inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)*. «Portugalia», vol. XXIX-XXX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 95-112.
- CID, Pedro (2007) – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a Arquitectura Militar do Tempo de D. João II*. Lisboa: Colibri.
- COBOS GUERRA, Fernando; CASTRO FERNÁNDEZ, José (1998) – *Castilla y León. Castillos y fortalezas*. León: Edilesa.
- (2000) – *Artillería y poliorcética castellana en la estrategia de Fernando el Católico contra Francia (Documentos para su estudio)*. «Gladius», n.º XX. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 251-268.
- DORDIO, Paulo (1998) – *Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais*. In LIMA, Alexandra Cerveira, coord. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo*. Maia: Parque Arqueológico do Vale do Côa, pp. 15-73.
- MACHADO, Maria de Fátima (1998) – *Freixo de Espada à Cinta: Problemas e privilégios em finais da Idade Média*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, vol. 15. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 275-285.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Colibri.
- MORENO, Humberto Baquero (1988) – *Os itinerários de el-Rei D. João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- PALENCIA, Alonso de (1908) – *Crónica de Enrique IV*, Tomo IV. Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos.
- RESENDE, Garcia de (1752) – *Chronica dos valerosos, e insignes feytos Del Rey Dom Ioam II (...)*. Lisboa: Oficina de Manuel da Silva.
- VITERBO, Francisco Sousa (1899 e 1904) – *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, Volumes I-II, Lisboa: Imprensa Nacional.

O *LIVRO DAS FORTALEZAS* DE DUARTE DE ARMAS – CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS MANUSCRITOS DE LISBOA E DE MADRID

MÁRIO JORGE BARROCA*

Resumo: Apresentação sumária dos dois códices do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (o manuscrito do IAN-TT, Lisboa; e o manuscrito da BNE, Madrid), nomeadamente das suas características, explorando concordâncias e diferenças numa tentativa de contextualizar as circunstâncias em que a obra foi encomendada e produzida, determinar o motivo da existência de dois exemplares e apurar a cronologia de cada um deles.

Palavras-chave: Duarte de Armas; Livro das Fortalezas.

Abstract: Our objective is to present the main characteristics of the two codices of Duarte de Armas's *Livro das Fortalezas* (the IAN-TT manuscript, Lisbon; and the BNE manuscript, Madrid). By exploring concordances and differences, we will try to contextualize the circumstances in which the work was ordered and produced, determine the reason for the existence of two copies and their chronology.

Keywords: Duarte de Armas; Livro das Fortalezas.

* DCTP / FLUP – CITCEM. mbarroca@letras.up.pt.

Portugal tem o raro privilégio de possuir uma obra – o conhecido *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas – que constitui uma radiografia, sincrónica, dos sistemas defensivos de fronteira. Tanto quanto sabemos, mais nenhum reino ou país da Europa tem este privilégio: o de ter um levantamento sistemático, realizado num curto espaço de tempo, pela mão de um mesmo autor, dos principais castelos sobre os quais se apoiava a defesa do reino, registados na forma de duas vistas, desenhadas em perspectiva, e de uma planta de pormenor, tudo valorizado com múltiplas legendas. Com estas características, admitamos, não existe nada de parecido na Europa. O exemplo mais próximo talvez seja o *Armorial d’Auvergne, Forez et Bourbonnais*, manuscrito francês encomendado pelo Duque de Bourbon, Carlos I (1401-1456), ao seu “héraut d’armes” Guillaume Revel e executado cerca de 1440-1450 (Paris, BNF, Département des Manuscrits, Ms. Français 22297)¹. Neste códice, que quedou inacabado, cruzam-se os registos heráldicos com algumas vistas de castelos e vilas, sedes de senhorios, da zona de Auvergne, Forez e Bourbonnais. Mas, sublinhe-se, sem qualquer planta. A preocupação subjacente aos desenhos dos castelos e vilas não era propriamente estratégica, mas sim panegírica e, neste sentido, essas representações devem ser entendidas como iconografias de poder. O *Livro das Fortalezas*, pelo contrário, teve subjacente uma clara preocupação estratégica e por isso foi dotado de plantas comentadas. Ele é, neste sentido, uma obra ímpar em termos europeus, que bem merece toda a atenção que lhe tem sido dedicada.

Do *Livro das Fortalezas* existem dois manuscritos: o mais conhecido e divulgado encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa; outro exemplar, sensivelmente coevo deste, foi recolhido na Biblioteca Nacional de Espanha, em Madrid. O objectivo do presente texto é fazer uma primeira análise comparativa dos dois exemplares para tentar perceber o que motivou esta dupla existência e determinar qual a cronologia de cada um. Começemos por uma breve apresentação dos dois manuscritos.

O exemplar do IAN-TT tem a cota «Caixa Forte, Ms. 159» (ou PT/TT/CF/159). Trata-se de um manuscrito em pergaminho, com 139 folhas, medindo cerca de 350 x 250 mm (dimensões adquiridas depois de ter sido aparado e encadernado). É composto por duas partes. Na primeira parte são apresentados 55 castelos raianos com duas vistas, ocupando cada vista um duplo fólio. Esta primeira parte abre com um índice geral e encerra com quatro vistas, igualmente de duplos fólhos, que escapam à lógica dos restantes desenhos por não se tratar de castelos raianos. A primeira é uma vista de Barcelos; as restantes são três vistas do Paço Real de Sintra. A segunda parte compreende 51 plantas de outras tantas estruturas militares, cada uma ocupando meio fólio. Sublinhemos que estas plantas não dizem respeito

¹ FOURNIER, 1973; DE BOOS, 1998; LAFFONT, 2011.

à totalidade das vistas desenhadas na primeira parte, mas se circunscrevem ao que poderíamos chamar a “estrutura militar”. Isto é, enquanto na primeira parte temos duas vistas de cada povoação com o seu castelo, na segunda parte temos apenas a planta da parte correspondente à estrutura militar – o castelo – que são muito ricas em pormenores e em informações de natureza arquitectónica. Diríamos que é nesta segunda parte que se concentram, verdadeiramente, as informações estratégicas do *Livro das Fortalezas*. O volume encerra com uma “Tavoada das fortalezas do extremo de Purtugall e Castella” (fl. 134 a 136), que é, na realidade, o itinerário viário empreendido por Duarte de Armas para visitar os 55 castelos, e que foi estudado e valorizado por Iria Gonçalves².

O manuscrito de Madrid, que se conserva na Biblioteca Nacional de Espanha, tem a cota «Mss 9241» mas teve a cota antiga «Aa. 98». Trata-se de um manuscrito em papel de linho, composto actualmente por 71 folhas, com dimensão média de cerca de 320 x 240 mm. Sobrevivem 37 vistas de povoações e castelos, ocupando dupla página, encadernadas de forma desordenada, e não apresenta qualquer planta.

A acrescentar a estes dois manuscritos da obra de Duarte de Armas, temos ainda uma “sequela” tardia, e com bastante menos interesse iconográfico: o manuscrito aguarelado de Brás Pereira [de Miranda] intitulado «Fronteira de Portugal Fortificada pelos Reys deste Reyno. Tiradas estas fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel. Copiadas por Brás Pereira», datado de 1642 e que se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, com a cota «BNP, Il. 192». Trata-se de um manuscrito composto por 57 folhas, medindo 415 x 595 mm, onde foram registados 55 castelos em copias aguareladas realizadas a partir do Manuscrito de Lisboa de Duarte de Armas, organizadas alfabeticamente e antecedidas de um Mapa (o único elemento verdadeiramente original desta obra). No manuscrito de Brás Pereira de Miranda todos os castelos são apresentados numa só vista (à excepção de Castro Marim e de Castelo Branco, que possuem duas vistas cada um). Faltam as vistas de Penas Róias, de Caminha e as vistas de Barcelos e de Sintra.

O Manuscrito de Lisboa conheceu três edições: uma primeira, de João de Almeida, em 1943³; uma segunda, da responsabilidade de Manuel da Silva Castelo Branco, em 1990, com duas reedições⁴; e uma terceira, da responsabilidade de João José Alves Dias, saída dos prelos muito recentemente, em 2016⁵. A edição pioneira de João de Almeida tem o inconveniente de apresentar as imagens recortadas, eliminando legendas e pormenores fundamentais, acompanhadas por medíocres resenhas his-

² GONÇALVES, 2005-2006.

³ ALMEIDA, 1943.

⁴ CASTELO BRANCO, 1990.

⁵ DIAS, 2016.

tóricas sobre os locais retratados. A edição de Manuel da Silva Castelo Branco, de bom apuro gráfico, vem acompanhada de uma preciosa introdução e reproduz, de forma quase integral, o manuscrito de Lisboa. Apenas ficaram de fora pequenas áreas periféricas, nas margens. A edição de João Alves Dias, apesar de contar com reproduções de menor qualidade gráfica, tem duas enormes vantagens: apresenta, pela primeira vez, o manuscrito na sua mancha original e fornece uma transcrição integral das suas legendas, com grafia actualizada, realizada pela mão experiente de um dos nossos melhores paleógrafos. Conta, ainda, com uma introdução que apresenta muitos aspectos inovadores.

O manuscrito de Madrid nunca conheceu uma verdadeira edição. Entre 1910 e 1911 foi publicado um longo estudo de Manuel Gonzalez Simancas (1885-1942), que reproduziu os seus desenhos numa dimensão muito reduzida, que retira qualquer veleidade de análise de pormenor. E as suas vistas foram parcialmente editadas, igualmente, por João José Alves Dias, no contexto da sua Dissertação de Doutoramento, num ensaio de análise comparada das perspectivas dos manuscritos de Lisboa e de Madrid. Mas, verdadeiramente, nunca conheceu uma edição. O site da Biblioteca Nacional de Espanha disponibiliza, contudo, uma versão digital do manuscrito.

Por fim, o manuscrito de Brás Pereira de Miranda também não conheceu edição integral, mas o site da Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza igualmente uma versão digital.

Terminada a apresentação dos manuscritos do *Livro das Fortalezas*, é tempo de nos começarmos a debruçar sobre os muitos problemas que giram em torno deles. Desde logo, sobre a existência de dois manuscritos distintos, sobre o seu significado e sobre o percurso que cada um teve, chegando aos nossos dias integrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Espanha.

Manuel Severim de Faria (1583-1655), nas suas *Notícias de Portugal...*, manuscrito redigido em 1625, mas apenas editado trinta anos mais tarde, em 1655, registou a dado passo: «E sendo muitas destas fortalezas dannificadas do tempo, el Rey Dom Ioão II as mandou reformar. El Rey Dom Manoel aperfeçoou esta obra de todo, & mandou tirar em planta, & monte a todos os lugares fortes do Estremo, & Costa do mar que forão (...)»⁶. Das plantas & montes destes lugares se fizeram dous livros que mandou el Rey pòr na Torre do Tombo, onde ainda estão, para a todo o tempo estar presente no que convinha aos ditos lugares, para o socorro deles; alem dos quais há no reino mais de 400 povos cercados & acastellados,

⁶ Segue-se a lista das 58 localidades referidas no índice do Manuscrito de Lisboa, sem que Manuel Severim de Faria tenha reparado que, em três casos, não tinham sido incluídos os desenhos.

posto que ao antigo»⁷. Seriam os “dois livros” referidos por Manuel Severim de Faria os códices que hoje se encontram em Lisboa e em Madrid? Quase todos os autores que se debruçaram sobre a obra de Duarte de Armas se inclinaram para isso, procurando determinar o momento em que o códice em papel de linho teria sido levado para Madrid. A referência de Manuel Severim de Faria parecia, portanto, indicar que na Torre do Tombo, em 1625, ainda se conservavam os dois exemplares da obra e que a transferência de um deles para Madrid teria ocorrido depois desse ano. Recentemente, João José Alves Dias defendeu que os dois “livros” referidos por Manuel Severim de Faria – e claramente identificados como sendo um de “plantas”, outro de “monteas” (ou seja, de vistas) –, corresponderiam apenas ao manuscrito de Lisboa, que compreende, encadernados num único volume, dois livros autónomos⁸. Com efeito, o exemplar de Lisboa apresenta uma primeira parte integrada por um índice, no início, e pelo “livro” de vistas ou *monteas*, com formato maior (depois de ter sido aparado, com sacrifício de quase todas as legendas superiores, ficou com 350 x 250 mm), composto por 16 cadernos, de 4 bifólios cada um. E um outro “livro”, correspondendo às plantas, com um formato ligeiramente menor (348 x 245 mm), composto pelos 3 últimos cadernos, de 5 bifólios cada um, que remata com um novo “índice” (a já referida “Tavoada das fortalezas do estremo de Purtugall e Castella”, súmula do percurso empreendido por Duarte de Armas). As diferenças nas dimensões dos fólios das duas partes, na estrutura dos seus cadernos e a própria existência de dois índices, parecem recomendar, realmente, que, como João José Alves Dias sagazmente defendeu, o manuscrito de Lisboa fosse entendido como dois livros concebidos de forma autónoma. Mas dificilmente se compreende que, sendo considerados dois livros distintos, estivessem fisicamente separados. Com efeito, o índice do início do *Livro* reporta-se, na sua folha 5, às plantas (*prataformas*) do “segundo livro” e não parece haver diferença de letra. Havia, portanto, um índice único das duas partes ou “livros”. Por outro lado, os fólios 116 e 120 asseguram a coesão da obra: o fl. 116 tem, na face principal, a metade direita do desenho de Caminha (o último desenho de uma estrutura raiana) e, no verso, a metade esquerda da vista de Barcelos. Do mesmo modo, o fl. 120 apresenta, na face, a metade direita da derradeira vista do Paço de Sintra e, no verso, a legenda «Daqui se começa a prateforma das fortalezas atrás debuxadas com suas alturas e larguras de muros e barreyras e etc». A continuidade entre as várias partes do *Livro* está, portanto, assegurada. A obra podia ser entendida como composta por dois “livros” ou partes, mas era, fisicamente, um único volume.

⁷ FARIA, 1655: 64; também citado por CORTESÃO, 1935: 116.

⁸ DIAS, 2016: 25.

O manuscrito de Lisboa apresenta algumas anomalias que importa aqui registrar: os 136 fólhos, numerados no ângulo superior direito, são antecidos de um índice, não numerado, com 3 fólhos (5 páginas). Do fólho 36 passa-se directamente para o fólho 40, estando o fl. 36vº e o fl. 40r em branco. Ou seja, faltam ou estão em branco os fólhos 36vº-37, 37vº-38, 38vº-39 e 39vº-40. No índice revela-se que eles estavam reservados para as duas vistas de Alegrete e Portalegre. O mesmo acontece com os fólhos 44vº-45 e 45vº-46, que existem mas se apresentam em branco e que, pelo índice, sabemos terem sido destinados às duas vistas de Marvão. Isso significa que, no momento em que o manuscrito foi criado, se tinha consciência de faltarem esses três castelos e se previa a possibilidade de os vir a registrar. Só assim se compreende que se reservassem fólhos em branco mas que, no índice, eles estivessem claramente identificados com os castelos a que se destinavam. Por outro lado, há um lapso na numeração das folhas: do fólho 45 passa-se directamente para o fólho 47. Ou seja, os fólhos 46 a 55 receberam os números 47 a 56. O lapso foi corrigido no fólho 56, número que foi repetido e atribuído a dois fólhos distintos (as duas vistas de Segura têm a mesma numeração). Depois dos 55 castelos raianos – *dos extremos* como se lhes chama – retratados em duas vistas de duplo fólho, segue-se uma vista de Barcelos e três vistas de Sintra. São as únicas estruturas não raianas e não militares. Como já defendemos noutro estudo nosso, a presença destes desenhos explica-se pelo ritmo das obras nessas duas localidades e, muito especialmente, nos seus paços. Com efeito, pouco antes de Duarte de Armas ter realizado o seu périplo raiano, o Duque D. Jaime, reabilitado por D. Manuel I e de novo na posse dos bens da casa ducal de Bragança (que tinham sido confiscados por D. João II a seu pai, o Duque D. Fernando (II), na sequência da acusação de conspiração contra a vida do monarca), tinha concluído a construção da “Torre da Ponte” do Paço de Barcelos, obra que quedara interrompida e inacabada depois da execução do Duque D. Fernando (II) na Praça do Giraldo, em Évora. Por seu turno, em relação aos Paços Reais de Sintra, sabemos que, nesta mesma altura, se tinha dado por terminada a primeira fase da remodelação manuelina do Paço Real, que se plasma no *Livro Truncado da Receita e Despesa de André Gonçalves*, de 1508⁹. O monarca estava, nessa altura, a preparar uma nova, e mais radical, fase de obras, que envolveria a construção da nova ala de aposentos régios, à direita do Paço Joanino, e a construção da Torre da Sala dos Brasões, a nova sala de aparato do Paço Real, erguida em 1517. Parece-nos claro o motivo por que o monarca encomendou estas vistas ao seu *debu-xador*: uma vez concluído o seu périplo raiano, que começou em Castro Marim e terminou em Caminha, o monarca deve ter pedido ao seu Escudeiro que, no

⁹ Publicado por SABUGOSA, 1903: 221-243.

caminho de regresso a Lisboa, desenhasse igualmente uma vista de Barcelos e as três vistas de Sintra, para que o Venturoso tomasse conhecimento da solução final adquirida por aquelas estruturas arquitectónicas depois das obras recentemente concluídas. Ao contrário do que defende João José Alves Dias¹⁰, julgamos que não há motivos para suspeitar que estas quatro vistas tenham resultado de um acrescento feito em época posterior. Sublinhemos, de resto, que estas quatro vistas são mencionadas no índice do “livro primeiro”, no final da quarta folha, e sem diferença paleográfica que indicie tratar-se de um acrescento.

A terminar o exemplar da Caixa Forte da Torre do Tombo encadernou-se o “livro das prateiras”, que começa por anunciar: «Daqui se começa a prateira das fortalezas atrras debuxadas com suas alturas e larguras de muros e barreyras e etc». Também aqui divergimos ligeiramente de João José Alves Dias, que defende que a palavra *prateira* seria um sinónimo de “castelo”¹¹. Na realidade, a palavra *prateira* não é sinónimo de castelo ou fortaleza, mas sim de planta, como se pode depreender, por exemplo, do *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia*, de Manuel Godinho de Herédia (Séc. XVI). Este “segundo livro” do manuscrito de Lisboa apresenta o desenho de 51 plantas, apenas dos castelos, ou seja, apenas da zona militar das povoações. São desenhos muitas vezes menos valorizados pelos estudiosos, mas plenos de informações. Faltam apenas as plantas de Assumar, Montalvão, Valença do Minho e Vila Nova de Cerveira. Nos primeiros casos a explicação parece simples: não existiam “castelos” propriamente ditos. Mas já o caso de Vila Nova de Cerveira parece mais difícil de explicar. Como é obvio, para as vistas de Barcelos e de Sintra não existem plantas (infelizmente...). Não eram estruturas militares, nem estavam situadas nos “estremos”. Não mereciam, por isso, uma atenção tão detalhada.

Em relação ao manuscrito da Biblioteca Nacional de Espanha, o mínimo que se pode dizer é que teve um itinerário atribulado e muitas vezes obscuro. Em primeiro lugar devemos assumir que desconhecemos o momento e as circunstâncias que o conduziram ao acervo de que hoje faz parte. Estando posta de lado a informação de Manuel Severim de Faria, redigida em 1625, que, como vimos, se reporta aos dois “livros” de Lisboa, ficamos sem saber como e quando o manuscrito de Madrid foi parar à Biblioteca Nacional de Espanha. Por outro lado, o manuscrito Mss 9241 (antigo Aa.98) é um original incompleto¹². Tem duas numerações: uma, antiga, inscrita no ângulo superior direito, que começa com o fl. 14 e vai até ao fl.

¹⁰ DIAS 2016: 30.

¹¹ DIAS, 2016: 31.

¹² Para a descrição do Ms. 9241 consulte-se o *Inventário General de Manuscritos de la Biblioteca Nacional*, tomo XIII (8500 a 9500), Madrid, BNE, 1995, p. 251.

32, não sendo os restantes fólhos numerados; e outra, moderna, registada em cima e ao centro dos fólhos, que vai de 1 a 71. Começemos por sublinhar que faltam os fólhos 1 a 13 da numeração antiga. Com efeito, o manuscrito que se preserva arranca com a metade direita da segunda vista de Assumar (fl. 14 da numeração antiga, que corresponde ao fl. 1 da numeração moderna). Faltam, ainda, os fólhos 17 e 32 (da numeração antiga), que não foram contemplados na numeração moderna. O fl. 17 ficaria entre as folhas 3 e 4; o fl. 32 entre as folhas 17 e 18 (da numeração moderna). Isso significa que eles já faltavam no momento em que foi introduzida a numeração moderna, no centro dos fólhos. Por seu turno, quando a numeração antiga foi registada o fólho 18 já estava rasgado e, por isso, o número foi exarado um pouco mais à esquerda do que era normal nos restantes fólhos. Podemos, portanto, deprender que a numeração antiga foi, igualmente, introduzida num momento posterior à criação do manuscrito, quando um dos seus fólhos já estava rasgado, mas quando ainda existiam os primeiros fólhos, hoje perdidos.

Portanto, e de acordo com a numeração antiga, registada no ângulo superior direito, no Manuscrito de Madrid faltam 13 fólhos, iniciando-se com a metade direita da segunda vista de Assumar (fl. 14). Mas, no Manuscrito de Lisboa, a correspondente vista de Assumar ocupa o fl. 36... Para trás ficam dezoito povoações retratadas com vistas de duplo fólho. Quais eram as vistas que estavam desenhadas nos fólhos de Madrid hoje desaparecidos? E quais as que não tinham sido desenhadas? E que significado se deve retirar disto: terão as vistas das povoações raianas sido realizadas em momentos distintos, a maioria numa viagem única, as restantes em visitas mais tardias? A presença dos fólhos em branco no Manuscrito de Lisboa (as vistas, ausentes mas programadas, de Alegrete, Portalegre e Marvão) parece sugerir que, realmente, o desenho do *Livro das Fortalezas* não foi todo realizado ao longo de uma mesma e única viagem... Mas também não é isso que transparece do itinerário viário final, onde Duarte de Armas descreve o percurso realizado entre cada fortificação, que parece resultar de uma viagem única.

Até 1921 o Manuscrito de Madrid (Mss 9241) era apenas composto pelos fls. 1 a 31 (da numeração moderna), a que se seguiam os fls. 56 a 71 (da numeração moderna). Havia, portanto, um enorme hiato a meio do livro¹³. Em 8 de Abril de 1921, no âmbito de uma revisão do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional de Espanha, foram recuperados 24 fólhos, que, por motivos desconhecidos e em momento também não esclarecido, tinham sido encadernados junto com o Mss

¹³ Por isso, o estudo de Manuel Gonzalez Simancas, editado em 1910-11, incide apenas sobre os fólhos que se conheciam, ignorando os fl. 18 a 31, só identificados em 1921.

8372, um volume intitulado *Papeles referentes al Reino de Portugal en el Siglo XVII*¹⁴. No entanto, a solução adoptada em 1921 foi pouco atenta, tendo-se colocado os novos fólhos no final do Mss 9241, que recebeu então uma nova encadernação, passando a ter a seguinte estrutura: a abrir os fls. 1 a 31 (da numeração moderna), seguidos dos fls. 56 a 71 (da numeração moderna), e terminando com os fls. 32 a 55 (da numeração moderna). Mas devemos registar ainda outras anomalias na ordenação dos seus fólhos. Com efeito, há vários casos onde os fólhos estão desorganizados. Isso acontece no “segundo grupo” de fólhos (56 a 71), e talvez tenha sido uma consequência do momento em que o manuscrito foi dividido fisicamente em duas partes. Ordenando-os, teríamos a seguinte sequência: fl. 59vº–67 (Melgaço, vista de Leste); fl. 67vº–61 (Melgaço, vista de Oeste); fl. 61vº–62 (Monção, vista de Leste); fl. 62vº–63 (Monção, vista de Oeste); fl. 63vº–64 (Lapela, vista de Leste); fl. 64vº–65 (Lapela, vista de Oeste); fl. 65vº–66 (Valença, vista de Norte); fl. 66vº–60 (Valença, vista de Sul); fl. 60vº–68 (Vila Nova de Cerveira, vista de Leste); fl. 68vº–69 (Vila Nova de Cerveira, vista de Oeste); fl. 69vº–70 (Caminha, vista de Leste); fl. 70vº–71 (Caminha, vista de Oeste); e, finalmente, o fl. 71vº, onde se registou o início de uma derradeira frase: “Este livro foy”.

O Manuscrito de Madrid levanta muitas questões. Quem foi o autor deste caderno de desenhos em papel de linho? A quem pertencia este segundo original? Quando foi levado para Madrid? Qual o seu lugar no contexto da produção do *Livro das Fortalezas*? Será realmente uma mera cópia, mais pobre, como defendia Armando Cortesão? Ou trata-se de uma obra autónoma? E qual foi realizado em primeiro lugar: o manuscrito de Lisboa ou o manuscrito de Madrid?

Antes de tentar responder a estas questões, importa abordar a biografia do seu autor. Sobre Duarte de Armas sabemos pouco, embora as investigações mais recentes, de M. S. Castelo Branco e de J. J. Alves Dias, tenham contribuído com novos dados. Que era Escudeiro de D. Manuel I, não resta dúvida. Ele próprio assim se declara na abertura do Códice de Lisboa: «Este livro he das fortalezas que sam setuadas no estremo de Portugall e Castella feyto per Duarte Darmas escudeyro da casa do mujto alto e poderoso e serenjsymo Rey e Sôr dom Emanuel ho prymeyro Rey de Purtugall e dos Algarves daquem e dallem maar em Afryca Senhor da Gujnee e da conquista e navegaçaaom e comercyo de Ethiopia Arabya Persia e da India e etc.».

A primeira referência documental conhecida para Duarte de Armas remonta a 13 de Novembro de 1491. Trata-se de uma carta de alvará de D. João II redigida

¹⁴ Para uma descrição completa do Ms. 8372 da Biblioteca Nacional de Espanha consulte-se o *Inventário General de Manuscritos de la Biblioteca Nacional*, tomo XII (7001 a 8499), Madrid, 1988, pp. 314-315. Os fólhos em causa encontravam-se entre as folhas 74 e 87 do Ms 8372.

pelo próprio Duarte Darmas: «... feita em Lisboa, aos 13 dias de novembro, Duarte d'Armas a fez, ano de 1491». O documento, localizado por Manuel da Silva Castelo Branco, foi atribuído a 14 de Novembro de 1492¹⁵, mas a sua data foi corrigida por João Alves Dias¹⁶. Até ao final do séc. XV só conhecemos outro documento: uma carta de quitação de D. Manuel I, datada de 3 de Junho de 1500, reportando-se ao ano de 1498: «Duarte d'Armas recebedor que foi da nossa Chancelaria da Corte o ano passado de 98»¹⁷. O terceiro documento conhecido, já no séc. XVI, é um recibo datado de 11 de Junho de 1503, que se revela particularmente importante por nos revelar o nome de seu pai (Rui Lopes) e a sua profissão (escrivão na Torre do Tombo): «... conheço eu Duarte Darmas que he verdade que receby de Pedro Alvarez requeredor do Paço da Madeyra mjll e duzentos reais os quaes eu delle receby pera os levar a meu pay Ruj Lopez escryvam da Tore do Tombo ...»¹⁸. Na perspectiva de Manuel da Silva Castelo Branco, Duarte de Armas seria filho de Rui Lopes de Veiros, Bacharel em Direito Canónico, Notário Apostólico e Escrivão da Torre do Tombo.

Em 1507 D. Manuel I mandou Duarte de Armas desenhar as barras de Azamor, Mámora (hoje *Mehdia*), Salé e Larache, no Norte de África. Quem nos transmite esta informação é Damião de Góis, na sua *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel...*, 1566-67, Cap. XXVII, onde regista: «Quomo elRei todo ho tempo que viveo, trabalhasse muito por fazer guerra ahos Reis de Fez, Miquinez, & Marrocos, & a outra provinçias de Mouros, que sam da conquistas destes Regnos, Mandou no anno atras de mil & quinhentos & sette, dom João de Meneses com tres caravelas, & hum navio de remo, sondar ha barra Dazamor, da Mámora, de Çale, & de Larache, & com elle Alvaro Ribeiro, & Gonçalo Rebeiro dous cavalleiros de Lagos, & Sebastião Rodriguez Berrio, & Pero Berrio seu sobrinho, de Tavira, & hum Duarte Darmas, grande pintor, que traçou & debuxou has entradas destes rios, & ha situaçam da terra»¹⁹. A expedição iniciou-se em 1507 mas D. João de Meneses só regressou ao reino em 1508.

Esta encomenda do monarca não foi caso isolado. Para além do *Livro das Fortalezas*, D. Manuel I fez uma terceira encomenda ao seu *Escudeiro*. Em data não determinada, o monarca mandou-o desenhar uma “estátua equestre” aparecida na Ilha do Corvo: «...Esta imagem, que saia maciça da mesma laje, mandou el-Rei D.

¹⁵ CASTELO BRANCO, 1990: 8.

¹⁶ DIAS, 2016: 21.

¹⁷ DIAS, 2016: 21.

¹⁸ CASTELO BRANCO, 1990: 8; DIAS, 2016: 21.

¹⁹ GÓIS, 1929, vol. 2: 82-83.

Manuel tirar pelo natural, por um seu criado debuxador, que se chamava Duarte d'Armas ...»²⁰.

A derradeira referência documental conhecida remonta a 11 de Novembro de 1516 e é uma pública forma «feita em Lisboa a 19 dias do mês de outubro sob nossos sinais e selos, Duarte d'Armas, notário apostólico a fez, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1516 anos»²¹.

Apesar de escassas, estas referências documentais ajudam a traçar o percurso biográfico de Duarte de Armas, que teria sido Escrivão de D. João II (1491), Recebedor da Corte (1498) e Notário Apostólico (1516). Isto partindo do princípio, como julgamos ser plausível, que se trate da mesma pessoa. Mas João Alves Dias suspeita que possa haver homónimos e que os documentos não respeitem sempre à mesma pessoa²².

Para além das desaparecidas vistas de Azamor, Mámora (*Mehdia*), Salé e Larache, no Norte de África, e do desenho da misteriosa estátua equestre aparecida na Ilha do Corvo, também desaparecido, têm sido atribuídas a Duarte de Armas outras obras, por afinidades estilísticas. A mais pacífica destas atribuições é a que respeita à vista de Évora que abre a cópia do Foral Novo de Évora, outorgado a 1 de Setembro de 1501. Há, realmente, evidentes afinidades estilísticas entre esta vista e as que integram o *Livro das Fortalezas*. Se mais não fosse, compare-se o pormenor do guindaste da Igreja de S. Francisco de Évora com o pormenor do guindaste na vista de Penamacor do exemplar de Madrid (fl. 18v), pormenor infelizmente omitido na versão de Lisboa. Jorge Segurado pretendeu também atribuir a Duarte de Armas a célebre “Vista de Lisboa” da Biblioteca da Universidade de Leyden²³, mas julgamos que esta pretensão carece de fundamento. Já Ayres de Carvalho, com recurso às marcas de água dos papéis, tinha atribuído o desenho a cerca 1570-80²⁴, cronologia que foi recuada por Irisalva Moita, com argumentos convincentes, para cerca de 1535-1556²⁵, mas, em todo o caso, demasiado tardia para se poder atribuir ao Escudeiro de D. Manuel.

Quando foi desenhado o *Livro das Fortalezas*? Já vimos que em 1507-08 Duarte de Armas estava no Norte de África, acompanhando D. João de Meneses. O manuscrito não é datado, mas encerra muitos elementos cronológicos. Analisando os nomes dos Alcaldes das fortificações, muitas vezes indicados por Duarte de Armas, os autores que se debruçaram sobre este manuscrito defenderam diferentes crono-

²⁰ GÓIS, 1567, Cap. IX: 9v.

²¹ DIAS, 2016: 23.

²² DIAS, 2016, p. 21

²³ SEGURADO, 1978.

²⁴ CARVALHO, 1987: 253-254.

²⁵ MOITA, 2009.

logias: Armando Cortesão (1935) entendia que poderia ser balizado entre 1509-1516; Alfredo Pimenta (1944) preferia 1504-1510; Manuel da Silva Castelo Branco (1990) atribuí-o a finais de 1508-inícios de 1510. A datação mais rigorosa é a deste último autor, mas ela encerra uma “*discrepância*” difícil de explicar: em Monsanto e em Castelo Mendo é indicado como alcaide D. Pedro de Castro, que só se documenta como senhor de Monsanto entre 1519 (altura em que herda os títulos de sua mãe) e 1529 (ano da sua morte)²⁶. O autor procura justificar defendendo que, quando Duarte de Armas passou por estas estruturas, D. Pedro de Meneses já era o “herdeiro presuntivo” da casa de sua mãe, D. Joana de Castro, o que na realidade apenas veio a acontecer em 1519²⁷.

A análise do Quadro dos Alcaides, de M. S. Castelo Branco, revela, realmente, que o manuscrito tinha de estar a ser executado em 1509: o Alcaide de Castro Marim era Simão Correia, que desempenhou essas funções entre 1508 e 1510; em Elvas ainda aparece mencionado João Rodrigues Cabiçalvo, Alcaide Pequeno, que deixa o cargo em 1509; e em Vilar Maior o Alcaide Pequeno ou Menor era Henrique Correia, que abandona o cargo em 1510.

Mas, a datação do manuscrito pela lista dos Alcaides parte de um pressuposto: que a visita foi realizada de forma contínua, começando em Castro Marim e terminando em Caminha, e que, portanto, encerra um único momento. Terá sido assim? Duarte de Armas terá realizado a sua viagem de um só fôlego? Quanto tempo demoraria a percorrer a fronteira e a desenhar os castelos? Manuel da Silva Castelo Branco propunha que a sua viagem tivesse demorado 7 meses e que tivesse começado na Primavera de 1509 e terminado em Setembro desse ano²⁸. Seria possível desenhar 55 castelos em cerca de 186 dias? Isso daria uma média de 3,4 dias por castelo, compreendendo neste número as viagens e o tempo gasto a desenhar duas vistas, a realizar a planta e a tomar medidas... Parece-nos manifestamente pouco.

De resto, e como vimos, no manuscrito de Madrid faltam 13 fólios, mas estão ausentes as 36 primeiras vistas do manuscrito de Lisboa. Existiria outro caderno onde se desenharam essas vistas? E se sim, os dois cadernos resultariam da mesma viagem? Ou seriam o espelho de diferentes jornadas?

Deixando de lado os casos em que existe concordância, analisemos as diferenças detectadas entre os Alcaides mencionados nos manuscritos de Madrid e de Lisboa, sintetizadas no seguinte Quadro:

²⁶ CASTELO BRANCO, 1990: 15.

²⁷ CASTELO BRANCO, 1990: 15, nota 94; vd. também FREIRE, 1973, III: 292 e 393.

²⁸ CASTELO BRANCO, 1990: 16.

Estrutura	Manuscrito de Madrid	Manuscrito de Lisboa
Segura	«Alcayde Moor Lço de Bryto» (fl. 11 e 12)	«Alcayde Lço» (estando as letras Lço raspadas) (fl. 56)
Salvaterra do Extremo	«Alcayde moor Lço de Bryto» (fl. 13 e 14)	«Alcayde» [em branco] (fl. 57)
Sabugal	«Alcayde moor dom Diogo de Castro» (fl. 20 e 21)	«Alcayde» [em branco] (fl. 64)
Almeida	«Alcayde dom Pº irmão do Marquez» (fl. 28 e 29)	«Alcayde Moor ho Marquez» (fl. 73)
Vilar Maior	«Alcayde pequeno Amryque Corea por Dona Filipa mulher que foi do Sor Dom Alvaro» (fl. 22 e 23)	«Alcayde Amrique Corea» (fl. 67)
Vinhais	«Alcayde moor dom Affonso fº do Conde dAtouguia» (fl. 46)	«Alcayde Dom Aº dAtayde» (fl. 91)
Monforte de Rio Livre	«Alcayde moor dom Affonso fº do Conde dAtouguia» (fl. 48)	«Alcayde Dom Afonso dAtayde» (fl. 93)
Portelo	«Alcayde no no vy p q no achei ninguem dentro da fortaleza» (fl. 54 e 55)	«Alcayde moor Joham de Sousa» (fl. 99)

Que podemos extrair destas discrepâncias? Elas parecem indicar que o manuscrito de Madrid é um pouco mais antigo que o de Lisboa. Nos casos de Segura e de Salvaterra do Extremo, podemos deduzir que Duarte de Armas visitou os castelos quando D. Lourenço de Brito ainda estava vivo, mas que, quando realizou o Ms. de Lisboa ele já tinha falecido. Como D. Lourenço de Brito, copeiro-mor de D. Manuel I, morreu a 1 de Março de 1510²⁹, isso significa que o Ms. de Madrid foi desenhado antes dessa data, e que o de Lisboa copiado depois dessa data. D. Lourenço de Brito tinha evidentes interesses nesta zona do reino: foi Freire da Ordem do Cristo³⁰, tendo chegado a Comendador Mor da Ordem³¹; para além de ter sido Alcaide de Segura e de Salvaterra do Extremo, detinha as Comendas de Castelo Novo, de Alpedrinha e de Torre do Arrizado em 26 de Janeiro de 1493³², tendo trocado as duas primeiras, em 8 de Maio de 1493, por uma tensa anual de 100.000 reais³³. A 18 de Novembro de 1505 detinha as Alcaldarias de Segura e de Salvaterra do Extremo³⁴. Acompanhou D. Francisco de Almeida ao Oriente, falecendo numa viagem de regresso na Aguada do Saldanha, junto do Cabo da Boa Esperança (África do Sul).

²⁹ CASTELO BRANCO, 1990: 16.

³⁰ SILVA, 2002: 417.

³¹ COSTA, 2007: 228.

³² SILVA, 2002: 417.

³³ COSTA, 2007: 94.

³⁴ SILVA, 2002: 418.

No caso do Sabugal é difícil de compreender a hesitação no Ms. de Lisboa. Mas no caso de Almeida parece claro que a informação recolhida no local (registada no Ms. de Madrid) foi corrigida quando estava a realizar o Ms. de Lisboa. O Alcaide Mor de Almeida era, formalmente, D. Fernando de Meneses, 2º Marquês de Vila Real, mas este delegou em D. Pedro de Noronha, seu irmão por linha bastarda³⁵.

Em Vilar Maior, Duarte de Armas regista, no exemplar de Madrid, o nome de Henrique Correia como Alcaide Menor em nome de D. Filipa de Melo, filha de Rui de Melo, Conde de Olivença³⁶ e viúva de D. Álvaro de Portugal, falecido a 4 de Março de 1504³⁷. D. Filipa de Melo faleceu antes de 28 de Fevereiro de 1516³⁸. Mas Henrique Correia deixou de ser Alcaide em 1510.

Nos casos de Vinhais e de Monforte de Rio Livre, as diferenças entre os manuscritos de Madrid e de Lisboa não são mais do que uma precisão no apelido. Nos dois casos, o manuscrito de Madrid refere a circunstância de ser filho do Conde de Atouguia, no exemplar de Lisboa elimina-se essa referência e indica-se o apelido. E, com efeito, D. Afonso de Ataíde, filho de D. João de Ataíde (que não chegou a ser Conde), foi o 3º Conde de Atouguia, tendo recebido a alcaidaria de Monforte de Rio Livre em 24 de Outubro de 1503³⁹. Uma vez mais parece que os dados recolhidos por Duarte de Armas no terreno (registados no Ms. de Madrid), foram depois corrigidos no momento de realizar a cópia do Ms. de Lisboa.

Portelo é um dos casos mais interessantes: no exemplar de Madrid, Duarte de Armas confessa (numa frase registada na primeira pessoa do singular) que, no local, não encontrou ninguém. Posteriormente conseguiu apurar o nome do Alcaide Mor, registando-o no Ms. de Lisboa. Esta observação sedimenta a nossa convicção de que o manuscrito de Madrid é o «caderno de campo» de Duarte de Armas.

Portanto, da lista dos Alcaldes das 55 fortificações podemos deduzir:

- i) Que o levantamento de campo começou a ser realizado depois de 14 de Novembro de 1508 (data da 1ª referência a Simão Correia como Alcaide Mor de Castro Marim) e antes de 1510 (data em que este abandona a Alcaidaria⁴⁰).
- ii) Que a zona de Segura e Salvaterra do Extremo foi visitada antes de 1 de Março de 1510 (estando D. Lourenço de Brito ainda vivo).
- iii) Que o códice de Madrid terá sido realizado em primeiro lugar, e que o manuscrito de Lisboa, criado depois de Março de 1510, foi realizado a partir daquele.

³⁵ CASTELO BRANCO, 1990: 15, nota 93.

³⁶ FREIRE, 1973, III: 324-25.

³⁷ FREIRE, 1973, III: 368.

³⁸ FREIRE, 1973, III: 368; PIMENTA, 1944: 32-33.

³⁹ PIMENTA, 1944: 30.

⁴⁰ CASTELO BRANCO, 1990: 16.

Como referimos no início deste estudo, o manuscrito de Madrid foi feito em papel de linho. Por isso, ele encerra outros elementos susceptíveis de datação: as filigranas ou marcas de água. Apenas Armando Cortesão e Manuel Gonzalez Simancas tentaram explorar um pouco esta perspectiva⁴¹. Ao longo do códice de Madrid foram utilizados papéis com três marcas de água distintas, distribuídos por grupos homogêneos⁴²:

Primeiro grupo: marca de água com mão esquerda aberta, pulso desenhado, e, em cima, ligado por segmento de recta ao dedo anelar, uma flor de cinco pétalas. Na palma da mão foi grafada a letra P.

Segundo grupo: marca de água com mão esquerda aberta, pulso desenhado e flor de seis pétalas com círculo central. Não apresenta qualquer letra grafada na palma da mão ou na zona do pulso.

Terceiro grupo: marca de água constituída apenas pela letra B, em que as extremidades da haste vertical rematam com pequenos círculos ou aselhas.

Recorrendo à clássica obra de Charles-Möise Briquet, à monumental base de dados do Bernstein Project (Projecto «Memory of Paper», on line) e à base portuguesa do Projecto TECNICELPA⁴³, conseguimos identificar alguns paralelos. Apesar dos esforços não conseguimos encontrar paralelo rigoroso para a primeira marca de água. Armando Cortesão também não tinha sido mais feliz, mas Manuel Gonzalez Simancas referiu que encontrou essa marca em papel de 1498, utilizado num Livro de Visitações da Ordem de Santiago⁴⁴. Na base portuguesa do Projecto TECNICELPA encontramos uma marca aparentada, mas não rigorosamente igual, na edição impressa das *Ordenações Manuelinas*, Livro II⁴⁵.

Para a segunda marca – a mão encimada por flor de seis pétalas – identificamos vários paralelos. O motivo aproxima-se bastante do n.º 11.165 de Briquet, que corresponde a papel dos inícios do séc. XVI (Perpignan, 1505)⁴⁶, embora tenha pequeníssimas diferenças de pormenor. Tem paralelos estreitos com marca de água presente num incunábulo da Biblioteca Histórica da Universidade de Valência, registada na base de dados do IVCR (Institut Valencià de Conservació i Restauració de Béns Culturals) (Ref^a. ES-VLC-BH_INC.170_b), bem como na marca de água n.º 711 da WIGB (Watermarks in Incunabula Printed in Great Britain), em papel utilizado em incunábulo de c. 1500. E ocorre em papéis portugueses das duas

⁴¹ CORTESÃO, 1935:113, nota 1; GONZALEZ SIMANCAS, 1910-11, vol. 25: 62.

⁴² Agradecemos à Dr^a. Maria José Rocio Zamorano, do Servicio de Manuscritos e Incunables da BNE, as informações prestadas.

⁴³ SANTOS, 2015.

⁴⁴ GONZALEZ SIMANCAS, 1911: vol. 25: 62.

⁴⁵ SANTOS, 2015, Inv. MM 107.

⁴⁶ BRIQUET, 1923, vol. 3: 568.

primeiras décadas do século XVI recenseados no Projecto TECNICELPA com os números Inv. MJ 662a, MM 140 e MM 105⁴⁷.

Por fim, para a terceira marca de água – a letra B – que Armando Cortesão associou à marca Briquet 8027⁴⁸, discordamos dessa identificação, preferindo associar antes à marca Briquet 8031, aparecida em papel de Vannes de 1513⁴⁹, que é absolutamente idêntica à nossa.

A análise das marcas de água confirma, portanto, que estamos perante papel produzido muito provavelmente na primeira década do séc. XVI.

É tempo de tentar responder à pergunta central: porquê dois manuscritos? Na análise da lista dos Alcaides já deixamos transparecer a nossa opinião. Julgamos que o manuscrito que hoje se conserva na Biblioteca Nacional de Espanha, em Madrid, pode ser considerado o «caderno de campo» de Duarte de Armas. Por isso ele utilizou papel de linho, um material mais económico do que o pergaminho, tendo este sido destinado para a obra final, entregue a D. Manuel I. Neste sentido, e como já vimos a partir da análise interna das discrepâncias no registo dos Alcaides, julgamos que o exemplar de Madrid é um pouco mais antigo que o manuscrito pergamináceo de Lisboa. Temos vários indícios de que o manuscrito de Madrid é o «caderno de campo».

O volume da Biblioteca Nacional de Espanha recebeu uma nova encadernação depois de 1921, mas preserva a velha encadernação, em pergaminho, no final do volume. E aqui há dois elementos que cumpre valorizar. Na capa, em letras capitais, hoje muito delidadas, lê-se a inscrição «IN HOC SIGNO VINCES», o lema que D. Manuel I utilizou no reverso dos Tostões de prata e dos Portugueses e Meios Portugueses de ouro e que depois foi tão usual no reverso dos numismas portugueses até ao reinado de D. Maria II. Manuel Gonzalez Simancas e Armando Cortesão, que viram a obra em melhor estado, registam a leitura que hoje, a custo, ainda se consegue confirmar⁵⁰. Mas, sumamente mais importante é um pequeno registo que se encontra na contra-capas e que hoje se apresenta como virtualmente ilegível. Manuel Gonzalez Simancas refere que leu aqui, com auxílio de “reagente químico”, a seguinte frase: «D duarte Darmas e este llybro»⁵¹. Esta pequena frase é de uma enorme relevância: ela esclarece que o volume de Madrid pertenceu, outrora, ao próprio Duarte de Armas.

Mas ao longo do manuscrito de Madrid há vários pormenores que, devidamente valorizados, confirmam a nossa opinião. As vistas foram desenhadas nos próprios

⁴⁷ SANTOS, 2015.

⁴⁸ CORTESÃO, 1935: 113, nota 1.

⁴⁹ BRIQUET, 1923, vol. 3: 435.

⁵⁰ GONZALEZ SIMANCAS, 1910-11, XXII: 378; CORTESÃO, 1935: 113.

⁵¹ GONZALEZ SIMANCAS, 1910-11, XXII: 378; também referido por CORTESÃO, 1935: 115).

locais e, para abreviar o trabalho, nas áreas limítrofes ou periféricas dos povoados, nos arrabaldes, Duarte de Armas anotou “instruções” (a presença de olivais, de castanhais, de vinhas, de hortas, etc) para que, mais tarde, quando estivesse a fazer a versão final, soubesse como completar as representações dessas zonas. Essas legendas foram suprimidas no manuscrito de Lisboa e substituídas pelos respectivos desenhos. Atente-se, por exemplo, na vista de Castelo de Vide. No exemplar de Madrid, nos arrabaldes da vila aparecem legendas indicando «oliveyras», «castanhaes» e «ribeyrynha» (fl. 3vº moderno = fl. 16vº antigo). No exemplar de Lisboa as legendas desaparecem e foram substituídas por arvoredos (fl. 42vº). Na vista de Nisa foram anotadas «vinhas e olivales» e «vinhas» (fl. 5vº-6 moderno = fl. 19vº-20 antigo), legendas que uma vez mais desaparecem no exemplar de Lisboa, sendo substituídas por desenhos (fl. 48vº-49). Na vista de Castelo Branco assinala-se, em legendas, «olivales», «rosyo», «estalagens», «hermida», «porta» e «relogio» (fl. 6vº-7 moderno = fl. 20vº-21 antigo). No exemplar da Torre do Tombo todas as legendas desaparecem, e a dos «olivales» foi substituída por um bosque frondoso (fl. 51vº-52). Acresce que a casa correspondente à estalagem, por omissão da legenda, deixou de ser identificada como tal, passando por uma comum habitação. A outra vista de Castelo Branco é igualmente elucidativa, bastando comparar-se os desenhos de Madrid (fl. 7v-8 moderno = fl. 21vº-22 antigo) e de Lisboa (fl. 52vº-53) e a substituição das “indicações gerais” por desenhos. Julgamos que não é necessário avançar com mais exemplos. Mas não queremos deixar de acrescentar um derradeiro argumento: o manuscrito de Madrid é omissivo em pormenores “ornamentais” (como os “auto-retratos” com pajem, ou os pormenores da vida quotidiana), que aparecem com alguma frequência no exemplar de Lisboa. É o caso do pormenor da fonte de Ouguela com as mulheres a recolherem água (fl. 30), do poço em Montalvão também com mulheres (fl. 50), do almocreve em Castelo Branco (fl. 52), do enforcado em Bragança (fl. 90). Estes pormenores não foram desenhados nos próprios locais, mas resultam da imaginação de Duarte de Armas, que pretendeu enriquecer algumas das vistas com pormenores do quotidiano. A única exceção será talvez o altar popular da vista do Sabugal, com as duas imagens de madeira, velhas, que está presente nos dois manuscritos (ms. Madrid, fl. 19vº; ms. Lisboa, fl. 65).

O manuscrito de Madrid resulta, ainda, de um registo contínuo, o que não acontece com o exemplar de Lisboa, onde, planeando realizar futuras viagens, Duarte de Armas deixou alguns fólhos reservados para locais que não tivera oportunidade de visitar e desenhar. No exemplar madrileno ao fólho de Assumar sucede-se, no verso, o fólho de Alpalhão. No manuscrito de Lisboa, o fólho de Assumar é o fl. 36 e o de Alpalhão é o fl. 40vº. De permeio, apresenta vários fólhos em branco ou ausentes mas contabilizados na numeração (fl. 36vº a fl. 40). No índice, como vimos, estão destinados a Alegrete e a Portalegre. Isto significa que Duarte de Armas nunca

visitou ou desenhou Alegrete e Portalegre (no seu caderno de campo, o manuscrito de Madrid, não estão presentes) mas que planeou voltar mais tarde, para desenhar os castelos em falta. Do mesmo modo, no códice de Madrid, ao fl. 18 antigo (fl. 4 moderno) que retrata Castelo de Vide, sucede o fl. 18vº (fl. 4vº moderno) que retrata Nisa. Não falta nenhuma folha. No exemplar da Torre do Tombo, entre o fl. 44 (Castelo de Vide) e o fl. 48v (Nisa) há dois fólios em branco (Fl. 44vº-45 e 45vº-46), reservados, no índice, para as vistas de Marvão, que Duarte de Armas nunca visitou nem desenhou. Sinal, uma vez mais, que planeou regressar à fronteira, para concluir a sua missão.

Se o manuscrito de Madrid nos prova que há locais que Duarte de Armas não visitou durante o seu percurso, mas planeou lá regressar (Alegrete, Portalegre, Marvão), também temos casos inversos: no exemplar da BNE, à vista de Nisa (fl. 19vº-20 antigo = fl. 5vº-6 moderno), sucede a vista de Castelo Branco (fl. 20vº-21 antigo = fl. 6vº-7 moderno). No manuscrito de Lisboa, entre as vistas de Nisa (fl. 48vº-49) e Castelo Branco (fl. 51vº-52) encontramos as duas vistas de Montalvão. Quando foram feitas? Numa segunda deslocação? Ou a partir de outros apontamentos? É mais um dado a apontar para a possibilidade de ter havido mais do que uma deslocação. Como referimos acima, a propósito dos 13 fólios que faltam no início do manuscrito de Madrid, que correspondem a 36 fólios do manuscrito lisboeta, são vários os indícios que apontam para a possibilidade de várias viagens. O «caderno de campo» de Duarte de Armas parece ser o resultado da principal viagem, em que a maior parte das fortalezas foi visitada. Mas houve casos que tiveram de ser desenhados noutra ocasião (mais cedo ou mais tarde?). E houve viagens programadas que, muito provavelmente, nunca se chegaram a concretizar.

Mas há outros problemas que não conseguimos resolver. A ausência das plantas (“prataformas”) dos castelos no manuscrito de Madrid, por exemplo. Teria Duarte de Armas um outro caderno apenas destinado às *prataformas*? A ausência das vistas de Barcelos e de Sintra, que não surgem no exemplar de Madrid. Terão sido, tal como Montalvão, desenhadas em deslocação distinta? Ou haveria mais do que um caderno?

Para a datação dos dois manuscritos a vista de Almeida assume uma particular importância. Comparando a primeira vista de Almeida do exemplar de Madrid (fl. 27vº-2) com a sua congénere do manuscrito de Lisboa (fl. 72vº-73), há diferenças assinaláveis: no manuscrito de Lisboa aparece desenhada uma barreira ou barbacã, com torreões redondos dotados de troeiras e a legenda «*Esta barreyra e coberlos se fizerom novos*». Por seu turno, na segunda vista de Almeida, no manuscrito madrileno (fl. 28vº-29) aparece a legenda «*Esta rareyra [sic] he nova quanto diz ante a porta s. ho que parece nesta pintura*» (parecendo indicar que haveria epígrafe junto da porta), enquanto no exemplar de Lisboa a legenda desaparece

e é substituída pelo desenho de uma barbacã com torreões redondos dotados de troeiras (fl. 73vº-74). As diferenças entre as duas vistas não parecem resultar de intervenção no “gabinete”, antes sugerindo um segundo desenho. E o que sabemos do ritmo de obras militares em Almeida? A 8 de Setembro de 1508, D. Manuel I mandou Mateus Fernandes (III) fazer uma vistoria às obras da “barreira” (barbacã) de Almeida que o biscainho Francisco Danzillo estava a fazer⁵². Conhecemos o recibo de Mestre Mateus Fernandes (III) relativo às despesas realizadas durante esta visita de 1508 a Almeida, datado de 10 de Novembro de 1512⁵³. Martim Lourenço, que acompanhou Mateus Fernandes na visita a Almeida, recebeu em 27 de Outubro de 1508, o pagamento relativo aos 28 dias que durara a viagem⁵⁴. E, por fim, sabemos que Francisco Danzillo estava, na Quaresma de 1511, em Tavira, pronto para partir para o Norte de África, onde trabalhou na grande campanha de renovação de Alcácer Ceguer, Ceuta, Tanger e Arzila⁵⁵. Estes dados documentais parecem sugerir que Duarte de Armas terá visitado Almeida uma primeira vez, antes de 1508, quando as obras estavam a iniciar-se (como refere na legenda da segunda vista), mas que pouco depois regressou a Almeida, para anotar o aspecto final que as obras tinham assumido. O ritmo de obras das defesas de Almeida são, por isso, importantes para caracterizarmos a cronologia relativa dos dois manuscritos do Escudeiro de D. Manuel I.

Concluindo, o manuscrito de Madrid parece-nos ser o “caderno de campo” de Duarte de Armas, com todas as implicações que de aqui decorrem: que se trata de um original um pouco mais antigo que o exemplar de Lisboa; que as vistas das povoações do manuscrito de Madrid devem ser entendidas como mais fidedignas que as de Lisboa (porque foram realizadas no local, e sem acrescentos estereotipados); que as legendas do manuscrito de Madrid são, de uma maneira geral, mais interessantes que as do exemplar de Lisboa (com excepção de toda a derradeira parte, respeitante às *prataformas*, onde, infelizmente não dispomos dos desenhos originais e só conhecemos a versão de Lisboa); que os pormenores pitorescos do manuscrito de Lisboa e o tratamento dado aos espaços periféricos das povoações (com as suas hortas, vinhas, propriedades vedadas, campos agricultados, etc.) devem ser entendidos como “criação livre” de Duarte de Armas, devendo ser encarados com bastantes reservas, não passando de representações estereotipadas. Julgamos que a obra de Duarte de Armas deve ter sido feita em várias deslocações, e não numa única (como recomendam o exemplo de Almeida, a ausência das vistas de

⁵² VITERBO, I: 271.

⁵³ VITERBO, I: 339.

⁵⁴ VITERBO, II: 85 e 90.

⁵⁵ VITERBO, I: 273-274.

Montalvão no Ms. Madrid, e o teor de algumas legendas), e isso dificulta o trabalho de datação do original por meio da lista de Alcaides, porque ela deixa de corresponder a um único momento. Finalmente, julgamos que o manuscrito de Madrid, ligeiramente mais antigo, será de 1508-inícios de 1510 (anterior a Março de 1510). E que o manuscrito de Lisboa, trabalho de gabinete destinado a D. Manuel I, deve ter sido executado pouco depois de Março de 1510, quando já tinha chegado ao reino a notícia da morte de D. Lourenço de Brito, na *Aguada do Saldanha*.

BIBLIOGRAFIA

Edições do Livro das Fortalezas

- ALMEIDA, João de (1943) – *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*. Lisboa: Editorial Império.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1990) – Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas. Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, com Introdução e Notas de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: INAPA/ANTT (2ª ed., 1997; 3ª ed., 2006).
- DIAS, João José Alves (2016) – *Duarte de Armas, Livro das Fortalezas*, Ed. de João José Alves Dias. Lisboa: Caleidoscópio/Academia Internacional de Cenografia.

Estudos

- BARROCA, Mário Jorge (2003) – *Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)*. «Portvgalia», Nova Série, vol. 24, Porto, p. 95-112.
- (2014) – *Representações de Espaços Urbanos do Noroeste de Portugal nos alvares da Época Moderna*. In VIGO TRASANCOS, Alfredo, coord. – *La Ciudad y la Mirada del Artista. Visiones del Atlántico*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 419-435.
- BOISSELLIER, Stéphane (2002) – *Les relations entre l'habitat et les châteaux dans le sud du Portugal à la fin du Moyen Âge (d'après le Livro das Fortalezas de Duarte Darmas): Évolution depuis la Reconquête*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 497-508.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1990a) – O «Livro das Fortalezas» de Duarte de Armas, «Oceanos», vol. 5. Lisboa: CNCDP, pp. 117-122.
- (1994) – *O Livro de Duarte de Armas*. In MOREIRA, Rafael (Coord. de) – *Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: CNCDP, pp. 101-106.
- CORTESÃO, Armando (1935) – *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, vol. II. Lisboa: Ed. Seara Nova, pp. 110-120.
- DE BOOS, Emmanuel (1998) – *Larmorial d'Auvergne, Bourbonnois et Forestz de Guillaume Revel*, 3 volumes.

- DIAS, João José Alves (1996) – *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, Lisboa.
- DURAND, Robert (1993) – *Frontière, fortifications et villes au Portugal d'après le Livro das Fortalezas (début XVIe siècle)*. In BOURIN, Monique, coord. – *Villes, bonnes villes, cités et capitales. Études d'Histoire Urbaine (XIIIe-XVIIIe siècles) offertes à Bernard Chevalier*. Caen, p. 231-237.
- FARIA, Manuel Severim de (1655) – *Noticias de Portugal oferecidas a ElRey N. S. Dom Ioão o IV*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana.
- FOURNIER, Gabriel (1973) – *Châteaux, villages et villes d'Auvergne au xv^e siècle d'après l'armorial de Guillaume Revel*. «Bibliothèque de la Société française d'archéologie» n^o 4, Édition Arts et Métiers Graphiques.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973) – *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., Lisboa: INCM.
- GOIS, Damião de (1567) – *Chronica do Príncipe Dom João...*, Lisboa.
- (1929) – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. II, Coimbra: I.U.
- GONÇALVES, Iria (2005-2006) – *Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas*. «Media Aetas», 2^a Série, vol.2, Ponta Delgada, p. 67-100.
- GONZALEZ SIMANCAS, Manuel (1910-11) – *Plazas de guerra y castillos medioevales de la frontera de Portugal (Estudios de Arquitectura Militar)*. «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», Madrid, vol. 22, 1910, p. 372-396; vol. 23, 1910, p. 81-117; p. 244-287; p. 375-387; vol. 24, 1911, p. 1/19; e vol. 25, 1911, p. 18/63.
- LAFFONT, Pierre-Yves, coord. (2011) – *L'Armorial de Guillaume Revel*, DARA (Documents d'Archéologie en Rhône-Alpes et en Auvergne), Ed. ALPARA.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os Castelos Portugueses nos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Ed. Colibri.
- PIMENTA, Alfredo (1944) – *Duarte Darmas e o seu Livro das Fortalezas*, Lisboa: Ed. do Autor [Col. «Estudos Históricos», XXII].
- SABUGOSA, Conde de (1903) – *O Paço de Cintra*. Lisboa: Imprensa Nacional (reed. fac-similada, Sintra: Câmara Municipal e Gabinete de Estudos Históricos e Documentais, 1989-90)
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2015) – *Marcas de Água; Séculos XIV a XIX. Coleção TECNICELPA*, Paços de Brandão: Museu do Papel Terras de Santa Maria.
- SILVA, Isabel Morgado (2002) – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, in *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 6, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- VASCONCELOS, José Leite de (1924) – *Vida portuguesa antiga segundo documentos iconográficos. 19. O «Livro das Fortalezas do Reino» como fonte de Etnografia*. «Boletim de Etnografia», n.º 3, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, p. 5-11.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa (1899-1922) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses...*, 3 vols., Lisboa: Imprensa Nacional (reed. fac-similada, Lisboa: INCM, 1988).

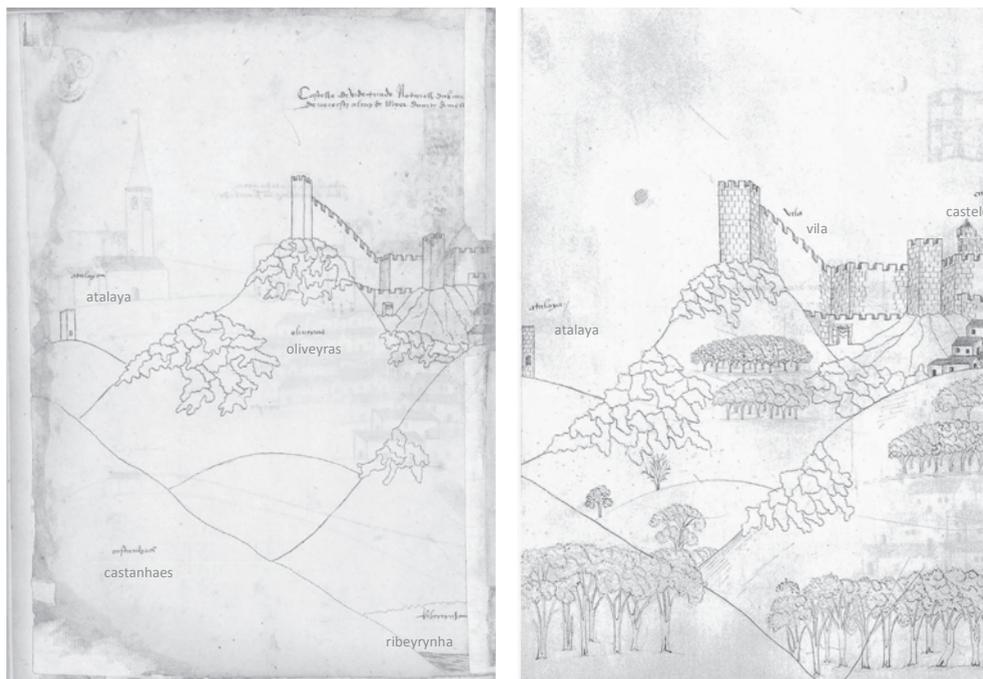


Fig. 1. Comparação dos desenhos de Castelo de Vide de Duarte de Armas: à esquerda, o fl. 3vº moderno (= fl. 16vº antigo) do Manuscrito de Madrid (BNE, Mss 9241); à direita, o fl. 42 vº do Manuscrito de Lisboa (IANTT, Casa Forte, Ms. 159).

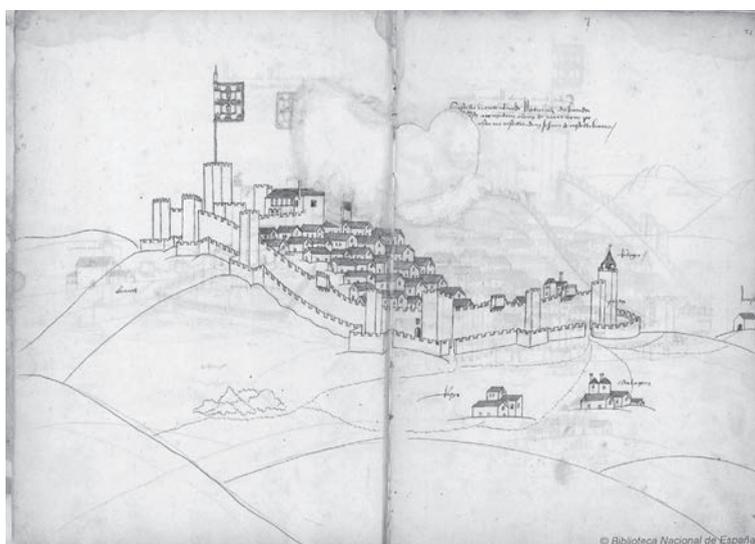


Fig. 2. Vista de Castelo Branco segundo o Manuscrito de Madrid (BNE, Mss 9241, fl. 6vº-7 moderno = fl. 20vº-21 antigo).

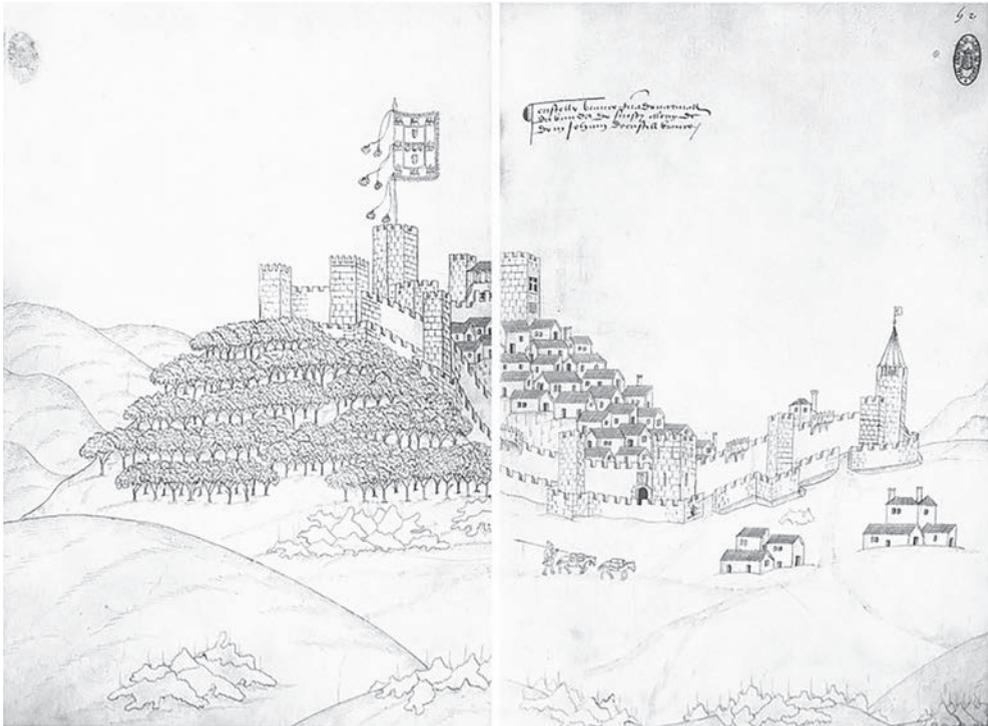


Fig. 3. Vista de Castelo Branco segundo o Manuscrito de Lisboa (IANTT, Casa Forte 159, fl. 51vº-52).

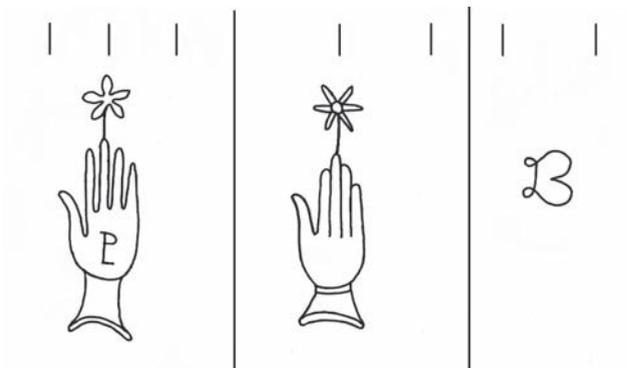


Fig. 4.
As três marcas de água do
Manuscrito de Madrid
(BNE, Mss 9241).

TRANSFORMATIONS OF RIGA'S FORTIFICATION SYSTEM IN THE 17TH CENTURY AS A LOCAL MANIFESTATION OF WELL-ORDERED FORTRESS

ANNA ANCANE*

Resumo: Na segunda metade do século 17 a arquitetura de Riga experimentou transformações substanciais. Riga tornou-se uma das fortalezas mais importantes do império Sueco o que marcou uma linha divisória para o início da modernização das fortificações de Riga ao longo do século. Dois períodos de crescimento são evidentes – na década de 1650 e 1680-1690. O primeiro período foi a síntese do antigo sistema holandês; em 1680-1690 o sistema de defesa sintetizado francês foi implementado em Riga pelo Erik Dahlbergh; seus projetos da parte frontal dos bastiões foi uma das principais invenções.

Uma paisagem arquitetônica da cidade dos tempos de barroco começa com o cinto de fortificações. O contexto internacional do fenômeno, uma vez introduzido no ambiente local, cria a paisagem arquitetônica particular da cidade e torna possível falar sobre o “o espírito do lugar”.

Palavras-chave: Fortificações; Fortaleza; Barroco; Planeamento Urbano.

Abstract: In the 2nd half of the 17th century the architecture of Riga experienced substantial transformations. Riga became one of the most important fortresses of the Swedish empire and this marked a borderline for the modernization of Riga's fortifications throughout the century. Two periods of rise are evident – in the 1650s and 1680s–1690s. The first period synthesized Old Dutch system; in 1680s–1690s the synthesised French defence system was implemented in Riga by Erik Dahlbergh; his projects of the front of bastions was a major invention. An architectural landscape of baroque-time city starts with the belt of fortifications. The international context of the phenomena, introduced into the local milieu, creates the particular architectural landscape of the city and makes possible to talk about the “spirit of place”.

Keywords: Fortifications; Fortress, Baroque; Urban Planning.

* Institute of Art History of the Latvian Academy of Arts.

The 17th century is an essentially important period in Riga's history of architecture, indicating dynamic changes in both fortification building practice and urban planning. What fostered the development and stabilization of those individual features of Riga's urban image during the Baroque period and later on? The specific architectural landscape of baroque-time city starts first and foremost, with a monumental framework of fortifications that embraces a whole urban body, and updating Riga's fortifications created preconditions for a number of major moves in city plan, endowing Riga with the traits of a Baroque town-fortress.

In the course of the 17th century, the idea about fortification amendments was among the topical questions in the European architecture. In 1621, after the series of conflicts between the Polish–Lithuanian Commonwealth and the Swedish Empire, Swedish forces under the leadership of Gustav II Adolph succeeded in taking the city of Riga after a siege. Riga became one of the most important fortresses of the empire. This marked a borderline for the commencement of wide-scale modernization and radical transformations of Riga's fortifications throughout the century. The visual information that exemplifies the development of Riga's defense system in the 17th century is being represented mainly by the cartographic collections of maps, plans and drawings in archives of Riga, Swedish Military Archives and the National Archives in Stockholm. Views and panoramas created by eyewitnesses is an important source, studying the specificity of Riga's fortifications and architecture. (Fig. 1).

Two main ascending periods of the amendments of Riga's defensive works can be noted during the 17th century: 1) 1630s to '50s when the reconstruction projects were developed according to the Old Dutch fortification system; 2) introduction of a compound system where French and Dutch inventions were combined. This innovation manifested itself progressively in the 1670s and 80s, while the peak of its implementation may be related to the 1690s.

The first reconstruction period deals with introduction of so-called Old Dutch fortification principles. Initial ideas about reconstruction of Riga's fortress dates

Fig. 1.
Carl Magnus Stuart.
Bird's-eye view of
Riga and its suburbs.
Fragment. About
1700. *Swedish
Military Archives
(Krigsarkivet): SFP,
Riga Nr. 26.*





Fig. 2.
2a – Heinrich Thomé.
Plan of Riga's fortification improvement. 1633. Version B. Swedish National Archives (Riksarkivet): Oxenstiernska saml., Nr. 17, bl. 1–2 (kartavd., m. form.)



2b – Matthäus Merian.
Bird's-eye view of Riga. About 1637. The Museum of the History of Riga and Navigation [RVKM, inv. No. VRVM 32256.]

back to 1621: the envisaged improvements are outlined in a map made for spying purposes by the military engineer Georg Günther Kröll and showing the siege of Riga in 1621. Subsequently, since 1632, extensive works were launched under the supervision of military engineer Heinrich Thomé. His novel plan according to the Old Dutch conception envisaged complicated system of earth ramparts, bastions and ravelins, water ditches and other outworks (Fig. 2a). Matthäus Merian captured reconstruction results of this period in his perspectival view about 1637, featuring Riga as a fortified ideal city (Fig. 2b).

The spread of the Old Dutch fortification system throughout Europe was fostered by an influential centre of learning where military engineers and architects from different countries could perfect their qualifications – the University of Leiden and



Fig. 3.
Johann van
Rodenburgh. Construction project for Riga's suburbs. 1650–1652. *The Museum of the History of Riga and Navigation*. [RVKM, inv. No. VRVM 161851.]

the course of lectures dealing with the so-called *Duytsche Mathematique* (“Dutch mathematics”) taught by a renowned theoretician – professor Nicolaus Goldmann. Goldmann’s work *La nouvelle fortification* (Leiden, 1645) also had an important role in the popularization of fortified ideal city, significantly influencing the 17th century Dutch architects, military engineers and urban planners as well as those from other countries, including Northern Germany, Scandinavia and the Eastern Baltic region¹.

From 1625 on, all new plans practiced in the Swedish empire as a rule, became right-angular gridiron plans – from small and simple plans to the most complex and grandiose². But, “austerity and restraint of character does not necessary mean poor, lacking in knowledge of international models and without artistic ability”³. In 1650, Franciscus Murrer worked out the upgraded defense project for Riga, to protect the city and its suburbs with bastions. The same year an experienced military engineer, colonel Johann van Rodenburgh experimented in his drafts with the configuration of planned fortifications, modelling the shape of defensive line and shifting ingeniously the spatial masses, encompassed by the bastion front. The final version was the most ambitious one – it was an innovative project for Riga’s suburbs and defense line with thirteen bastions and a water ditch (Fig. 3). The project was based on a regular gridiron plan and envisaged the amplification and regularization of Riga’s suburbs on a broad scale. Like a number of Dutch town-planning influence zone cities of the time, the Riga plan allocated a significant role to the introduction of a

¹ MARTENS & OTTENHEYM, 2013: 372.

² AHLBERG, 2007: 6.

³ AHLBERG, 2007: 6.

water channel system to the regularized suburbs. Two straight channels, running out of the river Daugava, marked the lines of warehouse quarters.

The grandiose bastioned defense line encircled not only the newly-designed regularly divided suburbs, but included also Riga fortress as a kernel of overall structure, equipped with an inner line of defense – a series of bastions and wet moats. The plan by Rodenburgh distinctly represents how the main principles of the Old Dutch fortification system was introduced into more distant regions of Northern Europe and Eastern Baltics. Prior to their activities in Riga, i.e. in 1640s, both Rodenburgh and his assistant Johann Werenskjöld visited Holland and, supposedly, attended Goldmann's lectures of fortification art at the Leyden University⁴.

The construction works of new fortifications in Riga were interrupted by force of economic and political circumstances, caused by siege of Riga by Tsar Aleksey Mikhailovich's troops in 1656. Rodenburgh's proposal was reduced to the restoration of wooden palisades and a regular planning for suburbs.

Rodenburgh's plan was related to the ideas of ideal city topical throughout Europe, as early as real or utopian plans of knitting together the old and new street network abounded (examples – Haarlem, Groningen, Utrecht, Gothenburg, Vänersborg, etc.). The plan adhered to the principle of orienting the street network along east-west and north-south directions, subjecting the included territory to strict geometrisation. The intent of integrating the city's older part with its irregular medieval street network into a common structure with the surrounding territory reveals the author's vision of how to implement the concept of ideal city and ideal fortress in an already existing environment. This example shows how urbanism of the baroque time, by the way of fortification planning, demonstrated its esthetical concept of spatial coherence, interpreting a city as an overwhelming composition.

The 2nd Reconstruction Period of Riga defense system encompasses the time period from 1670s to late 1690s. The planning and construction works of Riga fortress went on under the guidance of the General Governor of Livland Erik Jonsson Dahlbergh – one of the leading military engineers and town planners in Europe of that time. Dahlbergh's plan was oriented first and foremost towards the modernization of the defence system of the city, logical co-ordination of broad spatial masses, with an emphasis on a large-scale mode of thinking. With regard to fortress design, the military genius of Dahlbergh manifested itself by the introduction of his own synthesised French-Dutch system, instead of quoting his predecessors. Thus Dahlbergh, broke away from Sweden's slavish dependence on the Netherlands style⁵. Undoubtedly, Sebastien Le Prestre de Vauban – the most significant figure

⁴ EIMER, 1961: 224.

⁵ DUFFY, 1985: 126.

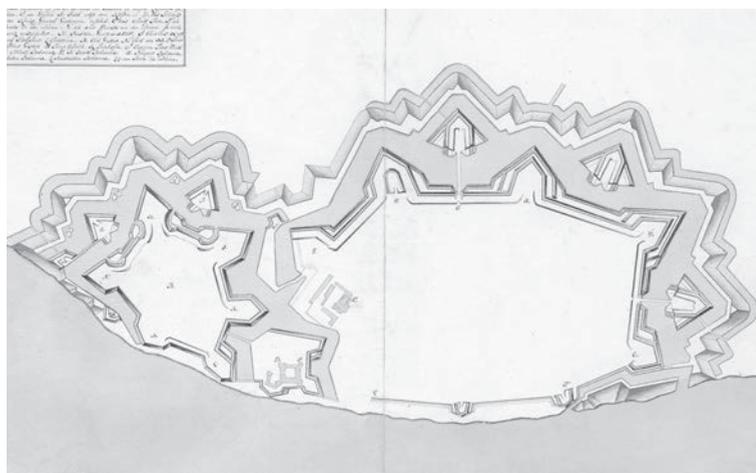


Fig. 4.
Erik Dahlbergh.
Riga's fortification
plan with the Citadel.
The 1680s. *Swedish
Military Archives
(Krigsarkivet): SFP,
Riga Nr. 31b.*

in the 17th century military architecture – stands out as Dahlberg's main source of inspiration. Equally with Vauban, Dahlberg invented every fortress individually, adapting to local conditions. A distinctive feature of Dahlberg's fortresses inherent to Riga as well, was sturdy fortifications with particularly big bastions and series of ravelins and outworks (Fig. 4)⁶. Almost everywhere we see evidence of Dahlberg's fondness for particularly massive, projecting bastions, ample casemates and series of defense ditches with ravelins and other auxiliary structures. These obstacles were placed as a screening role in front of the bastioned trace, as extra „layers of the onion”⁷ – one of Vauban's basic principles for the creation of „depth defence”. Simultaneously, Dahlberg's inventive mind allowed him to merge the typological traits of different defense systems: not only French, but also New Dutch fortification principles, used by Vauban's rival – Dutch military engineer Menno van Coehoorn. Although in the mid-17th century six bastions were already built around the city of Riga, they underwent substantial modernization under Dalbergh's guidance. Four ravelins were also added until the end of the century. To enhance the defensive capacity of each bastion, they were double-flanked. Innovation of the French system introduced casemates and gunpowder storages in bastion faces – therefore Dahlbergh's bastions had short flanks and several levels.

To protect Riga from north, in 1650 the construction of Citadel was also initiated. In line with Dahlbergh's concept, after 1670 the Citadel was separated from the Riga Castle as a detached fortress (Fig. 5), enlarging its territory and moving it farther northwards. Obviously, the project of the Citadel was inspired by the idea

⁶ AHLBERG, 2007: 9.

⁷ GRIFFITH, 2006: 44.

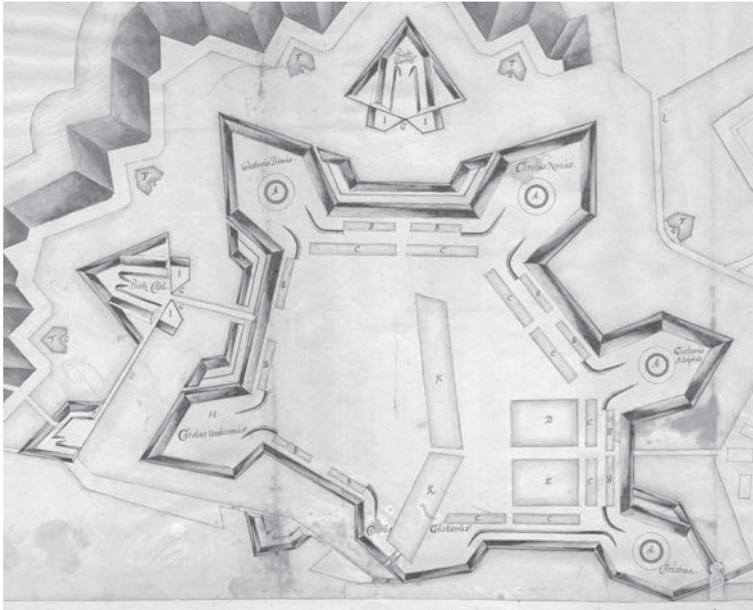


Fig. 5.
Erik Dahlbergh. Riga
Citadel layout with
bastion towers (A).
The 1680s. *Swedish
Military Archives
(Krigsarkivet)*: SFP,
Riga Nr. 24.

about a fortress of star-like configuration that spread throughout Europe since 15th century, owing to theoretical works by Italian architects Baldassare Peruzzi, Pietro Cataneo, Vincenzo Scamozzi, as well as German theoreticians Daniel Speckle, Johann Melchior von Schwabach and others. Ideal city plans illustrated various theoretical works on the ideal form and function of fortified towns. A rather early sample – Fort Bourtange – was created in the Netherlands, a later version – in Naarden. In late 17th century several replicas of Palmanova were created in the North – like Fredrikshamn in Sweden and the Citadel of Copenhagen. The most significant specimen of this kind was Vauban's created Neuf-Brisach in France, which Dahlbergh had to know quite well. Unlike the city fortifications, that were created taking into consideration to greater extent the pre-existent medieval town structure, the specific strategic location and function of Riga Citadel allowed to envisage a compact, star-shaped fortress with six bastions, a wide water-filled ditch and two ravelins. As one can observe from a plan of Citadel, characteristic round towers were designed on each bastion, in this way providing the best possible defence of the fortress. They were more expensive to build, yet the idea of bastioned towers was to prolong resistance for longer than was possible for a normal bastion. It was supposed to act as a heavily armed and self-sufficient citadel in its own right⁸. The

⁸ GRIFFITH, 2006: 44.



Fig. 6.
Excavations at the
Marstall bastion.
Outer wall of the
bastion flank with
dolomite cladding.
Excavation site in
November 2015.

rounded, multi-level bastion towers were the surest signs of Dahlberg's presence. Samples of this kind existed also in Wismar, Malmö, Göteborg etc.⁹

Dahlberg also implemented into practice the idea of construction of bastions at the riverside. His plan from 1680s shows three triangular projections directed towards the river Daugava. Two of these are the only in part remaining original bastions preserved in Riga that provide us with authentic information regarding the Dahlbergh-time construction principles. In late 17th century the art of fortification building reached the climax of complexity and invention: they were fabricated out of softish stone bedded on deep masses of earth. Outer walls of bastions, ravelins and ramparts were covered with masonry; there were generally varieties of dolomite stone used as building materials. The Bishop's bastion or so-called, "Triangel" has been uncovered in 1999, its fragment is conserved and visible nowadays. The excavations uncovered entire wall moulding of the bastion, in a relatively good state of conservation. It was a pentagon in plan, with edges of slightly different length (~22-28 m)¹⁰. The breadth of the bastion by the curtain was 61 m. The outer wall, whose thickness reached 2,2 m, was built of rough grey dolomite stones. The cladding contained a mixture of irregular stone pieces and bricks, joined by a cohesive substance, but the external surface was coated by rosy or grey cut dolomite blocks. Its sloping wall was supported by 12 square buttresses from inside the bastion.

⁹ DUFFY, 1985: 196.

¹⁰ LŪSĒNS, 2000: 3.

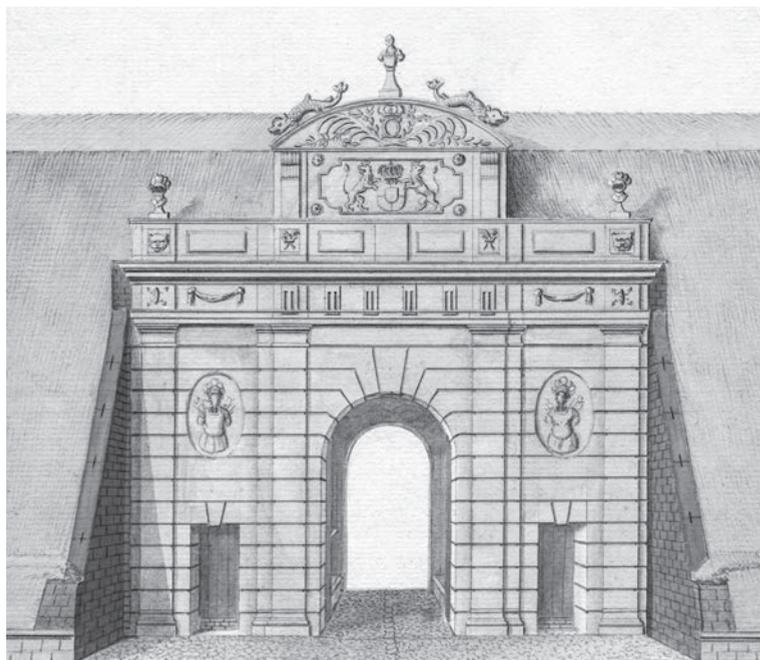


Fig. 7. King's Gate in the Citadel of Riga. About 1670. Designed by Erik Dahlbergh, realised by the master builder Niklas Bollart and sculptor Christoph Mittelhausen. Drawing by Johann Christoph Brotze. 1791. *The Academic Library of the University of Latvia, Rare books and manuscripts collection.* [LUAB RRGN, coll. No. bm04180a.]

Recent archaeological excavations, carried out in November, 2015, have revealed remains of Marstall bastion (Fig. 6) – the most extensive one among the riverside defensive constructions, whose major part still lies intact under the street level. The thickness of the bastion wall reached more than 3 m, the outer cladding with a height of 2,2 m consisted of 5 layers of smooth well preserved dolomite blocks. The excavations uncovered the principal junction between the curtain wall and the flank of the bastion that made an angle of 120 degrees, which corresponds with the construction principles of Vauban-time French fortress-design.

The vital and extrovert style which is typical to absolutism epoch, represented itself by the trend to a new monumentality. A Baroque fortress, that is basically a functional product of war engineering, included the representative function as well and required iconological program to glorify absolutism. The ideological accent was the fortification gate that compositionally envisaged praises of the monarch. About 1670 the entrance to the Citadel – King's Gate (Fig. 7) was created after a design by Erik Dahlbergh. It had a triumph arch composition complemented with an attic floor, niches, aediculae, sculptural décor and heraldic reliefs. The gate was architectonically similar to Dahlbergh's King's Gate in Gothenburg and Narva in 1691. Construction works were entrusted to the Dutch master builder Niklas Bollart; the sculptor Christoph Mittelhausen employed by the King of Sweden possibly executed the sculptural finish.

The impressive Karl's Gate (1685–1687, supposedly after a design by Dahlbergh) was located at the Eastern wall of the Riga fortress, with exit towards St. John's Suburb. The gate had a triumph arch composition complemented with an attic floor, niches, aediculae, reliefs with heraldic motifs, trophies and the sculptural portrait of the King crowning the whole composition. It was decorated with a classical gable, and sculptures of Mars and Pallas Athena flanking the gate portal, as well as two allegorical figures on the pediment slopes. The iconographic subtext implied the provident conquest policy of the Swedish monarch, by grounding the implementation of his military goals on inseparable unity of boldness, power and wisdom.

Detailed regulations of fortification gate finish were worked out, depending on the place the concrete gate occupied in the hierarchy of the whole fortification ensemble. Either Doric or Tuscan order was used in all fortification gates. In particular projects for Riga, Dahlbergh was sometimes quite close to Vauban's conception, possibly creating free copies inspired by French examples. If Vauban's fortification gate concept usually envisaged a monumental, uniform portal solution with programmatic reliefs concentrated in some places (largely in the tympanum of the pediment), Riga's examples stood out by the wish for sculptural décor and emphasis on details. Dahlbergh also used solutions of Dutch architects based on classical architecture. In his treatise *Vollständige Anweisung zu der Civil-Baukunst* Nicolaus Goldmann offered such an easily adaptable models of a monumental gate.

In the 2nd half of the 17th century the fortress of huge dimensions, with its sophisticated profiles, series of outworks and monumental sharp bastions, became an important element dominating the silhouette of the baroque city of Riga. In line with Dahlbergh's concept, changes within the street network were also introduced: several streets of the Old Town were straightened up to the ramparts, and this way the central axis of the Old Town was emphasized, to consequently move accents towards more symmetrical organization of the city plan. A novel phenomenon of the time was the extension of the city in the territory between ramparts – a free space between medieval and modern defensive lines. The bird's-eye view of Riga and its suburbs by Carl Magnus Stuart from about 1700, featured most precise image of the city and its fortifications in the last quarter of the 17th century. Although the Riga fortress in its original shape has not preserved till today, the inventions of Baroque time have influenced the further development and outline of Riga's historical centre. In 1863, according to a novel development plan of the city, the walls and ramparts of the fortress were destroyed. The Citadel area was merged with the core of the historical centre, while the former zone of glacis has been allocated for a park. The defensive moat, being incorporated into the park landscape, still surrounds the Old Town tracing the configuration of the former baroque-time fortress. The grand fortification building program, implemented in

Riga, was substantial to the town structure of that time not only from a defensive point of view – it should be regarded as an organizational dominant of the urban space, that accordingly contains particular aesthetic values of the baroque time. The campaign of Riga's fortification building throughout in the 17th century demonstrates the overall influence of warfare processes and developments of military architecture dominating the Early Modern Europe and the integration of these principles into the local milieu.

BIBLIOGRAPHY AND SOURCES

- Stockholm War Archive (Krigsarkivet, KrA): Stads- och fästningsplaner (SFP). Östersjöprovinserna. Riga. Stockholm State Archive (Riksarkivet, RA): Oxenstiernska saml.*
- LŪSĒNS Mārtiņš (2000) – *Īss kopsavilkums par arheoloģiskās izpētes rezultātiem Triangula bastionā 2000. g. // A brief summary of the research findings in the Triangel Bastion in 2000.* (Unpublished report. Architectural Investigation Group). Monument Documentation Centre of the State Inspection for Heritage Protection of Latvia.
- AHLBERG Nils (2007) – *Urbanism around the Baltic Sea in the 17th Century.* In *Urban Heritage Facing Local and Global Challenges.* Scientific Symposium of CIVVIH and ICOMOS, Finland, April 17–21.
- DUFFY, Christopher (1985) – *The Fortress in the Age of Vauban and Frederick the Great 1680–1789 (Siege Warfare. – Vol. 2).* London: Routledge & Kegan Paul.
- EIMER, Gerhard (1961) – *Die Stadtplanung im schwedischen Ostseereich 1600-1715. Mit Beiträgen zur Geschichte der Idealstadt.* Stockholm: Bonniers, 1961.
- GOLDMANN, Nicolaus (1645) – *La nouvelle fortification.* Leiden: A. & B. Elsevier
- (1699) – *Vollständige Anweisung zu der Civil-Baukunst: in welcher nicht nur die 5 Ordnungen samt den dazu gehörigen Fenster-Gesimsen ... auf eine neue und sonderbare Art aufzureissen deutlich gewiesen, sondern zugleich getreulich entdekket wird...* Braunschweig: Heinrich Kesslern.
- GRIFFITH, Paddy (2006) – *The Vauban Fortifications of France.* Oxford; New York: Osprey Publishing.
- MARTENS, Pieter; OTTENHEYM, Konrad (2013) – *Fortifications and Waterworks: Engineers on the Road.* In OTTENHEYM, Konrad, DE JONGE, Krista (editors) – *The Low Countries at the Crossroads. Netherlandish Architecture as an Export Product in Early Modern Europe (1480–1680).* Turnhout: Brepols. P. 361–378.

DAS FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS EM MASCATE: ANÁLISE MORFOLÓGICA E TERRITORIAL

ANA CATARINA GONÇALVES LOPES*

JORGE MANUEL SIMÃO ALVES CORREIA**

Resumo: A presença portuguesa no Médio Oriente desenrolou-se entre os inícios do século XVI e meados do XVII, tendo na esfera da arquitetura militar a pegada patrimonial mais relevante, hoje no atual Irão, Emirados Árabes Unidos, Omã, e ainda Barém.

De todas estas fortalezas, Mascate (1507-1650) destaca-se como um dos conjuntos de maior escala e relevância devido às suas excelentes condições portuárias. Foi criado um plano defensivo baseado num esquema interdependente de estruturas arquitectónicas, com destaque para as fortalezas de São João (Al Jalali) e Almirante (Al-Mirani). Cruzando leituras cartográficas, com levantamentos locais e análise morfológica, este artigo visa compreender a complementaridade territorial que as diversas estruturas militares articulavam neste ponto da costa omanita.

Palavras-chave: Península Arábica; Mascate; Arquitetura militar; Fortaleza.

Abstract: Portuguese presence in the Middle East was carried out between the beginning of the 16th and the mid-17th centuries. Its heritage trace can be mostly tracked by military architectural evidences, spread over current Iran, UAE, Oman and Bahrain.

Muscat (1507-1650) was the biggest structure among all Portuguese fortresses due to its exceptional harbour conditions. A defensive plan was developed based on São João (Al Jalali) and Almirante (Al-Mirani) forts, connected within an interdependent scheme. Crossing cartography with local surveys and morphological analysis, this paper wishes to interpret all the different military structures in relation to the territorial characteristics of this point of the Omani coast.

Keywords: Arabian Pensinsula; Muscat; Military architecture; Fortress.

* EAUM/ LAB2PT/ CHAM. analopes@arquitectura.uminho.pt.

** EAUM/ LAB2PT/ CHAM. jorge.correia@arquitectura.uminho.pt.

INTRODUÇÃO

Tendo as fortificações portuguesas de Mascate (a atual capital de Omã) como foco deste estudo, o desenvolvimento do artigo parte de conhecimento adquirido num projeto de doutoramento dedicado à compreensão das suas estruturas militares enquanto conjunto fortificado de maior escala na região. Mascate, construída pelos portugueses no panorama das fortalezas do Estado da Índia, possuía um sistema defensivo complexo, envolvendo diversas estruturas que sofreram várias fases de destruição e consequentes campanhas de modernização e reforço. A presença portuguesa nesta cidade iniciou-se em 1507 com a fundação de uma feitoria¹, essencial no controlo geoestratégico e comercial da região. O domínio português estendeu-se até 1650², sendo de realçar o tempo da União Dinástica (1580-1640). Trata-se de um património que tem sido negligenciado pela historiografia da arquitetura portuguesa, mesmo se central para o entendimento da permanência europeia no Médio Oriente.

As estruturas defensivas sobreviventes incluem duas fortalezas – São João e Almirante (hoje chamadas de Al-Jalali e Al-Mirani, respectivamente), além de duas estruturas avançadas – uma torre, atualmente designada por Al Sirah al-Sharqiyah, e Al Sirah al-Gharbiyah, o antigo Baluarte de Santo António. Rodeando a cidade, os portugueses construíram uma muralha pontuada por com baluartes, cujo traçado ainda se pode ler. É também de referir a torre quadrangular que protegia a



Fig. 1.
Planta esquemática:
estruturas
arquitectónicas que
se podem observar
nos dias de hoje.

¹ DIAS, 1998: 391.

² COSTA & RODRIGUES & OLIVEIRA, 2014: 194; FLOOR, 2015: 27.

zona da Horta do Cabaço e várias torres circulares que se distribuem nos picos das serras envolventes³ (Fig. 1).

O estudo destas construções cruza fontes escritas, iconográficas e cartográficas disponíveis, assim como os resultados de um intenso trabalho de campo já realizado, com um levantamento fotográfico exaustivo, o registo de algumas medidas e pormenores desenhados. Contribuirá, certamente, para o entendimento de uma peça chave da arquitetura militar portuguesa de Quinhentos e Seiscentos através do seu desenho na Ásia, em diálogo com a metrópole e a geografia da expansão europeia.

MASCATE, A CIDADE CONQUISTADA NA EXPANSÃO PORTUGUESA

A viagem de Vasco da Gama, iniciada a 8 de Julho de 1497⁴, abriu um novo capítulo na história da Expansão Marítima Portuguesa. Assim se iniciou um período de domínio comercial da coroa portuguesa no Índico, que se fez através da conquista e da implantação de praças-fortes ou feitorias que controlavam os principais canais de comunicação e circulação mercantil.

A pretensão global dos portugueses era a de controlar a Rota do Golfo Pérsico e a Rota do Mar Vermelho, que ligavam a Ásia ao Mediterrâneo e à Europa⁵. Ormuz e Adém assumiam os pontos geográficos mais importantes para o controlo dessas duas rotas, respectivamente. Adém nunca foi subjugada pelos portugueses e Ormuz era, à época, um dos principais reinos no Médio Oriente, aquele que originava maior valor económico. Controlar esta ilha significava assegurar o acesso a uma boa parte do comércio asiático. Afonso de Albuquerque iniciou por aí estabelecer um protetorado no início do século XVI, e desde logo iniciou a construção de uma fortificação⁶. Desta forma, os portugueses passaram a tributar e a cobrar impostos a todo o comércio sujeito ao reino de Ormuz, que incluía toda a costa de Omã onde Mascate era, já desde o século XIV, um dos seus portos mais importantes⁷. Assim se iniciou a distribuição de uma rede de estruturas defensivas e administrativas que protegiam os interesses portugueses nas ligações comerciais centralizadas em Ormuz, e que deu origem a um legado patrimonial edificado nesta região que se dispersa, atualmente, pelo Irão, Emirados Árabes Unidos, Omã e Barém. Na campanha militar de 1507, Albuquerque garantiu a presença portuguesa em Calaiate,

³ BARATA & FERNANDES, 2010: 156-159.

⁴ RODRIGUES, 1994: 81.

⁵ LOUREIRO, 2007: 66.

⁶ BARATA & TEIXEIRA, 2004, vol. 1: 203, 369.

⁷ ALLAWATI, 1990: 20.

Curiate, Mascate, Soar e Corfação⁸. Em 1515, e depois de subjugar novamente Ormuz, depois de alguns desaires com as autoridades locais, conseguiu adicionar Libédia e Caçapo ao domínio português⁹.

Por esta altura, e segundo as palavras de Brás de Albuquerque¹⁰, Mascate era descrita como:

(...) cidade grande, muito bem povoada, cercada da banda do sertão de serras mui altas e da banda do mar bate a água nela. (...) Tem muitos poços de água doce donde bebiam os moradores; tinham pomares, hortas, palmeiras, com poços para regar (...). O porto é pequeno, de feição de uma ferradura, abrigado de todos os ventos. É escápula antiga de carregamento de cavalos e de tâmaras; é um lugar muito gracioso e de casas muito boas; vem-lhe do sertão muito trigo, milho, cevada e tâmaras para carregarem quantas naus quiserem¹¹.

De facto, as condições naturais de Mascate eram bastante favoráveis e atraíram de imediato a atenção dos portugueses. A cidade fica numa área abrigada, rodeada de picos montanhosos. O porto de mar, além de bem protegido de ventos, possuía características que lhe permitiam a ancoragem de embarcações de grande porte. Além disso, as fontes de água fresca e a produção de alimentos eram cruciais para a importância de Mascate na economia marítima daquela região do Mar Árabe¹².

Quando Afonso de Albuquerque fez a sua ofensiva sobre Mascate, esta era uma cidade onde não havia propriamente fortificações merecedoras desse nome. Existiria um muro de madeira e terra entulhada, rodeando a praia. As fontes árabes mencionam ainda a existência de uma torre fortificada, no lado Nascente da baía¹³. Depois da perseguição e pilhagem que Albuquerque e os seus homens fizeram à população local, elaborou-se um acordo de paz com o Sheikh e foi possível estabelecer um pequeno núcleo português e uma feitoria¹⁴.

⁸ RODRIGUES, 1994: 86.

⁹ Algumas dessas fortificações eram bem pequenas. Outras, assumiam uma escala maior e incluíam outras dependências como cadeias, igrejas, hospitais, fontes, cais e alfândegas (DIAS, 1998: 14).

¹⁰ Filho de Afonso de Albuquerque, nascido por volta de 1500, publica os *Commentarios de Afonso Dalboquerque capitão geral e governador da Índia* (Lisboa, 1557), com o objetivo de historiografar os feitos orientais do seu pai (consultar LOUREIRO, Rui Manuel (2015) – *Algumas notas sobre Brás de Albuquerque e os Commentarios de Afonso Dalboquerque* (Lisboa, 1557). Texto que resulta de uma palestra do colóquio sobre «Afonso de Albuquerque – 500 Anos: Memória e Materialidade», Biblioteca Nacional de Portugal, Dezembro de 2015).

¹¹ ALBUQUERQUE, 1973, vol.1: 112.

¹² COUTO, 2011: 129-153; VINE, 1995: 17.

¹³ VINE, 1995: 283-284.

¹⁴ COUTO, 2011: 137.

DESENVOLVIMENTO DAS FORTIFICAÇÕES

Nos anos seguintes, decorreram uma série de confrontos. Os de maior impacto foram as incursões das forças otomanas em 1546, 1551 e em 1581¹⁵. É depois disto que os portugueses decidem melhorar significativamente as suas estruturas defensivas, edificando os Fortes do Almirante e de São João (Fig. 2). Ambos foram mandados construir por ordem do Vice-rei D. Duarte de Meneses (v.r.1584-1588), mas apenas terão sido terminados pelo seu sucessor, D. Manuel de Sousa Coutinho, que assumiu o cargo de governador em Maio de 1588¹⁶.

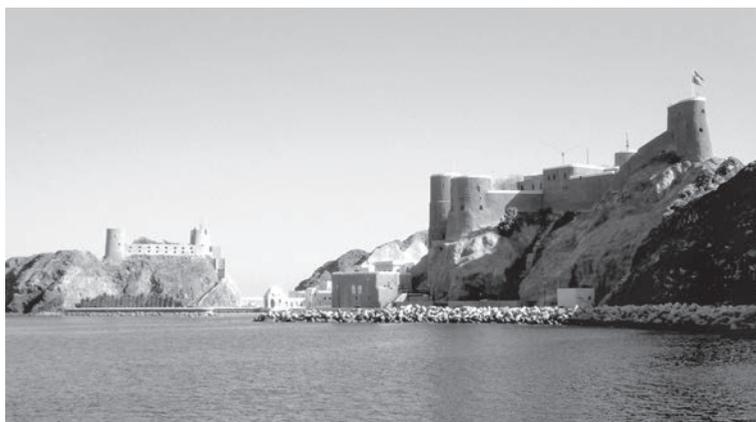


Fig. 2.
Fortes de São João (Al-Jalali), à esquerda, e do Almirante (Al-Mirani), à direita.

O Forte do Almirante, que foi buscar o nome ao facto de incluir a casa do almirante (ou capitão), é um conjunto irregular, certamente ditado pela topografia bastante acidentada. As suas formas adaptam-se ao relevo existente, coroando-o e impondo-se coercivamente na paisagem. As descrições contam como havia uma sucessão de “postos de guarda” e revelins, equipados com canhões, que se situavam em diferentes níveis, interligados por escadarias¹⁷. Tratava-se de um conjunto de plataformas, que se ia orientado com o perfil da montanha, conseguindo distribuir-se para todos os lados e obtendo posições privilegiadas para observar o porto e a envolvente.

Terá sido executado por Belchior Calaça, porém seguindo os planos do engenheiro militar italiano Giovanni Battista Cairati¹⁸, conforme indicado na lápide

¹⁵ Consultar COUTO, 2011: 142-145.

¹⁶ BARATA & FERNANDES, 2010: 157-158.

¹⁷ COUTO, 2011: 147-149.

¹⁸ Cairati foi para a Índia a mando de D. Filipe I e, desde 1584, consolidou as fortificações de Ormuz, Bahrein, Mascate e Malaca (LOUREIRO, 2007: 68).

ainda hoje existente¹⁹. A estrutura defensiva incluía, ainda, um pátio com uma cisterna e uma capela, ainda sobrevivente. Conta com uma geometria circular de pequena escala, dotada de uma cúpula e de um portal em calcário, composto por elementos que lembram um gosto manuelino.

Comparativamente, o Forte de S. João era considerado, pelos testemunhos coevos, como uma estrutura menos sofisticada²⁰. Todavia, ainda hoje se trata, de facto, de uma massa arquitectónica robusta, mas igualmente orgânica, impondo-se sobre o relevo. Possui várias formas curvilíneas, incluindo panos de muralha que se unem formando uma esplanada central, onde estariam as casas da guarnição e outras dependências. As estruturas são parcialmente escavadas na rocha e, organizam-se em diversos níveis.

Um dos seus elementos mais impressionantes é a face voltada à baía onde estão 8 pares de janelões, anunciando uma poderosa capacidade de tiro (Fig.2). De facto, a menção a canhões e bombardas, tal como de estruturas preparadas para receber essas armas é, aqui, constante²¹.

INTEGRAÇÃO DAS ARMAS DE FOGO NAS ESTRUTURAS DEFENSIVAS

Vivia-se um período de grandes mudanças para a arquitetura militar, com a assunção total da artilharia de fogo que vinha acelerando processos evolutivos na arte da guerra e nos modos de construir. Em termos tipológicos, Mascate não revela as formas perfeitas *ao moderno*, descritas e representadas na tratadística que circulava pela Europa, onde se propunham reformas profundas nos sistemas fortificados na óptica da utilização das novas armas para baluartes em cunha. No entanto, o seu desenho destacou baluartes circulares dos muros defensivos e impôs múltiplas aberturas para o uso de artilharia em cada uma das suas estruturas. Por tudo isto, torna-se interessante fazer uma avaliação do seu grau de inexpugnabilidade à luz da capacidade pirobalística do seu tempo. Com o levantamento efetuado de todas as aberturas para bocas-de-tiro, analisando os seus ângulos de disparo e cruzando

¹⁹ Pode ler-se: «Reinado ho mui alto he poderoso Filippe primeiro deste nome Rey he Senhor Nosso no houtavo ano de seu reinado na croa de Portugal mandou por Don Duarte de Menezes seu Vizo-Rei da Índia que se fizesse esta fortaleza a qual fez Belchior Calaça sei primeiro capitão e fundador – 1588».

²⁰ Consultar COUTO, 2011: 147-149.

²¹ Desde o séc. XV, a atividade bélica moldava-se ao aparecimento da artilharia de fogo. A arquitetura era uma das disciplinas mais abordadas para a experimentação, dando origem àquilo que se designa como período de *transição*. Não havendo espaço, neste artigo, para dissecar as alterações a que a arquitetura foi sendo sujeita, não podemos deixar de referir que, à época da construção dos Fortes de Mascate, os portugueses já tinham erguido fortificações *ao moderno*, com baluartes em cunha e estruturas que correspondiam às mais recentes novidades da tratadística europeia (BARATA & TEIXEIRA, 2004, vol. 1: 359-370).



Fig. 3.
Planta esquemática:
estudo – alcance de
tiro para armas de
maior capacidade
(400m), final do
século XVI.

tal com a variedade de armas usadas à época, podemos calcular o alcance de fogo destas estruturas²².

Considerando primeiramente a possibilidade de apenas existirem como disponíveis nestas fortificações armas de fogo de menor capacidade, que então circulavam pelo Índico, com um alcance útil de cerca de 200m, a mancha alcançada é ampla. Entre um e outro forte, o tiro podia já cobrir toda a baía. Mas o alcance pode considerar-se ter sido ainda maior se a artilharia aqui presente fosse a mais evoluída da época, que podia abranger um raio de cerca de 400m (Fig. 3). Por conseguinte, uma grande zona envolvente ficava protegida com tiro que, tanto de um como de outro forte, conseguia cruzar a baía e chegar até ao edificado do lado oposto.

Os 143 anos de presença portuguesa em Mascate haviam ainda de contar com novas evoluções nas estruturas militares. Em 1622, uma aliança entre ingleses e persas fez com que Ormuz deixasse de ser portuguesa²³. Rui Freire de Andrade, um importante capitão português, reagiu e conseguiu alargar a rede de posições dominadas²⁴.

²² Para referências relativas ao alcance das armas de fogo, consultar: BARATA & TEIXEIRA, 2004, vol. 1: 180-183; 354-359; vol.2: 198-214.

²³ Quando Filipe II se aclamou-se rei de Portugal (1581), Portugal e o império viram-se sujeitos à sua geoestratégia. Os seus inimigos, como os Países Baixos e a Inglaterra (de quem Portugal era aliado, até ali), tornaram-se hostis em relação ao domínio da coroa ibérica no Índico, estabelecendo diferentes alianças com os locais que iam dificultando a vida dos portugueses na Ásia (COSTA & RODRIGUES & OLIVEIRA, 2014: 172, 177).

²⁴ Sibó, Borca, Quelba, Madá, Doba, Limah (AL-BUSAIDI, 2000: 63-98; FLOOR, 2015:13).

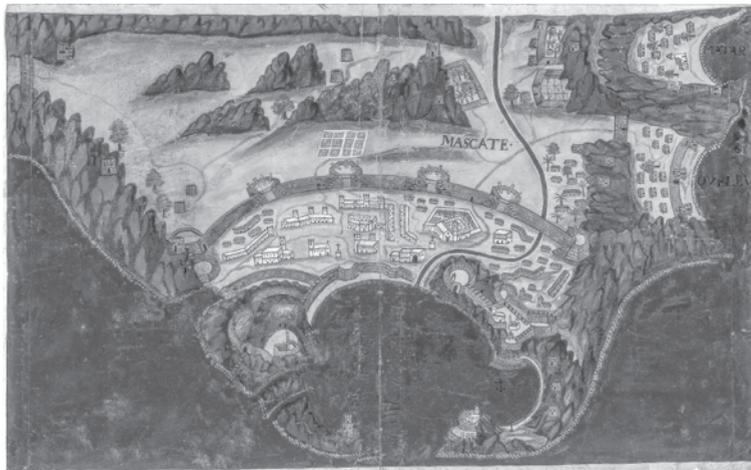


Fig. 4.
Mascate (BOCARRO
& RESENDE, c.1635:
fol. 46v-47r).

Enquanto se continuava a tentar recuperar Ormuz, e uma vez que já se tinha perdido o Barém em 1602²⁵, Mascate torna-se a maior praça portuguesa em toda a região, afirmando-se como a principal base militar e comercial. É nessa lógica de consolidação da importância de Mascate que se gera um panorama de novas construções seiscentistas²⁶ (Fig. 4).

Em 1610, são ampliadas estruturas do Forte do Almirante para junto da água²⁷, reforçando a defesa do porto com uma plataforma, equipada com artilharia capaz de atirar rasante à água. Em 1623, ergue-se a muralha que rodeia a cidade, com cinco baluartes semicirculares do lado exterior e um pentagonal, na charneira do traçado, separando a cidade do sertão²⁸. Em complemento, note-se a construção de torres (atalaias) nos pontos altos da zona envolvente, que ajudavam a vigiar possíveis aproximações provenientes do interior do território. Com o intuito de proteger o contínuo abastecimento de alimentos e água potável a Mascate, Rui Freire de Andrade manda fazer uma torre de proteção à Horta do Cabaço, em 1627²⁹ – um quadrilátero com entrada ao nível do primeiro piso, de que agora só resta o nível inferior.

²⁵ LOUREIRO, 2007: 77.

²⁶ Ainda nos anos 90 do século XVI, ordena-se a construção da Igreja e Convento de N. Sra. da Graça. A torre no extremo nordeste do porto, Al-Sharqyah, mencionada num relatório enviado a D. Filipe I, será também dessa altura (BARATA & FERNANDES, 2010: 156-159).

²⁷ *Idem.*

²⁸ O desenho do séc. XVII (BOCARRO & RESENDE, c.1635: fol. 46v-47r) mostra 6 baluartes ao longo da muralha em forma curva. Na realidade, são dois troços de muralha com a designada Torre Cabrita na charneira – único baluarte pentagonal. As outras torres são redondas do lado exterior e poligonais pelo interior.

²⁹ BARATA & FERNANDES, 2010: 159. Localmente, designado como Forte de Al-Rawiyah.



Fig. 5.
Planta esquemática:
estudo – alcance de
tiro para armas de
maior capacidade
(600m), século XVII.

Em 1633, numa campanha de melhoramentos nas fortificações de Mascate, ergue-se o Baluarte de Santo António, construído sob instruções do engenheiro Manuel Homem de Pina³⁰. Tratava-se de uma estrutura que permitia o tiro através de duas plataformas, principalmente a voltada a Norte.

Rui Freire de Andrade deu, também, ordens para que se fortificasse a vila pesqueira mais próxima. A determinação da construção do forte em Mutrah (a Matara portuguesa, a cerca de meia légua de distância de Mascate) data dos anos 20 do século XVII e o objectivo era integrar o complexo defensivo das fortificações de Mascate, protegendo a passagem até ao principal entreposto comercial³¹ (Fig. 1). Mais uma vez, o forte implantou-se numa elevação rochosa e bastante escarpada, formado por dois torreões cilíndricos ligados por dois panos de muralha que se apoiam na serra e integravam dispositivos que permitiam tiro através de seteiras. Já as estruturas das extremidades incluíam aberturas para armas de fogo.

No seu conjunto, e pensando na articulação da capacidade defensiva de todas estas estruturas na sua máxima expressão, o estudo de alcance de tiro para as armas de menor capacidade que ali estariam a circular, já no século XVII (400m de alcance útil)³² mostra que o desenvolvimento da área abrangida é muito superior à do século anterior. O impacto é ainda maior quando considerados os alcances possíveis com artilharia mais desenvolvida (Fig. 5).

³⁰ Foi o Conde de Linhares (v.r.1629-1635) que ordenou a sua construção (BARATA & FERNANDES, 2010: 156-159).

³¹ FLOOR, 2015: 15; DIAS, 1998: 394.

³² Consultar Nota 20.

SÍNTESE FINAL

Desde que devidamente provido (o que parece nem sempre ter acontecido, tanto pelo número de armas como pelo número de homens disponíveis), este conjunto fortificado poderia garantir muito eficazmente a sua defesa. Ainda que com formas um pouco atávicas para a época, apesar do conhecimento na arte de fortificar que, já então, se dominava, Mascate revela-se capaz de integrar a artilharia e de estruturar a sua defesa de modo muito eficiente. As inflexões são pontuadas por baluartes ou torreões salientes, flanqueando-se mutuamente, além de varrerem pelo tiro as áreas envolventes. Os recessos e saliências do terreno criavam obstáculos naturais a qualquer tentativa de aproximação inimiga, mas também exigiram um enorme esforço de construção. Os vazios entre os cumes foram aproveitados, tal como também souberam apropriar-se da altura atingida pela topografia, para a implantação dos diferentes dispositivos.

Este estudo perspectiva a continuidade do seu aprofundamento através de uma análise métrica e geométrica de forma a obter um quadro completo do comportamento histórico do complexo fortificado de Mascate, o maior da região.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Brás de (1973) – *Os comentários de Afonso de Albuquerque*. Joaquim Veríssimo Serrão (prefácio e edição). 5ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 1.
- AL-BUSAIDI, Ibrahim Yahya Zahran (2000) – *Os Portugueses na Costa de Oman na Primeira Metade do Século XVII*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado (não publicada).
- ALLAWATI, Malallah bin Ali bin Habib (1984) – *Outline of the History of Oman*. Sultanate of Oman: Mazoon Printing Press, 1990.
- BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel, coord. (2010) – *África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico. Património de Origem Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. (2004) – *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: círculo de Leitores, vols. 1 e 2.
- BOCARRO, António; RESENDE, Pedro Barreto (c.1635) – *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV / 2-1.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (coord); RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires (2014) – *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- COUTO, Dejanirah (2011) – *New insights into the History of Oman in the Sixteenth Century: A Contribution to the Study of the Evolution of Muscat Fortifications*. In LOUREIRO, Rui Manuel; BIEDERMANN, Zoltán; MCAVOY, Eva Nieto (coord.) – *Anotações e Estudos sobre Don Garcia*

- de Silva y Figueroa e os “Comentários” da Embaixada à Pérsia (1614-1624)*. Linda-a-Velha: CHAM, p.129-153.
- DIAS, Pedro (1998) – *O espaço do Indico. História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FLOOR, Willem (2015) – *Muscat: City, Society & Trade. The Persian Gulf*. Washington DC: Mage Publishers.
- LOUREIRO, Rui Manuel (2007) – *Para os olhos do Rei: iconografia de fortalezas portuguesas na região do Golfo Pérsico por volta de 1600 / For the eyes of the King: iconography of Portuguese fortresses in the Persian Gulf area around 1600*. “Revista Oriente”, n.18. Lisboa: Fundação Oriente, p.66-80.
- RODRIGUES, António Simões, coord. (1994) – *História de Portugal em datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VINE, Peter (1995) – *Oman in History*. London: Ministry of Information, Sultanate of Oman & Immel Publishing.

FORTIFICAÇÕES DA FOZ DO TEJO

CRISTINA COIMBRA PRÓSPERO*

Resumo: Hoje é possível observar, ao longo da margem Norte do rio Tejo junto à foz, construções centenárias de carácter militar implantadas em locais estratégicos e sobranceiros à linha de água, como guaritas mirantes do curso das águas ou alguns barcos que por ali passam. Sobre a decisão de alguém as ter erguido nesses locais, levantam-se diversas questões:

- Terão sido erguidas na mesma época? E por que razão ou por quem?
- Tendo elas diferentes dimensões, quererão refletir uma hierarquia de funcionamento?
- Na sua longevidade terão permanecido até hoje todos os elementos da sua construção?
- Por fim, qual o destino destas construções hoje e quando a sua função unicamente militar deixou de o ser?

Nesta apresentação, que resulta de extrato de uma investigação de Mestrado, pretende-se responder a estas questões, com o apoio de documentação de diversas épocas (essencialmente cartográfica e fotográfica), que evidenciavam um plano estratégico de defesa do Porto de Lisboa organizador de um vasto território.

Palavras-chave: Fortificações; Tejo; Lisboa; Estratégia; Defesa.

Abstract: Nowadays along the northern bank of the River Tagus, near its mouth, there can be seen hundred-year-old military structures, strategically placed, overlooking the water-line, like sentry-boxes watching the course of the water or some other boats passing by. What concerns the decision of having them built in those places, certainly some questions do rise:

- Will they have been built in the same period of time? Why? By whom?
- As their sizes differ, do they try to show a hierarchy in its function or a need of military activity? And how did they work?
- In the course of their long life will all elements of the construction have remained until now?
- Finally, what will happen to these buildings of today and when its only military function ceases?

In this presentation, resulting from a Master's research we aim to answer these questions, with support documentation from various epochs (essentially cartographic and photographic ones), evidencing a strategic defense plan of the Port of Lisbon, aiming at the organization of a vast territory.

Keywords: Fortifications; Tagus; Lisbon; Strategy; Defence.

* Ordem dos Arquitectos Portugueses. cristina.prospero@gmail.com.

DEFESA DO TERRITÓRIO OCUPADO

O Homem desde sempre sentiu a necessidade de defender o seu grupo familiar das adversidades da natureza ou de incursões provenientes de outros animais incluindo o próprio Homem. Para isso teve que desenvolver ações de defesa e aperfeiçoar estratégias de ataque.

A cidade de Lisboa, como muitas outras, teve o seu ponto de fixação numa de muitas colinas de um território próximo do término de um grande curso de água. A sua localização era perfeitamente estratégica. No que respeita à sua defesa, uma implantação a cota elevada era fundamental para inviabilizar, ou pelo menos dificultar, o assalto do inimigo como também usufruir de uma visualização dos territórios adjacentes. Quanto à atividade dos seus habitantes, a proximidade ao rio, proporcionava as condições necessárias ao abastecimento alimentar, retirado diretamente dele como das embarcações que nele navegavam.

Geograficamente, a configuração do estuário do Tejo apresenta-se como o cenário ideal para o estabelecimento de um porto resguardado das intempéries do Atlântico. Nestas condições é previsível que o comércio e a afluência de pessoas floresçam.

Mas se por um lado o Homem tende para o desenvolvimento e promoção das trocas entre povos e isso o satisfaz, também é verdade que há sempre quem cobice esse sucesso. Entre piratas e corsários, os eminentes ataques ao porto de Lisboa contam-se durante diversos séculos. Primeiro pela vontade de adquirir um porto localizado entre a Europa e o Mediterrâneo, mais tarde por ser um centro de chegada de produtos exóticos e minérios riquíssimos de além-mar e, ainda, por questões estratégicas peninsulares.

Cedo se percebeu que a capital necessitava de uma defesa eficaz. E como seria de esperar, a inicial defesa do núcleo primitivo circular depressa tomou posições estratégicas ao longo do território ribeirinho através de edificações militares.

EVOLUÇÃO DO SISTEMA DEFENSIVO

Na era da neurobalística as construções defensivas apresentavam-se, na sua generalidade, com muralhas de elevada altura pontuadas com torreões e portas e, centralmente, a torre de menagem. Este tipo de construção verificou-se até meados do séc. XIV, quando o Ocidente se apercebeu do poder que a pólvora tinha no quadro da guerra. Dá-se a passagem da neurobalística para a pirobalística e com ela passaram-se a construir fortificações com muralhas de espessura maior em detrimento da altura que deixava de fazer sentido. Esta alteração arrastou-se ao longo de anos podendo observar-se nas primeiras torres erguidas na margem

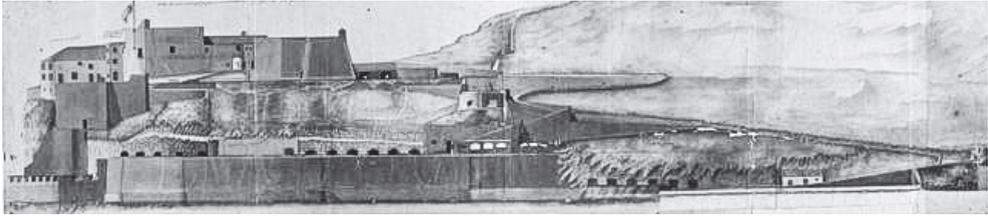


Fig. 1. Alçado (Cota: GEAEM 2699-2A-25A-36, 1795) do Forte de S Sebastião da Caparica ainda com a localização da construção inicial da Torre Velha – torre e baluarte ribeirinho.

no rio Tejo no séc. XV a transição das duas épocas: não deixando de ser torres fortificadas, encontravam-se adaptadas estruturalmente para o uso da nova artilharia através de uma zona abaluartada virada ao plano de água de onde se poderia fazer o tiro rasante.

No reinado de D. João I (1385-1433), dentro do contexto de defesa da capital, fazia-se já sentir a necessidade de defender a entrada do rio. A construção de um posto de defesa na margem Sul do rio em coordenação com outro na margem Norte serviria de barreira fluvial a qualquer ataque que proviesse do mar. Assim foi edificada a Torre Velha, junto a Porto Brandão, com torre tipologicamente medieval. Mas esta necessidade de edificação defensiva, na realidade, não foi além de uma conjugação da Torre Velha e algumas barcas artilhadas que se fundeavam em locais estratégicos.

Com o reinado de D. João II (1481-1495), foi implementado um plano de defesa do Porto de Lisboa que, além de incluir adaptações construtivas da Torre Velha às novas técnicas de guerra e equipamento bélico, fez erguer a torre de Santo António em Cascais e, ainda, deu-se início à futura Torre de São Vicente em Belém só realizada, efetivamente, no reinado seguinte de D. Manuel I (1495-1521). Ambas caracterizavam-se por possuir particularidades mistas de torre medieval de defesa e mirante costeiro e baluarte fronteiro a cota baixa para tiro rasante a pólvora. Posteriormente, no reinado seguinte, além destas ainda se iniciou uma torre idêntica na Barra do rio, a Torre de S. Gião e outros fortins menores de materiais efémeros.

Com o desenvolvimento do pensamento e a publicação da tratadística que proliferou no séc. XVI e seguintes e se expandiu extra fronteiras em toda a Europa, as novas construções caracterizavam-se por possuir diversos baluartes com alinhamentos às várias direções em especial às de água.

Durante o reinado de D. Sebastião (1557-1578) concluíram-se as três “peças” fundamentais da defesa de Lisboa e aplicaram-se adaptações atualizadas em São Julião da Barra.



Fig. 2a.

Evolução do aparecimento das fortificações. A verde as primeiras construções de tipologia de transição torre e baluarte – Torre velha no Porto Brandão, Torre Sto António em Cascais, Torre de San Gian em Oeiras e Torre de São Vicente em Belém.

A amarelo as primeiras construções integralmente renascentistas de forte abaluartado – Forte Sto António da Barra no Estoril e Forte de São Lourenço no Tejo.

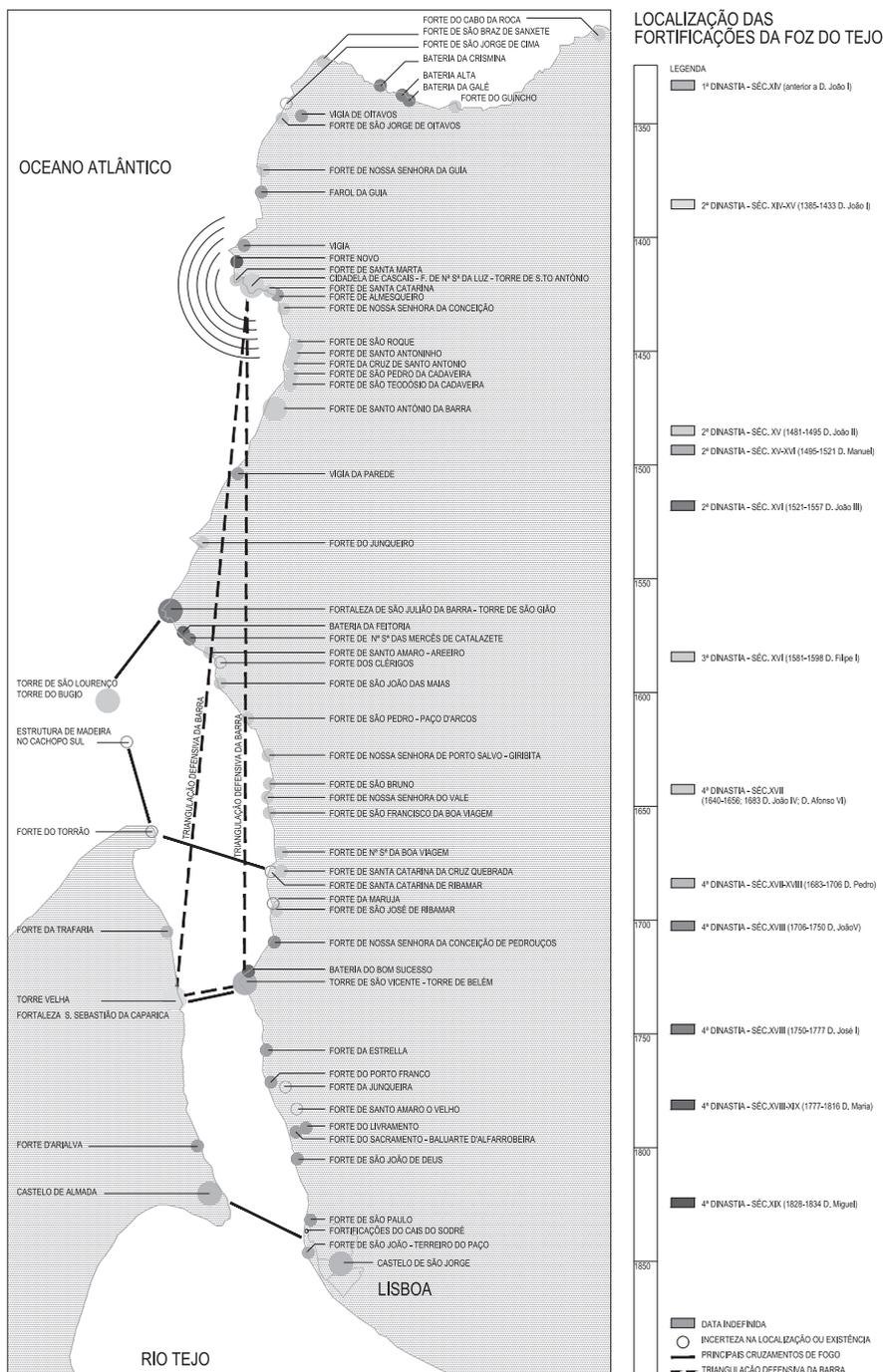
(esquema nossa autoria, 2012)



Fig. 2b.

Evolução do aparecimento das fortificações. A azul, conjunto de pequenos fortes que reforçavam a defesa junto a praias, enseadas e linhas de água. São cerca de três dezenas de construções ao longo da costa até à serra de Sintra.

(esquema nossa autoria, 2012)



Anexo A. Localização das Fortificações da Foz do Tejo. (nossa autoria, 2012)

Com estas três torres a cidade ficava defendida do ponto de vista militar e espiritual, dois parâmetros importantes à época. No primeiro, Cascais servia de “sentinela sempre atenta” a qualquer incursão marítima indesejada que reportaria a presença do perigo à capital e restante costa o mais célere possível e, na direção de Belém estabelecer-se-ia uma barreira física que impediria a passagem de qualquer armada. No segundo, no plano espiritual, os dois santos lisboetas e o terceiro guerreiro compunham uma trindade defensiva capaz de impedir a entrada de qualquer intruso, em especial pagão, que cruzasse os mares para proferir um ataque em território cristão.

E, de facto, o perigo veio de outro reino cristão.

Quando os castelhanos desembarcaram nas imediações de Cascais, não observaram grande resistência e as fortalezas existentes não tinham servido de grande obstrução.

Esta constatação levou, no período filipino, a empreenderem-se um conjunto de ações de fortalecimento defensivo da costa. Construiu-se Sto. António da Barra, integralmente refletindo as ideias renascentistas de forte abaluartado, que supostamente servia de aquartelamento a meia distância de Cascais e concluiu-se São Julião da Barra que, com São Lourenço também a edificar, estabeleceriam outra barreira na entrada do Tejo. Assim, no início do séc. XVII era já possível marcar três barreiras à entrada no Tejo:

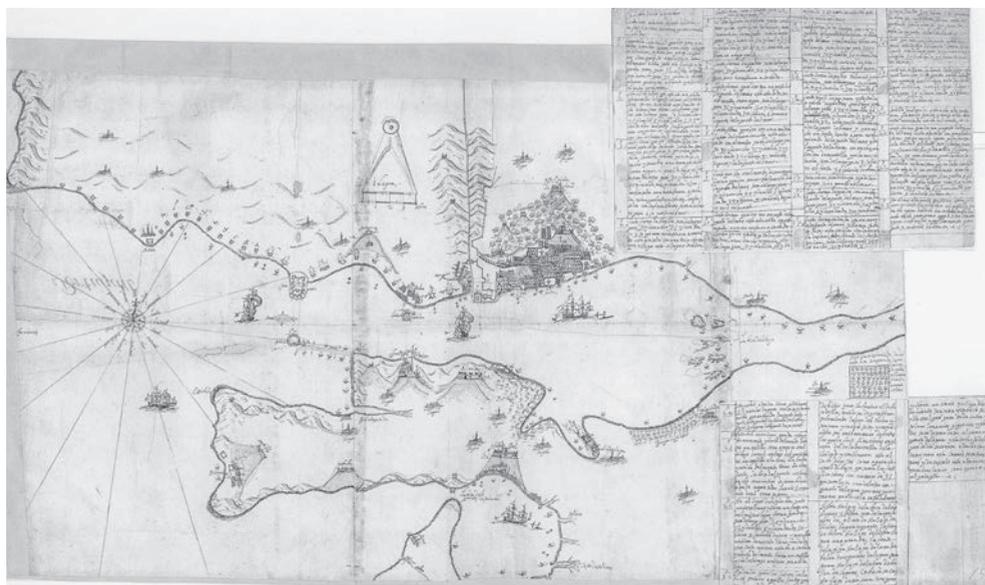


Fig. 3. “ciudad de lisboa, 1661, a 4 de febrero. verdadera relación del porto de lisboa y sus fortificaciones modernas que aún non están acabadas” autor desconhecido, Arquivo de Estocolmo.

Torre de São Vicente – Torre São Sebastião, Forte de Santa Catarina – Forte da Trafaria, e Fortaleza de São Julião – Forte de São Lourenço.

Neste período houve uma grande produção de cartografia com medições do fundo do rio, localização de fortificações e principalmente descrição de estratégias defensivas.

Nesta representação gráfica, a primeira linha defensiva, localizada no eixo de Belém, é marcada pelos dois fortes que se posicionam na direção Norte-Sul: a Torre de Belém na margem direita do rio e a Torre Velha na margem esquerda.

A segunda linha defensiva é marcada pelos três pontos estratégicos na linha da barra do rio, que são o Forte de São Julião – Bugio – Forte da Trafaria. Eles apresentam capacidade para fecharem todas as entradas fluviais possíveis, seja pela barra pequena – canal existente junto à atual praia de Carcavelos e fortaleza de São Julião –, seja pela barra grande entre São Julião e o Bugio, como pelo canal junto ao areal denominado “medo do inglês” entre o Bugio e o forte do Torrão junto à Trafaria.



Fig. 4. Configuração da entrada de Lisboa. Manuscrito, papel, aguarelado. Extrato (GEAEM cota 4680 2/22 A/109, 1700-1900) extrato.

Contudo, estas grandes infraestruturas, estrategicamente localizadas, revelaram-se muito onerosas e demoradas de edificar levando por vezes a desatualizarem-se ainda antes de estarem completamente concluídas.

Quando se dá a Restauração da Independência em 1640, as intervenções militares sobre as fortificações mostraram, mais uma vez, que a sua defensabilidade era diminuta e que não constituíam obstáculo de maior aos avanços perpetrados pelas forças atacantes. Durante o reinado de D. João IV (1640-1656), verificaram-se conflitos em território português que só cessaram no início do reinado seguinte. O arrastamento deste cenário de guerra durante 28 anos levou à necessidade de se reforçarem alguns pontos fortificados mas, dada as necessidades urgentes e as dificuldades financeiras sentidas, optou-se por, na foz do Tejo, se privilegiar a construção de pequenos fortes ao longo da costa entre Belém e o Cabo da Roca além da conclusão das fortalezas já iniciadas. Este conjunto fortificado servia de complemento às defesas principais dos lugares estratégicos e permitiam a defesa localizada de praias, enseadas e linhas de água (afluentes) que proliferam essencialmente na margem Norte do rio.

Foram construídas cerca de três dezenas de novas pequenas fortificações ribeirinhas que ajudavam a assegurar a defesa da costa até à Serra de Sintra.

As suas características pautavam-se por serem de pequena dimensão, terem núcleo quadrangular ou derivado do quadrado (formando “T”, “T invertido”, trapézio, etc.) e possuírem uma envolvente amuralhada e baluarte.

Alguns exemplos de fortes com núcleo quadrangular são o Forte de S.to António no Estoril, Forte de São Bruno em Caxias e Forte de São Brás de Sanxete no Cabo Raso.

Alguns exemplos de fortes com núcleo em “T”, “T invertido” e trapézio são o Forte de São José de Ribamar, Dafundo, Forte do Junqueiro, em Carcavelos e Forte de N^a S^a da Conceição, Algés.

Embora os “senhores” do território fossem alternando (entre portugueses e castelhanos), a produção cartográfica era contínua, ora por parte do defensor com registo de estratégias militares, ora por parte do atacante para levantamento das novas construções.

A propósito desta carta uma publicação (<http://www.4gatos.es/MemoriaAusente>) fez referência a eventuais espões que tinham como missão o acompanhamento das construções militares que se desenvolviam em território nacional e do estado da defesa local para serem, posteriormente, reportados à coroa espanhola.

Outra carta, sob o título “Configuração da entrada da Barra do Porto de Lisboa e notação dos lugares fortificados, ou Artilhados, d’onde Saen Linhas de fogo de huma, e outra Cofta, Afim como fe mostra o fixamento do Rio, que fe representa para fima das Torres de Bellem, e Torre Velha, por meio de hum Redente W”, e conforme o nome indica, refere-se a uma representação de um planeamento de defesa do Porto de Lisboa



Fig. 5.
Imagem do local do forte do Sacramento absorvido na malha urbana.
(nossa autoria, 2012)

entre os finais do séc.XVII e inícios do séc.XVIII (Catálogo de exposição “conhecimento e definição do território – os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)”, 2003, Lisboa).

Embora o exemplo em cima se refira a um extrato de uma carta maior, o plano estratégico de defesa da entrada no rio Tejo resume-se essencialmente ao Estuário do Tejo com posicionamento de embarcações de defesa, formando um redente, como se pretendessem fazer um cerco lateralmente e imobilizar o intruso.

Esta proposta de defesa da barra, interrompendo o acesso fluvial através de uma ponte de barcas, corresponde a um tipo de planeamento desenhado no passado por outros projetistas como Vicêncio Casale e Alexandre de Massay cujos desenhos se desconhece o paradeiro (Catálogo de exposição “conhecimento e definição do território – os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)”, 2003, Lisboa, p.49).

Nos reinados seguintes, de D. José (1750-1777) e posteriormente de D. Maria I (1777-1816), foram executadas obras de reedificação e recuperação dos fortes tendo sido no primeiro construídas as baterias no Guincho.

O último ciclo de intervenções nos fortes, para fins bélicos, reporta-se ao período da primeira metade do séc. XVIII, primeiro devido às invasões francesas mas sobretudo derivado à guerra civil que opunha D Miguel e D. Pedro. Por esta altura foram reavaliadas as suas condições construtivas e inclui-se um novo forte a Ocidente de Cascais.

Entre pequenos postos de vigia (exemplo vigia da Parede) e grandes empreendimentos (como São Julião da Barra), desde o mais antigo forte (Torre Velha) ao último desta geração (Forte Novo, junto à Boca do Inferno) foram, neste período, construídas cerca de meia centena de fortificações ribeirinhas.

Por ausência de perturbações mais gravosas, entenda-se guerra, que impunham o uso de armas de pólvora ou pela evolução que as técnicas de guerra entretanto alcançaram, foi-se optando por outro tipo de construção militar que abdicaria dos baluartes e daria maior ênfase às baterias de longo alcance.

DESTINO DOS FORTES

Sobre o destino que cada uma destas construções obteve, varia consoante cada situação.

Muitas destas construções acabaram por desaparecer totalmente. As que se localizavam mais próximo da capital foram destruídas, na sua maioria devido ao terramoto, ou absorvidas pela malha urbana que se desenvolveu nos arredores e ao longo da margem do rio. Sobre os primeiros, restam apenas alguns elementos pétreos que formavam os embasamentos (exemplo o Forte de N^a S^a da Conceição em Algés e o recém descoberto Forte de São Paulo no Cais do Sodrê) ou plantas da sua organização interna em arquivo contendo por vezes a sua localização (exemplo o Forte de Santa Catarina da Cruz Quebrada) ou ainda, apenas um longínquo conhecimento da sua existência dado por referências isoladas (exemplo Forte de São José de Ribamar e Forte da Maruja no Dafundo).

Sobre os segundos, os que foram absorvidos pela malha urbana de facto, podem-se contar entre construções habitacionais ou espaços públicos, na sua maioria e, arrasamento completo por opção de passagem de vias rodoviárias (exemplo as fortificações do Livramento e do Sacramento ou Alfarrobeira em Alcântara).

Contudo, também há as construções que prevaleceram no tempo: umas com adaptações impostas, outras votadas ao abandono com ou sem projetos de requalificação agendados.

A inexistência de conflitos armados que se verificou após a guerra civil veio pôr ao abandono a maior parte destes edifícios ainda existentes. Só os que, por deliberação legal, foram reutilizados para fins de controlo costeiro e sinalização marítima (faróis) é que foram, no séc. XIX, alvo de requalificação por adaptações construtivas e assim estão, até hoje, com essa função (exemplo o Forte de Sanxete no Cabo Raso, o forte de Santa Marta em Cascais ou o forte de São Francisco da Boa Viagem a Ocidente da Cruz Quebrada).

Aos restantes, inicialmente sem qualquer utilidade militar e posteriormente inadequados face às novas técnicas de guerra onde o controlo do espaço aéreo passou a ser fundamental, foi-lhes permitido simplesmente atravessar os anos sujeitos às intempéries e agressões marítimas naturais dos locais onde se localizam. Aos poucos, começaram a ser adquiridos para fins residenciais de carácter aristocrático



Fig. 6.
Imagem da entrada
na Fortaleza de São
Julião da Barra que
mantém uma função
militar.
(nossa autoria, 2012)

(exemplo dos Fortes de Santo Antoninho e Cruz de Santo António no Estoril) e mais recentemente para estruturas pedagógicas (exemplo do Forte de Guia próximo da Boca do Inferno e o Forte de Santo António da Barra em São João do Estoril), de restauração e hotelaria (exemplo da Bateria Alta no Guincho e a Cidadela de Cascais) e museológicas (exemplo o Forte de São Vicente em Belém e o Forte de São Jorge de Oitavos).

Existem, ainda, outros equipamentos, claramente em estado avançado de degradação e de perigo iminente de derrocada das paredes sobranes (exemplo do Forte da Crismina entre o Cabo Raso e o Guincho e a Torre Velha junto ao Porto Brandão).

Por fim, dos alguns fortes que ainda possuem uma representatividade na vida militar, ainda que servindo, em muitas circunstâncias, apenas para serviços gerais ou cerimónias pontuais (como messe ou morada oficial do Ministério da Defesa).

E assim, “A Chave do Reino” – a Fortaleza de São Julião da Barra, tal como as restantes Fortificações da foz do Tejo, dilui-se no tempo perante as novas tecnologias que acomodam poderes bélicos em muito menos arquitetura.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, Cristina Andreia Duarte de Coimbra Neves Próspero dos (2012) – *Fortificações da foz do Tejo* [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. [Consult. 30 Jun. 2016]. Dissertação de mestrado em Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa. Exame público realizado em 9 de Maio de 2014. Disponível em WWW: <URL:<http://hdl.handle.net/11067/888>>.

OS MANUAIS DE CASTRAMETAÇÃO, A APRENDIZAGEM DO DESENHO URBANO E UM TRATADO MANUSCRITO DE LUÍS SERRÃO PIMENTEL

MARGARIDA TAVARES DA CONCEIÇÃO*

Resumo: O acampamento militar foi entendido explicitamente como simulacro urbano pelo menos desde as *Historiae* de Políbio, uma das principais fontes antigas. Os procedimentos para o alojamento dos exércitos constituíam matéria usual nos livros de arte militar, tendo sido alvo de interesse renovado na cultura arquitectónica do Renascimento. No contexto do século XVII e em particular na formação dos engenheiros militares, cujo ensino organizado em Portugal não é perceptível antes de 1647, incluiu-se ainda a *castrametatio* como objecto de estudo nos seus contornos clássicos. Através da análise do *Tratado de Castramentação ou Alojamento dos Exercitos*, de Luís Serrão Pimentel, procura-se relacionar a genealogia deste conhecimento castrense com o potencial exercício de habilitação para o desenho urbano.

Palavras-chave: Castrametação; Tradadística; Urbanismo; Cultura militar.

Abstract: The military camp was explicitly understood as an urban simulacrum, at least since Polybius's *Historiae*, one of the main ancient sources. Procedures for army's lodgings were usual topics in military art books, having known renewed interest in the Renaissance architectural culture. In 17th century context, specially in the military engineers training (whose organized teaching in Portugal is not clear before 1647), the *castrametatio* was still studied in its classical outlines. The analysis of the *Treatise on Castrametation or Armies Lodging*, by Luís Serrão Pimentel, seeks to relate the genealogy of this military knowledge with the potential qualification for exercise on urban design.

Keywords: Castrametation; Treatise; Urbanism; Military culture.

* IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Universidade Autónoma de Lisboa. mmtconceicao@gmail.com.

DA ANALOGIA ENTRE CIDADE E ACAMPAMENTO MILITAR: METÁFORA E MÉTODO

A associação entre as regras da castrametação e os princípios do desenho urbano clássico não constitui em si uma novidade, mas sim uma interpretação que aparece na historiografia com rara unanimidade e que põe em evidência a partilha de uma concepção espacial comum¹. O que justificará em sentido lato a pertinência da aprendizagem da castrametação como exercício de habilitação para o desenho urbano: saber como traçar um perímetro no terreno, definir o alinhamento das ruas e outros requisitos da organização logística.

Contudo, essa ligação encontra-se pouco estudada *em detalhe* e *em circunstância*. Uma das razões que poderá justificar (pelo menos no contexto da época moderna) a tendência para manter a questão no plano da explicação generalista poderá estar relacionada com a ilustre genealogia deste saber clássico e pelas intrincadas ligações que se estabelecem com os métodos gromáticos. Havendo uma transmissão de regras através de várias fontes, é como repositório de saber militar antigo que a castrametação é valorizada na cultura do Renascimento.

A principal base será a descrição contida no Livro VI das *Historiae* de Políbio, impressa em várias línguas e inserida em diversas colectâneas de clássicos da arte militar ao longo dos séculos XVI e XVII. As fontes relacionadas com a produção das regras escritas da agrimensura, coligidas no famoso *Corpus agrimensorum romanorum* eram também conhecidas, mas a sua publicação e a compreensão da sua própria historicidade foram problemáticas². Na verdade, foi o *De re militari* de Vegécio o mais durável veículo compendial.

A este respeito retenham-se dois aspectos essenciais: primeiro, a ligação entre a castrametação e as técnicas de agrimensura foi estabelecida há muito, pela própria tradição escrita romana e pela sua complexa transmissão, com continuidade medieval. A divisão do *territorium*, a fundação ritual da cidade e a delimitação do campo militar usavam meios e significados idênticos e, também por isso, o entendimento da cidade na versão militar e efémera de acampamento, a cidade móvel, metáfora filiada em Políbio³, afigura-se lógica, já que o pretendido é precisamente a simulação da cidade habitada.

O segundo aspecto refere-se ao facto do código da castrametação constituir um conjunto de procedimentos que forneceriam uma espécie de condensado de

¹ E.g. FIORE, 2009: 284; POLLAK, 2014: 87-88; VAN DEN HEUVEL, 2011: 38-44.

² CASTILLO PASCUAL, 1996; PAMMENT, 1996.

³ POLÍBIO, 1977: 106, 109; contudo, essa analogia metafórica está ausente no texto *De munitionibus castrorum*, do chamado pseudo-Higino.

regras urbanísticas, «pronto a usar» em qualquer situação, isto é, um método. Esse carácter encontra-se em si mesmo no próprio conceito da *castrametatio*, onde se resumem as linhas básicas da urbanística romana, reconhecíveis na escolha do sítio, definição da forma perimetral regular e respectiva delimitação defensiva, o princípio da axialidade e ortogonalidade do traçado viário, com a intersecção dos quatro eixos principais na zona do *praetorium*, e também referência para o alinhamento das unidades de alojamento.

DO ACAMPAMENTO MILITAR NA CULTURA ARQUITECTÓNICA DO RENASCIMENTO

Os termos da analogia polibiana entre o acampamento e a forma da cidade justificam a sua repetição obrigatória pelos autores modernos, tornando-se indispensável focar neste ponto a convergência (pelo menos teórica e disciplinar) entre a *re militari* e a *re aedificatoria*. E justamente a partir de Leon Battista Alberti, que incluiu no seu texto fundador alguns capítulos sobre o acampamento militar, apresentando-o como organização especializada do espaço e até explicitamente como *castra urbium seminaria*⁴. Em contrapartida, o texto-fonte do conhecimento arquitectónico, o *De architectura* vitruviano, apesar de incluir fortificação e engenhos de guerra, não integra este tema específico, o que de alguma maneira também ajuda a explicar a sua ausência nos livros de arquitectura dos séculos XVI-XVII.

Mas, como é óbvio, os procedimentos para o alojamento dos exércitos constituíam matéria própria e usual dos livros de arte militar, amiúde lidos como elo entre um saber teórico (mas também retórico) e um saber prático da vida militar activa, e cujo modelo literário se pode identificar no já mencionado epítome de Vegécio, com várias edições impressas alguns anos antes dos tratados de Vitruvius e Alberti, ambos tendo o ano de 1485 por referência. Não se poderá falar numa recuperação de Vegécio no Renascimento, mas na renovação de uma presença contínua na literatura militar cortesã, renovada pela ideia de recuperação da disciplina e eficácia da legião romana.

Nesse sentido, e em contrapartida, *Dell'arte della guerra*, de Maquiavel (Florença, 1521), apresenta-se como uma das primeiras obras em vulgar, mas não é um livro técnico nem prático, ainda que inclua dados detalhados e o desenho planimétrico do acampamento com as medidas específicas das suas diferentes partes, do perímetro às várias classes de alojamentos. Não são regras gerais para adaptar, mas um modelo completo e cotado, que pressupõe a regularidade da maneira de acampar,

⁴ «Nam sunt castra ueluti urbis quaedam seminaria» (ALBERTI, 1485: lv. V, cap. X; cf. 2011: 339).

para que «la forma dello alloggiamento sia più perfetta, alloggiando uno esercito perfetto»⁵. É ainda bastante evidente (mas não exclusiva) a sua ascendência sobre o muito citado livro de Albrecht Dürer sobre fortificação de cidades, ilustrado e impresso poucos anos depois, em 1527⁶.

O tema e a sua conotação urbana foram alvo de interesse renovado e nesta perspectiva o acampamento militar poderá ser mesmo tomado como parte integrante da educação do artista cortesão e do ambiente cultural humanista, dimensão que em parte enquadra o modelo urbanístico apresentado por Dürer. A atracção pelo desenho militar da cidade é detectável na obra de alguns arquitectos, registando-se casos muito particulares, como os desenhos de Serlio e de Palladio, posicionados como evocações directas de Políbio e não tanto de Vegécio. O interesse de Serlio pela interpretação do acampamento polibiano revela um exercício de desenho urbano, no qual a base militar clássica é suporte de uma cidade moderna *all'antica*⁷. Essa mesma aproximação à temática militar, estritamente cultural e procurando mesmo a reconstituição histórica do Antigo, é visível em obras de Andrea Palladio, em especial nas ilustrações para os *Commentari* de Júlio César (1575) e nos desenhos que se conservaram manuscritos, destinados a ilustrar as *Historiae* de Políbio⁸.

Muito diferente é o caso do arquitecto-engenheiro Pietro Cataneo: apesar de ter ignorado o assunto na primeira edição do seu tratado de arquitectura (1554), acrescentou depois (1567) ao *Livro Primeiro* três pequenos capítulos sobre o acampamento militar. A sua preocupação parece ser, no entanto, efectivamente defensiva e centrada no impacto da artilharia, estando a analogia urbana ausente. A atenção encontra-se focada nas diferenças entre a castrametação antiga e a maneira moderna de alojar os exércitos, tomando como exemplo os acampamentos nas guerras de Carlos V. Porém, neste ponto não deixa de oferecer uma imagem estilizada e breve do acampamento moderno enquanto síntese urbana. Portanto, se a *castrametatio* entrou no universo do livro de arquitectura a partir do *De re aedificatoria* albertiano, aí não permaneceu, constituindo o tratado de Pietro Cataneo um caso isolado, também a este respeito.

⁵ MACHIAVELLI, 1521/1989: 475.

⁶ *Etliche Underricht zu Befestigung der Stett, Schloz und Flecken*, Nuremberga, 1527; tradução latina de J. Camerarius, Paris, 1535; cf. ed. GONZÁLEZ GARCIA, 2004: 24, 35-41.

⁷ Intitulado *Della castrametatione di Polibio ridutta in una citadella murata*, o manuscrito terá sido feito a partir de 1546, indiciando o contacto com Guillaume du Choul em Lyon (SERLIO, 2001); cf. FIORE, 2004; 2009.

⁸ BELTRAMINI, 2009.

DA CULTURA MILITAR E APRENDIZAGEM DA FORTIFICAÇÃO EM CONTEXTO PORTUGUÊS

O reflexo da castrametação clássica na cultura arquitectónica portuguesa parece muito ténue e no âmbito dos textos militares impressos no século XVI e primeiro terço do século XVII, apenas Luís Mendes de Vasconcelos (1612) se propõe tratar o tema dos *alojamentos*, mas sem chegar a concretizá-lo. Antes dele, Isidoro de Almeida usava nas *Instruções Militares* o vocábulo *arraial*, ainda que mencionando as «ruas do quartel, onde alojar» e nomeando Políbio⁹. *Arraial* será o termo corrente ainda no século XVI e que talvez só mais tarde tenha adquirido a actual ambiguidade semântica, em que se associa à palavra *arraial* qualquer assentamento desordenado e temporário¹⁰. Portanto, o *arraial* enquanto acampamento militar aparece neste contexto como versão e expressão vernacular face ao mais erudito acampamento e à arte da castrametação dos romanos, difundida em inúmeras versões impressas e colectâneas, até mesmo em vulgar e com ilustrações.

Com efeito, Luís Mendes de Vasconcelos cita amiúde os autores antigos e também dois autores modernos importantes na divulgação desta matéria: Guillaume du Choul (1555) e o flamengo Justo Lípsio (1595). Mas é preciso salientar que estes intérpretes modernos da castrametação não foram propriamente militares de carreira, mas eruditos que escreveram os seus comentários e versões. Interpretações quase sempre fundamentadas nas relativamente breves palavras de Políbio, ao lado do qual Frontino, Vegécio ou Higino aparecem quase como fontes complementares. Esta observação envolve de alguma maneira uma outra questão, a de saber até que ponto a *castrametatio* antiga era útil ao acampamento militar moderno. Ainda que fazendo parte do conteúdo obrigatório de um tratado de arte militar, é um assunto que parece interessar pouco os teóricos, estrategas e engenheiros militares. O tema do acampamento militar, castrense por definição primária, parece ser mais caro à cultura literária militar em sentido lato; como o eram as conquistas de Alexandre ou Júlio César. A castrametação – e por mais pertinente que seja a analogia entre o acampamento militar e a cidade – era assunto do exército em movimento para resolver na prática.

Apesar disso, a partir da década de 1640, e até «por urgência prática» como se sabe, o ciclo das Guerras da Restauração estimulou a renovação do conhecimento sobre os assuntos da milícia. Figuras como, por exemplo, Luís Marinho de Aze-

⁹ ALMEIDA, 1573/1953: 148, 166.

¹⁰ Cf. CONCEIÇÃO, 2015: 272-274.

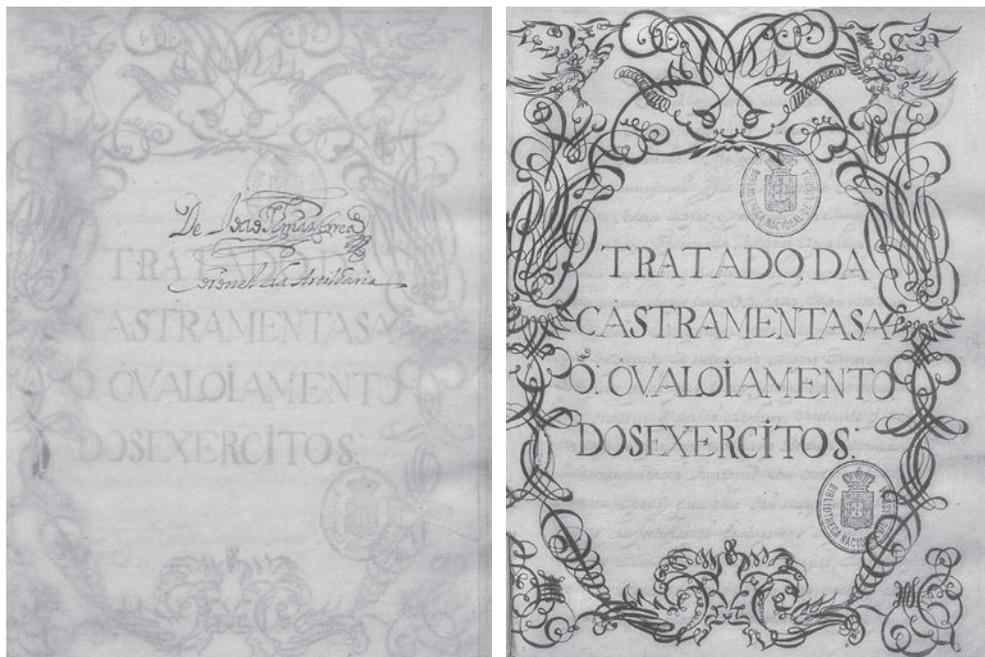


Fig. 1. *Tratado de Castramentação ou Alojamento dos Exercitos* por Luís Serrão Pimentel, frontispício e assinatura de João Tomás Correia (BNP).

vedo ou Francisco Manuel de Melo notabilizaram-se como autores que chegaram aos prelos¹¹.

Ao mesmo tempo a necessidade de formar engenheiros militares portugueses fez com que a arquitectura militar fosse objecto de aprendizagem específica, instituída na chamada *Aula de fortificação* da corte; ou, melhor dito, na *Lição de fortificação* inserida na *Aula de matemática* da Ribeira das Naus, tutelada pelo cosmógrafo-mor e onde se passou a ensinar também o ataque e defesa das praças, e a castrametação. Luís Serrão Pimentel, cosmógrafo-mor interino responsável pela aula (1647) e mais tarde engenheiro-mor (1673), ficou conhecido principalmente pelo tratado *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações*, impresso em 1680 (um ano após a sua morte). Mas, por exemplo em 1661, era citado como lente de fortificação, esquadrões, artilharia e castrametação¹². Em rigor, não poderemos

¹¹ BEBIANO, 2000.

¹² Por exemplo: «lente da cadeira de fortificações e castrametação na aula da mathematica em a Ribeira das naos» (ANTT – *Chancelaria D. Afonso VI*, lv. 20, fl. 129 v.-130, 30 Julho 1666, in VITERBO, I: 269); «ler na Aulla da Ribeira das naos arte de matematicas, nauegação, fortiffiquação, castrametação, expugnação e defenção das Praças» (ANTT – *Chancelaria D. Afonso VI*, lv. 29, fl. 167-167 v., 14 Dezembro 1671, in VITERBO, I: 270-271; FERREIRA, 2009:147-148).

dizer que se conservam numerosos manuais da matéria no contexto desta ou de outras «aulas de fortificação», cujo funcionamento detalhado é difícil conhecer, mas das quais sobrevivem alguns manuscritos, um dos quais justamente subscrito por Luís Serrão Pimentel.

O TRATADO DE CASTRAMENTASÃO OU ALOJAMENTO DOS EXERCITOS, POR LUÍS SERRÃO PIMENTEL

Conserva-se na Biblioteca Nacional de Portugal um manuscrito intitulado *Tratado de Castramentação ou Alojamento dos Exercitos por Luís Serrão Pimentel*, não datado¹³ mas sendo posterior a 1658, complementado com desenhos e que pertenceu ao seu discípulo João Tomás Correia de Brito¹⁴. Não é possível afirmar com segurança tratar-se de um autógrafo de Luís Serrão Pimentel, mas o discurso é feito na primeira pessoa e corresponderá pelo menos em parte ao conteúdo leccionado em aula, expressando no prólogo o propósito didático. Poderá também suspeitar-se que integraria o grupo de tratados relativos a outros sub-gêneros que gostaria de ver organizados (e impressos?)¹⁵. Obra de militar e de engenheiro, o próprio título revela, no duplo enunciado da conjunção *ou*, uma nota de erudição (a castrametação) e uma nota pedagógica (o alojamento dos exércitos).

Se é muito clara a consciência da ascendência clássica da *castrametatio*, referindo iniciaticamente a etimologia da palavra, mostra a consciência essencial da sua distância histórica, da distância entre os antigos e os modernos, reservando a Vegécio a validade da compilação de máximas (indica mesmo que o seu capítulo 1 corresponde ao capítulo 8 do livro 3 de Vegécio) e sobre Políbio não regista uma única palavra. As fontes de trabalho de Serrão Pimentel são de facto outras, reflectem importantes mudanças de ciclo na codificação dos conhecimentos sobre fortificação e temas subsidiários, e surgem cotejadas com rigor de aparato científico.

Apesar de citar muitos italianos (Brancacci, Busca, Cataneo, Floriani, Sardi, Savorgnano), os mais extensamente usados são os autores das áreas flamenga e neerlandesa, em especial Simon Stevin («autor grave nas suas obras *mathematicas*», fl. 26v.) e Adam Freitag, ainda que também proceda a comparações pontuais com

¹³ BNP Códice 1648, com 106 fólios (66 textuais com letra da mesma mão e 40 com ilustrações desdobráveis); inclui algumas notas marginais que o catálogo indica poder atribuir-se ao antigo possuidor; várias referências ao cerco de Badajoz, indicando mesmo o ano de 1658 no fl. 32, fornecem datação *post quem*.

¹⁴ João Tomás Correia de Brito também deixou obra sobre fortificação e castrametação (BNP COD. 5386).

¹⁵ No prólogo: «para depois tratarmos a Expugnação e Defença com largas notícias», terminando «mas por que isto pertence ja a Ofença o trataremos mais particularmente no segundo livro» (fl. 66 v.).

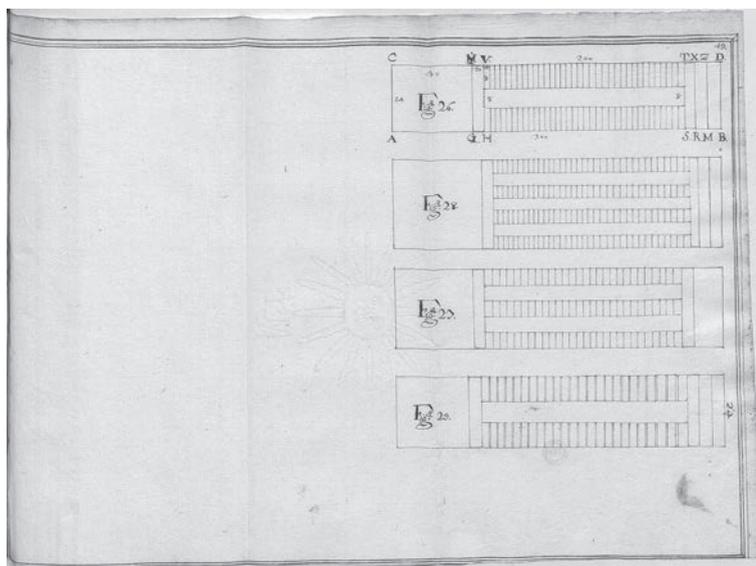


Fig. 2.
Tratado de
Castramentação...,
fig. 26-29, «Do
alojamento de huma
companhia de
Infantaria» (BNP).

muitos outros (Cellarius, Dögen, Dilich, Goldmann) e apenas um francês (Deville). A este respeito deve sublinhar-se que, assumindo em algumas partes a tradução directa, a reprodução de desenhos e a transcrição de tabuadas de cálculo, Pimentel justapõe a essa exposição o seu habitual sentido crítico, por vezes destacado em notas e escólios, outras vezes afirmando em diversas passagens «Esta he a doutrina dos melhores autores modernos...; eu sigo o Methodo meu particular...» ou «mas sou de parecer que».

Observando-se a estrutura do tratado, verifica-se que no seu todo dedica bastante espaço ao desenho da fortificação de campanha (fortes, redutos, fortins e trincheiras), introduzindo conceitos e vocábulos modernos: as linhas de circunvalação e contravalção, os aproches. Opção relacionada com a necessidade de adequar o alojamento dos exércitos à nova fortificação de campanha.

O desenho do campo militar propriamente dito (correspondente em especial ao cap. 8.º – «Das medidas determinadas oje para os alojamentos dos Arrayais e quartéis», fl.s 26v.-49) aparece pois neste contexto e, como é habitual em engenharia, a transmissão da regra faz-se por demonstração geométrica. Um tratado não é um livro de leitura mas sim de estudo e para se compreender a descrição textual das operações é preciso seguir cuidadosamente as figuras. O conhecimento da aritmética e da geometria elementar é, como sabemos, um pressuposto metodológico e para concretizar a demonstração, Pimentel toma diferentes situações como exemplo de aplicação, aspecto que confirma ainda mais o seu carácter didáctico.

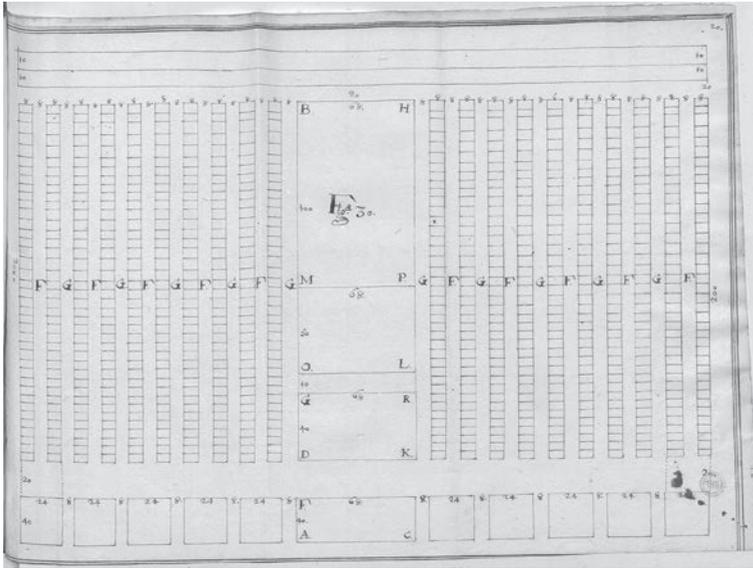


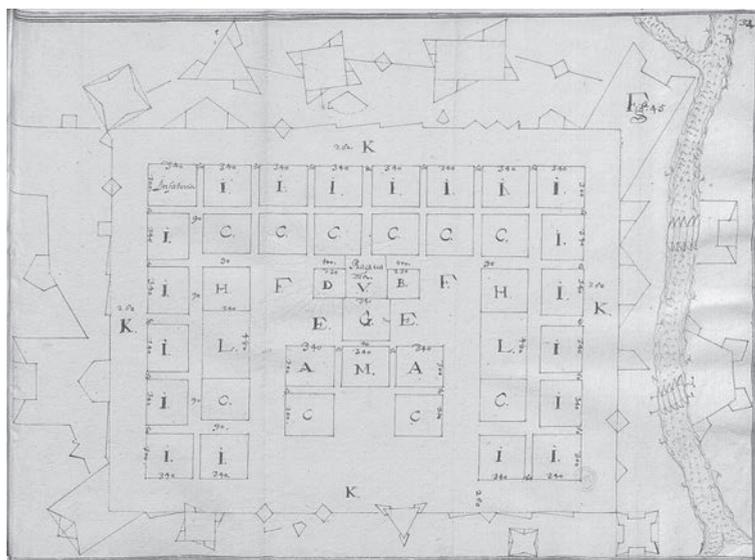
Fig. 3.
*Tratado de
Castramentação...*,
fig. 30,
«Do Alojamento de
um terço» (BNP).

O primeiro exemplo refere-se ao alojamento de uma companhia de infantaria incluindo as variações consoante o número de efectivos, seguindo-se o alojamento de um terço (onde recorre também à representação em perspectiva, a que chama vitruvianamente *ichnographia*) e depois mostra a adaptação de idênticas premissas a uma companhia de cavalaria. Seguem-se alguns «quartéis» (unidades do acampamento) mais especializados e hierarquizados: o quartel do General do Exército, o quartel do General de Artilharia, o «quartel dos outros cabos e officiaes que alojam juntos no campo», o quartel dos carros e carretas e a praça do mercado.

É na descrição da praça do mercado que se torna mais acentuada a percepção de uma linguagem comum à urbanística, mas que percorre todo o códice: são as ruas e as praças, as praças de armas e as praças vazias, as ruas largas, as ruas *entremedias*, a *direitura* das Ruas principais, a serventia de passagens, a disposição ou filas de barracas, ou de tendas.

Os próprios enunciados de atribuição do alojamento aos diferentes postos reflecte também a necessidade de replicar as funções da vida quotidiana, segundo o nível hierárquico e social dos destinatários. O acampamento inclui todas as patentes, do soldado ao general, do cirurgião ao capelão, dos comissários e vedores aos viandeiros, carreteiros, aos escrivães e engenheiros, e todas as especialidades da artilharia, e no mercado «se acomodaram separadamente os mercadores de pannos, cedas e outras couzas, tendeiros e tauerneiros, e outros que seguem o exercito» (fl. 43v.), especificações que inevitavelmente nos remetem para a imagem do acampamento como cidade móvel.

Fig. 4.
Tratado de Castramentação..., fig. 45,
 «De outra forma de
 alojar um Exército com Infantaria e
 Caualaria no mesmo
 Quartel» (BNP).



No entanto, um dos capítulos onde melhor se demonstra o sentido prático do método de alojar o exército é o capítulo 9.º «Do modo de se sentar no papel o alojamento do Exército para dispous se acomodar na Campanha» (fl.s 49 v.-54), dividido em dois artigos: «§ 1.º Como que se deuem riscar em papel os quartéis particulares para depois se executarem na campanha» e «§ 2.º Do modo de medir os quarteyns na campanha pela planta desenhada no papel», com recurso a instrumentos relativamente simples (bússola, esquadro de pínulas, fita gradual). Relembrando sempre o problema da conversão das unidades de medida, Pimentel insiste na proposição metodológica destinada a quem «se encarrega [d]a despozição das barracas e ruas de suas companhias» (fl. 52).

Em resumo, a insistência no uso de expressões como «saber alojar e fortificar» ou «alojar com ordem e fortificação», o persistente uso da palavra *arraiais* e a generalização da palavra *quartéis*, denunciam o seu objectivo pragmático: transmitir a boa regra aos discípulos, uma regra de preferência actualizada e com exemplos modernos. Nas suas advertências identificam-se expressões que nos habituámos a associar à prudência do mestre e à necessidade vital de saber adaptar os preceitos, que devem ser «acomodados com o bom discurso do Engenheiro segundo a diferença e despozição de cada sitio, conciderando as ventagens» (fl. 13 v.), ou ainda, «porque isto não he exemplar, e faliuel, cada hum poderá dispôr o Exército como milhor lhe parecer atendendo somente as que as ruas fiquem mais dezempedidas e direitas e que possam ser capazes, e as praças espaçosas.» (fl. 56).

O tratado de castrametação de Luís de Serrão Pimentel equilibra o conteúdo da cultura militar erudita e o carácter de um livro técnico, destinado à formação do engenheiro militar, uma formação fundada na aprendizagem da construção geométrica como método científico de resolução de problemas. Dadas as especificidades de cada tipo de quartel, o que chama de «quarteis particulares», o conceito integra-se e ganha sentido no contexto da «planta geral de todo o Exercito alojado», que formaria uma malha de ruas, praças e filas de barracas. Esta não é uma obra profundamente original, nem poderia sê-lo provavelmente. Apesar de ser inevitável saber organizar o acampamento militar, persiste a questão de saber se a castrametação clássica era ainda relevante para o alojamento do exército em campanha na segunda metade do século XVII, ou mais razoavelmente, se constituía uma matéria de base da cultura militar, que continuaria a ser estudada no século XVIII.

Da mesma maneira, pode-se perguntar se o estudo da castrametação seria ainda importante para o desempenho dos engenheiros militares como responsáveis pelo desenho urbano ou apenas um exercício de distribuição espacial, com evidentes relações geométricas e até programáticas ao conteúdo de uma praça de guerra, que aparece codificada na tratadística da fortificação seiscentista.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, L. B. (1485) – *De re aedificatoria*. Firenze: Nicolau Alamari.
- ALBERTI, L. B., ed.; KRÜGER, M.J., trad. A. Espírito Santo (1485/2011) – *Da arte edificatória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, Isidoro de; int. A.F. Morais (1573/1953) – *Quarto livro de Isidoro de Almeida das Instruções Militares, Arte Militar Quinhentista*. «Boletim do Arquivo Histórico Militar», vol. XXIII, p. 203-229.
- BEBIANO, Rui (2000) – *A Pena de Marte. Escrita da Guerra em Portugal e na Europa (Séc.s XVI – XVIII)*. Coimbra: Minerva.
- BELTRAMINI, Guido, ed. (2009) – *Andrea Palladio and the architecture of battle with the unpublished edition of Polybius' Histories*. Venezia: Marsilio Editori – CISA Andrea Palladio.
- BRANCACCI, Lelio; trad. I. Scavino (1639) – *Cargos y perceptos militares...* Barcelona: Sebastian y Jaime Matevad.
- BUSCA, Gabriello (1585) – *Della espygnatione, et difesa delle fortezze*. Torino: Herede di Niccolò Bevilacqua.
- CASTILLO PASCUAL, Maria José (1996) – *Espacio en orden. El modelo gromático-romano de ordenación del territorio*. Logroño: Universidad de la Rioja.
- CATANEO Novarese, Girolamo (1584) – *Dell'arte militare libri cinque*. Brescia: Thomaso Bozzola.
- CATANEO Senese, Pietro (1567) – *L'Architettura...* Venezia: Paolo Manuzio.
- CELLARIUS, Andreas (1645) – *Le cours de mathematique*. Paris: François Pelican.
- CHOUL, Guillaume du (1555) – *Discours sur castrametation et discipline militaire des romains*. Lyon: Guillaume Rouille.

- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2008/2015) – *Da cidade e fortificação em textos portugueses (1540-1640)*. Lisboa-Paris: Nota de Rodapé Edições.
- DE VILLE, Antoine (1628/1640) – *Les Fortifications...* Lyon: Philippe Borde.
- DILICH [-SCHÄFFER], Wilhelm (1641) – *Peribologia seu muniendorum locorum ratio*. Frankfurt: Anton Humm.
- DÖGEN, Matthias [1648] – *L'Architecture Militaire Moderne, ou Fortification*. Amsterdam: Elzevier.
- [DÜRER] DURERO, Alberto; ed. J.L. González García (1527/2004) – *Tratado de Arquitectura y Urbanismo Militar*. Madrid: Akal.
- FERREIRA, Nuno Alexandre Martins (2009) – *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de mestrado.
- FIGLI, Francesco Paolo (2004) – «La Castrametatio (appelée Livre VIII). L'architecture de Sebastiano Serlio et la Castramétation des Romains selon Polybe». In DESWARTE, Sylvie, dir.- *Sebastiano Serlio à Lyon: architecture et imprimerie*. [Lyon]: Mémoire Active, p. 211-223.
- (2009) – «Sebastiano Serlio and the Roman encampment». In BELTRAMINI, G., ed. – *Andrea Palladio...* Venezia: Marsilio, p. 271-297.
- FLORIANI, Pietro Paolo (1630/1654) – *Diffesa et offesa delle piazze...* Venezia: Francesco Baba.
- [FREITAG] FRITACH, Adam (1635/1640) – *L'Architecture Militaire ou la Fortification Nouvelle*. Paris: Toussaint Quinet.
- GOLDMANN, Nicolaus (1645) – *La Nouvelle Fortification*. Leiden: Elzevier.
- LIPSIUS, Justus (1595/1614) – *De militia romana libri cinque. Commentarius ad Polybium*. Antuerpiae: Officina Plantiniana.
- MACHIAVELLI, Niccolò; ed. A. Panella et al. (1521/1989) – *Libro dell' Arte della Guerra*. Milano: Gherardo Casini.
- PALLADIO, Andrea, trad. (1575) – *I commentari di C. Giulio Cesare...* Venezia: Pietro de' Franceschi.
- POLLAK, Martha (2010/2014) – *Cities at War in Early Modern Europe*. New York: Cambridge University Press.
- PSEUDO-HYGIN; ed. M. Lenoir (1979) – *Des fortifications du camp [De munitionibus castrorum]*. Paris: Les Belles Lettres.
- POLYBE; ed. R. Weil; C. Nicolet (1977) – *Histoires, Livre VI*. Paris: Les Belles Lettres.
- PAMMENT SALVATORE, John (1996) – *Roman Republican Castrametation: a reappraisal of historical and archaeological sources*. Oxford: British Archaeological Reports.
- SARDI, Pietro (1639) – *Corno dogale della architettura militare...* Venezia: Giunti.
- SAVORGNANO, Mario (1599) – *Arte militare terrestre e maritima...* Venezia: Sebastiano Combi.
- SERLIO, Sebastiano; ed. V. Hart e P. Hicks (2001) – *Sebastiano Serlio on Architecture...* New Haven: Yale University Press, vol. II.
- STEVIN, Simon (1618) – *La castrametation...* Leiden: Elzevier.
- VAN DEN HEUVEL, Charles (2011) – «Multilayered Grids and Dutch Townplanning. Flexibility and Temporality in the Design of Settlements in the Low Countries and Overseas». In *Early Modern Urbanism and the Grid: Town Planning in the Low Countries in International Context*. Turnhout: Brepols, p. 27-44.
- VASCONCELOS, Luís Mendes de (1612) – *Arte militar dividida...* Alenquer: Vicente Alvarez.
- VEGÉCIO; ed. J.G. Monteiro; J.E. Braga (2009) – *Compêndio da arte militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VITERBO, Francisco Sousa (1899-1922/1988) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: INCM.

MUNDOS DE TRANSIÇÃO

APRESENTAÇÃO

A historiografia ocidental tradicional dividiu a História (e a Pré-história) em períodos e subperíodos sucessivos, separados por intervalos temporais que estabelecem as chamadas *Transições*. Seccionou-se portanto o *continuum* da História sugerindo a existência da ruptura após o tempo longo da continuidade. Mas, de facto, o que normalmente representa a ruptura não é mais do que um longo processo de mudança histórica, por vezes de duração secular ou mesmo milenar. A História e a Arqueologia conseguem identificar sinais e espaços, materialidades e territórios, que anunciam a mudança cultural – *Mundos de Transição* – que traduzem o fluir do processo histórico. E foi precisamente sobre estes *Mundos de Transição* que esta Sessão do Congresso Internacional *Genius Loci* pretendeu debruçar-se.

O convite para promover a abertura da Sessão foi endereçado ao Professor Carlos Fabião (FLUL), que apresentou uma conferência inaugural intitulada *Indígenas vs romanos e romanos vs bárbaros: conceitos, periodizações e suas consequências ou como tornar os processos de transformação e mudança em objeto de estudo*. Seguiram-se contributos muito diversificados, que se espalhavam por diferentes domínios do conhecimento, distintas geografias e variadas cronologias. Por motivos vários, porém, nem todos os autores tiveram tempo e/ou possibilidade de converter as apresentações realizadas em artigos.

Neste sentido, o resultado é enformado pelos textos agora reunidos e publicados. Nos dois estudos inaugurais apresenta-se uma breve síntese sobre problemáticas associadas ao “mundo da morte”. O primeiro aborda a questão das necrópoles peninsulares datadas dos séculos V a VIII AD, revelando a continuidade de práticas anteriores, reflexo de pressupostos mentais associados ao mundo pagão, a par de uma paulatina imposição de novas concepções e simbologias cristãs e da penetração de objetos associados à indumentária e atavio dos chamados povos “bárbaros”. O segundo retrata o período altomedieval associado ao chamado processo de Reconquista Cristã na região sul do Douro, entre os séculos VIII e XI, partindo da análise dos sepulcros escavados na rocha e da sua localização no contexto da dinâmica de ocupação deste território.

O terceiro estudo enquadra-se na chamada “antropologia histórica” e debruça-se, de forma reflexiva, sobre as práticas associadas à devoção, materializadas nas chamadas “alminhas”, colocadas ao longo dos caminhos e nos retábulos das igrejas em Portugal. Assente numa análise comparativa, articula fontes históricas e etnográficas, explorando a questão dos rituais e dos cultos associados à devoção das almas do purgatório.

De natureza diferente é o quarto estudo, relacionado com os domínios da História da Arte e da Historiografia. “Romane vs Romanesque. A invenção de uma nomenclatura” trata da questão da invenção, da posterior adequação e adaptação do termo “românico” nos estudos da especialidade.

Os restantes sete tratam temas de arqueologia, arquitetura, museologia e urbanismo, num tempo lato, que se estende da Pré-história à Época Moderna. O primeiro versa sobre cerâmica romana importada detectada na foz do Douro, concretamente, em Vila Nova de Gaia. No segundo, e seguindo uma perspetiva diacrónica, são apresentados os dados conhecidos até à data sobre a topografia e a história de Mértola na Antiguidade Tardia, entre a segunda metade do século V e os séculos VI-VII. Num outro estudo, aborda-se a transformação arquitetónica das cidades no período Manuelino como resultado da globalização decorrente dos Descobrimentos. De especial interesse para a compreensão histórica do urbanismo português é o retrato, presente num outro texto, de um edifício outrora emblemático na cidade, o “Palácio de Cristal Português”, destruído em meados do século passado. Com este contributo pretende-se responder a algumas questões relacionadas com o período da sua edificação e da sua destruição, bem como as suas influências e legado. Segue-se um artigo focado nos modos de transição (e evolução) da museologia entre os finais do século XX e o arranque do XXI. Já o penúltimo estudo perspetiva de modo crítico a questão do chamado “efeito do espaço binário” e da sua interação na criação de um contexto real de compreensão do espaço urbano tradicional. Para tal, aborda problemáticas teóricas relativamente às distintas conceções do espaço, resultantes da interação entre arquitetura e sociedade ao longo dos tempos. Por fim, dá-se a conhecer um trabalho com componente etnoarqueológica, que se centra no estudo diacrónico da presença humana num território do sul do País, ao longo de cinco milénios.

Andreia Arezes

Rui Morais

Sérgio Monteiro-Rodrigues

FOREWORD

Traditional Western historiography divided History (and Prehistory) in successive periods and subperiods, separated by time intervals that constitute what was collectively dubbed as *Transitions*. In other words, the *continuum* of History was divided; this would seemingly entail that there was a rupture that followed a long period of continuity. But, in fact, this apparent rupture is nothing more than a slow process of historical change – one that oftentimes spans the entirety of a century or even of a millennium. History and Archaeology are fields that can identify signs and spaces, materialities and territories, elements that herald the ensuing cultural change – *Worlds of Transition* – which express the flow of the historical process. It was precisely this subject – these *Worlds of Transition* – that was at the heart of this specific Session of the *Genius Loci* International Congress.

There were a great number of contributions submitted to be part of the Session; papers which cover a wide range of subjects in many fields of knowledge, framed in various geographies and in numerous chronologies – the products of which are now compiled and published in this very section.

The first two papers present a brief synthesis of the issues associated with the “world of death”. The first of the two discourses on the issue of peninsular necropolises, from the 5th to the 8th centuries C.E., demonstrating the continuity of previous practices, a reflection of mental assumptions associated with the pagan world, along with a gradual imposition of new conceptions and symbologies of Christian origin and the insertion of objects associated with the accoutrements and adornments of the so-called “barbarian” peoples. The second paper concerns the High Mediaeval Period, specifically the process that was the *Reconquista* in the southern region of the Douro river between the 8th and 11th centuries, based on the analysis of the sepulchres excavated within the rocks and its position in the context of the dynamics of the occupation of the aforementioned territory.

The third study is framed in “historical anthropology” and approaches, in a reflective manner, the practices related to devotion, embodied by the *alminhas* (small wayside shrines, oftentimes containing images depicted in tilework, dedicated to/

representing/invoking the souls in Purgatory), placed on streets, roads and near church altars in Portugal. Grounded on a comparative analysis, the essay conjugates historical and ethnographical sources to further explore the issues of rituals and cults associated with the souls in Purgatory.

The fourth paper is of a wholly different nature; it concerns the fields of Art History and Historiography. “Romane *vs* Romanesque. A invenção de uma nomenclatura” addresses the issues of the invention, of the later adequacy and adaptation of the term “românico” in the studies of these fields.

The remaining four studies delve into subjects related to archaeology, architecture and urbanism, in broad terms, from Antiquity to the Modern Age. Following a diachronic perspective, we present most recent data on the topography and history of Mértola in Late Antiquity, between the second half of the 5th century and the 6th and 7th centuries. This is followed by another study that addresses the architectural transformation of cities during the Manueline period as a result of the globalisation that ensued, itself a product of the Age of Discovery. Of particular interest for the historical understanding of Porto’s urbanism is the portrait of yet another emblematic building in the city, the “Palácio de Cristal Portuense”, which was destroyed in the middle of the 20th century. With this contribution we attempt to provide answers to several questions related to the period of its construction and its destruction, as well as its influences and respective legacy. The final study addresses, in a critical manner, the issue of “binary space effect” and its role in the creation of a real context of comprehension of the traditional urban space. To this end, it focuses on the theoretical problems concerning the different conceptions of space, resulting from the interaction between architecture and society throughout time.

Andreia Arezes

Rui Morais

Sérgio Monteiro-Rodrigues

CONCEPÇÕES MENTAIS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS DOS SÉCULOS V A VIII: ENTRE A PERPETUAÇÃO DE ARQUÉTIPOS E A ABERTURA A NOVOS INFLUXOS

ANDREIA AREZES*

Resumo: Nos domínios dos chamados «Mundos de Transição», as necrópoles peninsulares enquadráveis no período que se estende entre o século V e o VIII assumem-se como um campo de análise fecundo. Por um lado, ilustram a persistência de práticas bem enraizadas, que configuram reflexo de pressupostos mentais declaradamente «pagãos». Por outro, são palco da introdução e cristalização de concepções e símbolos inerentes à mundividência cristã; em paralelo, também da penetração de objectos característicos da indumentária e atavio do corpo próprios dos grupos «bárbaros», que se vão imiscuindo no substrato romanizado. É, pois, através do inquérito às materialidades e aos espaços funerários onde as mesmas se inserem que procuramos perscrutar o diálogo entre diversos elementos: os de continuidade e os que denunciam a incorporação de «novidades», ainda que adaptadas às especificidades dos contextos.

Palavras-chave: Península Ibérica; *Lusitania*; Necrópoles; Práticas funerárias.

Abstract: In the study of the so-called «Transitional Worlds», peninsular burial sites dated from the fifth to the eighth century are assumed as a proficuous object of analysis. On one hand, they reveal the persistence of deep-rooted and ancient practices that reflect mental representations openly «pagans». On the other hand, they also unfold concepts and symbols related to the Christian worldview. In parallel to this, some of the burials also present characteristic objects of «barbarian» groups: elements of clothing and adornment of the body, which were integrated into the Romanized substrate. Regarding the complexity of these necropolises, I aim to discuss the dialogue between the different elements shaping their diversity: those of continuity and those that uncover the incorporation of “novelties”.

Keywords: Iberian Peninsula; *Lusitania*; Burial sites; Funerary practices.

* FLUP / DCTP / CITCEM. andreia.arezes@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo debruça-se sobre espaços funerários, concretamente, sobre modalidades de organização, construção, e sobre as materialidades remanescentes. É nossa intenção questionar os vestígios, vestígios que, na sua pluralidade, traduzem uma ampla variedade de crenças, costumes, tradições. Tradições que são passíveis de condicionar a própria experiência da morte e as suas formalizações.

Segundo Edward James cada sepultura corresponde a uma composição meticulosamente pensada, onde nenhum pormenor é arbitrário: a disposição do inumado, a presença (ou ausência) de materiais sobre o corpo ou na sua envolvente... Gestos que resultam de escolhas conscientes, dotadas de um sentido¹. Todavia, nem todos os elementos que participam da “encenação” do enterramento subsistem. Se a passagem do tempo ou os fenómenos pós-deposicionais levaram a que alguns se perdessem irremediavelmente, outros são simplesmente invisíveis ou indecifráveis aos olhos do arqueólogo e, neste sentido, intraduzíveis no registo. Neste sentido, iniciamos este percurso conscientes das limitações que lhe são inerentes.

Os séculos a que se circunscreve a análise são fecundos: espelham persistências, novidades, coexistências e, não raro, também cenários de aparente contradição. No quadro da geografia peninsular, assumem-se como um tempo de confluências, onde se desenrola uma espécie de “jogo” aparentemente dicotómico. Conceitos como «hispano-romano»/ «bárbaro», para o âmbito da etnicidade; «cristão»/ «pagão» ou «*fides romana*»/ «*fides gotica*», para o religioso, são recorrentemente apontados como antagónicos e correlacionáveis com realidades claramente demarcadas. Todavia, o mundo funerário demonstra que nem sempre a oposição é tão clara e definida como à primeira vista se poderia supor.

São várias as variáveis a entrecruzar-se e a influir na preparação de cada área funerária. O tempo configura uma delas. Mas há outras a ter em consideração: as características do espaço de implantação, em meio rural ou urbano; a área útil disponível para os enterramentos; a eventual proximidade de um *martyrium* ou basílica; as próprias dinâmicas do grupo e os esquemas desenvolvidos no quadro da adaptação às especificidades do lugar².

O que resulta da interação e tessitura entre todas estas vertentes? Diferentes tradições de inumação plasmadas no terreno, pautadas por uma evidente variabilidade formal³, que é consequência do entrosamento de distintos modos de pensar, sentir e fazer. Deparamos, pois, com espaços que, apesar de sensivelmente coevos,

¹ JAMES, 1989: 23.

² AREZES, 2015: 201-212.

³ GOMES *et al.*, 2013: 710-711.

espelham realidades heterogêneas e irreconciliáveis com a possibilidade de vigência de uma norma única e inflexível. Talvez por isso coexistam, lado a lado, soluções arquitectónicas díspares, que não só obrigam a repensar os tradicionais esquemas de evolução crono-tipológica das sepulturas, como apelam a que se equacionem explicações a outro nível, decorrentes, nomeadamente, do posicionamento social, económico ou religioso de cada indivíduo inumado⁴.

BREVE PERCURSO POR ALGUMAS DAS NECRÓPOLES DA LUSITANIA⁵

No território da antiga *Lusitania*, não são propriamente numerosos os locais de enterramento que comportam dimensão apreciável ou número significativo de sepulcros. Salvo excepções (como as corporizadas nas necrópoles de Mértola, entre as quais destacamos a do Rossio do Carmo⁶, até pela diacronia longa de ocupação, que persiste em período islâmico), a ordem de grandeza oscila. Mas, independentemente de nos focarmos em necrópoles (mais ou menos amplas), em pequenos núcleos (de dois, três ou cinco sepulcros), ou mesmo em sepulturas isoladas, é a sul do Tejo que avulta a maior densidade de sítios inventariados. Aliás, há uma mancha particularmente expressiva que interessa referir: a que se inscreve dentro dos limites definidos para o concelho de Castelo de Vide⁷.

Mas avancemos até à necrópole da **Terrugem** (Elvas), que integrava cerca de 30 sepulturas, parte substancial das quais de contorno trapezoidal. Obedecendo a orientações diversas, foram construídas em distintos suportes: tijolo, lajes de xisto ou mármore e *tegulae* romanas⁸. Uma pluralidade de soluções, favorecida pela proximidade de uma *villa* alto-imperial, onde se acumulavam materiais disponíveis e prontos a utilizar na preparação dos dispositivos tumulares. Por seu turno, outros materiais, de uso pessoal (entre os quais contas de colar e brincos anelares), incorporavam, pontualmente, os acervos que acompanhavam de alguns dos defuntos. Curiosamente, aquele que mais se destaca procede de um pequeno sepulcro de

⁴ AREZES, 2015: 217-227.

⁵ Atendendo ao considerável número de sítios documentados na faixa portuguesa deste amplo território peninsular (AREZES 2015), e na impossibilidade de os abordarmos a todos no presente artigo, optámos por assentar a nossa análise em alguns casos específicos.

⁶ Mértola comporta outros espaços de enterramento (caso da necrópole do Mosteiro ou da do Cine Teatro Marques Duque), cuja cronologia e problemática poderiam igualmente ser aqui trazidas à colação. Para uma perspectiva recente sobre estas e outras estações do território Mertilense, cf. LOPES 2014.

⁷ AREZES, 2015: 405-412; 490-491.

⁸ DEUS *et al.*, 1955: 571-572.

tijolo, provavelmente de criança: nele repousava uma colher litúrgica provida da inscrição *AELIAS. VIVAS IN*, seguida de um *crismon*⁹.

De acordo com André Carneiro os túmulos desta necrópole, ainda que destituídos de uma orientação fixa, parecem polarizados em torno de uma estrutura de planta quadrangular, entendida como provável mausoléu¹⁰. Uma via de análise que articula o carácter cristão da inscrição, a simbologia do *crismon* associado, e a relação dos sepulcros com o lugar de deposição de um mártir. Tal conexão não chegou a ser observada pelos escavadores que, há já muitas décadas, exploraram o sítio e o incluíram no rol das «estações romano-visigóticas» de Elvas¹¹. Face à escassez de registos conhecidos, há muitas interrogações por responder, a par de leituras divergentes suscitadas pela natureza das composições funerárias identificadas. Tome-se como exemplo a reutilização dos sepulcros, materializada sobretudo na acumulação de crânios¹². Que significado poderá ser atribuído a este tipo de evidência? Segundo alguns autores, decorre da implementação do modelo de enterramento *ad sanctos* e da necessidade de assegurar proximidade física relativamente ao local onde o mártir foi inumado (mesmo que tal implicasse comprometer a inviolabilidade dos sepulcros). Com efeito, julgava-se que uma estrutura bem posicionada seria especialmente apetecível, sobretudo em razão dos «benefícios» e protecção sagrada que poderia garantir aos defuntos¹³. Porém, e de acordo com outras interpretações, não é de excluir que a reutilização tumular possa ser explicada em função do desejo de reunir na mesma câmara indivíduos unidos por vínculos afectivos ou familiares¹⁴.

A prática dos enterramentos múltiplos repete-se noutros sítios, como na necrópole de **Silveirona**, onde a um primeiro conjunto sepulcral de época romana sucedeu, a escassas centenas de metros, um segundo, com cronologia centrada nos séculos V e VI¹⁵. Aliás, importa chamar a atenção para tal fenómeno, reiteradamente reproduzido por todo o território peninsular: a emergência de necrópoles tardias em locais onde, previamente, se assentaram enterramentos romanos, no que configura a persistência da utilização de determinados lugares como áreas funerárias¹⁶.

⁹ VIANA, 1950: 301-304; fig. 19.

¹⁰ CARNEIRO, 2011: 177; 188.

¹¹ DEUS *et al.*, 1955: 571.

¹² VIANA, 1950: 300-301.

¹³ BARROCA, 1987: 22-23.

¹⁴ Veja-se o exemplo corporizado por um dos enterramentos simultâneos da necrópole de Alter do Chão, onde figuravam os restos osteológicos de uma criança sobre os de um adulto do sexo masculino, que a enlaçava com o braço (cf. António & Reis, 2008: 338).

¹⁵ CUNHA, 2008: 100-101.

¹⁶ AREZES, 2015: 207.

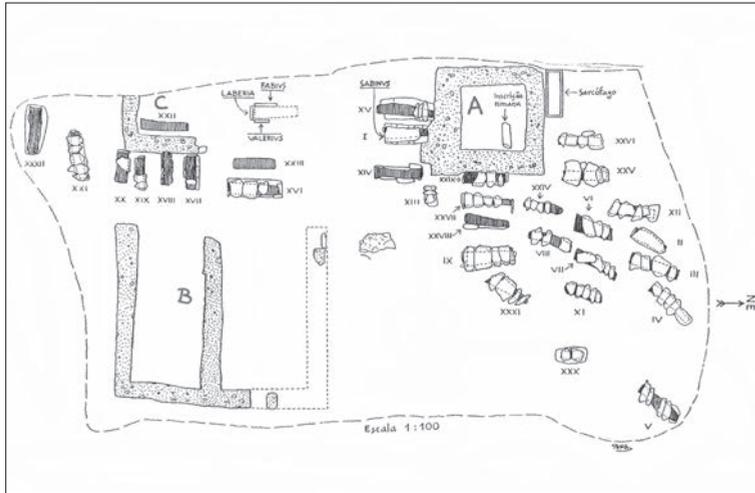


Fig. 1. Planta da necrópole tardia de Silveirona, desenhada por Francisco Valença, no quadro das escavações conduzidas em 1934 por Manuel Hेलeno. Conservada no Arquivo Manuel Hेलeno (M.N.A., Lisboa) e publicada por Mélanie Wolfram (CUNHA, 2008: 164).

Mas os pontos de contacto com a necrópole da Terrugem não se restringem às reutilizações sepulcrais. Se atentarmos na planta da autoria de Francisco Valença (Fig. 1) constata-se que também em Silveirona parece verificar-se uma tendência de aproximação dos sepulcros a estruturas pétreas pré-existentes, de cariz aparentemente polarizador: a C, e com maior expressão, a A, que Mélanie Wolfram interpretou como provável mausoléu¹⁷. Em paralelo, e ainda que alguns dos sepulcros se apresentem orientados sensivelmente em conformidade com o mesmo eixo, outros parecem não conceder excessiva relevância ao alinhamento.

Constituirá esta evidência uma realidade inesperada? Não necessariamente. Por um lado, a falta de espaço útil, a par de condicionantes naturais do terreno (declives, afloramentos rochosos) podem determinar ajustamentos na orientação ou até na arquitectura das estruturas; por outro, não havia ainda uma norma exclusiva a respeitar. Na verdade, seria preciso esperar algum tempo até que começasse a impor-se a noção de «orientação canónica». Mas nem mesmo a implementação formal de disposições a cumprir obstou a que outros factores pudessem sobrepor-se e relegar para segundo plano regras instituídas, como a de colocar a cabeça do defunto voltada para Oriente. No fundo, porém, tal opção não configurou propriamente uma novidade, antes a materialização de uma tendência já sentida no Baixo Império, ainda que dotada de uma outra simbologia¹⁸. Em paralelo, basta efectivamente evocar os sepulcros dos mártires e a densidade de túmulos que tende a implantar-se em seu redor, mesmo que obedecendo a distintas orientações, para

¹⁷ CUNHA, 2008: 81-82; 104.

¹⁸ YOUNG, 1977: 16.

perceber que para os crentes se poderia afigurar muitíssimo mais importante ser inumado nas proximidades do «santo»¹⁹, ao invés de devidamente alinhado, mas num ponto fisicamente mais afastado.

Estaremos perante uma situação análoga em Silveirona? Haverá que considerar uma estratégia de enterramento enquadrada no modelo *ad sanctos*? A planta de Francisco Valença²⁰ corrobora a hipótese, mas não de modo pleno. Neste sentido, e sem dados estratigráficos que permitam estabelecer relações concretas de anterioridade/posterioridade entre «grupos» de túmulos, há que ponderar a hipótese de pequenos intervalos de tempo, talvez geracionais, poderem explicar algumas das peculiaridades da organização revelada pelas sepulturas²¹.

De qualquer modo, é notória a existência de uma dinâmica de entrosamento neste sítio, que se faz também à custa de outros reaproveitamentos e reutilizações. Neste quadro, há que fazer referência às epígrafes. Veja-se o exemplo proporcionado pela lápide com dupla inscrição dedicada a *Veranianus* e *Savinianus*, onde são observáveis dois *crismon*. Trata-se de uma simples placa marmórea, alisada na superfície epigrafada, e convertida em tampa de sepultura, cabendo-lhe ser depositada na horizontal. E, convém registar, este tipo de posicionamento (apanágio das epígrafes funerárias dos séculos V e VI) não se coaduna com o comumente designado «universo pagão romano». Há um novo padrão, que recusa a verticalidade e que é aqui implementado. Por isso é tão interessante que a delimitação lateral do sepulcro recoberto nestes moldes tenha cabido a lápides romanas, feitas para se erguerem em altura e sinalizar o local de enterramento de outros defuntos. Também elas foram dotadas de inscrições, mas produzidas algures entre o século I e III²², acabando por ser reaproveitadas e utilizadas na preparação de um novo contexto.

Consideremos agora os artefactos. Entre os elementos inventariados destacam-se alguns adornos do corpo, sobretudo brincos anelares e anéis. Na sepultura XXI (Fig. 2), trasladada para as reservas do Museu Nacional de Arqueologia, repousa um indivíduo inumado e ataviado precisamente com este tipo de adereço, numa composição considerada característica dos enterramentos femininos. Não quer isto dizer que a vinculação a um género esteja definida para todos os materiais: há dúvidas relativas ao contexto de deposição privilegiado de alguns adornos (caso dos braceletes), assim como de outras categorias de objectos, nomeadamente, os ofensivos²³.

¹⁹ ARIÈS, 1988a: 44-45.

²⁰ CUNHA, 2008: 104.

²¹ AREZES, 2015: 359.

²² CUNHA, 2008: 83; 92.

²³ AREZES, 2015: 186; 477.



Fig. 2.
Sepultura XXI de
Silveirona. Fotografia
captada nas reser-
vas do M.N.A., para
onde foi trasladada,
às ordens de Manuel
Heleno. Na imagem
é possível observar,
de modo parcial, o
indivíduo de sexo
feminino nela inu-
mado, com adereços
ainda *in situ*.

Já para o âmbito dos materiais votivos, destacamos os recipientes cerâmicos de contenção de líquidos. É sabido que as motivações na origem da inclusão de cerâmicas (e de vidros) em contexto funerário constituem terreno de debate. Alguns autores encaram esta prática como uma reminiscência de costumes pagãos, que entroncam na tradição romana de derramar unguentos, bálsamos e perfumes sobre os defuntos ou, em alternativa, de conceder dádivas alimentares aos mortos²⁴. Outros, porém, entendem-na como evidência da implementação de rituais cristãos, atribuindo a estas formas um papel apotropaico ou litúrgico, talvez conotado com a simbologia do sacramento do baptismo²⁵.

Ora, percebendo-se a dicotomia de leituras sugeridas, de que modo olhar Silveirona? Como um lugar onde foi possível combinar elementos correlacionáveis com mundos supostamente pouco articulados? Como os *crismon* presentes na dupla lápide, evocativos da simbologia cristã romana, ou a fivela e elementos de cinturão, que denunciam a prática da inumação vestida, apanágio dos grupos «bárbaros». Eram cristãos, é certo, mas arianos e, por conseguinte, seguidores da *fides gotica*. Teria o costume de enterrar os mortos com as suas vestes coexistido com a utilização do sudário? Esta interrogação poderia replicar-se a propósito de outros locais onde se recolheram elementos de vestuário e alfinetes de sudário: Rossio do Carmo (Mértola), Retorta (Loulé) ou Quinta de Marim (Olhão).

A Quinta de Marim levanta, com efeito, uma série de questões. Imersa no debate que opôs defensores e opositores da sua identificação com a *Statio Sacra* mencionada

²⁴ VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007: 586.

²⁵ GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS 2011: 474.

Fig. 3.
Fíbula discoide
datável do século
VI. Recuperada
por Estácio da
Veiga na sepultura
4 da necrópole de
Quinta de Marim.
Depositada nas
reservas do M.N.A.



na *Cosmographia* atribuída ao «Anónimo de Ravenna», há muito vem captando a atenção de diversos arqueólogos. Coube a Estácio da Veiga a responsabilidade pelas primeiras escavações conduzidas neste sítio²⁶, com necrópole associada. Mas ainda no século XIX também Santos Rocha interviria no local, mais concretamente, no que se julga corresponder a um segundo núcleo funerário, a cerca de cem metros do primeiro, num terreno onde se acumulavam lápides e inscrições²⁷.

Mas concentremo-nos nas indicações sugeridas por alguns dos artefactos recolhidos por Estácio da Veiga. A fivela e a fíbula discoide (Fig. 3), profusamente decorada, remetem-nos, uma vez mais, para a inumação vestida. Todavia, há dois alfinetes entre o acervo e que importa considerar²⁸. Teriam sido utilizados para prender um sudário? O corpo assim inumado é simplesmente amortalhado e colocado no sepulcro, criando um contexto normalmente marcado pelo vazio artefactual, pelo despojamento. A ausência de adornos ou de peças votivas decorre de uma intencionalidade. Mas, talvez em razão de reminiscências de estratégias prévias no sentido da «domesticação da morte», expressão que tomamos de Philippe Ariès²⁹, as sepulturas ditas cristãs surgem por vezes pontuados com um ou outro artefacto. Talvez estejamos perante a materialização das dificuldades daquela que se tornou a «fé oficial» em penetrar num substrato com práticas muito enraizadas. Velhos costumes são, neste sentido, revestidos de novas roupagens, ao mesmo tempo

²⁶ VEIGA 1887: 390.

²⁷ ROCHA, 1895: 193-212; GRAEN, 2007: 281.

²⁸ AREZES, 2015: Est. CXXXV.

²⁹ ARIÈS 1988b: 19.



Fig. 4.
Enterramento feminino em
covacho da necrópole de
Torre Velha 3 (ALVES *et al.*,
2013: 1938-1939).

que se conjugam com traços associados a um culto que se pretende marcado pela sobriedade.

Na esteira das considerações tecidas a respeito do despojamento artefactual, dedicamos algumas palavras aos enterramentos concretizados em simples valas ou covachos, aparente reflexo de uma outra vertente do despojamento. É opinião de González Villascusa que estes sepulcros são os que melhor reflectem a noção de «enterro orgânico», na medida em que proporcionam o contacto imediato com a terra³⁰. Normalmente, ocupam espaço reduzido: apenas o suficiente para receber o corpo. Mas, em casos atípicos, enformam respostas singulares a circunstâncias porventura igualmente singulares. Por razões que não é possível aventar, um indivíduo de sexo feminino foi depositado com as pernas apartadas numa cova em forma de losango na necrópole de Torre Velha 3, em Serpa (Fig. 4). Sítio onde

³⁰ GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 101.



Fig. 5. Enterramento em fossa na necrópole de Torre Velha 3: à esquerda, o nível de deposição de um equídeo; à direita, a mescla de restos osteológicos humanos posicionados a cota inferior (ALVES *et al.*, 2013: 1947-1948).

coexistem, além dos covachos, as mais díspares arquitecturas funerárias, produto de maior ou menor investimento: estruturas preparadas à base de elementos pétreos reaproveitados, de cerâmicas de construção, de *lateres* em combinação com lajes de xisto, granito ou mármore... a par de fossas³¹.

Nas estruturas em negativo de Torre Velha 3 os defuntos apresentam-se em posições variáveis: em decúbito ventral, dorsal ou lateral. Depositados de modo diferenciado, mas em regra, cuidadosamente. Porém, nem sempre. Numa das fossas (Fig. 5) acumulam-se os restos osteológicos pertencentes a vários indivíduos: elementos desarticulados, que aparentam ter sido simplesmente arrojados para o interior da vala, sem tratamento, sem desvelo³². É lícito considerar que cenários como este contrariam as noções de «composição cuidada» invocadas por Edward James?

Desconcertante (ou simplesmente, ininteligível), será talvez o facto de esta mescla de vestígios osteológicos humanos integrar o contexto mais desorganizada da estrutura. A cota superior, separado por um estrato orgânico, jazia um equídeo com o pescoço apoiado sobre uma pedra, que lhe garantia estabilidade e acautelava o eventual resvalar das ossadas. Um contraponto a estabelecer face ao tratamento conferido aos restos humanos, declaradamente menos esmerado e dificilmente justificável em função da ocorrência de fenómenos pós-deposicionais³³.

Torre Velha 3 surge pois, como um local de interrogações. A serem contemporâneas as diversas estruturas e modalidades de enterramento, que leque de circuns-

³¹ ALVES *et al.*, 2013: 1938-1945.

³² ALVES *et al.*, 2013: 1946-1948.

³³ ALVES *et al.*, 2013: 1947-1949.

tâncias determinaria a escolha do local de sepultamento adequado a cada indivíduo? Estaremos perante níveis díspares de estratificação económica ou social, passíveis de condicionar o estatuto do defunto e, conseqüentemente, o esforço colocado na preparação da câmara que o irá albergar na morte? Como pois, interpretar uma estrutura onde o cuidado deposicional foi direccionado para o esqueleto de um equídeo e não para os dos humanos? Presumir-se-ia que estes últimos estariam posicionados no limiar inferior da comunidade. Todavia, um dos parques adereços tardo-antigos da necrópole foi recuperado justamente nesta fossa³⁴. Haverá aqui algum tipo de contradição?

Contextos como o descrito a propósito de Torre Velha 3 são singulares e inusuais. Mas há pontos de contacto com realidades documentadas noutros pontos do território peninsular, na generalidade à margem das “verdadeiras” necrópoles. Na Catalunha, onde vêm sendo estudadas por Roig Buxó, parecem coadunar-se com uma fase em que a funcionalidade primária das estruturas em negativo se perdeu e estas se converteram em espaços de vazadouro³⁵; contudo, não em estruturas de enterramento propriamente ditas. Em que se apoia a explicação avançada? No facto de os restos humanos surgirem a par de ossadas de animais domésticos, também elas arrojadas, juntamente com outros detritos. O resultado? Esqueletos pertencentes a homens, mulheres, adultos e crianças, identificados em posições peculiares, numa amálgama indiferenciada passível de incluir igualmente restos de ovelhas, bovinos ou cães. Que indivíduos seriam estes? De acordo com o mesmo autor, estariam nas margens da sociedade: seriam proscritos, ou eventuais servos ou escravos, afectos ao trabalho em propriedades rurais. O tratamento conferido a estes indivíduos, cuja existência é mencionada em epígrafes e em algumas fontes escritas, é sintomático da vigência de uma noção precisa: a de que não pertenceriam à comunidade. Neste sentido, não só não lhes era concedido o direito a serem inumados de forma idêntica à dos seus membros como, em paralelo, lhes estaria vedado o acesso aos espaços sepulcrais «tradicionais»³⁶. Através deste último exemplo confirma-se de modo inequívoco que as práticas funerárias implementadas no intervalo em análise estão longe de se assumir como uniformes ou de poder ser inscritas num padrão claro, assertivo e destituído de ambigüidades.

³⁴ ALVES *et al.*, 2013: 1955.

³⁵ ROIG BUXÓ, 2013: 155.

³⁶ ROIG BUXÓ, 2013: 156.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma: o tempo sobre o qual nos debruçamos oferece um panorama pouco regular, feito de recorrências mas também de heterogeneidades. Apercebemo-nos da fluidez de algumas fronteiras e da interpenetração entre mundos supostamente apartados. Fluida e difusa é a própria etnicidade, que se firma na noção de pertença e se reveste de contornos mais ou menos vincados em função da pressão emanada pelo contexto. Surge-nos materializada nos adereços da indumentária, que evocam as tradições de inumar de grupos minoritários, como os visigodos. Mas a diferenciação e a necessidade de sublinhar a identidade correlacionada com essa diferença parece esfumar-se com o avanço da cronologia, especialmente a partir do século VII. Por essa altura, já o território peninsular tinha sofrido uma série de transformações: de cariz militar, político e também religioso. E a questão do culto, do credo oficial, é sem dúvida importante: enquanto, num certo patamar, se entrelaça com a política e o poder, no terreno, entre a população (feita de hispano-romanos, de «bárbaros» migrantes, de crentes e não crentes), os costumes variam, pelo que variam também as formalizações dos contextos. Face ao exposto, compreende-se o porquê de as interpretações unívocas se revelarem tão pouco operativas e o porquê de continuarem a ser tão amplos os campos a requerer investigação aprofundada.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; SERRA, M.; PORFÍRIO, E. (2013) - *Necrópole tardo-antiga da Torre Velha 3, Serpa (Baixo-Alentejo, Portugal)*. In *Actas do «VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular»*. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4659872>>. [Consulta realizada em 27/05/2014].
- ANTÓNIO, J. & REIS, M. P. (2008) – *Legados da Antiguidade Tardia na Vila de Alter do Chão: abordagem Antropológica (primeiros resultados)*. «Promontoria Monográfica», vol. 10. Faro: Universidade do Algarve, p. 335-351.
- AREZES, Andreia (2015) – *Ocupação «Germânica» na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.
- ARIÈS, Philippe (1988a) – *O homem perante a morte*, vol. 1. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- (1988b) – *Sobre a História da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema.
- BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Século V a XV)*. Porto: FLUP. Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.
- CARNEIRO, André (2011) – *Povoamento rural no Alto Alentejo em Época Romana. Lugares, tempos e pessoas. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*. Évora: Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Tese de Doutoramento.

- CUNHA, Mélanie (2008) – *As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário à Antiguidade Tardia*. «O Arqueólogo Português», Suplemento 4. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- DEUS, A. Dias; LOURO, H. da Silva; VIANA, Abel (1955) – *Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas*. Separata de «III Congreso Arqueológico Nacional». Zaragoza: Sección de Arqueología de la Institución Fernando el Católico y Secretaría General de los Congresos Nacionales, p. 568-578.
- GOMES, S.; BAPTISTA, L.; RODRIGUES, Z. (2013) – *Tradições de inumação durante a Idade do Bronze em Torre Velha 12 (Salvador, Serpa)*. In *Actas do «VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular»*. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4658277>>. [Consulta realizada em 23/09/2016].
- GURT I ESPARRAGUERA, Josep M. & SÁNCHEZ RAMOS, Isabel (2011) – *Topografía funeraria de las ciudades hispanas en los siglos IV-VII*. «Madrider Mitteilungen», vol. 52. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut, p. 457-513.
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001) – *El mundo funerario romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C. – VII d.C.* Madrid – Alicante: Casa de Velázquez – Instituto Alicantino de Cultura «Juan Gil-Albert».
- GRAEN, Dennis (2007) – *O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da Statio Sacra*. «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 10, n.º 1. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, p. 275-288.
- JAMES, Edward (1989) – *Burial and Status in the Early Medieval West*. «Transactions of the Royal Historical Society», Fifth Series, vol. 39. London: Royal Historical Society, p. 23-40.
- LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV a VIII)*. Huelva: Departamento de Historia da Universidade de Huelva. Tesis Doctoral.
- ROCHA, António dos Santos (1895) – *Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve*. «O Archeologo Português», Série I, vol. 1, n.º 8. Lisboa: Museu Ethnographico Português, p. 193-212.
- ROIG BUXÓ, Jordi (2013) – *Silos, poblados e iglesias: almacenaje y rentas en época visigoda y altomedieval en Cataluña (siglos VI al XI)*. In VIGIL-ESCALERA, A.; BIANCHI, G.; QUIRÓS, J. A., coord. – «Horrea, barns and silos. Storage and incomes in Early Medieval Europe». Gipuzkoa: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, p. 145-170.
- VIANA, Abel (1950) – *Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XII, fasc. 3-4. Porto: Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, p. 288-322.
- VIZCAÍNO SÁNCHEZ, Jaime (2007) – *Introducción. El estudio del mundo funerario tardoantiguo en el área Hispana: ¿Bizantinos, Visigodos o Hispanorromanos?* «Antigüedad y Cristianismo: Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía», XXIV. Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, p. 535-596.
- YOUNG, Bailey (1977) – *Paganisme, christianisation et rites funéraires mérovingiens*. «Archéologie Médiévale», tome VII. Centre de Recherches Archéologiques Médiévales, p. 5-81.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Mélanie Wolfram a autorização para reproduzir no presente texto a planta de Silveirona. Agradeço, de igual modo, à equipa responsável pela intervenção arqueológica em Torre Velha 3, a autorização para reproduzir as imagens captadas no âmbito da escavação do sítio e, em especial, ao Miguel Serra, pelo envio dos ficheiros originais.

AS SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA E AS LEITURAS POSSÍVEIS DE UM TERRITÓRIO A SUL DO DOURO

CÉSAR GUEDES*

Resumo: Partindo da análise dos sepulcros escavados na rocha e da sua localização procura-se enquadrar estes monumentos funerários num contexto de dinâmica de ocupação do território, relacionando a sua implantação com os elementos estruturadores da paisagem: vestígios de *habitats*, vias, templos e estruturas militares. Pretende-se contextualizar as sepulturas enquadrando-as historicamente num período conturbado de profundas alterações, sentidas tanto na reorganização territorial como no quadro mental das populações. Estas modificações ao *modus vivendi* das populações assumem particular relevo entre os séculos VIII e XI, durante o processo da Reconquista Cristã, e culminarão numa nova forma de organizar a sociedade: as *Terras*.

Palavras-chave: Sepulturas escavadas na rocha; Necrópoles; Povoamento; Alta Idade Média.

Abstract: In this paper we study the existing rock-cut graves in the south area of the Douro river. These early medieval graves are framed in a context of dynamic occupation and exploitation of the territory. Their landscape positioning is related and compared to the known archaeological sites of habitat, the religious buildings and the military structures. These funerary monuments are the result of a troubled period where the profound changes that occurred can be observed in both the territorial reorganization as in the people's mindset. These modifications in the population's *modus vivendi* are particularly intensive between the 8 and 11th centuries, during the *Reconquista*, which culminate in a new way of organizing society: the *Terras*.

Keywords: Rock-cut graves; Necropolis; Settlement; Early Middle Age.

* Arqueólogo, CITCEM. cesarlguedes@gmail.com.

1. APRESENTAÇÃO

Entre as diferentes formas de sepultar utilizadas no decorrer da Idade Média, as sepulturas escavadas na rocha contam-se entre as mais enigmáticas. Estes monumentos de configuração antropomórfica ou geométrica encontram-se entre os vestígios arqueológicos funerários mais visíveis e abundantes em Portugal.

A discussão em torno da sua cronologia e tipologia continua a dividir investigadores. As mais recentes investigações baseadas em datações radiocarbónicas sobre vestígios osteológicos apontam para uma diacronia de utilização destes monumentos que se estende entre os séculos VII e XI¹.

Os estudos realizados nos últimos anos têm procurado dar um maior relevo à análise da paisagem onde estes monumentos se inserem procurando encontrar padrões de assentamento e extrapolar modelos de povoamento. Mais recentemente, uma nova linha de investigação tem procurado associar os rituais de enterramento com “procesos de formación y desarrollo de una memoria social relacionada con la construcción de identidades de diverso cuño” e propõe um modelo de análise das sepulturas escavadas na rocha e a sua relação com o território e o povoamento tendo como base a construção de uma tipologia dos espaços funerários².



Fig. 1.
Panorâmica sobre o vale do Douro e alguns pormenores de sepulturas.

A discussão em torno das diferentes tipologias de sepulturas e da sua cronologia continua ainda a dividir os investigadores, sendo necessárias mais escavações arqueológicas e mais datações radiocarbónicas para que se possa confirmar, ou

¹ MARTIN VISO, 2014: 107.

² MARTIN VISO, 2012: 166; 170-173.

negar, a existência de padrões evolutivos tipológicos e condicionalismos regionais específicos na integração e utilização destes monumentos.

Os dados e as leituras que seguidamente se apresentam são um pequeno contributo para a discussão em torno destes monumentos e resultam da dissertação “A sul do Douro: percurso pelas sepulturas escavadas na rocha entre os rios Távora e Cabrum”³.

2. AS SEPULTURAS E A SUA IMPLANTAÇÃO

A complexa zona de montanha que se estende na margem sul do rio Douro e engloba os concelhos de Tabuaço, Armamar, Tarouca, Lamego e Resende apresenta um conjunto de 26 estações arqueológicas com 88 sepulturas escavadas na rocha.

A análise da implantação cartográfica das estações permite constatar que as sepulturas se relacionam sobretudo com as bacias hidrográficas dos rios Távora, Tedo, Varosa, Balsemão e Cabrum, implantando-se nas proximidades de linhas de água e distribuindo-se pela região com algumas lacunas. A zona correspondente ao complexo Xisto-Grauváquico, que em grande parte é coincidente com a região demarcada do Douro, apresenta apenas uma sepultura escavada na rocha. Esta ausência de sepulcros relacionar-se-á com os arroteamentos e a construção dos socalcos para o plantio da vinha, que terão destruído ou ocultado os monumentos.

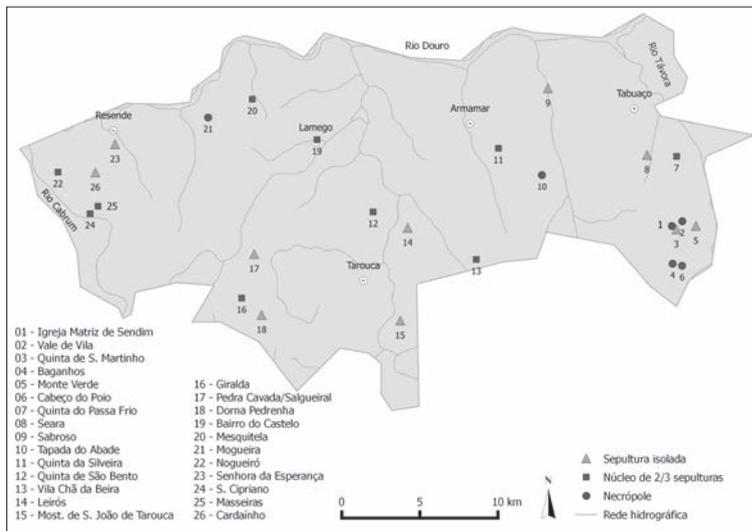


Fig. 2.
Mapa com a
localização dos
núcleos funerários
identificados.

³ GUEDES, 2015:11.

De igual modo, a transformação da paisagem para plantio de pomares nas zonas de Tarouca e Armamar poderá também ser uma das causas para o reduzido número de estações identificadas nesta região.

As áreas montanhosas, onde o relevo e as altitudes próximas ou superiores aos 1000 metros terão condicionado a fixação das populações, apresentam também um reduzido número de sepulturas. A grande maioria das estações implanta-se a cotas que variam entre os 400 e os 800m.

O conjunto sepulcral de configuração não antropomórfica é composto por 49 monumentos, correspondendo a 56% do total de exemplares. Os túmulos antropomórficos são menos numerosos, representando 28% do conjunto e contando apenas com 25 exemplares. As sepulturas de configuração indeterminada totalizam 14 monumentos.

A maioria dos túmulos foi criada para acolher indivíduos adultos variando as suas dimensões entre o 1,70 e 2m de comprimento e entre 0,40 e 0,70m de largura. As sepulturas infantis são apenas 5 e as suas dimensões variam entre os 0,60m e os 1,14m de comprimento e 0,26 e os 0,34m de largura.

As sepulturas não antropomórficas encontram-se presentes em 17 estações sendo as de planta retangular as mais comuns, com 23 sepulturas, logo seguidas pelas de tipologia ovalada, com 13 monumentos e por fim as de configuração trapezoidal com apenas 8 exemplares.

Os túmulos antropomórficos são representados por 25 exemplares distribuídos por 11 estações. Apresentam maioritariamente planta trapezoidal e as principais diferenças entre estes sepulcros concentram-se sobretudo na zona da cabeceira, onde a solução mais frequente é a que utiliza o arco ultrapassado, logo seguida das cabeceiras retangulares e trapezoidais.

No que concerne à orientação dos monumentos observa-se que a maioria apresenta uma orientação canónica, ou seja, alinhada de oeste para leste, com 40 exemplares; que 29 monumentos apresentam outras orientações e que em 19 sepulcros não foi possível determinar o seu alinhamento.

3. OS ESPAÇOS FUNERÁRIOS

Entre as diferentes propostas metodológicas para interpretar a organização do espaço funerário optou-se por agrupar as estações em três tipologias distintas: as que eram compostas exclusivamente por sepulturas isoladas, as de pequenos núcleos de 2 ou 3 sepulcros e os grupos constituídos por mais de três monumentos.

Os dados recolhidos revelaram que as sepulturas se organizam em 6 necrópoles, 10 grupos de 2 ou 3 sepulturas e que 10 das sepulturas identificadas se encontram isoladas.

As sepulturas escavadas na rocha que se implantam isoladamente distribuem-se por 10 locais. São compostas por 5 monumentos de configuração não antropomórfica, 3 sepulturas antropomórficas e 2 sepulturas indeterminadas.

Os núcleos de 2 ou 3 sepulturas integram 10 estações arqueológicas compostas por 22 monumentos. Os grupos de 2 sepulturas são em maior número e distribuem-se por 8 locais. Apenas se observam associações de 3 sepulcros em duas estações: na Quinta de Passa Frio (Est. n.º 7) e na Quinta da Silveira (Est. n.º 11). A maioria dos sepulcros apresenta configuração não antropomórfica distribuindo-se por 8 estações arqueológicas e contando com 14 exemplares. Os sepulcros de planta antropomórfica são 5 e distribuem-se por 5 estações. As sepulturas indeterminadas localizam-se na Quinta da Silveira (Est. n.º 11), na Quinta de S. Bento (Est. n.º 12) e no Bairro do Castelo, em Lamego (Est. n.º 19).

A coexistência de sepulturas de configuração antropomórfica com monumentos de planta geométrica só se observa em 3 locais: na Quinta da Silveira (Est. n.º 11), núcleo com três sepulturas; em Nogueiró (Est. n.º 22), núcleo de 2 sepulcros, e em Masseurias (Est. n.º 25), núcleo também de duas sepulturas.

As necrópoles são 6, um total de 23% das estações identificadas e são constituídas por 56 sepulturas, perfazendo 64% do total de monumentos.

A necrópole existente junto da igreja matriz de Sendim é a mais numerosa com 21 sepulcros de configuração antropomórfica (Est. n.º 1), seguindo-se as necrópoles da Tapada do Abade (Est. n.º 10), composta por 8 sepulturas de planta geométrica e 1 antropomórfica, e a da Mogueira (Est. n.º 21), constituída por 9 sepulturas de planta não antropomórfica. A necrópole de Vale de Vila é composta por 8 sepulcros não antropomórficos (Est. n.º 2) e a de Baganhos é composta por cinco monumentos sem evidências de antropomorfismo (Est. n.º 4). A necrópole de Cabeço do Poio (Est. n.º 6) seria constituída por 4 sepulturas de configuração antropomórfica⁴.

A distribuição das diferentes tipologias de espaço funerário pelo território não é homogênea, sobretudo no que concerne às necrópoles, que se concentram no limite sudeste da área de estudo, no vale do rio Távora, junto de Sendim. Os núcleos de 2 ou 3 sepulturas existem por toda a região, com exceção para as encostas voltadas ao Douro, na zona nordeste, onde não existe nenhum exemplar. As sepulturas isoladas distribuem-se pelas franjas da área de estudo, ocupando zonas de relevo muito acidentado no limite oeste do território, coincidente com a serra das Meadas e a de Santa Helena, e em áreas mais planas nas zonas de Tarouca e Tabuaço e em torno de Sendim.

⁴ CORREIA, 2007: 61.

A análise da organização do espaço funerário nesta região permitiu aferir que as estações constituídas pelos núcleos de monumentos isolados e de 2/3 sepulturas são as mais numerosas e correspondem a 77% do total de estações, seguindo em linha com que se pode observar para as outras regiões de Portugal⁵. Este fenómeno é transversal a toda a Europa Ocidental, podendo até afirmar-se que constitui o tipo de espaço funerário predominante a partir dos séculos VII-VIII⁶.

4. OS MONUMENTOS E A SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM

As manifestações funerárias constituem uma importante fonte de informações que podem permitir antever não só os pressupostos mentais subjacentes às populações que as produziram, mas também inferir evidências da sua organização social e administrativa. Neste sentido procurou-se articular os núcleos de sepulturas com os elementos estruturadores e polarizadores do povoamento: as áreas residenciais, os locais de culto e os centros de poder, *civitates* ou outros locais centrais fortificados.

A identificação das áreas de residência das populações que criaram e utilizaram as sepulturas levanta algumas dificuldades. Apesar de frequentemente se observarem vestígios arqueológicos de superfície nas imediações destes espaços sepulcrais, as dificuldades sentidas na atribuição de uma funcionalidade habitacional, ou na definição de um âmbito cronológico mais restrito para estes elementos, são inúmeras. De facto, as leituras provenientes da análise de materiais cerâmicos de superfície, sobretudo da existência de fragmentos de *tegulae*, devem ser encaradas com muita cautela pois, como refere Mário Barroca, a produção de telha plana terá sobrevivido no Entre Douro e Minho até ao século XI⁷. Para além disso, a existência de materiais de cronologia inequivocamente romana nas proximidades de sepulcros rupestres não invalida a existência de uma ocupação alto-medieval naquele local. Muito pelo contrário, apenas a reforça, uma vez que se anteriormente o sítio era favorável ao assentamento de comunidades e à exploração agropecuária, também o seria em época alto-medieval, não se devendo excluir a possibilidade de se observarem reaproveitamentos de materiais cerâmicos ou líticos⁸.

A relação entre sepulturas escavadas na rocha e vestígios de elementos de *habitat* encontra-se presente em 17 locais, sendo de destacar o caso de Sendim onde se concentram 4 das 6 necrópoles identificadas. Este conjunto de 40 monumentos

⁵ GUEDES, 2015: 40.

⁶ MARTIN VISO, 2014: 104.

⁷ BARROCA, 1987: 59.

⁸ ALARCÃO, 1990: 378.

corresponde a cerca de 45% do total de sepulturas identificadas. Na envolvente a estes espaços funerários as prospeções arqueológicas permitiram elencar dois prováveis casais, duas *villae*, um importante e extenso *Vicus* (Fontelo) e vários lagares escavados na rocha⁹. O caso da Necrópole da Mogueira (Est. n.º 21) é também paradigmático apresentando importantes vestígios de um *habitat* constituído por inúmeras estruturas em negativo escavadas no afloramento granítico. A importância dos vestígios militares e de *habitat* desta estação arqueológica já haviam sido destacados por Mário Barroca e foram recentemente confirmados pela intervenção arqueológica realizada por Maria João Santos que atribui aos vestígios de *habitat* uma cronologia “entre los siglos IX y X”¹⁰.

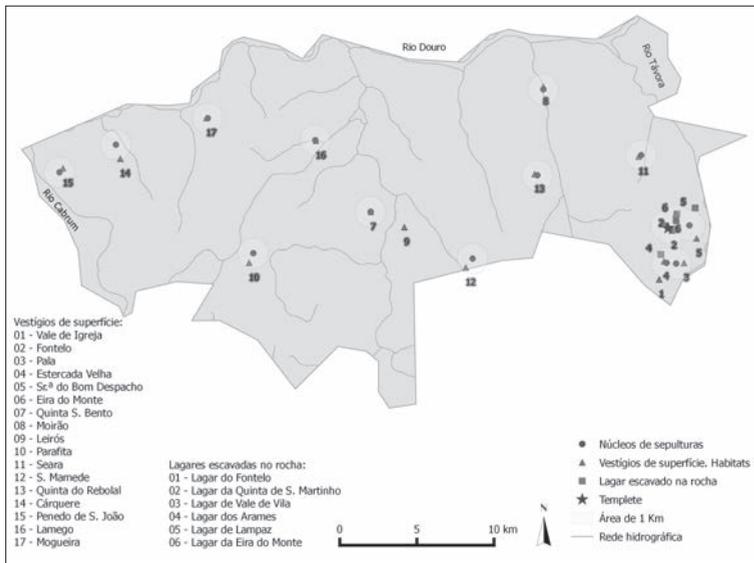


Fig. 3.
Mapa com a articulação entre os sepulcros rupestres e os vestígios de *habitat*.

A articulação das sepulturas com as vias e os caminhos também apresenta algumas dificuldades que se prendem sobretudo com a cronologia das vias. Verifica-se a existência de 8 estações nas proximidades de caminhos ou vias, porém em nenhum dos casos onde esta situação ocorre se pode afirmar com segurança tratarem-se de vestígios cronologicamente coevos, ou até de utilização contemporânea.

A associação entre sepulturas e locais de culto verifica-se em 8 locais. Em variadas situações é possível observar que as sepulturas são anteriores aos templos e, nestes casos, poder-se-á estar perante uma amortização da sacralidade do espaço materializada na construção de um local de culto. Poderá ser este o caso das

⁹ PERPÉTUO *et al.*, 1999: 175-245.

¹⁰ BARROCA, 1990-1991: 103, 110-111; SANTOS, 2012: 490.

sepulturas de Nossa Senhora da Esperança (Est. n.º23), localizadas junto de uma capela cuja inscrição no portal lhe atribui a data de 1609, e das sepulturas de Vila Chã da Beira (Est. n.º 13) próximas da capela de S. Pedro. O túmulo da Quinta de S. Bento (Est. n.º 12) poderá também corresponder a um destes casos, no entanto a destruição e transladação da capela de Santa Luzia para a casa da quinta não permite aferir esta condição.

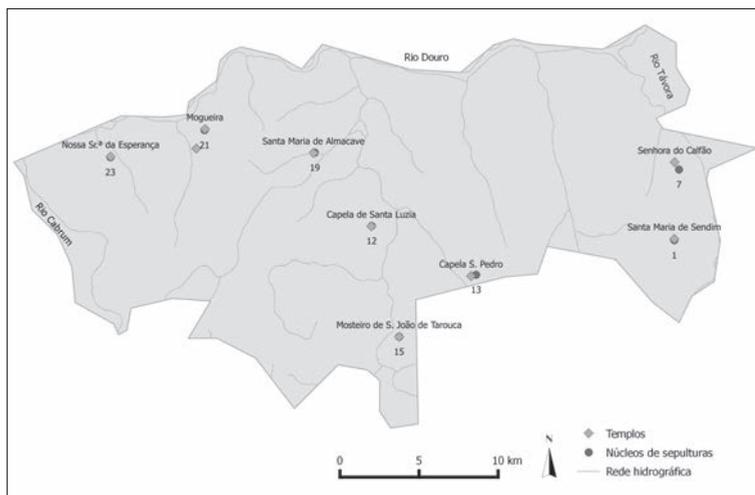


Fig. 4.
Mapa representando a articulação entre as sepulturas e os templos.

As situações onde é possível observar que as sepulturas escavadas na rocha são contemporâneas ou posteriores aos templos, constituindo casos de tumulação *apud ecclesia* não se verificam inequivocamente nesta área. Apenas a necrópole de Sendim (Est. n.º 1) e as sepulturas do Bairro do Castelo (Est. n.º 19) poderiam eventualmente integrar esta tipologia. No primeiro caso a igreja sofreu profundas obras não sendo possível confirmar esta situação, porém é certo que o templo já existiria na segunda metade do século XII, sendo referido no Censual do Cabido de Lamego¹¹. No caso das sepulturas do Bairro do Castelo, os resultados da intervenção arqueológica poderão confirmar se as sepulturas identificadas se enquadram com a desaparecida igreja de S. Salvador, constituindo assim, de facto, sepulturas *tumulatio apud ecclesia*¹².

Os sepulcros da Quinta de Passa Frio (Est. n.º 7) e da Mogueira (Est. n.º 21) parecem corresponder a situações em que os espaços funerários se articulam com os espaços culturais, mas que não constituem verdadeiramente sepulturas *tumula-*

¹¹ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s.v. *Sendim*, vol. XXVIII: 268.

¹² ARQUEOLOGIA & PATRIMÓNIO, s.d..

tio apud ecclesia, sendo anteriores à constituição da rede paroquial. No primeiro caso, a igreja localizar-se-ia junto de um povoado fortificado, hoje conhecido por Senhora do Calfão, e teria sido fundada no século XI¹³. Em S. Martinho de Mouros, a existência de um templo não está confirmada, mas Ricardo Teixeira observou a existência de alguns alinhamentos do que supõe “poder tratar-se dos vestígios do templo que serviria o povoado e ao qual as sepulturas estariam associadas”¹⁴. A existência de um templo neste local remontaria certamente a época pré-românica, tendo posteriormente sido substituído pela igreja de traça românica atualmente existente em S. Martinho de Mouros e que terá sido construída demoradamente entre os séculos XII e XIII¹⁵.

A ligação entre os sepulcros e centros de poder, sejam *civitates* ou outros locais centrais fortificados, como os castros ou os castelos, constitui uma importante pista para a compreensão da evolução da organização administrativa do território.

Esta região integrar-se-ia dentro da influência da *civitas* de Lamego, cujos limites se desconhecem, mas que muito provavelmente confrontariam a ocidente e a sudoeste com a *civitas* de Anegia e de Santa Maria e a sul com a *civitas* de Viseu.

A totalidade de estruturas fortificadas que se encontravam sob o domínio desta *civitates* é ainda desconhecida. Poderiam corresponder a simples reconversões ou reocupações de antigos locais fortificados que remontavam à Idade do Ferro e ao período Romano, ou poderiam tratar-se de “novas” construções, muitas delas da iniciativa das populações locais¹⁶. Este fenómeno, designado de incastelamento, não está ainda devidamente esclarecido para esta área geográfica e apenas prospeções orientadas para a identificação destes primeiros castelos roqueiros poderão trazer alguma luz sobre a organização militar desta região entre os séculos VIII e XII.

Entre as fortificações mais rudimentares, que aproveitaram estruturas pré-existentes, existem referências a vestígios de época medieval no Castro de Sabroso¹⁷, no Povoado da Senhora do Calfão¹⁸ e, apesar de não haver notícias, é provável que o Castro de Goujoim (Est. n.º 10) e o núcleo sepulcral de Giralda (Est. n.º 16) possam também constituir um destes exemplos.

Entre os castelos roqueiros temos notícias da existência de 6 destas estruturas. O Castelo de Cabriz em Tabuaço¹⁹; o castelo roqueiro de Santa Helena, em Tarouca²⁰;

¹³ COSTA, 1979: 192.

¹⁴ TEIXEIRA, 2001: 471.

¹⁵ ALMEIDA, 2001: 128.

¹⁶ BARROCA, 2004: 183; —, 1990-1991: 91.

¹⁷ PERPÉTUO *et al.*, 1999: 78-79.

¹⁸ PERPÉTUO *et al.*, 1999: 266.

¹⁹ PERPÉTUO *et al.*, 1999: 211-213.

²⁰ Portal do Arqueólogo, CNS 22206.

a Fraga do Castro, em Lamego²¹, e sobranceiro à foz do rio Varosa implantar-se-ia o povoado fortificado de Torrão²².

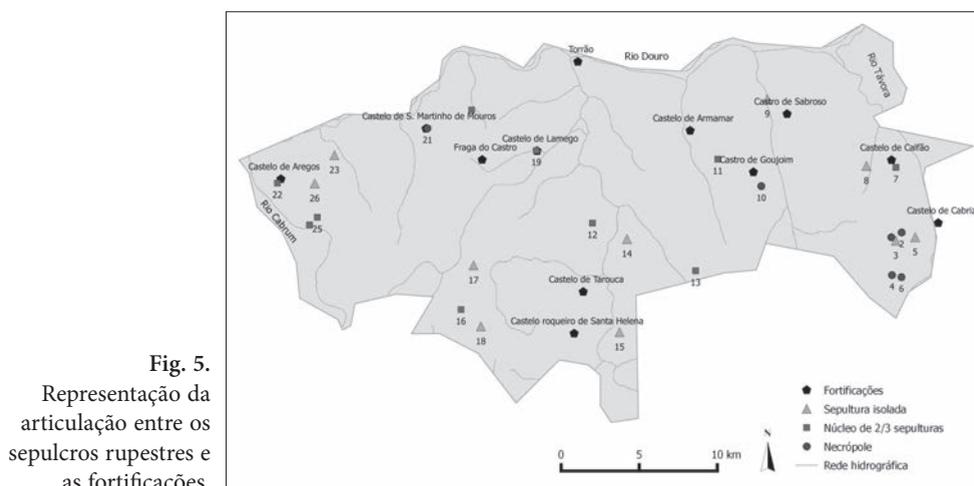


Fig. 5.
Representação da
articulação entre os
sepulcros rupestres e
as fortificações.

O Castelo da Mogueira (Est. n.º21) também conhecido por castelo de S. Martinho de Mouros localiza-se na vertente oeste da serra das Meadas e a sua importância no decorrer do processo da Reconquista Cristã é inegável. Este castelo após a desagregação das *civitates*, deixará de ser um castelo roqueiro para passar a encabeçar a *Terra* de S. Martinho de Mouros. O local conhecido por Penedo de S. João, localizado na freguesia de Freigil (c. Resende) e com amplo domínio visual sobre o rio Douro, constitui, segundo António Lima, a provável localização do Castelo de Aregos²³.

Após a desagregação da *civitas* de Lamego e integrados numa organização administrativa de *Terras*, os castelos de Armamar, Lamego, Tarouca, S. Martinho de Mouros e o Castelo de Aregos são as estruturas militares conhecidas para esta região.

A relação espacial entre os sepulcros escavados na rocha e estas estruturas fortificadas de características defensivas apenas se observa em 4 locais distintos. Na necrópole de Passa Frio (Est. n.º 7), localizada nas proximidades do castelo de Calvão; nas sepulturas do Bairro do Castelo (Est. n.º19); no castro da Mogueira, em S. Martinho de Mouros (Est. n.º 21) e nas sepulturas de Nogueiró, nas proximidades do Penedo de S. João ou Castelo de Aregos. Estes espaços sepulcrais localizam-se a

²¹ Portal do Arqueólogo, CNS 31846.

²² Portal do Arqueólogo, CNS 13962.

²³ LIMA, 1993: 249.

uma distância inferior a 1km das fortificações e, nos casos do Bairro do Castelo e das sepulturas de Mogueira, encontram-se espacialmente associadas às fortificações implantando-se junto de templos e áreas residenciais.

5. AS LEITURAS POSSÍVEIS DE UM TERRITÓRIO A SUL DO DOURO

As leituras que se podem fazer deste espaço montanhoso encaixado entre os rios Távora, Douro e Cabrum são ainda muito incipientes. Seriam necessários trabalhos intensivos de prospeção arqueológica, seguidos de um programa de escavações arqueológicas abrangentes que permitissem analisar com outro grau de pormenor a relação entre os sepulcros rupestres e a paisagem humanizada, procurando definir matrizes de assentamento e observar as suas linhas evolutivas.

A paisagem funerária desta região é composta sobretudo por monumentos isolados ou núcleos de 2 ou 3 sepulcros. A dispersão destes pequenos núcleos de sepulturas poderá significar um povoamento disperso, assente em pequenos casais agrícolas implantados em zonas de solos de fraca produtividade e promovendo uma agricultura de subsistência, mais assente na pastorícia do que na produção hortícola.

Este facto parece sobressair quando se constata que das 26 sepulturas inventariadas, 11 se localizam perto de vestígios de *habitats*, 8 se implantam nas proximidades de caminhos, 6 se articulam com espaços de culto ou templos e que 4 se localizam perto de povoados fortificados ou estruturas defensivas.

Os espaços sepulcrais compostos por mais de 3 sepulturas concentram-se quase exclusivamente no limite sudoeste do território, na zona fértil do vale do rio Távora, ou junto de *habitats* medievais como acontece no caso de S. Martinho de Mouros e eventualmente na Tapada do Abade, em Goujoim.

Nas zonas mais férteis junto dos vales, onde os terrenos são de maior dimensão e permitiriam uma agricultura mais intensiva, com exceção da região de Sendim, observam-se poucos exemplares de sepulcros escavados na rocha. Querirá isto significar que as elites que dominavam os espaços agrícolas mais amplos e produtivos terão optado por receber outro tipo de sepultura? Ou estariam estes amplos espaços, que em época romana e tardo-antiga foram intensamente explorados, em estado de semiabandono?

Uma das respostas a esta questão poderá relacionar-se com o ambiente de insegurança vivido no século VIII, provocado pelo avanço das tropas muçulmanas e o recuo das linhas de fronteira para o norte da península. Esta situação terá obrigado à retirada dos principais quadros civis e religiosos deixando as regiões desgovernadas

civil e eclesiasticamente. A fixação do bispo de Lamego em *Iria Flavia* (Padrón), durante o reinado de Afonso I das Astúrias parece corroborar esta retirada²⁴.

Face a esta realidade as populações terão novamente procurado refúgio nas terras altas e inóspitas, reocupando e recuperando muitas das antigas fortificações, tal como havia já acontecido no decorrer do século V e VI²⁵.

A instabilidade e insegurança sentida nesta região prolongar-se-á durante o reinado de Afonso III das Astúrias (866-909) e ter-se-á intensificado quando, após a criação das *civitates* de Anégia e Santa Maria, que nas palavras de Mário Barroca garantia à coroa asturiana “a defesa da margem Norte e Sul do curso terminal do Douro, desde a zona de Baião até à Foz”, a transformou num espaço de fronteira²⁶. Esta situação manter-se-á até meados do século XI, quando as campanhas de Fernando o Magno, na região da Beira, permitiram tomar, entre outros, os castelos de Lamego e S. Martinho de Mouros, em 1057 e 1058, respetivamente, e preparar o caminho para a conquista definitiva de Coimbra, o que viria a ocorrer em 1064.

A conquista definitiva do território e a reorganização administrativa e possivelmente eclesiástica que seguramente lhe sucedeu terá trazido a estabilidade necessária a esta região para que uma centúria depois se assista à fundação de dois grandes mosteiros cistercienses, S. João de Tarouca e Santa Maria de Salzedas, no fértil vale do Varosa.

Estas perspetivas sobre a cronologia dos monumentos e sobre as modificações verificadas na organização do povoamento referem-se exclusivamente a esta área geográfica e reflectem a análise dos dados recolhidos pelo autor. Certamente que outras regiões, fruto dos seus condicionalismos específicos, poderão permitir leituras distintas. Apenas quando houver um conjunto mais amplo de levantamentos dos sepulcros rupestres e da sua integração num contexto paisagístico é que se poderá ambicionar uma leitura mais fidedigna da Alta Idade Média e do período da Reconquista.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1990) – O domínio romano, In SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira, eds. – *Nova História de Portugal. I – Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 343-489.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001) – *História da Arte em Portugal – O Românico*. Lisboa: Editorial Presença.

²⁴ BARROCA, 2003: 22.

²⁵ BARROCA, 1990-1991: 91.

²⁶ BARROCA, 1990-1991: 92.

- ARQUEOLOGIA & PATRIMÓNIO (s.d.) – *Trabalhos Arqueológicos, Bairro do Castelo*, Programa Viver Lamego, Valorização e Integração Urbana do Centro Histórico, Lamego, Câmara Municipal de Lamego. Brochura consultada em www.viverlamego.com.
- BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.
- (1990-1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII)*. «Portvgalia», nova série, 11-12. Porto, p. 89-136.
- (2003) – *Da reconquista a D. Dinis*. In MATTOSO, José, coord. – *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 22-161.
- (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)*, “Portvgalia”, nova série, 25. Porto, p. 181-203.
- CORREIA, Alberto (2007) – *Tabuaço. Roteiro turístico*, Viseu: Câmara Municipal de Tabuaço.
- COSTA, M. Gonçalves da (1979) – *História do bispado e cidade de Lamego*, Vol. II, Idade Média: Paróquias e Conventos. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, s.v. Sendim, Vol. XXVIII. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, p. 267-269.
- GUEDES, César (2015) – *A sul do Douro: percurso pelas sepulturas escavadas na rocha entre os rios Távora e Cabrum*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.
- LIMA, António (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX -XII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.
- MARTIN VISO, Iñaki (2012) – *Enterramientos, memoria social y paisaje en la alta edad media: propuestas para un análisis de las tumbas excavadas en roca en el centro oeste de la Península Ibérica*, “Zephyrus”, LXIX, enero-junio 2012. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 165-187.
- (2014), – *El espacio del más acá: las geografías funerarias entre la Alta y la Plena Edad Media*. In LÓPEZ OJEDA, Esther, coord. – *De la tierra al cielo. Ubi sunt qui ante nos in hoc mundo fuere?*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, p. 75-140.
- PERPÉTUO, João; SANTOS, Filipe; CARVALHO, António; GOMES, Luís; SERRA, A. (1999) – *Tabuaço. Um passado presente*. Tabuaço: Câmara Municipal de Tabuaço.
- TEIXEIRA, Ricardo (2001) – *Castelos e Organização dos territórios nas duas margens do Douro (Séculos IX-XIV)*. In FERNANDES, Isabel, coord – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri, p. 463-476.

A DEVOÇÃO ÀS ALMAS EM PORTUGAL. PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA E HISTÓRICA

MARIA INÊS AFONSO LOPES*

Resumo: A continuidade do culto das almas do purgatório no tempo longo é clara. Práticas como o toque das almas, a oração à passagem por uma *alminha* e a encomendação das almas repetem-se na necessidade de conforto e segurança no encontro com a morte e desconhecido. Na reprodução formal de gestos, práticas e técnicas, a consciência do corpo vai-se alterando: este já não manipula as imagens, os gestos e os ritos com a mesma consciência de outrora e reinterpreta num *habitus* distintas dimensões perceptivas e semânticas da experiência.

Nesse sentido, a partir de uma análise de antropologia histórica, procurarei nesta comunicação criar uma leitura reflexiva sobre as práticas relacionadas com a devoção às almas do purgatório e a sua persistência no tempo longo. Proponho, assim, a partir de uma análise comparativa entre trabalhos etnográficos de autores contemporâneos e as fontes históricas, explorar as dimensões materiais, rituais e performativas do culto e devoção das almas do purgatório em Portugal.

Palavras-chave: Antropologia histórica; Imagens; Purgatório; Performance.

Abstract: The continuity of the cult of the souls of purgatory, *in the long term* is evident. Practices such as the ring of bells for the souls, the pray upon walking by an *alminha* and the pray for the souls, are repeated looking forward the need to get comfort and certainty when facing the death and unknown. In the formal reproduction of gestures, practices and techniques, the awareness of the body starts to change: it doesn't manipulate the images, gestures and rites with the same awareness of the past and starts to reinterpret in a distinctive *habitus*, perceptive dimensions and semantics of experience.

In this sense, from an analysis of historical anthropology, I will try in this presentation to create a reflexive reading of the practices related with the devotion of the souls of the purgatory and his persistence on the *long durée*. To do so, I propose to use a comparative analysis between the ethnographic work of contemporary anthropologists and the historical sources, in order to explore the material, ritual and performative dimensions of the cult and devotion to the souls of the purgatory in Portugal.

Keywords: Historical anthropology; Images; Performance; Purgatory.

* CITCEM / GAHOM. inesafonsolopes@gmail.com.

Em 1979, no seu estudo *O Culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna. Perspectiva antropológica*, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) declarava:

Podemos afirmar que a grande devoção às Almas nos séculos XVII-XVIII e até XIX, levou a tais originalidades culturais que elas são um dos mais significativos elementos para determinar a personalidade-base das gentes do Noroeste peninsular. Almas e saudade, que são temas relacionados, não são ainda um assunto-gasto. Importava sim aprofundá-los para conhecermos a nossa idiossincrasia¹.

De facto, ainda hoje podem encontrar-se marcas do culto das almas do purgatório em todo o país. Enquanto a materialidade desta devoção ainda perdura nas *alminhas* que cadenciam os caminhos e nos retábulos que povoam as igrejas, continuam, de modo parcelar, a persistir rituais como a *encomendação das almas* e a realizarem-se orações pelas almas detidas no purgatório. A devoção às almas interage com vários aspectos nevrálgicos da existência humana: o medo da morte, a saudade, o luto e o sentido de comunidade explicam a persistência desta devoção no tempo longo.

Para melhor perceber a continuidade deste fenómeno na *longue durée*, esta comunicação, inspirada nos modelos analíticos da antropologia histórica², terá como eixo uma abordagem comparativa entre as informações que as fontes históricas e a historiografia nos trazem e os registos etnográficos que antropólogos contemporâneos deixaram das práticas ligadas a esta devoção. Pretende-se, também, demonstrar que a devoção das almas, mais do que uma concepção teológica *prescrita pela Igreja*³, é composta por acções performativas que ultrapassam a semântica do dogma, sendo experienciada no automatismo da resposta à percepção sensorial e na materialidade dos objectos devocionais.

Efectivamente, mesmo nos seus inícios, a devoção às almas existia para além da semântica da palavra: já antes do *nascimento* da palavra purgatório, a importância de orar pelas almas dos defuntos era uma prática arraigada na cultura cristã⁴. A necessidade humana de recordar os entes queridos⁵ e a preocupação com o destino

¹ ALMEIDA, 1979: 161.

² Corrente historiográfica, baseada no quadro analítico da antropologia, preconizada por autores como Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt ou, no panorama científico português, Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Uma excelente síntese reflexiva do passado, presente e futuro desta corrente poderá ser encontrada em BRILLI *et al.*, 2010.

³ Na feliz expressão dos antropólogos Catrien Notermans e Jasen Willy, que, ao estudarem as práticas votivas no santuário de Lourdes, puderam comprovar o abismo que existe entre as concepções da religião difundidas pela Igreja e a vivência religiosa dos crentes, baseada na sensualidade da manipulação dos objectos devocionais. Cf. NOTERMANS & WILLY, 2011: 168-192.

⁴ LAUWERS, 1997.

⁵ CUCHET, 2012: 7-16; 12.

da própria alma reverteu no acumular de legados pios e repetição cumulativa de orações⁶. Se por um lado, terrorífico nas anunciadas penas de fogo e tormentos, o imaginário que circundou a ideia de purgatório tinha a capacidade de gerar esperança na salvação a partir do poder da oração e auxílio da intercessão celeste.

A oração pelas almas dava uma importante continuidade à comunidade, ao criar um elo entre os vivos e mortos. Na crença colectiva, ao orar por uma alma, esta quando salva, intercederia pelos seus encomendadores, através da logica de reversibilidade de méritos, inerente à dádiva, que autores como o Marcel Mauss⁷, e mais recentemente Pierre Bourdieu⁸, já exploraram.

RITMOS E PAISAGEM SENSORIAL

Era dever da comunidade de vivos cuidar das almas dos seus defuntos, a partir da devoção individual e do culto colectivo, organizado pelas confrarias. A preocupação com a eficácia dos ritos de passagem e a continuidade da oração pelas almas dos defuntos é uma constante nos estatutos destas instituições, que promoviam a oração pelas almas, tanto nos momentos imediatamente antes e após a morte, como nas missas semanais e anuais pelas almas dos confrades.

Apesar de canonicamente instaurada às segundas-feiras⁹, a missa semanal dos defuntos¹⁰ realizava-se, em Portugal, um pouco por todos os dias da semana, variando conforme a localidade, como nos fazem saber os estatutos de diversas confrarias. Juntamente com esta missa praticava-se um ritual de bênção dos defuntos, composto por gestos e símbolos apotropaicos: semanalmente, após a liturgia, era organizado um ritual para-litúrgico no qual uma procissão de clérigos e leigos, inaugurada por um estandarte crucífero, percorria a igreja e adro, aspergindo-se as campas dos defuntos com água benta e enunciando-se responsos ao som dos sinos, que picavam do modo como aos defuntos se fazia¹¹.

⁶ CHIFFOLEAU, 1978.

⁷ MAUSS, 1988.

⁸ BOURDIEU, 1998.

⁹ BEAULIEU, 1998.

¹⁰ Como refere Marie Anne Polo de Beaulieu, a menção a este ritual começa a surgir nos documentos no século XI, antecedendo, portanto a datação apontada por Jacques Le Goff para a definição do purgatório enquanto conceito operativo (século XII-XIII) (BEAULIEU, 1998).

¹¹ *Louvado e geral costume he saírem aas segunda feiras com procissam sobre os finados, dizendo Responsos e Orações por suas almas: O qual mandamos que inteiramente se guarde, não vindo festas de guardar nas ditas segundas: E levarám diante da cruz, e hirámos Curas lançado agoa benta sobre as couas, e faram tãger os sinos do modo que tãgem aos finados: e onde houver adros ou cimiterios fora das ygrejas, saíram com procissam por todo o adro: salvuo qãdo chover, ou nevar: porque então se fara somente dentro das ygrejas. E*



Fig. 1. Prato de esmolos – século XVII, Museu da Guarda.

Fonte: Matriz.net

Através de momentos como este, as confrarias organizavam e difundiam a (re) produção material¹² da paróquia. O papel activo que tinham na repetição de ritos e circulação de objectos, contribuía para a reprodução do sentimento de pertença a uma comunidade de vivos e mortos, que comungava dos mesmos ritmos e paisagem sensorial. A circulação de objectos pertencentes às confrarias – como bandeiras processionais, esmolários em forma de alminhas (Fig. 1) ou panfletos com gravuras – materializava as devoções e estimulava a imaginação, ao propagar imagens das

almas em chamas. Nas palavras de William Morgan Kinsey, um viajante inglês no Portugal da primeira metade do século XIX:

*The Catholic in these countries (...) can scarcely lift up his eyes without beholding a soul surrounded with flames, pictured on tiles upon the walls and houses, and road-side altars: and the men who beg for masses for souls, carry with them boards, whereon the same spectacle is exhibited in glowing colours. The souls in purgatory are farmed out like tihs and turnpikes in England*¹³.

A compreensão da importância dos objectos da cultura material para o desenvolvimento do pensamento figurativo, tem sido explorada como uma das recentes correntes da história da arte, influenciada por disciplinas anexas como a antropologia, arqueologia e os *material studies*¹⁴. Como é bem sabido, nas últimas décadas do século XX, a história da arte redefiniu e alargou o seu objecto de estudo e abordagens, num *turn* epistemológico que a tem vindo a reescrever enquanto uma história das imagens. Ao consagrar a percepção das imagens aos seus usos é obriga-

nas aldeis onde andarem ocupados os fregueses em seus trabalhos se não podem ajuntar aas Segundas feiras aa missa e procissã polos defunctos, se fara a dita procissam também nos domingos acabado o Asperges, ou acabada a Missa: excepto nas profestas principaes do anno sem tangerem os sinos mais que a entrada da Missa. E o Cura que assi o nam comprir, pagará cincoenta reis por cada vez. Cit. Constituições synodaes do bispado de Miranda. Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1565. p. 82

¹² Sobre a questão e relações de definição do espaço enquanto processo material e o conceito de reprodução material de localidade consultar: APPADURAI, 1995: 204-225.

¹³ KINSEY, 1829: 203.

¹⁴ A estas mudanças não são alheias as correntes de antropologia histórica emergentes nos anos 70 com Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt; a promoção dos *visual studies* por W. T. Mitchell ou o repensar epistemológico da história da arte defendido por Georges Didi-Huberman.

tório construir um corpo teórico que as compreenda para além do seu significado e se desvincule, parcialmente, da persistente *herança de Panofsky* na historiografia da arte¹⁵. Na percepção humana, as imagens são associadas aos objectos e acções com os quais interagem, numa complexa *performance das imagens*¹⁶. Do mesmo modo, inspirando-se no crescente interesse que, na década de 90, a antropologia deu ao estudo da cultura sensorial e emoções¹⁷, a história da arte tornou a historicização da percepção um dos seus mais importantes modelos analíticos, dando relevo, na sua produção científica, ao fulcral papel dos sentidos e das emoções na experiência humana.

É, assim, pertinente reescrever a *historiografia da morte*, tão em voga na década de 70 do século XX, a partir das mais recentes ferramentas teóricas: a produção e percepção de imagens, sons e odores catalisa os afectos e as emoções, sobrepondo-se à *saudade* e à dor. A devoção às almas materializava o desejo por uma estética flamejante¹⁸ que ordenava o caos e a revolta¹⁹, decorrentes da morte. A cultura sensorial em que o sujeito se insere, molda a percepção e as emoções, numa cadeia de estímulos e respostas comandados pelo *habitus*. Para além das imagens, era no tacto palpável das contas dos rosários; no odor doce do incenso e dos cirios que queimavam, e na textura da terra que se sentia nas mãos antes de se a deitar sobre caixão, que apropriava o *imaginário da morte* e interiorizava a segurança da protecção das almas.

Assim, a história da devoção às almas escreve-se no compromisso entre a percepção e expressão individual da dor e do luto e a ordem ritual e litúrgica que a Igreja tentou impor. Desde a época medieval que os documentos tentaram por fim às expressões vivas da dor e da saudade, como arrancar barbas e cabelos ou o choro das carpideiras. As *Constituições Sinodais do Bispado do Porto* proibiam que nos enterros e dentro das igrejas se “consentissem vozes discompostas, ou extraordinários, e desordenados prantos²⁰”, que se faziam sem licença sobre as tumbas e

¹⁵ Nas ciências sociais e humanas, este primaz do significado é herdeiro da antropologia estruturalista e funcionalista, tendo sido transferido para a história da arte na segunda metade do século XX, particularmente através do sucesso das obras de Panofsky. No entanto, nos últimos anos, a historiografia da arte tem vindo a rever esta posição epistemológica, focando-se cada vez mais na agencialidade das imagens e na sua relação com a performance. Cf. Lopes, Maria Inês Afonso (2015) – *Sensory turn – quando o sujeito se torna o centro da história da arte* in Revista do Instituto de História da Arte da FCSH, n.º 12, pp. 177-191

¹⁶ BARTHOLEYNS *et al.*, 2012.

¹⁷ CABRAL, 1997: 110.

¹⁸ CHIFFOLEAU, 2011.

¹⁹ DIDI-HUBERMAN, 2012 [En ligne], 67 | 2012, mis en ligne le 01 juin 2014, consulté le 12 mai 2015. URL : <http://1895.revues.org/4522>

²⁰ Que já vinham desde a época medieval como comprovam SCHMITT, 1990 e BARROCA, 1997.

entradas das sepulturas²¹. Ao choro deveria sobrepor-se o canto. No entanto, apesar de João Pina Cabral ter registado o crepúsculo da mesma prática, no Noroeste português, na década de setenta²², o pranto e canto lamuriado das carpideiras era presença recorrente nos cemitérios e velórios, ainda no século XX, como demonstram os trabalhos de Teófilo Braga ou Michel Giacometti.

POR QUEM OS SINOS DOBRAM

O som está ligado ao culto dos mortos e das almas, seja no choro da carpideira, nas orações em volta do cadáver, ou no *toque das almas*. Tocar o sino pelas almas era um dos mais comuns marcos da *paisagem sonora* portuguesa, como dão a conhecer os relatos de viajantes estrangeiros, no século XVIII. Pelo menos desde o século XVI, as Constituições Sinodais promoviam a oração pelas almas dos defuntos ao toque de sinos²³. Nas *Constituições Sinodais de Lamego* de 1560, ordenava-se que, diariamente, em todas as igrejas do bispado, se dessem duas badaladas juntas para que se rogasse pelas almas do purgatório com um Padre-Nosso e uma Avé-Maria²⁴. Já nas *Constituições Sinodais* de Miranda de 1565, pede-se aos curas para ensinarem a rogar “pelas almas quês estão no fogo do purgatorio, pera que nosso Senhor por sua misericordia as queira tirar delle e levar a descansar à sua gloria²⁵”. Quatrocentos anos mais tarde as palavras impressas neste texto ainda se faziam sentir no dia-a-dia de algumas povoações: em 1973, Patricia Goldey relata que numa aldeia do distrito de Braga, ao entardecer, quando tocavam os sinos, as pessoas paravam o que estavam a fazer para rezar pelas almas, ouvindo-se pelas ruas o som das orações que “ascendiam de todas as casas²⁶”.

O som sincopado do metal era também ouvido quando um membro da comunidade morria. Na cópia dos estatutos de 1717 da confraria do *Povo e Almas*, erecta na igreja da Freguesia de São João da Foz no Porto, manda-se tanger a campainha

²¹ (1735) *Constituições Sinodais do Bispado do Porto (...)1687*.Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735. p. 471

²² CABRAL, 1985: 68.

²³ As narrativas exemplares demonstram na época moderna a importância do toque dos sinos como o exemplo da obra de BERNARDES, 1706-1728, 5 vol.: 463: *Em hum Mosteiro de Cistercienses, indo a tocar às almas o Monge, a quem competia, não pode mencar o sino: julgou que a corda empeçava em cima: subio à torre, e vio ao demonio em figura de hum grande Leão abraçado com o sino. O religioso cheyo de pavor, nomeou a Jesus, e desapareceo o Leão, e tocou-se o sino.*

²⁴ (1563) *Constituições Synodais do Bispado de Lamego*. Coimbra : Ioam de Barreyra. p. 184

²⁵ (1565) *Constituições synodaes do bispado de Miranda*. Lisboa : em casa de Francisco Correa. p. 23

²⁶ GOLDEY, 1985: 93.

pela terra, para todos os irmãos acudirem à igreja e acompanharem o defunto²⁷. Em 6 de Outubro de 1816 o francês Louis-François de Tollenare descrevia que em Lisboa durante a passagem da procissão do viático o som dos sinos de todas as igrejas soava, tornando-se um barulho bastante incómodo²⁸. Para além de mnemónico, acreditava-se que o som dos sinos era apotropaico, espantando os espíritos maléficos e, ainda no século XX, em várias povoações, tocava-se os sinos quando morria alguém para ajudar a passagem para o *além*²⁹.

O passamento da alma era um momento temido, quer pelos demónios que se acreditava povoarem o ar³⁰, quer pela possível ineficácia dos ritos de passagem. Nos documentos, a expressão *passageiro* surge várias vezes em referência ao defunto. Acompanhar o corpo até ao cemitério e deitar terra sobre o caixão evitava que a alma se extraviasse do caminho e se tornasse numa alma penada³¹. Todo o auxílio era pouco, num momento tão delicado como a transição da alma, por isso ao culto das almas do purgatório sobrepõe-se a devoção aos Santos e à Virgem, como protectores da alma.

QUEM ME ACUDA?

Segundo Carmel Lison Tolosana a religiosidade popular é uma expressão *do-i-t-yourself-religion*: a articulação de gestos e crenças locais e particulares procura sublimar os medos decorrentes das frustrações do incontrollável, do desconhecido e da morte³². Nesse sentido, o fenómeno da especialização de invocações, é uma manifestação das preocupações diárias dos crentes.

Enquanto na idade média o culto das almas era sobreposto à devoção ao psicopompo São Miguel, entre a baixa idade média e a idade moderna incrementou-se a devoção à Virgem como principal mediadora entre as almas e Deus. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida demonstra, invocações modernas como *Nossa Senhora da Silva*, *Nossa Senhora do Rosário*, *Nossa Senhora do Carmo*, *Nossa Senhora das*

²⁷ LOPES, 2015: 136.

²⁸ RANQUE, 2005: 338.

²⁹ ALMEIDA, 1966: 339-370, 354.

³⁰ BRAGA, 1936: 20.

³¹ Como Jean-Claude Schmitt demonstrou, a crença nas almas penadas era já parte essencial do imaginário medieval. Esta mesma crença, perdurou até aos dias de hoje como demonstra CABRAL, 1989. As almas frequentemente voltavam pedindo sufrágios aos vivos para sair do purgatório. Do mesmo modo, como o interessante trabalho de Carmel Lison Tolosana demonstrou, ainda acredita-se em procissões de almas penadas (TOLOSANA, 2004).

³² TOLOSANA, 2004: 29.



Fig. 2. Retábulo das Almas da Igreja Matriz de Podence, óleo sobre tela, s/d.

omissa dos documentos, lembra-se que, nos anos 70 do século XX, Carlos Alberto Ferreira de Almeida assinalou que em algumas povoações de Gaia, Feira e Gondomar, persistia o costume de se mandar dizer uma missa a *Nossa Senhora da Silva* quando alguém falecesse, para *ela* tirar as silvas do caminho ajudando a alma a chegar mais depressa ao Paraíso³⁶.

Nas imagens a Virgem é também psicopompa, surgindo frequentemente com São Francisco e São Miguel, resgatando as almas com objectos devocionais. A apotropaicidade de determinados objectos surge associada à salvação das almas. Nas representações, os Rosários, escapulários e cintos franciscanos surgem puxando as almas do fogo. Na igreja Matriz de Podence (Trás-os-Montes), existe um retábulo das almas (Fig. 2) que na sua linguagem plástica, sintetiza os mais comuns *objectos de salvação*

*Almas e Nossa Senhora da Boa Morte*³³ marcam a importância da Virgem como protectora e intercessora das almas na *passagem*. O *Santuário Mariano* está repleto de lendas de estátuas milagrosas, que concedem indulgências e guiam as almas no penoso caminho para o paraíso, enquanto as fórmulas testamentárias dos séculos XVII e XVIII associam, incessantemente, o nome da Virgem à *advogada* na hora da morte.

Os poderes da Virgem e da sua função protectora criaram associações devocionais que perduraram até ao século XX. Pelo menos a partir do século XVIII, todos os ofícios de defuntos da Sé do Porto eram realizados no altar de *Nossa Senhora da Silva*³⁴, auxiliadora das almas. Acreditava-se que quem mandasse dizer missa no altar de Nossa Senhora da Silva da Sé do Porto tiraria uma alma do purgatório, e que quem lá orasse em dia de festa da Virgem teria muitas indulgências³⁵. Como possível explicação para esta associação devocional,

³³ ALMEIDA, 1979: 164.

³⁴ SANTA MARIA, 1716: 7.

³⁵ SANTA MARIA, 1716: 6.

³⁶ ALMEIDA, 1966: 339-370, 354.

das almas. Ao invés da habitual representação, alternando *Nossa Senhora do Rosário* com o rosário, ou *Nossa Senhora do Carmo* com o escapulário, nesta imagem a Virgem lança ao mesmo tempo ambos os objectos para as almas do purgatório. Do lado oposto da composição, São Francisco usa a corda do seu hábito para retirar as almas do purgatório. No meio destas, uma alma com as mãos em oração segura uma bolsa de dinheiro na mão, sugerindo a importância das esmolas para a salvação das almas.

Para além das imagens, a documentação das confrarias e testamentos demonstra o imaginário por detrás dos usos destes objectos: o dizer um Rosário ou ser enterrado com um traje de uma ordem religiosa, era uma estratégia para auxiliar a salvação da alma.

O PODER DAS IMAGENS

A iconografia do purgatório é um excelente exemplo do modo como as imagens se geram umas às outras, *pensando-se entre elas*³⁷. Como Jacques Le Goff demonstrou, a definição do purgatório enquanto *local* foi um processo secular de reconfiguração e homogeneização do imaginário, a partir das diferentes características espaciais e topográficas que relatos e crenças locais difundiam. A devolução do pensamento figurativo relacionado com o *lugar* foi essencial para a sua implantação no imaginário: enquanto a teologia era dúbia em definir o purgatório, as tradições figurativas fixaram-no paulatinamente. De facto, a linguagem que deu origem às imagens do purgatório, já se encontrava no imaginário das populações, desde a idade média, através da popular iconografia do *Juízo Final*. No entanto, como Michelle Fournie demonstrou, ao referir os retábulos da França meridional, a presença do purgatório dentro deste tema figurativo vai autonomizando-se até surgir como um tema iconográfico isento³⁸.

A partir do século XV começam a surgir imagens de um local de penas de onde as almas são salvas, evoluindo para os retábulos das almas, da época moderna, que ainda hoje existem nas igrejas. Conhecem-se imagens do purgatório nas igrejas portuguesas pelo menos desde o século XVI, quando aparece inserido no fresco do *Juízo Final* da igreja *Nossa Senhora da Teixeira*. No entanto, a maioria dos retábulos que hoje se vêem são dos séculos XVII e XVIII.

De um ponto de vista formal, a tipologia de representação triádica do além, difundida com as imagens do *Juízo Final*, mantém-se pelo menos até ao século XVIII, com altares onde o purgatório está encaixado entre o paraíso e o inferno,

³⁷ ROSAS, 2008.

³⁸ FOURNIE, 1997.

numa síntese visual da trilogia do além. Por outro lado, o retábulo enquanto dispositivo de exibição da imagem, mudava a forma como a visualizamos³⁹. Por exemplo, no nordeste transmontano, grande parte dos retábulos das almas apresenta uma imagem tripartida, onde a representação do purgatório esta articulada com os outros *lugares* da *geografia do além*. Este tipo de representação funciona enquanto *síntese comparativa* pela metáfora visual – o espaço onde está Deus, Cristo e os anjos, coabita com a imagem das almas ardendo no fogo e suplicando, ou de demónios terríveis.



Fig. 3. Alminhas de Priscos – Braga.

AS ALMINHAS PORTUGUESAS

Seria difícil no tempo que esta comunicação permite, analisar todas as manifestações imagéticas dedicadas ao longo de séculos, às almas do purgatório em Portugal. Existem, no entanto, exemplos no território português que, pela sua originalidade complexidade e relevância, enquanto fenómeno, não poderão ser omissos. Tanto em Portugal como na Galiza proliferam pequenos altares dedicados as almas do purgatório, conhecidos como *alminhas*.

A sua origem remonta à necessidade de técnicas de conforto face a medos, ansiedades e inseguranças do dia-a-dia, exponenciado pelos misteriosos e inseguros caminhos. De facto, com o apogeu da devoção às almas na época moderna⁴⁰, o

costume medieval de construir capelas e edículas com imagens de santos protectores ao longo dos caminhos, transferiu-se para a tradição de construir pequenos altares e oratórios dedicados às almas do purgatório⁴¹. Colocadas nas bermas das estradas, caminhos antigos, cruzamentos ou entradas de pontes ou de casas, pelo menos desde o século XVIII, as *alminhas apelam* à protecção das almas do purgatório através de frases inscritas na sua representação (Fig. 3).

³⁹ WILLIAMSON, 2004: 341-406, 343.

⁴⁰ VOVELLE, 1983: 308.

⁴¹ ALMEIDA, 1968: 87- 88.

As inscrições funcionam enquanto dispositivo de persuasão, herdeiro da retórica usada nos livros de devoção às almas, que circulavam desde o século XVI⁴²: Dentro da representação de almas entre chamus, frases como “Vós que ides passando, lembrai-vos de nós que estamos penando” e “Neste espelho podeis ver o que um dia viéreis a ser – rezai um Pai Nosso e uma Avé Maria pelas santas *alminhas*”, apelam ao prolongamento da relação dos vivos e dos mortos através da empatia, identificação e essencialmente da acção. No entanto, numa sociedade que teve de esperar até ao final do século XX para conhecer a literacia generalizada, a palavra era mais um elemento compositivo da imagem, sem significado para além daquele que o *boca-em-boca* lhe dotava. Nesse sentido, antes de um significado, as *alminhas* são uma acção imediata e automatizada⁴³, produzida a partir do que os crentes viram fazer, numa relação entre tradições rituais e imagens.

A mesma reprodução automática da acção levanta questões sobre a natureza dos usos das *alminhas*. Se numa primeira análise os gestos que as populações dirigem às *alminhas*, como orações e depósito de esmolas, luzes e ofertas, demonstram uma preocupação com os defuntos no purgatório, o poder terapêutico do gesto poderá ser utilizado para outros fins mais imediatos⁴⁴. Carlos Alberto Ferreira de Almeida afirmava nos anos sessenta que “ainda hoje é grande a devoção às almas a quem se invoca para tudo e a quem se promete por tudo⁴⁵”. De facto, as almas eram muitas vezes invocadas, inseridas nas preocupações e temores do dia-a-dia, como a própria origem da sua distribuição topográfica demonstra. A vasta implantação no território destes altares às almas do purgatório, nomeadamente no antigo Entre-Douro-e-Minho e em Trás-os-Montes, encontra raízes profundas nos medos e ansiedades colectivas. Como o antropólogo João Pina Cabral demonstra no seu ensaio de etnopoésia *Aromas de Urze e de Lama. Viagem de um antropólogo ao Alto Minho*, uma espiga ou uma esmola presente numa *alminha* pode significar a tentativa de exorcizar uma alma penada e mesmo a construção das próprias *alminhas* poderá estar ligada a uma assombração que aterrorizava o local⁴⁶. Nas palavras do mesmo autor, podem-se sintetizar os motivos profundos por detrás das manifestações de religiosidade em Portugal, que molda as nossas formas de culto às almas do purgatório:

-- (...)existe ai [Minho] tal gente e ocorre-lhe tais medos, tais terrores, tais loucuras, tais actos e tais pensamentos. Esse terror é o chão-de-pedra do misticismo minhoto.

⁴² BONETA, 1715.

⁴³ LOPES, 2015.

⁴⁴ LOPES, 2015.

⁴⁵ ALMEIDA, 1963.

⁴⁶ CABRAL, 1997/2008: 118.

No Minho não há “capelinhas românticas”, imagens de santos de deliciosa inocência”, “alminhas ingénuas”, “crença simples e devota”. No Minho há um misticismo profundo, aterrorizante e vivido no dia a dia, que rodeia as pessoas e dá sentido (o mais das vezes tétrico) às suas preces⁴⁷.

NOTA FINAL

Torna-se difícil a tarefa de esboçar uma leitura plural da devoção às almas em Portugal, em que convirjam os modelos analíticos e metodologias da história e a antropologia. Depois de autores de peso, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida ou João Pina Cabral, terem tão bem sintetizado, as principais questões que circundam o tema, resta-me apenas contribuir com uma leitura pessoal, produto da minha tese de doutoramento⁴⁸. Pela dimensão desta comunicação, a referida leitura será sempre incompleta⁴⁹, tendo por isso tentado expor neste texto, uma síntese reflexiva das questões que conduziram a investigação. Temas como os limites da definição racional da crença; o papel da cultura/paisagem sensorial na percepção dos sujeitos e a *força social* exercida pelo mundo material são questões transversais à antropologia religiosa, que encontram na devoção das almas do purgatório um terreno fértil de análise.

Infelizmente, grande parte destas questões não poderá ser completamente respondida apenas com recurso aos vestígios escritos do passado, em que o discurso histórico assenta. Nesse sentido, e na continuidade da obra de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, propõem-se a compreensão dos fenómenos religiosos na análise comparativa entre os textos do passado e as reflexões produzidas por trabalho etnográfico do presente. Só assim, o discurso histórico poderá acompanhar as outras ciências, ao criar um campo de análise que rompe com a histórica dicotomia gestos /mente, permitindo compreender o carácter automático, material e irracional da acção e experiência humana.

⁴⁷ Cit. CABRAL, 1997/ 2008: 120.

⁴⁸ LOPES, 2015.

⁴⁹ Diversas dimensões fascinantes do fenómeno foram aqui omitidas, destacando a ausência à encomendação das almas, magistralmente estudada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida em 1963 (ALMEIDA, 1963).

BIBLIOGRAFIA

- (1563) – *Constituições Synodais do Bispado de Lamego*. Coimbra: Ioam de Barreira.
- (1565) – *Constituições synodales do bispado de Miranda*. Lisboa: em casa de Francisco Correa.
- (1735) – *Constituições Sinodais do Bispado do Porto (...)1687*. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735.
- ALMEIDA Carlos Alberto Ferreira de (1966) – *Carácter mágico do toque das campainhas: Apotropaicidade do som*. «Revista de Etnografia». Vol. 6. Tomo 2. Nº 12. Porto: Museu de Etnografia e História, p. 339-370.
- (1963) – *Ementação das Almas. Rezas de Ceia*. Porto: Separata da Revista de Etnografia, N.º 5, 1963.
- (1968) – *Vias Medievais. I. Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Tese de Licenciatura, Ed. Autor.
- (1979) – *O Culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna. Perspectiva antropológica*. In *História*. Vol.II, Porto: Centro de História U. do Porto.
- APPADURAI, Arjun (1995) – *Production of locality*. In FARDON, Richard, ed. – *Counterworks: managing the diversity of knowledge*. Londres-New York: Routledge, p. 204-225.
- BARROCA, Mário Jorge (1997) – *Cenas de passamento e de lamentação na escultura funerária medieval portuguesa (Séc. XIII a XV)*. «Revista da Faculdade de Letras – História», 2. série, vol. XIV (“In Memoriam Henrique David”), Porto, FLUP.
- BARTHOLEYNS, Gil; DIERKENS, Alain et GOLSENNE, Thomas, dir. (2010) – *La performance des images*. In *Problèmes d’histoire des religions*, 19. Bruxelles: Éditions de l’Université de Bruxelles.
- BEAULIEU, Marie Anne Polo (1998) – *Le « lundi des Trépassés »*. *Création, diffusion et réception d’un rituel*. «Annales. Histoire, Sciences Sociales» 53, nº6.
- BERNARDES, Manuel (1706-1728) – *Nova Floresta, ou sylva de varios apophthegmas, e ditos sentenciosos espirituales, & moraes; com reflexoens, em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição assim divina como humana: offerecida, & dedicada a Soberana Mãe da Divina Graça Maria Santissima...* Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes, impressor de Sua Magestade. 5 vol.
- BONETA, Joseph (1715) – *Gritos das Almas no Purgatório e meyo para os aplacar*. Lisboa: Offic. De Felipe de Souza Vilella.
- BOURDIEU, Pierre (1998) – *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editores.
- BRAGA, Alberto Vieira (1936) – *As vozes dos sinos na interpretação popular e a industria sineira em Guimarães*. «Revista Lusitana» vol.34, nºs 1-4.
- BRILLI, Elisa DITTMAR, Pierre-Olivier Dittmar et DUFAL, Blaise, dir. (2010) – *Faire l’anthropologie historique du Moyen Âge*. «Revue L’Atelier du Centre de recherches historiques», nº6.
- CABRAL João de Pina (1985) – *Os Cultos da Morte no Noroeste de Portugal* in CABRAL, João de Pina, FEIJO, Rui G. e MARTINS, Herminio – *A morte no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Editorial Quercus.
- (1997/2008) – *Aromas de Urze e de Lama. Viagem de um antropólogo ao Alto Minho*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- (1989) – *Filhos de Adão, filhos de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- (1997) – “O pagamento do Santo: uma tipologia interpretativa dos ex-votos no contexto sócio-cultural do noroeste português” e “Quinze anos depois”. In *Milagre q fez*. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 1997.
- CHIFFOLEAU, Jacques (1978) – *La comptabilité de l'au-delà : les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age vers 1320 vers 1480*. Rome: École Française de Rome.
- (2011) – *La religion flamboyante (1320 -1520)*. Paris: Editions Points.
- CUCHET, Guillaume (2012) – *Introduction*. In CUCHET, Guillaume, dir. – *Le Purgatoire. Fortune historique et historiographique d'un dogme*. Paris: Éd. de l'EHESS, pp. 7-16.
- DIDI-HUBERMAN, Georges (2012) – *Pathos et Praxis : Eisenstein contre Barthes in 1895. Mille huit cent quatre-vingt-quinze* [En ligne], 67 | 2012, mis en ligne le 01 juin 2014, consulté le 12 mai 2015. URL : <http://1895.revues.org/4522>
- FOURNIE, Michelle (1997) – *Le Ciel peut-il attendre ? Le culte du purgatoire dans le Midi de la France (v. 1320 – v. 1520)*. Paris : Les éditions du Cerf, coll. « Histoire religieuse de la France ».
- GOLDEY, Patricia (1985) – *A Boa Morte: Salvação Pessoal e Identidade Comunitária* in CABRAL, João de Pina, FEIJO, Rui G. e MARTINS, Herminio– *A morte no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Editorial Quercus.
- KINSEY, William Morgan (1829) – *Portugal illustrated: in a series of letters London* : published for the author, by Teuttel and Würtz, Treuttel.
- LAUWERS, Michel (1997) – *La memoire des ancetres, le souci des morts: Morts, rites, et societe au Moyen Age : Diocese de Liege, XIe-XIIIe siècles*. Paris : Beauchesne.
- LOPES, Maria Inês Afonso (2015) – *Por minha alma : Raízes históricas do culto das almas do Purgatório em Portugal (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutoramento apresentada à Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales e à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (2015) – *Sensory turn – quando o sujeito se torna o centro da história da arte*. «Revista do Instituto de História da Arte da FCSH», nº12, p. 177-191.
- MAUSS, Marcel (1988) – *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- NOTERMANS, Catrien e JASEN, WILLY (2011) – *Ex-votos in lourdes: contested materiality of miraculous healings* in *Material Religion*, 7:2.pp.168-192.
- RANQUE- Hugues-Félix (2005) – *Lettres sur le Portugal*. In MAFFRE, Claude, rec. – *Voyages au Portugal aux XVIIIe et XIXe siècles*. Paris: Pimentos, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (2008) – *A representação de São Cristóvão na Pintura Mural Portuguesa dos finais da Idade Média. Crença e magia*. In JORGE, Vitor Oliveira e MACEDO, José M. Costa, coord. – *Crenças, religiões e poder. Dos indivíduos às sociabilidades*. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTA MARIA, Agostinho de (Fr.) (1716) – *Santuário Mariano Vol.V*. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram.
- SCHMITT, Jean-Claude (1990) – *La raison des gestes dans l'Occident médiéval*. Paris: Gallimard.
- TOLOSANA, Carmelo Lison (2004) – *La Santa Campana. Fantasias reales. Realidades fantásticas* Madrid: Ediciones Akal.
- VOVELLE, Michel (1983) – *La mort et l'occident de 1300 à nos jours*. Paris: Éditions Gallimard.
- WILLIAMSON, Beth (2004) – *Liturgy, and Devotion*. «Speculum», Vol. 79, No. 2, Apr., p. 341-406

ROMANE VS ROMANESQUE. A INVENÇÃO DE UMA NOMENCLATURA

MARIA LEONOR BOTELHO*

Resumo: Partindo do pressuposto de que só o conhecimento da evolução das ideias sobre um conceito estilístico nos permite compreender na sua totalidade o pensamento que dele se tem, procura esta comunicação debater o momento da *invenção/adequação/adaptação* do termo *românico* à escala internacional. A historiografia tradicional sobre a matéria tem-se centrado exclusivamente sobre o papel que a França desempenhou neste contexto, imputando a C. Gerville (1769-1853) a criação do termo *romane* (1818). Assim, apoiando o nosso discurso na obra científica de dois autores – Tina W. Bizzaro (1992) e J. Nayrolles (2005) –, iremos acentuar a afirmação (e aceitação) da anterioridade de W. Gunn (1750-1841) na invenção do termo *romanesque* (1813). Reconhecendo a importância deste debate historiográfico, pretendemos assim debater as diferentes perspetivas que contribuíram significativamente para a criação de uma rutura historiográfica pelo reconhecimento das especificidades do românico nas suas diversas dimensões.

Palavras-chave: Românico; Charles Gerville; William Gunn; Historiografia.

Abstract: Assuming that only the knowledge of the evolution of ideas about a stylistic concept allows us to understand entirely the thought about it, this communication aims to discuss the time of the invention/adaptation the thought that it has, this communication seeks to discuss the moment of the invention/adaptation of the romanesque term internationally. The traditional historiography on the subject has been focused exclusively on the role that France played in this context, by imputing C. Gerville (1769-1853) the creation of the term *romane* (1818). Thus supporting our discourse in the scientific work of two authors – Tina W. Bizzaro (1992) and J. Nayrolles (2005) – we will highlight the claim (and acceptance) the novelty of W. Gunn (1750-1841) in the invention *romanesque* word (1813). Recognizing the importance of this historiographical debate, we intend to discuss the different perspectives that have contributed substantially to the creation of a historiographical rupture by recognizing the specificities of the romanesque in its different dimensions.

Keywords: Romanesque; Charles Gerville; William Gunn; Historiography.

* FLUP / DCTP / CITCEM. mlbotelho@letras.up.pt.

INTRODUÇÃO¹

A designação atribuída a um dado estilo exerce uma profunda influência sobre a interpretação que dele se faz², mas também sobre a forma e aspetos que geralmente são mais estudados³, exigindo um distanciamento crítico, histórico e psicológico na sua abordagem, influenciando assim o seu subsequente entendimento⁴.

Apesar da relatividade associada ao seu significado, os termos estilísticos acabam por se converter em barómetros úteis na definição da história das ideias, embora exijam constantes reavaliações⁵. Convém não esquecer que as diferentes designações estilísticas, que normalmente utilizamos sem a consciência das suas particularidades dialetais, têm a sua própria história e que esta não corresponde à história dos fenómenos que os termos designam⁶. Partimos, assim, do pressuposto que só o conhecimento da evolução das ideias sobre um conceito estilístico nos permite compreender na sua totalidade o entendimento que dele se tem. Assim, procura este artigo debater o momento da *invenção/adaptação* do termo *românico* à escala internacional.

ROMANE VS ROMANESQUE

«A Arte românica está na moda. Desde há algumas décadas»⁷. Barral I Altet considera que a historiografia do românico evoluiu muito pouco desde o século XIX, sendo que atualmente ainda estamos muito dependentes das conquistas feitas pelos eruditos e estudiosos de oitocentos⁸. Apenas a historiografia mais recente sobre a matéria (embora ainda muito pouco divulgada), denota uma preocupação com a identificação de uma primeira consciência sobre a existência do românico enquanto estilo medieval diferenciado do gótico e conseqüente apelação do mesmo enquanto tal. O carácter internacional deste debate, e até certo ponto também ele igualmente nacionalista, deve ser aqui ressalvado, apesar da existência de poucas obras que explorem esta matéria.

¹ O presente artigo foi extraído e adaptado de um capítulo, mais extenso e crítico, que publicámos *In* BOTELHO, 2013: 13-142.

² BIZARRO, 1992: 1.

³ O'KEEFE, 2007: 28.

⁴ BIZZARRO, 1992: 1.

⁵ BIZZARRO, 1992: 160.

⁶ KARGE, 2009: 165.

⁷ BARRAL I ALTET, 2006: 9.

⁸ BARRAL I ALTET, 2006: 31.

No entanto, e embora a historiografia internacional faça breve menção ao contributo que os antiquários ingleses tiveram ao nível da salvaguarda dos testemunhos artísticos medievais, pudemos verificar que este não tem sido, de um modo geral, compreendido na sua totalidade. Orientando-se para um estudo consciencioso da arte medieval, para uma necessidade de classificação da mesma e, por fim, para uma invenção de uma terminologia específica para designar o estilo em questão, o contributo inglês acabou por se materializar numa antecipação em cinco anos à “invenção” francesa.

Através do estudo das obras de Tina Waldeier Bizarro e de Jean Nayrolles, tivemos contacto com todo um conjunto de novidades historiográficas que cremos serem de suma importância sistematizar.

Tina Waldeier Bizarro apresenta-nos no seu livro, «Romanesque Architectural Criticism. A Prehistory», uma proposta que consideramos fundamental. Embora tenha sido publicado em 1992, estranhámos o desconhecimento desta obra manifestado pela historiografia portuguesa, mas também pela europeia. As suas ideias são extremamente pertinentes pois, além de inovadoras no que toca à definição de prioridades ao nível da criação da terminologia estilística, surgem também rigorosamente documentadas e debatidas com um apurado sentido crítico. Se, de um modo geral, as obras dedicadas à historiografia do românico, nos seus mais diversos níveis, nos apresentam o termo românico como sendo uma “invenção” de Charles de Gerville (1769-1853), Bizarro vai mais longe ao atribuir essa mesma “invenção” a um autor britânico, William Gunn (1750-1841), que terá antecedido Gerville em poucos anos. Mais, a mesma autora vai procurar delinear as raízes de um quadro mental que preparou a dita “invenção”, orientando deliberadamente a sua abordagem para o estudo do período a que chamou de “pré-história” do românico, ou seja, os séculos preparatórios de toda uma mentalidade (essencialmente entre o século XVII e XVIII) e que irão conduzir à salvaguarda do românico aos mais diversos níveis.

Por seu turno, Jean Nayrolles apresenta-nos uma obra que intitula de «L’Invention de l’art Roman à l’Époque Moderne (XVIII^e-XIX^e Siècles)» (2005). Assim, naquilo que poderíamos arriscar a definir como sendo uma resposta (in)directa ao estudo de Tina W. Bizarro, este autor afirma a preponderância da historiografia francesa, não só no que toca à anterioridade na «invenção» de uma terminologia específica, como também relativamente ao debate e abordagem das problemáticas em torno do românico francês. E muito embora Nayrolles aborde o papel precoce que os antiquários e eruditos ingleses foram tendo ao nível da consciencialização e estudo do românico, fá-lo como que se tratando de um simples paralelo. Reconhece o contributo de William Gunn, muito embora não o assuma como sendo anterior ao de Gerville.

A INVENÇÃO DE UMA NOMENCLATURA

A tese tradicionalmente aceite pela historiografia da especialidade, no que toca à génese da designação *românico*, é a de que esta terá sido primeiramente inventada por Gerville. Assim, na correspondência trocada com o também normando, Auguste Le Prévost (1787-1859), Gerville assume a invenção do termo *romane* a 18 de Set. de 1818⁹:

Je vous ai quelque fois parlé d'architecture romane. C'est un mot de ma façon qui me paroît heureusement inventé pour remplacer les noms insignifiants de saxone et de normande. Tout le monde convient que cette architecture lourde et grossière est l'opus romanum dénaturé ou l'accessivement dégradé par nos rudes ancêtres. Alors aussi de la langue latine également atrophiée se faisait cette langue romane dont l'origine et les dégradations ont tant d'analogie avec l'origine et les progrès de l'architecture. Dites-moi donc je vous prie que mon nom romane est heureusement trouvé¹⁰.

Embora longa, cremos que esta citação seja da maior pertinência, para podermos compreender, na sua plenitude, o alcance desta “invenção”. Estamos a 18 de Set. de 1818 e Gerville vangloria-se de ter criado o termo *romane*, ciente que estava da inadequação da terminologia até então utilizada¹¹.

Todavia, no mesmo conjunto de cartas, Gerville também terá usado o termo *saxon* para designar igualmente a arquitetura que na Normandia terá sido construída durante os séculos X e XI. Tina W. Bizzarro deteta uma certa ambiguidade e uma instabilidade terminológica associada ao seu pensamento que, como defende ainda, tinha conhecimento da anterior designação de *romanesque* da autoria de William Gunn, apresentada na sua obra intitulada «An Inquiry into the Origin and Influence of Gothic Architecture» (1819).

Embora tenha sido apenas publicado um ano depois da suposta invenção de Gerville, o prefácio de W. Gunn data de 23 de Out. de 1813¹², o que nos aponta claramente o momento da conclusão da redação do manuscrito para publicação e o tempo que este terá aguardado no prelo¹³. Mais, Bizzarro cita todo um conjunto de fontes documentais inéditas que comprovam que já em 1811 o estudo de Gunn estaria completo¹⁴.

⁹ BIZZARRO, 1992: 143.

¹⁰ GERVILLE, C. de – Lettre à Le Prévost, 18 Septembre, 1818. Cabinet des Manuscrits, Bibliothèque Nationale, Paris *apud*. BIZZARRO, 1992: 207, 44.

¹¹ RECHT, 1998: 114.

¹² GUNN, 1819: IV.

¹³ BIZZARRO, 1992: 135-136.

¹⁴ BIZZARRO, 1992: 204, 13.

Simultaneamente, Bizzarro lembra-nos a intensa relação que então havia entre os antiquários ingleses e a introdução do termo *romane* em França. Gerville emigrou para Inglaterra em 1793 com o claro intuito de fugir ao terror da Revolução, tendo aí permanecido até 1801¹⁵. Tendo vivido perto de Norfolk, contactou não só com a arquitetura românica da região, como também com o abundante número de antiquários ingleses aí sediados. Conforme nos informa Nayrolles, a Biblioteca particular de Gerville deveria ser muito pobre em matéria de livros de arqueologia medieval, tendo sido durante a sua estadia em Inglaterra que consultou diversas obras, a partir dos quais tirou diversas notas, como veremos¹⁶. Mais, na correspondência deste autor surgem diversas referências à bibliografia britânica, da qual Gerville tinha um conhecimento direto¹⁷.

Regressado à Normandia, Gerville trouxe já consigo uma importante cultura arqueológica, passando a interessar-se pela arquitetura medieval. Numa carta dirigida a Le Prévost (a 15 Jan. de 1818), Gerville assume a necessidade de vir a estabelecer contactos com estudiosos ingleses, ciente do atraso verificado pela historiografia francesa sobre arquitetura medieval e, simultaneamente, da superioridade inglesa na matéria, particularmente no que toca ao desenvolvimento de vocabulário arquitetónico, ao volume de trabalho já editado, assim como quanto à frequência e qualidade dos estudos publicados, examinando, medindo e ilustrando a arquitetura medieval¹⁸.

Nayrolles pôde contactar com o espólio de Gerville que se encontra nos Archives Départementales de la Manche¹⁹, composto por um conjunto de anotações que incluem, além de diversos extratos da «Encyclopaedia Londinensis, notas copiadas do estado das paróquias de Coutances»²⁰. À margem da transcrição do manuscrito, Gerville apontou sucintas descrições dos monumentos referidos, algumas das quais simplificadas a poucas palavras, procurando identificar antes do mais a sua forma característica. Todas datadas, estas notas permitem traçar o trajeto e o calendário das excursões feitas pelo arqueólogo normando no departamento da Mancha, entre 1817 e 1821. Ora, foi precisamente esta procura do paradigma estilístico que conduziu Gerville à rejeição das noções *saxon* e *normand* ao longo do ano de 1818 e,

¹⁵ BIZZARRO, 1992: 136.

¹⁶ NAYROLLES, 2005: 82.

¹⁷ NAYROLLES, 2005: 81-82.

¹⁸ BIZZARRO, 1992: 136-137.

¹⁹ NAYROLLES, 2005: 84. Cf. Url: <http://archives.manche.fr/>.

²⁰ Coutances é uma comuna francesa na região administrativa da Baixa-Normandia, no Departamento da Mancha. Estas notas resultam de uma cópia de um manuscrito datado de 1666 no qual a então administração eclesiástica tomou por base as atas medievais de 1260. Este documento foi completado em 1730.

consequentemente, à necessidade de estabelecer uma denominação única e mais justa para designar um só e mesmo estilo²¹.

O “manuscrito de Saint-Lô”, além de confirmar uma grande atividade arqueológica feita em centenas de edifícios da Mancha, tem um interesse acrescido pois contém uma reflexão que nos explica o momento crucial da criação do termo *architecture romane*. Apesar de não datadas, surgem duas anotações que Nayrolles data do Verão de 1818, tendo em conta todo o percurso vivido por Gerville e o facto da palavra *romane* surgir “publicamente” pela primeira vez a 18 de Set. desse ano²².

Gerville começa por reconhecer que as designações que têm sido geralmente empregues pelos estudiosos da matéria não se adequam, tendo em conta o seu carácter restritivo, para identificar o estilo arquetónico em causa.

Architecture saxonne, normande, Opus romanum. – Je ne sais quel nom donner à cette architecture arrondie, écrasée, antérieure à l’ogive. Je sais que le nom Romane ne convient pas mal à cette architecture qui est à l’architecture Romaine ce que la langue Romane est à la langue Latine. Cette comparaison de dégradation pourrait être poussée assez loin.

(...) Architecture romane. – Le mot me semble assez heureusement trouvé pour exprimer ce que les Anglais appellent Saxon et Anglo-Normand. Ces deux dénominations à peine suffisantes en Angleterre deviennent inintelligibles en France...²³.

Gerville procurou então justificar o porquê da sua escolha sobre a palavra *romane*.

Le nom de romane aurait plus d’ensemble pour indiquer l’origine et la dégradation de l’art chez les diverses nations. Il y aurais assez d’analogie avec la signification de langue romane pour autoriser l’application de la même dénomination à l’architecture²⁴.

São, pois, de natureza variada os argumentos avançados por Gerville em favor da expressão *architecture romane*. Além do já referido carácter restritivo dos vocábulos *saxon*, *normand* ou *anglo-normand*, que considera apenas aplicáveis à realidade britânica, exalta o carácter “universal” da designação *romane*, indicador de uma origem comum de uma arquitetura que se afirma pan-europeia. Essa origem comum é, assim, romana. Inaugura-se deste modo a ideia da arquitetura românica como se de um grupo consistente se tratasse, resultado de um contexto histórico específico, e que se reflete em alguns elementos devidamente identificados como de origem romana²⁵.

²¹ Também Nayrolles reconhece, por parte de Gerville, o emprego indiferenciado desta terminologia até esta data (NAYROLLES, 2005: 85).

²² NAYROLLES, 2005: 86.

²³ SAINT-LÔ, Archives départementales de la Manche, 125-J4, 338-339 *apud*. NAYROLLES, 2005: 85.

²⁴ *Idem*.

²⁵ O’KEEFFE, 2007: 13.

Por fim vem a garantia facultada pelo paralelismo entre a história da arquitetura com a evolução das línguas. É muito importante termos presente que a teoria das línguas medievais que Gerville poderia conhecer em 1818 era a de François Raynouard (1761-1836), publicada dois anos antes²⁶. Este filólogo consagrou uma série de obras à formação e à gramática de um idioma que conhece como *roman* – e que é de facto o provençal –, e no qual viu um tronco comum que, por volta do século XI, iria desenvolver-se num certo número de línguas vernaculares. Durante séculos terá existido uma língua única, cujos traços apenas persistem na literatura trovadoresca (o *langue d'oc*), mas que foi falada por uma grande parte do Ocidente, em tempos romanizado, antes de se transformar em diversos idiomas (francês, catalão, toscano, etc). Neste sentido, o românico constituiu uma forma intermediária entre o latim vulgar e as línguas neolatinas modernas²⁷.

Como se pode aferir, esta tese veio a mostrar-se bastante favorável às ideias de Gerville, tanto mais que este comparou a arquitetura românica com uma forma de latim degenerado, desenvolvido ao longo de seis séculos. Assim, a adoção do termo *romane* está intimamente associado ao conceito linguístico que se tinha durante a década de 1810.

Pouco tempo depois, a 18 de Dezembro do mesmo ano, Gerville explica os seus argumentos a Prévost. Acreditando ter tocado na questão crucial da ciência arqueológica – a terminologia – Gerville é então seduzido pela missão que passa a abraçar, a reforma do léxico dos historiadores de arte.

Assim, o vocábulo adaptado por Gerville procura, entre outros aspetos, aludir à origem comum deste estilo Europeu e que se encontra em Roma. Todavia, Bizzarro valoriza a anterioridade inglesa na identificação desta relação entre o românico e a arquitetura da Roma Antiga, que vai estar também ela na origem etimológica da palavra *romanesque*. Conforme nos informa a autora americana, W. Gunn manteve sempre uma estreita relação com John Flaxman, tendo com este escultor partilhado do contacto direto com Roma, onde vieram a estudar a gloriosa arquitetura e história imperial²⁸. A correspondência trocada por ambos não só está repleta de italianismos, como também acusa uma preocupação: a da procura da relação entre Inglaterra e a Roma Clássica, ao nível cultural e arquitetónico. Gunn reconheceu a hegemonia cultural romana e assumiu o arco de volta perfeita como sendo o seu ícone arquitetónico.

Estudando a arquitetura que tinham por vernacular, ou seja, a arquitetura medieval, os eruditos ingleses dos séculos XVII e XVIII haviam já identificado

²⁶ RAYOUNARD, 1884.

²⁷ NAYROLLES, 2005: 168.

²⁸ BIZZARRO, 1992: 139.

visualmente a sua descendência face às formas romanas. E foi precisamente esta ligação formal entre o medieval e o romano que forneceu a Gunn a base para nomear a arquitetura românica logo no início de 1800 de *romanesque*²⁹.

O próprio William Gunn justificou a origem da palavra *romanesque*³⁰:

From the utter inability to adopt a term sufficiently expressive, I feel myself under the necessity of modifying one for my purpose. The Italian termination esco, the English and French esque, is occasionally allowable, thus we say, pittoresco, picturesque, and picturesque, as partaking of the quality to which refers. A modern Roman, for instance, of whatever degree, calls himself a Romano, a distinction he disallows to an inhabitant of his native city, whom though long domiciliated [sic], yet from dubious origin, foreign extraction or alliance, he stigmatizes by the term Romanesco. I consider the architecture under discussion in the same point of view.

Assim, de acordo com a justificação dada por Gunn, a opção por este nome para designar a arquitetura em questão teve em conta a sua distância geográfica de Roma e o seu consequente desvio formal relativamente à arquitetura clássica. Ao juntar o sufixo *-esque* à palavra *Roman*, Gunn criou uma palavra com evidentes implicações geográficas e estilísticas³¹. Assim, *romanesque* caracterizava um elemento associado a Roma, de origem estrangeira, mas que jamais seria inteiramente tido como sendo Romano de origem³². Também aqui estamos mais diante de uma “adaptação” do que de uma “invenção”, fruto da identificação de uma arquitetura como “romanesca” pois, não sendo romana, partilha com esta qualidades que a tornam como que sua “familiar”³³.

ROMANE VS ROMANESQUE. UMA QUESTÃO DE NOMENCLATURA?

Tina Waldeier Bizarro procurou identificar as razões porque Gerville não se apropriou diretamente do termo *romanesque* que, como acredita, já conheceria antes de 1818. Todavia, o significado deste termo em francês era outro, associado

²⁹ BIZZARRO, 1992: 141.

³⁰ GUNN, 1819: 6-7 *apud*. BIZZARRO, 1992: 142.

³¹ BIZZARRO, 1992: 142.

³² RECHT, 1998: 115.

³³ Também em espanhol, o adjetivo *romanesco*, apesar de pouco usado, designa aquilo que pertence ou é relativo aos romanos ou às suas artes e costumes. A nomenclatura que prevaleceu neste país ibérico foi a de *románico*, derivada diretamente do francês *romane*. Ao termo *romano* foi acrescentado o sufixo *-ico* e que permitiu completar a sucessão da cadeia artística *clássico-románico-gótico*. Cfr. GUARDIA DE LA MORA, 2007.

antes aos *romans* ou romances de maravilhosas aventuras³⁴. Assim, segundo esta autora, Gerville foi obrigado a modificar a designação inglesa *romanesque*, para assim se afastar de uma tão forte conotação literária, filiando-se antes numa aproximação mais linguística.

A pujança da historiografia inglesa funcionou simultaneamente como meio de competitividade entre os eruditos franceses, tanto mais que se vivia já um período de intenso orgulho e competição nacionais. Assim se poderá justificar o desejo de estabelecer um termo francês sem qualquer precedência inglesa e a adoção do termo *romane* por parte de Gerville, com a sua implícita analogia com a evolução das línguas românicas a partir do latim. O termo *romane* foi, deste modo, transformado num adjetivo descritivo de um estilo arquitetónico, numa evidente recusa em utilizar o termo *romanesque*, pois aparentemente não evocava a relação com Roma (ou com a latinidade?) que Gerville desejava exaltar. Se Gunn procurou estabelecer com a capital do Império Romano uma ligação territorial, minimizando uma distância geográfica, já Gerville pretendeu antes apelar a uma origem comum para um estilo que, um pouco por toda a Europa, foi beber a uma mesma e única fonte, a arquitetura clássica de Roma.

Embora estes dois vocábulos – *romane* e *romanesque* – procurem designar um mesmo período da História da Arte, apresentando talvez uma mesma origem etimológica, a sua diferença não reside apenas no facto de um ser de origem inglesa e o outro de origem francesa. Como vimos, o termo *romanesque* tem na sua origem uma maior preponderância da conotação geográfica e estilística, enquanto que o termo *romane* procurou acentuar uma analogia com a sua congénere linguística³⁵. São, pois, distintas as razões que levaram estes autores a “inventar”/“adaptar” cada uma destas designações, muito embora ambos concordassem no princípio da relação do românico com a Antiguidade (embora esta relação assumia contornos distintos), no entendimento das suas origens e ao nível das principais características do estilo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Romane e *Romanesque*. Duas designações para um mesmo estilo arquitetónico estavam lançadas e iriam começar a criar raízes. Estas expressões, cuja aceitação

³⁴ BIZZARRO, 1992: 143.

³⁵ Refira-se aqui o constante emprego que a disciplina da História da Arte faz, embora com natural acento metafórico, de expressões derivadas da ciência linguística, de que são exemplo “linguagem”, “sintaxe”, “gramática” ou “dialecto”. Cfr. RECHT, 1998: 146. A estas expressões podemos ainda acrescentar o facto de que *lemos* edifícios e de que recorremos ao sistema alfabético (A e B) para descrever o ritmo dos pilares e das colunas. Cfr. O'KEEFFE, 2007: 101.

foi variando de autor para autor, acabaram por se afirmar no panorama das historiografias francesa e inglesa do românico. E, por inerência, também se afirmaram ao nível das restantes línguas europeias que acabaram por adotar uma tradução destes mesmos termos, conforme mais latinas ou mais germânicas³⁶.

Todavia, notamos uma preponderância dada à designação francesa³⁷, fruto da superioridade e da anterioridade tão firmada e divulgada pela sua historiografia sobre a matéria. Recorde-se que a designação *românico* é constantemente referida como sendo da autoria de Gerville sendo que, até à data, foi a custo que fomos encontrando qualquer referência à terminologia de Gunn em bibliografia da especialidade, quer de divulgação, quer de carácter mais técnico e específico.

Contudo, o auxílio prestado por Caumont, a partir de 1824 (data em que este termo foi pela primeira vez utilizado numa publicação), na adoção do termo *romane* foi fundamental para que toda uma geração de estudiosos franceses viesse a definir (e a redefinir) o seu significado, clamando-o como criação basilarmente francesa. *Roman* e *francês* passaram quase a ser sinónimos³⁸, tal como gótico e *opus francigenum*...

BIBLIOGRAFIA

- BARRAL I ALTET, Xavier (2006) – *Contre l'art roman? Essai sur un passé réinventé*. S.L.: Librairie Arthème Fayard.
- BIZZARRO, Tina Waldeier (1992) – *Romanesque Architectural Criticism. A Prehistory*. First Published. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOTELHO, Maria Leonor (2013) – *A Historiografia da Arquitectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: FCG e FCT.
- GUARDIA DE LA MORA, José Enrique (2007) – *La palabra "románico. Etimología y semántica de un vocablo de origen y significado complejos"*. In COBREROS, Jaime, dir. – *ROMÁNICO. Revista de Arte de Amigos del Románico*. Número 4. San Sebastián: Amigos del Románico, p. 50-53.
- GUNN, William (1819) – *Na Inquiry Into the Origin and Influence of Gothic Architecture*. London: Richard and Arthur Taylor, Snoe-Lane.
- KARGE, Henrik (2009) – *De Santiago de Compostela a León: modelos de innovación en la arquitectura medieval española. Un intento historiográfico más allá de los conceptos de estilo*. In MARTÍNEZ DE

³⁶ *Romanisch* (alemão), *Romànic* (catalão), *Románský* (checo), *Romanike* (croata), *Romanske* (dinamarquês e esloveno), *Románsky* (eslovaco), *Románico* (espanhol), *Romaani* (estónia), *Romaaninen* (finlandês), *Romanesco* (galega), *Romanésg* (galesa), *Romaans* (holandês), *Román* (húngaro), *Rómhánúil* (irlandesa), *Romanico* (italiano), *Romānikas* (letão), *Romaninis* (lituano), *Romansk* (norueguês), *Romański* (polaco), *Romanic* (romeno), *Romanska* (sueco), *Romanesk* (turco). Cfr. <http://translito.com/pt/translators/>

³⁷ KARGE, 2009: 170.

³⁸ KARGE, 2009: 170.

- AGUIRRE, Javier & ORTIZ PRADAS, Daniel, *ed.* – *Cien Años de Investigación sobre Arquitectura Medieval Española. Anales de Historia del Arte. Volumen Extraordinario. Actas de las I Jornadas Complutenses de Arte Medieval – Seminário Internacional Complutense, Madrid (14-16 Noviembre de 2007)*. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, p. 165-196.
- NAYROLLES, Jean (2005) – *L'Invention de L'art Roman à l'Époque Moderne (XVIII^e-XIX^e Siècles)*. Collection «Art & Societé». Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- O'KEEFFE, Tadhg (2007) – *Archaeology and Pan-European Romanesque*. Duckworth Debates in Archaeology. London: Duckworth Publishers.
- RAYOUNARD, François (1844) – *Lexique Romano ou Dictionnaire de la Langue des Troubadours, comparée avec les autres langues de l'Europe Latine*. Paris: Silvestre, 6 vols.
- RECHT, Roland (1998) – *Penser le Patrimoine. Mise en scènes et mise en ordre de l'art*. Paris: Éditions Hazan.

CERÂMICA ROMANA IMPORTADA NA FOZ DO DOURO: UMA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CASTELO DE GAIA (V. N. GAIA, NORTE DE PORTUGAL)

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA*
RUI MORAIS**
MARÍA ROSA PINA-BURÓN***
ROGER PRIETO DE LA TORRE****

Resumo: A colina do Castelo de Gaia é um dos locais mais emblemáticos da ocupação humana na foz do rio Douro. Numa das intervenções arqueológicas ali realizadas, em 2008, motivada pela necessidade de avaliação prévia de um projeto imobiliário, encontraram-se restos de estruturas da época romana e significativo espólio cerâmico.

Observaram-se as cerâmicas de importação procedentes desta intervenção a fim de analisar a circulação e consumo de recipientes em diferentes momentos da ocupação romana na região. Nas produções mais antigas destacam-se formas do séc. I a.C., como ânforas vinárias provenientes da zona campana. Muito significativas são também as produções tardo-antigas, representadas por ânforas orientais, a par de *sigillata* e cerâmicas comuns.

Palavras-chave: Comércio Antigo; Cerâmica Romana; Lusitânia; Castelo de Gaia.

Abstract: The hill known as 'Castelo de Gaia' is one of the main places of ancient human occupation at Douro's river mouth. An archaeological excavation that occurred there in 2008, due to a previous archaeological evaluation of a building project, led to the discovery of Roman ruins and relevant ceramic finds.

This paper focuses the imported wares set, providing data to further analyse on certain vessels' circulation and consumption in different moments of Roman presence in the region. Amongst the most ancient wares there are types of the 1st century BC, like Campanian amphorae used for wine trade. Several Late-Antique productions were also identified, like Oriental amphorae, as well as LRC fine wares and other imported table ceramic.

Keywords: Ancient Trade; Roman Ceramic; Lusitania; Gaia's Castle.

* BBolseiro de Doutoramento da FCT/ CITCEM/ Projeto HAR 2014-51821-P. ampsilva@hotmail.com. ampsilva@hotmail.com.

** FLUP/ DCTP/ CECH. rmora@letras.up.pt.

*** Doutorando da UNED/ Projeto HAR-2012-34422. mrosapina@geo.uned.es.

**** Arqueólogo independente. rogerprieto@gmail.com.

A COLINA DO CASTELO DE GAIA

O relevo da margem esquerda do rio Douro, com uma altitude máxima na ordem dos 78 metros, conhecido como Castelo de Gaia é um dos sítios mais significativos e emblemáticos para o estudo da ocupação humana no curso terminal do rio Douro (Fig. 1). A instalação de um castelo durante a Idade Média, a que se associam curiosas lendas evocativas da tensão entre poderes locais e o domínio de invasores¹, potenciou a subsequente urbanização da zona, mas a ocupação humana daquele relevo remonta a épocas muito anteriores, nomeadamente à época do Bronze Final.

As primeiras escavações arqueológicas no Castelo de Gaia tiveram lugar na parte superior da elevação em 1983-1985, tendo revelado restos de construções e espólio de época romana e alguns materiais cerâmicos proto-históricos². Entre 1989 e 1992, nova intervenção, desta vez num edifício religioso da encosta nordeste, identificou “um edifício paleocristão, violentamente destruído no século VI”, para além de espólio proto-histórico e romano em depósitos secundários³. Entre 1999 e 2004 realizou-se a escavação mais extensiva, na encosta sudeste, no quadro de um projeto construtivo da empresa de vinhos Taylor Fonseca S.A., resultando desta intervenção, para além de um volumoso espólio ainda não estudado, a deteção de estruturas proto-históricas, romanas e de outras épocas, com destaque para um troço de algumas dezenas de metros de uma muralha datada do século I⁴.

Desde então ocorreram no monte do Castelo de Gaia numerosas intervenções arqueológicas, todas elas como medida preventiva de avaliação prévia de projetos imobiliários, cujo elenco seria fastidioso⁵, sendo todavia neste contexto que se inserem os trabalhos arqueológicos cujos materiais serviram de base ao presente estudo.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Entre os dias 7 de julho e 16 de setembro de 2008 foram realizadas 14 sondagens de 4x4m, num total de 224 m², no espaço ocupado pela antiga sala de concertos “Hard Club” e terrenos limítrofes, que puseram a descoberto uma série de estruturas pertencentes a diferentes períodos históricos e permitiram a recuperação de um importante espólio arqueológico, composto por cerâmicas, moedas, vidros e objetos

¹ REGO, 2015.

² SILVA, 1984; 1986.

³ GUIMARÃES, 1989; 1995a:132-9; 1995b.

⁴ CARVALHO; FORTUNA, 2000; CARVALHO, 2003.

⁵ SILVA, 2017.

metálicos, com um horizonte cronológico que abarca desde a Idade do Ferro até à atualidade⁶. A zona intervencionada distribui-se por três socalcos situados na encosta nordeste do Castelo de Gaia, o superior com uma cota média de 21,5 m, o médio a 18,5 m e o inferior a 6 m acima do nível médio da água do mar.

No socalco inferior, mais próximo ao rio e ocupado por dois edifícios do séc. XVIII-XIX, foram abertas três sondagens (Números 1, 2 e 3), nas quais não se detetou qualquer estrutura arqueológica. Na verdade, os materiais antigos e contemporâneos aí recuperados apareceram descontextualizados e as sondagens mostraram também uma grande variabilidade da profundidade do terreno geológico. Toda a área, aliás, encontra-se muito afetada pela nivelação do terreno na altura da construção dos edifícios, sendo o seu elevado revolvimento reflexo direto do escorrimento de materiais oriundos das plataformas superiores e da ocorrência de cheias no rio Douro ao longo de vários séculos.

No socalco superior foram abertas 11 sondagens, que revelaram muros pertencentes a diferentes períodos cronológicos. Este terraço, suportado por um muro de três metros de altura feito com pedras de granito de grande porte, foi destinado ao cultivo até ao século XX.

A nível estratigráfico, as primeiras camadas descobertas nas diferentes sondagens apresentavam uma sucessão de terras húmusas depositadas para a prática da agricultura, com uma potência média de um metro e um espólio de materiais antigos e contemporâneos misturados. Por baixo da camada de terras húmusas existe uma camada de argila alaranjada que cobre estruturas datáveis da Idade do Ferro e da Romanização. Para uma melhor compreensão da sobreposição, estas estruturas foram separadas e numeradas em conjuntos contemporâneos entre si.

É importante destacar uma espécie de “salto” cronológico observado no espólio arqueológico, uma vez que praticamente não existem materiais dos períodos posteriores à romanização até ao séc. XVIII, o que também se verifica nas sondagens realizadas à beira-rio. Este facto pode dever-se à falta de ocupação durante este período ou aos trabalhos realizados na Época Moderna para a realização do socalco, que poderão eventualmente ter eliminado estratos, parecendo-nos mais provável a primeira hipótese.

⁶ As informações relacionadas com a intervenção são essencialmente um resumo do respetivo relatório técnico-científico (BARBOSA & PRIETO, 2011).

ESTRUTURA 1 – MURALHA (?)

Identificada unicamente na Sond. 4, a estrutura atravessa a sondagem em direção SE perpendicularmente ao muro de suporte do socalco. A estrutura tem uma largura de 1,30m e três fiadas de pedras de pequenas dimensões com cerca de 0,4 m de altura. O aparelho dos dois alçados é pouco robusto, com juntas preenchidas por argamassa argilosa e o interior cheio com pedras pequenas e terra (Fig. 1).

Os materiais provenientes das terras que cobriam a estrutura são do período da romanização. Não foi detetada qualquer vala de fundação, encontrando-se esta estrutura diretamente assente numa camada com cerâmica castreja mais tosca, alguns materiais porventura de origem púnica e sem quaisquer cerâmicas romanas. O espólio exclusivamente castrejo nas camadas imediatamente inferiores revela o escorrimento de materiais provenientes de uma ocupação anterior da encosta.

A Estrutura 1 parece, assim, ser uma muralha que acompanha a vertente do monte e tem a mesma orientação que a Estrutura 2. É difícil determinar o momento da sua construção, mas podemos sugerir um horizonte cronológico dos séculos II-I a.C. tendo estado em utilização até ao séc. II d.C.. Provavelmente teria uma função defensiva ou de delimitação do espaço ocupado pela construção do edifício adjacente (Estrutura 2) podendo eventualmente prolongar-se do topo do monte até à base.

ESTRUTURA 2 – EDIFÍCIO

A esta estrutura pertencem os muros encontrados nas sondagens 4, 5, 6 e 14, correspondentes a um edifício de grandes dimensões do qual foi descoberto um muro com um comprimento mínimo aproximado de 20m (Figs. 2c, 2d).

Este muro, correspondendo à sua fachada sul, apresenta uma largura média de 0,80m, tendo aparelho constituído por duas faixas de pedras faceadas de médias dimensões unidas com argamassa, com o miolo cheio por pedras pequenas. O muro tem uma orientação SO, pelo que aparece na diagonal no socalco atual. Nele, nascem de forma perpendicular vários muros divisórios de compartimentação com orientação NE. Os muros apresentam uma largura média de cerca de 0,35m e três fiadas de pedras bem aparelhadas, unidas por argamassa, com o interior cheio por pedra miúda. É de destacar a regularidade destes muros, formando grandes divisões de um equipamento com função desconhecida. Dentro da uma das divisões formadas por estes muros perpendiculares apareceu o topo de uma estrutura semi-circular, provavelmente um silo, em alvenaria. Esta unidade, com dois metros de diâmetro, é formada por pedras de dimensões médias, com a face voltada para

o interior, e poderá ter servido para armazenamento de bens alimentares ou outra utilização de carácter industrial.

Não foi identificada a fachada norte deste edifício, mas tendo em consideração a sua orientação em relação ao socalco, esta seguramente desapareceu na sua maior parte por ocasião da construção do muro de contenção de terras atual, podendo talvez estar ainda preservada no extremo NE da plataforma. Também não foi possível delimitar os limites este e oeste da construção. No primeiro caso o limite máximo seria a Estrutura 1, pois o edifício parece ter sido orientado em relação com aquela construção, sendo provável que a muralha corresponda ao seu limite a este. No caso da fachada oeste a situação é parecida à do limite norte: não foi identificada, mas caso tenha sido preservada deve encontrar-se no pequeno espaço delimitado pelo muro do socalco e o extremo oeste da fachada norte, tendo provavelmente desaparecido na sua maior parte.

A ereção desta estrutura parece datar do séc. I a.C. e o seu uso pode ter-se prolongado até ao séc. II da nossa era. Dentro dos compartimentos da estrutura apareceu um abundante espólio composto por cerâmicas castrejas e romanas comuns, fragmentos de *tegula*, cossoiros, vidros, um *pondus*, *terra sigillata*, cerâmica cinzenta fina e ânfora (Dressel I e Haltern 70) pertencentes na sua maior parte aos séc. I a.C. – I d.C. sendo de destacar os contentores destinados à armazenagem.

A localização desta grande estrutura a meio da encosta parece descartar uma eventual função agrícola. A presença de grandes salas, um possível silo de grandes dimensões e o abundante espólio de contentores cerâmicos sugerem a sua utilização como armazém ou entreposto comercial de produtos transacionados através do rio Douro, com destino ao interior do território ou base para a exportação de mercadorias por via marítima. Reforça esta ideia a sua posição junto ao atual porto fluvial de Vila Nova de Gaia o que parece atestar as boas condições do local para este tipo de operações, não obstante a cota do rio e as condições orográficas das suas margens terem sido por certo diferentes em época romana.

Não foram encontradas estruturas anteriores sob esta edificação mas o material castrejo de cariz mais tosco é muito abundante nos níveis imediatamente inferiores, o que pode indiciar o escorrimento do topo da colina ou uma ocupação anterior que as sondagens não foram suficientes para pôr em evidência.

ESTRUTURAS 3, 4 E 5

Na Sondagem 8 foram identificados muros de época romana associados a um piso, possivelmente dos séculos I-II d.C., muito afetados pela prática agrícola no socalco. O péssimo estado de conservação destas ruínas (Estrutura 3) impede a

formulação de qualquer hipótese em relação à sua função ou a uma possível relação com o edifício adjacente. Na Sondagem 9 apareceu um muro tosco formado por grandes pedras, sem face, voltado a sul (Estrutura 4), que poderia constituir um muro de suporte de um terraço anterior, possivelmente formado em época romana. Cronologicamente este muro parece datar do séc. I d.C.. Finalmente, nas Sondagens 11, 12 e 13 foi detetado um muro de contenção de terras (Estrutura 5), associado a um piso que parece corresponder a um antigo caminho. A sua cronologia poderá remontar à Idade Média, tendo sido provavelmente desativado no século XVIII, aquando da construção do edifício do soalco imediatamente inferior, e substituído por um outro a uma cota mais alta.

OS MATERIAIS CERÂMICOS IMPORTADOS

Nas 14 sondagens arqueológicas foi recolhido um conjunto artefactual computado em 4390 objetos, composto na sua larga maioria (92,3%) por fragmentos de cerâmica doméstica, embora também se registem materiais cerâmicos de construção, na maior parte romanos, vidros, metais e outros itens⁷. Entre a cerâmica doméstica verifica-se uma distribuição cronológica onde predominam a olaria castreja (46,8%) e a cerâmica romana (36,8%), correspondendo o restante a fragmentos de louças modernas e contemporâneas.

Entre as produções da época romana (1 490 fragmentos) o relatório da intervenção arqueológica regista a presença de um apreciável número de restos anfóricos, em número superior a duas centenas, a par de *terra sigillata* e produções de cerâmica cinzenta fina em proporção muito menor, achando-se a maior parte das recolhas classificadas como cerâmica comum e outros tipos não discriminados⁸.

O trabalho que apresentamos decorre da revisão sistemática dos fragmentos de contentores anfóricos, com análise quantitativa, e uma observação geral das restantes cerâmicas para rastrear a presença de produções de importação significativas do ponto de vista cronológico, mas aqui sem apreciação quantificada, dada a presença de numerosos fragmentos de pequena dimensão e impossível atribuição tipológica ou cronológica. O nosso propósito foi o de tentar perceber melhor, a partir dos materiais desta intervenção arqueológica, os materiais exógenos chegados, em diferentes momentos, ao Castelo de Gaia, e não tanto proceder a qualquer

⁷ BARBOSA & PRIETO, 2011: 39.

⁸ BARBOSA & PRIETO, 2011: 39.

Quadro 1. Distribuição das ânforas por proveniência, tipos e partes do recipiente (NF = N° de fragmentos).

Procedência	Tipo	Bordo	Asa	Fundo	Outro	NF
Itália	Dressel 1 A	9				9
	Dressel 1 B	2				2
	Dressel 1 C	1				1
	Dressel 1		10	2	1	13
Bética	Haltern 70	20	31	10	3	64
	Dressel 20		2			2
	Dressel 32		2			2
	Ramón T-7433	5				5
	Dressel 7/11	2	4	1	1	8
	Beltrán II A	1				1
	Beltrán II B	3				3
	Baia Cádiz indet.		4		2	6
Betica Indet	1			5	6	
Lusitânia	Ovoíde Lusit.	4		1		5
	Dressel 14	6	1	1		8
	Almagro 50		2			2
	Almagro 51 C		3	1		4
	Lusitana indet.	1	9	1	11	22
Oriente	LRA 1	7	12		1	20
	LRA 2	3	8	2		13
	LRA 3	1	1	1		3
	LRA 4	1	1			2
	LRA 5				1	1
	LRA 7		2			2
África	Key LXII/XLII A	2				2
	Africana indet.	1				1
	Africana Tripolitana		1			1
Totais		70	93	20	25	208

revisão ou reinterpretação dos resultados das sondagens conforme expostos no relatório da intervenção.

Desta forma, classificámos e inventariámos em base de dados própria um conjunto de 208 fragmentos de ânforas (Quadro 1)⁹ e 17 outras peças correspondentes a produções claramente importadas e significativas pelo seu carácter incomum ou valor cronológico. O material anfórico identificado (Nº de Fragmentos) encontra-se descrito, por área de origem, tipo e parte do recipiente no Quadro 1. Seguidamente, foi calculado o Número Mínimo de Indivíduos (NMI) a partir do protocolo para a quantificação de cerâmicas que resultou da Mesa Redonda de Mont Beauvray¹⁰.

Assim, os Gráficos 1 e 2 exibem a distribuição dos mesmos contentores mas agora a partir do número mínimo de vasilhas registado, ou seja, resultante da recontagem das peças após o trabalho de recomposição física e agrupamento morfológico dos fragmentos tipologicamente identificadores (bordos, asas e fundos). Seguindo as recomendações do protocolo mencionado e outra bibliografia¹¹, escolhemos em cada caso o valor mais alto da soma dos elementos formais contados individualmente, dividindo por dois o número das asas, naturalmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No conjunto das ânforas recolhidas nestas escavações do Castelo de Gaia predominam as ânforas alto-imperiais de fabrico bético e lusitano, com mais de metade dos exemplares. Menos abundantes são as produções itálicas e de fabrico oriental e africano.

Como se pode observar no Gráfico 1 as ânforas béticas são mais abundantes, com 40% de representação, seguidas pelas produções orientais, com 19%, e pelas produções itálicas e lusitanas, ambas com 18%. Por fim, corresponde a apenas 5% do total o conjunto das ânforas de fabrico africano.

Como ainda se observa no Quadro 1 e no Gráfico 2, as produções mais antigas estão exclusivamente representadas por ânforas vinárias tardo-republicanas do tipo Dressel 1 (Fig. 3, números 1 a 6)¹². Destas predominam as variantes mais antigas do tipo Dressel 1A, com nove exemplares (Fig. 3, números 1 a 4), datáveis dos anos de 140/130 a meados do séc. I a.C..

⁹ A diferença para o valor quantificado no relatório da intervenção (224 unidades) deve-se à presença de fragmentos imprecisos ou inclassificáveis pelo seu estado ou dimensão.

¹⁰ ARCELIN & TUFFREAU-LIBRE, 1998.

¹¹ ORTON *et al.*, 1993.

¹² O nº de inventário das peças desenhadas indica o registo na base de dados realizada, seguido do contexto de recolha.

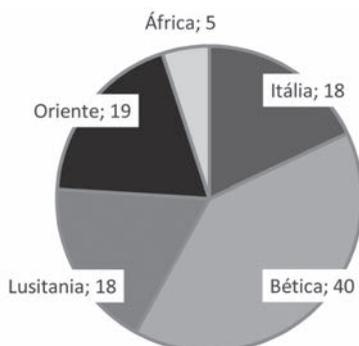


Gráfico 1. Distribuição de ânforas (%) por áreas de produção (cálculo a partir do NMI).

De entre as produções béticas, destacam-se, como seria de prever¹³, as ânforas multiusos do tipo Haltern 70 fabricadas no vale do Guadalquivir entre 50 a.C. e 80 d.C., com 19 exemplares (Fig. 3 – 7 a 12). As restantes produções béticas apenas estão representadas por uma ou duas unidades de cada tipo e correspondem a ânforas das classes Dressel 20 (séc. I-II) e 23 (séc. III-V), igualmente fabricadas no vale do Guadalquivir e destinadas ao transporte de azeite; e a produções gaditanas, as mais antigas do tipo Ramón T-7433, datáveis de entre 150 a.C. e o câmbio de era (Fig. 4, nº 15), mas também as Dressel 7-11, produzidas sensivelmente entre 40 a.C. e os finais do século I da nossa era (Fig. 4 – 13 e 14) e, finalmente, as mais recentes Beltrán IIA e IIB, que circularam principalmente nos séculos I e II (Fig. 4, 16), tipos frequentemente associados ao transporte de preparados piscícolas.

As produções lusitanas estão presentes com 12 exemplares de diversas formas, todas elas associadas também ao comércio de preparados de peixe. Estão melhor representadas as produções mais antigas, enquadráveis nas chamadas ânforas “ovóides lusitanas” (Fig. 4 – 17 a 20), datadas de entre 50 a.C. ao primeiro quartel do século I¹⁴ e o tipo de larga duração (séculos I a III) Dressel 14 (Fig. 4, 21 e 22), com quatro e cinco unidades, respetivamente. Para além de uma forma indeterminada (dado o seu excessivo estado de fragmentação), as restantes ânforas lusitanas datam do período médio e baixo-imperial e apenas estão representadas por um exemplar Almagro 50 e outro do tipo Almagro 51C.

Com exceção dos últimos tipos lusitanos referidos, as produções tardias provém do Mediterrâneo oriental e do Norte de África. Neste subconjunto predominam as ânforas orientais, com 13 exemplares, de fabricos e tipos atribuíveis a produções do Mediterrâneo oriental (tipos Late Roman 1, 2 e 3) e da área da Palestina (Late Roman 4/Almagro 54 – Fig. 5, 34 – e LRA 5) e Egito (tipo Late Roman 7).

¹³ CARRERAS & MORAIS, 2012: 419-441.

¹⁴ MORAIS 2004, 36-40; MORAIS & FABIÃO, 2007, 127-133.

Apesar desta diversidade pode constatar-se que têm maior presença os produtos do Mediterrâneo oriental, do tipo Late Roman 1 e 2, com nove exemplares no total (Fig. 5 – 25 a 33). Trata-se, como é sabido, de contentores de larga vigência cronológica, entre os meados do séc. III (LRA 1) e o século VII, se bem que pontualmente possa afinar-se a cronologia de algumas peças com base em paralelos publicados, como sucede com o exemplar nº 30 da Fig. 5, atribuível à 1ª metade do século V¹⁵. As produções africanas, com apenas três exemplares, são de fabrico tunisino, dois do tipo Key LXII (de finais do séc. V a inícios do VII) e um contabilizado como indeterminado devido ao estado de fragmentação em que se achou (Fig. 5, números 23 e 24).

No conjunto das produções cerâmicas identificadas, cabe ainda destacar a presença de alguns exemplares importados de *terra sigillata* alto e baixo imperial, que parecem acompanhar estes produtos anfóricos. É o caso de produções itálicas, enquadráveis no período da transição de milénio e a primeira década do século I, e de produções tardias de origem africana e foceense. De entre estas referimos em

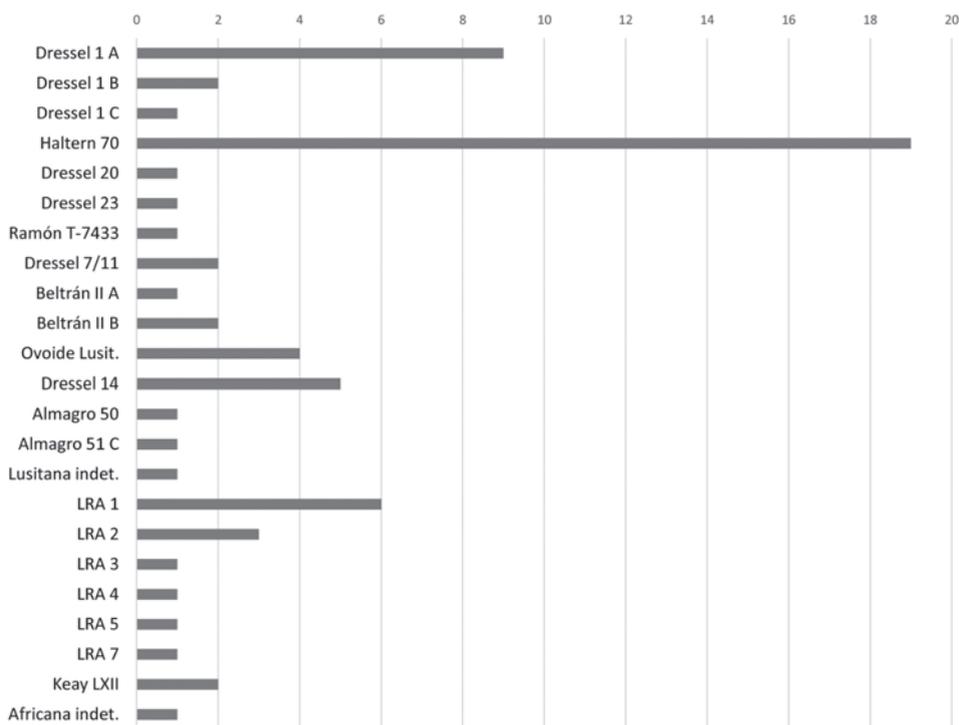


Gráfico 2. Tipos e quantidades de ânforas (NMI).

¹⁵ KARAGIORGOU, 2001: 130, fig. 7.1, nº 3.

particular um fragmento foceense do tipo Hayes 3, var. B, que está melhor conservado e pode datar-se de entre os anos de 450 e 475 (Fig. 6, nº 40).

No âmbito das produções de cerâmica comum – naturalmente as mais abundantes nesta estação arqueológica – assinala-se a presença de mais de uma dezena de exemplares importados de origem peninsular e oriental. Os primeiros estão representados por um fragmento de prato de origem lusitana, (Fig. 6, nº 39) e seis fragmentos béticos, incluindo um almofariz (Fig. 6, nº 35). Os segundos repartem-se por nove exemplares, dos quais se destaca um almofariz (Fig. 6, 36), um pratel com a forma Hayes 3B (Fig. 6, 37), um pote (Fig. 6, 38) e ainda dois fragmentos de disco de lucerna (não ilustrado dado o seu excessivo estado de fragmentação) com um fabrico afim ao das ânforas Late Roman 1, que são, como vimos, as melhores representadas entre os produtos orientais.

Desta forma, a reavaliação das cerâmicas importadas exumadas desta intervenção arqueológica do Castelo de Gaia, vem comprovar a dinâmica da circulação de louças e produtos exógenos em dois momentos particulares: o período tardo-republicano e a antiguidade tardia, confirmando dados de outras estações próximas que vêm sendo objecto de estudo¹⁶.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCELIN, Patrice; TUFFREAU-LIBRE, Marie, dir. (1998) – *La quantification des céramiques: conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont-Beuvray (...) avril 1998*. Glux-en-Glenne
- BARBOSA, João P.; PRIETO, Roger (2011) – *Rei Ramiro Terraces (RRT08). Sondagens de avaliação prévia. Rua do Rei Ramiro/Cais de Gaia. Santa Marinha. Vila Nova de Gaia. Relatório Final*. Porto: Logiark. Serviços Arqueológicos. Relatório dactilog.
- CARRERAS, César; MORAIS, Rui (2012) – The Atlantic Roman trade during the Principate: new evidence from the Western Façade. *Oxford Journal of Archaeology*. 31 (4). Oxford, p. 419–41
- CARVALHO, Teresa P. (2003) – As ocupações no Castelo de Gaia - problemas de arqueologia urbana. *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*. 2. Porto, p. 823-41
- CARVALHO, Teresa P.; FORTUNA, Jorge (2000) – Muralha romana descoberta no Castelo de Gaia. *Al-Madan*. 9. Almada, p. 158-62
- GUIMARÃES, J. Gonçalves (1989) – Escavações arqueológicas na Igreja do Bom Jesus de Gaia. *Boletim da Assoc. Cultural Amigos de Gaia*. 28. V. N. Gaia, p. 17-25

¹⁶ Depois de entregue o presente texto tivemos conhecimento da existência de mais 16 fragmentos de ânfora procedentes desta intervenção a que não pudemos ter acesso para estudo, pelo que não devem considerar-se definitivas a contabilização e estatística apresentada, sem que, provavelmente, estejam em causa o quadro geral e as conclusões a que chegámos.

- (1995a) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Univ. Portucalense
- (1995b) – Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia. In *Actas da IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Univ. Nova de Lisboa, p. 429-41
- MORAIS, Rui (2004) – Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmphores ovoïdes tardo-republicanes. Les àmphores ovoïdes de producció Lusitana. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. [Monografies del Casc 5]. Girona, p. 36-40
- MORAIS, Rui; FABIÃO, Carlos (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. *Actas del Congreso, Cetariae. Salgas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad* (Cádiz, (...) 2005). BAR International Series 1686. Oxford, p. 127-33
- KARAGIORGOU, Olga (2001) – The Late Roman 2 amphora: a container for the military annona on the Danubian border? In Kingsley, S. and Decker, M. (eds.) – *Economy and exchange in the East Mediterranean during Late Antiquity*. Oxford: Oxbow, p. 129-166
- ORTON, Clive; TYERS, Paul & VINCE, Alan (1993) – *Pottery in Archaeology*. Cambridge: Cambridge Univ. Press
- REGO, Pedro (2015) – A Lenda ou as Lendas de Gaia. *Boletim da Assoc. Cultural Amigos de Gaia*, 81. V. N. Gaia, p. 36-43
- SILVA, António Manuel S. P. (2017) – As construções do lugar. História(s) e Arqueologia(s) do Centro Histórico de Gaia. In SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação. Conferência internacional de Vila Nova de Gaia, 2015*. Vila Nova de Gaia/Porto: Gaiurb, EEM/Afrontamento, p. 100-37
- SILVA, Armando C. F. (1984) – Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento. *Gaya*, 2. V. N. Gaia, p. 39-58
- (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal; MACS [2ª ed. rev. 2007].

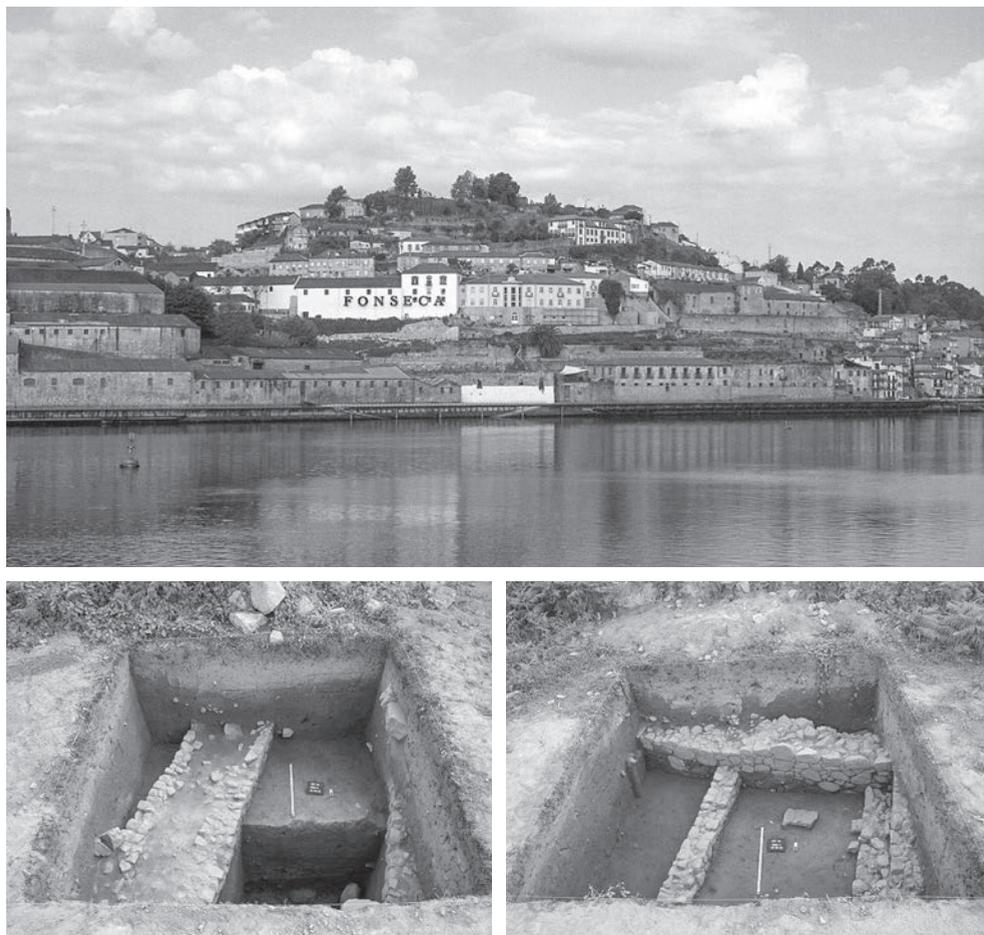


Fig. 1. Vista do Castelo de Gaia. O local da intervenção “Rei Ramiro Terraces” situa-se sensivelmente sob o edifício à direita daquele onde se lê “Fonseca” (foto: A. M. Silva). Em baixo, perspetivas da Estrutura 1 (esquerda) e da Estrutura 2, à direita (fotos: BARBOSA & PRIETO, 2011).

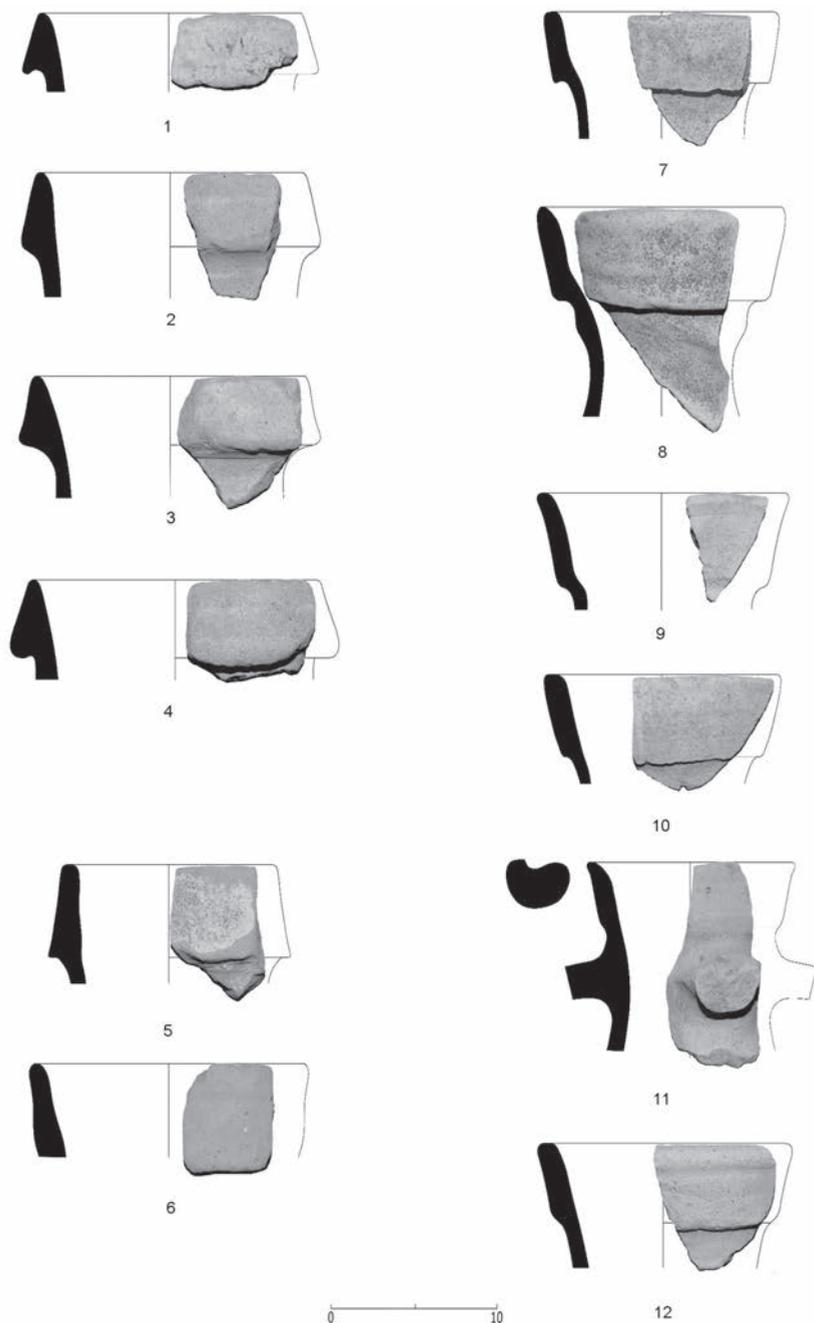


Fig. 2. Ânforas tardo-republicanas itálicas: Dressel 1A: 1 (001UE207); 2 (002UE506); 3 (004UE704) e 4 (005UE704); Dressel 1B: 5 (010UE704); Dressel 1C: 6 (012UE703). Ânforas alto-imperiais béticas (Guadalquivir) Haltern 70: 7 (031UE604); 8 (033UE703); 9 (035UE703); 10 (039UE703); 11 (043UE1404) e 12 (041UE904).

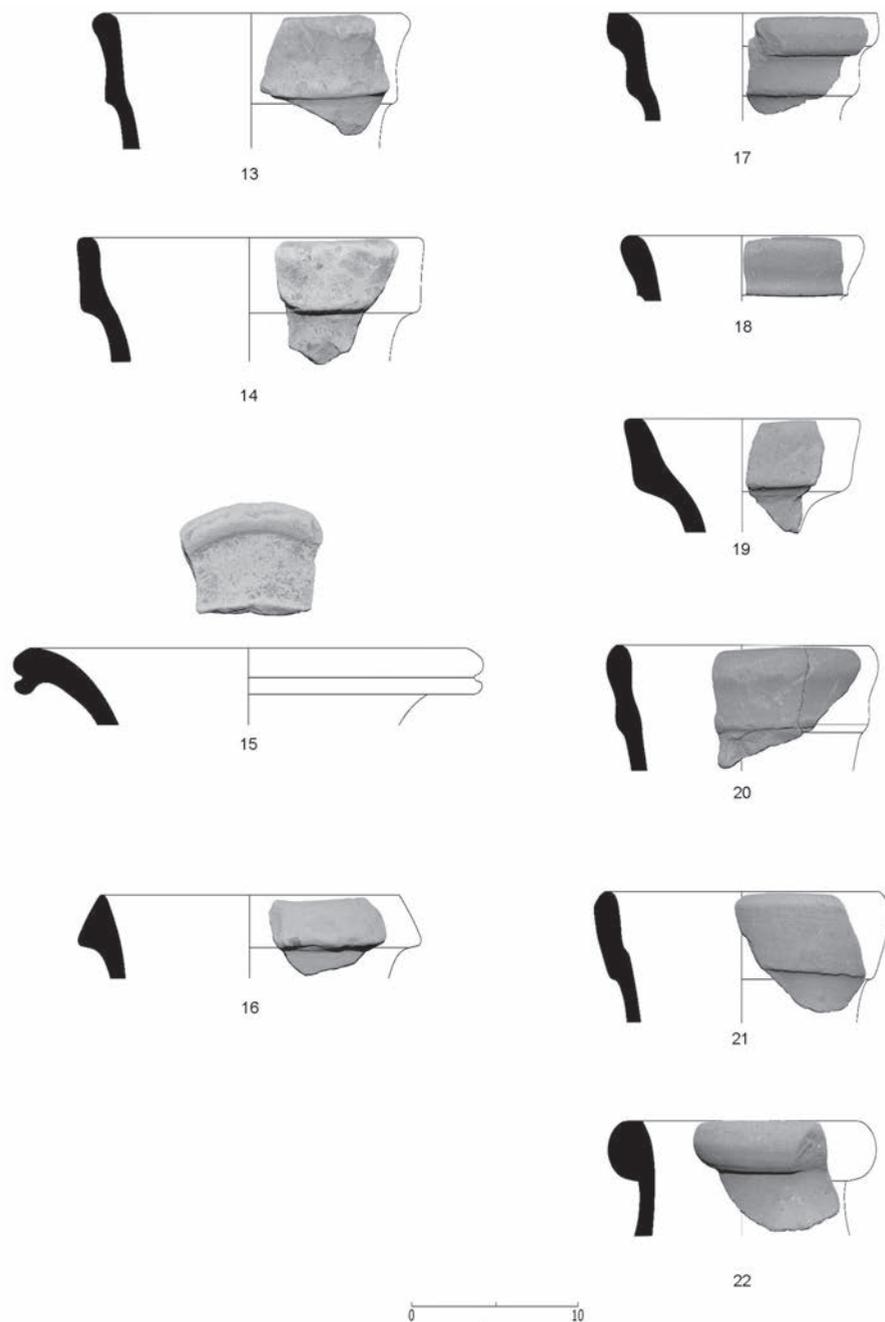


Fig. 3. Ânforas alto-imperiais béticas (Cádiz): Dressel 7-11: 13 (087UE802); 14 (088UE905); T7433: 15 (095UE704); Béltrán IIB: 16 (105UE803). Ânforas ovóides lusitanas: 17 (129UE604); 18 (119UE903); 19 (120UE904); 20 (121UE1403); Ânforas lusitanas Dressel 14A: 21 (125UE703); e Dressel 14B: 22 (124UE703).

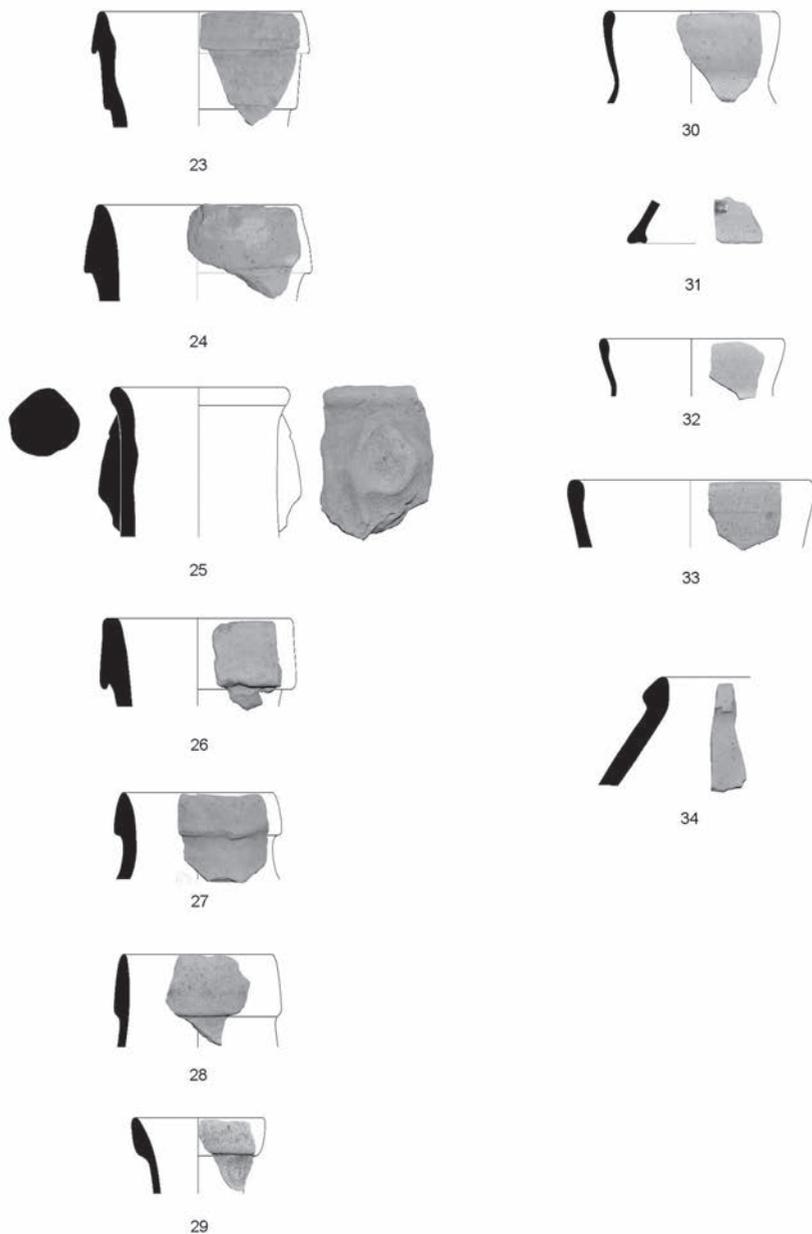


Fig. 4. Ânforas tardias: Africanas Keay LXII e LXII A: 23 (180UE904); 24 (182UE703); Orientais LRA 1: 25 (147UE80X); 26 (145UE604); 27 (150UE1403); 28 (148UE904); 29 (146UE803); LRA 2: 30 (163UE703); 31 (189UE1004); 32 (164UE704); 33 (165UE904); LRA 4: 34 (176UE904).

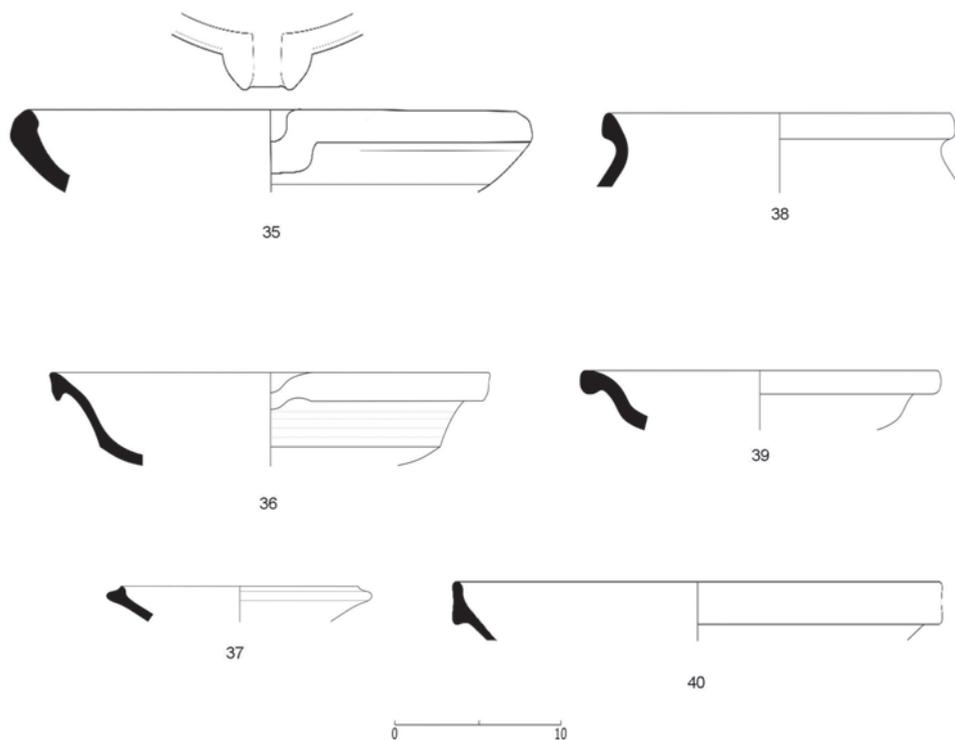


Fig. 5. Cerâmica comum importada: almofariz bético: 35 (192UE703); almofariz oriental tardio: 36 (212UE904); pratel oriental tardio: 37 (223UE1004); pote oriental tardio: 38 (184UE904); prato lusitano baixo-imperial: 39 (191UE904); terra sigillata focense: 40 (225UE1204).

A TOPOGRAFIA HISTÓRICA DE MÉRTOLA NA ANTIGUIDADE TARDIA

VIRGÍLIO LOPES*

Resumo: O presente trabalho inscreve-se numa linha de investigação arqueológica que tenho vindo a desenvolver, desde 1990, no Campo Arqueológico de Mértola (C.A.M.). Os resultados são fruto de diversas campanhas de escavação que tenho levado a cabo como corresponsável, integrado na equipa da instituição e que, de uma forma ininterrupta, em muito têm contribuído para o conhecimento da cultura material e da topografia histórica da cidade de *Myrtilis* e do seu território na Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Batistérios; Complexo religioso; Antiguidade Tardia; Mértola.

Abstract: The theme of the present work is part of an archaeological research that I have been developing since 1990 in Mértola's Archaeological Centre.

The results are the outcome of several archaeological excavations I have carried out as co-responsible, integrated into the institution's team, and that has greatly contributed, on a continuous basis, to the knowledge of the material culture and historical topography of the city of *Myrtilis* city and its territory in Late Antiquity.

Keywords: Baptistry; Religious Complex; Late Antiquity; Mértola.

* Campo Arqueológico de Mértola – Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património. Bolseiro Pós Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. virgilioamlopes@sapo.pt.

INTRODUÇÃO

A história do burgo de Mértola foi, desde sempre, fortemente condicionada por dois factores que moldaram a sua ocupação e a sua importância ao longo do tempo. Em primeiro lugar, a sua localização estratégica: implantado no topo de uma elevação ladeada pelo rio Guadiana, a nascente, e pela ribeira de Oeiras, a poente, possuía excelentes condições naturais de defesa. Em segundo, o ser ponto extremo da navegabilidade do rio Guadiana: a montante da vila, o acidente geológico do Pulo do Lobo, com um desnível de catorze metros, impede a progressão de embarcações para norte, pelo que Mértola adquire importância fundamental como último porto de acostagem. Esses factores tornaram-na num importante entreposto mercantil, em permanente contacto com um vasto território interno e com o Mar Mediterrâneo. Pelo porto da cidade escoavam-se, por exemplo, o ouro, a prata e o cobre extraídos das entranhas da faixa piritosa ibérica, em particular os minerais provenientes das minas de S. Domingos, localizadas na margem esquerda do Guadiana, de *Vipasca* (Aljustrel) ou dos «chapéus de ferro», explorados na zona a Oeste de Mértola. E, claro está, ao porto arribavam as gentes de mil paragens e os mais diversos produtos e artefactos (Fig. 1). Mértola foi, sem dúvida, o porto de *Pax Iulia*, e possivelmente, na Antiguidade Tardia o porto de Mérida.



Fig. 1.
Vista geral de
Mértola e do Rio
Guadiana.

I. A CIDADE

O urbanismo de Mértola foi fortemente condicionado pela situação topográfica pré-existente. A vertente virada ao rio Guadiana implicou que, do lado nascente e sul, se criasse uma estrutura de contenção das construções urbanas. Inevitavelmente, a topografia original levou a que destes lados se tivesse que proceder à construção

de fortes muros para suster e criar plataformas habitáveis que, simultaneamente, constituíam o sistema defensivo da cidade.

A muralha atual tem um perímetro de cerca de 1.291 m e abarca uma área de cerca de 50.000 m², ou seja, aproximadamente 5 hectares. Neste recinto são identificáveis quatro acessos que devem corresponder às portas existentes desde os tempos romanos¹.

Na Antiguidade Tardia, *Myrtilis* manteve a sua importância económica e vocação mercantil. Os dados arqueológicos revelam que a atividade do porto de Mértola não decaiu e, a atestá-lo, estão as diversas importações de cerâmicas do Mediterrâneo oriental. A cidade, em si mesma, era a placa giratória das riquezas comerciais e minerais, que atravessavam o território em carroças ou no dorso de animais e, já embarcadas, desciam até ao mar e daí aos portos mediterrâneos. No sentido inverso chegavam mercadorias exóticas, múltiplos artigos provenientes de outras paragens, bem como outras gentes, com as suas linguagens, cultos e culturas. Este constante vaivém trouxe os primeiros evangelizadores e a nova mensagem começou a florescer entre os patrícios e plebeus da *Myrtilis* romana, numa época em que o culto se oficializava e as várias comunidades religiosas podiam conviver simultaneamente.

As referências documentais da cidade e do seu sistema de defesa são escassas e resumem-se à Crónica de Idácio que refere que «Censorius comes, qui Legatus missus fuerat ad Sueuos, rediens Martyli, obsessus a Rechila in pace se tradidit»². O texto permite deduzir a existência de uma fortificação importante em Mértola, em 440 que, ao ser escolhida por *Censorius* como refúgio, demonstra a capacidade para resistir, durante algum tempo, ao cerco de Requila. A presença sueva, referida por esta fonte, deve ter sido efémera, não tendo ficado qualquer vestígio arqueológico que o demonstre nem registo epigráfico que o ateste.

Os edifícios religiosos

No que se refere à arquitetura religiosa, durante os séculos V-VI d.C., procedeu-se à construção fora de portas, no *suburbium*, das basílicas paleocristãs do Rossio do Carmo, do sítio da Ermida de Santo António e do Mausoléu. Na zona da antiga acrópole, as construções do possível *forum* são, na mesma época, remodeladas e adaptadas às novas necessidades criadas com a introdução do Cristianismo tendo, na parte oeste da plataforma sido erguido um complexo de edifícios para albergar dois monumentais batistérios. Para além das sumptuosas piscinas batismais, chegaram até aos nossos dias vestígios dos pavimentos adornados com painéis de mosaicos

¹ LOPES, 2012.

² IDACIO, 1984: 82.

onde não faltava a policromia dada pelas tesselas de vidro ou pelos vestígios dos frescos que chegaram até nós. A qualidade e a quantidade das edificações correspondem, seguramente, a um forte momento de cristianização da população local.

O complexo religioso

A plataforma, onde está implantado o complexo religioso e o corredor porticado, é suportada por uma construção subterrânea designada por criptopórtico-cisterna. A descoberta desta construção foi feita no início do século XVI, por Duarte de Armas que anota no seu «Livro das Fortalezas» o seguinte: «aqui esta huã abobada atopida muyto booa»³.

Os trabalhos de escavação levados a cabo pelo C.A.M., em finais dos anos setenta do século XX, no interior desta estrutura, que «foi minuciosamente desentulhada durante cinco anos»⁴, revelaram uma galeria com um papel essencialmente estrutural, de contenção e suporte da plataforma de implantação do forum. Assim, no seu lado norte, para suportar maiores pressões numa amplitude mais vasta, o desnível era compensado por um criptopórtico de 32 metros de comprimento, com largura e alturas médias de, respetivamente, 2,70 e 5,80⁵. Equaciono, contudo, que esta galeria teve, no início, várias funções: serviu como elemento estruturante de apoio e sustentação do complexo religioso, integrou o sistema defensivo da cidade e funcionou como local de armazenamento de mercadorias, dadas as temperaturas amenas do interior da galeria durante os meses de Verão.

Nos últimos trinta anos, as escavações da Acrópole puseram a descoberto um conjunto de construções do complexo religioso. Este é constituído pela sala do batistério, um compartimento anexo, situado a norte, uma passagem em cotovelo e um espaço que ladeia a abside; a sul e a norte é delimitado por um compartimento de planta basilical e uma galeria porticada. Este complexo batismal implantou-se na parte noroeste da plataforma artificial onde se teria possivelmente localizado o *forum* da cidade de *Myrtilis*.

Este grande edifício, de planta retangular, continha no seu interior um batistério octogonal implantado no centro de um tanque ou piscina rodeado por um deambulatório. Partindo do espaço central abre-se a leste uma abside de planta em arco ultrapassado onde marcas no solo indicam a possível localização de uma mesa de altar. O pavimento da galeria porticada e o deambulatório estavam cobertos por um belo tapete de mosaicos, do qual se conservam alguns fragmentos.

³ BRANCO, 1997: 6.

⁴ TORRES & SILVA, 1989: 31.

⁵ TORRES & OLIVEIRA, 1987: 618.

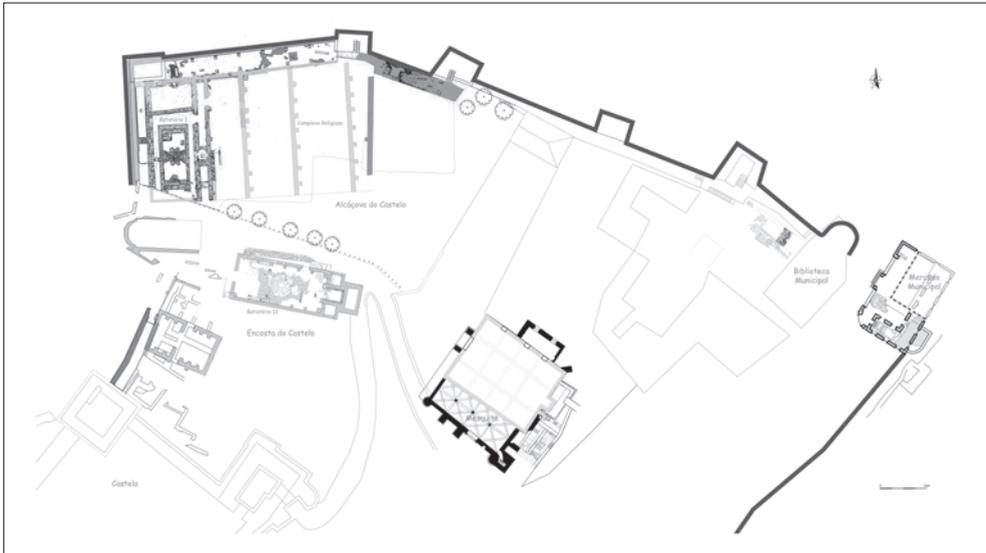


Fig. 2. Planta do complexo religioso.

A pia batismal, com um ressalto em degrau que serviria de assento, é sustentada pelo exterior por oito pequenos absidiólos. A água trazida da encosta do castelo penetrava na pia por uma canalização de chumbo e jorrava no alto de um pequeno pináculo cravado no centro. Alguns lances de degraus permitiam o acesso ao tanque e à pia batismal completamente revestidos com placas de mármore e envolvidos por uma cancela.

Este batistério tem algumas semelhanças técnicas e formais com exemplares da França mediterrânica, do Norte da Itália e de Cartago na Tunísia – todos datados entre os séculos IV e VII. Contudo, é no batistério de Ljubljana (Emona, Eslovénia) que são mais notórias as semelhanças construtivas, tendo os autores que estudaram este conjunto batismal e o pórtico anexo, situado a sua cronologia por volta do século V d.C.. Na costa italiana da Ligúria um complexo batismal, também com elementos semelhantes ao de Mértola, é atribuível a meados do mesmo século (Fig. 2).

Associado ao espaço batismal existe um significativo conjunto musivo, de que fazem parte várias representações mitológicas entre as quais, é de realçar no deambulatório do batistério, um Belerofonte cavalcando o Pégaso para matar a Quimera e, no longo corredor porticado, dois leões afrontados e várias cenas de caça com um cavaleiro empunhando um falcão⁶. Procurando os paralelos para estas representações, não podemos deixar de referir uma pequena capela perto de Hergla, na Tunísia, onde foi descoberto um mosaico em que também são representados dois

⁶ LOPES, 2003.



Fig. 3.
Mosaicos do
complexo religioso.

leões afrontados e uma cena de caça com falcoaria, conjunto datado do século VI d. C. (Fig. 3).

Não é de excluir que tenha sido a mesma equipa de mosaístas, oriundos certamente do Mediterrâneo oriental, a executar todo este trabalho. Se a falta de paralelos bem datados inviabiliza uma cronologia segura, leituras estratigráficas e traços estilísticos permitem atribuir esta obra à primeira metade do século VI d.C. Nessa época, a cidade de *Myrtilis* e os seus comerciantes, estão em contacto com todos os portos do Mediterrâneo nomeadamente com o Próximo Oriente de onde são originários vários personagens sepultados na Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo.

Batistério II

Nos meses de junho e julho de 2013 a equipa do CAM iniciou uma escavação arqueológica na encosta do Castelo de Mértola, que tinha como objetivo a compreensão da sequência ocupacional daquela área. O edifício, onde se insere esta estrutura octogonal, encontra-se em fase de escavação, no entanto, os elementos existentes permitem-nos estimar as suas dimensões interiores: comprimento máximo 23 m e largura 7,75 m.

A piscina tem uma largura exterior máxima de 4,80 m, a profundidade máxima é de 1,52 m, sendo de 1,16 m de profundidade até ao orifício do desaguio. Interiormente, estrutura-se em degraus com distinta altura, sendo o fundo constituído por duas placas de mármore que formam um octógono irregular (Fig. 4).

A quantidade de fragmentos de frescos, recolhidos nos estratos de derrubes, leva a equacionar um programa pictórico em que na composição se destacam figuras humanas, motivos geométricos e florais, e eventuais símbolos. Apesar de



Fig. 4.
Baptistério II.

estar longe de entender a totalidade do programa pictórico, podem ser avançadas algumas considerações: a primeira que nos parece evidente trata-se da pigmentação em tom de azul que, certamente, representa o céu e que teria um lugar central. Seguem-se as representações humanas, das quais apenas chegaram até nós três rostos perceptíveis, e um desenho de uma face sumariamente delineada, da qual só se conservam o desenho dos olhos e do nariz. Apesar de não se conhecer o programa decorativo, os restos identificáveis parecem assemelhar-se aos programas pictóricos das pinturas das catacumbas de Roma⁷ ou com os frescos do Batistério de Barcelona. Estes últimos foram encontrados nas proximidades da piscina do batistério, conservados atualmente no Museu de História de Barcelona, datados arqueologicamente da segunda metade do século VI d.C.⁸

As dimensões da piscina só têm paralelo no batistério de Marselha e ultrapassam claramente os exemplos de Liubiana ou Barcelona, para referir os que mais se assemelham ao caso de Mértola, sendo de salientar que o batistério de Barcelona também estava decorado com frescos.

Em termos de ato batismal existem duas possibilidades documentadas em Mértola. A este respeito C. Godoy Fernández refere: «Desde épocas paleocristãs, a tradição antiquíssima das primeiras comunidades tinha mostrado sempre uma predileção pela imersão completa dos catecúmenos que, naquele tempo, se realizava em fontes de água viva, imitando o baptismo de Jesus no Jordão. Mas também em épocas mais recentes se autorizou o rito de aspersão em caso de não se dispor de

⁷ BOURGUET, 1965; NICOLAI *et al.*, 2000.

⁸ ALBIOL LÓPEZ, 2013: 164.

melhores condições»⁹. E existem também casos, segundo esta autora, em que o ritual poderia ser misto.

O templo anterior à mesquita

A atual Igreja Matriz está situada no limite nascente da plataforma artificial contígua ao complexo batismal e foi cristianizada com a reconquista cristã, em 1238, quando Mértola foi conquistada pelas hostes de Santiago de Espada. Os novos senhores não promoveram novas construções, mais uma vez se reaproveitaram as edificações existentes, reaproveitando as estruturas do antigo castelejo, e se cristianiza a Mesquita, dedicando-a a Santa Maria¹⁰.

A escavação, realizada na parte exterior do monumento, revelou uma estrutura monumental, constituída por silharia de granito reaproveitada, com cerca de 2 m de altura. Estas estruturas foram interpretadas como sendo de uma construção, anterior à mesquita. A escavação ainda revelou um espaço retangular, que se destaca do muro paralelo à mesquita, e que foi interpretado como sendo uma abside¹¹.

Fora desta plataforma onde foi feita a escavação, foi analisado o paramento da estrutura que está na base da atual igreja e constatou-se que este era construído com recurso a silharia de granito, dispostos em fiadas regulares. Com os dados de que disponho coloco a hipótese de se tratar do limite nascente de um edifício, de planta simples, com uma abside retangular, colocada ao centro. Tratar-se-ia de uma construção com cerca de 14 m de largura interior, dos quais 2,5 metros seriam ocupados pela abside; suponho que o limite norte da construção seria coincidente com o atual muro da igreja e com um comprimento a rondar os 20 m.

Pela análise dos materiais epigráficos e arquitetónicos, provenientes das várias obras feitas no edifício e nas imediações, pode-se inferir a existência de vários momentos construtivos. Um primeiro edifício, possivelmente um templo dedicado ao culto imperial, atendendo à epigrafia e aos elementos arquitetónicos aí encontrados, poderá ter estado em funções até aos inícios do século IV. Com a proclamação do cristianismo como religião oficial do estado, certamente o templo sofreu transformações, mas desconhecemos o programa arquitetónico. Contudo a descoberta, no local, de algumas impostas e um cimácio leva a considerar a existência de um templo cristão no século VI – VII naquele local.

⁹ GODOY FERNÁNDEZ, 1989: 607-635.

¹⁰ BOIÇA & BARROS, 2011: 33.

¹¹ GÓMEZ MARTÍNEZ, 2011: 103.

II. O SUBURBIUM

Os principais locais de enterramento da Antiguidade Tardia situavam-se fora de portas, no *suburbium*, junto às principais vias de ligação a *Pax Iulia*.

Os dados referentes aos espaços de culto funerário da Antiguidade Tardia, que foram descobertos na antiga cidade de *Myrtilis*, advêm, essencialmente, dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em monumentos que se encontram, atualmente, em situações distintas de conservação e usufruto: em primeiro lugar, a necrópole da Achada de S. Sebastião e a basílica paleocristã do Rossio do Carmo – ambos os casos foram escavados, musealizados e realizado o respetivo estudo monográfico; em segundo lugar, dois sítios de escavação situados na Rua Afonso Costa, um no subsolo da antiga ermida de Santo António, dita dos Pescadores, onde atualmente se encontra o Cineteatro Marques Duque e ainda o mausoléu.

O mausoléu

Nos anos de 2008 e 2009, as intervenções arqueológicas levadas a cabo no eixo comercial da Vila de Mértola revelaram uma imponente construção. O monumento corresponde a uma construção com um comprimento máximo de 14 m e uma largura de 9,5 m, conservando as criptas alçados com uma altura máxima que rondava 1,78 m e, nas paredes, a cerca de 1,4 m de altura, foram observados vestígios do arranque de duas abóbadas de berço. As criptas possuíam, a nível dos pavimentos, quatro sepulturas de contornos retangulares, com uma orientação nascente-poente. Na parte central da cripta conserva-se uma sepultura intacta, coberta por uma argamassa em *opus signinum*, semelhante aos enterramentos coevos de Mértola.

Os elementos de arquitetura decorativa de grandes dimensões, como um cimácio e um fragmento de coluna, bem como a considerável dimensão das estruturas associadas às criptas, levam a colocar a hipótese de que, pudesse haver um segundo piso cujo acesso poderia ser feito pelo exterior, na parte norte das estruturas. Das camadas de revolvimento, existentes no interior das criptas, verificou-se a existência de argamassa com vestígios de pintura e restos de mosaico.

As informações epigráficas de que dispomos (um epitáfio em grego e outro em latim) apontam para dois enterramentos de jovens adultos, um masculino, com o nome Pedro e com 18 anos de idade, e um outro, do qual não se conhece o nome, que viveu 17 anos, apontam para uma ocupação do espaço situada pelo menos entre os anos 522 (?) e 566¹².

¹² LOPES, 2014.

Basílica do Cineteatro

A mais antiga referência histórica a este edifício provém da obra de Estácio da Veiga, intitulada *Memórias das Antiguidades de Mértola*, publicada em 1880. O autor refere o «limitado reconhecimento que empreendi junto à valleta da estrada, quasi em frente da ermida de Santo Antonio»¹³ e terem ali aparecido três epitáfios funerários, gravados em placas de mármore.

As intervenções arqueológicas desenvolvidas no local no século XXI, contribuíram para a identificação das paredes que, possivelmente, delimitavam o edifício e o dividiam, interiormente, em três naves, tendo a nave central, mais larga, no seu eixo central interior, uma abside. Pelos vestígios observados, depreendo a existência de um templo com dimensões que rondariam os 22 m de comprimento e os 15 m de largura, com a nave central com cerca de 6 metros de largura e as naves laterais com 4 m de lado. O espaço coberto deveria rondar os 330 m². A proposta planimétrica que apresento, de uma igreja com três naves e duas absides afrontadas, baseia-se na probabilidade de estarmos em presença de um templo relativamente simétrico e compartimentado interiormente, como a maior parte dos edifícios religiosos coetâneos.

A escavação arqueológica não nos permitiu saber quando é que a basílica e a necrópole deixaram de funcionar, contudo, apesar das indicações epigráficas nos remeterem para um intervalo situado entre 465 e 518, é perfeitamente admissível que a sua construção se iniciasse em meados do século V, tendo-se prolongando a sua utilização pelas centúrias seguintes.

A Basílica do Rossio do Carmo

Este local foi utilizado como necrópole na Idade do Ferro e no período romano e supõe-se ter existido nesta zona uma área cemiterial desde o século IV a.C., hipótese sustentada pela lápide funerária que estava a ser reutilizada e servia de tampa de uma sepultura paleocristã com «escrita do sudoeste», encontrada nas obras efetuadas em 1993. Posteriormente, o Rossio do Carmo teve uma necrópole de inumação (a partir do final do século I d. C.). A localização junto à via enquadra-se dentro de numa prática comum que estabelecia que, ao passar pelo local dos enterramentos cada um devia prestar constantes homenagens aos seus falecidos antepassados. Esta zona cemiterial antecede a futura basílica ocupando as sepulturas, já no século V, uma área considerável da zona onde se implantaria o templo. Segundo Manuela A. Dias, as inscrições funerárias encontradas no local

¹³ VEIGA, 1983, 117.

permitem com segurança, atestar uma ocupação contínua entre, pelo menos, os anos 462 e 729 d.C.¹⁴.

Tratava-se de uma igreja de três naves, com sete tramos separados por colunas e com duas absides contrapostas, semicirculares e que eram ressaltadas em relação ao corpo do edifício.

Segundo aquilo que os vestígios arqueológicos permitem calcular, a basílica teria cerca de 31,5 m de comprimento por 16 m de largura interior, sendo o comprimento máximo das naves laterais 23,8 m.¹⁵ . Quanto aos sistemas construtivos trata-se de um edifício em alvenaria de pedra argamassada, com espessas camadas de reboco de cal.

Este edifício revela uma funcionalidade funerária em quase todo o espaço interior, bem como nas áreas adjacentes, onde se localizam sepulturas em fossa, escavadas na rocha. A cobertura destes túmulos era feita com *opus signinum* e, em alguns casos, identificados com uma lápide funerária. O conjunto de lápides estudadas por Manuela A. Dias revela não só questões de natureza cronológica ou estilística mas, também, dados de natureza social e geográfica. Através do seu estudo ficou provada a presença em Mértola de várias comunidades humanas oriundas de todo o Mediterrâneo¹⁶.

CONCLUSÕES

Os vários edifícios cristãos de Mértola levam-nos a pensar na existência de uma população numerosa, pois durante o século V-VIII, os casos apontados coexistem em termos da topografia histórica, e a sua extensão espacial aponta para uma relativa dimensão das comunidades de crentes que deles usufruíam. Na igreja do Rossio do Carmo, como constatou Manuela A. Dias, foi sepultado um indivíduo referenciado como «primeiro cantor» da igreja de Mértola. A dimensão e importância que esta comunidade de fiéis teria então nesta localidade está documentada epigraficamente desde 489 com o Presbítero *Satyrio*, até 729 com o Clérigo *Adultheus*.

A juntar a este dado cultural e institucional, destaca-se o programa formal e a qualidade artística do conjunto musivo do baptistério e estruturas anexas, a partir das quais se pode refletir sobre o poderio económico e ligações comerciais e culturais das classes dominantes de então com as civilizações da bacia do Mediterrâneo, onde classicismo, orientalismo e cristianismo se encontram num constante

¹⁴ DIAS & GASPAR, 2006: 135.

¹⁵ MACIAS, 1993: 39.

¹⁶ DIAS, 1993: 103.

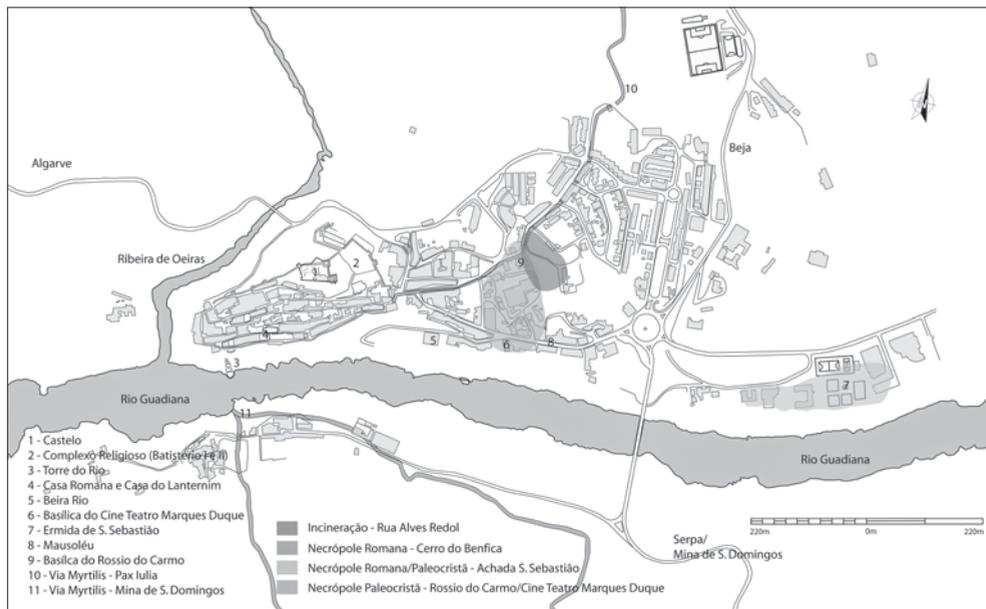


Fig. 5. Planta geral da topografia histórica de Mértola.

processo de trocas e segmentações multiculturais. Não podemos deixar de notar a capacidade de relacionamento atestada em Mértola, desde os primeiros séculos da nossa Era, entre várias comunidades religiosas (Fig. 5).

Conhecemos relativamente bem os espaços funerários, a grande basílica do Rossio do Carmo, a do cineteatro e ainda o mausoléu, templos que albergavam enterramentos no seu interior e no espaço envolvente. Estes locais proporcionaram um importante acervo epigráfico, testemunho de uma elite, onde se incluem epitáfios em latim, em grego e também com simbologia hebraica. A cidade de *Myrtilis* foi uma importante urbe que a partir da segunda metade do século V e durante os séculos VI-VII gozou de prosperidade como o traduzem os vestígios arqueológicos postos a descoberto nas últimas décadas, e que continuam a surpreender-nos com novos achados.

Não posso deixar de terminar este texto sem deixar uma nota pessoal pois é sempre uma satisfação vir ao Porto, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, local onde estudei e cresci... e que tive a sorte de conhecer e ser aluno do professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no distante ano letivo de 1986/7... E com esta comunicação/texto pretendo homenagear o Mestre mostrando aquilo que andamos a fazer a nível arqueológico em Mértola.

Em segundo lugar, ter tido como presidente da sessão uma amiga de longa data, a Doutora Maria de Jesus Sanches. A sua mãe, a tia Adelina, ajudou-me a nascer. A Maria de Jesus ensinou-me a ser arqueólogo...

BIBLIOGRAFIA

- ALBIOL LÓPEZ, E. (2013) – *Una Pintura De Sostre De L'antiguitat Tardana Al Batisteri De Barcelona*, «Quarhis Quaderns D'arqueologia I Història De La Ciutat De Barcelona», Epoca II, Núm. 9, p. 164-183.
- BOIÇA, J. & BARROS, M.F.R (2011) – *A Igreja Matriz De Mértola*. In MACIAS, S., et al., *Mesquita Igreja de Mértola* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 33-88.
- BOURGUET, P. (1965) – *La Peinture Paléo-Chrétienne*, Port Royal, 3, Suíça.
- BRANCO, M. S. C. (1997) – *Duarte de Armas Livro das Fortalezas*, Edição Fac-Similada Ms 159 Da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2ª Ed.). Lisboa.
- DIAS, M. M. A. (1993) – *Epigrafia*, In MACIAS, S., et al., *Museu de Mértola Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 102-138.
- DIAS, M. M. A. & GASPAS C. (2006) – *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português* (Ciptp), Centro de Estudos Clássicos UL, Lisboa.
- DIAS, M. M. A.; GASPAS, C.; LOPES, V. (2013) – *Mértola En La Antigüedad Tardía: Nuevos Datos Arqueológicos y Epigráficos*, «Habis» 44, Universidad de Sevilla, p. 247-267.
- GODOY FERNÁNDEZ, C. (1989) – *Baptistérios Hispánicos (Siglos IV al VIII): Arqueología y Liturgia*. «Actes Du XIe Congrès International D'archéologie Chrétienne» (Vol. 1, Rome: Ecole Française, p. 607-635.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2011) – *Intervenção Arqueológica na Mesquita-Igreja Matriz de Mertola*, In MACIAS, S., et al., *Mesquita Igreja de Mértola* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 89-104.
- IDACIO (1984) – *Idacio, Obispo De Chaves, Su Cronicón*. (Introducción, Texto Crítico, Versión Española y comentario por Julio Campos, Sch. P.). Salamanca: Ediciones Calasancias.
- LOPES, V. (1993) – *Materiais Arqueológicos*, In MACIAS, S., et al., *Museu de Mértola Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, p. 66-100.
- (2003) – *Mértola Na Antiguidade Tardia*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.
- (2008) – *O Edifício Religioso Da Antiguidade Tardia*, In GÓMEZ MARTÍNEZ, S., *Alcáçova do Castelo De Mértola 1978-2008 Trinta Anos De Arqueologia*, Câmara Municipal de Mértola, Mértola, p. 11-21.
- (2014) – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV-VIII)*. Huelva: Universidade de Huelva. Dissertação de Doutoramento. Disponível em <<http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/8053>>, [Consulta realizada em 29/8/2016]
- MACIAS, S. (1993) – *Um Espaço Funerário*. In MACIAS, S., et al., *Museu de Mértola Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, p. 30-62.
- (2006) – *Mértola – O Último Porto Do Mediterrâneo*, 3 Vols., Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.
- MACIAS, S. & TORRES, C. (2011) – *Mesquita de Mértola*. In MACIAS, S., et al., *Mesquita Igreja De Mértola* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 9-31.
- MACIEL, M. J. (1996) – *O Livro V De Architectura de Vitruvio*. In MACIEL, M. J. *Homenagem Ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa: Colibri, p. 325-326.
- TORRES, C. & OLIVEIRA, J. C. (1987) – *O Criptopórtico-Cisterna da Alcáçova de Mértola*. In *II Congreso de Arqueología Medieval Española, Madrid, 1987*. Madrid: [Comunidad de Madrid] T. II, p. 617-626.
- TORRES, C. & SILVA, L. (1989) – *Mértola Vila Museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- VEIGA, E. (1983) – *Memórias das Antiguidades de Mértola*, Edição Fac-Similada de 1880, Lisboa, Imprensa Nacional/Câmara Municipal de Mértola.

A ARQUITETURA NO «LARGO TEMPO DO MANUELINO».

SÍNTESE PRAGMÁTICA E EFICIENTE

TIAGO FILIPE TRINDADE CRUZ*

Resumo: As viagens dos Descobrimentos portugueses, nos séculos XV e XVI, são um dos atos fundadores de uma sociedade globalizada. Ao promoverem trocas de experiências e o conhecimento de outras realidades, potenciaram a confrontação ideológica e a circulação do saber. Pelo surto construtivo sem precedentes que então ocorreu, esta época consubstanciou-se como uma das mais fecundas na História da Arte em Portugal, legando-nos uma arquitetura plena de simbolismo e significados.

Neste contexto, torna-se essencial perceber de que modo estas construções, fruto de uma matriz dinâmica, se concretizam numa desejável síntese: pragmática e eficiente. É fundamental indagar acerca da sua capacidade de questionar a importação de modelos e de que modo problematizam a origem e o sentido das suas «formas e ideias».

Palavras-chave: «largo tempo do manuelino»; Tardo-gótico; Arquitetura; História da Arte.

Abstract: The voyages of the Portuguese Discoveries in the fifteenth and sixteenth centuries are one of the founding acts of a globalized society. By promoting the exchange of experiences and the knowledge of other realities, they potentiated the ideological confrontation and the circulation of concepts. By the unprecedented constructive outbreak that occurred then, this time was consolidated as one of the most fruitful in the History of Art in Portugal, bequeathing us an architecture full of symbolism and meaning.

In this context, it becomes essential to understand how these constructions are realized in a desired synthesis: pragmatic and efficient. It is crucial to inquire about their capacity to question the import of models and how they discuss the origin and meaning of their «forms and ideas».

Keywords: «large time of the manuelin»; Late gothic; Architecture; History of Art.

* FLUP | CITCEM. tiagocruz@tiagocruz-arq.com.

INTRODUÇÃO

As viagens dos Descobrimentos portugueses, nos séculos XV e XVI, desencadearam alterações no entendimento do mundo e do homem, sendo um dos atos fundadores de uma sociedade globalizada. Ao promoverem trocas de experiências e o conhecimento de outras realidades, potenciaram a confrontação ideológica e a circulação do saber. Pelo surto construtivo sem precedentes que então ocorreu «na metrópole, nas ilhas adjacentes e nos demais espaços imperiais portugueses»¹, este período de transição da medievalidade para a época moderna consubstanciou-se como um dos mais fecundos na História da Arte em Portugal, legando-nos um singular conjunto de construções, plenas de simbolismo e significados.

*O panorama de crescimento do Reino português e dos territórios sob sua influência durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521) mostra, a propósito do ambiente artístico então desenvolvido, uma dinâmica nunca antes atingida e um grande esforço de modernização sob tutela centralizada*².

A arquitetura comumente designada como «manuelina», salvaguardando as suas expressões mais precoces, foi desenvolvida e consolidada durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), acompanhando o período inicial do de D. João III (1521-1557). Corresponde à fase final do gótico em Portugal e, à semelhança do que aconteceu com outras formas artísticas europeias da mesma época («Tudor» e «isabelino», por exemplo), associa-se tradicionalmente ao monarca ou dinastia vigente no referido período histórico. Em Portugal, D. Manuel I, assumindo-se como «o César da época moderna»³ patrocinou, durante o período do seu reinado, uma «arquitetura iconológica», definida por Fernando Grilo como «aquela que é concebida de raiz para cumprir simultaneamente várias funções a que, por várias circunstâncias acrescem funções de representação iconológica do encomendador»⁴.

Conforme consta, o termo «manuelino» foi inventado por Varnhagen (1816-1878), em 1842, na sua *Notícia Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém*, e tem estado na base de um amplo debate historiográfico. Foi em torno deste tema que se iniciou, com Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), a crítica comparada na historiografia da arte portuguesa⁵. «[P]ela crítica comparada dos monumentos da

¹ SERRÃO, 2002: 21.

² SERRÃO, 2015, p. 186.

³ DIAS, 2009: 10.

⁴ GRILO, 2015: 208.

⁵ BOTELHO, 2015: 501.

Europa meridional»⁶, é levado a cabo um ensaio relativo às especificidades e fatores diferenciadores da arquitetura da época manuelina.

*Dentro do que geralmente se define por “estilo manuelino” conjuga-se, pois, toda uma série de “rotas” artísticas que vão do tardo-gótico, sequencial do gosto vernacular de construção quatrocentista, a ressaibos mudéjares, platerescos e mesmo nórdicos, a novidades proto renascentistas italianas, a “motivos de retorno”, inspirados no contacto com os modos de ver e sentir de outros povos (Índia, África, Brasil)*⁷.

O superlativo interesse pelas construções deste período está, por um lado, na grande multiplicidade de influências que contribuíram para a sua formulação e que se materializam, com mais ou menos evidência, no património construído e, por outro, por refletirem, tal como já foi referido, uma ampla circulação de «formas e ideias», a mobilidade artística e os intercâmbios culturais à época. A necessidade de abordar este período crítico de mudança social e cultural, com transformações profundas, é crucial. Para além das permanências e continuidades, verificáveis no domínio do construído, esta época é também um prelúdio de ideias, atitudes e modelos claramente modernos.

A arquitetura concebida no «largo tempo do manuelino», enquadrando-se nos modelos europeus, deverá, pois, ser entendida como uma síntese pragmática e eficiente. Desenvolveu-se num período de transição (não apenas artística, mas política, económica e social), congregando os já referidos elementos do gótico final, bem como princípios do pensamento renascentista italiano e maneirista.

Por outro lado, e tal como é do conhecimento geral, o fenómeno do gótico não se desenvolveu uniformemente no continente europeu. Para uma mais eficaz compreensão desta realidade construída é importante considerar novos pontos de vista e reavaliar considerações anteriores. É, pois, neste sentido que aponta a investigação mais recente, nomeadamente a efetuada pela rede de investigação *TARDOGOTICO – Grupo de Investigación de Arquitectura Tardogótica*, em Espanha, o projecto da União Europeia *GOTHICmed – Virtual Museum of Mediterranean Gothic Architecture* e o projecto *MAGISTER – Arquitetura tardo-gótica em Portugal: Protagonistas, modelos e intercâmbios artísticos (séc. XV-XVI)*, entre muitos outros. Estes projetos e novas linhas de investigação, ao proporcionarem um amplo espaço de reflexão e debate de ideias, têm vindo a sugerir renovadas oportunidades de abordagem e novas leituras do nosso património construído.

⁶ VASCONCELOS, 1885: 7.

⁷ SERRÃO, 2002: 28.

1. A MOBILIDADE ARTÍSTICA

1.1. A circulação de formas e ideias

[O]s homens ligados ao universo da pedraria tardo-gótica não conhecem propriamente o conceito de fronteira e como consequência a paisagem arquitetónica do século XV e das primeiras décadas do século XVI é encarada de forma mais ampla e integrada, traduzindo-se num fenómeno transnacional⁸.

A historiografia da arte portuguesa tem-nos demonstrado a importância da mobilidade geográfica como possibilidade de cruzamento de influências e como esta contribui para a formação do gosto de mecenas e de autores. Num sentido mais vasto, e tal como tem vindo a ser afirmado, a mobilidade geográfica e a viagem possibilitam a migração artística e a circulação de «formas e ideias». Nesta abordagem não podemos deixar de referir os conceitos de transmigração artística, transferência cultural e nomadismo artístico, só para citar alguns.

Por outro lado, a promoção do estudo das viagens dos artistas, das ideias e das técnicas construtivas, num contexto multidisciplinar, é fonte de informação privilegiada no campo de estudo da História da Arte e nas Ciências humanísticas, em geral. «A sua divulgação constitui um passo importante para a construção de um olhar cada vez mais multifacetado sobre a nossa herança cultural, artística e patrimonial»⁹. Se, por um lado, não são indiferentes, os propósitos da narração, o seu enquadramento e as circunstâncias em que ocorrem deverão ser contextualmente entendidos. É preciso, pois, também indagar em torno dos mediadores e nos mecanismos destas circulações artísticas. Certo é que «nenhum pensador ou historiador pode passar sem os viajantes»¹⁰.

É neste sentido que, enquadrando as transferências artísticas num campo mais alargado, pensar a viagem se revela como uma das grandes tarefas do nosso tempo¹¹. O seu estudo assume-se como essencial em vários campos do saber e a ela se têm dedicado com afinco ensaístas, escritores, cientistas, artistas e investigadores. Seja como fonte de inspiração, na conceptualização/materialização de uma visão do mundo ou como instrumento de (re) conhecimento de um passado histórico (mais ou menos distante), e/ou para um entendimento mais ajustado do presente, o ato da viagem e o seu consequente registo revelam um multifacetado campo de possibilidades de abordagem e múltiplas perspetivas de entendimento.

⁸ SILVA, 2015: 237.

⁹ PAULINO, 2013: 14.

¹⁰ ADAMS, 1988: 223 *apud* PAULINO, 2013: 18.

¹¹ ALMERIA, 2007: 7.

A mobilidade geográfica implica a deslocação do próprio sujeito do conhecimento. Constitui-se como uma forma de aproximação a realidades complexas e permite percecionar diferentes espaços e tempos. Ao viajarmos somos levados a tomar novos pontos de vista e a identificar novas centralidades e linhas de discurso e de pensamento. Ao viajante está reservado um importante papel de mediador e intérprete cultural. Os relatos por si deixados resultam sempre de uma «situação de compromisso» entre a experiência vivenciada e o seu *background* cultural. «[T]rata-se pois de passar através da noção de transferências artísticas, de uma problemática de receção e da influência para uma problemática do papel dos mediadores nos mecanismos destas circulações e dos seus efeitos»¹².

«A valorização da viagem está [em larga medida] associada à descoberta do outro»¹³. Neste sentido, as próprias viagens dos descobrimentos desempenharam um importante papel no domínio da antropologia e da etnologia, sendo os seus relatos importantes fontes de informação nestes domínios. São muitas vezes pontos de partida para explorar a etno-história e a etnolinguística, entre muitos outros caminhos possíveis, de povos colonizados pelos portugueses e pelos espanhóis durante o referido período. Por outro lado, não nos podemos esquecer que a viagem nos permite identificar as razões de permanência ou fixação de uma determinada comunidade de indivíduos a um local.

1.2. A viagem na idade média e renascimento

Pese embora o facto de que muito do conhecimento do mundo medieval revele um mundo fechado em si mesmo, havia uma grande permeabilidade favorável a trocas e a permutas de bens e saberes. Uma das explicações para este intercâmbio reside no intenso fluxo de rotas e viagens que, durante o período medieval (e de uma forma mais consistente a partir do séc. XIII), percorreu o continente europeu, em toda a sua amplitude. Sozinhos ou em grupo, os viajantes (mercadores, peregrinos, clérigos, artistas e reis) atravessaram o espaço, dentro e fora dos limites da cristandade.

Não obstante as dificuldades que poderiam acarretar as deslocações na Idade Média, as viagens neste período eram muito mais frequentes do que aquilo que até há alguns anos se julgava. «Os historiadores têm vindo a demonstrar como a sociedade do Ocidente medieval conheceu uma intensa circulação de homens e de ideias»¹⁴. As diversas rotas estabelecidas, quer por peregrinos, mensageiros ou cavaleiros em missão, contribuíram largamente para uma leitura de continuidade

¹² GUILLOUET, 2011: 205 *apud* SILVA, 2015:237.

¹³ RAMOS, 2012: 194.

¹⁴ LOPES, 2006: 2.

e para o estabelecimento de redes de conexão entre destinos (mais ou menos distantes) durante o período medieval. A partir de quatrocentos começa também a estar cada vez mais presente a ideia de deslocação com fins culturais. Assiste-se, também assim, à gênese do fenómeno das viagens de estudo.

Os relatos dessas viagens demonstram-nos como elas constituíam, no imaginário medieval, um ponto de confluência entre geografia, história, lenda e mito. Misturam-se muitas vezes as necessidades profanas com a simbologia, a proteção divina e a purgação das almas. Esta intensa circulação terá permitido uma leitura das diferentes realidades existentes e a afirmação de uma matriz consistente de um *Ocidente cristão* capaz de se disseminar por territórios muito vastos e distantes entre si, desde a Escandinávia à bacia do Mediterrâneo. A expansão do cristianismo na Europa, durante a Idade Média, trouxe também um novo ímpeto para a viagem. As peregrinações religiosas tiveram grande impacto na sociedade medieval e são, em si mesmas, um símbolo do processo de europeização.

A Idade Média e o Renascimento foram também, na Europa, importantes períodos de deslocações de reis e governantes. Vejam-se, por exemplo, a viagem de D. Manuel I a Castela, em 1498 e a sua embaixada, no ano de 1514, ao papa Leão X (pap. 1513-1521). Se esta última tinha como objetivo demonstrar a obediência do reino de Portugal à Santa Sé e ver reconhecida a importância do país na propagação da fé católica, a primeira foi um celebrado acontecimento que marcou a viragem do século XV. Para além destas viagens, muitas outras deverão ser consideradas, num estudo desta natureza. «A edição, pela Academia Portuguesa de História, dos itinerários régios de alguns monarcas portugueses permitiu delinear percursos mais ou menos importantes em território nacional»¹⁵.

2. A ARQUITETURA «NO LARGO TEMPO DO MANUELINO»

2.1. Síntese pragmática e eficiente

*Como seria diferente Portugal se não tivesse consumado a sua epopeia ultramarina. As nossas vilas e cidades ribeirinhas não se tinham enchido de casas com portadas e janelas decoradas, não teriam enriquecido as Misericórdias, não haveria tanta capela-funerária ricamente ornamentada, de fidalgos mercadores nobilitados, o rei não patrocinaria tanta capela-mor de igrejas conventuais e monásticas, de paróquias ou das ordens militares de que era padroeiro (...). Que pobres seriam Viana, Braga, Barcelos, o Porto ou Lamego sem os cabedais arrecadados nas Índias ou no Novo Mundo*¹⁶.

¹⁵ RESENDE, 2013: 10.

¹⁶ DIAS, 2007: 15.

A arquitetura produzida no «largo tempo do manuelino», sob a congregação de múltiplas influências, e «num encontro internacional de estilos»¹⁷, concretiza-se, em território nacional, num «programa aglutinador»¹⁸ e num vasto plano construtivo. Desenvolvendo-se num período de transição, conjuga influências múltiplas. Como observa Vítor Serrão, o manuelino traz também uma dinamização espacial moderna: podemos, deste modo, encontrar novas soluções na articulação espacial, como as abóbodas de combados e a adoção das igrejas-salão, permitindo levantar as três naves à mesma altura, com uma luminosidade homogénea e uma conceção unitária do espaço¹⁹.

A necessidade de exportação dos modelos para o território colonial moldou na arquitetura do período manuelino a marca de representação do poder. A inevitabilidade de adaptação a diferentes contextos traduz-se numa variedade e espontaneidade ecléticas. Na diversidade dos sistemas regionais, esta arquitetura revelou uma forte capacidade de articulação e assimilação de elementos autóctones. Dada a dispersão geográfica, constitui a primeira divulgação de uma linguagem artística de matriz europeia em espaços culturais distantes e dispersos, que a historiografia tem vindo a integrar no capítulo da «arte portuguesa no mundo».

2.2. Ver para além dos estilos

Na arquitectura medieval portuguesa a perduração de soluções góticas e tardogóticas, e a própria natureza da arquitectura manuelina, dificultam o estabelecimento de cronologias artísticas que sirvam de aferição ao estudo da arquitectura. Uma cronologia nunca é simples, na medida em que ela não é, necessariamente, a mesma para todas as produções de uma sociedade e de uma época²⁰.

Como é sabido, as divisões tradicionais dos estilos da história da arquitetura europeia bloquearam uma compreensão efetiva da realidade construída nacional. Como afirma Lúcia Rosas, «[a] noção pouco flexível de estilo como elemento operativo da História da Arte em geral, e da História da Arquitetura em particular, reduz o campo de análise dos edifícios e estreita o conhecimento dos mesmos»²¹. Muitas das leituras que possuímos, de determinados acontecimentos artísticos, estão ainda condicionadas por visões historiográficas mais conservadoras.

¹⁷ COSTA, 2004, p. 211.

¹⁸ COSTA, 2004, p. 211.

¹⁹ SERRÃO, 2002: 25-26.

²⁰ ROSAS, 2005: 107.

²¹ ROSAS, 2006: 187.

Na verdade, um «estilo» como instrumento de classificação, não poderá ser apenas um conjunto de meios e de regras que detectámos numa criação artística. Ele é mais o resultado de um espírito, o fruto de uma simbiose sistémica de «formas e ideias», a expressão da «kunstwollen» de uma determinada época, dos seus artistas e da sua sociedade²².

Compreendendo os percursos, fundamentos e condicionalismos da criação artística, o conhecimento deverá ser apreendido nas suas diferentes perspetivas e deverá ser sensível às suas variadas possibilidades de mobilidade (física e imaterial). É desejável que se possa reforçar a importância das múltiplas leituras do objeto artístico e das suas implicações na criação de uma narrativa histórica, social e até mesmo etnográfica. De igual modo, não podemos esquecer que a arquitetura – composta também pelo conjunto dos princípios, normas, técnicas e materiais utilizados para a criação de um espaço ou lugar – veicula uma resposta, quer na sua relação direta com o arquiteto, quer na forma como uma construção traduz as exigências de um programa, de uma encomenda ou de um mecenas.

Por outro lado, o debate em torno da arquitetura, enquanto obra e pensamento materializado, nos seus condicionalismos e circunstâncias, deverá ser orientado num sentido que permita dilatar as fronteiras do conhecimento e que incite à implementação de leituras mais vastas, complexas e, conseqüentemente, mais integradoras da realidade construída. Ao serem assumidas como documentos históricos privilegiados e como fundadoras de História, as obras de arte e a arquitetura deverão ser explicadas historicamente, como se procura fazer com os factos políticos, económicos ou científicos. Neste sentido, a leitura do passado e da História deverá ser encarada como facto mental, conceptual e não como representação mimética da passagem do tempo.

Concluindo, uma das chaves para uma leitura mais coerente e conforme do passado – e talvez uma das mais justas – é a própria experiência espacial. Só ela permitirá perceber as especificidades do clima, o toque da matéria e a relação com a terra e o mar. Determinados valores como a escala e a proporção deverão ser entendidos no próprio lugar, em confronto direto com as suas várias dimensões contextuais. Neste sentido, só a viagem permitirá apreender a arquitetura, como o corbusiano *jogo sábio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz*.

2.3. A redescoberta do objeto historiográfico

Just when we thought we'd discovered, drawn and written everything there was to know about the history of architecture, it looks as if we'll have to start again²³.

²² ALMEIDA, 2002: 12.

²³ ZARAGOZÁ CATALÁN, 2007: 12.

Assistimos atualmente a uma revisão crítica de várias perspetivas historiográficas e a um intenso debate relativamente a conceitos herdados, particularmente do século XIX. Perante uma historiografia que procurou esboçar uma série de fronteiras políticas, religiosas e artísticas, reconfigura-se uma nova conceção medieval da realidade e das fronteiras entre os reinos, religiões e vocabulários artísticos: permeável e dinâmica, fomentando e incorporando o diálogo artístico. Reafirmamos a necessidade de uma nova leitura, «por cima dos estilos»²⁴. «Fernando Távora diria: o estilo não conta, conta sim a relação entre a obra e a vida»²⁵.

Uma acurada reavaliação da arquitetura construída em território nacional deverá ter em conta o contexto da Europa meridional, onde a linguagem clássica da arquitetura sempre esteve presente. Por outro lado, a arquitetura Gótica do Mediterrâneo europeu, com a sua forte tradição construtiva, coadjuvada pela presença de múltiplas influências civilizacionais ao longo da História, revela uma magistral interação com o território e funciona como um forte estímulo sensorial.

Como temos vindo a referir, novas rotas de investigação induzem novas possibilidades de releitura deste relevante património construído. Em Portugal, tal como noutros países, a questão impõe-se em duas diferentes perspetivas. Sendo essencial entender o nosso enquadramento na realidade da Europa mediterrânica, é também impositivo perceber de que forma este contexto lhe permitiu desenvolver uma resposta tão particular.

Serão as edificações deste período apenas importações de modelos ou, traduzem, em sim mesmas, uma perspetiva coerente e original? A interação de diferentes culturas e diferentes locais introduz uma matriz dinâmica que se concretiza, na realidade nacional, em edifícios ricos de simbolismo e de significado.

Serão as viagens dos descobrimentos portugueses, ponto de partida para uma realidade internacional globalizada acompanhadas por uma atitude reflexiva em relação ao conhecimento ancorado numa forte ligação ao seu contexto de origem? Esta é tanto mais eficaz quanto maior for a capacidade de investigar sobre o sentido das coisas e as suas raízes.

*É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já (...) É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomençar a viagem*²⁶.

²⁴ CARRERO SANTAMARIA, 2012: 117-138.

²⁵ COSTA, 2001: 38.

²⁶ SARAMAGO, 1995: 627.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Percy, *org. e ed.* (1988) – *Travel Literature through Ages: an Anthology*. Nova Iorque: Garland.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (2002) – *História da Arte em Portugal: O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALMERIA, Luís Beltran, *org. e prólogo* (2007) – *Estética y hermenéutica del viaje*. Saragoça: Edicions Vitel-la.
- BOTELHO, Maria Leonor (2015) – *Será o manuelino um estilo (verdadeiramente) nacional? Joaquim de Vasconcelos e a procura do volksgeist na arte portuguesa*. In ALMEIDA, Isabel Cruz & NETO, Maria João, eds. – *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Caleidoscópico, p. 499-509.
- CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo (2013) – *Una simplicidad arquitectónica por encima de los estilos. La iglesia del monasterio cisterciense entre espacios y funciones*. In CARREIRAS, José Albuquerque, ed. – *Mosteiros Cistercienses – História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobça: Jorlis, p. 117-138.
- COSTA, Alexandre Alves (2001) – *Excertos de escritos dispersos dos anos 80*. «Jornal dos Arquitectos», número 200. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, p. 38.
- (2004) – *Arquitectura Portuguesa*. «Antologia Jornal dos Arquitectos». Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, p. 211-212.
- DIAS, Pedro (2007) – *Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa (conferência inaugural)*. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, ed. – *Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa. Actas VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Porto: FLUP, p. 13-20.
- (2009) – *A Arquitectura Manuelina*. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores.
- GRILO, Fernando (2015) – *Francisco de Arruda e a edificação da Torre de Belém (1514 – 1520). Circunstâncias, especificidades e modelos*. In ALMEIDA, Isabel Cruz; NETO, Maria João, eds. – *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Caleidoscópico, p. 201-223.
- GUILLOUËT, Jean-Marie (2011) – *O portal de Santa Maria da Vitória da Batalha e a arte europeia do seu tempo: Circulação dos artistas e das formas na Europa gótica* (livro bilingue francês/português). Leiria: Editions Textiverso.
- LOPES, Paulo (2006) – *Os livros de viagem medievais*. «Medievalista online», ano 2, número 2. Disponível em <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/PDF2/viagens-PDF.pdf>>. [Consulta realizada em 01/04/2016].
- PAULINO, Maria Clara (2013) – *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Porto: CITCEM, FLUP e Edições Afrontamento.
- RAMOS, Rui (2012) – *Ler a viagem como passagem para o projecto: a lição da casa turca em Le Corbusier*. In TREVISAN, Alexandra; CUBERO, Josefina Gonzalez; ALMEIDA, Pedro Vieira de, eds. – *Ler Le Corbusier*. Porto: Edições do CEEA/1.
- RESENDE, Nuno (2013) – *Todos os caminhos vão dar a Roma? Síntese sobre estudos hodográficos e problemáticas afins em Portugal. III ENCONTRO CITCEM | Paisagem – (I)Materialidade*. Baião: CITCEM.
- ROSAS, Lúcia Cardoso (2005) – *Investigação em História da Arte e a sua aplicação nas acções de recuperação e de reabilitação do património. Materiais de construção e ritmos construtivos nas*

- igrejas paroquiais (séculos XV-XVI)*. In COSTA, Aníbal; *et al., eds.* – 2º Seminário: *A intervenção no Património. Práticas de conservação e reabilitação* (vol. 1). Porto: FEUP e DGEMN, p. 105-116.
- (2006) – *Gótico, Manuelino e Renascimento no norte de Portugal*. In PULGAR SABÍN, Carlos del, *ed.* – *Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal: Arquitectura*. Setúbal: Marina Editores, p. 186-223.
- SARAMAGO, José (1995) – *Viagem a Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho.
- SERRÃO, Vítor (2002) – *História da Arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- (2015) – *O chamado mestre da Lourinhã e as encomendas picturais de corte em Portugal no dealbar do século XVI*. In ALMEIDA, Isabel Cruz; NETO, Maria João, eds. – *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 185-199.
- SILVA, Ricardo J. Nunes da (2015) – *João de Castilho entre Vila do Conde e Santiago de Compostela (1513): a transferência de conhecimento e a mobilidade artística do mestre trasmiero*. In ALMEIDA, Isabel Cruz; NETO, Maria João, eds. – *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 225-249.
- VASCONCELOS, Joaquim (1885) – *Da Architectura Manuelina. Conferência realizada na Exposição Districtal de Coimbra*. História da Arte em Portugal (Sexto Estudo). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ZARAGOZÁ CATALÁN, Arturo (2007) – *Mediterranean Gothic Architecture*. Atenas: Culture 2000.

PROGREDIOR: O PALÁCIO DE CRISTAL PORTUENSE

VERA GONÇALVES*

Resumo: O presente estudo resulta de uma investigação ainda a decorrer e, conseqüentemente, aprofundar que procura trazer um novo olhar sobre o Palácio de Cristal Portuense, construído entre 1861 e 1865, edifício ainda encoberto por uma grande nostalgia, resultante da sua muito contestada destruição em 1951. Pretende-se, neste sentido, responder a algumas questões que se prendem sobretudo com os seus referentes, influências e legado. Incidiremos assim no período da sua edificação, recorrendo a uma leitura e análise comparativas com outros edifícios. Contudo, abordar o Palácio de Cristal Portuense é não só explorar questões arquitetónicas e/ou artísticas, mas também da sociedade portuense e, de certo modo, europeia da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Palácio de Cristal; Porto, Século XIX; Arquitetura Ferroviária.

Abstract: The present study is the result of an investigation still ongoing and consequently deepening that aims to bring a new look at the Porto Crystal Palace built between 1861 and 1865, a building still covered by a great nostalgia resulted from its contested destruction in 1951. Thus it is intended to answer some questions about its referents, influences and legacy. We will focus the period of its construction using a comparative reading and analysis with other buildings. However addressing the Porto Crystal Palace is not only explore architectural and/or artistic issues, but also the city's and European society of the second half of the 19th century.

Keywords: Crystal Palace; Porto; 19th Century; Iron and Glass Architecture.

* Estudante de Mestrado FLUP. verabg.ha@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Conhecido hoje apenas através de fotografias e ilustrações, o Palácio de Cristal Portuense é compreendido como um marco de progresso para o Porto Oitocentista, permanecendo na memória dos portuenses e até daqueles que o não conheceram.

A segunda metade do século XIX é marcada pelo desenvolvimento da arquitetura do ferro. Este material, apesar de existir já desde épocas anteriores, recebe neste período visibilidade devido ao aparecimento das exposições internacionais, as quais possibilitavam aos países mostrarem os seus progressos, sobretudo no campo industrial. O Reino Unido toma assim a dianteira com a inauguração, em 1851, do *Crystal Palace*, seguindo-se depois a França, em 1855.

É também num contexto de incentivo ao fomento do setor industrial em Portugal que, cerca da década de 1850, a cidade do Porto assiste a um progresso que apresentará tradução em termos sociais, artísticos e culturais. Neste sentido, o Porto viria a construir, em 1861, o seu Palácio de Cristal, ideologicamente motivado pelo homónimo londrino, tido como um símbolo do progresso da sociedade.

Com efeito, também este espaço, enquadrado pelos seus jardins com vista sobre o rio Douro, se faria inaugurar com uma exposição industrial, em 1865, numa atitude de claro arrojo plasmada na fachada do edifício, onde se lia *PROGREDIOR*.

Neste contexto, e tendo em consideração o facto da construção portuense se inserir numa linha de cunho mais clássico que industrial, procura-se aqui explorar as seguintes questões: Será o *Crystal Palace* londrino o referente arquitetónico do edifício portuense? De que forma contribuiu esta construção para o progresso do Porto? De que modo o Palácio de Cristal reflete/corporiza uma transição no panorama português?

O PORTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Uma das marcas do século XIX em Portugal é a tentativa de fomento do setor industrial. Com efeito, D. Pedro V considerava que a *regeneração* do país passava pela indústria e pelos caminhos-de-ferro. Fontes Pereira de Melo, Ministro da Fazenda, defendia também que «a organização da fazenda pública são as estradas, são os caminhos-de-ferro, é o desenvolvimento do comércio e das indústrias (...)»¹.

¹ FRANÇA, 1999: 256.

É neste contexto que, cerca da década de 1850, o Porto entra na senda do progresso, depois de um início de século marcado pelas Invasões Francesas e por uma guerra civil. Acontecimentos com repercussões em todos os níveis da vida da cidade.

O seu progresso industrial tornou-se assim visível na introdução, em 1855, da iluminação a gás pela dinamização da circulação urbana através dos caminhos-de-ferro, que a partir de 1864 passaram a unir Lisboa ao norte, e com a introdução do *americano* em 1873. Aspetos impulsionados pelo crescimento demográfico que começava a registar-se, depois de um período de estagnação. Com esta *revolução* veriam erguer-se na cidade aqueles que seriam os símbolos deste período: o Palácio da Bolsa, o Palácio de Cristal Portuense e a Alfândega Nova. Com efeito, dentro desta consciência da necessidade de um avanço industrial, o Porto destacava-se pela iniciativa e ação:

O Porto é a primeira terra industriosa do reino, primeira pelos seus hábitos industriaes, e pelo genio activo e empreendedor dos seus habitantes. A sua historia resume-se toda nas lides da industria, e no constante porfiar nas duas grandes aspirações generosas que nascem do trabalho, e que n'elle se robustecem e glorificam – o amor da independencia e da liberdade².

Neste contexto, era fundada a Associação Comercial do Porto, em 1834, pela burguesia endinheirada da cidade, a qual possuía estreitos laços económicos com Inglaterra. Procuravam por este meio assegurar a representação do comércio e dos negócios do Porto quer no âmbito nacional, quer internacional, sendo neste contexto interessante verificar a localização eleita para a sua sede – o Palácio da Bolsa – numa área próxima do rio Douro e de todo o ambiente comercial da cidade.

Por outro lado, criava-se, em 1852, a Associação Industrial Portuense, a qual tinha como principal objetivo «desenvolver e aperfeiçoar a indústria nacional»³, no seio da qual nasceria a Escola Industrial do Porto. Contudo, à época da edificação do Palácio de Cristal Portuense, a indústria não apresentava ainda grandes sinais de desenvolvimento, o que na verdade se processava com alguma morosidade devido à dificuldade de adaptação à energia a vapor.

É neste panorama, de lento e progressivo desenvolvimento, que se promoverão as exposições agrícolas e industriais no Porto, numa primeira fase, e, posteriormente, a Exposição Internacional de 1865.

² BARBOSA, 1864: 2.

³ ALVES, 1994: 171.

O PALÁCIO DE CRISTAL PORTUENSE E A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL PORTUGUESA DE 1865

A ideia de realização de uma exposição industrial no Porto teria já sido apresentada por Veríssimo Álvares Pereira à Associação Industrial Portuense, em 1852. Este artista, um profundo admirador das exposições de Londres e Paris, considerava que tais eventos constituíam «um fomento novo, e talvez sem semelhante para a generalização, adiantamento e progresso das artes»⁴. Porém, a sua proposta apenas conheceria resultados práticos em 1857, com a realização no Campo da Torre da Marca⁵, de uma Exposição Agrícola promovida pela Sociedade Agrícola do Porto.

Neste contexto, foram-se ali sucedendo exposições nacionais agrícolas e industriais. Justificava-se, deste modo, o aparecimento de uma Sociedade do Palácio Agrícola, Industrial e Artístico, a qual visava a construção de um edifício que albergasse estas mostras. A 30 de agosto de 1861, reuniam-se no Palácio da Bolsa um grupo de destacados e abastados cidadãos portuenses com o objetivo de determinar as bases desta sociedade, a qual passaria, por decreto de 25 de dezembro de 1861, a designar-se por Sociedade do Palácio de Cristal, em consonância com o próprio nome do edifício que iriam erguer.

A cerimónia de colocação da primeira pedra seria então feita por D. Pedro V, a 03 de setembro de 1861, aproveitando o facto do monarca se encontrar de visita à cidade. Com efeito, o Rei via na iniciativa uma oportunidade de progresso para o país, inscrevendo-se desde logo como primeiro acionista da Sociedade, ainda que não tenha visto o seu resultado final:

*Este bom e sabio rei, que cria no progresso com fé viva, (...), aplaudiu a idéia de uma tal fundação, como fecunda em resultados uteis, não só para a cidade do Porto, mas também para todo o reino. E não se limitou, como nunca se limitava em casos semelhantes, a aplaudir simplesmente. Abraçando a idéia, e afagando-a n'alma como sua própria, fez-se apostolo d'ella*⁶.

Todo este esforço culminaria então com a inauguração do edifício a 17 de setembro de 1865 com aquela que foi a primeira Exposição Internacional Portuguesa.

⁴ ALVES, 1999: 70.

⁵ *Essa – em parte – impropriamente denominada Torre da Marca, era um alto paredão... não era uma torre..., era, em suma, uma baliza destinada a servir à navegação como «linha de enfiamento» às embarcações que demandavam a barra do Douro* (ANDRADE, 1953: 56).

⁶ BARBOSA, 1864: 3.

PROGREDIOR: O PALÁCIO DE CRISTAL PORTUENSE

O *Crystal Palace* de Londres, edificado em 1851 Hyde Park por Joseph Paxton⁷, revelou-se o principal modelo de muitos dos palácios de exposições que se foram edificando ao longo do século XIX. Assim, teria sido o mesmo edifício a servir de modelo ao Palácio de Cristal Portuense que se ergueu no Campo da Torre da Marca.

Cedido o terreno pela Câmara, podiam então iniciar-se as obras. Contudo, a edificação propriamente dita demoraria algum tempo, verificando-se o seu início apenas em agosto de 1862, visto terem sido muitas as dificuldades que se foram sucessivamente apresentando⁸.

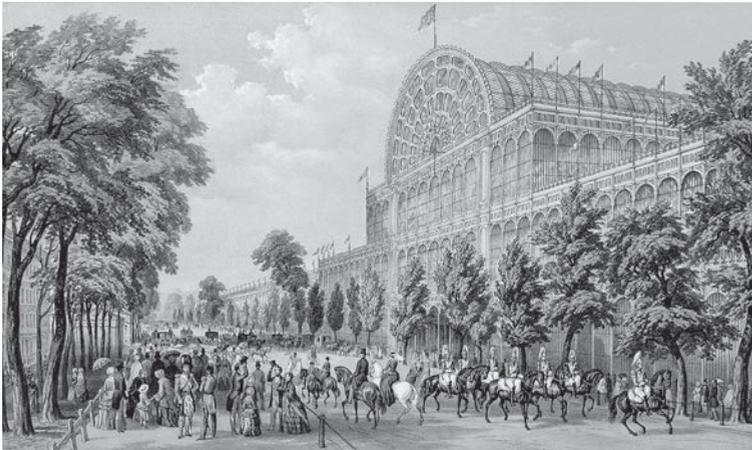


Fig. 1.
Crystal Palace em Hyde Park durante a Exposição Internacional de 1851. Reprodução digital de litografia colorida, realizada por Phillip Brannan e Thomas Picken em 1851. Victoria & Albert Museum. Disponível em: <<http://collections.vam.ac.uk/item/O85220/view-of-the-south-side-print-brannan-phillip/>>.

Com efeito, crê-se existirem três projetos que fazem com que a sua autoria seja ainda discutida. Em 1861 a Sociedade do Palácio de Cristal Portuense elaborou um contrato provisório com a empresa *C. D. Young & C^a.*, a qual viria tempos mais tarde a falir. Acontecimento que tanto apresentou consequências económicas, como o atraso de toda a obra, provocando mesmo a alteração do projeto inicial do arquiteto Dillen Jones, que foi assim em parte substituído por um outro do engenheiro F. W. Shields. Ainda que as opiniões se mostrem divergentes, acredita-se que terá sido este último a concretizar o projeto definitivo: «O primeiro [projeto]

⁷ Após a Exposição Internacional o *Crystal Palace* seria trasladado para Sydenham, desaparecendo em 1936 devido a um incêndio.

⁸ CARDOSO *et al.*, 1994: 184.

era completamente de ferro e vidro. O segundo tinha já um muro envolvente, e torreões, e o terceiro foi o que foi concretizado»⁹.

Quando do anúncio da falência da *C. D. Young & C^a.*, Alfredo Allen e Oliveira Chamiço, juntamente com o engenheiro Gustavo Adolfo Gonçalves de Sousa que dirigia as obras do edifício, deslocaram-se a Londres com o objetivo de resolver a situação. Antes do regresso deixariam aprovado o projeto do engenheiro Sheilds, o qual contribuiria para a decisão de não entregar a obra a apenas um empreiteiro, mas a vários de acordo com o seu trabalho específico¹⁰.

Neste contexto, construiu-se o edifício sobre uma plataforma mais elevada, devido à necessidade de regularizar o terreno de implantação que se mostrava bastante desnivelado.

A fachada principal, a norte, era então formada por um corpo central mais elevado e dois corpos laterais mais baixos rematados por torreões. O corpo central era formado por uma arcada com três portadas, em arco de volta perfeita, que permitem o acesso ao interior do edifício. No enfiamento dos pilares que limitavam este corpo encontrava-se o perfil da abóbada de canhão, marcado pela palavra *PROGREDIOR*. O Conde de Samodães considerava mesmo que se havia erguido «(...) um monumento para durar indefinidamente, farol luminoso, que constantemente brilha, afirmando os triunfos da civilização (...)»¹¹.

Por outro lado, os corpos laterais tornavam perceptível a divisão interior em dois níveis pela organização do seu alçado. Os torreões que rematavam a fachada norte, e se repetiam na fachada posterior, não figurariam no primeiro projeto. Embora não se saiba qual o motivo concreto para a introdução dos torreões, podem considerar-se várias interpretações. Por um lado, defende-se que se deve a motivos históricos, apontando-se para a herança medieval da cidade do Porto. Contudo, não se pode deixar de ter o granito como o material por excelência do norte de Portugal, evidenciando-se assim a preocupação em construir um edifício dentro de uma linha mais tradicional. Motivos de carácter económico são também tidos em conta, uma vez que a importação de maiores quantidades de ferro e vidro ficariam mais caras à Sociedade.

Do mesmo modo, será importante salientar que cada país deu as suas características próprias aos seus palácios de cristal, podendo citar-se o caso do *Palacio de Cristal del Retiro*, em Madrid, erguido em 1887 com traço de Ricardo Bosco e Alberto Palacio, no qual se conjuga um portal com uma linguagem algo devedora de Juan de Herrera, com os restantes elementos em ferro e vidro.

⁹ LIMA, 1996: 26.

¹⁰ SANTOS, 1989: 223.

¹¹ CARDOSO *et al*, 1994: 284.

Seria, porém, na fachada sul que a existência de três pisos se tornaria evidente, por apresentar uma entrada para a cave. Desenvolviam-se depois o piso térreo com acesso ao interior e o nível superior. No seu alçado exterior podemos assim perceber a existência de uma varanda que envolve todo o corpo central, sendo esta suportada por colunas de ferro e mísulas, funcionando estas mais como elemento plástico que de sustentação.

Refere-se a possibilidade da divisão dos espaços entre as fachadas norte e sul se dever a questões climatéricas e a uma adaptação das suas funções às fases do dia¹². Como tal, a norte localizar-se-iam as dependências respeitantes a uma ocupação mais noturna, como a sala de bilhar, sala de concertos e teatro e a sul situavam-se as estufas, espaços de restauração e a esplanada, de modo a obter um melhor aproveitamento da luz solar. A compartimentação do edifício permitia a coexistência de múltiplas atividades no mesmo espaço, o que levava Camilo Castelo Branco a caracterizá-lo depreciativamente como «Circo-bazar-teatro-restaurante-ginástica-pirotécnico (...)»¹³.

Neste contexto, evidenciam-se algumas reservas quanto à própria influência que o *Crystal Palace* exerceu sobre esta construção, uma vez que aqui a plástica do ferro não se encontra tão profundamente explorada, já que os próprios elementos em granito quebram a noção de um «palácio de cristal», que seria mais evidente no projeto inicial apenas em ferro e vidro. Deste modo, podemos interpretar o edifício de Paxton como um modelo mais ideológico que arquitetónico.

No entanto, devemos ter em conta um outro edifício e afigura mais próximo da construção portuguesa, o *Exhibition Hall*, da autoria de Edward Salomons, erguido em Manchester para a *Art Treasures Exhibition*, em 1857, e com o qual tivemos um primeiro contacto a partir do documentário *People's Palaces: The Golden Age of Civic Architecture. Ep. 2: The Gothic Revival* (BBC Four, 2010). A referida exposição, com o patrocínio da Rainha Vitória e do Príncipe Consorte Alberto, marca uma primeira tentativa de traçar uma síntese da História da Arte através das obras presentes em coleções Britânicas¹⁴.

As semelhanças entre o Palácio de Cristal Portuense e o *Manchester Hall* são, desde logo, evidentes, quer pelo menor recurso ao ferro e ao vidro, utilizando-se no caso do edifício britânico o tijolo. Destaca-se, ainda, a alternância entre corpos planos e semicirculares, claramente sublinhada na fachada sul do edifício portuense, na qual o perfil das três abóbadas que acompanham as naves se tornam verdadeiramente perceptíveis; bem como a inscrição no corpo central a acompa-

¹² SANTOS, 1989: 245.

¹³ SANTOS, 1989: 182.

¹⁴ WATERFIELD, 1991: 132.

Fig. 2.
 Fachada Posterior do
 Palácio de Cristal,
 Porto. Reprodução
 digital de bilhete-pos-
 tal ilustrado sobre
 fotografia de Alberto
 Ferreira, 1900.
 Arquivo Histórico
 Municipal do Porto.



Fig. 3.
 Fachada Principal
 do *Exhibition Hall*
 em Manchester.
 Reprodução digital
 de gravura colorida
 de Hubert Clerget.
 [século XIX]. Fine
 Arts Museum of San
 Francisco.
 Disponível em:
 <<https://art.famsf.org/hubert-clerget/exterior-art-treasures-palace-manchester1857-19633028234>>.



nhar a forma do perfil da abóbada na qual se pode ler *ART TREASURES OF THE UNITED KINGDOM*, o que nos remete para o próprio *PROGREDIOR*. Ou, por outro lado, nos interiores, através da iluminação zenital, ainda que o *Manchester Hall* não apresente galerias superiores.

Malgrado as afirmações aqui defendidas respeitem uma análise sobretudo visual e comparativa, sabe-se que a empresa que inicialmente assinou contrato para fornecimento dos materiais para a construção portuense, a *C. D. Young & C^a*, que mais tarde viria a declarar falência, seria a mesma que forneceu os materiais para

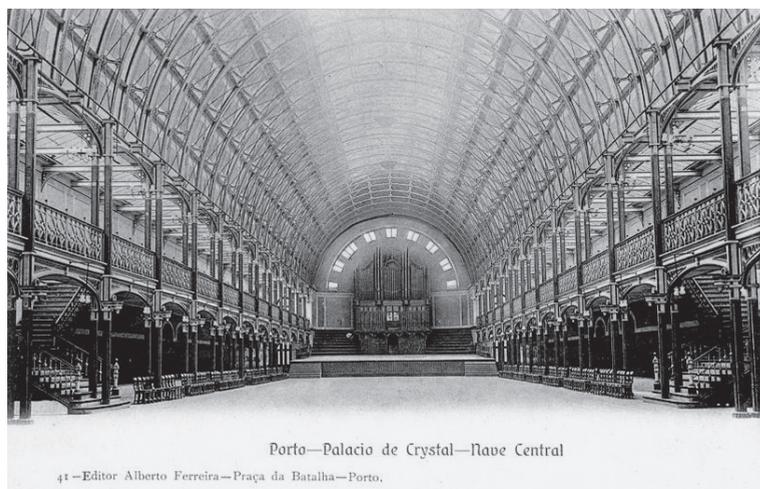


Fig. 4. Nave Central do Palácio de Cristal, Porto. Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado sobre fotografia de Alberto Ferreira, 1910. Pape-laria e Tipografia Académica. Arquivo Histórico Municipal do Porto.



Fig. 5. Nave Central do *Exhibition Hall* em Manchester. Reprodução digital de gravura colorida, publicada por Leighton Bros. [século XIX]. Fine Arts Museum of San Francisco. Disponível em: <<https://art.famsf.org/leighton-bros/interior-art-treasures-palacemanchester-1857-19633028233>>.

o *Manchester Hall*, pelo que encontramos aqui uma primeira ligação entre as duas construções¹⁵.

No entanto, também o edifício de Manchester teria o mesmo destino que o edifício do Campo da Torre da Marca, já que foi vendido e imediatamente destruído após o encerramento da exposição.

¹⁵ PARKINSON-BAILEY, 2000: 77.

A ARQUITETURA DO FERRO NO PORTO DO SÉCULO XIX

No contexto de fomento industrial no qual se inseria o país e animados pela construção do Palácio de Cristal, não tardariam a surgir no Porto outros empreendimentos arquitetónicos com recurso ao ferro, podendo salientar-se o caso das pontes.

A construção de pontes sobre o rio Douro remontava, porém, já a 1806, com a Ponte das Barcas, de Carlos Amarante, a qual se revelou de grande importância para o contacto entre as duas margens.

Contudo, a Ponte D. Maria Pia, construção realizada pela empresa *Eiffel & Cie*, entre 1876 e 1877, evidenciou-se de grande valor para a cidade, possibilitando a ligação de comboio entre o sul e o norte. A Estação de Campanhã (inaugurada em 1877) tomava o lugar da Estação das Devezas em Gaia, a qual constituía até à época o final da linha ferroviária. Gustave Eiffel mostra aqui, como faria também na torre para a Exposição Internacional de Paris de 1889, uma clara preferência pela linearidade. Neste sentido, explora a função plástica do ferro através da treliça metálica, dando visibilidade aos seus elementos estruturais. Este projeto revela uma estreita relação com a envolvente, pelo entendimento dos valores paisagísticos, não interrompendo a continuidade do espaço. Deste modo, tornava-se um ponto de referência da cidade, funcionando até 1991 e servindo de matriz a muitas outras pontes que se edificariam.

Com efeito, em 1879, Gustave Eiffel apresentava o projeto para a construção de uma nova ponte sobre o Douro, «apenas com um tabuleiro levadiço para facilitar a navegação este projeto é recusado devido ao crescente desenvolvimento urbano, que tornava necessária a conceção de uma ponte de dois tabuleiros»¹⁶. A obra da Ponte Luíz I seria assim entregue ao engenheiro Théophile Seyrig, sendo esta construída entre 1881 e 1886, seguindo a linha arquitetónica da Ponte D. Maria Pia na qual havia também trabalhado, ainda que estabeleça uma relação distinta com a paisagem, uma vez que se impõe nesta.

Ainda neste contexto não podemos deixar de mencionar o Mercado de Ferreira Borges, construído em 1885 pelo arquiteto João Carlos Machado, sendo os elementos de ferro fundido da autoria da Companhia Aliança (Fundição de Massarelos). O edifício assenta assim sobre uma plataforma de granito, na qual se abrem alguns vãos. O acesso ao mercado é feito, na fachada principal, através de uma dupla escadaria convergente que se desenvolve ao centro. O edifício aparece assim recuado em relação à plataforma, o que permite o desenvolvimento de uma balaustrada que o envolve em três das fachadas. A fachada principal, fortemente ritmada pela estrutura metálica, deixa antever a sua organização interior, pela

¹⁶ SERENO *et al.*, 2005.

presença de três panos, correspondentes às três naves. Esta construção remete-nos para o mercado novo de *Saint-Nazaire*, em França, reportado em 1865 pelo *Archivo Pittoresco*, sobretudo na articulação e dimensão dos três corpos, na forma dos vãos e no recurso ao ferro.

Neste sentido, todas as construções supracitadas marcam o claro esforço empreendedor da urbe portuense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos compreender o Palácio de Cristal, e a Exposição Internacional com a qual foi inaugurado, como um marco de progresso para o Porto, cidade que pela primeira vez eleva o seu nome e o próprio país ao nível das nações mais avançadas e industrializadas da Europa. Sublinha-se, assim, o facto de esta iniciativa ter partido desta cidade, o que muito se deve à existência de instituições como a Associação Comercial do Porto e a Associação Industrial Portuense, às quais pertenciam homens que para além do seu elevado poder económico possuíam sobretudo a vontade de ver avançar Portugal, malgrado todas as críticas de que seriam alvo.

Deste modo, naquilo que concerne ao Palácio de Cristal como arquitetura atende-se ao facto de, apesar de comumente se ver o *Crystal Palace* de Londres como o seu referente arquitetónico, os dois edifícios não apresentarem entre si semelhanças. Como tal, a construção portuense ecoa mais as formas do *Exhibition Hall* erguido em Manchester. No entanto, torna-se ainda necessária a recolha de mais dados que permitam uma maior e mais clara aproximação entre os dois edifícios. Percebemos, porém, que a construção londrina representa sobretudo uma marca do progresso a que os membros da Associação do Palácio de Cristal Portuense se propunham e a qual se desejava para o país, funcionando como um modelo ideológico.

Ainda que o edifício português não apresente muito daquilo que era a arquitetura do ferro que se vinha desenvolvendo na Europa nesta segunda metade do século XIX, sobretudo devido às Exposições Internacionais e com destaque para o *Crystal Palace*, esta rapidamente se disseminaria pela cidade do Porto, inserindo-se no contexto de fomento industrial e económico que inicialmente referíamos e que seria animado pela própria ideia de um Palácio de Cristal.

Contudo, este edifício rapidamente se mostrou como desatualizado, não só pelos elevados custos exigidos pela sua manutenção, mas também devido à necessidade de dar novas respostas a novas funções que iam surgindo, o que conduz à sua substituição, em 1951, pelo Pavilhão dos Desportos projetado por José Carlos Lou-

reio. Em contrapartida, o mesmo destino foi conhecido por outros destes *Palácios de Exposições*, associando-os a arquiteturas efémeras, ainda que na sua conceção original nem sempre o fossem. Porém, a sua memória, muito devedora dos seus jardins ainda existentes, continua viva, mantendo ainda hoje para a população a designação de «Palácio de Cristal».

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Pedro Vieira de (1993) – *A Arquitectura Moderna*. Lisboa: Alfa.
- ALVES, Jorge Fernandes (1994) – *As Exposições Industriais no Porto em Meados do Século XIX*. «O Tripeiro», Série VII, Ano XIII, N°6, p. 171-176. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/50338>>. [Consulta realizada em: 30/04/2015].
- (1999) – *Expor e Catalogar... Devagar: As Exposições Industriais no Porto Oitocentista*. «O Tripeiro», Série VII, Ano XVIII, N° 3. Porto: Associação Comercial do Porto, p. 69-76. [Consulta realizada em: 30/04/2015].
- ANDRADE, Monteiro de (1953) – *Torre da Marca*. «O Tripeiro», V Série, Ano IX, N°2, junho, pp. 56-57.
- BARBOSA, I. de Vilhena (1864) – *Palácio de Cristal no Porto*. «Arquivo Pittoresco – Semanário Ilustrado», 7º Anno, p. 2-3, 11-12.
- CARDOSO, António *et al.* (1994) – *Porto 1865: Uma Exposição*. Lisboa: Comissariado da Exposição de Lisboa.
- FRANÇA, José-Augusto (1999) – *O Romantismo em Portugal: Estudo de Factos Socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LIMA, Maria Luísa Gonçalves Reis (1996) – *O Palácio de Cristal Portuense*. Porto: Universidade Portucalense.
- PARKINSON-BAILEY, John J. (2000) – *Manchester: An Architectural History*. Manchester: University Press.
- SANTOS, José Coelho dos (1989) – *O Palácio de Cristal e a Arquitectura do Ferro no Porto em Meados do Séc. XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- SERENO, Isabel; LEÃO, Miguel; COSTA, Patrícia (2005) – *Ponte de Luís I*. SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5548>. [Consulta realizada em: 12/05/2015].
- WATERFIELD, Giles, *ed.* (1991) – *Palaces of Art: Art Galleries in Britain 1790-1990*. Londres: Dulwich Picture Gallery.

NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI – INTERSEÇÕES E SOBREPOSIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE NOS MUSEUS

INÊS FERREIRA*

ALICE SEMEDO**

ELISA NORONHA NASCIMENTO***

Resumo: A museologia dividiu a história dos museus em períodos sucessivos e sequenciais, pautados por momentos de continuidade e rupturas. No fluir da história dos museus, porém, os acontecimentos intersectam-se e coexistem, o que exige um olhar fluido e não segmentado.

Este estudo aborda o espaço de transição entre o final do século XX – período em que a educação nos museus se tornou mais transversal – e o início do século XXI, em que a criatividade procura entrar nas práticas dos museus. Ao abordar este espaço de transição pretende-se sublinhar a importância de não criar fronteiras rígidas entre tempos e áreas, para que a criatividade aconteça nos espaços de transição.

Esta reflexão evidencia que o desvanecer de fronteiras e a abordagem integrada e líquida de diferentes realidades contribui para a construção do conhecimento, pois uma visão plurifacetada e complexa potencia um melhor entendimento da realidade.

Palavras-chave: Museus; Educação; Criatividade; Espaços de transição.

Abstract: Museology has divided the history of museums in successive and sequential periods, guided by moments of continuity and ruptures. In the flow of the museums' history, however, events intersect and overlap ones with the others, which require a fluid and non-segmented look. This research addresses the space of transition between the end of the twentieth century – period in which education in museums became more transversal – and the beginning of the XXI century, in which creativity comes deeper into the practices of museums. This study aims to underline the importance of not creating rigid boundaries between times and areas, so that creativity happens in transitional spaces. This reflection shows that the fading of boundaries and the integrated approach of different realities contributes to the construction of knowledge. It also demonstrates that a multifaceted and complex view enhances a better understanding of reality.

Keywords: Museums; Education; Creativity; Spaces of transition.

* Câmara Municipal do Porto. inesspratleyferreira@gmail.com.

** FLUP / DCTP / CITCEM. semedo.alice@gmail.com.

*** FLUP / DCTP / CITCEM. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. elisa.nr@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A historiografia ocidental habituou-nos a olhar a história como períodos sequenciais, separados por momentos de transição. A história, porém, não linear, os acontecimentos não estão separados hermeticamente e as mudanças podem resultar de longos períodos de maturação¹.

No contexto dos museus há, também, tendência para ver a evolução como um *continuum* de períodos intercalados por ruturas. Não será a museologia, porém, um processo líquido² e híbrido³, em que vários momentos e áreas de atuação se intercetam? Analisa-se de forma comparativa dois momentos: o fim do século XX e o início do XXI, para verificar como é que a educação e a criatividade se intercetam e sobrepõem, formando um mesmo caminho, de construção de significados nos museus.

Num tempo em que as coleções e as tarefas num museu estão altamente especializadas e (por vezes) separadas umas das outras, ver o museu como espaço fluido e híbrido abre portas à criatividade, potenciando interceções entre áreas e coleções. Este estudo sensibiliza, por isso, os museus para se tornarem espaços sem fronteiras rígidas, para que a surpresa e novidade neles habite mais frequentemente.

MOMENTOS DE TRANSIÇÃO – ESPAÇOS HÍBRIDOS E LÍQUIDOS

Nos momentos de transição a mudança é fruto de um tempo de maturação, mais do que de rutura. Esses espaços de transição são espaços líquidos, onde as áreas e conhecimentos se interpenetram e influenciam. As unidades de conhecimento movem-se sem fronteiras rígidas, as partes mergulham umas nas outras, há uma fluidez e dinâmica contínua. Os museus líquidos «tentam abordar todos estes elementos de uma forma integral, circular»⁴, sem fronteiras rígidas, as áreas e as funções tornam-se híbridas.

No museu híbrido, defendido por Rachel Morris⁵ as fronteiras entre áreas de investigação são ténues. Alguns autores falam de um terreno de cruzamento híbrido na educação artística, onde se articulam o pedagógico e o artístico⁶. Esteras⁷ con-

¹ BUSS, 2011: 18-19.

² BAUMAN, 2006 .

³ MORRIS, 2013.

⁴ VAN OOST, 2012: 484.

⁵ MORRIS, 2013.

⁶ MASET, 2005.

⁷ ESTERAS, 2010: 162.

sidera «necessária a colaboração em termos de igualdade real entre os comissários e coordenadores de exposições e os profissionais de educação», sugerindo que o espaço entre o visitante e os objetos – entre curadoria e educação – pode ser uma materialização do museu híbrido.

O caráter líquido e híbrido do museu relaciona-se com o desvanecer das fronteiras entre áreas de trabalho, funções, coleções, períodos ou disciplinas. Neste estudo foca-se o desvanecer de fronteiras entre o fim do séc. XX e o início do XXI, entre educação e criatividade e procura-se analisar as consequências desse desvanecer de fronteiras para o contexto expositivo.

EDUCAÇÃO NOS MUSEUS NO FINAL DO SÉCULO XX

Enquanto função crucial de um museu, a educação «tem sido reconhecida desde que existem museus públicos»⁸. No final do séc. XX, porém, tornou-se uma componente transversal e «intrínseca nos museus»⁹. Até então corporizava-se em *provisões para crianças* e, depois, em oferta para um leque alargado de audiências. No fim do séc. XX o papel educativo dos museus ultrapassou os limites dos serviços educativos e passou a estar no centro da missão do museu.

*A educação deixou de ser um apêndice marginal para se tornar umas das funções centrais do museu nos últimos quinze anos, à medida que os museus se tornaram mais democráticos, mais orientados para os clientes e mais conscientes das necessidades dos seus visitantes*¹⁰.

A educação passou a envolver-se em questões relacionadas com as coleções, programação, comunicação e mesmo com a gestão do museu. Ao percorrer este caminho que levou a educação da periferia para o centro e, a partir daí, para todas as áreas do museu, pretende-se caracterizar as mudanças que ocorreram, associadas a esta renovação do lugar da educação no museu para, depois, ver como é que esse caminho se cruza com o caminho da criatividade nos museus no início do séc. XXI.

Pensar o museu pelo ponto de vista educativo implica mudanças. A abertura a preocupações educativas tornou o estudo das coleções mais interdisciplinar. O estudo das coleções, para fins educativos, torna-se também interdisciplinar, construindo a complexidade com base em diferentes áreas do saber. Quando as exposições são pensadas como espaços de aprendizagem, o debate sobre diferentes

⁸ HEIN, 1998: 3.

⁹ TALBOYS, 2000: 5.

¹⁰ HOOPER-GREENHILL, 1994a: 324.

tipologias de aprendizagem entra na arena dos museus¹¹. A psicologia cognitiva, que incide sobre os modos como o ser humano apreende e guarda informação, passa a ser considerada nas exposições¹². A investigação sobre como se aprende traz efetivamente novidade para as exposições, programas e textos. No final do séc. XX experimenta-se, nas exposições, o contraste entre aproximações tradicionais e construtivistas, dois modelos para pensar a educação, a que correspondem dois modelos de aprendizagem diferentes¹³. Em termos de exposição, um dos desafios do museu construtivista é criar condições para o visitante construir conhecimento fazendo conexões com o familiar:

Um atributo fundamental de qualquer posição construtivista é a necessidade da pessoa, para aprender, associar uma situação educativa com o que já conhece (...) ao conhecimento prévio¹⁴.

Falk e Dierking¹⁵ salientam a importância da ligação ao familiar: os visitantes chegam ao museu com motivações e expectativas, conhecimento prévio, interesses e capacidade de escolha. Para aumentar a aprendizagem, as exposições passam a considerar este contexto pessoal. Mas para fomentar a aprendizagem, a programação de exposições passa também a exigir um envolvimento do público mais *hands-on*. O mundo *hands-on* e da interação¹⁶ não exige alta tecnologia, mas implica a passagem de um envolvimento passivo a um envolvimento ativo do visitante. Porquê este envolvimento ativo? As teorias da aprendizagem defendem que a pessoa aprende melhor quando envolve os sentidos, pelo que a inclusão das questões da educação nas exposições levou a que aumentassem as preocupações em que estas fossem *hand-on* e holísticas¹⁷. A aprendizagem a partir de objetos começa com a perceção, os dados recolhidos pelos sentidos são relacionados com informação e experiência prévia e comparados com as perceções de outros. Os objetos «são uma fonte de informação e entendimento que (...) põem as pessoas em contacto com o mundo físico – um aspeto importante da sua educação»¹⁸. Para que as exposições sejam holísticas, uma questão importante é a colaboração de vários serviços¹⁹. A produção e design de exposições atinge-se mais efetivamente como um esforço de

¹¹ HEIN, 1998: 23-39.

¹² HAM, 1994: 116.

¹³ HEIN, 1998: 39-40.

¹⁴ HEIN, 1998: 156.

¹⁵ FALK & DIERKING, 2000: 178-180.

¹⁶ WINTERBOTHAM, 1994.

¹⁷ GRASSO, 1994.

¹⁸ TALBOYS, 1996: 114.

¹⁹ GRASSO, 1994.

equipa. Valoriza-se a colaboração dos especialistas curadores, designers e educadores, na programação de exposições e debate-se o envolvimento do serviço educativo desde o início na criação da exposição²⁰.

Embora teoricamente a educação tenha passado a ocupar um lugar mais central e transversal nos museus, no final do séc. XX, alguns profissionais consideram que, no início do séc. XXI, o serviço de educação e a mediação continuam desvalorizados e relegados para a periferia²¹. Muitos contextos expositivos continuavam, no fim do século XX, difíceis de entender sem conhecimento especializado e, por isso, houve necessidade de introduzir perspectivas alternativas²², para tornar o discurso expositivo acessível a não especialistas.

O museu passou a comunicar-se como espaço de aprendizagem, de conhecer o mundo e o seu envolvimento. Uma forma relevante do museu comunicar é através de textos. No final do séc. XX, discutia-se a forma como a linguagem, nos textos das exposições, funciona para construir significados²³. De novo, a psicologia cognitiva foi relevante para perceber o processo mental dos visitantes na interpretação dos textos e ajustar o estilo aos públicos²⁴. Esta disseminação das preocupações educativas pelo museu trouxe mudanças nos estudos de públicos. Porque é que as pessoas vão ou não aos museus e porque é que alguns sentem que os museus não são para eles? Estas são algumas questões colocadas, então²⁵, a partir do papel educativo dos museus. Avançou-se de estudos de públicos tradicionais para outros, focados em perceber como comunicar com novas audiências e comunidades excluídas²⁶. O interesse nos estudos de públicos havia expandido dramaticamente nos anos 60 do séc. XX, devido ao aumento de programas de avaliação da educação formal. Posteriormente, a investigação sobre o comportamento e construção de significados pelo visitante, a partir da sua experiência no museu, contribuiu para melhorar programas e exposições²⁷.

Por fim, a disseminação da educação por todo o museu levou também, em termos de gestão e liderança, à necessidade duma política educativa, definindo os objetivos e a função educativa do museu, providenciando o contexto para as práticas e orientando na tomada de decisão. Em termos de gestão vários museus passaram a valorizar os interesses e necessidades dos públicos. O conceito de defensor dos

²⁰ TALBOYS, G. K. 2000: 25.

²¹ SEMEDO, 2014.

²² PORTER, 1994.

²³ COXALL, 1994.

²⁴ HAM, 1994: 116.

²⁵ HOOPER-GREENHILL, 1994d.

²⁶ BLACK, 2005.

²⁷ HEIN, 1998: 52.

públicos (*audience advocate*), definido no *Museu Nacional de História da América*²⁸ e, posteriormente, adotado por outros museus, foi um modelo encontrado para tal. O educador do museu, ao desempenhar esse papel, assumia a função de rever as atividades pelo ponto de vista do visitante. Esta inclusão das preocupações educativas nas políticas e práticas dos museus levou a que se repensasse a relação entre curadores e educadores.

*Os curadores e educadores são com frequência desconfiados, uns em relação aos outros. (...) Os curadores tendem a ver a experiência de uso dos “seus” objetos como uma ameaça, e em alguns casos protestam por as “suas” exposições serem usadas pelo pessoal da educação sem que primeiro os tenham abordado para discutir como o fazer. Por sua vez os educadores dos museus sentem com frequência que os curadores são distantes, não ajudam e não têm consciência (ou interesse) nos desenvolvimentos recentes da educação e desafios que estes lançam*²⁹.

A dicotomia entre conservação e educação expressa-se como

*(...) um medo de que possivelmente não se possa usar os artefactos para fins educativos e, simultaneamente, manter os altos standards de conservação exigidos pelo staff curatorial*³⁰.

Os trabalhos curatorial e educacional ficam reforçados se ambos se respeitarem e permitirem o trabalho de especialidade dos outros.

Poder-se-á então questionar: se a perspectiva da educação, transversal a todo um museu, trouxe desafios, terá também trazido riscos? Esta mudança trouxe o risco da educação se tornar responsabilidade de todos e de ninguém; de ser tão transversal que “não se sabe por onde começar”. Refletindo sobre alguns museus que se deixaram efetivamente transformar por este novo posicionamento da educação no final do séc. XX³¹, encontram-se marcas comuns. Uma é o facto de continuar a existir nesses museus um forte Serviço de Educação. Este serviço assegura que a função educativa do museu se cumpre, assume a responsabilidade de tutelar essa missão, mesmo sendo ela transversal a muitos serviços. Outra marca importante é não esperar que as políticas ou o sistema mudem, ou que exista um documento que leve à mudança. A atitude de uma pessoa ou serviço é capaz de mudanças. Se é desejável que um museu enquanto sistema assuma a mudança do papel da educação, não se pode ficar à espera de mudanças de cima para baixo, para trabalhar no terreno. A atitude de cada um é importante. Uma terceira marca é o equilíbrio

²⁸ HOOPER-GREENHILL, 1994c: 262.

²⁹ HOOPER-GREENHILL, 1994b: 230.

³⁰ G. K. TALBOYS, 2000: 20.

³¹ Pode pensar-se no Denver Art Museum, nos EUA, ou na Tate, no UK, por exemplo.

entre o planeamento e rigidez dos projetos e a liberdade e abertura, que uma relação dinâmica entre pessoas, serviços e desafios exige.

CRIATIVIDADE NOS MUSEUS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

O caminho percorrido pela criatividade nos museus no início do séc. XXI assemelha-se ao caminho da educação nos museus no final do séc. XX. A criatividade passou a ser referida como ferramenta transversal para o museu se adaptar à mudança³², captar novos públicos e financiamento³³, comunicar de forma mais efetiva³⁴ e surpreender, nas exposições. Se o facto da criatividade num museu poder ser trabalhada por todos e em todas as áreas tem um potencial imenso, esse potencial tem riscos – não se definirem responsabilidades nem se materializarem estratégias. Esta situação pode ser melhor entendida ao contrapor com a situação anteriormente descrita. Se o final do séc. XX, nos museus, foi marcado pela necessidade transversal de abertura à educação, o início do séc. XXI é marcado pela abertura à criatividade. Não se tratam de experiências e preocupações sequenciais, separadas por uma rutura, mas de experiências que se sobrepõem e intercetam no tempo e no espaço.

No séc. XXI a criatividade, ao “entrar” no inventário e estudo das coleções, incentiva o cruzamento de áreas do saber³⁵ e a interdisciplinaridade. A novidade nasce do encontro de partes estranhas, olhares por ângulos não usuais e, por isso, a criatividade leva a interdisciplinaridade mais longe do que a educação já havia levado.

No início do séc. XXI as teorias de aprendizagem e a psicologia cognitiva tornam as exposições mais criativas. É na psicologia que se encontram os fundamentos sobre como ser criativo no encontro com objetos, a partir do olhar³⁶, e o lugar ocupado pela interpretação, no final do séc. XX, passa a ser ocupado pela mediação, no início do séc. XXI. A abertura à criatividade nas exposições reforça a necessidade de ligar as exposições ao contexto e conhecimento prévio de cada um, não só para aprender mas porque a novidade surge da ligação das ideias já conhecidas às novas ideias³⁷. Muitas exposições, no final do séc. XX, abriram portas à interatividade, com base no fundamento de que o indivíduo aprende melhor

³² NORRIS; TISDALE, 2014: 22.

³³ MIRARA, 2007.

³⁴ KOTLER, 2003.

³⁵ AMIGNONI & SCHIAFFONATI, 2003.

³⁶ DUFRESNE-TASSÉ, 2014.

³⁷ CALAF; NAVARRO; SAMANIEGO, 2000: 69.

quanto é envolvido fisicamente na experiência. No séc. XXI as inquietações com a criatividade e a constatação de que cada visitante cria as suas próprias relações com o que vê, levam a que as exposições tenham preocupações participativas³⁸, que o indivíduo participe na exposição de forma ativa e colaborativa. Possibilitam-se experiências multissensoriais e holísticas, que sejam verdadeiramente criativas. A encenação da *Ronda da Noite* de Rembrandt, num centro comercial, para celebrar a reabertura do *Rijksmuseum* em 2013 é disso exemplo³⁹. Também no próprio contexto expositivo há a preocupação em que o visitante participe. *Create your own exhibit activity*, no *Denver Art Museu* é uma atividade pensada para qualquer visitante ser participante⁴⁰.

A valorização da criatividade reforça a importância de juntar pessoas com características distintas na mesma equipa. A integração de pessoas com perfis e experiências diferentes potencia a criatividade, porque «as respostas criativas a problemas normalmente vêm do reenquadrar o problema, vê-lo através de novos olhos»⁴¹. Quando uma equipa integra olhares diferentes, mais facilmente encara um problema por perspetivas novas. No *DAM*, por exemplo, as relações de longo termo entre curadores e educadores, nas equipas das exposições⁴², têm contribuído para um trabalho sólido em exposições que integram diferentes pontos de vista.

No séc. XXI, com a criatividade presente na construção dos textos, as preocupações passaram a relacionar-se não só com *comunicar* mas também com *surpreender, criar curiosidade e questionar*. A criatividade leva assim mais longe as preocupações da educação, em termos de comunicação dos textos do museu – comunicar de maneira efetiva mas, também, criativa.

No início do séc. XXI, vários museus procuram integrar valores e estratégias orientadas para a criatividade nos documentos orientadores das políticas de gestão. Os museus nacionais do *Kenya*, por exemplo, colocaram a criatividade ao serviço da captação de novos públicos⁴³. As preocupações com a criatividade na gestão de alguns museus têm levado ao desenvolvimento de estratégias e projetos dentro da instituição, para a tornar mais criativa. Vários países têm publicado relatórios que evidenciam os resultados criativos do seu trabalho⁴⁴ e torna-se evidente a preocupação de pensar o futuro dos museus, de forma criativa e colaborativa⁴⁵.

³⁸ SIMON, 2010.

³⁹ CFFM, 2014: 19.

⁴⁰ DAM, 2001.

⁴¹ NORRIS; TISDALE, 2014: 101.

⁴² FISHER; LEVINSON, 2010.

⁴³ MIRARA, 2007.

⁴⁴ NACCCE, 1999; NMDC, 2004.

⁴⁵ CFFM, 2014.

No séc. XXI a valorização do papel criativo do visitante levou alguns museus a integrar estratégias colaborativas que potenciam a construção de exposições, programas, projetos, em coautoria. O *Walker Art Center*, por exemplo, passou a integrar a comunidade como curadora de eventos de verão, em 2012, e o *Minneapolis Institute of Art* convidou residentes locais para criarem um trabalho original para o museu⁴⁶. A necessidade de valorizar o papel do visitante tem levado ainda alguns museus a criar

*(...) espaços laboratoriais onde as audiências possam experimentar o trabalho em progresso, ou formas experimentais de pensar sobre o que o museu pode ser. O Arizona State University Art Museum's Interlab, o Powerhouse Museum's Beta Space, o BMW Guggenheim Lab e o Walker Art Center's Open Field são todas explorações da prototipagem pública em curso*⁴⁷.

No séc. XXI a necessidade de potenciar a criatividade no encontro do visitante com os objetos, potencia a construção de um novo campo de trabalho, onde educadores e curadores colaboram de forma nova – a mediação no *espaço entre*. A necessidade de tornar os museus criativos obriga o museu a sair de si para procurar ferramentas criativas e parcerias criativas⁴⁸.

O percurso da criatividade no museu no início do século XXI relaciona-se, assim, com o da educação no final do século XX. Não é sequência deste nem surge separadamente, surge em relação, num processo híbrido, ambos se intercetam e sobrepoem.

SOBREPOSIÇÕES E INTERCEÇÕES

Analisando em conjunto o percurso da educação nos museus no final do séc. XX e o da criatividade no início do séc. XXI, considera-se que se aproximam nos desafios e riscos. Não se vira uma página para começar outra. Metaforicamente é mais um reescrever de uma mesma página, com novas palavras e ferramentas, reestruturando o todo. Os desafios da educação vão mais longe com a abertura dos museus à criatividade. O objetivo, hoje, não é só que se aprenda, na experiência da visita, mas que se aprenda de forma criativa. Os riscos são, também, semelhantes. Tanto na educação, no final do séc. XX, como na criatividade no início do séc. XXI, a transversalidade acarreta o risco de ser responsabilidade de todos e de ninguém.

⁴⁶ AAM, 2012.

⁴⁷ NORRIS; TISDALE, 2014: 167.

⁴⁸ DAM, 2007.

Para lidar com tal risco foi importante, na educação, o fortalecimento dos departamentos de educação e a criação em alguns museus da figura de *audience advocate*. No séc. XXI poderá ser importante definir, dentro de um museu, a pessoa ou serviço que assegura que a criatividade é um valor. Em alguns museus é constituída uma equipa transversal, noutros é o serviço educativo ou o seu coordenador que assume esse papel. Noutros ainda, a liderança criativa vem da direção do museu. Seja como for, essa responsabilização é importante para assegurar a operacionalização. No *Denver Art Museum*, a criação de um *Centro de Recursos Criativos on-line*, tem sido importante para materializar mudanças efetivas. No *Columbus Museum of Art* o compromisso com a criatividade nasceu de um desafio colocado pela direção à coordenação do museu⁴⁹. Tratando-se de uma área transversal, importa definir medidas concretas e começar por pequenas coisas – uma atitude, formação, mudanças na forma de trabalhar, que incutam valores criativos – para depois se difundir esses valores na própria instituição. A experiência do *Denver Art Museum* reforça a importância de partir dos recursos interpretativos que se tem para os transformar e torná-los mais criativos⁵⁰. Os materiais interpretativos são repensados a partir do *input* das audiências e envolvendo, de forma continuada, curadores e educadores⁵¹. A direção do *Columbus Museum of Art* definiu a criatividade, em 2006, como sendo ponto de partida para a aprendizagem e experiência do visitante, o que levou a mudanças profundas no serviço de educação: reflexão sobre o que faziam e porque faziam, fim de determinados programas, início de outros, mudança do título/cargo de cada profissional, lançamento de experiências de risco e criação do *Centro para a Criatividade, rampa de lançamento* para o visitante descobrir as relações do museu com a criatividade⁵².

CONSEQUÊNCIAS PARA O CONTEXTO EXPOSITIVO

Olhar a museologia como um processo líquido, híbrido, sem fronteiras, no qual se conectam – nos espaços de transição – unidades de conhecimento que constroem novidade implica olhar os contextos expositivos de um museu de nova forma. Se entre um período histórico ou artístico e outro não há momentos de rutura, mas períodos de transição, férteis em inter-relações, também entre uma sala e outra ou um tema e outro, num contexto expositivo, pode não haver mudanças tão lineares

⁴⁹ FOLEY, 2014.

⁵⁰ DAM, 2009.

⁵¹ FISHER & LEVINSON, 2010.

⁵² FOLEY, 2014: 146.

como as que, tantas vezes, observamos, mas espaços que desafiam a imaginação a percorrer essas inter-relações que os habitam.

Quantos museus conhecemos em que, percorrendo o contexto expositivo, “saltamos” entre sala e sala, entre um período temporal e outro sequencialmente a seguir, como se nesse espaço entre um período e outro, uma sala e outra nada houvesse senão uma porta, uma passagem? Quantos contextos, situações, intercessões, poderiam metaforicamente estar representados nessa porta que dá passagem de uma sala à outra?

Saltamos de sala em sala, de tipologia em tipologia, como se os objetos de uma sala não se pudessem encontrar com os de outra tipologia, na sala ao lado. Ter-se-ão estes objetos cruzado numa mesma época, habitado os mesmos espaços, partilhado os mesmos proprietários, antes de virem para o museu? Será que a forma a que alguns museus nos habituaram, de ver as coleções por secções separadas, que não se cruzam nem se espreitam; coleções bem arrumadas em gavetas bem catalogadas; salas que de forma cronológica e sequencial nos contam uma história, contribuirá para esta forma pré-concebida de olharmos a história de forma linear? Poderiam os museus, pelo contrário, contribuir para a reconstrução da história dos acontecimentos, reforçando o caráter híbrido e líquido dos momentos de transição?

CONCLUSÕES

Neste estudo questionou-se se nos museus, tal como na história, a sequência de acontecimentos é um percurso líquido e híbrido. Não existindo fronteiras entre tempos, acontecimentos e áreas, é na interceção que nasce a novidade e a mudança, num processo de reestruturação. Recorreu-se a uma análise em contraponto da experiência de transversalidade vivida pela educação nos museus no final do século XX e de experiência semelhante vivida pela criatividade nos museus, no início do século XXI. A análise procurou evidenciar que uma abordagem do museu contemporâneo como realidade híbrida e fluida serve melhor para a contextualização da museologia contemporânea do que uma visão segmentada e sequencial, que por vezes não permite entrar na complexidade dos acontecimentos ou contextos.

Ao apresentar esta comparação entre o caminho da educação no final do séc. XX e o da criatividade no início do séc. XXI pretende evidenciar-se que este é um mesmo caminho, da construção de conhecimento e de sentidos num museu, de aprendizagem, pessoal, que encara novos desafios, com ferramentas criativas. As preocupações com a criatividade podem assim levar mais longe, em profundidade e complexidade, o caminho já percorrido pela educação nos museus.

Pretendeu-se ainda refletir sobre a forma como se organizam os contextos expositivos dos museus e o seu potencial para sublinhar o caráter híbrido e líquido da história ou, pelo contrário, para continuar a manter a ideia sequencial e linear da história.

Todos os seres humanos têm capacidades criativas e a sobrevivência humana depende do desenvolvimento dessas capacidades⁵³. Também a sobrevivência do museu depende, em alguns casos, do pôr a criatividade ao serviço da sua sustentabilidade, comunicação e missão. Tornar os museus mais criativos pode alimentar a criatividade e curiosidade dos visitantes, o que é importante para os museus e para os indivíduos. Mas para que isso aconteça, é necessário alimentar a criatividade no museu. É preciso ultrapassar pré-conceitos estabelecidos sobre o caráter sequencial e estático da história e perceber como é que os museus podem ajudar a reconstruir esse conceito, de forma personalizada, plurifacetada e complexa. A criatividade no museu não será, então, um virar de página, mas um reescrever da mesma página que vinha sendo escrita, tornando-a mais complexa e plurifacetada.

BIBLIOGRAFIA

- AAM (2012) – Creative Community. Letter from 2012 Annual Meeting Virtual Conference Disponível em <<http://aamcommunity.org/aam2012/>>. [Consulta realizada em 31/10/2012]
- AMIGNONI, F. & SCHIAFFONATI, V. (2003) – *The Minerva Multiagent System for Supporting Creativity in Museums Organization*. In IJCAI Conference Proceedings. Workshop on Creative Systems: Approaches to Creativity in AI and Cognitive Science
- BAUMAN, Zygmunt (2006) – *Lyquid Modernity*. Cambridge: Polity.
- BUSS, Keno (2011) – *Behavioural Patterns for the Analysis of Creative Behaviour*. Leicester: Montfort University, Software Technology Research Laboratory. Tese de Doutoramento.
- CALAF, R.; NAVARRO, A.; SAMANIEGO, J. A. (2000) – *Ver y Comprender el Arte Del Siglo XX*. Madrid: Proyecto Editorial da Síntesis Educación.
- CFFM (2014) – *Trendswatch*. [s.l.]: Center for the Future of Museums, American Alliance of Museums.
- COXALL, Helen (1994) – *Museum Text as Mediated Message*. In HOOPER-GREENHILL, Eilean. ed. – *The Educational Role of the Museum*. London and New York: Routledge, p. 132-139.
- DALEY, K. E. (2005) – *Taking Care of Your Creativity*. «JME, Journal of Museum Education», série 1, vol 30, p. 23-31.
- DAM (2001) – *Interactives for Adults*. Denver: Denver Art Museum.
- (2007) – *New Angles on Interpretation in the DAM's New Hamilton Building*. Denver Art Museu. ed. Disponível em <http://denverartmuseum.org/sites/all/themes/dam/files/new_angles.pdf>.

⁵³ DALEY, 2005.

- (2009) – *Creativity Resource for Teachers. The Story of Putting Together an Online Teacher Resource*. Denver Art Museu. ed. Disponível em < <http://creativity.denverartmuseum.org/about-creativity-resource-for-teachers/>>.
- DUFRESNE-TASSÉ, Caulette (2014) – *Experience Intense et Experience D’Immersion: Rapport d’Observations Directes*. «Mouseion», vol. 19, p. 27-42.
- ESTERAS, S. M. (2010) – *Museos Sociales: Espacios para la Construcción de pensamiento divergente através de la interaccion com el patrimonio*. In MACAYA, A. Rosa & SUÁREZ, Marisa, Ed. – *Arts, Museus i inclusió Social, el Mirall Multiple*. Tarragona: Disputació de Tarragona, p. 134-159.
- FALK, John & DIERKING, L. D. (2000) – *Learning from Museums. Visitor Experiences and the Making of Meaning*. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Plymouth, UK: Altamira Press.
- FISHER, Daryl & LEVINSON, Lisa (2010) – *Redefining Successful Interpretation in Art Museums*. «Curator: The Museum Journal», vol.53, p. 299-323.
- FOLEY, Cindy (2014) – *Why Creativity? Articulating and Championing a Museum’s Social Mission*. «JME – Journal of Museum Education», série 2, vol. 39, p.139-151.
- GRASSO, H. M.; HOWARD (1994) – *Collaboration: towards a more Holistic Design Process*. In HOOPER-GREEHILL, Eilean. ed. – *The Educational Role of the Museum*. London and New York: Routledge, p. 118-123.
- HAM, Sam (1994) – *Cognitive Psychology and Interpretation: Synthesis and Application*. In HOOPER-GREENHILL; Eilean. ed. – *The Educational Role of the Museum*. London and New York: Routledge, p. 107-117.
- HEIN, George (1998) – *Learning in the Museum*. [s.l.]: Routledge.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean (1994a) – *The Educational Role of Museum*. London and New York: Routledge.
- (1994b) – *Museum Education*. In HOOPER-GREENHILL, Eilean. ed. – *The Educational Role of the Museum*. London and New York: Routledge, p. 229-257.
- (1994c) – *The Past, the Present and the Future: Museum Education* In HOOPER-GREENHILL, Eilean. ed. – *The Education Role of the Museum*. London and New York: Routledge, p. 258-262.
- (1994d) – *Who Goes to Museums?* In HOOPER-GREENHILL, Eilean (Ed.), *The Educational Role of the Museum*. London and New York: Routledge, p. 47-59.
- KOTLER, Neil (2003) – *Creativity and Interactivity: New Ways to Experience, Market and Manage Museums*.
- MASET, Pierangelo (2005) – *Pedagogia del Arte como Forma Prática del Arte. El Concepto de Operaciones Estéticas*. In BERTRÁN MIE, L. ed. – *Educación como Mediación en Centros de Arte Contemporaneo*. Salamanca: Universidad Salamanca y Junta de Castilla y Leon, p. 55-66.
- MIRARA, F. K. (2007) – *Leading Creativity: Creating and Sustaining visits to Museums in the 21st century*. Paper presented at the Intercom – Leadership Challenges in the 21 st century. Disponível em <intercom.museum/documents/Frederickkaranja.pdf>.
- MORRIS, Rachel (2013) – *Hybrid Museum*. Disponível em <http://www.mela-project.eu/upl/cms/attach/20130128/230741949_2742.pdf>. [Consulta realizada em 4/06/2014]
- NACCCE (1999) – *All Our Futures: Creative, Culture and Education*. UK: Report to: the Secretary of State for Education and Employment; the Secretary of State for Culture, Media and Sport.
- NMDC (2004) – *Museums and Galleries: Creative Engagement*, United Kingdom.

- NORRIS, Linda & TISDALE, Rainey (2014) – *Creativity in Museum Practice*. Walnut Creek, California: Left Coast Press Inc.
- PORTER, G. (1994) – *Alternative Perspectives*. In HOOPER-GREENHILL, Eilean. ed. – *The Educational Role of the Museum*. London and New York: Routledge, p. 162-165.
- SEMEDO, Alice (2014) – *Museum Mediators in Europe. Connecting Learning in a Field of Experience*. «Museum Worlds: Advances in Research», vol. 2, p. 170-176. doi: 10.3167
- SIMON, Nina (2010) – *The Participatory Museum*. Disponível em <<http://www.participatorymuseum.org/>>.
- TALBOYS, Graeme (1996) – *Using Museums as an Educational Resource*. Hants, England and Vermont, USA: Arena.
- (2000) – *Museum Educator's Handbook* Disponível em <<http://upir.ir/934/-Museum-Educator-039-s-Handbook.pdf>>.
- VAN OOST, Olga (2012) – *Living Lab Methodology in Museum Studies: An Exploration*. In KRISTIANSEN, E. ed. – *The Transformative Museum. Proceedings of DREAM Conference* (pp. 482-493). Roskilde University, Denmark: DREAM, Danish Research Center on Education and Advanced Media Materials.
- WINTERBOTHAM, Nick (1994) – *Happy Hands-on*. In HOOPER-GREENHILL, Eilean. ed. – *The Educational Role of the Museum*. London and New York: Routledge, p. 175-176.

MONTE BRANCO DA FOZ DO CARVALHO (SÃO MARCOS DA SERRA, SILVES): 5 MILÉNIOS DE EVOLUÇÃO HISTÓRICA ATÉ À SUBMERSÃO NA BARRAGEM DE ODELOUCA

SUSANA RODRIGUES COSME*

Resumo: As margens da Ribeira de Odelouca encerravam uma história desconhecida. A vida decorria calma, sem luz elétrica, ao sabor da velocidade da lavra do Carito, o burro do Sr. José. Praticava-se uma agricultura de subsistência, sachavam-se as favas, plantavam-se as batatas, também as doces, colhiam-se as laranjas e no inverno fazia-se a aguardente de medronho em destilarias que eram tantas ou mais do que as habitações. Aí chegou a Barragem, já falavam dela desde os anos 60 do século XX. Desde então não se faziam obras nas casas pois vinha a barragem, mas ela teimava em chegar. Os filhos cresceram e saíram à procura de uma vida melhor e os jovens casais dos anos 60 são agora casais de idosos, viúvas ou viúvos, guardiões das memórias passadas e presentes, muitas vezes escondidas margens da Ribeira.

Palavras-chave: Arqueologia; Antropologia; Etnografia; Memórias.

Abstract: The Ribeira de Odelouca's margins kept unknown stories. Life was quiet, without electricity, at the pace of the plowing of Carito, Mr. José's donkey. Here subsistence agriculture was the rule, beans, potatoes, sweet potatoes were produced, oranges were grown and, during the winter, strawberry tree brandy was made in distilleries, as many or more than the households that existed. Then, the damn arrived. It was already spoken of since the 1960's. Since then, hardly any maintenance was made on the houses, as the damn was arriving. Though it took its time. The children grew up and left, in search of a better life. And the young couples from the 1960's are now old people, mainly widowers, guardians of the past and present memories, hidden in the margins of the Ribeira.

Keywords: Archaeology; Anthropology; Ethnography; Memories.

* Arqueóloga independente e investigadora do CITCEM. susanarodriguescosme@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O tema desta 5ª secção ao colóquio Genius Loci, “Mundos de transição” levou-nos a apresentar aqui uma diacronia de ocupação humana de pelo menos 5 milénios num espaço concreto, o Monte Branco da Foz do Carvalho, no vale da ribeira de Odelouca, freguesia de São Marcos da Serra, concelho de Silves e, tentar perceber, ao longo destes 5 milénios de ocupação humana, que transições existiram e de que forma elas se nos deram a conhecer ao longo do nosso estudo.

O que aqui apresentamos resulta do trabalho realizado para a empresa de arqueologia Archeo’Estudos, Ltd., tendo como dono de obra a Empresa Águas Públicas do Algarve na área da albufeira da Barragem de Odelouca, fazendo esta parte do Programa de Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos do Algarve, cujo objetivo é o fornecimento de água ao barlavento algarvio, o que aconteceu a 1 de junho 2012.

Foi o concretizar de um polémico projeto que deu os seus primeiros passos em 1972, se bem que já se ouvia falar da barragem desde os anos de 1960.

FASEAMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos de campo que levaram a este estudo foram realizados em diversas fases, com o contributo de diversos profissionais e de várias áreas científicas:

- Levantamento etno-arqueológico¹,
- 1ª Fase de trabalhos arqueológicos²,
- 2ª Fase de trabalhos arqueológicos³,
- Acompanhamento da desmatção na área a inundar pela albufeira⁴,
- 3ª Fase de trabalhos arqueológicos⁵.

¹ Realizado por Susana Cosme (arqueóloga) e Tânia Madureira (antropóloga cultural) entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008 (COSME, 2010b, 877-886).

² Realizados por Susana Cosme, Filipa Antunes, Bruno Magalhães, Ângela Araújo; Anabela Sá; António Chaney e Carla Pinheiro entre março e maio de 2009 (COSME, 2010a, 129-144), na Necrópole da Sapeira (SPR52.09); Telheiro da Sapeira (SPR58.09); Foz da Benafátima (SPR61.09); Casa dos Mouros 1 (CM78.09) e na Necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho (MB95.09).

³ Realizados por Susana Cosme; Andréa Oliveira; Tapício da Nóbrega; Sandrino Rosa; Maria Luísa Nata; Cristina Pombal, entre março e maio de 2009. Interveio-se no Telheiro da Sapeira (SPR58.09); Casa dos Mouros 1 (CM78.09) e na Necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho (MB95.09).

⁴ Trabalho realizado por Filipa Pinto.

⁵ Trabalho realizado por Susana Cosme; Filipa Pinto; Tapício Nóbrega; Alexandrina Amorim; Luciano Vilas Boas, 15 e 16 de abril com a tentativa de alargamento da necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho e 22 dias úteis entre 5 de maio e 9 de junho de 2010. Nesta fase realizaram-se trabalhos na

CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA

O local de estudo insere-se na zona que viria a ser inundada pela albufeira da barragem de Odelouca, incluindo as margens da ribeira de Odelouca na freguesia de São Marcos da Serra, concelho de Silves e da freguesia de Alferce no concelho de Monchique, ambas do distrito de Faro (Carta Militar de Portugal, 1:25.000, n.ºs 578 e 586).

Geologicamente trata-se de uma zona serrana, xistosa, a que Orlando Ribeiro chamou «um mar de cabeços de xisto»⁶. Localiza-se ligeiramente a sul da depressão tectónica de São Marcos da Serra – São Bartolomeu de Messines, que separa a Serra do Caldeirão da Serra de Monchique e que dividimos em três áreas de características distintas:

1. De São Marcos da Serra até à Foz de Benafátima, na Sapeira;

Zona caracterizada por um vale aberto, com terrenos de cultura de regadio, onde abundam os poços com noras metálicas. As cascalheiras e aluviões são parte integrante do leito da ribeira. É uma zona de fácil progressão no trabalho de prospeção, uma vez que tem acessos facilitados à ribeira e às estruturas.

2. Área que se estende da Foz de Benafátima até à Foz do Carvalho;

Nesta zona estamos perante um vale mais estreito entre montes com encostas altas e inclinadas na margem esquerda e declive um pouco mais suave na margem



Fig. 1.
Vista da Zona 2 –
Monte Branco da Foz
do Carvalho.

Necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho (MB95.10); Telheiro da Sapeira (SPR58.10); Casa dos Mouros 1 (CM78.10) e na Casa dos Mouros 241 (CM241.10).

⁶ RIBEIRO, 1991: 1261.

direita onde o povoamento é disperso, aproveitando os terrenos desta margem para alguma cultura de regadio. A margem esquerda tem acessos até ao Moinho do Talurdo 4. Quanto à margem direita, a prospeção é facilitada pelos acessos e pelas informações orais das populações que ainda aí habitavam.

3. Zona entre a Foz do Carvalho e Odelouca, onde se localiza o paredão da barragem.

A terceira área caracteriza-se por um vale estreito, com encostas abruptas e vegetação muito densa, onde o povoamento é quase nulo mas mais concentrado já junto ao paredão da barragem. Nesta área já não habitava ninguém e a maior parte dos terrenos encontrava-se já expropriada, apresentando-se com vegetação densa e plantio de eucaliptos.

MONTE BRANCO DA FOZ DO CARVALHO

Neste estudo centrámo-nos na zona 2, onde se localiza o Monte Branco da Foz do Carvalho. É neste local, com 3 sítios intervencionados com sondagens arqueológicas e com as vivências e memórias dos habitantes locais, que tentámos caracterizar a ocupação humana desta zona do vale.

As margens da Ribeira de Odelouca encerravam uma história desconhecida. A vida decorria calma, sem luz elétrica, ao sabor da velocidade da lavra do Carito, o burro do Sr. José. Praticava-se uma agricultura de subsistência, sachavam-se as favas, plantavam-se as batatas, também as doces, colhiam-se as laranjas e no inverno fazia-se a aguardente de medronho em destilarias que eram tantas ou mais do que as habitações. Para tudo isto era essencial a água da ribeira, visto que, por aqui não chegou a água canalizada e o abastecimento era feito através de poços, furos e represas, de onde se bombeia água com recurso a motores.

Aí chegou a Barragem, já falavam dela desde os anos 60 do século XX. Desde então não se faziam obras nas casas pois vinha a barragem, mas ela teimava em chegar. Os filhos cresceram e saíram à procura de uma vida melhor e os jovens casais dos anos 60 são agora casais de idosos, viúvas, essencialmente, ou viúvos que resolveram esconder nas margens da Ribeira vergonhas que a aldeia não entendia.

Era agora preciso abandonar este mundo, a ribeira que até aqui tudo dava, a partir de agora tudo ia tirar. Agora que tudo ia desaparecer, interessavam-se pelas suas vidas. Queriam saber como faziam a aguardente. Em que mês plantam as favas. Como eram os bailaricos. O Sr. Mário pôde contar que conheceu a sua Maria Teresa, “...num bailarico”. O Sr. Zeca ajudou-nos a compreender as ruínas



Fig. 2.
Sr. José lavrando os terrenos com o burro “Carito” e o arado.



Fig. 3.
Sr. António sachando as favas.

dos moinhos de Talurdo onde o seu pai foi o último moleiro e onde ele próprio chegou a viver. Foi com emoção que recordou as vivências do local e reconheceu a pedra onde a mãe lavava a roupa.

Simultaneamente à recolha oral, foram identificados 150 elementos patrimoniais entre: igrejas, pontes, casas de habitação, moinhos de água, moinhos de vento, poços, noras, tanques, fornos, currais, eiras, destilarias e sítios arqueológicos. Destes últimos, 5 por ficarem em zona a submergir, foram alvo de sondagens arqueológicas.

Entre março e maio de 2009, foram realizadas sondagens arqueológicas de forma a ter uma primeira avaliação de cada sítio e conseqüentemente realizar as medidas de minimização mais adequadas a cada local. Mais tarde, alguns desses trabalhos revelaram-se infrutíferos (caso da Necrópole da Sapeira), outros de pouco interesse (Foz da Benafátima); outros tiveram alargamento da área intervencionada (Telheiro da Sapeira, a Casa dos Mouros 1 e a Necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho). Foi ainda intervencionado um sítio inédito, descoberto aquando do acompanhamento da desmatação da albufeira, a Casa dos Mouros 241.

Na zona que nos interessa para este estudo apresentamos os resultados finais das intervenções realizadas na Casa dos Mouros 1 (CM78.09/10), Casa dos Mouros 241 (CM241.10) e na necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho (MB95.09/10).

CASA DOS MOUROS 1 (CM75.09)

Sítio localizado a meia encosta da margem direita da ribeira, encontrava-se completamente cheio de esteva, medronheiros e mato característico da mata mediterrânica. Foi referido em conversa com a D. Antonieta Joia, que em frente à casa dela existiam duas estruturas “muito antigas” e que lhes chamavam “Casa dos Mouros”.

Foi necessário realizar, numa primeira fase, a desmatação e limpeza desta estrutura, bem como a limpeza de pedras caídas no seu interior. Esta estrutura tinha uma planta retangular, encontrava-se dividida em dois espaços interligados por uma abertura no muro interior. Um espaço apresentava duas entradas: uma virada a sul e outra a oeste. O segundo espaço era dividido em duas áreas por um degrau e apresentava uma entrada virada a este.

Tipologicamente era uma estrutura construída com muros de xisto e argamassa argilosa, sem vestígios de reboco. Eram muros de muito boa construção comparando com as estruturas detetadas nas construções da região, com uma espessura de 45cm e em certos tramos do paramento atinge uma altura de cerca de 1,50m.

Em termos de funcionalidade parecia ser uma estrutura de apoio a atividades agrícolas. Pela tipologia de construção dos muros parecia ser uma estrutura de cronologia romana, se bem que haveria necessidade de o comprovar.

Após uma primeira fase de sondagens de diagnóstico em 13 m² verificou-se a cronologia avançada da estrutura da Casa dos Mouros dada a presença de materiais cerâmicos de época romana e algumas estruturas que pareciam apontar para possíveis sepulturas, nomeadamente, algumas com cobertura de lajes de xisto e a metade inferior de um dolium virado ao contrário sob um dos muros da Casa dos Mouros. Com o alargar destas sondagens verificou-se não



Fig. 4.
Casa dos Mouros 1
com a estrutura
ovalada da Casa dos
Mouros 241 em cota
inferior.

se tratar de sepulturas, mas de outro tipo de estruturas negativas. Como o sítio ia ser inundado e devido à necessidade de se perceber que estruturas existiam sob a Casa dos Mouros resolveu-se fazer a demolição acompanhada da Casa dos Mouros e escavar em área a zona com as estruturas de cronologia romana, que antecederam a construção deste espaço.

Foram identificadas várias estruturas negativas, delimitadas por um muro a Norte. À maior parte destas estruturas estão associados diversos buracos de poste, o que indica a presença de estruturas percíveis, que seriam cobertas recorrendo também a materiais percíveis, pois não foram exumados fragmentos de material de construção romano associados a cobertura de espaços. Foram registados vários tanques, uma pedra que foi interpretada como possível peso de lagar e uma estrutura negativa de forma retangular escavada na rocha, aplanada, com dois covachos para suporte de fundos de dolium, que teria uma funcionalidade de armazém. Todas estas estruturas parecem pertencer a um lagar muito rudimentar com estruturas na sua maior parte negativas, com materiais percíveis e de cronologia romana.

CASA DOS MOUROS 241

Esta estrutura foi detetada durante os trabalhos de acompanhamento da desmatção da albufeira e foram realizadas algumas sondagens de forma a obtermos uma caracterização funcional e cronológica desta estrutura. Trata-se de uma estrutura

construída em xisto com muros com uma espessura entre os 0,50m e os 0,80m e que em alguns troços atinge cerca de 1,50 de altura. Trata-se de um recinto com cerca de 40m de comprimento (E/W) por 23 de largura (N/S). Não foram identificadas entradas neste recinto.

Em termos de localização, a Casa dos Mouros 241 fica a meia encosta entre a Casa dos Mouros 1 e a ribeira de Odelouca, na freguesia de São Marcos da Serra, concelho de Silves.

Quanto à sua funcionalidade, apesar de não se ter identificado nenhuma entrada, parece ter sido um recinto para recolha e proteção de animais ou um curral a existência de uma mina de água dentro do espaço permitia que os animais aí permanecessem mais tempo. O facto de não se ter identificado a entrada pode ser justificado pelo elevado grau de destruição de certos tramos da estrutura.

A maior parte do espaço interior encontra-se com a rocha-base à superfície o que indica a pobreza do solo para a agricultura apesar da presença de uma nascente de água dentro da área murada que podia permitir ser este, também, um espaço de horta nas zonas com maior potência de terra.

Independentemente da funcionalidade desta estrutura, que não ficou clara pelo registo arqueológico em termos cronológicos, e tendo em conta a tipologia de construção dos muros, será da mesma época da Casa dos Mouros, com a qual estaria relacionada.

NECRÓPOLE DO MONTE BRANCO DA FOZ DO CARVALHO (MB95.09)

A necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho foi identificada em prospeção e depois de algumas informações orais que se referiam ao sítio como “o cemitério”. Esta identificação deu-se na primeira fase dos trabalhos e foi objeto da intervenção arqueológica possível, antes da sua submersão, que se verificou a 16 de abril de 2010.

Nas 3 fases de escavação foram intervencionados cerca de 380m² e identificadas 19 sepulturas de períodos cronológicos distintos e de tipologias de enterramento diversas. Destas 19 sepulturas, 4 são da Idade do Bronze (5, 6, 7 e 8), com tipologia de enterramento em cista, caixa trapezoidal ou retangular, construídas em de lajes de xisto. Em nenhuma delas foram detetados restos osteológicos. Destas 4 sepulturas, 3 apresentam uma peça cerâmica como “oferenda” (5, 6 e 8).

Foi ainda registada a sepultura 4 que devido ao seu grau de destruição não foi possível balizar cronologicamente. Em função dos vestígios detetados, poderá ser igualmente uma cista.



Fig. 5.
Trabalhos na
necrópole do Monte
Branco da Foz do
Carvalho.

De cronologia romana (século I/II) foram identificadas 13 sepulturas de incineração secundária e uma de incineração primária, abertas em covacho sobre o solo geológico; apresentam uma forma sub-retangular a ovalada (1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19). De destacar a sepultura 3 pela quantidade de espólio exumado e a sepultura 16 por ser uma sepultura de incineração primária. As sepulturas distam entre si cerca de 3m. A informação antropológica relativa aos indivíduos é mínima devido ao grau de destruição por ação do fogo dos restos osteológicos. Já o espólio votivo pode dar-nos uma ideia sobre as pessoas a quem foram oferecidos. Se há sepulturas que pelo seu espólio podem indicar pertencer a indivíduos do sexo feminino, pois apenas têm peças cerâmicas e vítreas (por exemplo a 1 e a 2), já a sepultura 3 pensamos pertencer a um indivíduo do sexo masculino em função da arma e das peças ligadas à agricultura e/ou carpintaria. Também podemos deduzir que o indivíduo da sepultura 3 teria uma posição hierárquica mais elevada, podendo ser militar (presença de adaga e de tachas) ou agricultor (presença de alvião). Em apenas mais uma sepultura, a número 10, se encontrou uma arma (pequena falcata). De resto, as peças exumadas limitam-se a cerâmicas de uso comum, peças vítreas como copos ou o unguentário da sepultura 2. A presença de uma lucerna e/ou de uma moeda é também característico deste período, mas aqui apenas surgem numismas nas sepulturas 1, 2, 3 e 12, e quanto a lucernas, elas surgem nas sepulturas 3, 12, 14 e 17.

Quadro 1. Tabela de Sepulturas.

<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 1	Época Romana	84x46x18	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Sem espólio osteológico, sem carvões, com uma peça em cerâmica, 1 em vidro e 1 numisma.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 2	Época Romana	82x22x13	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Com espólio osteológico, com carvões, 1 numisma, 1 copo em vidro, 1 prato e 1 pote em sigillata e 1 unguentário em vidro.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 3	Época Romana	70x36x28	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Com vestígios osteológicos, com carvões, 1 numisma, 2 potes, 1 taça em cerâmica comum, 1 lucerna, 1 ponta de lança em ferro, 1 alvião em ferro, 1 punção de bico, 1 punhal em ferro, 138 tachas em ferro e 2 argolas em bronze.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 4	Indefinido	104x46x23	Cista?
<i>Espólio</i>	Sem espólio osteológico, sem carvões e apenas alguns fragmentos de cerâmica comum no exterior da sepultura.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 5	Idade do Bronze	97x52 (cabeceira) x44 (pés) X29	Cista NE/SW
<i>Espólio</i>	Sem espólio osteológico ou carvões e com uma peça cerâmica.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 6	Idade do Bronze	88x56x42	Cista NW/SE
<i>Espólio</i>	Sem espólio osteológico, sem carvões, com uma peça cerâmica.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 7	Idade do Bronze	95x50x30	Cista NE/SW
<i>Espólio</i>	Sem espólio osteológico, sem material associado.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 8	Idade do Bronze	90x58x30	Cista NE/SW
<i>Espólio</i>	Sem espólio osteológico e com uma peça cerâmica.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 9	Época Romana	78x50x18	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Sem espólio osteológico, sem carvões, com escória, 1 pote de sigillata, cerâmica de paredes finas, 1 pote e 2 taças em cerâmica comum.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>

MONTE BRANCO DA FOZ DO CARVALHO (SÃO MARCOS DA SERRA, SILVES):
5 MILÊNIO DE EVOLUÇÃO HISTÓRICA ATÉ À SUBMERSÃO NA BARRAGEM DE ODELOUCA

Sep. 10	Época Romana	65x52x16	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Sem espólio osteológico ou carvões, com uma falcata em ferro.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 11	Época Romana	66x38x18	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Com ossos e carvões e cerâmica comum.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 12	Época Romana	72x40x24	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Sem material osteológico, com carvões, 1 pote com asa em cerâmica comum, fragmentos de lucerna, 1 taça ou pote e 1 numisma.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 13	Época Romana	98x64x24	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Sem material osteológico, com carvões, com 1 copo em vidro e fragmentos de lucerna.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 14	Época Romana	66x34x18	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Sem material osteológico, com carvões, 2 taças em cerâmica comum, 1 lucerna e 1 taça em vidro.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep.15	Época Romana	88x43x7	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Com material osteológico, com carvões, 1 fragmento de cerâmica comum e fragmentos de barro queimado.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep.16	Época Romana	102x70x32	Incineração primária NE/SE
<i>Espólio</i>	Com 1 incisivo superior direito e com carvões, 1 taça e 2 potes em cerâmica comum sobre uma camada de madeira carbonizada. o que pode indicar uma sepultura de incineração primária.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 17	Época Romana	59x33x5	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Com material osteológico, sem carvões, com fragmentos de lucerna, cerâmica comum e ferro.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 18	Época Romana	98x54x12	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Sem material osteológico, sem carvões, com 1 taça em cerâmica comum e 1 taça em vidro.		
<i>N.º de Sep.</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Medidas em cm</i>	<i>Tipologia/Orientação</i>
Sep. 19	Época Romana	106x49x22	Incineração secundária NE/SE
<i>Espólio</i>	Sem material osteológico, com carvões, com 1 prato em sigillata, vidro e cerâmica comum.		

CONCLUSÕES

Apesar de não terem sido identificados locais de habitat de cronologias antigas, quer as necrópoles, quer o sítio da Casa dos Mouros 78 e 241, dão-nos algumas indicações sobre as atividades económicas em época romana nesta região, designadamente a agricultura (azeite ou vinho em lagar rudimentar) e a pastorícia.

Independentemente das actividades realizadas, verificou-se uma ocupação do território desde pelo menos a Idade do Bronze até à atualidade, para o que em muito deverá ter contribuído o fácil acesso à água da Ribeira de Odelouca.

A continuidade espacial dos enterramentos na Necrópole do Monte Branco poderá ter sido devido à existência de uma memória relacionada com um espaço ritual ou sagrado.

Quando se fala em mundos de transição, para além de transição cronológica, como o caso da Necrópole do Monte Branco, e mutações de funcionalidades, sendo exemplo a Casa dos Mouros, porventura a transição mais significativa será a espacial consubstanciando-se nas deslocações das populações, o que se verificou na atualidade com a construção da barragem.

A importância do Património Material e Imaterial de uma população é essencial para a sua memória individual e colectiva, daí que seja importante realizar o seu registo, nas mais diversas áreas científicas, tentando compreender a ocupação espacial deste território – Bacia da Ribeira de Odelouca, ao longo de 5 milénios, assim como a sua articulação com os recursos aquíferos.

Na sequência da construção da barragem, os principais impactes conhecidos e identificados são:

- Alguns elementos arquitetónicos, etnográficos e arqueológicos submersos,
- A inundaçãõ de terrenos agrícolas de maior fertilidade,
- A deslocaçãõ de habitats de fauna,
- A deslocaçãõ de populações humanas.

Mas como dizia a D. Conceição: “Então agora vamos para São Marcos da Serra ou Alferce e deixamos tudo aqui?” O que é este “tudo” de que fala a D. Conceição?

Neste caso ela referia-se a deixar de ter acesso à água da ribeira, à perda das suas terras, o deixar a casa onde nasceu, casou, teve as filhas, mas, principalmente, deixar os seus vizinhos, as conversas, as suas memórias e agora até os “seus” mortos. Sim, porque os mortos da necrópole do Monte Branco da Foz do Carvalho passaram a ser seus antepassados.

O empobrecimento destas populações não passou apenas pela perda de terras, falta de ganha-pão, perda de habitações, mas principalmente com a desarticulação da comunidade:

A D. Conceição e o Sr. Ataíde foram para Alferce, vivendo agora numa casa sem horta e longe dos antigos vizinhos; O Sr. António e a D. Alzira foram para São Marcos da Serra e tiveram de vender os animais pois não tinham espaço para os burrinhos; O Sr. José e a D. Ilda foram viver para São Marcos da Serra; A D. Tereza e o Sr. Mário para outra casa de São Marcos da Serra mas mantiveram parte dos terrenos junto à barragem onde construíram uma nova destilaria, agora sem vizinhos; A D. Antonieta foi para longe, para perto da filha, mas volta na altura do medronho para os terrenos que sobraram e faz a destila na do Sr. Mário; O Sr. António e a D. Maria foram viver para um monte afastado da aldeia, continuavam a poder realizar as atividades que tinham e a manter os animais. Mas, infelizmente, a D. Maria não chegou a poder usufruir deste novo espaço: faleceu em finais de 2010. A D. Leonilde Marques foi viver com o filho; o Sr. Manuel Valverde foi para um lar e é visitado pelo Sr. Francisco Vargas, que foi viver com o filho; o Sr. Zeca adoeceu e foi viver com a filha, afastado da companheira de vida, a D. Tereza.

O “grau” de transição no mundo destas pessoas não é, com certeza, o mesmo que no meu mundo ou no mundo do romano depositado na sepultura 3 ou de quem foi enterrado há 5 mil anos na sepultura 8. Cabe-nos a nós, pelo menos, tentar registar o máximo destas informações para que a memória delas permaneça.

Como diz Patrício Guzmán no seu documentário «Nostalgia da luz» de 2010:

Os que têm memória são capazes de viver no frágil tempo presente. Os que não a têm não vivem em lado nenhum.

BIBLIOGRAFIA

- COSME, Susana Rodrigues (2010a) – *Necrópoles no vale da Ribeira de Odelouca, São Marcos da Serra*. «XELB», 10, p.129-144.
- (2010b) – *Levantamento Etno-Arqueológico da Albufeira de Odelouca*. «XELB», 10, p. 877-886.
- GUZMÁN, Patrício (2010) – *Nostalgia da luz*. Chile: Atacama Productions. DVD, 90 minutos.
- RIBEIRO, Orlando (1991) – *Opúsculos Geográficos. O mundo rural*. Vol. 4, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VERNACULAR:
EXPRESSÕES E REPRESENTAÇÕES

APRESENTAÇÃO

Esta secção acolhe contributos para a discussão de expressões culturais (materiais e imateriais) que se organizem no espaço da dicotomia formal erudito/popular, com as suas infinitas e biunívocas leituras, sempre referenciadas aos diferentes tempos e contextos históricos.

Privilegia-se as temáticas que valorizem os pontos de confluência e sinergia, quer perspectivados a partir das idiossincrasias e quotidianos dos grupos maioritários da sociedade, quer a descoberta do popular, a sua apropriação e a respetiva reinvenção pelas classes possidentes, e ainda as mais recentes formas de autorrepresentação do tradicional, fruto da alteridade ganha com as transformações económico-sociais do último meio século.

FOREWORD

The present section contains contributions that concern the discussion of cultural expressions (both material and immaterial) that are categorised within the space of the erudite/popular formal dichotomy, with its infinite and biunivocal readings, perpetually connected to the different historical periods and contexts.

We emphasise the subjects that value the points of confluence and synergy, whether they are perceived through the idiosyncrasies and the everyday life of the major groups within society, or through the discovery of folk knowledge, its appropriation and its respective reinvention by the most powerful classes, as well as the most recent forms of self-representation of what is perceived as traditional, a product of alterity refined by the economic-social transformations that occurred in the latter half of the 20th century.

AS EXPRESSÕES DE ARQUITECTURA VERNACULAR EM CONTEXTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

GERTRUDES BRANCO*

Resumo: A legislação de Avaliação de Impacte Ambiental (Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro) demanda a descrição dos factores ambientais, susceptíveis de serem afectados pela execução de um vasto conjunto de projectos, onde se inclui o património arquitectónico e arqueológico. Uma dissertação recente, tendo por base a informação patrimonial produzida no âmbito dos projectos submetidos a Avaliação de Impacte Ambiental no Alentejo Central, reflectiu sobre a caracterização, avaliação e minimização de impactes sobre as ocorrências patrimoniais de natureza arquitectónica, na sua maioria expressões e representações vernaculares.

De acordo com o estudo efectuado, os edifícios e estruturas vernaculares correspondem a cerca de 30% dos registos patrimoniais inventariados. Contudo, ainda que o inventário reconheça implicitamente a importância patrimonial das representações vernaculares, a sua caracterização, avaliação e minimização peca pela falta de critérios e profissionalismo, comprometendo irremediavelmente a salvaguarda destas expressões materiais.

A inventariação, traduzida na memória descritiva, registo gráfico e fotográfico das representações vernaculares, é feita, exclusivamente, por arqueólogos. Estes profissionais decidem as medidas de minimização a aplicar às ocorrências patrimoniais vernaculares, afectadas de forma negativa e irreversível em obra, e procedem à sua execução no âmbito dos trabalhos arqueológicos em curso. A ausência de enquadramento teórico e de uniformidade metodológica compromete a validade e utilidade dos registos patrimoniais vernaculares, enquanto expressões fundamentais da identidade das comunidades pretéritas, tornando-os meros documentos, anexados aos relatórios arqueológicos, sem reverterem para uma base de dados informativa que possibilite o seu conhecimento e divulgação.

Palavras-chave: Património arquitectónico; Avaliação de impacte ambiental; Legislação.

Abstract: The Environmental Impact Assessment (Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro) demand the description of environmental factors likely to be affected by the implementation of a wide range of projects, which includes architectural and archaeological heritage. A recent dissertation, based on the information produced on projects ,subject to Environmental Impact

* CHAIA / Universidade de Évora. gertrudes.branco@gmail.com.

Assessment in Central Alentejo, included the characterization, assessment and minimization of impacts on architectural structures, mostly vernacular representations.

According to the study, the buildings and vernacular structures correspond to 30% of inventory records. However, although the inventory recognize the heritage significance of the vernacular representations, their characterization, evaluation and minimization suffers from the lack of criteria and professionalism, irrevocably compromising the protection of such materials expressions.

The inventory, reflected in the descriptive document, graphic and photographic record of the vernacular representations, is made exclusively by archaeologists. They decide the mitigation measures to be applied to vernacular structures affected negatively and irreversibly by works, and proceed to its implementation within the archaeological work.

The lack of theoretical framework and methodological uniformity undermines the usefulness of the vernacular heritage records, as fundamental expressions of identity of past communities, making them mere documents attached to archaeological reports, without reverting to an information database that allows your knowledge and disclosure.

Keywords: Architectural heritage; Environmental Impact assessment; Legislation.

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

O património cultural, considerado pela Lei de Bases do Ambiente (*Lei n.º 19/2014, de 14 de abril*) define como «princípios materiais do ambiente», a preservação dos recursos naturais, a par da herança cultural, de forma a harmonizar a vida humana e o ambiente.

Não obstante o vasto leque de valores passíveis de serem abrangidos pela definição de herança cultural, o regime jurídico que enquadra o procedimento de avaliação de impacte ambiental refere-se, exclusivamente, aos «bens materiais, incluindo o património arquitetónico e arqueológico» (Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, Anexo V) como fatores ambientais suscetíveis de afetação pela execução de um projeto, cuja caracterização e avaliação, devem constar no estudo de impacte ambiental.

A legislação demanda a caracterização, avaliação e minimização equitativa do património arquitetónico e arqueológico, no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental. Contudo, a legislação patrimonial enquadra estes conteúdos de forma distinta, a qual potencia a supremacia do património arqueológico sobre o património arquitetónico.

A «Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (Granada, 1985)», aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 5/91, de 16 de outubro de 1990, é um dos principais documentos, emitidos pelo Conselho Europeu, relativos à proteção do património arquitetónico.

Esta reconhece que o património arquitetónico é constituído por monumentos, conjuntos arquitetónicos e sítios, testemunhos inestimáveis do passado, cujos princípios de salvaguarda devem ser adotados e generalizados a todo o espaço europeu.

A degradação, a demolição e a desfiguração dos elementos patrimoniais, representam as principais preocupações expressas nesta convenção, que se pronuncia favorável à inventariação e proteção legal do património arquitetónico, assim como ao controlo estatal dos projetos de intervenção sobre o mesmo.

A melhoria da envolvente, o apoio à investigação científica com vista a minimizar os efeitos nocivos da poluição, o incentivo ao restauro e a inclusão do património arquitetónico nas diferentes fases de elaboração de planos de ordenamento do território e urbanismo figuram no topo das suas recomendações.

À semelhança da Convenção de Granada, a atual lei de bases do património cultural, assim como a sua antecessora, não definem o que entendem por «património arquitetónico», incluindo os monumentos, conjuntos e sítios, sob a designação de «bens culturais imóveis». Esta expressão – «património arquitetónico» – vulgarizada inclusive pela designação das instituições públicas que nos últimos 20 anos, tutelaram os conjuntos, monumentos e sítios classificados, não existe enquanto conceito legal.

Na prática, apesar da legislação ressaltar (art. 16º) que «a aplicação de medidas cautelares prevista na lei não depende de prévia classificação ou inventariação de um bem cultural» (n.º 3, art. 16º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro), os edifícios e estruturas construídas que não estejam classificados como bem cultural imóvel, encontram-se isentos de proteção legal.

Esta carência é extensível às manifestações do património arquitetónico, urbano e paisagístico inventariado e divulgado pelo SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, gerido pelo IRHU¹ em persecução das funções anteriormente acometidas à Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, as quais não possuem proteção legal específica.

Esta diferenciação entre o património arquitetónico inventariado (sem regulamentação legal) e os «bens culturais imóveis», classificados ou em vias de classificação, acarretam consequências ao nível do ordenamento do território e, no que nos respeita, ao nível dos procedimentos de avaliação de impacto ambiental.

O «impacte de grandes projetos e obras», aferido a partir da leitura do artigo 40º da Lei de Bases do Património Cultural, condiciona todos os planos, programas, obras e projetos, tanto públicos como privados, que possam implicar risco de destruição ou deterioração de bens culturais, ou que de algum modo os possa desvalorizar, à informação prévia da administração do património cultural.

Este artigo encontra-se publicado na Secção III, do Capítulo II da Proteção dos bens culturais classificados. Na prática a legislação só obriga o proponente a

¹ Disponível em: www.monumentos.pt.

informar a tutela, quando o seu projeto interfere com um monumento classificado, em vias de classificação, ou com a sua área de proteção.

Esta especificidade da legislação nacional – a ausência de conceito legal de «património arquitetónico», e a existência de um regime jurídico de exclusiva proteção aos «bens culturais imóveis» – colide com a legislação em matéria de avaliação de impacte ambiental, reproduzida na sequência das diretivas emitidas pelo Conselho da Europa, que advoga a identificação, avaliação e mitigação do património arquitetónico, sem referência ao seu regime específico de proteção legal.

Esta coincidência aliada «à demissão dos restantes profissionais da área do património cultural na participação nos processos de AIA»² levou a que fossem os arqueólogos a procurar colmatar o vazio legal e a assumir a responsabilidade na inventariação simultânea do que entendem por património arquitetónico e arqueológico exigido pela legislação ambiental.

A identificação e caracterização das ocorrências patrimoniais arquitetónicas e arqueológicas, a avaliação e hierarquização dos impactes ambientais significativos e, sendo caso disso, a proposta de medidas de minimização e monitorização, é feita exclusivamente por arqueólogos e constam de relatórios, sancionados e validados pelo exercício da tutela arqueológica.

2. EDIFÍCIOS E ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS

As presentes considerações exploram os dados resultantes da análise de 79 projetos submetidos a avaliação de impacte ambiental no Alentejo Central, entre 1995 e 2008, no decurso da qual foi elaborada uma base de dados com a compilação da totalidade das ocorrências patrimoniais, de natureza arquitetónica, resultantes da avaliação, e execução, dos projetos referenciados³.

Esta compilação transcreve a descrição e a localização das ocorrências patrimoniais, inventariadas nos relatórios síntese dos estudos de impacte ambiental, assim como as constantes dos relatórios finais dos trabalhos de acompanhamento arqueológico das empreitadas executadas, acessíveis para consulta no arquivo da atual DGPC.

Neste processo a gestão e uniformização dos dados compilados tornou imperativa a sua reorganização em torno de categorias estruturadas e normalizadas, recorrendo-se para o efeito aos tipos e categorias constantes no KIT 01 – Património Arquitetónico – Geral⁴, elaborado em conjunto pelo IGESPAR e pelo IHRU.

² ALMEIDA, 2008: 162.

³ BRANCO, 2014.

⁴ Disponível para consulta em: <http://www.patrimoniocultural.pt/>.

Este trabalho permitiu-nos compilar um total de 522 (29,5% de 1767) registos, correspondentes a 457 estruturas construídas, divididas por 11 categorias e 53 tipos (Tabela 1), dos quais se destacam pela sua relevância quantitativa:

- a. Edifícios e estruturas construídas infraestruturais – representam 23,2% do total inventariado, com os poços a perfazer 73,6% dos sítios registados nesta categoria;
- b. Edifícios e estruturas construídas industriais – representam 19,7%, do total inventariado, com os moinhos a perfazer 75,6% dos sítios registados nesta categoria;
- c. Edifícios e estruturas construídas agrícolas – representam 19,5%, do total inventariado, com os montes (60) e as quintas (23) a perfazerem 93,3% dos sítios registados nesta categoria;
- d. Edifícios e estruturas construídas de comunicação e transporte – representam 7,2% do total inventariado, com as pontes (11), vias (8) e calçadas (11) a perfazerem 90,9% dos sítios registados nesta categoria.

De entre a totalidade das ocorrências registadas, associadas à área de incidência direta e indireta de projetos, apenas três se encontram abrangidos por um regime de proteção legal: Aqueduto da Prata e Padrão de Montes Claros e Monte Velho do Outeiro de Santo António.

Como anteriormente referimos, o património arquitetónico não existe enquanto conceito legal, direcionando-se a legislação para a proteção exclusiva dos «bens culturais imóveis» entendidos como «monumentos, conjuntos ou sítios» classificados. Esta especificidade esvazia de conteúdo, e de tutela, o «património arquitetónico» requerido pela legislação ambiental, e assumido pelos arqueólogos, enquanto autores do estudo de impacte ambiental.

Ainda assim, e como é perceptível pela leitura dos registos compilados na (Tabela 1) em avaliação de impacte ambiental, o registo de edifícios e estruturas construídas, preenche o conteúdo da definição de «património arquitetónico», e representa cerca de 30% dos registos patrimoniais presentes na documentação compilada para o Alentejo Central.

Individualmente, os tipos registados vulgarizam a expressão «Património», afastando-a do conceito de «Heritage», enquanto herança coletiva de um povo, e generalizam a sua aplicação a todas as construções resultantes da ação humana, ainda que o seu valor se restrinja exclusivamente à utilidade prática que lhe é atribuída pelo seu proprietário.

Conjuntamente, os edifícios e estruturas construídas representam expressões materiais produzidas no seio de uma comunidade, no seu processo de adaptação às especificidades do território envolvente. Estas características vernaculares, con-

forme definidas pela Carta de Património Vernacular Construído, ratificada pela 12ª Assembleia Geral do ICOMOS (México, 1999), completam uma definição de paisagem entendida «como el producto de la interacción entre el hombre y el medio (producto de la História) y, como tal, suscetível de ser entendido todo el Património Cultural»⁵.

Desta forma, as construções e estruturas construídas valorizam-se como elementos de paisagem, em paralelo com «os grandes afloramentos rochosos, as linhas de água e as respetivas galerias ripícolas, as sebes de compartimentação e os muros com expressão significativa (individualmente ou a rede por eles construída), os bosquetes e as matas, as parcelas agrícolas, os edifícios e/ou conjuntos edificados, como assentos de lavoura, aldeias e áreas urbanas (...)»⁶.

Em avaliação de impacte ambiental o registo de edifícios e estruturas construídas é admissível enquanto «bens materiais, e do património arquitetónico» (Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, Anexo V), considerando que a legislação ambiental não especifica nem a natureza nem o âmbito destas definições, ainda que estas não encontrem tutela ou salvaguarda específica na lei patrimonial.

Considerar os edifícios e estruturas construídas, em função da expressão material da sua arquitetura, é ignorar a sua constituição enquanto elementos de paisagem, de onde advém o valor cultural que justifica o seu registo, caracterização e minimização, no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.

Relativamente a esta matéria, e considerando a perpetuação da realidade existente, na qual o património vernacular construído surge, desligado do «Descritor Paisagem», e entendido como componente do «Descritor património arquitetónico e arqueológico», devem ser redigidas algumas ressalvas.

Em primeiro lugar, e como já referimos, os edifícios e estruturas construídas, inscritas sob a designação de «património arquitetónico», não possuem proteção legal, ou tutela específica, pelo que qualquer proposta de minimização, ou compensação, subscrita pela tutela dos bens culturais, que acarretem um ónus à execução do projeto, devem ser entendidas, e subscritas, pela Declaração de Impacte Ambiental, como recomendações.

Em segundo lugar, assumindo-se o registo dos edifícios e estruturas construídas como relevantes, para a caracterização da situação de referência do descritor patrimonial, é necessário garantir e sua utilidade como conhecimento para memória futura.

A ausência de tutela dificulta a vinculação de normativos sobre esta matéria, de onde se entende que a circular «Termos de referência» (IPA, 2004) apenas se

⁵ ÁRBOL MORO, 2007: 113.

⁶ CANCELA D'ABREU; CORREIA & OLIVEIRA, 2004: 31.

refira ao património arqueológico. Contudo, ao subscrever um parecer que verte diretrizes relativas à salvaguarda destes elementos, a tutela dos bens culturais deve assegurar que os mesmos são registados por profissionais competentes, de acordo com os parâmetros científicos em vigor nesta matéria, garantindo a manutenção de uma base de dados que possibilite a gestão adequada da informação produzida.

3. O CONCEITO

A associação do conceito «património arquitetónico» a uma variedade crescente de construções e estruturas resultantes da ação humana é um processo que se vai amplificando ao longo dos anos, rastreável nos dados compilados nos estudos de impacto ambiental localizados no Alentejo Central.

Exemplifico:

No âmbito do Estudo Integrado do Empreendimento do Alqueva (iniciado a 17 de março de 1995) o registo das «estruturas do foro histórico-etnográfico», existentes na área abrangida pela Albufeira de Alqueva, resultaram no registo exclusivo de 85 edifícios e estruturas construídas, distribuídas pelos tipos: abrigo (1); casa (1); cruzeiro (1); fonte (2); ex-voto (1); forno (4); mina (1); moinho (66); nora (1) e ponte (6).

Sobre estes elementos, que exemplificam um conceito restrito de património com valor histórico-etnográfico, é admissível «o seu levantamento integral, fotográfico e gráfico, incluindo nalguns casos mais importantes, plantas e alçados, bem como a reconstrução, tendo em vista a respetiva inclusão em roteiros de turismo cultural».

Em conformidade, o Plano de Minimização de Alqueva, promovido pela EDIA, S.A., exclui da listagem de ações de salvamento e investigação as estruturas de carácter etnográfico, entre as quais os moinhos do Guadiana e afluentes, remetendo o seu estudo para futuras ações de estudo neste domínio⁷. Intervenção que resultará na publicação: «*Moinhos de água do Regolfo do Alqueva e Açude de Pedrógão*»⁸.

Posteriores atualizações do Quadro Geral de Referência⁹ alargam o espectro das ocorrências registadas aos chafurdos, muros, poços, currais, vias, recintos e montes agrícolas, tipologias consideradas insignificantes para os estudos iniciais, e que revelam a evolução do conceito de património histórico-etnográfico ao resultado construtivo da ação humana.

⁷ SILVA, 1999.

⁸ JERÓNIMO *et al.*, 2003.

⁹ SILVA, 2000; LANÇA, 2000.

Esta tendência é transversal à restante documentação, de que a Barragem do Grou – Redondo (iniciado a 29 de agosto de 1997) é um exemplo capaz. No âmbito deste estudo de impacte ambiental foram identificados 10 sítios de interesse arqueológico. Aquando do acompanhamento arqueológico (autorizado a 20 de agosto de 1998) é referida a existência de uma nora e uma «cegonha» na área a inundar, sem que lhe seja atribuída uma importância digna de um registo específico.

O estudo de impacte ambiental do IC33 – Nó de Grândola (Norte) da A2 / Évora (iniciado a 25 de outubro de 2000), regista 112 ocorrências patrimoniais. Destas apenas 6 – mina (1); ponte (2); ermida (1); viaduto (1) e igreja (1) – se enquadram na categoria de património construído. Em contraponto, o IP2 Variante de Estremoz e Reformulação do Nó com a EN4 (iniciado a 2 de novembro de 2006) nos 31 registos patrimoniais apresentados, apenas 2 – anta (1); e atalaia (1) – são sítios arqueológicos.

Evidentemente, a generalização oculta especificidades que podem justificar a preponderância de determinado tipo e categoria de registos. Este pretende, somente, advogar uma tendência transversal aos dados compilados e que se prende com a amplificação progressiva dos tipos que se registam sob a designação de «património arquitetónico» requerida pela legislação de avaliação de impacte ambiental, e que em ultima instancia, acarreta um ónus à execução do projeto, e um benefício duvidoso à salvaguarda do valor patrimonial desses elementos.

In extremis inventariam-se muros que cercam hortas, morouços, afloramentos rochosos e passagens a vau. Esta sofreguidão do registo do «todo» em detrimento do ótimo registo do fundamental, só pode ser justificada pela consciência do impacte devastador que a execução de determinados projetos acarretam para o património. A perceção de que somos os últimos a contactar com determinadas realidades deve impelir-nos a garantir a qualidade, em detrimento de quantidade dos registos, efetuados por técnicos pouco credenciados, segundo critérios e metodologias que não garantem o princípio da salvaguarda pelo registo científico.

Esta posição encontra eco nas instituições internacionais, como sejam a UNESCO, o ICOMOS, ou o Conselho da Europa, que veiculam um conceito de património dinâmico, cada vez mais extensível às diferentes produções humanas, entre as quais o património construído vernacular é um bom exemplo.

Esta amplitude de conceito, em teoria admite o registo dos edifícios e estruturas construídas: na prática, não existe legislação patrimonial, tutela ou critérios que permitam a sua compatibilização com a legislação ambiental em vigor. Nesta, o promotor apenas se encontra obrigado a garantir a identificação e caracterização dos «bens materiais, incluindo o património arquitetónico e arqueológico», assegurando a implementação das medidas necessárias à sua salvaguarda no âmbito da execução do projeto.

4. INVENTARIAÇÃO E MINIMIZAÇÃO

Reportando-nos, novamente, ao conteúdo dos 79 projectos, referidos anteriormente, estes registaram 524 registos patrimoniais de natureza arquitectónica.

A sua inventariação é feita sobre a «Ficha de sítio arqueológico», conforme difundida, à época pelo Instituto Português de Arqueologia, ou sobre uma ficha de autor, com os campos de preenchimento idênticos. As descrições são sumárias e focadas nas evidências materiais, e categorizadas sob designações como «Património histórico»; «Património etnológico»; «Património etnográfico/construído»; «Património edificado»; «Património construído» e «Património arquitectónico».

Os registos efetuados, ainda que respeitando os critérios constantes da «Ficha de sítio arqueológico», não revertem, com algumas poucas excepções, para o Endovélico, considerando que esta é uma base de dados específica para sítios arqueológicos, terrestres e de meio aquático, gerida pela tutela do património arqueológico.

Excetuando o Estudo Integrado do Empreendimento de Alqueva, alvo de desenvolvimento específico, resultantes da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, constatamos a existência de quatorze projetos que obtiveram Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada à execução de medidas preventivas e de salvaguarda sobre setenta e oito edifícios e estruturas construídas.

Tabela 2. Síntese das medidas de salvaguarda especificadas na DIA, relativas aos edifícios e estruturas construídas.

Medida	Quant.
Medidas preventivas	
Condicionalismos à circulação de veículos	3
Delimitação e sinalética das estruturas	41
Medidas atenuantes ou minimizadoras	
Registo fotográfico	27
Memória descritiva, registo gráfico e fotográfico	28
Sondagens arqueológicas de diagnóstico	2
Estudo monográfico	1
Transladação do elemento patrimonial	2
Medidas curativas e de manutenção	
Monitorização das fendas estruturais	4
Medidas de recuperação	
Reposição da estrutura conforme original	1

As principais medidas aplicadas são preventivas (Tabela 2) e prendem-se com a necessidade de salvaguardar as estruturas construídas que, localizadas dentro

da área de incidência do projeto, não são alvo de impacto negativo direto. Esta medida concretiza-se através da delimitação da ocorrência patrimonial com fita sinalizadora, acompanhada pelo seu registo fotográfico.

As estruturas construídas, alvo de impacto negativo direto, são minimizadas, preferencialmente, através da elaboração de uma memória descritiva, associada a um registo gráfico e fotográfico prévio à sua afetação.

A execução destas medidas é efetuada no âmbito do acompanhamento arqueológico e, não existe um registo de autorização específico para este fim, associado a uma base de dados que documente a informação produzida, tornando-se difícil verificar o seu cumprimento.

Procuramos colmatar esta lacuna consultando os relatórios finais resultantes da execução dos trabalhos de acompanhamento arqueológico dos diferentes projetos autorizados. Conscientes das limitações deste método, não obtivemos informações para o cumprimento das medidas relativas a quarenta e três estruturas construídas, devidas à execução de sete projetos. Assumimos esta lacuna como deficiência de pesquisa, considerando que a informação poderia estar dispersa pelos relatórios de progresso mensais, não sendo considerada pertinente para constar do relatório síntese final.

Dos dados verificados, constatamos que a minimização – memória descritiva, registo gráfico e fotográfico – perdura como uma produção exclusivamente arqueológica, dentro dos parâmetros da «Ficha de sítio arqueológico», e do registo fotográfico efetuado no decurso do acompanhamento arqueológico.

Ainda que efetuado no âmbito do acompanhamento arqueológico, há que ter consciência que esta é uma medida imposta pela Declaração de Impacte Ambiental e deve figurar como um registo autónomo, desejável num relatório que sintetize o cumprimento, e os resultados obtidos, relativos à execução de todas as medidas de salvaguarda impostas aos projetos.

De facto, a organização e gestão documental não se coaduna com a exigência requerida ao promotor do projeto. Ao exigir-se o seu registo, devem criar-se condições para verificar o seu cumprimento, garantindo a divulgação do conhecimento adquirido.

Estas limitações da gestão documental são extensíveis ao registo das ocorrências edificadas identificadas no decurso do acompanhamento arqueológico. Da totalidade dos registos identificados como edifícios e estruturas construídas, quarenta e cinco (8,6%) foram identificados durante a execução da empreitada de construção. Estes valores podem estar subvalorizados, considerando que se baseiam em exclusivo nos registos que produziram ficha de sítio, e localização cartográfica, anexa aos relatórios finais do acompanhamento arqueológico. Não obstante, apontam para a eficácia dos trabalhos de prospeção arqueológica, desenvolvidos em fase de projeto, a que não será alheia a natureza construída, e visível, das estruturas identificadas.

A maioria das soluções de minimização adotadas não difere das propostas em fase de projeto. É efetuada uma descrição da estrutura, acompanhada do registo fotográfico e, eventualmente, do registo gráfico. Apenas seis ocorrências foram alvo de sondagens arqueológicas manuais, com o objetivo de caracterizar a natureza e tipologia das estruturas identificadas, na área de afetação do projeto a executar.

5. EM SUMA

Como referimos anteriormente, ainda que a legislação ambiental requeira a caracterização equitativa do património arquitetónico e arqueológico e não obstante a vulgarização da expressão «património arquitetónico», inclusive à designação das instituições públicas que ao longo dos anos tutelaram os «bens culturais imóveis» classificados e em vias de classificação, este conceito não possui tutela ou definição legal.

Reportando-nos ao conteúdo das fontes consultadas, constata-se que, na demissão de outros profissionais competentes e com o aval da tutela do património arqueológico, os arqueólogos assumiram em exclusividade a caracterização do património arquitetónico e arqueológico existente na área afeta aos projetos submetidos a avaliação de impacte ambiental.

Na prática, e na ausência de uma reflexão sobre esta matéria, os arqueólogos inventariam, como sendo «património arquitetónico», todas as construções humanas, independentemente da sua cronologia. No decurso do nosso estudo, compilamos 522 registos de edifícios e estruturas construídas (29,5% da totalidade as ocorrências inventariadas), que organizamos em 11 categorias e 53 tipos, de onde se destacam pela quantidade os poços, os moinhos, os montes e as quintas, num conjunto onde se incluem chafurdos, muros, malhadas, currais e morouços.

Neste capítulo, mais do que questionar a pertinência dos registos, questionamos a qualidade e utilidade dos mesmos. A maioria dos registos analisados foram efetuados em «fichas de sítio arqueológico», através de descrições sumárias, para os quais, de acordo com a afetação prevista pelo projeto, foram determinadas medidas de minimização específicas de salvaguardas, com custos imputáveis ao promotor do projeto, sem a garantia mínima de que estas são as mais adequadas para garantir a utilidade do registo para memória futura.

Ao assumirmos a descrição, caracterização e minimização dos impactes sobre o que entendemos por «património arquitetónico», com a conivência da tutela, estamos a assumir inapropriadamente o cumprimento de um dos requisitos da legislação ambiental, colmatando a necessidade de outros profissionais intervirem neste procedimento, garantindo uma melhor salvaguarda dos reais valores arquitetónicos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria José (2008) – *Avaliação de impactes e Património Cultural: que papel para o arqueólogo e o Património Arqueológico?* «Praxis Archeológica», 3. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 161-166.
- ÁRBOL MORO, Maria Ruiz del (2007) – *Los paisajes culturales y la investigación, valoración y gestión del patrimonio cultural. El Ejemplo de las Medúlas* (León). *Actas del V congreso internacional «Restaurar la Memoria» (Valladolid 2006)*. Junta de Castilla e León: Consejería de Cultura y Turismo. Vol. I, p. 113-124.
- BRANCO, Gertrudes (2014) – *Avaliação de Impacte Ambiental: o Património Arqueológico no Alentejo Central*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Arqueologia. 2 Vol.
- CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (2004) – *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental*. Lisboa: DGOTDU. Vol. I a V.
- IPA (2014) – *Circular Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*. Disponível para consulta em: <http://www.patrimoniocultural.pt/>
- JERÓNIMO, Rita; CORREIA, Patrícia; SILVA, Luis (2003) – *Moinhos de água no regolfo do Alqueva e Açude de Pedrógão*. In *Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva. No tempo dos Moinhos do Guadiana e outros Tempos*. Beja: Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva.
- LANÇA, Maria João (2000) – *Valorização do património cultural na área do regolfo do Alqueva. «Almadan»*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 9, p. 174-178.
- SILVA, António Carlos (1999) – *Salvamento arqueológico no Guadiana. Do Inventário patrimonial à minimização dos impactes*. In *Memórias d'Odiana. Estudos arqueológicos do Alqueva*. Beja: Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva.

7. ANEXOS

Tabela 1. Contabilização das categorias e tipos arquitetónicos inventariados na base de dados.

Categoria	Tipo	Quant.
Edifícios e estruturas construídas infraestruturais	Açude	1
	Aqueduto	2
	Barragem	1
	Chafariz	1
	Cisterna	1
	Comporta	1
	Conduta	1
	Depósito de água	1
Dique	3	

AS EXPRESSÕES DE ARQUITECTURA VERNACULAR
EM CONTEXTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Categoria	Tipo	Quant.
	Fonte	7
	Mãe de água	1
	Mina de água	1
	Nora	2
	Poço	78
	Represa	1
	Sistema hidráulico	1
	Tanque	3
	Documental	2
Edifícios e estruturas construídas de comunicação e transportes	Apeadeiro	1
	Calçada	11
	Guarita	1
	Pontão	1
	Ponte	11
	Via	8
	Documental	8
	Ed. e estruturas construídas de armazenamento	Armazém
Ed. e estruturas construídas militares e segurança	Muralha	1
Edifícios e estruturas construídas industriais	Azenha	1
	Forno	10
	Forno de cal	2
	Moinho	68
	Moinho de vento	1
	Pedreira	3
	Mina	5
	Documental	9
Edifícios e estruturas construídas religiosos	Alminha	3
	Capela	12
	Cruzeiro	2
	Ermida	8
	Ex-voto	1
	Igreja	3
Edifícios e estruturas construídas residenciais	Casa	21
	Casa de função	4

Categoria	Tipo	Quant.
Edifícios e estruturas construídas de pecuária	Cercado	4
	Chafurdão	4
	Curral	3
	Malhada	8
	Recinto	1
	Abrigo	2
	Documental	5
Edifícios e estruturas construídas agrícolas	Eira	5
	Herdade	1
	Monte	60
	Quinta	23
	Documental	1
Ed. e estruturas construídas político-administrativos	Marco de propriedade	10
Edifícios e estruturas construídas comemorativos	Padrão	1
Indeterminado	Casa de motor	1
	Centro histórico	1
	Estrutura	6
	Muro	2
	Portal	1
	Recinto	14

DIMENSÃO ÉTICA NOS OBJETIVOS DO INQUÉRITO À ARQUITETURA REGIONAL PORTUGUESA

FRANCISCO MANUEL PORTUGAL E GOMES*

Resumo: Antes da realização do «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa» (1955-1958), Keil do Amaral e Arménio Losa fizeram uma «viagem exploratória» ao norte de Portugal, para estudar as técnicas tradicionais de construção. A partir da documentação fotográfica e de um índice de temas dessa viagem, este artigo aborda a evolução da definição dos «aspectos» em que o inquérito deveria fundamentalmente incidir. A análise à documentação do Inquérito identificou duas classes de objetivos – secundários e principais – que correspondiam a duas dimensões complementares: pedagógica e ética. Os objetivos principais provocavam uma rutura com o nacionalismo e a moral vigente. A dimensão ética tinha na sua base um ideal de liberdade de expressão que possibilitaria uma «actualização de concepções» e o surgimento dum novo regionalismo humanista.

Palavras-chave: Arquitetura regional; Inquérito; Métodos de Investigação; Ética.

Abstract: Before the «Survey on the Portuguese Regional Architecture» (1955-1958), Keil do Amaral and Arménio Losa made an “exploratory trip” to the north of Portugal, to study traditional building techniques. From the photographic documentation and an index of topics of that trip, this article discusses the evolution of the definition of the «aspects» in which the survey should primarily focus on. The analysis of the documentation of this investigation identified two classes of objectives – secondary and primary – corresponding to two complementary dimensions: pedagogical and ethical. The main objectives caused a break with nationalism and prevailing moral. The ethical dimension had at its base an ideal of freedom of expression that would enable an «update of conceptions» and the emergence of a new humanist regionalism.

Keywords: Regional Architecture; Inquiry; Research Methods; Ethics.

* DARQ – Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. fpg.arquitecto@gmail.com.

1. A «VIAGEM EXPLORATÓRIA»

Antes da realização do «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa» (1955-1958), promovido pelo SNA-Sindicato Nacional dos Arquitetos, Francisco Keil do Amaral (1910-1975) e Arménio Losa (1908-1988), fizeram uma viagem ao Norte de Portugal que durou cerca de uma semana. Ambos eram da mesma geração. Losa apenas dois anos mais velho do que Keil. Os dois arquitetos mantinham uma amizade que se estendia às suas famílias¹. Pitum Keil do Amaral (n. 1935) – na ocasião com cerca de 18 anos – acompanhou o pai, Francisco Keil do Amaral, e designou a experiência de «viagem exploratória». Recordou-a deste modo:

Essa viagem foi poucos anos antes do Inquérito. Foi uma espécie de ensaio. (...). Sem grande rigor diria que foi realizada em 1953/54. Depois o Arménio Losa nem sequer entrou no Inquérito. Tinha os seus trabalhos no ateliê².

Pitum Keil do Amaral não estabeleceu qualquer relação entre essa viagem e a recolha de material para a realização da *Exposição Demonstrativa das Técnicas Tradicionais da Construção Portuguesa* que estava programada para ser apresentada no III Congresso da UIA – União Internacional dos Arquitetos que se realizou em Lisboa, em 1953. A incógnita do ano da viagem coloca óbvias dificuldades no entendimento dos seus objetivos. Terá sido programada para recolha de informação e documentação para a *Exposição Demonstrativa de Técnicas Tradicionais da Construção Portuguesa*? Ou foi pensada após o congresso para preparar um inquérito há muito desejado? Apesar de ser mais plausível que possa ter ocorrido depois, não é sensato, para já, excluir a possibilidade que Keil do Amaral tenha programado fazer a viagem antes daquele evento. A partir do arquivo pessoal (fotográfico e documental) do arquiteto Arménio Losa, na posse da sua família, não foi possível encontrar documentação que possa datar a viagem com precisão³. Segundo Pedro Ramalho (2015) a relação de amizade entre Keil do Amaral e Arménio Losa aprofundou-se durante o III Congresso da UIA. Ambos tiveram ali a oportunidade de partilhar ideias, constatar pontos de vista comuns sobre a situação política e social do país

¹ As duas famílias reuniam-se. Ilse Lieblich Losa (1913-2006), (escritora e esposa de Arménio Losa), era amiga de Maria Keil (pintora e esposa de Francisco Keil do Amaral). Pitum Keil do Amaral fez as ilustrações do livro do *Aqui havia uma casa*, (1955), de Ilse Losa. Os filhos de ambos os casais também eram amigos.

² AMARAL, Francisco Pires Keil do (2010/2015) – *Conversa com o arquiteto Pitum Keil do Amaral a propósito do «Inquérito a Arquitetura Regional Portuguesa»* – Entrevistas de Francisco Portugal e Gomes, Canas de Senhorim, 2010 / 2015, p. 2. AFPG – *Arquivo Francisco Portugal e Gomes*, Porto.

³ Informação prestada telefonicamente pelo Arq. Pedro Ramalho, no dia 21 de outubro de 2015, após envio de e-mail para o Arq. Pedro Ramalho, 1 de outubro, 2015, a solicitar a confirmação da data da viagem de Keil do Amaral e Arménio Losa ao Norte de Portugal.

e o papel da arquitetura na sociedade⁴. O aprofundamento da amizade entre os dois arquitetos nesse congresso pode justificar que a viagem de ambos ao Norte de Portugal tenha ocorrido, não em 1953, mas em 1954. Porém, até à presente data, não foi possível confirmar esta hipótese através de documentos. Pedro Ramalho sugere que o que pode justificar que Arménio Losa tenha estado ao lado de Keil do Amaral nessa viagem era a amizade profunda que os unia, e que Arménio Losa não estava particularmente interessado nas questões relacionadas com a arquitetura regional ou vernácula, mas sim com matérias internacionais, sobretudo ligadas ao urbanismo e à aplicação da «Carta de Atenas»⁵. Com efeito, Arménio Losa também estava atento e preocupado com os problemas da habitação em Portugal. Na comunicação que apresentou no III Congresso da UIA denunciou as más condições de habitação em Lisboa e no Porto, a ausência de uma Política de Habitação da parte do Estado, reclamando a habitação como um direito de todas as pessoas. Segundo Ana Tostões, «Francisco Keil do Amaral acreditava na urgência de fazer corresponder uma Arquitetura verdadeira, moderna, “do nosso tempo”, à vida: (...)»⁶. Keil do Amaral foi um apaixonado pela Holanda; a primeira fase do seu trabalho é inspirada pela arquitetura de W. Dudok (1884-1974).

Independentemente da questão da data, a verdade é que a viagem foi realizada num período já relativamente próximo do arranque do Inquérito. Este artigo coloca a hipótese do índice de temas da «viagem exploratória» estar na origem dos sete «aspectos» do Inquérito. A partir da análise de um conjunto de documentos que existe na Ordem dos Arquitetos verifica-se que ocorre uma evolução da formulação daqueles *aspectos*, deste o índice de temas da viagem até à redação final em «Objetivos do Inquérito e Normas para a sua realização», documento orientador entregue às seis equipas antes de iniciarem os trabalhos de campo.

2. A DOCUMENTAÇÃO DA «VIAGEM EXPLORATÓRIA»

Da «viagem exploratória» resultou documentação que se encontra atualmente no AML – Arquivo Municipal de Lisboa, *Espólio Keil do Amaral*⁷ (Fig. 1), mas que

⁴ Informação prestada telefonicamente pelo Arq. Pedro Ramalho, 1 de outubro, 2015, a propósito da data e dos motivos da viagem de Keil do Amaral e Arménio Losa ao Norte de Portugal.

⁵ Informação prestada telefonicamente pelo Arq. Pedro Ramalho, 21 de outubro de 2015, após envio de e-mail para o arquiteto Pedro Ramalho, 1 de outubro, 2015, a solicitar a confirmação da data da viagem de Keil do Amaral e Arménio Losa ao Norte de Portugal.

⁶ TOSTÕES, 2013: 8.

⁷ Documentação encontrada no AML – *Espólio Keil do Amaral*, contendo oito folhas com títulos e quarenta folhas com colagens fotográficas, em consulta efetuada no dia 23 de dezembro de 2014. As digitalizações da documentação (PDF) efetuadas pelo AML foram recebidas através de e-mail, a 10 de março de 2015.

não está catalogada como sendo documentação de uma viagem, ou estudo⁸. Em consultas bibliográficas não foi encontrada qualquer referência à existência de uma «viagem exploratória» anterior ao “Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa”, e não se conhece qualquer texto ou ensaio que tenha analisado este material, o que por si só coloca problemas acrescidos na sua interpretação. A documentação é constituída por quarenta e oito folhas em cartolina, com aproximadamente 21 x 25 cm; quarenta têm fotografias e oito têm títulos⁹. Regra geral do primeiro conjunto, cada folha tem duas fotografias coladas no lado direito. Contudo, há cinco com apenas uma fotografia. No segundo conjunto, cada folha tem em cima um título datilografado a preto que corresponderia ao *aspecto* fotografado. Os títulos agrupados formam um índice dos temas aparentemente fotografados que se podem organizar com esta sequência:

I – Os Materiais da Região

A – Paredes

B – Coberturas

C – Pavimentos

II – Influências do Clima

III – Influências da Economia

V – Hábitos e Outros Fatores Condicionantes

VI – Valorização Estética dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos

(De referir que falta a folha “IV”.)

Com relativa facilidade podemos associar várias folhas a cada um dos aspetos do índice. Noutros casos essa relação não é clara. A grande maioria das folhas apresenta um par de fotografias ligadas por afinidades, como aquelas que impelem determinados minerais a unir-se e outros a repelirem-se; o que introduz outro fator na visualização que perturba a simples leitura linear expressa em cada título do índice – o da comparação de duas imagens – onde somos interpelados a examinar duas fotografias coladas na mesma folha para encontrar motivos semelhantes, ou

⁸ Pitum Keil do Amaral confirmou que se trata de material recolhido durante a viagem a Trás-os-Montes, realizada em 1953, ou 1954. Tudo indicando que se trata de um ensaio embrionário que antecedeu a realização do «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa», abrindo novas possibilidades interpretativas quanto à origem da definição dos seus «aspectos» de análise.

⁹ As folhas estão soltas, nada têm escrito, ou colado no verso e originalmente não se encontravam numeradas. Duas têm a indicação «Minho» e numa surge «Trás-os-Montes». Para além destas legendas, não existe indicação precisa da localização dos edifícios e dos conjuntos fotografados, nem existem outras legendas ou observações. Às imagens obtidas na região de Trás-os-Montes, acrescentam-se fotografias obtidas nas cidades do Porto, Guimarães, Braga e Amarante.

diferentes. Seguindo esse critério podemos agrupar as folhas de acordo com os seguintes temas:

Conjuntos urbanos com várias habitações, folha “62” (Miragaia, Porto e Praça de São Tiago, Guimarães)

Casas com varandas recuadas, folhas “48”, “59”

Casas com varandas projetadas, folhas “58”, “77”

Espigueiros e sequeiros, folhas “53”, “54”, “65”, “72”, “81”

Cruzeiros com a representação de Cristo, folhas “60”, “69”

Casas com portas currais, folha “62”

Coberturas, folhas “50”, “70”

Revestimentos em azulejo, folhas “51”, “75”

Alvenarias de pedra, folhas “49”, “76”, “83”

Pavimentos urbanos, folhas “61” e “63”

Casas com galerias envidraçadas, folhas “64”, “71”

Etc.

As montagens evidenciam certas semelhanças, ou, diferenças, em cada par de imagens, reforçando simultaneamente as afinidades e as particularidades dos conjuntos edificados e dos edifícios possibilitando novas leituras interpretativas que cada imagem por si, isoladamente, não comporta. Face à circunstância da documentação ser facilmente manuseável pode indicar tratar-se de material pensado para eventualmente ser exposto, colocado sobre uma mesa, ou prancheta¹⁰. Por outro lado, o tamanho das folhas, o seu layout gráfico e o aspeto geral da documentação mais se assemelha a uma maquete de um livro. O que pode indicar que se trataria de um ensaio de aplicação da metodologia a «inquirir» e de um teste à possibilidade daqueles «aspectos» fotografados gerarem um livro. Keil do Amaral esteve obsessivamente preso a essa ideia¹¹.

¹⁰ As folhas não têm furação para dossier e as fotografias estão coladas unicamente na frente das folhas.

¹¹ Keil do Amaral escreveu o seguinte, em 1947: *Trata-se da recolha e classificação de elementos peculiares à arquitetura portuguesa nas diferentes regiões do País com vista à publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado, onde os estudantes e técnicos da construção pudessem vir a encontrar as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável. Exatamente assim: – honesto, vivo e saudável.* In «Uma Iniciativa Necessária», revista «Arquitetura», ano XX, 2ª série nº 14, abril de 1947.



Fig. 1. Montagens fotográficas sobre cartolina, documentação da «viagem exploratória» (1953-1954?), AML- *Espólio Keil do Amaral*, Ref PT-AMLSB-FKL-01-03, folhas 44-52.

3. EVOLUÇÃO DOS «ASPECTOS»

Os «aspectos» em que o Inquérito deveria fundamentalmente incidir aparecem, com ligeiras variações, em pelo menos quatro documentos que se encontram no AIARP/APP. Se somarmos o índice da «viagem exploratória» obtemos cinco esquemas que podemos comparar: O quadro que apresenta cada um desses esquemas (ver Fig. 2) foi ordenado de acordo com um critério cronológico: 1- Viagem Exploratória; 2- Manuscrito de Keil do Amaral; 3 – Carta ao Ministro das Obras Públicas; 4 – Planificação; 5- Objetivos do Inquérito e Normas Para a Sua Realização.

Viagem exploratória 1	Manuscrito de Keil do Amaral 2	Carta ao Ministro das O. Públicas 3
I - Os Materiais da Região A - Paredes B - Coberturas C - Pavimentos II - Influências do Clima III - Influências da Economia (1) V - Influências e Outros Factores Condicionantes VI - Valorização Estética dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos	I - Materiais e Processo Correntes de Construção ⁽²⁾ II - Estrutura / (ção) Urbana ⁽³⁾ III - Influências do Clima IV - Influências das Condições Económicas V - Influências da Organização Social VI - Hábitos/ (Costumes) e Outros ⁽⁴⁾ Factores Condicionantes VII - Valorização Plástica dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos	I - Materiais e Processo Correntes de Construção II - Estruturação Urbana III - Influências do Clima IV - Influências das Condições Económicas V - Influências da Organização Social VI - Costumes, Hábitos e Outros Factores Condicionantes VII - Valor Plástico dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos ⁽⁵⁾
Planificação 4	Objectivos do Inquérito e Normas... 5	Notas
I - Materiais e Processo Correntes de Construção II - Estruturação Urbana III - Influências do Clima IV - Influências das Condições Económicas V - Influências da Organização Social VI - Costumes, Hábitos e Outros Factores Condicionantes VII - Expressão e Valor Plástico dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos	I - Materiais e Processo Correntes de Construção II - Estruturação Urbana III - Influência das Condições do Clima ⁽⁶⁾ IV - Influência das Condições Económicas V - Influência da Organização Social VI - Costumes, Hábitos e Outros Factores Condicionantes VII - Expressão e Valor Plástico dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos	1 (1) Falta a folha número IV 2 (2) A palavra (Processo) substituiu a palavra Técnicas (3) Acrescentada sílaba (ção) à palavra Estrutura (4) Acrescentada a palavra (Costumes) 3 (5) Rasurado (zação) na palavra Valorização, ficando Valor 5 (6) No enunciado do texto aparece (Condições Geográficas), em vez de (Condições do Clima). No esquema mantém-se Condições do Clima.

Fig. 2. Quadro comparativo com a evolução do esquema dos aspetos em que o inquérito deveria incidir.

Por si só, e sem necessidade de grandes explicações, o quadro revela o processo evolutivo de fixação dos «aspectos» de análise. Tentando abreviar o essencial dessa evolução dir-se-á que o manuscrito¹² de Keil do Amaral (ver Fig. 3) é uma

¹² Manuscrito “O INQUÉRITO DEVE INCIDIR, FUNDAMENTALMENTE, SOBRE OS SEGUINTEs ASPETOS”, AIARP/APP – *Ordem dos Arquitectos*, Lisboa.

Urbana e assim obteve o número sete. Sete é um número muito importante na filosofia sagrada; significa, harmonia, completo, perfeito, poderoso. Sete são os dias da semana, sete são as notas musicais, sete são as cores do arco-iris. Sete é um número associado à pesquisa, à análise, à lógica, ao estudo e à compreensão do mundo e do universo. Nos documentos seguintes o esquema foi sofrendo ligeiras alterações. Nos «Objetivos do Inquérito...»¹⁴ os sete «aspectos» do estudo não surgem na forma dum enunciado esquemático como apareciam em documentos anteriores¹⁵. Pela primeira vez aparecem as *condições geográficas* em substituição, das *condições do clima*. É de admitir que esta alteração se deva a Orlando Ribeiro que chegou a participar nas reuniões preparatórias do inquérito.

4. A HIERARQUIA DOS OBJETIVOS DO INQUÉRITO

A parte relativa aos objetivos propriamente ditos mais não é do que uma colagem de extratos de outros documentos anteriores, desde «Uma Iniciativa Necessária» (1947), até à carta enviada ao Ministro das Obras Públicas, em 1955, com o pedido de financiamento do inquérito¹⁶. Os objetivos estão dispersos, surgem em citações e numa mistura de considerações acerca do contexto e dos problemas com que os arquitetos se debatiam na ocasião. Esta opção, não só reduz a clareza com que cada um dos objetivos se apresenta, como afeta sobretudo a hierarquização e uma quantificação precisa, deixando alguma margem de ambiguidade para diferentes interpretações, que no entanto pode decorrer da tentativa de uma leitura atual, (ver Fig. 4). É bem possível que a importância relativa dos objetivos tivesse sido debatida entre os membros das seis equipas, quer em sessões prévias, quer durante a realização dos trabalhos.

Os objetivos não se limitavam a um simples esclarecimento; a tarefa consistia em «desfazer muitas das ideias falsas ou imprecisas a que a nossa pouca cultura abriu caminho – ideias que reduzem o problema da arquitetura regional portuguesa quase que a uma coletânea de elementos típicos para a composição de fachadas»¹⁷. Ou seja, não se tratava só do simples desejo de realização de um estudo pelo simples prazer de conhecer. Tratava-se duma ação pedagógica para depois agir em função do esclarecimento obtido. Havia ainda um objetivo mais ambicioso que se prendia

¹⁴ Documento de 10 páginas entregue pelo SNA às seis equipas antes de partirem para o trabalho de campo.

¹⁵ Inicialmente alguns dos «aspectos» são descritos num parágrafo relativamente curto e posteriormente, do primeiro ao sétimo, são apresentados e esclarecidos com algum detalhe.

¹⁶ Após uma tentativa falhada de financiamento para o Instituto da Alta Cultura, por Keil do Amaral, em 1949.

¹⁷ «Objetivos do Inquérito e Normas para a sua Realização», SNA, (1955), Lisboa, p. 3, AIARP/APP – *Ordem dos Arquitetos*, Lisboa.

Objectivos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa		
Objectivos principais	Dimensão ética	A Fazer beneficiar o país "...dum conjunto de edifícios mais úteis , mais coerentes e mais dignos." cf. p.3
Objectivo "final" (A)		B Libertar as obras dos arquitectos portugueses dos "...falsos regionalismos que as vêm amesquinhando, para ganharem, dentro duma indispensável actualização de concepções, um calor humano mais acessível à gente portuguesa e um enraizamento mais sólido em realidades nacionais." cf. p.3
Objectivo "fundamental" (B)		
Objectivos secundários ou "de esclarecimento"	Dimensão pedagógica	C "... conhecer cabalmente as maneiras como os habitantes das várias regiões conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais correntes de construção, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações..." p.1
		D "... analisar, depois, até que ponto as soluções típicas conservam actualidade, isto é, permanecem vivas e adquadas, funcional, económica e espiritualmente." p.1
		E "...estudar, esclarecer o problema da arquitectura regional portuguesa." p. 2
		F "... desfazer muitas das ideias falsas ou imprecisas a que a nossa pouca cultura abriu caminho - ideias que reduzem o problema da arquitectura regional portuguesa quase que a uma colectânea de elementos típicos para a composição de fachadas." p.3

Fig. 4. Quadro com os objetivos do IARP, a partir do documento «Objetivos do Inquérito e Normas para a sua Realização», SNA, (1955), Lisboa, AIARP/APP – *Ordem dos Arquitectos*, Lisboa.

com a redefinição do papel dos arquitetos e da arquitetura na sociedade portuguesa. Os arquitetos decidiram redefinir as suas ações enquadradas numa ética: a arquitetura ao serviço do bem-estar comum; o ato arquitetónico em função de valores. Os objetivos secundários (C, D, E, F) situam-se na dimensão pedagógica. Aí encontramos aqueles que aparentemente seriam mais fáceis de atingir, dado que estavam unicamente dependentes do total empenho dos arquitetos perante a necessidade de esclarecerem o problema da arquitetura regional. Deparamos também com o propósito de verificar em que medida a arquitetura regional era influenciada por um conjunto de fatores, (geográficos, económicos, sociais, costumes e tradições locais), problema que vinha desde a «casa portuguesa» e Raul Lino¹⁸.

Os objetivos principais (A e B) seriam os mais difíceis de atingir. Estavam dependentes não só dos arquitetos, mas também envolviam a classe política e a sociedade em geral. O documento já distinguia o objetivo *fundamental* (B), do

¹⁸ Ao longo dos vários textos que Raul Lino escreveu, sobretudo nos ensaios, foi abordando, em reflexões fragmentárias, as *condições que influenciam a arquitetura de cada região*. Se por um lado a *poética mistificadora da tradição arquitetónica popular* em Raul Lino, (RIBEIRO, 1994: 157) resulta de um distanciamento em relação à realidade no seu todo, por outro lado, Raul Lino ao longo da sua obra escrita foi definindo as *condições que influenciam a arquitetura de cada região*, o que poderá ter aberto caminho para a reflexão posterior acerca dos aspetos em que o inquérito deveria incidir.

objetivo *final*, (A). Com o primeiro pretendia-se ir mais longe «...que um simples desejo de esclarecimento», visando o livre exercício da arquitetura, a alteração da relação das condições de produção da arquitetura com o Estado e com as instituições, o fim da imposição de estilo e do portuguesismo na arquitetura. O objetivo final (A) tinha uma intencionalidade humanista de responsabilidade social que pretendia beneficiar o país dum conjunto de edifícios mais úteis, mais coerentes e mais dignos.

5. A DIMENSÃO ÉTICA DO INQUÉRITO

Nos dois objetivos principais, (A) e (B), ambos de longo prazo, as transformações éticas propostas no lançamento do Inquérito são de tal modo abrangentes, no que respeita ao envolvimento com a sociedade, que não cabiam no exclusivo interesse disciplinar, pois propunham uma rotura com os valores dominantes baseados no nacionalismo e no *reaportuguesamento* da arquitetura. O ideal ético desta proposta tinha como objetivo último o fim da moral vigente. Esse ideal não está claramente explícito no documento dos «Objetivos...». Embora esteja presente, não se afirma estruturadamente. Surge disperso em pequenos fragmentos. Contudo, quando se faz uma leitura atenta ao conteúdo desses fragmentos encontramos os elementos que integram a dimensão ética do Inquérito, sendo possível ensaiar a sua representação num organigrama (ver Fig. 5), que mais não é do que um método de compreensão da estrutura que a suporta e das correlações entre as principais ideias aí presentes. O ideal ético nascia do compromisso da *livre expressão*, única garantia para uma arquitetura baseada em três valores fundamentais: *Dignidade*, *Coerência*, *Utilidade*, que por seu lado, possibilitariam uma *atualização de conceções* e o surgimento de um *regionalismo humanista capaz de beneficiar o país*. Esta ética propunha uma redefinição de autenticidade a partir da pureza e espontaneidade da arquitetura regional. De acordo com Taylor¹⁹ «A moral em sentido corrente implica, obviamente, reprimir muito do que é básico e instintivo em nós, muitos dos nossos desejos mais profundos e fortes. Daí surge a modalidade da procura da autenticidade que se contrapõe à moral»²⁰. A moral do regime era exercida de variadíssimas formas. Podia ser ativada pela intervenção punitiva direta sobre a obra, isto é, podia consistir na mutilação e destruição de elementos artísticos já realizados, ou em fase de finalização, integrantes da obra de arquitetura, como foi o caso dos frescos²¹ de

¹⁹ TAYLOR, 1992: 74.

²⁰ NIETZSCHE, 1887: 74.

²¹ «Os dois frescos em questão da autoria de Júlio Pomar – alusivos às festas de São João – foram mandados tapar pela censura salazarista, em junho de 1948, que lhes apontou “conotações políticas dissonantes do

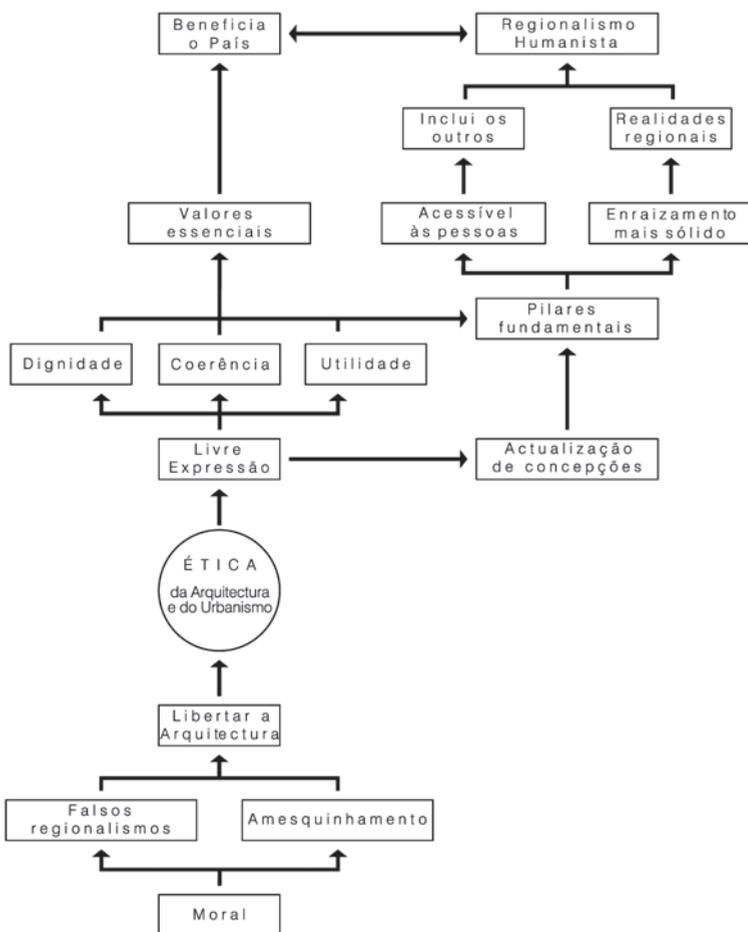


Fig. 5. Organigrama *Dimensão Ética do IARP*, a partir do documento «Objetivos do Inquérito e Normas para a sua Realização», SNA, (1955), AIARP/APP – *Ordem dos Arquitetos*, Lisboa.

Júlio Pomar pintados nos espaços interiores do Cinema Batalha (1947), no Porto, e da mutilação parcial do baixo-relevo²² aplicado na fachada do mesmo edifício, da autoria do escultor Américo Soares Braga. A moral era também exercida pela imposição de adaptação dos projetos, ou da sua correção construtiva, formal e funcional, por exemplo, a Lota de Setúbal, (1939), de Veloso Reis Camelo, e do Palácio dos CTT (1945-1959), em Lisboa, de Adelino Nunes. Moral que também consistia na negação de materialização, como foi o caso do projeto não construído

regime”», in artigo de Natália Faria, intitulado «Pinturas de Júlio Pomar no Cinema Batalha poderão ter sido danificadas», jornal «O Público», 04 de janeiro, 2006. A ordem de mandar cobrir os frescos foi dada pelo então Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Luís de Pina.

²² A adulteração da obra consistiu em retirar a foice à ceifeira e eliminar o martelo do operário.

do edifício para a Exposição Industrial Portuguesa de 1949, no Palácio de Cristal, Porto, de Artur Andrade.

A *perda de benefício para o país* com a negação de materialização deste último projeto, foi aliás um assunto focado num artigo publicado na revista «Arquitetura»²³, com a transcrição duma carta de apoio ao arquiteto Artur Andrade, assinada por um grupo de arquitetos de Lisboa – entre os quais quatro arquitetos que viriam a participar no «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa» (Keil do Amaral, Huertas Lobo, Artur Pires Martins, e Celestino de Castro)²⁴.

A referência ao amesquinamento que é feita no *objetivo fundamental* (B) é considerada resultante dos *falsos regionalismos*. Porém, estaria também na memória de muitos arquitetos a mesquinhez que resultava de uma profunda obsessão ideológica e cismática no controlo e neutralização da oposição política à ditadura. Aliás, o relato de Artur Andrade dos acontecimentos relacionados com a destruição dos frescos e a mutilação do baixo-relevo do Cinema Batalha é testemunho dessa obsessão²⁵.

Para concluir, Nietzsche considera que não existe um único sentido de punição e que hoje é impossível dizer em rigor por que razões afinal se exercem as punições²⁶. Todavia, há casos de «...punição enquanto festividade, nomeadamente enquanto violentação e rebaixamento do inimigo que por fim se conseguiu derrotar»²⁷. Ou, então «A punição enquanto sinal para a memória, seja para aquele a quem é aplicada – a chamada “correção” – seja para aqueles que assistem à aplicação»²⁸. Por isso, com o fim da moral vigente, com o fim das punições e da censura, o desejo do direito da tomada de decisão integral do projeto abriria a possibilidade de uma atualização de conceções liberta de constrangimentos. O *libertar a arquitetura* e o direito de decisão conceptual traria também novas responsabilidades. A ação e a prática profissional deveriam ficar vinculadas a um enraizamento mais sólido nas realidades regionais e aos valores essenciais (*dignidade, coerência, utilidade*), três pilares fundamentais da Arquitetura.

²³ COSTA, 1947: 6.

²⁴ Peres Fernandes, que também assinou a carta, viria a assumir a presidência do SNA em 1949, após a demissão de Keil do Amaral.

²⁵ Cf. entrevista do arquiteto Artur Andrade ao «Jornal de Notícias», 8 de junho, 2005. Para o Dr. Luís de Pina, então Presidente da C.M.P. as letras «C» e «B» gravadas nos puxadores não pretendiam significar *Cinema Batalha*, mas seriam abreviaturas de «Comité Bolchevista», razão pela qual também foram objeto de censura, obrigando à aplicação de novos puxadores sem letras.

²⁶ Cf. NIETZSCHE, 1887: 90.

²⁷ NIETZSCHE, 1887: 90.

²⁸ NIETZSCHE, 1887: 90.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS:

AIARP/APP – Arquivo do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa/Arquitetura Popular em Portugal, Ordem dos Arquitetos
 AML – Arquivo Municipal de Lisboa
 IARP – Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa
 SNA – Sindicato Nacional dos Arquitetos
 UIA – União Internacional dos Arquitetos
 AFPG – Arquivo Francisco Portugal e Gomes

BIBLIOGRAFIA

I) Monografias:

AA.VV (1961) – *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitetos.
 — (1953) – *Troisième Congrès de l'Union Internationale des Architectes. Rapport Final*, 1953, Lisbonne : Librairie Portugal.
 LOSA, Arménio (1953) – *Habitat. Section Portugaise. Rapport présenté par M. Arménio Losa, Architecte*. In *Troisième Congrès de l'Union Internationale des Architectes. Rapport Final*, 1953, Lisbonne: Librairie Portugal, p. 305-312.
 NIETZSCHE (1887) – *Para uma Genealogia da Moral*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, 2000.
 RIBEIRO, Irene (1994) – *Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitetura*. Porto: Edições Faup.
 TAYLOR, Charles (1992) – *A Ética da Autenticidade*. Lisboa: Edições 70, Lda. 2009.
 TOSTÕES, Ana (2013) – *Francisco Keil do Amaral*. Coleção Arquitetos Portugueses, série 2, Vila do Conde: Verso da História.

II) Publicações periódicas

AMARAL, Francisco Keil do (1947) – *Uma Iniciativa Necessária*. «Arquitetura», ano XX, 2ª série nº 14, abril de 1947, p. 12-13.
 ANDRADE, Artur (2005) – *Entrevista ao «Jornal de Notícias»*, 8 de junho de 2005, p.4.
 COSTA, F. Pereira, dir. e ed. (1947) – *Um Caso Digno de Menção*. «Arquitetura», n.º 17-18, 2ª Série, Ano XX, julho-agosto de 1947, p. 6.
 FARIA, Natália (2006) *Pinturas de Júlio Pomar no Cinema Batalha poderão ter sido danificadas*. In jornal «O Público», 04 de janeiro, 2006. Disponível em: <<https://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/pinturas-de-julio-pomar-no-cinema-batalha-poderao-ter-sido-danificadas-56547>>. [Consulta realizada em 12/01/2016].

III) Citação de fontes

AMARAL, Francisco Keil do (1954?) – *Manuscrito*. AIARP/APP – *Ordem dos Arquitetos*, Lisboa.
 AMARAL, Francisco Pires Keil do (2010/2015) – *Conversa com o arquiteto Pitum Keil do Amaral a propósito do «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa»* – Entrevistas de Francisco Portugal e Gomes, Canas de Senhorim, 2010 / 2015, p. 2. AFPG – *Arquivo Francisco Portugal e Gomes*, Porto.
 SNA (1955) – *Objetivos do Inquérito e Normas para a sua Realização*. AIARP/APP – *Ordem dos Arquitetos*, Lisboa.

A CASA NOBRE NO CONCELHO DE PONTE DE LIMA. ANÁLISE DOS FRONTISPÍCIOS: VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO

MARIA AMÉLIA DA SILVA PAIVA*

Resumo: A análise dos frontispícios da casa nobre do concelho de Ponte de Lima permite traçar a sua evolução desde as primeiras residências fortificadas até aos distintos modelos setecentistas. Assim, nas residências tardo medievais as fachadas são imponentes, robustas e com poucas aberturas, concebidas numa perspectiva de defesa; a partir da Época Moderna os vãos de janela e de porta atingem maiores dimensões e passam a desempenhar um papel lúdico, proporcionando uma maior interação entre o interior habitado e o espaço cénico. Surgem novas estruturas: arcadas, varandas alpendradas e escadarias de aparato. Com este trabalho procuramos interpretar a evolução dos frontispícios da casa senhorial limiana e as diferentes estratégias de afirmação dos privilegiados ao longo dos tempos.

Palavras-chave: Casa Nobre; Ponte de Lima; Frontispícios; Vivências.

Abstract: The analysis of the frontispieces of the noble houses of the municipality of Ponte de Lima allows us to trace their evolution from the earliest fortified residences up to the different models of 18th century houses. Thus, in the late medieval residences, we find towering and robust façades with few openings, conceived for defensive purposes; in modern times, the sizes of doors and windows have increased. They also play a ludic role and provide a greater interaction between the inhabited space and the external scenic area. New structures appear: arcades, balconies and staircases. This work seeks to interpret the evolution of the frontispieces of Ponte de Lima manor houses, and the different strategies used by the privileged to affirm their power.

Keywords: Manor House; Ponte de Lima; Frontispieces; Strategies of Affirmation.

* Estudante de Doutoramento FLUP. ameliapaiva@gmail.com.

1. DA CASA MEDIEVAL À QUINHENTISTA

Os frontispícios das *casas fortes* mostram ser grandiosos e robustos, pela altura que apresentam e pelos silhares de granito de que são constituídos. Exibem uma grande sobriedade formal, e uma grande homogeneidade nas quatro faces do edifício. A principal distinção entre a fachada principal e as restantes é a presença de um vão de porta. As outras faces do imóvel mostram poucas aberturas: frestas longitudinais estreitas ou pequenos vãos de janela, abertas sobretudo na parte superior da torre, nos últimos andares, únicas fontes de luz natural para o interior. Ao nível do entablamento encontram-se merlões. A casa-torre, inspirada nos modelos da arquitectura militar medieval e símbolo da ascensão de linhagens secundárias, era uma estrutura de defesa por excelência, último reduto em caso de perigo. Logo, a existência de vãos de janela ou de porta fragilizava a sua capacidade defensiva, sobretudo se estes estivessem colocados na parte inferior. Portanto, os vãos que se encontram numa cota mais baixa são claramente posteriores à construção original. Só o vão de porta aparecia num plano inferior, ao nível do primeiro piso, sendo no entanto suficientemente elevado do solo para que, em caso de necessidade, se pudesse fechar, tornando-se desse modo inexpugnável. Assim, e considerando a organização vertical destas torres, só os últimos andares, o espaço mais reservado e mais nobre, beneficiava de luz natural directa de forma regular. O resto do imóvel era ocasionalmente iluminado com luz artificial. Consequentemente, e estabelecendo um paralelismo entre o espaço mais nobilitado da residência senhorial medieval e a luz natural, podemos concluir que mesmo nos tempos mais remotos, quando o bem-estar ainda não definia prioridades, os Senhores tinham reservado para si a parte mais ventilada e iluminada da casa. Em Portugal, só nos últimos anos do século XV e no início do século XVI, e em casos pontuais, surgem vidraças nas janelas, pelo que os vãos de janela das casas medievais tinham que ser necessariamente exíguos de forma a controlar o frio, o vento, a chuva ou o calor. Os vãos, tanto os de janela, como os de porta, não apresentam neste período molduras, nem elementos decorativos de relevo.

No concelho de Ponte de Lima, a Torre de Refoios é um dos exemplares mais antigos deste tipo de residência¹, apesar dos investigadores não estarem de acordo relativamente à sua ancestralidade. Para Carlos de Azevedo trata-se de um exem-

¹ Segundo António José Baptista, pároco da freguesia da Facha, do concelho de Ponte de Lima, a Casa do Paço, que se presume ser o Solar medieval dos Velhos, é a mais antiga da Facha, e provavelmente, uma das mais antigas de Ponte de Lima. De acordo com este investigador a Casa do Paço terá pertencido a D. Sueiro Mendes, casado com a condessa D. Elvira Gonçalves, neta de Egas Moniz e, por isso, sobrinhaneta de Ermígio Moniz, Tenente do Julgado de Santo Estêvão. Apesar de todas as intervenções, esta casa conserva ainda parte de uma torre com dois vãos de porta ogivais, um deles com simbologia heráldica

plar do final do século XIV², enquanto para Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a edificação da Torre de Refoios remete para os inícios de Quinhentos³. Mais recentemente, José Custódio Vieira da Silva situa a sua construção na primeira metade do século XIII, antes das Inquirições de 1258, considerando-a mais arcaizante do que a Torre de Penegate, sita na freguesia de São Miguel de Carreiras, concelho de Vila Verde⁴.

Além desta, existem a torre do Solar de Bertianos, na freguesia de Bertianos, e o Paço do Corutelo, na freguesia do Freixo, que apresentam igualmente uma estrutura arcaizante, se bem que já sejam consideradas quinhentistas.

O Paço de Bertianos é um dos mais emblemáticos da região, sendo constituído por uma torre ameada mandada construir por D. Inês Pinto em 1566 e por dois edifícios setecentistas, que consubstanciam diversas tendências do Barroco português. Também o Paço do Corutelo, referido nas inquirições medievais: «item a quinta que chamam o Paaço e a casa de Corutello»⁵; parece ter sido construído ou reconstruído na centúria de quinhentos, possivelmente em 1532, quando o 5.º Morgado de Coucieiro, ao ver-se a contas com a justiça, vendeu a quinta ao 4.º Duque de Bragança, que tudo emprazou a D. João Rodrigues de Lago, em pagamento dos serviços que este fidalgo prestou na conquista de Azamor, em 1513, permanecendo a propriedade na posse dos seus descendentes.

2. A CASA QUINHENTISTA E SEISCENTISTA

A partir dos meados século XVI, e nas centúrias seguintes, embora a estrutura turriforme permaneça na arquitectura civil do concelho, surge uma nova dinâmica: uma torre com um corpo residencial de planta rectangular adossado, e por vezes ainda uma capela vincular, e nalguns casos também com uma portada armoriada ou não. Os frontispícios tendem a desenvolver-se na horizontal, mostrando uma nova organização de acordo com a funcionalidade dos espaços. Todos os compartimentos do conjunto edificado passam a ter um ou mais vão de janela, sendo que os do andar nobre se distinguem pelas dimensões, e pelas molduras de granito com uma preocupação estética acrescida. Surgem também mais vãos de porta, permitindo uma circulação mais activa. Os vãos, de maiores dimensões, estabelecem uma

nos gonzos, que se repete nas vergas de uma janela hoje reconstruída. Além disso mostra também siglas de pedreiros.

² AZEVEDO, 1988: 165.

³ ALMEIDA, 1987: 116.

⁴ SILVA, 2002: 50.

⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2013: 101.

maior interacção entre o interior habitado e o exterior contemplativo, assumindo um papel lúdico, e animando as fachadas das casas.

As torres e os merlões perdem definitivamente o seu carácter defensivo, tornando-se em arquétipos do poder senhorial. Do ponto de vista artístico, coexistem elementos da gramática decorativa Manuelina com a sobriedade própria do Maneirismo.

Na Vila de Ponte de Lima, a antiga Alcaidaria-mor, actualmente Paço do Marquês, apesar das múltiplas intervenções que conheceu ao longo dos tempos, ainda mostra na fachada virada a Norte três vãos de janela com molduras manuelinas⁶, muito semelhantes às do Paço da Giela, no concelho de Arcos de Valdevez, ambos pertencentes à Família de D. Leonel de Lima. A origem deste edifício está bem documentada⁷, remetendo-nos para o ano de 1464, quando D. Leonel de Lima (1403-1495) foi nomeado Alcaide-mor por D. Afonso V (Elvas, 20 de Abril); no entanto, desconhece-se quando é que ficou concluída aquela que, em nosso entender, foi a primeira casa nobre a ser construída intramuros. Acreditamos que terá sido D. Francisco de Lima, 3.º Visconde de Vila Nova de Cerveira, a encerrar o seu ciclo construtivo, ou quiçá a introduzir alterações significativas ao projecto inicial, ampliando e libertando o edifício do seu cunho tardo medieval, mas certamente só depois de 1510, após ter servido D. Manuel I em Arzila. Alguns documentos, nomeadamente um pergaminho de 1520⁸, e várias escrituras de empraçamento realizadas entre 1514 e 1532⁹, envolvendo directamente este fidalgo, ajudam a corroborar esta tese. Uma dessas escrituras fornece-nos inclusive algumas pistas sobre o interior da residência do alcaide:

Anno 1532. Saibam quantos este estormento d'empraçamento virem que no anno do nascimento de nosso senhor Jhesus Christo de mil quinhentos e trinta e dous annos aos vinte dias do mês de d'Abril em ha villa de Ponte de Lima no castelo da dicta villa na salla do senhor dom Francisquo de Lima bizcom de Villa Nova e senhor da villa dos Harquos e terra de Vealldvez [...] ¹⁰.

⁶ Não se exclui a hipótese destas molduras terem transitado de um edifício anterior, e terem sido colocadas tal como as conhecemos hoje em resultado de uma intervenção ocorrida nos meados do século XVIII ou no início do século XIX.

⁷ PAIVA, 2011: 565.

⁸ A.M.P.L. – Pergaminho n.º 60 (Sentença do rei D. Manuel I, anulando a carta de mercê que concedera a D. Francisco de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira, 1520, Março 20 – Évora).

⁹ A.D.B. – Livro de Títulos e Prazos de Casais de Ponte de Lima (Aqui contém alguns Prazos e Arrendamentos de Cazais tudo feito pelo Visconde D. Francisco de Lima), (1532, Abril, 20 – Ponte de Lima).

¹⁰ RODRIGUES & MARQUES, 2007: 180.

Deste modo, tudo aponta para que na década de trinta do século XVI, não só a residência do Alcaide já estivesse concluída, como tinha uma sala, lugar privilegiado da casa, onde este recebia e administrava os seus bens familiares. Provavelmente, os vãos de janelas com as molduras manuelinas correspondiam a este espaço nobilitado, que deveria ter uma dimensão considerável.

Do século XVII parece ser a Casa-torre dos Barbosa Aranha, situada na encosta íngreme da Calçada da Fonte da Vila, constituindo um caso singular no tecido edificado da Vila de Ponte de Lima, já que é o único exemplar desta tipologia dentro do perímetro urbano. Este edifício apresenta uma torre de planta quadrangular, em cantaria, de três pisos, rematada por merlões chanfrados assentes sobre cornija com gárgulas de canhão, e ala adossada, de planta rectangular, desenvolvida em três andares, em cantaria rebocada e pintada de branco. A casa torreada dos Barbosa Aranha (assim conhecida por apresentar na fachada da ala residencial um escudo esquartelado com a representação heráldica destas famílias) apresenta, tal como muitas outras casas seiscentistas, uma linguagem depurada ainda com elementos da arquitectura fortificada.

3. AS CASAS SETECENTISTAS

A sobriedade da casa nobre seiscentista persistiu por muito tempo, e sobreviveu muito para além do seu período histórico, coexistindo com as formas exuberantes do Barroco Joanino e do Rococó. Deste modo, no século XVIII, no concelho de Ponte de Lima tanto encontramos casas com frontispícios muito sóbrios, marcados pelo rigor das linhas rectas, como nos deleitamos com a fantasia das linhas curvas, côncavas e convexas, presentes nos coroamentos dos vãos, e por vezes na ondulação das cornijas. Temos ainda uma grande diversidade programática: casas com uma torre com corpo residencial adossado, casas com duas torres ligadas por entre si por corpo central, e casas sem torre. As torres conheceram um grande enriquecimento, com a abertura de vãos de janela e com a colocação de pirâmides ou obeliscos no entablamento, acentuando a sua verticalidade e ajudando a definir linhas de força, ritmos, e direcções significativas.

Em geral, a abertura de um maior número de vãos reflecte uma enorme evolução: para além de ventilarem o interior da residência, proporcionando uma melhor qualidade de vida, perspectivam as vistas de quem está dentro, criando-se assim uma forte relação com a natureza e com o meio social; permitem igualmente, àqueles que olham de fora para dentro, descobrir um mundo sofisticado, próprio das elites. Com o apogeu do Barroco, os frontispícios ganham maior expressão e dramatismo, e irrompe uma maior preocupação com a representação social dos

proprietários. Surgem novas estruturas, como as varandas alpendradas, as arcadas e as escadarias de aparato, que marcam de forma indelével as fachadas das casas, tornando-se elementos distintivos. As varandas alpendradas e as arcadas funcionam como espaços protegidos, que facilitam a circulação, e são também locais de trabalho, convívio e lazer. A escadaria de granito, com túrgidas volutas na base, tão característica da teatralidade barroca, pode ter um ou mais lanços, e facilita o acesso ao andar nobre e às salas de aparato; contudo, o seu valor não lhe advém exclusivamente da mera funcionalidade, mas sobretudo do dinamismo que confere ao frontispício da casa. A sua importância está ainda ligada à ritualização de práticas sociais e à encenação de sumptuosidade. A capela vincular marca igualmente o frontispício da casa, especialmente quando se encontra no seu enquadramento, e revela a proeminência dos seus proprietários. A construção de capelas junto das casas nobres ocorreu nos séculos XVII e XVIII, acompanhando a afirmação do Barroco; anteriormente existiam oratórios, as chamadas *casas de rezar* ou *casas de santos*, que se situavam no interior das residências, espaço intimista, reservado aos membros da família. A edificação destes pequenos templos junto das casas senhoriais correspondeu a um momento de viragem, quando a Igreja procurou implementar e fortalecer o discurso doutrinal do catolicismo moderno que o movimento da Reforma Católica então promovia. Embora particulares, estas capelas desempenharam um papel determinante na aproximação das populações aos ritos católicos, e as famílias nobres cumpriram com a sua missão evangelizadora, enriquecendo o património da Igreja. A presença de pedras de armas no frontispício da casa ou da capela constitui outro sinal exterior de afirmação e demarcação social.

O Paço de Beiral, na freguesia de Beiral do Lima, a Casa da Granja, e a Casa de Pomarchão, ambas na freguesia de Arcozelo, são setecentistas, mas apresentam uma planta semelhante à Casa dos Barbosa Aranha: uma torre de planta quadrangular com corpo residencial de planta rectangular adossado (porventura o modelo mais comum na Ribeira Lima).

A Casa da Granja é um dos mais belos solares do concelho, único no seu estilo, atribuível aos primeiros decénios do século XVIII. É composta por um torreão de três pisos, rebocado e pintado de branco, com vão de porta no primeiro piso, vão de janela de sacada no segundo, e finalmente vão de janela de guilhotina no último. No coroamento encontramos cornija ressaltada e rematada por quatro pirâmides monumentais, colocadas no alinhamento das pilastras da ordem toscana dos cunhais. Adossado à torre desenvolve-se o corpo residencial de dois pisos com dupla arcada (seis arcos de volta perfeita no segundo piso, e cinco no piso térreo), e com varanda de balaústres no andar nobre, cujo acesso é feito por uma belíssima escadaria de um lanço com um largo *perron* perpendicular à fachada da casa. Não

muito longe da casa, junto à portada duplamente armoriada, encontramos a capela vincular, datada de 1717, dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

A Casa de Pomarchão é outra das mais significativas casas solarengas do Alto Minho, encontrando-se na posse da Família Malheiro Reimão desde a sua fundação. Esta casa tomou o aspecto imponente que hoje se lhe conhece após a ampliação e remodelação, em meados do século XVIII, de um edifício mais modesto do século XVII. Deste período é certamente a capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro, que veio substituir outra. Da mesma época é a renovação da torre, que apresenta no emolduramento dos vãos e no entablamento uma linguagem decorativa muito semelhante à usada na capela vincular. Estas intervenções terão sido realizadas no tempo de Ventura Malheiro Reimão, com o apoio financeiro do seu irmão D. António do Desterro Malheiro (1694-1773), Bispo de Angola (1738-1745) e do Rio de Janeiro (1746-1773), que não teve oportunidade de as conhecer, já que veio a falecer pouco tempo depois, no dia 5 de Dezembro de 1773, tendo sido sepultado no claustro do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. O corpo residencial de dois pisos apresenta um esquema arquitectónico de linhas severas de gosto maneirista, com varandas alpendradas nas fachadas Nascente e Sul. O acesso ao andar nobre é feito por duas escadarias barrocas de um lanço, colocadas perpendicularmente aos dois frontispícios.

O Paço de Calheiros, na freguesia de Calheiros, a Casa do Cardido, na freguesia de Brandara, a Casa das Torres, na freguesia da Facha, e a Casa da Lage, na freguesia dos Arcos, são exemplares representativos de casas com duas torres ligadas entre si por um corpo central. A particularidade desta tipologia caracteriza-se por apresentar dois tipos de frontispícios: um voltado para o exterior, com grande impacto panorâmico (frontispício composto por um corpo residencial ladeado por duas torres) e outro, mais intimista, virado para um pátio ou terreiro interior (frontispício marcado pela presença das varandas alpendradas e das escadarias de aparato).

A Casa de Nossa Senhora da Aurora, no antigo Arrabalde de São João, em Ponte de Lima, a Casa Ferreira, na freguesia de Arcozelo e a Casa da Garrida, na freguesia da Ribeira, são igualmente setecentistas, e apresentam uma alternativa à casa com torres, inscrevendo-se na tradição urbana de casas de planta longitudinal, com longas fachadas, onde o ritmo e movimento se encontram na profusão de vãos que rasgam os alçados.

A Casa de Nossa Senhora da Aurora é uma das mais eruditas do concelho, sendo o seu risco atribuído ao engenheiro militar Manuel Pinto de Vilalobos, embora não exista nenhum suporte documental para tal atribuição. Esta magnífica casa apresenta um alçado de dois pisos, com frontispício seccionado por pilastras da ordem toscana. No andar nobre, entrevêm-se onze janelas de sacada de ombreiras e vergas rectas, sobrepujadas por frontões triangulares, e com varandins de ferro

forjado; no piso térreo, assiste-se à alternância de portas e janelas. No cunhal da casa, virado a Sul, junto à capela, pode ainda ver-se uma pedra de armas com elmo, paquífe e timbre, assente numa cartela decorativa, onde se insere um escudo com composição esquartelada com as armas de Sá, Sotomaior, Rebelo e Abreu e timbre de Sá. De acordo com a escritura de dote e património, a capela foi instituída em 1723 (4 de Agosto) por João de Sá Sotomaior, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Desembargador na Relação da cidade de São Salvador da Baía: [...] *que elle estando na America fes promessa a Virgem Nossa Senhora digo da Aurora fazendo-lhe uma cappella na sua quinta do Arrabalde [...]*¹¹. A capela, que se encontra adossada, mas ligeiramente recuada, repete a linguagem clássica da fachada da casa, e mostra três lápides epigrafadas. A primeira exalta a importância da Fé: “*Se não for o Senhor a edificar a casa em vão trabalham os construtores*”; a segunda, refere o instituidor: “*João, brilhante Aurora, construiu este pequeno santuário. Cresça esta Devoção e o Amor Santo*”; e a terceira, assinala o fim da construção deste templo: “*Ano do Senhor de 1731 mês de Setembro*”.

A Casa Ferreira mostra um alçado de dois pisos seccionado por pilastras da ordem toscana com cinco janelas de sacada de ombreiras rectas e lintel almofadado no andar nobre, e no piso inferior, três vãos de porta com ombreiras rectas e lintel almofadado, e dois vãos de janela de ombreiras e peitoril rectos, e lintel igualmente almofadados. No topo sul, à esquerda do observador, encontra-se a capela dedicada a Nossa Senhora da Estrela, cuja fachada repete os elementos decorativos da casa. As cartelas epigrafadas existentes no frontispício da capela permitem identificar os seus instituidores e ajudam a datar este edifício.

A Casa dos da Garrida, expressão popular que identifica a origem da Família Melo da Gama de Araújo e Azevedo da Quinta da Garrida, também denominada Garrida Velha, situada no lugar de Talharezes (freguesia da Ribeira), ou Casa de São José, referindo-se ao orago da capela, instituída por José de Azevedo Pereira Pinto, em 1747, está situada no extremo oeste da Rua do Arrabalde, na saída de Ponte de Lima para Ponte da Barca. Não se sabe ao certo quando é que esta casa começou a ser construída, no entanto, na escritura de dote e património da capela de São José, o instituidor doava: [...] *a mesma quinta e casas em que vivem no dito arrabalde [...]*¹², pressupondo-se assim que a casa já estaria concluída, ou pelo menos em fase de conclusão. O frontispício da Casa da Garrida apresenta um alçado tripartido: à direita do observador, o corpo residencial de dois pisos, com seis vãos de janela sacada no andar nobre, e no piso térreo, alternância de vãos de janela de peitoril com vãos de porta; ao centro, uma ala de planta rectangular com

¹¹ A.D.B., Livro do Registo Geral n.º 54 (1723-1724), fls. 53-60.

¹² A.D.B., Livro do Registo Geral n.º 61 (1748-1749), fls. 228v-229.

uma discreta varanda alpendrada (que actualmente se encontra fechada), e uma torre sineira; e por último, a capela vincular, cujo acesso se faz por uma escadaria de lanços divergentes. A gramática decorativa desta casa é totalmente diferente das duas anteriormente referidas. A exuberância do emolduramento dos vãos e o frontispício da capela denunciam já uma estética tardo barroca.

4. CONCLUSÕES

Este estudo pôs em perspectiva a evolução das formas de habitar e das mentalidades em cada período histórico. A arquitectura civil quatrocentista e quinhentista do concelho de Ponte de Lima revela uma tendência conservadora, mantendo-se próxima dos modelos medievais. Em contrapartida, a casa nobre setecentista mostra uma grande riqueza e maior diversidade programática. Alguns elementos arquitectónicos prevalecem e assumem um papel de relevo na paisagem e na arquitectura civil do concelho: a torre e os merlões, as varandas alpendradas, as escadarias de aparato, as capelas vinculares, as portadas armoriadas, que se tornaram verdadeiros arquétipos do poder senhorial.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1987) – *Alto Minho. Col. “Novos Guias de Portugal”*. Lisboa: Editorial Presença.
- AZEVEDO, Carlos de (1988) – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- PAIVA, Maria Amélia da Silva (2011) – *A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista*. In *Actas do II Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, p. 565-583.
- RODRIGUES, Sandra; MARQUES, Marta (2007) – *O contributo da arqueologia para o estudo do centro histórico de Ponte de Lima*. In ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, coord. – *Ponte de Lima: Uma vila histórica do Minho*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, p.133-181.
- SILVA, José Custódio Vieira da (2002) – *Paços Medievais Portugueses*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2013) – *A propriedade senhorial nas inquirições dos finais do século XIII: coutos e honras, quintãs, paço e torres no Entre Minho e Ave*. In *Actas do III Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez, p. 86-108.

O ARO RURAL DE ARRIFANA DE SOUSA/PENAFIEL NA ÉPOCA MODERNA: AS CASAS DE LAVOURA SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO COEVA

MARIA HELENA PARRÃO BERNARDO*

Resumo: A cidade de Penafiel desenvolveu-se no lugar de Arrifana de Sousa, da antiga paróquia de S. Martinho de Mozares. Burgo fundado em época medieval, no cruzamento de caminhos, foi elevado a vila em 1741, com um pequeno termo: as aldeias da freguesia e parte de Santiago de Subarrifana. A arquitectura do aro rural é vocacionada para habitação e uso agrícola e estas casas de lavoura são referidas em documentos de diversos senhorios, descritas com diferentes graus de riqueza e qualidade do edificado.

Palavras-chave: Penafiel; Casas de lavoura; Emprazamentos; Tombos.

Abstract: The city of Penafiel has developed in place of Arrifana de Sousa, in the parish of St. Martin of Mozares. Founded in medieval times on a crossroad, it was elevated to village in 1741, with a short territory: the villages of the parish and part of Santiago de Subarrifana. The architecture of the rural rim is dedicated to housing and agricultural use. These farmhouses are referred in registry of several landlords, with descriptions that denounce variations on the quality of the building.

Keywords: Penafiel; Farmhouses; Emphyteusis documents.

* Museu Municipal de Penafiel / CITCEM. mhp.bernardo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Penafiel, cidade situada no concelho homónimo do distrito do Porto, desenvolveu-se a partir do lugar de Arrifana de Sousa, topónimo já referido nas Inquirições de 1258 à antiga paróquia de S. Martinho de Mozares¹. O burgo de Arrifana cresceu num planalto situado entre os rios Sousa e Cavalum. Localizado no cruzamento de caminhos, a seis léguas do Porto, duas de Entre-os-Rios e quatro de Amarante², viu o seu espaço arruado expandir-se ao longo da estrada que ligava o Porto a Trás-os-Montes, Douro e Beira Interior³. Esta via, que partia do Porto na porta de Cimo de Vila⁴, era uma das mais frequentadas do reino⁵.

O crescimento do lugar culminou com a transferência da sede da paróquia e do orago, S. Martinho, de Mozares (hoje, Santa Luzia) para Arrifana em 1569⁶, onde se concluiu a nova igreja matriz⁷. Em 1619, foi criada a Comenda da Ordem de Cristo de Arrifana de Sousa⁸, com Santiago de Subarrifana, na qualidade de anexa⁹.

A elevação a vila, em 1741¹⁰, foi o cumprimento de um desejo antigo da população de Arrifana, descontente com a dependência administrativa em relação à distante vereação portuense¹¹. A nova vila integrava a freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa e parte da de Santiago de Subarrifana (Santiago, ou lugar da Igreja, Presa, Jardim, Seixal e Ribeiral)¹², do Julgado de Penafiel e Comarca do Porto¹³. As restantes freguesias do Julgado permaneceram sob jurisdição portuense até à elevação a cidade, em 1770¹⁴.

¹ PMH *Inquisitiones* 1258 1888: 593. No século XIII, a paróquia de S. Martinho de Mozares pertencia ao julgado de Penafiel com sede no castelo de Penafiel de Canas ou de Sousa, em Oldrões (SANTOS, 2005: 10 e 31). Em data incerta, o centro da administração deste território terá mudado para Arrifana de Sousa, possivelmente, após a atribuição do Julgado ao termo do Porto por D. João I, em 1384 (SILVA, 1988: 49-50, 58). D. Manuel atribuiu foral ao julgado de Penafiel a 1 de Junho de 1519 (SOEIRO 1993, vol. III: 12).

² CASTRO, 1767: 151.

³ SOEIRO, 1993, vol. 1: 193.

⁴ ALMEIDA, 1968: 173-174.

⁵ ALMEIDA, 1830: 234-235.

⁶ FERREIRA, 1991/1992: 227; SOEIRO, 1993, vol. 1: 253.

⁷ SOEIRO, 1993, vol. 1: 253.

⁸ Extinta em 1769 (CASTRO, 1992: 108, 303, 305 e 372).

⁹ ROCHA, 1973: 60.

¹⁰ ALMEIDA, 1830: 34 e ss., 66 e ss.; SOEIRO, 1993, vol. 1: 111; vol. 3: 52-53.

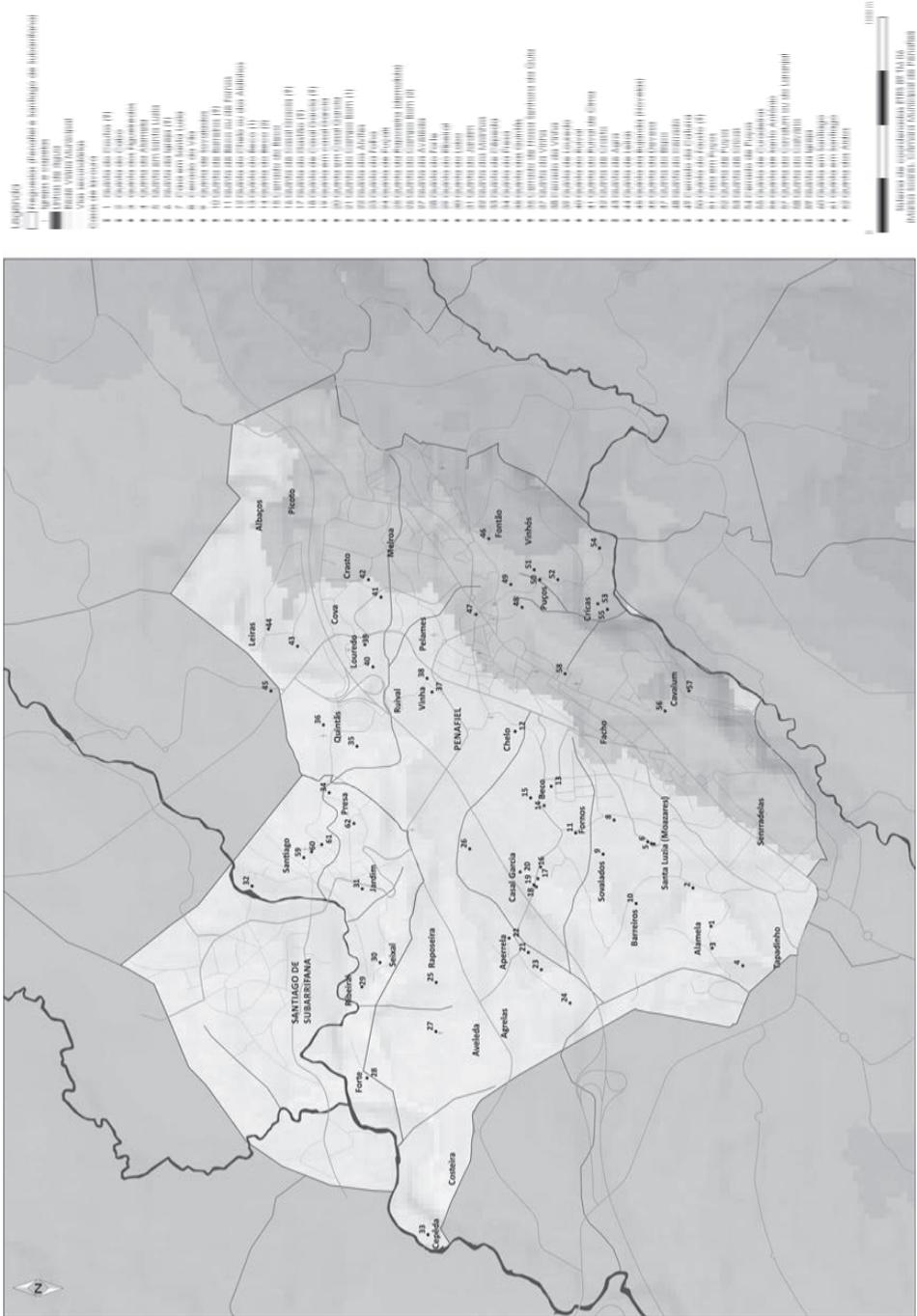
¹¹ SOEIRO, 1993, vol. 1: 111.

¹² Freguesia dividida em duas jurisdições demarcadas pelo rio Sousa, a Norte, o concelho de Lousada e, a Sul, o de Penafiel (CAPELA, 2009: 574).

¹³ ALMEIDA, 1830: 37.

¹⁴ Data da elevação a cidade de Penafiel, com um termo alargado (ALMEIDA, 1830: 161; SOEIRO, 2005: 144-145).

O ARO RURAL DE ARRIFANA DE SOUSA/PENAFIEL NA ÉPOCA MODERNA:
AS CASAS DE LAVOURA SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO COEVA



Mapa 1. Localização de aldeias e casas de lavoura no aro rural da Cidade de Penafiel.

O espaço geográfico aqui tratado é o da vila, que incluía o burgo de Arrifana¹⁵, envolvido pelas aldeias, próximas da actual cidade, várias com origem nos antigos casais medievais¹⁶ já referidos nos séculos XI-XII¹⁷, outros apenas em meados do século XIII, no inquérito de 1258¹⁸. O foral de 1519 também refere 23 casais reguengos na freguesia de S. Martinho de Mozares¹⁹, todos localizados a Oeste da área urbana. Entre estes lugares, dois foram antigas paróquias cujos templos hoje servem como capelas, Mozares (capela de Santa Luzia), que já referimos, e Louredo (capela de S. Bartolomeu)²⁰.

As Memórias Paroquiais de 1758 e António de Almeida, no final do século XVIII, início do XIX, enumeram os lugares que compunham o termo rural da vila²¹, a maioria localizada no Mapa 1²², onde se incluem também algumas das casas de lavoura numeradas e referidas ao longo do texto, quando identificadas na documentação.

AS CASAS DE LAVOURA NA DOCUMENTAÇÃO DA ÉPOCA MODERNA²³

Vale do rio Cavalum

Entre os grandes detentores de foros em Arrifana de Sousa, destaca-se o Mosteiro de S. Salvador de Freixo de Baixo (Amarante), anexado ao de S. Gonçalo de Amarante no século XVI²⁴. Nas Inquirições de D. Dinis refere-se que «na Arrifana deshu mora Martj[m] esteveenz assuso he termo de vinhos e som cjnquo casaaes

¹⁵ SOEIRO, 1993 vol. 1; —, 1994; BERNARDO, 2012; —, 2012b: 233-244.

¹⁶ Na região do Entre Douro e Minho, o termo “casal” é utilizado «ora em sentido restrito (correspondendo a espaços residenciais e/ou fundiários) ora em sentido lato (correspondendo a uma unidade de povoamento e de exploração capaz de reunir ambos)», mais frequente; ao que podemos acrescentar uma terceira acepção menos evidente nas fontes: a de pequeno povoado (MARQUES, 2014: 237 a 240).

¹⁷ SANTOS, 2005: 36, 38-39.

¹⁸ PMH *Inquisitiones*, 1258 1888: 592-593.

¹⁹ ALMEIDA, 1830: 22; SOEIRO, 1993, vol. 3: 11-12, 25; —, 1993, vol. 3: 12.

²⁰ Paróquia de S. Tiago de Louredo nas Inquirições de 1258 (PMH, *Inquisitiones*, 1258: 591-592) que tinha como sufragânea a actual igreja paroquial de Santiago de Subarrifana. Em 1308, a mesma paróquia é referida como “Ffreguesya de Santiago de Riba de Sousa de louredo” (CCLP 1911: 171). Já o Censual da Mitra do Porto de 1542 escreve-se “igreja de santiago e santiaguinho”, isto é, a igreja paroquial de Louredo e “Santiaguinho”, então capela de Santiago de Subarrifana (ROCHA, 1970a; —, 1970b).

²¹ CAPELA, 2009: 514; ALMEIDA, 1815: 102, In SOEIRO, 1993, 3.º vol.: 281-282.

²² A Fernando Nunes, empenhado e incansável colega neste levantamento, um muito obrigado.

²³ Para mais informações acerca deste tema, consultar BERNARDO, 2012a.

²⁴ PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/OO86, fl. 17v.

do Moesteyro de freyxeo e nom nos honrra filhos dalgo nem hum e tregeos o moesteyro por honrra [...] des quareenta anos acá»²⁵.

A documentação do mosteiro incorporado inclui dois tombos das propriedades situadas em Arrifana, um iniciado em 1634, com um índice realizado em 1772²⁶, outro em 1669²⁷. Cada item tombado está associado ao nome do proprietário, independentemente do lugar em que se situe, e as propriedades surgem misturadas, quer sejam no burgo ou nas aldeias. Verifica-se também que alguns espaços agrícolas passam a áreas construídas do espaço arruado, nomeadamente as Chãs e rua Nova, «em que ora tem feito cazas»²⁸.

As propriedades rurais deste mosteiro situavam-se a Sudeste do burgo, em Vinhós, Fontão, Valtojeiro²⁹, Puços e vale do Cavalum. Temos descrições pouco pormenorizadas do edificado, mas extensas na enumeração de terrenos. As poucas construções³⁰ são térreas, exceptuando duas casas sobradadas, e, quando referida, a cobertura é de colmo. As casas estão quase sempre dentro de cerrados, poucas são identificadas como habitações e só numa se refere a cozinha. A maioria dos edifícios são utilitários, com a função de palheiro, corte de gado ou cortelho, casa do lagar, casa do engenho de azeite, adega, casa de despejos da fazenda, atafona de moer casca³¹, casa de moinhos. Na verdade, os proprietários vivem no burgo de Arrifana, muito próximo destes lugares, e as suas casas de morada também foram recenseadas nos mesmos tombos³².

²⁵ SANTOS, 2005: 87.

²⁶ PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/OO86, fl. I, com algumas notas posteriores datadas de 1773.

²⁷ PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/OO88.

²⁸ PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/OO86, fl.13 a 17v.

²⁹ Topónimo desaparecido que Pinho Leal identifica com a Quinta do Calvário que antigamente se chamava “Valle de Togeiro” (LEAL, 1875, vol. VI: 579).

³⁰ Na ausência de espaço para incluir os quadros com os dados referentes às propriedades com habitações, estes podem ser consultados em BERNARDO, 2012a, vol. II, p. 88, quadro 4 e p. 114, quadro 5. Aqui enumerámos apenas as propriedades que aparentam ter casa construída já em 1634 ou entre esta data e 1669. Para orientação na pesquisa, referimos o ano do tombo e o número que atribuímos à propriedade no quadro, juntando as referências que nos parecem ser da mesma parcela/ casa nos dois tombos: 1634, n.º 1 – 1669, n.º 231; 1634, n.º 9, 10 – 1669, n.º 236; 1634, n.º 18, 19, 20 – 1669, n.º 163; 1634, n.º 52 – 1669, n.º 172; 1634, n.º 59, 60 – 1669, n.º 91, 100; 1634, n.º 69 – 1669, n.º 205, 206, 207; 1634, n.º 77, 78 – 1669, n.º 82, 83; 1634, n.º 136, 137, 138 – 1669, n.º 223, 224, 225, 226; 1634, n.º 267, 268 – 1669, n.º 216; 1634, n.º 313 – 1669, n.º 281. Referências a casas que, aparentemente, não estavam construídas em 1634: 1669, n.º 77, 109, 110, 403.

³¹ Engenho para reduzir a pó a casca de carvalho e de outras árvores empregado nos curtumes e em fábricas de tinturaria (*O Industrial Portuense*, 1846, Tomo I: 287-288).

³² Verificámos também que algumas quintas encostavam-se às traseiras das casas da zona arruada, nomeadamente a do Calvário, antes dos Vale, da Atafona (?), do Cerrado e o Cerrado do Bispo, cuja casa, voltada para a rua Direita, foi vendida para paço episcopal (BERNARDO & SOUSA, 2015).

Os dois tombos do Mosteiro de Freixo dão-nos um vislumbre sobre a ocupação desta área da vila, mas que será bastante próxima da realidade da época porque as propriedades mencionadas situam-se entre outras do mesmo mosteiro e as confrontações com outros senhorios são raras, na maioria das vezes, o Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa. O livro Mostrador n.º 59³³ deste último permitiu confirmar que as suas propriedades concentravam-se junto ao lugar e rio Cavalum.

Actualmente, em Puços, encontrámos algumas casas agrícolas de qualidade. Uma delas, pelas confrontações, poderá ser herdeira do Cerrado de Puços (1634, n.º 69; 1669, n.º 205 a 207), situada a Poente do caminho de Puços e em frente à fonte (n.º 50). Mais abaixo, no lugar do Cavalum, está a casa da Quinta do Laranjal ou do Cavalum, com o brasão da família Beça no cunhal³⁴ que, em 1763 pagava 1200 réis de décima³⁵ (n.º 57).

Vale do rio Sousa

Com uma menor quantidade de foros, em relação ao Mosteiro do Freixo, segue-se o Mosteiro de S. Miguel de Bustelo. Do fundo deste Mosteiro, os Livros Mostradores 1 (M1)³⁶ e 2 (M2)³⁷, elaborados entre 1798 e 1801³⁸, foram essenciais para estabelecer a ligação entre os vários prazos e caseiros da mesma propriedade, dada a inexistência de um tombo geral.

A título de exemplo, e porque o quadro que resulta desta análise é demasiado extenso, apresentamos os resultados para o casal de Casal Garcia (**Quadro 1**). Assim, a documentação referida no M2 permitiu a recolha dos vários empraçamentos em vidas, datados entre 1443 e 1749. Este casal situa-se a Noroeste do burgo, no fértil vale do rio Sousa, área aberta, mais plana e com excelente exposição solar, comparativamente ao vale do rio Cavalum e à zona Sudeste, onde se situavam as propriedades do Mosteiro do Freixo. Talvez por esta razão, as casas descritas apresentam maior qualidade de construção e complexidade de estruturas, como se verifica pelo exemplo da quinta da Avelada dos séculos XVI-XVII, a seguir referida. Destas serão herdeiras algumas casas ainda existentes no lugar de Casal Garcia (n.º 16 a 20).

³³ PT/ADPRT/MON/CVSSPSPNF/0059.

³⁴ FERREIRA, 1991-1992: 243-244; BERNARDO & SOUSA, 2015: 68.

³⁵ AMPNF n.º 1447 (1763), fl. 82v-83, fl. 76v-77.

³⁶ PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0095.

³⁷ PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0092. O M2 transcreve o conteúdo do M1 e regista os prazos mais recentes.

³⁸ MAIA, 1991: 73, 109-110.

O ARO RURAL DE ARRIFANA DE SOUSA/PENAFIEL NA ÉPOCA MODERNA:
AS CASAS DE LAVOURA SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO COEVA

Quadro 1. Documentos enumerados pelo Livro Mostrador 2 e respectivos dados.

Data	Fonte (referidas pelo M2)	Proprietários	Outros/ anteriores Proprietários	Propriedade	Medidas		Confrontações
					Comp.	Larg.	
1443	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0001 Prazos, fl. 58 [outras páginas 69 e, a lápiz, 82] [não é referido no Mostrador]	João Afonso					
1513	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0004 Prazos n.º 2, [2/3.ª parte] fl. 1	Martim Alvares e a sua mulher Madanela Alvares	Gonçalo Anes	Casa de cozinha, quinteiro, celeiro, casa de adega, outra casa atrás da cozinha, acima das casas uma fonte			Poente: Balio de Leça
1549 (até 1554)	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0009Prazos n.º 6, fl. 10	João Gil e mulher Isabel Martins[?] do Casal Garcia		Casa cozinha, casa, quinteiro, casa nova, corte, outra casinha, palheiro, outro palheiro			
1576	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0012 Prazos n.º 9, fl. 146v-156	Pero Anes e mulher Maria Gonçalves	João Gil, pai de Pero Anes	casa cozinha	11 varas	5 varas	Nascente: Terras do reguengo de Lopo Peixoto Poente: Terras de Catarina Barbosa
				casa onde vive, com um quinteiro, tudo pegado	18 varas	5 varas	
				casa nova que serve de celeiro	6 varas	5 varas	
				corte de bois	14 varas	4 varas	
				casa de adega, com lagar à porta	6 varas	5 varas	
				casinha	3 varas	4 varas	
				palheiro	7 varas	4,5 varas	
palheiro	6 varas	4 varas					
1634	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0023 Prazos n.º 20, fl. 69	Catarina Ribeira viúva em primeira vida e uma filha, como segunda e o marido Manuel Gaspar como terceira	Gonçalo Garcia, marido de Catarina Ribeira	<i>hum terreiro e hum cercuito de cazas em que esta hua caza sobradada hua caza de adega huma cuzinha quatro cortes de gado hua caza de palheiro hum beiral com seu lagar</i>	26 varas	40 varas	
1747	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0037 Prazos n.º 30, fl. 25	Inocência Garcia, filha de Manuel Gaspar, viúva de Francisco Nogueira	Manuel Gaspar	<i>tem hum terreiro e sercuito em que estava huma casa sobradada huma casa de cozinha e outra de adegua e cortes de gados e palheiro com um beiral que tudo era de dentro do sercuito com seu lagar</i>	42 varas (Nascente- Poente)		
1747	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0033 Prazos n.º 29, fl. 208-219v (Mostrador 92 Livro n.º 52)	Bebiana Rodrigues solteira; casou com Manuel de Sousa	Águeda Rodrigues	<i>hum circuito em que esta huma caza de sobrado, cozinha e cortes e quintam a parte do nascente, outras para o poente</i>	172 varas (medido pella parte de fora da parede em redondo)		
1749	Escritura de dote (tabelião Manuel Pinheiro e Magalhães)	Bebiana Rodrigues solteira e Manuel de Sousa da Fonseca dotaram a filha Josefa Garcia para casar com António Pereira Nobre					

Embora esporadicamente mencionado entre as confrontações das propriedades monásticas, o Mosteiro de S. Pedro de Cête também possuía foros neste vale. O tombo de 1550³⁹ e o que foi realizado entre 1668 e 1676 (2.^a parte)⁴⁰ apresentam os Casais de Santiago e Beco e a Quinta da Aveleda.

Em 1552, a casa⁴¹ da Quinta da Aveleda (n.º 27), de Tomé Afonso, é descrita como um conjunto de casas com cozinha, celeiro e cortes de gado, uma casa sobradada e colmada, uma adega com um rossio à porta e outras casas no quinteiro⁴². Em 1674, a mesma propriedade, de António Pais e Catarina de Meireles Freire, tem duas casas sobradadas, outras casas de cozinha colmadas, duas cortes de gado, um palheiro, casa de lagar, «com suas esterqueiras e serventias entre as casas que tudo parte com terras da quinta». Seguem-se as descrições de vários terrenos e uma casa de moinho com quatro rodas «com outra casa acima»⁴³. No final do século XIX, Manuel Pedro Guedes manda restaurar a casa seiscentista⁴⁴ e aumentou a quinta pela aquisição do território reguengo, situado na freguesia de Penafiel, aos Condes de Penafiel⁴⁵. O «Índice Geral dos Tombos do Reguengo de Penafiel» localiza essas propriedades nos lugares de Alameda, Beco, Aperrela, Casal Garcia, Agrela e Chelo⁴⁶, a Sudoeste da cidade de Penafiel. Entre as quintas adquiridas estava a quinta do Chelo ou dos Aidinhos, de João Baptista Pereira da Rocha e Josefina Augusta Pereira Magalhães, Visconde e Viscondessa de Alpendurada, única construção deste lugar. Em 1869, a quinta era «toda murada e sita no lugar de Chelo, ao fundo desta cidade com casas de habitação colmadas e telhadas», eira, beiral, «outras casas sitas ao Norte, e outras ditas ao Sul», campos, pomares, olivais e águas⁴⁷ (n.º 12). Outras foram também compradas, nomeadamente a Quinta da Raposeira, cujas casas foram demolidas para plantio de vinha, a Quinta ou Casa do Forte, a de Puçais, Folha e Fornos (n.º 11, 23, 24, 25 e 28).

³⁹ PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057.

⁴⁰ PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0055.

⁴¹ Em 1404, o proprietário da Quinta era João Afonso da Arrifana, cunhado de João Martins, vereador da Câmara da cidade do Porto, e compunha-se de vinhas e casas (*Vereações* 1401-1449 [s.d.]: 220-223).

⁴² PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057, fl. 131v-134v.

⁴³ PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0055, fl. 448v-451v. A capela de S. Gonçalo da quinta da Aveleda foi instituída por Miguel Moreira da Silva e pela mulher D. Maria de Meireles Freire apenas em 1692 (ROCHA 1972: 107), embora apresente na fachada a data de 1671.

⁴⁴ SOEIRO, 1993, vol. 2: 625.

⁴⁵ AGUIAR, 1943: 136-137. António José da Serra Gomes e D. Maria da Assunção da Mata de Sousa Coutinho (DIAS 1982: 60 e 63, 69-70), com escritura de venda datada de 22 de Março de 1867 (PT/SACGA/MA/A/A/004/cd04, m0001).

⁴⁶ PT/SACGA/MA/A/A/Lv003.

⁴⁷ PT/SACQA/MA/A/F/G/bf.04, m001; PT/SACQA/MA/A/F/G/cd.04.

A Comenda de Arrifana de Sousa realizou dois tombos, um em 1650/1651, desaparecido, e outro em 1718, no qual encontramos as propriedades situadas nas aldeias de Aperrela, Beco, Louredo, Pelames, Santa Luzia e Santiago⁴⁸.

No lugar da Aperrela, o Tombo enumera vários conjuntos agrícolas constituídos por várias casas térreas ou “correntes de casas”, colmadas e cercadas por muros, por vezes com referência a eira, horta, poço, corte, rossio e portas fronhas, algumas voltadas para o caminho⁴⁹, percurso da antiga estrada medieval.

O Casal do Beco estava dividido em duas partes, com vários proprietários. Descreve-se um conjunto de sete dependências «com seu quinteyro e varias serventias em redondo que servem também de esterqueira com entrada para o norte e suas portas fronhas em que esta hua caza sobre si no meio do quinteyro e hua escada de pedra para o norte»⁵⁰. Duas das casas serviam de cortes e uma de lagar, estavam rodeadas por vários terrenos de uso agrícola situados a Sul da estrada que ligava Cepêda a Arrifana⁵¹ (n.º 13?). Na outra metade do casal, a Norte da mesma estrada, logo em frente, estava um “serrado todo tapado sobre si por paredes e vallos com um roxio com hua morada de cazas sobradadas com hua escada de pedra a parte do norte”, construída após 1651, e mais «hua corente de cazas térreas com seu beiral e ainda mais outra corrente de cazas que serve de cozinhas e cortes»⁵². Ainda hoje encontramos no lugar do Beco uma propriedade denominada “Cerrado de” Beco (n.º 15).

Em meados do século XVI, também o Mosteiro de Cête aqui possuía um casal. Propriedade situada a Sul do referido caminho medieval, dispunha de uma casa sobradada, uma térrea, que servia de cozinha, e cortes de gado⁵³. Em 1674, o mesmo casal tem casas sobradadas e casa da cozinha colmadas, cortes de gado pegadas às portas fronhas e a casa, situada na eira, serve de palheiro⁵⁴, tudo cercado de muro (n.º 14?).

Era junto do adro da antiga igreja paroquial que se concentravam as casas da Comenda em Santa Luzia, umas que serviram de residência paroquial, com os seus passais próximos, descritas como juntas, térreas e colmadas, uma com anteporta e um cortelho, e outra com uma casa anexa, rodeadas por pequenas hortas⁵⁵. As restantes são “correntes de casas” térreas e colmadas, duas com anteporta, a que se

⁴⁸ AMPNE, Fundo D, n.º 7, fl. 104-104v. Nos Pelames, a Comenda apenas possuía terras (AMPNE, Fundo D, n.º 7, fl. 69v-71v).

⁴⁹ AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 45v-46, 48-49v e 52.

⁵⁰ AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 54v.

⁵¹ AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 55-57.

⁵² AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 59-59v.

⁵³ PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057, fl. 134v-136.

⁵⁴ PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0055, fl. 446-448 e 449.

⁵⁵ AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 32-33 e 34.

acedia pelas portas fronhas, uma com rossio⁵⁶. Um destes complexos agrícolas foi descrito com maior pormenor: formado por uma “corrente” de casas que serviam de cozinha, palheiro e corte e por mais uma casa de sobrado, também colmada, mas «com sua varanda para nascente», construída após 1651⁵⁷. O Tombo descreve ainda mais dois conjuntos habitacionais, uma «corente de cazas tereiras e colmacas que servem de cozinha e cortes de gado [...] tem junto a estes para o caminho suas portas fronhas e hum roxio que serve de esterqueira e cortes de guado [...]» e «no meyo do rexio hua каза de sobrado com sua varanda», também construída depois do Tombo Velho, e ainda uma eira e horta; e outro «serrado cerquado de parede com duas moradas de cazas terreiras e colmadas» e rossio⁵⁸ (n.º 5 a 7).

O Casal de Louredo estava dividido em vários assentos, também situados nas proximidades da antiga igreja paroquial medieva. Entre várias terras, estavam duas propriedades muradas: uma com uma casa térrea que servia de cozinha com «hua porta para o nassente e outra para o poente aonde tem hua esterqueira»; outra casa a Norte da anterior, construída após 1651, e mais um assento de casas térreas e colmadas⁵⁹. Hoje, a arquitectura rural deste lugar parece ser de construção recente ou muito alterada, mesmo a Quinta de Louredo, erguida por Simão Júlio da Mota Barbosa⁶⁰ (n.º 39).

O lugar de Santiago (de Subarrifana) era foreiro a vários senhorios, embora grande parte das propriedades tenha sido mantida na posse da família Garcez durante várias gerações⁶¹ (Fig. 1 e 2). No livro do “milhão” de 1680 são referidas quatro fazendas nesta aldeia, duas da Comenda, de que talvez sejam herdeiras as duas casas que hoje ladeiam a igreja paroquial (n.º 59 e 60), e as restantes dos Mosteiros de Bustelo e Cête⁶². Em 1534, o Casal de Santiago, do Mosteiro de Bustelo, pertencia a Antão Garcez, tabelião, e à mulher, Beatriz Correia⁶³, filha de João Correia e de Brites Anes de Madureira⁶⁴. Nesta data, a propriedade é descrita com casa, “casa cozinha” e corte de gado⁶⁵. Aparentemente, em 1671, as casas já tinham

⁵⁶ AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 34-39.

⁵⁷ AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 36.

⁵⁸ AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 43v.

⁵⁹ AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 77, 78v.

⁶⁰ PIMENTEL, 1970/1971: 20, nota 8.

⁶¹ Família descendente do mercador João Correia (FERREIRA, 1991/1992: 228). D. Manuel de Noronha e Meneses, bisneto de Catarina de Couros e de Manuel da Rocha Couros, terá sido um dos últimos descendentes desta família a viver no Casal de Santiago (AMPNE – Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 19v, 26v; PT/SACQA/MA/A/AO/cd.04).

⁶² AHMP – A-PUB/3976, fl. 425-426.

⁶³ PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0003 – Prazos n.º 3, fl. 157v a 160.

⁶⁴ BRITO 1997: 174-176; NÓBREGA 1999: 13- 14; 17-20.

⁶⁵ PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0003 – Prazos n.º 3, fl. 157v a 160.



Fig. 1.
Lugar da Igreja
em Santiago de
Subarriñana.



Fig. 2.
Uma das casas
da família Garcez
em Santiago, em
avançado estado de
degradação.



Fig. 3.
Casa da quinta das
Quintãs.

vido demolidas e o espaço era cultivado⁶⁶. Na propriedade da Comenda, dividida em dois assentos, as casas são descritas como térreas e colmadas com quinteiro no meio, uma com portas fronhas⁶⁷. A parte do Mosteiro de Cête, também de Antão Garcez, em 1543, era constituída por terrenos⁶⁸ mas, em 1674, na posse de D. Maria da Cunha, já se descrevem umas casas de sobrado, telhadas, o que constitui uma excepção, e cozinha, «tudo num andar»⁶⁹, e outras casas térreas e colmadas, tudo

⁶⁶ PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0029 – Prazos n.º 26, fl. 161-170.

⁶⁷ AMPNF – Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 27v e 29v.

⁶⁸ PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057, fl. 205v-206v.

⁶⁹ Outra excepção pois, na documentação consultada, a cozinha costuma estar numa casa independente.

rodeado por muro, com portas fronhas»⁷⁰. Em 1763, «Dom Jeronimo de guimaraes [...], pella quinta que possui na freguesia de Santiago que se compõem de cazas de sobrado e térreas, e vários prédios devididos por paredes e combros, e moinhos no Rio Souza» pagava 5400 réis de décima⁷¹, uma das mais valorizadas pois, acima dos 5000 réis, apenas são registadas cinco: Quinta das Quintãs (25500 réis), Quinta da Aveleda (6860 ou 12640 réis, com as fazendas anexadas), Quinta do Chelo (6400 réis) e outra propriedade na Aveleda, dos herdeiros do Doutor Manuel Teixeira Pinto, avaliada em 5470 réis⁷².

A Quinta das Quintãs era um prédio rústico, com capela⁷³, “ermida da Quinta de Barcellas de Nossa Senhora da Guia” nas Memórias Paroquias⁷⁴. Hoje, a casa está desabitada e em risco de ruína (Fig. 3), tal como a capela, que se encontra afastada da habitação. Apresenta estrutura em “L”, “sala da fidalga”⁷⁵, acesso por escadaria a Nascente, corredor com vários quartos, com janelas e “namoradeiras” voltadas a Poente. A casa da cozinha é independente, com lareira ladeada por colunas de granito, dois fornos, várias “cantareiras” e pavimento em terra batida (n.º 35). Tinha ainda casa de lagar, adega e um moinho no riacho próximo, que também passa junto à Quinta da Presa (n.º 34) e em Santiago.

As propriedades mencionadas figuram também na documentação da administração central e local, em particular nos livros de cobrança do imposto da décima. Para o espaço e a época aqui tratados temos, produzidos pela vereação portuense, temos o livro do *Milhão* de 1680⁷⁶, cujo imposto incidia sobre um décimo do rendimento do agregado familiar⁷⁷, e os lançamentos da décima efectuados em 1712 e 1714⁷⁸, que registam os dados para a freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa “da parte de fora”.

⁷⁰ PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0055, fl. 451v-453v.

⁷¹ AMPNF n.º 1447 (1763), fl. 82v-83.

⁷² AMPNF n.º 1447 (1763), fl. 73, 81, 82v-83, 84-84v e 87. Dados que podem ser consultados em BERNARDO, 2012^a: vol. II, p. 80-84, quadro 2 e p. 85-87, quadro 3.

⁷³ ALMEIDA, 1815: 110, In SOEIRO, 1993, vol. 3: 285.

⁷⁴ CAPELA, 2009: 515. Pinho Leal nomeia-a como Quinta da Senhora da Guia, antigamente «das Quintans», caracterizando-a como uma «propriedade de muito valor, e tem uma capela [...] e umas boas casas antigas» (LEAL, 1875: 578 e 580).

⁷⁵ A Alberto Moura, que cultiva os terrenos da quinta, um imenso agradecimento pela visita guiada e informações prestadas.

⁷⁶ AHMP – A-PUB/3976. Registo dos contribuintes e respetivos contributos para o pagamento do milhão, prometido nas Cortes de 1679, para o casamento da Infanta de Portugal, Isabel Luísa Josefa (SILVA, 1993: 14; LOURENÇO, 2006: 15, 141 e 164). Os dados desta fonte podem ser consultados em BERNARDO, 2012a, vol. II: 69, quadro 1.

⁷⁷ CARDOSO, 1998: 16-17.

⁷⁸ “Cazal Gracia, Chello, Lamella, Cavallum, Aveleda e Louredo” (AHMP- A-PUB/4740(1), 1.ª parte fl. 1-9v; 36-39; 90v-92; 2.ª parte fl. 6-8; 10v; 3.ª parte fl. 2-8v; 9-11v).

Realizado pela administração local arrifanense, o livro do lançamento da décima de 1763⁷⁹ apresenta os «predios rústicos dos moradores do Termo»⁸⁰ e os que alguns moradores da vila aí possuíam⁸¹. Estas fontes não referem medidas nem confrontações das propriedades tombadas pelo que, a sua identificação, entre a documentação dos séculos XVI-XVII, só pode ser feita, se possível, através da relação entre topónimos, denominação das propriedades ou nomes dos proprietários.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital do Porto

Mosteiro de S. Gonçalo de Amarante

PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/0086 e 88 – Tombos de Arrifana

Mosteiro de S. Miguel de Bustelo (Penafiel)

PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0003 – Prazos n.º 3, fl. 157v a 160 (Santiago); 0029 – Prazos n.º 26, fl. 161-170 (Santiago)

PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0092 – Livro Mostrador 2; 0095 – Livro Mostrador 1

Mosteiro de S. Pedro de Cête (Paredes)

PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057 – Tombo de 1550, fl. 131v-134v (Quinta da Aveleda), fl.134v-136 (Casal do Beco), fl. 205v-206v (Casal de Santiago); 0055 – Tombo 1668-1676, fl. 446-448 (Casal do Beco), fl. 448v-151v (Quinta da Aveleda), fl. 451v-453v (Casal de Santiago)

Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (Penafiel)

PT/ADPRT/MON/CVSSSPNF/0059 – Mostrador

Arquivo Histórico Municipal do Porto

AHMP – A-PUB/3976 – *Livro para lançamento do milhão do concelho de Penafiel deste anno de 1680*

AHMP- A-PUB/4740(1) – *Lançamento da décima do concelho de Penafiel (1712-1714)*

Arquivo Municipal de Penafiel

AMPNF Livro n.º 7 *Diversos* – Tombo da Comenda de Arrifana de Sousa (1718-1719)

AMPNF, n.º 1446 – *Livro para o arruamento da vila de Arrifana de Sousa de 1762*

⁷⁹ AMPNF/CMPNF 1763, n.º 1447, fl. 73. Este livro continua o levantamento do Livro do Arruamento de 1762 (transcrito em BERNARDO, 2012a, vol. II; BERNARDO, 2012b), referente à zona rural do burgo de Arrifana.

⁸⁰ Louredo, Santiago, Aveleda, Apherela, Casal Garcia, Alamelas, Santa Luzia, Beco e Cavalum (AMPNF/CMPNF 1763, n.º 1447, fl. 79v-91v).

⁸¹ AMPNF/CMPNF 1763, n.º 1447, fl. 73-79.

AMPNF n.º 1447 – Livro do lançamento da décima (1763)

PT/SACGA/MA/A/A/004/cd04, m0001 – Escritura de Venda do Reguengo de Penafiel (1867)

PT/SACQA/MA/A/AO/cd.04 – Contrato de foro (Manuel de Noronha e Meneses – Quinta de Santiago)

PT/SACQA/MA/A/F/G/cd.04 – Escritura de venda da Quinta do Chelo (1871)

PT/SACQA/MA/A/A/Lv003, m0217, n.º 3D – Índice dos casais do Reguengo (1867-1873)

FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, António d' (1815) – *Descrição Historica e Topografica da Cidade de Penafiel*, Parte III. In SOEIRO, Teresa (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento, vol. III, p. 238-304.

— (1830) – *Descrição histórica e topográfica da cidade de Penafiel*. «História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», Lisboa, 10 (2).

CAPELA, José Viriato (2009) – *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758. Braga: Projecto POCTI-FCT.

CASTRO, João Bautista de (1767) – *Roteiro terrestre de Portugal* [...]. Coimbra: Na Officina de Luiz Secco Ferreira.

CCLP – *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum que in Archivo Municipali Portucalensi servantur antiquissimorum*, vol. 1 Diplomata, chartae et inquisitiones, Porto, 1911.

DIAS, Fr. Geraldo J. A. Coelho (2007) – *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo (1800-1801)* de MEIRELES, Fr. António d'Assunção. Penafiel: Museu Municipal, 2007.

FERREIRA, Simão Rodrigues (1991/1992) – *Apointamentos para a historia topografica de Penafiel*. «Penafiel, Boletim Municipal de Cultura», 3.ª série, n.º 6/7. Penafiel: Câmara Municipal, p. 223-245.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1875) – *Portugal Antigo e Moderno*. Vol. VI, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

PMH – *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências. 1888.

VEREAÇOENS: *anos de 1401-1449*. Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. [Imp. 1980] Documentos e Memórias para a História do Porto. Porto: Câmara Municipal.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR (1943) – *A Terra de Penafiel*. Porto: Tip. Da Casa Nun'Alvares.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias medievais. Entre Douro e Minho*. Dissertação para licenciatura em História apresentada à FLUP. Porto: edição policopiada.

ARQUIVO M. DE PENAFIEL (2011) – *Inventário do Acervo documental do Morgado da Avelada*. Penafiel: Câmara Municipal.

BERNARDO, Helena (2012a) – *Do lugar de Arrifana de Sousa à cidade de Penafiel. Urbanismo e Arquitectura (séculos XVI-XVIII)*. Porto: FLUP. Tese de Mestrado.

- BERNARDO, Helena & SOUSA, Laura (2015) – *Paço Episcopal de Penafiel: história e arqueologia do edificado*. «Revista Oppidum», n.º 8 (Dezembro de 2015). Lousada: Câmara Municipal, p. 57-84.
- BERNARDO, Helena (2012b) – *A Paisagem de Arrifana de Sousa descrita pelo Livro do Arruamento de 1762*. In *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna “Velho e Novos Mundos”. Estudos de Arqueologia Moderna, Vol. 1* (2012). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, p. 233-244.
- BRITO, Pedro de (1997) – *Patriciado Urbano Quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Documentos e Memórias para a História do Porto (L). Porto: Arquivo Histórico/ Câmara Municipal.
- CARDOSO, Augusto Pedro Lopes (1998) – *Honras e Coutos: o contributo do milhão. A Honra de Barbosa e o Couto de Bustelo*, separata dos Cadernos Vianenses. Viana do Castelo: Câmara Municipal, p. 3-37.
- CASTRO, Armando (1992) – *A Estrutura Dominial Portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- DIAS, Basílio de Sousa (1982) – *Correio-mor de Portugal 1.º Conde de Penafiel*. «Penafiel, Boletim Municipal de Cultura», 2.ª série, n.º 3 (1982). Penafiel: Câmara Municipal.
- DGEMN – *Igreja de Freixo de Baixo*. «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», n.º 92 (Junho de 1958). Porto: Oficinas da Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal (2006) – *D. Pedro II*. Colecção “Reis de Portugal”. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1991) – *O Mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto: Universidade Portucalense.
- MARQUES, André Evangelista (2014) – *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Prémio CITCEM/ Afrontamento, 2014.
- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da (1999) – *Pedras de Armas da Cidade de Penafiel. Heráldica de Família*. «Cadernos do Museu». Penafiel: Museu Municipal.
- O Industrial Portuense*, Tomo I (1846). Porto: Typographia da Rua Formosa n.º 248, p. 287-288.
- PIMENTEL, Ângelo – *Penafiel Antiga*. Separata de *O Penafidelense* de 13 de Janeiro de 1970 e de 2 de Novembro de 1971. Penafiel: Tip. De *O Penafidelense*, p. 20, nota 8.
- ROCHA, Moreira da (1970a) – *Luz de Candeia Velha. Santiaguinho*. In *Notícias de Penafiel* de 3 de Abril de 1970.
- (1970b) – *Luz de Candeia Velha. S. Tiago de Louredo*. In *Notícias de Penafiel* de 20 de Março de 1970.
- (1972) – *Capelas no concelho de Penafiel*. «Penafiel», n.º 1. Penafiel: Câmara Municipal, p. 97-108.
- (1973) – *Comenda de Duas Igrejas*. «Penafiel, Boletim de Cultura da Câmara Municipal», n.º 2. Penafiel: Câmara Municipal, p. 60 – 67.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005) – *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. «Cadernos do Museu», n.º 10. Penafiel: Câmara Municipal, p. 3-100.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988) – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder. Documentos e Memórias para a história do Porto*, vol. I e II. Porto: Arquivo Histórico. Câmara Municipal do Porto.

- (1993) – *O Porto e as Cortes no século XVII ou os concelhos e o poder central em tempos de absolutismo*. Separata da Revista da FLUP, 2.ª Série, vol. X, p. 9-68. Porto: FLUP.
- SOEIRO, Teresa (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.
- (1994) – *Penafiel*. Lisboa: Editorial Presença.
- (2005) – *Penafiel, composição de um espaço concelhio*. «Cadernos do Museu», n.º 10. Penafiel: Museu Municipal.
- SOUSA, António de (1996) – *Fidalgos que honraram Penafiel*. In *Temas Penafidelenses*, volume V. Penafiel, p. 101.

A CASA RURAL EM PENAFIEL, ENTRE MEIO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ESPAÇO RITUALIZADO

ANA DOLORES LEAL ANILEIRO*

Resumo: Apresentaremos a casa rural corrente em Penafiel nos séculos XIX e primeira metade do XX, entendida como meio de produção essencial para as explorações de dominante agrícola e simultaneamente apreendida como espaço ritualizado significador da família.

Define-se o conceito da arquitetura vernacular, analisando o diálogo entre vernacular e erudito através de exemplos do Município. Caracterizam-se complexos de casa rural, vitais para a satisfação das necessidades de subsistência e também como solução para a habitação, ao serviço da actividade agro-silvo-pastoril, no quadro da sociedade tradicional e do auto-consumo. Entre as múltiplas vertentes que assume casa rural, salienta-se ainda a profunda relação com o sagrado, por vezes utilizado como elemento social distintivo e sempre presente na ritualização do quotidiano.

Palavras-chave: Penafiel; Arquitectura vernacular; Casa rural; Sacralização.

Abstract: We present the current rural home in Penafiel in the nineteenth century and first half of the twentieth century, understood as an essential means of production for farms of agricultural dominance and simultaneously being perceived as a ritualized space, definer of the family unity. The concept of vernacular architecture is defined by analysing the dialogue between vernacular and erudite through examples within the Municipality. The rural house complex is characterized demonstrating its vital importance for the needs of subsistence as well as a solution for housing in the service of agro-forestry-pastoral activity in the context of traditional and self-consumption society. Among the many aspects that the rural house assumes it is always distinguished the deep relationship with the sacred, sometimes used as an element of social distinctiveness and ever present in the ritualization of the quotidian.

Keywords: Penafiel; Vernacular architecture; Rural house; Sacralisation.

* Museu Municipal de Penafiel, CITCEM. ananileiro@gmail.com.

O tema abordado neste artigo decorre do estudo que estamos a desenvolver para o doutoramento em Arqueologia, que tem como título provisório «A Arquitectura Vernacular em Penafiel». A bibliografia atribui a este tipo de arquitectura várias designações tais como: vernacular, popular, tradicional, rural, indígena, espontânea, anónima, sem arquitecto, sem pedigree, sendo as três primeiras as mais comuns.

A designação «arquitECTURA vernacular» é, no nosso entender, a que melhor se aplica, visto não apresentar traço erudito e quando esta influência se verifica ser ténue e mimética. Contudo, esta opção não é consensual, pois há autores que consideram haver influência externa ou mesmo mútua¹.

Relativamente à denominação «arquitECTURA popular», prende-se a uma ideia redutora de associação a uma classe social, com um forte sentido ideológico² cuja definição, aliás, não foi constante. Por outro lado, chamar-lhe «tradicional» pode dar a ideia que este tipo de arquitectura não tem dinamismo³, o que a nosso ver também a deprecia. Apesar de preferirmos o termo vernacular, estas três designações aparecem como sinónimo na bibliografia e são consensualmente aceites como válidas pois, de certa maneira, interligam-se.

A arquitectura vernacular foi durante muito tempo menosprezada por não se tratar de uma produção de elite, encomendada a um arquitecto de renome ou realizada a partir de edifício que se viu num outro país e que se pretende replicar ou recriar no nosso⁴, como é frequente na erudita. No entanto, este tipo de arquitectura tem sido valorizada para dela se tirarem lições⁵, nomeadamente nas questões relacionadas com a sustentabilidade⁶, pois sendo gerada por pessoas comuns, revela muito conhecimento baseado na experiencia, num «saber-fazer» passado de geração em geração⁷, denotando uma forte capacidade identitária e raízes históricas profundas.

Revela simplicidade, racionalidade, integração no meio⁸, ligação ao território, pois é uma arquitectura bem implantada no terreno, por exemplo relativamente ao vento e ao sol, como no caso concreto das eiras, casas da eira e espigueiros, expostos à maior insolação possível. A arquitectura vernacular recorre aos mate-

¹ PÉREZ GIL, 2016: 91.

² PÉREZ GIL, 2016: 89.

³ CARRERA, 2004: 27.

⁴ ALMEIDA & BARROCA, 2002: 112.

⁵ ASSOCIAÇÃO, 1980: XXII.

⁶ GONÇALVES, 2014:27.

⁷ ASSOCIAÇÃO, 1980: XIX.

⁸ ASSOCIAÇÃO, 1980: XXII.



Fig. 1.
Casa da eira
ou beiral, eira e
espigueiro
(Ribeira, Rans).

riais disponíveis, de obtenção e uso locais, com «adaptações ecológicas próprias»⁹. É também uma arquitectura funcional, que permite reconversão e reutilização de espaços, ou mesmo ampliação no caso de o agregado familiar aumentar ou de serem necessárias novas funcionalidades para o serviço da exploração.

Se por um lado a arquitectura erudita é muito mutável (variando de acordo com os gostos e correntes estilísticas), a arquitectura vernacular não é o seu contrário, imutável, mas sofre alterações mais lentas¹⁰, aparentando imobilismo, o que torna difícil a sua datação rigorosa a partir de características formais. Apesar destas especificações, é por vezes difícil desenhar uma linha separadora entre a arquitectura vernacular e erudita. Com a fluidez de um território de fronteira, partilham formas, proporções, materiais e aspectos como a simetria e a distribuição do espaço. Sendo exemplos disso a presença de capela, na maioria dos casos com gosto classicizante¹¹, escadas adornadas com elementos decorativos como o corrimão em papo de rola com remate em voluta, a existência de nichos exteriores para imagens, o frontão encimando a entrada, janelas de verga curva lavrada e avental ladeadas por mísulas decoradas, colunas de granito a suportar a cobertura da escada em estilo «neoclássico singelo e rústico»¹², etc. Alguns dos melhores exemplares poderiam ser confundidos com arquitectura erudita, não fosse o contexto em que se inserem.

No panorama internacional, a arquitectura vernacular só recente e lentamente foi ganhando preponderância, processo longo do qual seguidamente apresenta-

⁹ CARRERA, 2004: 27.

¹⁰ JORGE, 2016: 51.

¹¹ SOEIRO, 2013: 32.

¹² OLIVEIRA & GALHANO, 1992: 47.

Fig. 2.
Corrimão com
término em voluta
(Penafiel), colunas de
granito (Penafiel),
mísulas com
decoreção
antropomórfica
(Fonte Arcada).



mos alguns dos marcos e normativas mais importantes. Em 1976, a UNESCO, na *Recomendação sobre a Salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*, realça a dimensão cultural e identitária destes conjuntos, bem como a importância da salvaguarda do património arquitectónico. A arquitectura vernacular está contemplada, ainda de uma forma muito indirecta. O conjunto histórico é aqui definido como «todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, estético ou sócio-cultural». No mesmo ano, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) cria o Comité Internacional de Arquitectura Vernacular (CIAV) com a principal intenção de estudar e conservar este tipo de património, abrindo caminho para a definição do conceito. No entanto, foi difícil estabelecer consenso devido às diferentes realidades regionais que esta realidade assume¹³.

Em 1985, a *Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa* (Granada, Conselho da Europa) refere-se, também indirectamente, à arquitectura vernacular «os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico». No final da década, na *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular* (UNESCO 1989) observa-se uma maior aproximação, na medida em que este tipo de arquitectura está incluído na «cultura tradicional e popular» e surge mesmo elencado na definição «As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura,

¹³ VARIN, 1993: 3.

a musica, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitectura e outras artes». No mesmo ano, a *Recomendação relativa à protecção e valorização do património arquitectónico rural* (Conselho da Europa) dirige-se à arquitectura vernacular, mas considerando somente a sua vertente rural.

Apenas em 1999 o património vernacular tem a sua própria normativa internacional. O ICOMOS aprova a *Carta do património vernáculo construído*, em que se caracteriza este tipo de arquitectura e defende que é digna de ser estudado e preservado, pois «o património tradicional ou vernáculo construído é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das relações com o território e ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo». Esta carta favoreceu o reconhecimento internacional, alertando para a importância deste tipo de património. Prefere ainda o termo «património» e não «arquitectura» provavelmente para ser mais integrado e abrangente¹⁴.

*

Segundo convicção dominante no séc. XIX, a casa rural tem pois a pretensão de ser uma unidade de produção que se bastasse a si mesma¹⁵, dirigida à residência da família e dos servidores e à produção do maior número de bens necessários à subsistência. Para tal incluía, para além da habitação, construções adjectivas que servissem funções diferenciadas. Trata-se de uma edificação programada para dar resposta à actividade agro-silvo-pastoril¹⁶, que acompanha as necessidades das diferentes etapas dos ciclos anuais, desde a sementeira à colheita e armazenamento de bens agrícolas, da criação estabulada de gado de tracção à das espécies apenas destinadas para alimentação ou troca... dispondo também de estruturas de transformação para uso próprio, que muitas vezes podem ser rentabilizadas ao prestar serviço a vizinhos desprovidos, gerando assim mais-valias económicas e de preponderância social. Quanto mais construções adjectivas específicas a casa rural possui – lagar de vinho, alambique, engenho de linho, engenho de azeite, moinho, etc – mais se diferencia das suas congéneres.

Como dissemos antes, outros elementos, de sabor erudito, evidenciam esta distinção desde o exterior – capela, portas fronhas com frontão, escada em pedra – correspondendo-lhes no interior os assentos *namoradeiras* junto das janelas, mais nichos decorados e armários embebidos na parede, bons madeiramentos em que se destaca o tecto com forro de painéis ou em masseira. Juntar-se-á na cozinha, bem mais tarde, a chaminé. Proeminente no exterior a ela corresponde uma grande saia

¹⁴ PÉREZ GIL, 2016: 89.

¹⁵ SOEIRO & ANILEIRO, 2014: 22.

¹⁶ ALMEIDA, 1978: 50.



Fig. 3.
Casa-pátio (Galegos).

no interior, por vezes apoiada em colunas, que também podem suportar o caniço e as varas para o fumo.

Alguns dos exemplares de casas rurais isoladas que encontramos no município de Penafiel, vistos do exterior, assemelham-se a cidadelas, de tal forma se fecham sobre si¹⁷. Mas frequentemente estão inseridas na malha arruada da aldeia, acompanhando e adaptando-se aos caminhos de serventia de forma organicista, embora sempre voltadas para o pátio ou quinteiro e com a habitação apenas acessível a partir deste, por isso os designamos casas-pátio, sublinhando o intencional fechamento do espaço privado e doméstico em relação ao da comunidade, o seu carácter introvertido¹⁸.

Esta tipologia da casa-pátio repete-se nas áreas de granito, predominantes neste município, e nas áreas de xisto; mantém-se nas casas agrícolas mais abastadas e nas mais humildes, variando na modéstia dos espaços e anexos e na qualidade de construção, principalmente pela ausência de elementos decorativos distintivos que já anteriormente referimos. Neste limitado artigo abordaremos apenas as primeiras.

A título exemplificativo, apresentamos uma casa agrícola – Casa de Vales, que se localiza no lugar de Vales da freguesia de Fonte Arcada e pertenceu à família Andrade, detentora de várias outras propriedades. O lugar de Vales tinha em 1831 cerca de 23 fogos, dos quais se destaca esta casa não só pela sua dimensão e preponderância arquitectónica, mas também porque nesta data dispunha da força braçal de quatro criados de lavoura. À data tinha como chefe de família Custódio José de Andrade, capitão da 7ª Companhia de Ordenanças da Capitania Mor das Ordenanças de Penafiel. A capela da casa, dedicada a Santo António, foi fundada em 1807 pelo Capitão António José de Sousa Andrade, casado com D.ª Maria Joaquina Vieira da

¹⁷ OLIVEIRA & GALHANO, 1992: 39.

¹⁸ MENÉNDEZ DE LUARCA, 2016: 1.

Fonseca. Segundo informação oral, sabemos que recebia vários foros nas freguesias de Figueira, Lagares e Fonte Arcada. O celeiro anexo à casa comportava 800 carros de milho, pelo que na 1ª e 2ª Guerras Mundiais foi utilizado, a pedido da Câmara Municipal, para distribuir o cereal, segundo ordens e por senhas, às populações das freguesias vizinhas. Esta casa, apesar de estar nobilitada pela presença da capela, segue o modelo de casa-pátio, pois todo o edificado está voltado para o pátio central, a que dá acesso a porta-fronha. A capela, com gosto classicizante, abre a entrada principal para o exterior, mas fica adossada ao corpo principal da casa, o que permite que na parede do sobrado exista uma passagem para o coro, onde a família podia assistir aos ofícios protegida, deixando o piso térreo aos demais crentes.

O pátio ou quinteiro é «uma autêntica sala ao ar livre»¹⁹, um espaço descoberto e central à volta do qual se dispõem as *lojas* compostas por cortes, pocilga, lagar de vinho, adega, engenho de azeite, alambique, palheiros e muitas vezes a cozinha, com chão de terra batida. A sua distribuição em redor do pátio vai fechando o espaço e facilita a circulação de pessoas para a execução das tarefas, e permite a deambulação dos animais de criação, a acumulação de lenhas e mato, ao mesmo tempo que impede o acesso e a visibilidade a partir do exterior. Nos tramos em que não existem, temos frequentemente muros elevados a fechar o perímetro. A entrada principal, por vezes a única para o interior deste núcleo, é formada pela porta fronha, com a possibilidade de passagem de um carro de bois carregado se forem franqueadas as duas folhas, enquanto para as pessoas se abre uma bem menor recortada numa delas. Por trás desta entrada pode correr uma área coberta, o beiral, como que um piso superior, com parede de ripado, onde se guardam produtos agrícolas. Nos exemplos mais aprimorados, como é exemplo a casa de Vales, em Fonte Arcada, ou a das Portas, em Quintandona, este beiral apoia-se num arco de granito²⁰.

Nos alçados voltados para o exterior, estas casas apresentam-se normalmente, no piso térreo apenas frestas de ventilação das *lojas*, e no andar superior ou sobrado, destinado a habitação, várias janelas. Estas podem variar entre moldura rectangular ou de verga curva, verificando-se que as mais antigas são de pequenas dimensões e encontram-se no topo da parede, sob o beiral do telhado, e não apresentam vidraça.

As paredes divisórias interiores eram feitas de tábuas de madeira colocadas a prumo, que muitas vezes não interceptavam as águas do telhado, ficando apenas com altura apenas suficiente para cumprir o dever de dividir o espaço. As paredes de tabique serão ainda mais comuns e harmonizam-se com tectos forrados a madeira ou de estuque. Relativamente às paredes exteriores, estas são em pedra

¹⁹ ASSOCIAÇÃO, 1980: 38.

²⁰ SOEIRO, 2013: 35.

à vista, salvo poucas excepções em que se verificam pequenos tramos de tabique, podendo ser revestido com soletos de ardósia.

O acesso ao andar é feito por escadaria, construída na mesma pedra usada nas paredes²¹. Em alguns casos dá acesso a um varandim com guardas em pedra, madeira ou tabique. É neste varandim ou alpendre que encontramos, a segurar o prolongamento das abas do telhado, prumos em madeira ou colunas de granito lavrado. Este varandim dá acesso à sala, mas também temos escadarias a desembocar directamente para a sala.

A sala é o compartimento mais nobre, apenas usado em ocasiões festivas como a visita Pascal ou para velórios. Por vezes este compartimento apresenta tecto em masseira e passagem directa para a capela. É aqui que encontramos o mobiliário mais distinto como o oratório sobre cómoda e a arca do bragal. Presente na sala, mas menos frequente, encontramos embutido na parede um nicho rectangular esguio com topo circular e capacidade para uma pequena imagem religiosa. Por baixo deste tem depósito de água com espaço para a respectiva torneira, um dos exemplos apresenta pia. Pensamos que estejam associados ao local de celebração de missa, para a lavagem das mãos, pois nas melhores famílias rurais havia quase sempre um elemento que seguia a carreira eclesiástica²², tendo a incumbência de celebrar uma ofício diário. Os dois casos inventariados surgem-nos em bons exemplos de arquitectura vernacular, em que não se observa a presença de capela.



Fig. 4.
Nicho (Ameal,
Rans), nicho (Fafiães,
Galegos).

²¹ Variando entre o xisto e o granito sendo este predominante e aquele circunscrito a pequenas manchas dentro do município e mais comum nas vizinhas serras de Valongo. *Carta Geológica de Portugal, Folha 9D Penafiel e 13B Castelo de Paiva*. Lisboa, 1980 e 1964 respectivamente.

²² MATTOSO *et al.*, 2011: 410.

Os quartos são os compartimentos mais exíguos, estando reduzidos muitas vezes a alcovas que têm apenas espaço para acolher o leito, peça de mobiliário ou improvisado com bancos, e assento ou arqueta onde pousa a luz, criando algum recolhimento ao local para dormir.

A cozinha é o compartimento maior e mais importante da casa rural²³, é nele que a família se reúne à noite, ao serão, no calor e luz da lareira, a fiar entre conversa e histórias, muitas vezes contadas de geração em geração²⁴. Aqui se confeccionam e tomam as refeições, portanto será onde a família passa mais tempo. A cozinha ocupa um local de destaque no complexo da casa rural, mas a sua localização é variável, tanto se localiza no piso térreo, tendo, na maioria das vezes, o piso em terra batida, como se situa no sobrado da construção nuclear, com o pavimento em soalho de madeira e/ou parte em pedra, junto do lume.

Nos exemplos estudados existem elementos sempre presentes na cozinha, como é o forno. Construído em blocos de granito em falsa cúpula, com a moldura da porta em cantaria lavrada²⁵, encostado a uma das paredes, centrado ou ao canto, destacado ou embutido, é nele que semanalmente se coze o pão e em dias festivos outras iguarias, tal como o pão-de-ló e o cabrito assado acompanhado de arroz de forno. Por vezes encontramos dois fornos contíguos, um maior e outro mais pequeno, para fornadas complementares²⁶ e para as fornadas de pão no Verão, altura em que o pão azeda sendo necessárias cozeduras mais frequentes e pequenas.

A lareira e o trasfogueiro são também uma presença frequente. Na lareira crepitava o fogo todo o dia e era aqui que se cozinhava o caldo, frequentemente, desde o século XIX, de batata e couve, que juntamente com a broa seria a alimentação quotidiana da família. A lareira, com forma rectangular, é constituída por boas lajes de granito assentes no chão. O trasfogueiro é um simples balcão ou mesa com pés e tampo constituídos por lajes maciças de granito ou pelo enchimento de xisto. Fica encostado à parede, ao centro ou a um canto, sempre nas proximidades do forno. Na base encosta-se e empilha-se a lenha e no tampo pousam-se os utensílios de cozinha. Em alguns casos o trasfogueiro é mais complexo, pois apresenta o borralheiro onde se guardam as cinzas.

Frequentemente encontramos na cozinha a cantareira, trata-se de uma espécie de banca de granito ou em lousa sobre a qual se pousam os alguidares. O louceiro, com a função de guardar a loiça da casa, surge com móvel de madeira ou rebaixamento embutido na parede, com prateleiras de pedra. No banco corrido ou escano

²³ GALHANO, 1963: 280.

²⁴ ANILEIRO, 2010: 71.

²⁵ SOEIRO & ANILEIRO, 2016: 394.

²⁶ SOEIRO & ANILEIRO, 2016: 394.

senta-se a família junto à lareira, a comer, trabalhar ou descansar. A masseira ou gamela, com a tampa fechada servia de mesa, enquanto no seu interior ficava guardado o crescente para a próxima fornada que nela se amassaria. Nas varas do fumeiro, os enchidos dependurados secam ao calor da lareira, recebendo o fumo. Actualmente menos frequente é a presença da base do barreleiro em granito, suporte circular com uma funda canelura em redor terminada em bico, por onde escorre a água que sai da lavagem das meadas do linho ou da roupa branca no barreleiro cilíndrico de cortiça. O bico prolonga-se em canal, lançando a água para o exterior da cozinha, através de uma pequena abertura na parede²⁷.

A cobertura varia entre duas ou quatro águas, assente em barrotes de madeira. O revestimento exterior podia variar entre o colmo, a laje de lousa e a telha, contudo actualmente apenas encontramos os dois últimos exemplos, que por vezes se conjugam, reservando-se as lajes de lousa para os beirais.

A chaminé, de divulgação novecentista, é muitas vezes constituída por algumas telhas levantadas, mas também encontramos, nas melhores casas, chaminés proeminentes, a estreitar para o alto²⁸, em granito ou em tabique revestido a escamas de xisto ou a telha em canudo, por vezes associadas a grandes saias no interior, sendo estas últimas mais recentes²⁹. Hoje menos frequente é a péloga ou pérgula, colocada por cima da lareira. Consiste numa grande laje de lousa ou em fiadas destas, que se apoiam nos barrotes da armação, tendo por finalidade proteger o colmo do telhado das faúlhas que ascendem da lareira, reminiscência do uso do colmo que cobria os telhados. Tornou-se invulgar porque perdeu a utilidade com a vulgarização da telha.

Fora deste núcleo, porém pouco distante, localiza-se a eira e respectiva casa da eira, também designada beiral ou alpendre, e ainda o espigueiro, para o qual se procura uma implantação arejada e com a melhor insolação possível. Este conjunto da eira é multifuncional, para além de ser o local onde se malham, secam e guardam os cereais e leguminosas, serve também para a ripagem do linho, como evidencia a existência de um suporte ou de orifício na parede voltada para a eira próprio para o encaixe da cabeçalha do carro de bois onde é aplicado o ripo.

Normalmente mais distante da casa rural localiza-se o moinho, implantado estrategicamente sobre a água de regos, ribeiros ou rios que accionam os seus penados, mas em alguns casos, como os que registamos na freguesia da Figueira e no lugar de Cabroelo (Capela), está integrado no seio do núcleo rural³⁰, bem

²⁷ ANILEIRO, 2010: 82.

²⁸ OLIVEIRA & GALHANO, 1992: 120.

²⁹ GALHANO, 1963: 274.

³⁰ SOEIRO & ANILEIRO, 2010: 99.

próximos da casa a que pertence, exemplares exclusivamente para uso próprio e dos seus caseiros, o que demonstra o estatuto do proprietário, ou partilhados por consortes em consequência das sucessivas divisões das heranças³¹.

*

Nas múltiplas vertentes que a casa rural assume, reconhece-se uma profunda relação com o sagrado, por vezes utilizado como elemento social distintivo. Fica explícita quer na integração de componentes edificadas expressamente dedicadas ao culto, como as capelas, quer em outros elementos religiosos associados com a protecção das entradas e locais de passagem dos quais elencamos alguns exemplos: frontão com cruz a encimar a porta; inscrições em louvor do Santíssimo Sacramento na padieira da porta fronha; cruzes presentes na arquitectura, ou ainda pintadas ou gravadas; nichos com imagens no interior; alminhas; entre outros.



Fig. 5.
Frontão com cruz
a encimar a porta
fronha (Cova, Fonte
Arcada).

O sagrado estava presente em todos os momentos da vida e por isso há manifestações materializadas na arquitectura: na sala podemos observar os já referidos nichos, bem como os oratórios ou locais para celebrar a missa. Outra presença frequente do sagrado está relacionada com a protecção divina do pão (base da alimentação) e reflecte-se na presença de cruzes na porta ou fachada de moinhos, na padieira da porta dos fornos de cozer pão, entre outros. Todos estes exemplos remetem-nos para a ritualização do quotidiano, a busca de protecção divina e o reforço de identidade e preservação da casa-família.

³¹ SOEIRO & ANILEIRO, 2010: 80.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho, Vol. I, Para uma perspectiva ecológica, económica social e mental do Entre-Douro-e-Minho dos séculos XI a XIII*. Porto: FLUP. Tese de doutoramento.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de & BARROCA, Mário Jorge (2002) – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença.
- ANILEIRO, Ana Dolores Leal (2010) – *O linho no concelho de Penafiel*. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS PORTUGUESES (1980) – *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 2ª Edição.
- CARRERA, Gema (2004) – *La Arquitectura vernácula de la Andalucía Rural, Un Análisis comparado de dos inventarios*. «Tierra Sur Revista de Desarrollo Rural». Sevilla: Asociación para el Desarrollo Rural de Andalucía.
- FERNANDES, José Manuel & JANEIRO, Maria de Lurdes (1991) – *Arquitectura Vernácula da Região Saloia enquadramento na área Atlântica*. «Instituto de Cultura e língua Portuguesa», Lisboa: Ministério da Educação.
- GALHANO, Fernando (1963) – *A Cozinha Rural do Minho e do Douro Litoral*. «Revista de Etnografia» V.1, tomo 2, n. °2. Lisboa: Museu de Etnografia e História.
- GONÇALVES, Joana Maria dos Santos (2014) – *Tradição em Continuidade -levantamento das Quintas da Terra Fria do Nordeste Transmontano e Contributos para a Sustentabilidade*. Guimarães: UM Escola de Arquitectura. Dissertação de Mestrado.
- JORGE, Pedro Fonseca (2016) – *A Arquitectura Popular como Transição entre o Vernáculo e o Erudito- Uma Tentativa de Definição dos Diferentes Contextos Arquitectónicos de Raiz Não-erudita*. In *Atas do Colóquio Internacional Arquitectura Popular*. Arcos de Valdevez.
- MATTOSO José, dir. & VAQUINHAS Irene, coord. (2011) – *História da vida privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- MENÉNDEZ DE LUARCA, José Ramón (2015) – *Inside Out. El Patio y La Torre*. Disponível em <<https://joseramonmenendezdebruarca.files.wordpress.com/2015/11/el-patio-y-la-torre.pdf>> [Consulta realizada em 18/08/2016].
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando (1992) – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote.
- PÉREZ GIL, Javier (2016) – *¿Qué es la Arquitectura Vernácula? Historia y Concepto de un Patrimonio Cultural Específico*. Valladolid: U. Valladolid.
- SOEIRO, Teresa (2013) – *Quintandona, as muitas vidas de uma aldeia*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel.
- SOEIRO, Teresa & ANILEIRO, Ana (2010) – *Os Moinhos de Rego em Figueira (Penafiel)*, «Molinologia Portuguesa», vol. 4. Lisboa: Etnoideias.
- (2014) – *Flax mills in Penafiel (Northwest Portugal)*. «Journal of The international Molinology Society», n. ° 88. TIMS The International Molinological Society.
- (2016) – *As arquitecturas vernaculares do pão no Baixo Tâmega*. In *Atas do Colóquio Internacional de Arquitectura Popular*, Arcos de Valdevez.
- VARIN, François (1993) – *L'Architecture Vernaculaire: Une Définition Difficile à Cerner*. «Vernacular Architecture», ICOMOS.

O TERRITÓRIO, A HISTÓRIA E O ESPÍRITO DO LUGAR: A ARQUITETURA DE MÉRTOLA NO SUL DE PORTUGAL

ANA COSTA ROSADO*

MIGUEL REIMÃO COSTA**

VIRGÍLIO LOPES***

MARIA DE FÁTIMA PALMA****

CLÁUDIO TORRES*****

SUSANA GÓMEZ MARTÍNEZ*****

Resumo: O propósito deste artigo é caracterizar a importância do “lugar natural” e do “lugar cultural” no património construído de Mértola, considerando os diferentes ciclos da sua história. Procura-se interpretar a paisagem, a topografia e a morfologia da vila, desde a escala do território à escala da arquitetura. Deste modo, abordam-se as características do lugar, as estruturas fortificadas e a evolução urbana do núcleo antigo de Mértola desde a antiguidade, incluindo a transformação das tipologias da habitação tradicional a partir do período tardo-medieval. Reconstituem-se assim diferentes modelos de organização da arquitetura doméstica na sua relação com o espaço público e a paisagem, considerando a localização de Mértola no contexto das rotas do Guadiana e dos diferentes ciclos de exploração dos recursos territoriais (agrícolas, ribeirinhos e mineiros).

Palavras-chave: Lugar natural; Património histórico; Estrutura defensiva; Arquitetura doméstica.

Abstract: The main purpose of this paper is to characterize the importance of “natural place” and “cultural place” in Mértola’s built heritage, considering the different periods in history. In order to do that, we will try to interpret the landscape, the topography and the morphology of the old village, from the territory to the architectural scale. Thus, we will address the place, the fortified

* Campo Arqueológico de Mértola/Bolseira de doutoramento FCT.

** UAlg | Campo Arqueológico de Mértola. mreimaocosta@gmail.com.

*** Bolseiro Pós Doutoramento da FCT, Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património. virgilioamlopes@sapo.pt.

**** Campo Arqueológico de Mértola/Bolseira de doutoramento FCT.

***** Campo Arqueológico de Mértola.

***** UAlg | Campo Arqueológico de Mértola.

structures and the urban transformation of the old village of Mértola since antiquity, including the analysis of the traditional typologies of housing from the late medieval period. We will reconstitute those different models of organization of domestic architecture in relation to the public space and the landscape, considering Mértola's position in the Guadiana route of Mediterranean trade and the different cycles of exploitation of land resources (agricultural, riverside and mining).

Keywords: Natural place; Historical heritage; Defensive structure; Domestic architecture.

INTRODUÇÃO

Mértola é formada como lugar pela confluência de culturas e pela sobreposição contínua de momentos de evolução ou de rutura, em sucessão ao longo de milénios. A importância dos traços territoriais e das características biofísicas do lugar é determinante na configuração da ocupação da paisagem envolvente e mesmo na própria morfologia urbana e do espaço da habitação. O propósito deste artigo é compreender as diferentes escalas de construção do lugar, desde a paisagem à habitação, considerando a preponderância do território físico e das diversas civilizações históricas na conformação dos espaços e construções de Mértola. Inscreve-se numa investigação que combina as metodologias de diferentes âmbitos científicos, como sejam a arqueologia, a história documental ou o estudo da arquitetura tradicional. Neste último caso, procedeu-se ao desenho e reconstituição de todas as habitações do núcleo antigo de Mértola, no terceiro quartel do século passado, que constitui um documento fundamental para a interpretação dos diferentes padrões de construção da habitação ao longo da história¹. Para a estrutura deste artigo, procuramos combinar o encadeamento das diferentes cronologias com a transposição de escalas, partindo do sítio e da paisagem para o espaço urbano e concluindo com a caracterização do espaço doméstico.

1. UM SÍTIO PRIVILEGIADO: O PROMONTÓRIO, O RIO E AS MURALHAS

A condição de Mértola enquanto lugar revela-se numa dimensão simultânea de «[...] centro natural, em que a terra se levanta ao céu [...]», e ponto de chegada fundamental ao estabelecimento de um assentamento, ao delimitar de um espaço interior de contraponto ao território exterior circundante². Esta condição traduz-se na importância do sítio que corresponde a um promontório banhado por um rio

¹ Cf. COSTA, 2015.

² Cf. NORBERG-SCHULZ, 1995: 31.



Fig. 1.
Vista aérea de
Mértola (VL).

navegável e conformado, desde longa data, pela presença das estruturas amuralhadas. Mas a posição de chegada a que se refere Norberg-Schulz³ não é, tão só, a da fundação, mas é, em diferentes ciclos, perpetuada pelas características físicas do território e pelo limite de navegabilidade do rio. O Guadiana é navegável desde a foz, entre o Algarve e a Andaluzia, beneficiando até Mértola dos fluxos das marés para os trajetos das embarcações de pequeno e médio porte, enquanto, a montante, a queda natural do Pulo do Lobo, com mais de 13 metros, encerra definitivamente o trajeto fluvial.

Múltiplos fatores fazem da localização de Mértola um local de povoamento privilegiado, sobre um esporão rochoso de declives acentuados (fig. 1). De facto, o mencionado limite de navegabilidade do Guadiana coloca a vila numa importante posição estratégica, pela facilidade da comunicação fluvial num território de importantes recursos minerais, a que se acrescem a abundância de água e as ótimas características defensivas do esporão. Os vestígios mais antigos de ocupação do promontório remontam à Idade do Ferro e, entre eles, as muralhas da cidade atestam a presença de fortificações, pelo menos desde o século IV a.C.⁴. Outra linha de muralhas, de perímetro muito superior, remonta ao mesmo período e protegeria, de ameaças externas, uma vasta área com gado e culturas, circundante ao povoado⁵.

E sendo o último porto da rota fluvial do Guadiana, onde historicamente floresciam as atividades comerciais, desempenhava naturalmente funções de articulação do tráfego regional de pessoas e bens. O controlo do tráfego no rio sempre foi uma

³ NORBERG-SCHULZ, 1995: 31.

⁴ PALMA, 2010.

⁵ HOURCADE, LOPES & LABERTHE, 2003: 175-210.

preocupação administrativa, levando à construção, já durante a Antiguidade Tardia, de uma monumental torre, articulada com a muralha existente, para defender o porto e controlar a entrada e saída de embarcações⁶.

2. A VILA INTRAMUROS: A ACRÓPOLE, A RUA DIREITA E AS PORTAS DA MURALHA

A muralha que delimita a urbe levanta-se quase como prolongamento natural da encosta, na linha de transição entre as vertentes de declives mais pronunciados e a plataforma superior. Mas esta só pode ser considerada aplanada à escala territorial porque à escala humana revela diferenças de cotas muito significativas – de 26 a 64 m de altitude numa distância de 100 m –, fazendo com que as ruas apresentem fortes pendentes, tanto nos eixos principais longitudinais, como nas travessas que os ligam, parte delas em escada.

Apesar dos inúmeros vestígios que a arqueologia tem revelado da antiga *Myrtilis* romana, correspondendo a uma ocupação que remonta à primeira metade do século II a.C, pouco se conhece da topografia da antiga urbe ocultada pelos sucessivos ciclos de ocupação. Em qualquer caso, durante este período, as muralhas da Idade do Ferro foram objeto de um processo de reutilização e reforço, configurando um espaço intramuros marcado pela contraposição entre uma parte alta e uma parte baixa. A acrópole de *Myrtilis* estaria assim situada no espaço que hoje medeia o Castelo e a Igreja Matriz, onde poderá inclusivamente ter existido um antigo templo de culto imperial⁷. Foi neste espaço privilegiado que se construiu, já na Antiguidade Tardia, entre os séculos V e VII, um complexo religioso, que poderia corresponder a um palácio episcopal, com uma basílica, dois batistérios de dimensão significativa e uma nave porticada sobre a muralha da cidade⁸. A modelação do espaço da antiga acrópole incluiu ainda a construção de um criptopórtico ou de uma galeria subterrânea (mais tarde convertida em cisterna) associada a uma outra campanha de reforço e transformação da estrutura amuralhada.

E é já na segunda metade do século XII, sob domínio almóada, que se assistirá a uma transformação profunda associada a um novo programa na parte alta da vila intramuros. Esta transformação é pautada por uma campanha de obras no castelo (que inclui a integração de porta em cotovelo)⁹, bem como, pela edificação de uma

⁶ GÓMEZ & LOPES, 2008.

⁷ MACIAS *et al.*, 2011.

⁸ LOPES, 2014.

⁹ PALMA & GÓMEZ, 2013.

nova mesquita sobre as ruínas da antiga igreja paleocristã (entretanto adaptada ao culto muçulmano). Trata-se, neste último caso, de um processo de justaposição dos espaços sagrados que será ulteriormente confirmado, após a reconquista cristã, pela conversão em Igreja Matriz da anterior mesquita (da qual ainda se conserva parte das quatro paredes do perímetro exterior, o *mihrab* e quatro portas de arco ultrapassado). Mas a mudança mais significativa está, neste período, relacionada com a construção, sobre o antigo complexo religioso paleocristão, no espaço compreendido entre a mesquita e o castelo, de um novo bairro residencial marcado pelo característico padrão das casas-pátio mediterrâneas voltadas para o interior.

Se a modelação da parte alta é pautada pela geometria de diferentes plataformas, registando a transformação dos programas e escalas associadas aos diferentes períodos, na parte baixa tenderá a organizar e fixar o traçado das vias longitudinais a diferentes cotas. Com a reconquista, a antiga zona palatina será abandonada no espaço exterior ao castelo, consolidando-se a importância das áreas intramuros próximas ao porto. A transformação de Mértola revela algumas características semelhantes ao urbanismo medieval das vilas de fundação de fronteira como a organização do tecido urbano em ruas e travessas ou a preponderância da rua Direita ligando duas portas principais do núcleo intramuros (porta de Beja e porta da Ribeira). Mas as circunstâncias particulares da vila, como a forte influência dos declives, a consequente organicidade da malha urbana e a preponderância das estruturas de períodos anteriores, trazem particularidades ao urbanismo mertolense: a posição da rua Direita que percorre o contorno nascente da muralha, sobre o Guadiana; a persistência da mesquita almóada, convertida em igreja matriz, em posição excêntrica ao tecido urbano com o abandono da antiga zona palatina e do bairro da alcáçova a poente; ou a manutenção do traçado do sistema defensivo preexistente.



Fig. 2.
Vista do núcleo intramuros e do Guadiana a partir do castelo (MRC).

Em qualquer caso, a preponderância das vias longitudinais, organizando o tecido urbano em plataformas de diferentes cotas na adaptação aos declives existentes, marca decisivamente a relação do núcleo intramuros com a paisagem. Como refere Norberg-Schuz¹⁰, «[...] um espaço encerrado lateralmente e aberto e iluminado do outro, transmite a estranha impressão de se encontrar, ao mesmo tempo, no interior e no exterior». Em Mértola, essa impressão enfatiza a relação fundamental com o Guadiana, sobre o qual a vila se debruça, de um modo que, a partir de então, se acentua com o abandono da zona da antiga alcáçova (fig. 2).

3. A VILA NA PAISAGEM: OS ARRABALDES, O NÚCLEO ALÉM RIO E O CONVENTO

A profunda transformação que o tecido intramuros de Mértola sofre durante o período medieval cristão está associada a um recolher da povoação para o interior das muralhas e ao abandono das áreas externas, como ocorre com o arrabalde ribeirinho almóada. De facto, na primeira metade do século XVI, Mértola está confinada ao interior do traçado da velha cerca defensiva, conforme é representada no Livro das Fortalezas de D. Duarte D'Armas. É especialmente a partir do início do século de seiscentos que a vila se estende para lá do troço norte da muralha e da porta de Beja, de um modo fortemente condicionado pelas características oro-hidrográficas do território. Os declives consideráveis que prolongavam a muralha nos quadrantes nascente, sul e poente e a força do Guadiana acabam por circunscrever as novas zonas privilegiadas para urbanização nos arrabaldes a norte da vila velha e na margem esquerda do rio (fig. 3).

No primeiro caso, o Arrabalde da Vila, é organizado a partir da antiga estrada para Beja e da posição proeminente das igrejas já desaparecidas de Santo António dos Pescadores e de Nossa Senhora do Carmo (junto à antiga basílica paleocristã) bem como da capela de Nossa Senhora das Neves que enfatizam, mais uma vez, a importância das condições físicas do território na paisagem urbana. No segundo caso, o Arrabalde de Além Rio resultará em dois núcleos ribeirinhos – Monte de Cima, a sul, e Monte de Baixo, a norte – representados na carta da «Planta da Praça de Mértola» de 1765 de Miguel Luís Jacob (GEAEM/DIE). Por outro lado, a condição de vila na paisagem será também evidenciada pela posição sobranceira do convento de São Francisco, fundado em 1612, sobre o antigo caminho para o Algarve, já na margem direita da ribeira de Oeiras (fig. 1).

¹⁰ NORBERG-SCHULZ, 2005: 59.



Fig. 3.
Vista do núcleo
intramuros e do
Guadiana a partir de
Além Rio (MRC).

A presença apartada do convento, marcado pela igreja alta e pelo edifício conventual com os característicos telhados de tesouro, acentuava o contraste entre os edifícios religiosos e os conjuntos das habitações que eram, apesar de tudo, muito modestos fora de portas. Tanto mais, quanto a implantação destes conjuntos edificadas se inscreve tradicionalmente numa paisagem agreste e despida¹¹, cujas áreas regadas se restringem a algumas pequenas bolsas de maior aptidão (como era o caso de parte da própria cerca do convento). São referidas, e em parte delimitadas, nas cartas militares as hortas do Convento, das Canas, do Álamo, dos Amores, do Barreiro, da Murtalheira ou da Malhadinha. Muitas aparecem associadas a sistemas artificiais de transporte de água, como noras, tanque ou levadas, especialmente as de maior capacidade de abastecimento da vila, como a Horta do Convento.

A periferia da vila, no entanto, era marcada pelas terras dos coutos de Mértola, que a contornavam nas duas margens do Guadiana e da ribeira de Oeiras. O Tombo da Comenda de Mértola da Ordem de Santiago de 1515¹² refere a delimitação do perímetro dos Coutos e o seu propósito: pasto de gado dos moradores, nos quais apenas se poderiam cultivar hortas e pomares.

¹¹ Cf. LINK, 1801: 464-5.

¹² BARROS *et al.*, 1996: 129-131, 166.

4. TIPO E LUGAR NA ARQUITETURA DOMÉSTICA DE MÉRTOLA DURANTE O ANTIGO REGIME

A importância do lugar revela-se, como temos visto, às diferentes escalas, adquirindo idêntica expressão para a descrição da arquitetura corrente de Mértola. No interior da vila intramuros, distinguem-se os conjuntos edificados das zonas mais baixas, mais próximas do eixo comercial tradicional da antiga rua Direita e do porto, caracterizados por morfologias e tipologias arquitetónicas mais complexas e ricas, das construções das zonas altas, maioritariamente atarracadas com duas “casas” modulares. O modelo da habitação próprio do Antigo Regime é a então designada “morada de casas”, em que os diferentes espaços, de dimensões aproximadas, se encadeiam em trajetos interiores sem corredor. A “casa” corresponde a um compartimento da habitação, sendo o seu todo designado por “morada”. Na solução mais simples, este modelo repete-se numa habitação organizada em profundidade constituída, na maior parte dos casos, por dois espaços distintos, sensivelmente com a mesma dimensão e delimitados por paredes mestras. Constitui a tipologia de base da casa tardo-medieval de lote estreito que esteve na base da transformação profunda do tecido urbano, registando uma rutura tipológica relativamente à casa pátio almóada após a reconquista e a tomada de Mértola em 1238.

A ampliação desta tipologia poderia ocorrer de três formas: com a integração de um sobrado parcial no desnível do telhado, com a adição de um piso completo superior ou com a duplicação em planta através da junção de dois lotes. Esta última solução, que recebe o nome de “morada de casas de frente larga”, poderia ter também um piso superior. Nos eixos comerciais, o piso térreo era usado como armazém, ficando a habitação restringida ao piso elevado. A entrada era autónoma, por vezes com diferentes acessos para cada piso, em que as escadas de tiro, encostadas à empena, faziam o acesso ao piso nobre.

Algumas escrituras registam também a expressão “morada de casas nobres” associada às casas mais abastadas da vila¹³. Esta tipologia resulta da nobilitação dos tipos anteriores através, entre outros temas, da regularização de pisos e fachadas. Pode ainda incluir ampliações, como a adição de um terceiro piso nas águas furtadas, sob o desvão do telhado. A fachada principal apresenta-se mais larga que em qualquer dos tipos anteriores, com janelas de sacada ritmadas associadas aos principais compartimentos. A cozinha é relegada para a parte posterior da casa, junto ao quintal, que podia ter dimensões consideráveis para uma propriedade intramuros e muitas vezes com cisterna.

¹³ COSTA, 2015.



Fig. 4.
Habitação no núcleo
intramuros (MRC).

Um dos aspetos mais interessantes da arquitetura doméstica do Antigo Regime em Mértola está, de resto, relacionada com seu carácter adaptativo, considerando especialmente a acomodação aos declives existentes (fig. 4). Muito frequentemente, os compartimentos dos pisos térreos destes edifícios adquiriam cotas de pavimento distintas, obrigando à integração de degraus na sua articulação. A configuração irregular dos diferentes espaços e a relação das paredes mestras (em taipa ou alvenaria de xisto) era, por vezes, a que resultava mais elementar no processo de implantação. A composição da fachada principal do edifício ocultava, frequentemente, a complexa geometria estrutural, por vezes, resultante da adunção de edifícios mais pequenos. Assim, e para além das condições impostas pelo território físico, a transformação da habitação era fortemente determinada pelas estruturas preexistentes, num momento em que, por razões evidentes, se procurava reduzir ao mínimo as tarefas a empreender em cada uma das campanhas de obras. Mas esta é uma conceção que tenderá a mudar drasticamente, mais tarde, já depois da implantação do liberalismo e, em especial a partir de final do terceiro quartel do século XIX.

5. TIPO E LUGAR NA ARQUITETURA DOMÉSTICA DE MÉRTOLA NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

A partir de meados do século XIX, devido à reforçada importância do Guadiana enquanto via de transporte e a um período áureo na exploração das minas de S. Domingos, Mértola atravessa uma fase de prosperidade marcada pelo crescimento das economias do comércio e transporte, do sector primário e pela consolidação

das maiores fortunas locais. Este contexto corresponderá a novos investimentos na habitação que, seguindo os modelos oitocentistas e menos restringido às expressões regionais, resultará na presença de novas tipologia habitacionais. A construção de paredes-mestras foi sendo cada vez mais restringida às fachadas exteriores e às paredes de suporte da cobertura, passando a restante compartimentação a ser assegurada por tabiques. Nas casas mais modestas, a divisão era feita em dois ou três compartimentos, tal como nas antigas casas de frente estreita, mas agora com implantação ao longo das ruas, privilegiando a entrada de luz natural e a ventilação dos diversos espaços. O alçado mais comum era simétrico, com porta a eixo ladeada por uma janela de cada lado. Uma solução mais complexa, mas igualmente comum, era a duplicação destes três compartimentos em profundidade com cobertura de duas águas. É nestas soluções que começam a aparecer novos espaços de distribuição como o corredor, a eixo da casa, no alinhamento da porta de entrada.

A expansão para o Arrabalde da Vila, fora de portas, trouxe a amplitude de espaço necessária para a experimentação tipológica, especialmente em casas de dimensões generosas – dentro das muralhas o espaço era exíguo e cheio de condicionantes. Surge então um tipo de casa abastada, de linhas regulares, mantendo a composição simétrica da fachada do tipo anterior (porta ladeada por janelas), mas com ampliação em altura e integração da escada de tiro ao eixo. A escada está associada ao átrio de entrada na parte anterior e a um corredor de distribuição na parte posterior. A nível distributivo, constitui assim uma solução de transição, combinando o corredor com o atravessamento indispensável de alguns espaços no acesso a outros. A organização em duas ou três alas de compartimentos junta frequentemente paredes-mestras no sentido transversal e tabiques no sentido longitudinal. O aproveitamento da cobertura, muitas vezes de quatro águas, compreende a execução de madeiramentos mais complexos, com a introdução de asnas e de trapeiras nas águas furtadas.

Na Vila Velha, as novas habitações resultaram da compra de diferentes edifícios contíguos, da sua posterior demolição e da terraplenagem da parcela daí resultante. As casas mais abastadas mostram uma presença impositiva no espaço urbano, não apenas em função da sua escala, mas também do recurso a diferentes figurinos estéticos e ornamentais que registam a mudança de gosto neste período (Fig. 5). O espaço interior passa a privilegiar soluções de organização mais representativas, com a entrada a ser coroada com escadas de lances simétricos ou assimétricos, acompanhada pelo aumento de protagonismo da casa de jantar ou do corredor. Este modelo renuncia assim ao desenho das antigas “moradas de casas” e à combinação, circunstancial e irregular, de diferentes topologias.

Em qualquer caso, as novas habitações abastadas tenderão a privilegiar, gradualmente, os novos eixos viários abertos no Arrabalde da Vila. De facto, a área



Fig. 5.
Habitação da praça
Luís de Camões
(MRC).

urbana a norte da Vila Velha será marcada por uma grande transformação, devido à alteração da hierarquia viária aquando da construção da ponte sobre a ribeira de Oeiras. A abertura de um novo caminho para o Algarve e a melhoria da ligação a Beja retiram à vila intramuros a condição de sítio de passagem obrigatória na transposição de rotas terrestres e fluviais que até então tinha tido, pelos constrangimentos do Guadiana. A nova centralidade será ocupada pelo Arrabalde da Vila, onde se cruzam as estradas terrestres, abrindo novos eixos de expansão da vila. A consolidação desta nova circunstância urbana será definitiva com a construção da ponte sobre o Guadiana nos anos 60.

6. CONCLUSÃO

O estudo continuado de Mértola tem permitido registar e inventariar diferentes estruturas construídas que marcaram a sua transformação ao longo da história. Uma das dimensões mais surpreendentes deste conjunto está relacionada com o modo como a sua atual configuração resulta do encadeamento de diferentes modelos de organização, associados a diversos ciclos de ocupação, num processo em que o “lugar natural” adquiriu sempre uma importância decisiva. A eleição de um promontório que, no trajeto do rio, se distingue pela sua morfologia característica e pela aptidão natural para a transposição de rotas fluviais e terrestres condicionou decisivamente o desenho urbano, a partir de um conjunto de temas fundamentais: o traçado da muralha que retoma a linha de demarcação de uma plataforma superior menos declivosa e das vertentes mais abruptas, em zona próxima à cota máxima de cheia;

o trajeto reconfigurado de aproximação à margem do rio, a partir de norte, e os locais com aptidão para controle e acostagem das embarcações; a contraposição, no interior das muralhas, de uma zona mais alta (da “acrópole”, do castelo, dos principais espaços religiosos) e de uma zona mais baixa e ribeirinha; e a orografia complexa na relação com o Guadiana e com a ribeira de Oeiras, determinante no perfil longitudinal das vias e na urbanização fora de portas.

As características físicas do território e as condições particulares de Mértola revelam-se assim decisivas para a construção cultural deste lugar, marcado por modelos civilizacionais distintos que poderão ser perceptíveis, também, na maneira como o homem procura consolidar ou renunciar àquelas condições, quer à escala urbana, quer à escala da arquitetura doméstica. Neste último caso, poderíamos considerar, a título de exemplo, o modo como as diferentes tipologias arquitetónicas são conformadas na adaptação ao sítio, contrapondo, por exemplo, a “morada de casas” do Antigo Regime (com organização dos espaços a diferentes cotas) das edificações de época contemporânea (que procuram renunciar às condicionantes e preexistências). Deste modo, os temas que se perpetuam na construção do lugar adquirem expressões diferentes na história, em função, não só dos diversos ciclos e civilizações e das distintas tecnologias, mas também da relação com o mundo exterior e do entendimento, em cada momento, da sua fisionomia particular marcada pela justaposição das diversas construções do passado.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Fátima Rombout; BOIÇA, Joaquim Ferreira e; GABRIEL, Celeste (1996) – *As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As Visitações e os Tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- COSTA, Miguel Reimão, coord. (2015) – *Mértola. A arquitetura da vila e do termo / Architecture in the town and its territory*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- GEAEM/DIE (1755) – *Planta da Praça de Mértola. Miguel Luís Jacob*.
- GÓMEZ, Susana & LOPES, Virgílio (2008) – *O arrabalde de Mértola e a evolução dos espaços periurbanos da cidade entre a Antiguidade e o Período Islâmico*. «Vipasca Arqueologia e História», 2ª Série, nº 2. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, p. 690-697.
- HOURCADE, David; LOPES, Virgílio; LABERTHE, Jean-Michel (2003) – *Mértola: la muraille de l'Âge du Fer*. «Revista Portuguesa de Arqueologia», nº 6. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 175-210.
- LINK, Heinrich Friedrich (1801) – *Travels in Portugal and through France and Spain*. London: T.N. Longman and O. Rees.

- LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV-VIII)*. Huelva: Universidade de Huelva. Dissertação de Doutoramento. Disponível em <<http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/8053>> [Consulta realizada em 26/08/2016].
- MACIAS, Santiago, *et al.* (2011) – *Mesquita: Igreja de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- NORBERG-SCHULZ, Christian (1995) – *Labitare. L'insediamento, lo spazio, la casa*. Milano: Electa.
- (2005) – *Genius Loci. Paesaggio Ambiente Architettura*. Milano: Electa.
- PALMA, Maria de Fátima (2010) – *Arqueologia Urbana na Biblioteca Municipal de Mértola: Contributos para a História Local*. Huelva: Universidade de Huelva. Tese de Mestrado.
- PALMA, Maria Fátima & GOMEZ, Susana (2013) – *O Castelo de Mértola. As transformações da Ordem de Santiago (séculos XIV-XV)*. In FERNANDES, Isabel Cristina, coord. — *Castelos das Ordens Militares. Actas de Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, Vol. 2, p. 341 a 354.

ESPAÇO E TEMPO: A CORTIÇA NA ARQUITETURA TRADICIONAL PORTUGUESA

RUI FONTES FERREIRA*

Resumo: A utilização de cortiça na arquitetura tradicional portuguesa está assinalada em vários documentos históricos e em vestígios materiais ainda existentes. Tal realidade atesta um uso antigo, prolongado no tempo e, surpreendentemente, disseminado pelo território. Tradicionalmente condicionada ao binómio terra-pedra, a investigação sobre arquitetura popular portuguesa contribuiu para o obscurecimento de outros processos construtivos tradicionais, igualmente significativos e que atestam a existência de uma diversidade destes insuspeita há uns anos atrás. A cortiça foi usada desde tempos indeterminados como elemento construtivo estrutural (taipas e alvenarias específicas), não contando com as aplicações comumente associados às suas funções mais recentes de isolamento e de decoração.

Palavras chave: Arquitetura Tradicional Portuguesa; Técnicas de construção; Materiais de construção; Cortiça.

Abstract: The use of cork (cork oak bark) in Portuguese traditional architecture is patent in various historical documents and remaining material vestiges. This reality attests to a longstanding use of cork which, surprisingly, spreads throughout the territory. Traditionally reduced to the earth-stone binomial, the research on traditional Portuguese architecture has contributed to obscuring other traditional construction processes, which are equally significant and attest to the existence of an unsuspected diversity of such processes a few years ago. Cork has been employed from time immemorial as element of building structure element (as specific's types of rammed earth and masonry), cumulatively to with its most recent insulation and decoration applications.

Keywords: Traditional Portuguese Architecture; Building techniques; Building materials; Cork.

* Universidade de Lisboa – Instituto Superior Técnico. ruifferreira@ist.ulisboa.pt.

INTRODUÇÃO

Tem-se assistido desde o século XIX a um crescente interesse de investigadores de diferentes áreas pela arquitetura popular portuguesa, daí resultando obras de síntese que contribuíram para o conhecimento de processos construtivos em extinção. Geógrafos, arquitetos, antropólogos e especialistas de outras disciplinas, tentaram sistematizar os modos de construir em Portugal, esforços esses cujo contributo é importante reconhecer.

Apesar da aparente diversidade da investigação até hoje efetuada, deve-se principalmente ao geógrafo Orlando Ribeiro (1945) a criação do modelo conceptual que, em larga medida, tem norteado a análise da arquitetura popular portuguesa. É certo que desde o século XIX e até inícios do século XX haviam sido publicados estudos em que se descreveram alguns tipos e características das nossas construções vernáculas, em apontamentos mais ou menos pitorescos que, embora diluídos muitas vezes numa “parafernália” etnográfica ao gosto da época, não devem ser menosprezados pela investigação atual. Rocha Peixoto e Leite de Vasconcelos, entre outros, foram pioneiros em alguns apontamentos publicados sobre a arquitetura popular portuguesa e, apesar das expectáveis diferenças de abordagem em relação ao presente, legaram-nos dados importantes sobre a arquitetura um país onde as técnicas e os materiais de construção mais utilizados permaneciam ainda largamente intocados pela industrialização.

Coube efetivamente a Ribeiro a criação de uma matriz taxonómica da arquitetura popular portuguesa que teria larga influência nas décadas seguintes. Este modelo baseia-se na existência de uma dicotomia primordial na nossa arquitetura tradicional entre o Portugal do “barro”, de feição mediterrânica, herdeiro das tradições latina e muçulmana, e o do “granito”, mais vetusto, refratário às mudanças, herdeiro da reação dos povos pré-romanos à romanização do qual parecia ser ainda uma reminiscência, na senda das teorias difusionistas dos etnólogos do século XIX.

Em 1961 é publicada a obra *Arquitetura Popular em Portugal*, em resultado do extenso *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa levado a cabo nos anos 50* sob a direção do arquiteto Keil do Amaral, que finalmente se concretiza após antigos e sucessivos apelos para a necessidade de proceder ao estudo sistemático da arquitetura das várias regiões do país. Para além de alguma polémica em relação à existência ou não de diretrizes formais que uniformizassem a metodologia do trabalho de campo das diversas equipas que percorreram o país¹ assume-se a intenção clara de desmistificar a existência de um “estilo” único na nossa

¹ TOSTÕES, 1997.

arquitetura popular. No entanto, se por um lado se pretendeu enfatizar a notória diversidade daquela arquitetura (à partida não compatível com a existência de um modelo de “*casa portuguesa*”), traduzida em fotografias bastante expressivas dessa riqueza, paradoxalmente este estudo irá conformar-se dentro dos limites conceptuais da escola geográfica de Ribeiro, cuja evidência se anuncia logo nos critérios da divisão regional.

Não terá sido estranha à pesquisa de quem se interessou tão vivamente pela arquitetura popular a existência de diferentes tipos de materiais e processos construtivos. Contudo, no que se foi publicando desde os anos 40 sobre o assunto, alguns dos processos e técnicas construtivos aparentemente mais “primitivos” (pese embora a ambiguidade e, até, imprecisão do termo) encontram-se incompreensivelmente ausentes, tendo em conta a representatividade de tais estruturas no universo das construções, principalmente nas zonas rurais.

Procurando compreender as razões para o desconhecimento geral da comunidade científica em relação a alguns modos de construir das populações rurais, podemos apenas especular que vários materiais usados nas construções não terão suscitado o interesse que se esperaria em pesquisas amplas, como os “levantamentos” de arquitetos, engenheiros e antropólogos, por se considerar que corresponderiam a meras soluções de recurso, destinadas a suprir a ausência de outras de melhor qualidade, ou que se destinariam a construções subsidiárias de caráter precário.

Apesar de a maioria da nossa documentação histórica refletir atos de natureza formal e de nem sempre poder corresponder às expectativas e necessidades pontuais dos investigadores, existem numerosas referências a outros materiais de construção para além da pedra e da terra, usados em processos construtivos diversificados um pouco por todo o território. Porém, não desmerecendo a preponderância daqueles materiais na história da arquitetura popular portuguesa, não é realista coartar a diversidade da nossa arquitetura popular, submetendo-a a modelos de análise pré-concebidos.

Para além das madeiras autóctones que, além de outras utilizações, desde sempre serviram para a construção de estruturas de suporte das coberturas, resguardo de varandas e escadarias, tem-se notícia da utilização da cortiça em Portugal na construção desde, pelo menos, o período da ocupação muçulmana. Ao invés da atualidade em que o sobreiro se concentra em extensas zonas de certas regiões do país, no passado esta espécie teve uma implantação muito mais extensa no território nacional, coexistindo em praticamente todas as regiões com outras espécies arbóreas locais. Assim, a existência de cortiça, o seu reduzido valor comercial e as suas qualidades intrínsecas e naturalmente intuídas pelas populações criaram a apetência pelo seu uso.

A CORTIÇA NA ARQUITETURA TRADICIONAL PORTUGUESA

A extração da cortiça e o seu aproveitamento popular, muitas vezes levados quase até à delapidação do património florestal suberícola, estão comprovados abundantemente nos documentos históricos portugueses do período medieval, sendo recorrente, de uma forma sistemática, a produção de documentação régia e concelhia que procurava regulamentar a utilização da cortiça por parte das populações. Exemplos disso são as disposições contidas nos forais atribuídos por D. Dinis e as Ordenações do Reino posteriores.

As interdições e restrições impostas à exploração de madeiras e cortiça por parte das populações levantam interrogações a que a documentação histórica nem sempre consegue responder. Que utilidade teria para as populações esta matéria-prima, a ponto de a sua extração fazer perigar a sobrevivência dos sobreiros? Não é a cortiça um recurso florestal renovado ciclicamente? Sendo certo que as utilizações tradicionalmente atribuídas à cortiça se referem ao fabrico de rolhas, colmeias, boias para as redes de pesca e pouco mais que pequenos utensílios, como poderia então o seu aproveitamento ser prejudicial?

Uma explicação plausível para aquelas questões foi defendida pelo historiador francês Albert Silbert². Segundo este, a cortiça era sistematicamente retirada para se aproveitar o entrecasco dos sobreiros, rico em tanino, detentor de valor comercial superior por ser amplamente utilizado nos “pelames”, isto é, nas oficinas em que os couros eram tratados. Em resultado deste tipo de práticas, as árvores seriam dizimadas por indivíduos que invadiam os coutos e as terras concelhias, sendo este costume a base das repetidas (e, por sinal, pouco eficazes) proibições decretadas pelos poderes instituídos ao longo de vários séculos.

A hipótese de Silbert é reforçada pelas evidências que resultaram da análise toponímica de alguns locais em que a cortiça foi largamente utilizada na construção³. Assim, topónimos como *cernado* e *cascada*, indiciam, em conjugação com a investigação dos materiais de construção usados localmente, práticas ancestrais de aplicação de matérias-primas de origem florestal na construção, em que a cortiça retirada das árvores, quer por via daqueles costumes (pouco consentâneos com o que hoje se considera sustentabilidade), quer por práticas menos agressivas, seria largamente utilizada enquanto material de construção em diversas regiões onde existiam sobreiros.

Os usos construtivos da cortiça foram sistematicamente menosprezados pela nossa bibliografia especializada, existindo poucas referências à sua utilização nas

² SILBERT, 1978: 470.

³ FERREIRA, 2000.

construções, sendo aludida quanto muito de forma genérica, remetendo-a para usos muito circunscritos no tempo e no espaço. Com base nas referências históricas, por um lado, e nos exemplares de construções ainda existentes utilizando processos construtivos com cortiça até então não estudados, por outro, datam de finais do século passado e dos primeiros anos deste século os primeiros trabalhos de investigação dedicados à utilização da cortiça na arquitetura tradicional portuguesa⁴. Em território português, os mais antigos registos conhecidos da utilização da cortiça em estruturas construtivas consistem em silos tardomedievais, tendo aquele material sido aí usado como revestimento. No entanto, são numerosas as referências documentais ao seu uso, na cobertura de edifícios em contextos rurais e urbanos de norte a sul do território.

Com o esforço de repovoamento do território, o aumento demográfico, o crescimento dos núcleos populacionais existentes e a criação de outros em regiões há muito tomadas pela vegetação natural, aumentou a procura de matérias-primas utilizáveis na construção que as necessidades do momento exigiam e a disponibilidade dos recursos tornavam possível. Em meados do século XVI a utilização da cortiça enquanto material de construção seria relativamente comum em boa parte do território continental. Prova disso são as numerosas alusões ao seu uso para a cobertura de habitações e revestimento de paredes e tetos, não só nas regiões hoje conhecidas pela existência do montado industrial, mas também noutras em que o sobreiro, não sendo a espécie arbórea predominante, estava bem presente no quotidiano das populações.

O uso popular da cortiça está bem documentado em imagens da autoria de Duarte de Armas⁵ de povoações fortificadas, em que, a par de palha e de telhas, são utilizadas pranchas de cortiça na cobertura de um número significativo de construções.



Fig. 1. Penha Garcia, vista de oeste⁶.



Fig. 2. Penha Garcia, pormenor da vista Este, em que se observa um moinho de água com uma cobertura de cortiça⁷.

⁴ FERREIRA, 2000; —, 2005.

⁵ ARMAS, [1510]1990.

⁶ ARMAS, [1510]1990:59.

⁷ ARMAS, [1510]1990:60.

O tipo de utilização documentado também em localidades de Trás-os-Montes por Duarte de Armas é confirmado em numerosas referências históricas medievais e quinhentistas um pouco por todo o país, a que se somam outros exemplos de aplicações da cortiça no revestimento de tetos e paredes de edifícios civis e religiosos em vários locais, o que comprova um grau de utilização até há pouco desconhecido e que ultrapassou aplicações estritamente populares.

No convento da Arrábida e, de forma mais expressiva, no de Santa Cruz da Serra de Sintra foi usada com profusão a cortiça em variadas situações. Esta utilização, para além dos considerandos de ordem ideológica que levaram à sua aplicação, não deixará de refletir certamente os usos que aquele material teria na arquitetura popular, cuja experiência de rusticidade os religiosos quiseram também partilhar.

Data do século XVII a mais antiga referência conhecida à cortiça enquanto material verdadeiramente estrutural em termos construtivos. Sendo certo que as escavações arqueológicas em silos medievais no Castro da Cola e na denominada Sinagoga de Castelo de Vide levaram à identificação de revestimentos de cortiça nas paredes, o seu uso em conjugação com a terra e a descrição do processo construtivo são pela primeira vez noticiados numa viagem de Cosme de Médicis a Portugal em 1669⁸.

Num local entre Montemor-o-Novo e Setúbal foram então descritos um conjunto de construções em que a cortiça e o barro eram utilizados para a edificação de paredes, recorrendo a um processo construtivo que tem similitude com construções que tivemos ocasião de estudar⁹ e em que pedaços de cortiça de dimensão variável eram misturados com terra, provavelmente no interior de um taipal. Aquele tipo de construções seria comum em algumas zonas mais isoladas do sul do país, onde predominavam os sobeiros, existindo pequenos focos de povoamento denominados *Cortiçadas* cujas referências começam a aflorar na documentação e em obras literárias, principalmente a partir do século XVI. Este topónimo, apesar de nem sempre se referir a zonas em que se recorreu a processos construtivos com cortiça (sendo, por vezes, locais de mera extração e concentração de meadas de cortiça), evoca, em algumas situações, utilizações construtivas específicas. Deste modo, a exemplo das casas *palhaças* ou *colmadas*, cobertas de palha, as *cortiçadas* corresponderiam a construções cobertas com pranchas de cortiça¹⁰.

⁸ SANCHEZ-RIVERO, s/d: 257

⁹ FERREIRA, 2000; —, 2005.

¹⁰ Como prova do que afirmámos está a referência de Bernardim Ribeiro ([1554] 1989:96) em *Menina e Moça*, a “uma choupana de sebes cortiçada por cima” (I:16) e várias em diversas obras de Gil Vicente. Também em território espanhol, em Valencia de Alcantara, subsiste ainda hoje a *Calle Cortizada*, outrora habitada por muitos portugueses, a que não seria estranha a interdição da aplicação de cortiça



Fig. 3. Alvenarias de cortiça, Herdade da Cascada, Cortiçadas de Lavre (Montemor-o-Novo).
Foto do autor.



Fig. 4. Alvenarias de cortiça, Gralheira, Cortiçadas de Lavre (Montemor-o-Novo).
Foto do autor.

Embora o topónimo *Cortiçadas* esteja presente em várias regiões do país, é ao Alentejo que ele se encontra de forma mais direta associado, não somente devido à existência de sobreiros, mas a focos de povoamento em que se utilizava a cortiça nas construções, como cobertura ou mesmo enquanto elemento estrutural de edificação. Neste último caso, aquela é aplicada em misturas com a terra num tipo construtivo que constitui uma derivação da taipa comum, ou mesmo como elemento principal, formando paredes com placas de cortiças sobrepostas.

Aquilo que a seu tempo designámos como *alvenarias de cortiça* foi por nós identificado pela primeira vez em 1998 em várias construções na zona de Cortiçadas de Lavre (Montemor-o-Novo) e posteriormente verificado em outras regiões díspares a sul do Tejo, desde Santiago do Cacém ao Gavião. Aquelas construções terão servido, pelo menos numa última fase, como palheiros e abrigos de animais e instrumentos agrícolas, havendo, no entanto, outros casos em que é

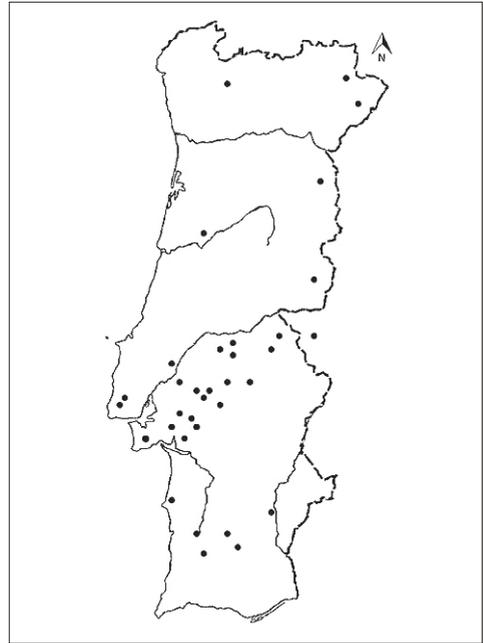


Fig. 5. Mapa de distribuição das referências à utilização de cortiça em construções.
Mapa do autor.

nas casas decretada nas *Ordenanzas* daquela cidade em meados do século XV (cap. XXXV), (BOHORQUEZ JIMENEZ, 1982).

possível confirmar a existência de várias estruturas habitacionais ainda ocupadas que conservam paredes de cortiça, muitas recobertas com revestimentos modernos. Nestes casos, por vezes no decurso de obras de remodelação, é possível pôr a descoberto os materiais que compõem as paredes, havendo vários relatos de serem encontradas placas de cortiça nas estruturas de igrejas e habitações.

À medida que os usos da casca do sobreiro se diversificavam e o preço daquela matéria-prima aumentava em consequência da sua procura no mercado internacional, extinguiu-se o quadro económico e social que permitiu a sua aplicação na arquitetura popular durante séculos e em várias regiões. A alteração dos paradigmas económicos que se traduziu, entre outros, na utilização de cortiça no fabrico de rolhas e aglomerados diversos em fábricas, fez aumentar exponencialmente o valor deste material. Como é fácil comprovar pelos testemunhos registados, os proprietários de muitos edifícios em que existia cortiça procederam à demolição de muitas estruturas com o intuito de a venderem à indústria corticeira, o que constitui um caso único entre os materiais de construção de tipo tradicional. Sabemos, mais uma vez pelo diálogo com populares já idosos, que ainda em meados do século XX se procedeu ao reaproveitamento dos materiais em novas construções, entrando aqueles processos construtivos, posteriormente, no caminho de esquecimento.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Francisco Keil do, *et al.* ([1961]1988) – *Arquitetura Popular em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.
- ARMAS, Duarte de ([1510]1990) – *Livro das Fortalezas*. Lisboa: ANTT/ Inapa.
- BOHORQUEZ JIMENEZ, Domingo, *ed.* (1982) – *Ordenanzas del Concejo de Valencia de Alcántara*. Cáceres: Institución Cultural El Brocense.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2011) – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM.
- (2012) – *Usos da Cortiça na Construção Corrente Tardomedieval e Quinhentista*. In MELO, Arnaldo de Sousa & RIBEIRO, Maria do Carmo, *coord.* – *História da Construção. Os Materiais*. Braga: CITCEM, p. 221-241.
- FERREIRA, Rui Fontes (2000) – *Construções de Cortiça e Terra de Cortiçadas de Lavre*. «Almansor», Série I, nº 14. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, p. 325-339.
- (2005) – *Cortiça na Arquitetura Tradicional Portuguesa: um Material Construtivo Ignorado*. In FERNANDES, Maria & CORREIA, Mariana, *eds.* – *Arquitetura de Terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, p. 114-118.
- LEAL, João (2000) – *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: D. Quixote.
- (2009) – *Arquitetos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitetura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Arquiteto José Marques da Silva.

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando (1994) – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: D. Quixote.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1995) – *Construções Primitivas em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: D. Quixote.
- PEIXOTO, António da Rocha (1995) – *Etnografia Portuguesa. Obra Etnográfica Completa*. Lisboa: D. Quixote.
- RIBEIRO, Bernardim – ([1554] 1989), *Menina e Moça*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Orlando ([1945] 1986) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4ª ed. Lisboa: Sá da Costa.
- SANCHEZ-RIVERO, A., et al. [s.d.] – *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*. Madrid: Centro de Estudios Historicos,
- SILBERT, Albert (1978) – *Le Portugal Méditerranéen á la fin de l'Ancien Régime*, II. Lisboa: INIC.
- SILVA, Joana Guerreiro (2009) – *A Utilização da Cortiça na Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Porto Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Prova final de licenciatura em Arquitetura.
- TOSTÕES, Ana (1997) – *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP.
- VASCONCELOS, José Leite de (1975) – *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, VI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

UMA APROXIMAÇÃO PRELIMINAR AO ESTUDO DA ARQUITETURA TRADICIONAL DO ATLAS EM MARROCOS

DESIDÉRIO BATISTA*

MIGUEL REIMÃO COSTA**

Resumo: Este artigo constitui uma síntese preliminar do trabalho de campo realizado no Atlas marroquino, no primeiro semestre de 2016, enquadrando-se num estudo mais alargado sobre a arquitetura e a paisagem das áreas de montanha do Mediterrâneo Ocidental. No presente caso, pretende-se registar alguns dos temas que marcam a diversidade da arquitetura tradicional nas várias unidades de paisagem daquela cadeia montanhosa. Para tal, serão considerados, num primeiro tempo, alguns dos recursos disponíveis naquelas diferentes subunidades e as implicações a nível dos processos construtivos tradicionais. Num segundo tempo, procurar-se-á apontar alguns dos tópicos relacionados com os diferentes modelos de organização da habitação, procurando contribuir para o desenho de um mapa tipológico das áreas de montanha dessa região.

Palavras-chave: Áreas de montanha; mapa tipológico; Madeira na construção; Taipa e alvenaria de pedra.

Abstract: This paper is a preliminary synthesis of the fieldwork undertaken in the Atlas mountains, in Morocco, in the first half of 2016. It is inscribed in a wider study of the architecture and the landscape of mountain areas in the Western Mediterranean. In this document, we intend to register some of the themes that mark the diversity of traditional architecture in the various landscape units of the Atlas. In order to do that, we will first characterize some of the resources available in those different subunits and analyse the implications in traditional construction processes. Later on, we will point out some of the topics regarding the different housing organization models, seeking to contribute to the design of a typological map of these mountain areas.

Keywords: Mountain areas; Typological map; Wood in construction; Mud and stone masonry.

* UAlg / CHAIA – Universidade de Évora / CEPAC – Ualg. dbatista@ualg.pt.

** UAlg. / CEAACP / CAM / CEPAC. mreimaocosta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

À grande extensão latitudinal e longitudinal da região montanhosa do Atlas e à sua grande amplitude altimétrica associam-se a elevada diversidade geológica, morfológica, climática e florística que caracterizam o Anti-Atlas, o Alto Atlas (ocidental, central e oriental, e respetivas encostas norte e sul) e o Médio Atlas, aos quais correspondem distintos *habitats* rurais e sistemas de produção agropecuária. Estes apoiam-se num modelo de ocupação e organização territorial que revela uma matriz histórica de interdependência entre as comunidades humanas, a paisagem e a arquitetura, considerando uma estratégia de subsistência, e mesmo de sobrevivência, delineada a partir da presença e utilização da água e de solo fértil, num contexto de escassez de recursos. Essa matriz traduz-se, quase sempre, na preponderância daquele que constitui o povoamento de montanha por excelência – a relação de aldeias – conformando um padrão muito marcado pelas características físicas do território. É no vale que se expressam de modo mais evidente as relações profundamente intrincadas entre a casa, os recursos naturais locais (pedra, solo, água, vegetação) e a tribo ou *qbil*. Associado ao modelo social (tribal e plurifamiliar ou *ikhs*) e de povoamento, maioritariamente concentrado, e à adaptação constante às circunstâncias do meio (biofísicas, culturais, socioeconómicas), o próprio sítio do assentamento constitui uma primeira síntese da arquitetura: uma arquitetura do lugar perfeitamente adaptada às condições naturais e às circunstâncias culturais; uma arquitetura de diferentes tempos reflexo de um processo evolutivo; uma arquitetura que reflete a exiguidade de recursos e materiais do local de implantação; uma arquitetura que dialoga com a paisagem e reflete o modelo de exploração do território; uma arquitetura que prolonga o espaço da habitação para o espaço exterior; mas também uma arquitetura de diferentes expressões, escalas e formas inclusive num único contexto territorial, caso das aldeias do fundo dos vales encaixados; das aldeias dos vales largos ou das aldeias do terço inferior da encosta que associadas a uma determinada bacia ou sub-bacia hidrográfica materializam a diversidade arquitetónica.

Com o presente artigo pretende-se estabelecer uma aproximação preliminar à diversidade da arquitetura tradicional do Atlas marroquino, a partir da consideração dos distintos contextos e subunidades paisagísticas, compreendendo um leque de temas que vão desde os recursos disponíveis e os processos construtivos à organização do espaço doméstico. Em termos metodológicos, este projeto parte de um trabalho de prospeção desenvolvido pelos autores, no primeiro semestre de 2016, para o estudo integrado da arquitetura e da paisagem do Atlas marroquino, no espaço mais amplo do Mediterrâneo Ocidental¹. Deste modo, privilegia-se, nesta

¹ “Estudo integrado da arquitetura e da paisagem nas áreas de montanha do Mediterrâneo Ocidental” com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BSAB/114311/2016 e SFRH/

aproximação preliminar, a caracterização diatópica à leitura diacrónica, procurando cruzar o trabalho de campo realizado com alguns estudos fundamentais sobre o território, a cultura e a arquitetura tradicional destas regiões.

1. DA CONSTRUÇÃO DA CASA

A apropriação e transformação dos materiais disponíveis no lugar para a construção tradicional é uma das dimensões onde é mais evidente a interdependência referida entre as comunidades humanas, a paisagem e a arquitetura. Esta questão poderá ser considerada tanto a nível dos recursos abióticos, num contexto de grande diversidade geológica, como a nível dos recursos bióticos, compreendendo as diferentes espécies vegetais que poderão ser encontradas em cada uma das diferentes subunidades de paisagem. As diversas soluções arquitetónicas que poderemos encontrar nestas regiões – da casa-pátio, à casa-bloco, passando pelo *tighremt* que constitui uma habitação torreada que surge em diferentes regiões do Atlas – recorrem, em qualquer dos casos, aos materiais locais, contribuindo para a sua integração na paisagem. A dimensão material e técnica contribui assim, de forma decisiva, para a diversidade desta arquitetura. Entre os diferentes elementos e processos de construção que podem ser evocados a este propósito, são privilegiados aqui, primeiro, a pedra e a terra e, depois, a madeira.

As pedras e as terras

A grande diversidade geológica e geomorfológica que caracteriza as várias unidades do Atlas marroquino, bem evidenciada pela cartografia específica², é uma condição cuja relevância para a arquitetura vernacular foi possível confirmar reiteradamente no terreno. Esta condição é particularmente manifesta nos vales marcados pela alternância sucessiva do substrato rochoso que se traduz, por sua vez, na alteração das características da terra utilizada na taipa ou da pedra empregue nas alvenarias dos muros e das paredes das habitações. Os vales de Aït Bou Oulli e de Aït Bouguemez, no Alto Atlas Central, por exemplo, registam nos seus trajetos, de modo expressivo, estas sucessivas alternâncias, desde os diversos calcários, ao grés, aos xistos ou ao basalto, que por vezes poderão distinguir visual-

BSAB/114338/2016) relativo ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de julho de 2016, para elaboração do trabalho de campo em Marrocos, com integração no LERMA-TDD, Laboratoire Les Montagnes Atlasiques – Territoires, Développement et Durabilité, Université Cadi Ayyad, Marrakech.

² SAADI, 1982.

mente duas aldeias contíguas. O recurso aos materiais do lugar, que constitui um caráter reiteradamente vinculado à arquitetura vernacular, acaba assim por registar a complexidade da estrutura geológica, marcando a consonância material entre a arquitetura e o substrato.

É dentro deste quadro de diversidade que a construção em terra tende a constituir a solução privilegiada para a edificação das paredes e das coberturas em diversas subunidades do Atlas. Apesar de tudo, esta constatação não é contraditória com a forma matizada com que Henri Terrasse³ contrapõe genericamente, no sul de Marrocos, as zonas das montanhas da pedra seca aos oásis da taipa e dos adobes, apresentando exemplos antagónicos. De facto, em muitas destas subunidades, a pedra é reservada para os elementos objeto de maior desgaste e solicitação, não apenas para o embasamento e por vezes para o capeamento alto dos muros de terra, como também para as paredes mais expostas aos “ventos chuvosos” de ocidente. As regiões central e ocidental do Alto Atlas são aquelas onde, com maior facilidade, poderemos encontrar a alternância de edificações dos dois materiais, seja no interior da mesma aldeia, seja no interior do mesmo vale (como por exemplo no vale de Aït Blal ou nas vertentes de diferentes exposições entre Argana e Taroudant).

A pedra é claramente o material privilegiado na execução das paredes das habitações no Médio Atlas, como ocorre, por exemplo, nas vertentes de Itzer já próximas do vale do Moulouya ou nas povoações e lugares situados junto ao maciço de Tichchoukt, a nascente de Boulemane. É também muito preponderante na região ocidental do Anti-Atlas, onde a importância do recurso à pedra atinge o seu maior expoente nos extraordinários celeiros coletivos sobranceiros às aldeias⁴, estendendo-se depois do núcleo edificado aos admiráveis conjuntos de eiras que se concentram, no sopé, à cota mais baixa (como podemos ver por exemplo nas aldeias de Issouka ou de Imhlin, Fig. 1). Esta paisagem, predominantemente construída com recurso à pedra, contrasta, no quadrante oposto, com a dos aglomerados fortificados de terra (*ksour*) que conforma historicamente a construção dos oásis dos vales pré-saharianos do Anti-Atlas, como o vale do Draa.

Em qualquer caso, como é evidente, a preponderância da pedra ou da terra (ou das diferentes combinações de materiais) não pode ser vista estritamente a partir da delimitação de diferentes subunidades espaciais, sem considerar outros critérios (que não cabe agora tratar) relacionados com a altitude (a pedra determinante nos aglomerados de altura) ou com a própria história (a prevalência de um determinado sistema construtivo num determinado período)⁵.

³ TERRASSE, 2010.

⁴ Cf. NAJI, 2006

⁵ TERRASSE, 2010.



Fig. 1.
Conjunto de eiras,
habitações e celeiro
coletivo em Imhlin
(Anti-Atlas).

As madeiras

A simbiose entre a arquitetura e a paisagem em cada uma das sub-regiões montanhosas em apreço expressa-se, também, nas madeiras utilizadas na construção da casa, considerando as espécies vegetais existentes, cujas propriedades são exploradas para fins estruturais e/ou ornamentais através de saberes e técnicas tradicionais. Se a flora marroquina apresenta, em termos gerais, características mediterrânicas⁶, nas áreas de montanha surgem associações vegetais autóctones, correspondendo o Alto Atlas a uma das zonas de mais alto nível de endemismo no contexto da região formada pelo sul da Europa e norte de África⁷. As distintas arquiteturas tradicionais refletem, exatamente, a diversidade florística existente recorrendo, em cada uma daquelas áreas, às espécies de árvores, arbustos e subarbustos mais idóneas para as múltiplas funções: estruturais, decorativas, de revestimento, de proteção, etc.

Assim, no Anti-Atlas o homem utiliza com frequência os troncos, retos e grossos, da tamareira (*Phoenix dactilífera*) tanto nos panos de parede, como nos focinhos dos degraus, mas também os ramos mais fortes da tamargueira (*Tamarix africana*), em situações pontuais, surgindo ambas as espécies, neste território, associadas à presença de água quer superficial, quer subterrânea. No Alto Atlas há uma árvore, símbolo da alta montanha, mas que poderá aparecer também em cotas mais elevadas do Médio e do Anti-Atlas, a sabina-turfeira (*Juniperus thurifera subsp. africana*)⁸ cuja madeira, resistente e durável, é a mais utilizada na constru-

⁶ FOUGEROLLES, 1981: 42.

⁷ MÉDAIL & QUÉZEL, 1997.

⁸ BORATYNSKI *et al.*, 2013.



Fig. 2. Celeiro perto de Aït Tamllil (Alto Atlas Central).

ção do celeiro-fortaleza ou da casa torreada (*tighremt*, Fig. 2), mas também das casas mais modestas, onde partilha com a madeira de choupo-branco (*Populus alba*) um papel importante enquanto elemento estrutural, mas também como madeira das portas. Se as árvores de fruto de onde se destacam as seculares nogueiras são fundamentais para a economia familiar, o junípero associado ao sistema seco e frio (encostas de cota mais alta) e o choupo ao sistema húmido (zonas adjacentes aos cursos de água) assumem grande relevância na arquitetura quer no exterior, quer no interior das habitações, das diferentes volumetrias. A estas espécies arbóreas, junta-se uma espécie subarbastiva *Clandanthus scariosus* (Ball.) Oberpr. & Vogt, de floração amarela que depois de seca é utilizada no remate das coberturas planas, como se de um beirado se tratasse, como

forma de proteção das paredes exteriores em terra (adobe ou taipa) de modo a que a água da chuva não incida diretamente sobre elas. No Alto Atlas, a estas espécies arbóreas e respetivas madeiras acrescentam-se outras que, consoante a altitude e a orientação das vertentes, poderão corresponder ao cedro-do-Atlas (*Cedrus atlantica*) e ao pinheiro do Alepo (*Pinus halepensis*) nas encostas norte de altitude média, ou a argânia (*Argan spinosa*), espécie endémica que pese a importância económica do fruto na produção do famoso óleo, vê a sua madeira ser utilizada pontualmente, nas casas localizadas nas encostas de cota mais baixa do Alto Atlas ocidental. Por sua vez, no Médio Atlas as madeiras mais comumente utilizadas na construção são extraídas da sabina-turfeira, nos territórios de maior altitude e pese o seu gradual desaparecimento, à semelhança do que acontece no Alto Atlas, e do cedro que toma o seu nome-comum desta região montanhosa, espécie endémica considerada a máxima representante da essência das florestas marroquinas⁹.

⁹ CAUVIN-VERNER, 2007.

2. DA ORGANIZAÇÃO DA CASA

A caracterização tipológica da habitação do Atlas marroquino remete também para uma diversidade significativa que resulta de circunstâncias históricas muito distintas na ocupação destas diferentes subunidades e que, entre outras condições, poderá distinguir o Médio Atlas, associado tradicionalmente à criação de gado transumante e a um povoamento pouco denso e em grande medida mais recente, de diferentes sub-regiões do Alto Atlas e do Anti-Atlas de povoamento mais denso historicamente consolidado. Em qualquer caso, no âmbito deste artigo, será considerada apenas a habitação sedentária, cuja leitura é necessariamente enquadrada pelas distintas formas de povoamento que não se restringem aos diversos padrões de organização em aldeia, incluindo outras formas particulares que vão dos *ksours* de montanha no Alto Atlas ocidental ao povoamento disperso do Médio Atlas.

A organização da casa em linha

Um dos temas fundamentais para a caracterização dos conjuntos edificados tradicionais em espaço rural e, em particular, em zona de montanha é a relação que se estabelece entre os espaços de permanência do homem e os espaços vinculados à exploração agrícola e à criação de animais. Por vezes, estes diferentes espaços formam um único edifício, com as dependências para os animais e para forragem situadas ao nível do piso térreo e os espaços da habitação propriamente ditos remetidos para o piso ou pisos superiores. Esta casa-bloco adquire particular importância nos aglomerados caracterizados por uma grande densidade, como ocorre nos *ksours* da região oriental do Alto Atlas, onde estas habitações têm frequentemente um acesso partilhado para gentes e animais.

A originalidade deste tipo de aglomerado, no contexto da arquitetura e do urbanismo das áreas de montanha em apreço, está relacionado com o modo como, nalguns aspetos, se aproxima do tecido edificado das áreas urbanas das *medinas* e dos aglomerados fortificados dos vales pré-saharianos. De certo modo é a *ksar* daquelas regiões mais meridionais que, com características próprias, é transposto a ambiente de montanha¹⁰, conservando em muitos casos uma estrutura urbana de grande densidade conformada por um sistema de vias parcialmente coberto. É porventura nestes conjuntos urbanos que a solução estrutural fundamental da arquitetura berbere, constituída pelo sistema de madeira esteio/capitel/viga¹¹, adquire a sua expressão mais relevante, multiplicada ao limite do espaço da rua ao espaço da

¹⁰ PEYRON, 1976.

¹¹ LAOUST, 1920: 11.

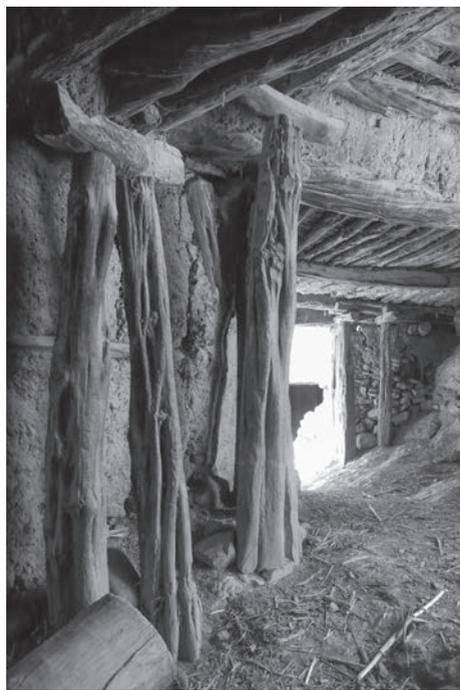


Fig. 3 Rua coberta da *Ksar* de Tazrouft (Alto Atlas Oriental).

casa, procurando libertar as paredes de terra do peso das pisos e coberturas (Fig. 3). A arquitetura da habitação é consonante com este tecido denso, resultando em soluções diversificadas, organizadas em pelo menos dois pisos, em muitos casos, como vimos, com um único acesso. A habitação que foi levantada na *ksar* de Tazrouft, Sidi Hamza, no âmbito desta investigação, partilha uma solução comum a muitas outras habitações, com a porta de entrada de acesso a um pequeno vestíbulo que demarca o acesso ao piso térreo (reservado para animais e forragem) da escada de articulação com o piso superior da habitação. Este era organizado a partir de um grande salão que ocupava quase toda a superfície deste piso, combinado depois, funcionalmente, com uma pequena cozinha sobre a rua e com o acesso à cobertura que adquire uma importância decisiva para distintos usos.

Mas esta habitação desprovida de pátio, organizada em vários pisos articulados a partir de escada interior, é uma solução preponderante noutras regiões estudadas, como, por exemplo, o Alto Atlas central. As aldeias maiores desta subunidade adquirem frequentemente uma imagem muito expressiva relacionada com a grande volumetria dos conjuntos edificados habitacionais, por vezes, pontuados pela presença dos celeiros-fortaleza. É o que ocorre na aldeia de Magdaz (no vale de Tassaout), cujas construções mais antigas, situadas ao centro da povoação, atingem frequentemente quatro ou cinco pisos de altura (Fig. 4). A organização destes conjuntos poderá resultar em soluções bastante distintas, determinadas pelos sucessivos processos de parcelamento e ampliação, registados nas diferentes juntas e técnicas construtivas que caracterizam os paramentos exteriores das suas fachadas. Também aqui, o piso térreo corresponde frequentemente a espaços para o gado e forragem, adquirindo, no entanto, acesso autónomo a partir do exterior. A articulação dos diferentes espaços da habitação compreende aqui a sobreposição de lances de escada e o atravessamento de determinados compartimentos para aceder a outros. A posição da cozinha é, em muitos casos, evidenciada na fachada através da presença de um grande vão (frequentemente de quatro folhas) combinado com uma fresta para fumos, tanto podendo corresponder a um dos espaços do primeiro



Fig. 4.
Vista parcial de
Magdaz (Alto Atlas
central).

andar como autonomizar-se da habitação num outro edifício mais baixo. O volume edificado tende, também aqui, a corresponder a um retângulo ou a um trapézio de base mas, ao contrário da habitação descrita na *ksar* de Tazrouft, não aparece disposto na profundidade mas ao longo da rua. Contudo, um dos elementos mais relevantes que distingue estas habitações daquelas localizadas no Alto Atlas oriental é a importância que adquire aqui o espaço alpendrado, ou *amalal*, que, apesar de também poder marcar presença nos pisos intermédios, adquire maior expressão na cobertura, enfatizando a sua importância na organização da habitação de verão e de inverno, enquanto espaço de estar, de pernoitar e de secar produtos agrícolas (fig. 4).

A organização da casa em redor de um espaço central

Para além da habitação organizada a partir do encadeamento sequencial dos diversos compartimentos, poderemos identificar no Atlas um segundo grande grupo correspondente à habitação disposta em redor de um espaço central a partir do qual se organiza o acesso aos restantes compartimentos. Esta solução remete, antes de mais, para a casa pátio que tem uma importância muito significativa em toda a região ocidental do Alto Atlas. Como é comum nas áreas rurais – e por comparação com as casas de menor superfície localizadas nas áreas urbanas – o pátio adquire aqui uma superfície significativa no conjunto, mantendo-se a mesma proporção alongada dos compartimentos que se dispõem em seu redor (com largura compreendida entre os 2.00m e os 2.50m de lado). É o que ocorre numa casa levantada em Douar Ifghi (fig. 5), a 60 km a nordeste de Taroudant, em que os compartimentos dispostos em redor do pátio correspondem fundamentalmente aos espaços da habitação propriamente ditos. É a implantação em encosta que permite integrar as restantes dependências associadas à pequena casa agrícola: o palheiro e a estrebaria, no piso inferior (voltados



Fig. 5. Salão de casa pátio em Douar Ifghi (Alto Atlas Ocidental) e Cozinha de casa em Oumesnat (hoje casa museu) (Anti-Atlas).

ao quadrante nascente); o celeiro e o alpendre do moinho de argão e do lar do fogo, no piso superior com acesso em escada a partir do pátio (sobre o quadrante poente).

Nas casas maiores esta dissociação poderá resultar em conjuntos habitacionais constituídos por vários pátios especializados que em qualquer caso registam, na sua arquitetura, um processo evolutivo de construção. Ao contrário dos núcleos de Sidi Hamza e Magdaz a que antes referimos, caracterizados por uma densidade significativa e por artifícios mais complexos de organização, a generalidade das aldeias em que predomina a casa pátio são conformadas por padrões menos compactos associados a processos mais livres de justaposição de diferentes habitações lado a lado (e cuja importância defensiva não é tão evidente como naqueles casos referidos).

A solução que temos vindo a descrever engloba também a habitação organizada em redor de um espaço central coberto, muitas vezes associado à presença de uma lucerna. Entre as condições que poderão justificar esta solução, está o clima agreste que poderia levar à cobertura do pátio como tem sido advogado para algumas regiões¹². Esta solução tem também sido privilegiada em edificações recen-

¹² BEN EL KHADIR & LAHBABI, 1989.

temente construídas em diversas aldeias do Alto Atlas Central, onde a casa pátio estava tradicionalmente ausente. No Médio Atlas, o recinto coberto central poderia ainda corresponder a um espaço de uso múltiplo onde inclusivamente se albergava o gado, como nas habitações dos povoados de altitude dos pastores itinerantes.

Mas um dos exemplos mais interessantes que se inscrevem nesta organização é uma habitação situada em Oumesnat (Fig. 5), no Anti-Atlas, não muito distante de Tafraout. Corresponde a uma edificação isolada com dois andares, com o piso térreo a servir para animais, celeiros e palheiros, o piso intermédio para a habitação propriamente dita, e o piso superior para o salão dos hóspedes, espaço do tear e terraço que recorda a relação com o *amalal* do Alto Atlas. Apesar de não integrar as torres salientes nos cantos na sua planta quadrada, como era característico das edificações domésticas fortificadas que se generalizam em diferentes geografias de Marrocos, a partir de finais do século XIX¹³, inscreve-se no mesmo processo de transformação da casa abastada, apresentando evidentes analogias com aquelas a nível de escala e implantação. A construção ulterior, sobre a porta de entrada, de um compartimento-torre em alvenaria de pedra (onde se arrecadava a terra para a manutenção de cobertura plana) simula, de resto, a aproximação àquela morfologia. A implantação retoma a solução mais comum em Oumesnat, em encosta exposta a sul que permite o desdobramento do acesso em dois níveis distintos: o mais baixo de serviço, o mais alto de ligação direta para o salão dos convidados e para o terraço. A nível da organização em planta, ao invés do característico pátio (com dimensões idênticas aos da habitação de Douar Ifghi) justapõe-se aqui, ao centro, a cozinha de pé-direito duplo (Fig. 5), circundado por um espaço-corredor de funções distintas que organiza o acesso aos restantes compartimentos da habitação.

CONCLUSÃO

A cordilheira do Atlas em território marroquino constitui um conjunto complexo de grande extensão e altitude que combina subunidades de paisagem muito diferenciadas, passíveis de serem delimitadas a partir de parâmetros geológicos, morfológicos, climáticos e florísticos. Em termos culturais, a história da ocupação destes territórios de montanha resultou também em paisagens muito distintas, das várias expressões da transumância à lenta sedentarização associada aos vales de montanha. A transformação da arquitetura tradicional destas regiões remete deste modo para circunstâncias muito diferenciadas com reflexos a nível da diversidade dos processos construtivos tradicionais e dos modelos de organização da habita-

¹³ TERRASSE, 2010.

ção. Essa diversidade é mais ou menos evidente a partir da imagem das aldeias que constituem a unidade de base do povoamento, ainda que, por vezes, combinada com outras tipologias em determinadas subunidades como, por exemplo, o extremo ocidental do Alto Atlas ou o Médio Atlas pautados por diferentes formas de dispersão. No Alto Atlas, os percursos nas linhas de fecho ou cumeeira são frequentemente marcados por uma grande alteração da fisionomia das aldeias que se encontram ao longo das zonas de culturas regadas, em função do substrato geológico e da expressão aparente do material preponderante na execução das paredes (que combinam as diferentes pedras e terras). Se na região ocidental, as aldeias aparecem mais associadas aos padrões característicos da casa pátio, na região central e na região oriental são conformadas, em muitos casos, por padrões de maior densidade, correspondentes à casa bloco e à arquitetura dos *ksours* de montanha respetivamente. Outro elemento fundamental que caracteriza as aldeias do Atlas está relacionado com as históricas condições de insegurança que se traduziam na importância do celeiro-fortaleza com formas distintas em cada uma das várias subunidades, distinguindo-se o modo como essas estruturas coletivas constituíam, na região ocidental do Anti-Atlas, construções sobranceiras às aldeias, em zona profundamente marcada pelas diferentes expressões da construção em pedra e madeira.

BIBLIOGRAFIA

- BEN EL KHADIR, Mohamed & LAHBABI, Abderrafih (1989) – *Architectures regionales: un parcours a travers dle nord marrocaïn*. Casablanca: S. E.
- BORATYNSKI, Adam *et al.* (2013) – *Morphological differentiation supports the genetic pattern of the geographic structure of Juniperus thurifera (Cupressaceae)*. «Plant Systematics and Evolution Journal», volume 299, Issue 4, p.773-784,
- CAUVIN-VERNER, Corinne (2007) – *Le Moyen-Atlas. De grands lacs en forêts de cèdres*. In RUIZ, Jean-Michel & TRÉAL, Cécile – *Paysages marocains*. Paris: Aubanel, p. 89-110.
- FOUGEROLLES, André (1981) – *Le Haut Atlas Central. Guide Alpin*. Casablanca: Ideale.
- LAOUST, Émile (1920) – *Mots et choses berbères. Notes de linguistique et d'ethnographie. Dialectes du Maroc*. Paris: Challamel.
- MÉDAIL, Frédéric & QUÉZEL, Pierre (1997) – *Hot-Spot analysis for conservation of plant diversity in the Mediterranean Basin*. «Annals of the Missouri Botanical Garden», Volume 84(1). St. Louis: Missouri Botanical Garden, p.112-127.
- NAJI, Salima (2006) – *Greniers colectifs de l'Atlas. Patrimoine du Sud marocain*. Casablanca: Edisud.
- PEYRON, Mickael (1976) – *Habitat rural et vie montagnarde dans le Haut Atlas de Midelt (Maroc)*. «Revue de Géographie Alpine», Tomo 64, n.º3. Grenoble: Association pour la Diffusion de la Recherche Alpine, p. 327-363.
- SAADI, Moussa (1982) – *Carte Structurale du Maroc. Escala 1/2000000*. Ministère de l'Energie et des Mines.
- TERRASSE, Henri (2010) – *Kasbas berbères de l'Atlas et des Oasis. Les grandes architectures du Sud marocain [1938]*. Rabat: Actes Sud / Centre Jacques-Berque.

CORPUS LOCI E MATÉRIA. UMA VISÃO PERIPATÉTICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DO MUNDO

JOÃO SOARES*

ANTÓNIO COXITO**

LUÍS FERRO***

Resumo: A noção de lugar consiste na dimensão cultural envolvente, bem como numa complexa construção que condensa/projecta acções sociais, políticas e económicas das pessoas que o habitam e das mãos que o conformam. O tijolo – unidade de terra compactada e cozida – atribui forma, medida, identidade e significado ao mundo antigo e contemporâneo, às suas construções. Oferece-se como matéria dos constructos, unidade-base de uma ideia de mundo: vernacular; ou sofisticado; ou vernacular contemporâneo – mas transmitindo sempre um sentido de manualidade, e, portanto, também um sentido corpóreo. A partir do confronto com diversos referentes teóricos este artigo pretende interpretar “lugar” pelo que realmente é, pelo seu valor objectivo e material – remetendo para as suas específicas qualidades matéricas – a terra e sua densidade, consistência e humidade, a rocha e manto vegetal dos lugares específicos constroem, a par com qualidades simbólicas, uma igualmente específica experiência empírica e mental: o *corpus loci*.

Palavras-chave: *Corpus loci*; Harun Farocki; Vernacular contemporâneo; Caminhar.

Abstract: The sense of place relies in the overall cultural dimension, as well as in a complex construction that condenses/projects social, political and economic activities of the people who inhabit and the hands that shapes it. The mud brick – unit of compacted earth – provides form, measure, identity and meaning to the ancient and contemporary world, to its buildings. A base unit idea of the world: vernacular or sophisticated; or contemporary vernacular – but always broadcasting a sense of manuality, and therefore also a bodily sense. From the confrontation with several theoretical references, this article intends to interpret “place” for what it really is, by its objective and material dimensions/value – referring to its specific materic qualities – the earth and its density, consistency, moisture, and mantle rock plant specific places build, on pair with symbolic qualities, a specific empirical and mental experience: the *corpus loci*.

Keywords: *Corpus loci*; Harun Farocki; Contemporary vernacular; Walking.

* Arquitecto pela FAUP. Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. sjoaosoares@gmail.com.

** Arquitecto pela Universidade Autónoma de Lisboa. Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. acoxito@gmail.com.

*** Arquitecto pela Universidade de Évora. Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. luisferro.architectura@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O primeiro gesto para a organização e humanização do mundo pressupõe a acção físico-motora de transformar a matéria com as mãos.

A noção de lugar consiste na dimensão cultural envolvente, bem como numa complexa construção que condensa/projecta acções sociais, políticas e económicas das pessoas que o habitam e das mãos que o conformam.

O tijolo – unidade de terra compactada e cozida – atribui forma, medida, identidade e significado ao mundo antigo e contemporâneo, às suas construções.

O filme *In Comparison*¹ explora justamente a produção do tijolo como metáfora para demonstrar o desnível económico mundial e a ascendente substituição da liberdade pela tecnologia. O tijolo oferece-se como matéria dos constructos, unidade-base de uma ideia de mundo: vernacular; ou sofisticado; ou vernacular contemporâneo – mas transmitindo sempre um sentido de manualidade, e, portanto, também um sentido corpóreo.

Este ensaio pretende interpretar “lugar” pelo que realmente é, pelo seu valor objectivo e material – remetendo para as suas específicas qualidades matéricas – a terra e sua densidade, consistência e humidade, a rocha e manto vegetal dos lugares específicos constroem, a par com qualidades simbólicas, uma igualmente específica experiência empírica e mental: “corpus loci” poder-se-ia dizer.

Este artigo é feito a três vozes. Os objectos de estudo são distintos e estão desligados uns dos outros, representando três visões/posicionamentos sobre a interacção das noções de Corpo e Lugar (também de lugar enquanto corpo) e do Corpo no Lugar. O primeiro orbita em torno de um filme sobre o fabrico de tijolos como metáfora para discutir o Homem e a Matéria. O segundo sobre a acção do Corpo no Lugar. O terceiro sobre o caminhar sobre os lugares enquanto constructor de “coisas” e do próprio lugar. Juntos, procuram enunciar os fundamentos da ideia de *Corpus Loci*, proposta conceptual original que resulta de uma interpretação/revisão contemporânea do conceito de *Genius Loci*, formulado por Christian Norberg-Schulz em 1980.

A MATÉRIA QUE CONSTRÓI É A MESMA QUE DESTRÓI

O filme *In Comparison* (2009), da autoria de Harun Farocki (1944-2014), observa de perto as práticas contemporâneas da arquitetura para questionar as expressões emergentes do capitalismo, o avanço tecnológico desmedido que, gradualmente, substituirá o Homem pela Máquina e a produção inconsequente que conduz à destruição e ao desenraizamento da arquitectura.

Nos últimos anos a obra filmada e escrita de Harun Farocki gerou uma prolífera bibliografia de referência, tendo para isso contribuído a capacidade do autor de colocar sempre os problemas contemporâneos nos lugares e tempos a que pertencem, o desenvolvimento de uma linguagem de comunicação – designada por *film-essay* – assente no recurso a uma simples estrutura de campo e contra-campo e no encadeamento auto informativo de imagens. A conjugação destes elementos atribui especial mordacidade e objetividade à obra de Harun Farocki.

Desde 2000 que o realizador começou a observar a prática da arquitetura para entender o modo como o Homem ergue, transforma e configura o mundo em que vive. Para Farocki, a arquitectura funciona como um domínio sensível à projeção das ambições políticas e económicas dos grupos que detêm poder. Este entendimento da arquitetura não está contemplado nos inúmeros trabalhos que estudam a interação entre a arquitetura e o cinema, sendo original o estudo da prática da arquitetura contemporânea a partir do olhar-pensamento de um dos cineastas mais inconformados da História do Cinema.

O filme observa a produção de tijolos em quatro geografias distintas.

Gando, Burkina Faso. Vemos mulheres a carregar água e homens a amassar a terra com os pés e a enformar os tijolos à mão. A construção é uma acção colectiva que reverte a favor da comunidade. Os tijolos são feitos à conta e medida para a edificação a que se destinam, predominando um enorme sentido de economia em todo o processo.

Hinjawadi e Mumbai, Índia. A produção de tijolos é um pouco mais desenvolvida. No telheiro, são as mulheres que enformam os tijolos e os carregam em cima da cabeça até ao forno que os há-de queimar durante dois dias. Farocki mostra-nos a existência de instrumentos muito básicos que asseguram maior aproveitamento e eficácia do trabalho.

Nimbut, Índia. O fabrico de tijolos é mais sofisticado. No telheiro de Nimbut, há mais máquinas a cortar e a transportar os tijolos mas também menos homens e mulheres envolvidos no processo de fabrico de tijolos de barro.

Leers, França e Dachau, Pellheimand Olfen, Vinnun, Großgottern, Alemanha. O Homem é suprimido do fabrico, limitando-se a supervisionar e a monitorizar o funcionamento das máquinas.

Os primeiros trinta e cinco minutos de filme são altamente progressistas, realizando um arco entre o fabrico de tijolo de barro em Burkina Faso – que consiste numa acção colectiva, sem recurso a qualquer tecnologia – até às sofisticadas fábricas do centro da europa – onde o processo de fabrico cerâmico é totalmente automatizado.

Partindo da noção de “making”¹ que liga a transformação da natureza à criação de representações conceptuais originárias de tradições culturais (cultura e matéria),

¹ INGOLD, 2013.

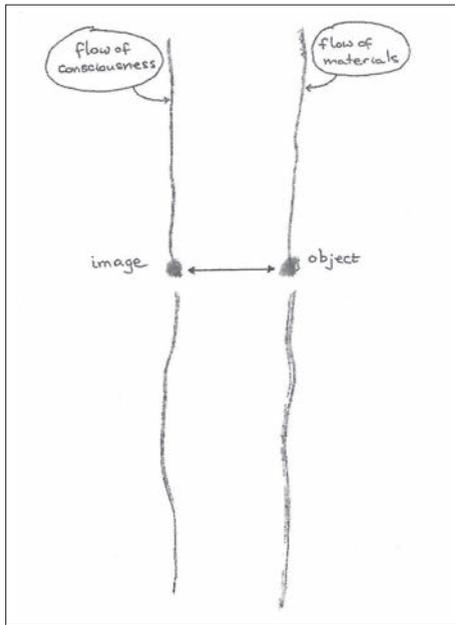


Fig. 1. Consciência, materiais, imagem, objecto: o diagrama².

a filmagem do fabrico de tijolo ambiciona compreender o modo como o Homem transforma o Mundo e funda os lugares onde escolhe viver. Neste filme, o tijolo é entendido como o símbolo da civilização (matéria construtora da urbanidade) e espelho da cultura humana.

A crescente industrialização e a perda de relação directa entre a produção dos materiais e a sua aplicação na construção provoca o desconhecimento do seu destino, conduzindo a um sistema de produção inconsequente e anónimo. Rompe a possível ligação proposta entre a linha da consciencialização e a linha dos materiais, conduzindo a um beco sem saída (fig.1). Onde é que a construção de uma indústria tão eficiente conduziu a Europa? Em 2016, a resposta tem necessariamente de ser a falência. Não será despiçando lembrar

que o filme data de 2009 e a Grande Recessão de 2008, tendo sido essencialmente provocada pela falência dos sectores imobiliários e tecnológicos. Farocki sugere que esta era uma crise anunciada, que o investimento em tecnologia tão eficiente só poderia ter conduzido ao autocanibalismo de uma produção industrial cega e do sistema político e económico que a ergueu. O tijolo – símbolo do nascimento da civilização – representa a queda financeira do ocidente.

A comparação geográfica sugerida no filme possibilita uma leitura horizontal – denúncia da desigualdade económica e social do mundo – mas, simultaneamente, a uma leitura vertical – a comparação entre o Homem pré e pós-industrial. Porém esta comparação enuncia também uma outra questão: será que a industrialização (desenraizamento da construção e perda de relação directa entre produção e construção) conduz à falência do sentido de lugar, do *Genius Loci*? O tijolo é significado da transformação e da fundação de lugares. É só por si, uma construção cultural representativa do Homem. Para além disso, se entendermos o corpo dos lugares como a própria matéria que os configura, podemos concluir que o espírito do lugar começa por cobrar a sua existência no fabrico da matéria (corpo) que os há-de fundar, erguer, dar medida, forma, escala e significado.

² INGOLD, 2013.

À semelhança do realizador Gregory Markopoulos, Farocki procura um lugar cinematográfico. O primeiro encontrou-o na paisagem grega, em Temenos, símbolo do solo que deu origem ao pensamento moderno². O segundo existe onde o Homem é desvalorizado pelas formas emergentes do capitalismo, nas estruturas socioculturais onde a matéria construtiva é criada e, sendo todas as construções um espelho da cultura humana, num tijolo.

QUINTA DA BOA VIAGEM, PÊRA, ALMADA: 2015-2016

Propõe-se a concepção abstracta de três momentos na relação do Homem com o lugar:

- 1^a. Lugar uno e masculino, ao qual se refere a noção de *Genius Loci*. Aqui, o lugar é detentor de um espírito, masculino e indivisível. Assinala-se, para isso, que *Genius* é um atributo masculino: na Grécia Clássica os homens dispunham de *Genius* e as mulheres dispunham de *Juno* (portanto, o lugar como entidade autónoma do seu contemplador).
- 2^a. Lugar múltiplo fenomenológico. A concepção fenomenológica que, ao introduzir a percepção individual na leitura do lugar, torna o lugar diverso para cada um daqueles que o contemplam.
- 3^a. e sobre a qual esta reflexão decorrerá – Lugar quântico. Uma abordagem pós mecânica quântica, que implica no mesmo evento o observador e o observado. Ser e lugar são a mesma coisa. Mas, para o serem, não chega a contemplação do lugar: é necessária a acção sobre esse lugar.

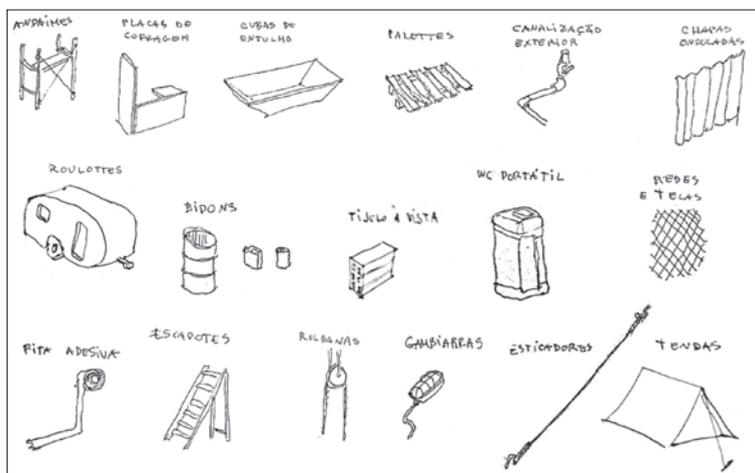
O conceito de *Corpus Loci* aqui introduzido, não exprime assim o corpo DO lugar mas o corpo NO lugar.

Naquilo que se refere à *Arquitectura* e à sua *praxis*, *Corpus Loci* implica não apenas o tempo e o corpo do pensar o projecto mas também o da sua construção e o da sua vivência. Pensar, construir e habitar, um tempo e um gesto único e contínuo e assumido pela mente e pelo corpo do arquitecto.

Pelo seu afastamento dos processos exclusivos da mente e pela sua inclusão da inteligência do corpo, o momento do projecto é substituído pelo processo do concreto. Concreto significa crescer em conjunto: o pensar, o construir e o habitar crescem em simultâneo, retirando ao projecto e à sua matriz uma implicação platónica ou cartesiana. No momento em que é colocada uma pedra, o espaço muda e o projecto nada pode.

Fig. 2.
Materiais vernaculares contemporâneos: meta-materiais, materiais ocultos, materiais de origem industrial, embalagens, *made ready to go*.

©António Coxito, 2014.



Foi convencionado chamar a esta proximidade com a obra, “arquitetura directa”. Na arquitetura directa o conhecimento da obra e do lugar dá-se apenas com a presença do corpo.

Desde 2015 que tem decorrido em Pêra, no concelho de Almada, uma obra com estas características. O tempo desta obra tem sido íntimo da disponibilidade do concreto.

O seu projecto foi um ponto de partida, não um fim. Iniciou na parte superior do terreno, apalpando as suas qualidades. Desceu depois para uma zona mais aconchegada, descoberta apenas após uma grande desmatção. Isto confirmou que a descoberta não pode nunca ser adivinhada. Não podemos adivinhar o futuro, mas podemos construí-lo.

O hectare então abordado nunca o foi em planta. Recorreu sempre a uma moto-roçadora nas mãos, desbravando o terreno à altura dos olhos, criando caminhos, espaços, lugares, detalhes.

O trabalho de poda foi fundamental. Onde antes eram carrasqueiros surgiram árvores, com o respectivo espaço ao nível do solo e sombra provindo de uma nova copa.

A apropriação do terreno pelo corpo ao longo do tempo da obra implicou que a estrutura de abrigo proporcionasse uma grande permeabilidade com a envolvente e que fosse rapidamente construída. A opção recaiu sobre um dome geodésico, cuja construção exigiu apenas três pessoas.

O percurso das águas subterrâneas, secreto para os cépticos, revela-se aos olhos daqueles que se encontram de cócoras, nesse preciso momento, atentos a um fio que jorra sob uma pedra. Esta informação foi fundamental para o tratamento do



Fig. 3. Dome sobre plataforma com arrecadação. Casa de banho seca com vista para a serra de Sintra. Tenda em canas. Baloço de alta tensão.

©António Coxito, 2014.



Fig. 4.

Bocado de terra.

©João Soares, 2011.

Ponto d'Água, um lugar de onde a água brota sem constrangimentos éticos e cuja finalidade natural é a de lavar o corpo e o espírito.

O ponto de vista obtido a partir da sanita seca, para a serra de Sintra, unindo o escatológico com o sublime, só poderia ter sido percebido se anteriormente ali tivesse havido necessidades, logo pela manhã ao acordar, após mais uma pernoita na obra em construção.

O galinheiro ainda se encontra por testar pois ainda não possui galinhas. Ao contrário das obras de arquitectura concluídas, a justeza desta apenas poderá ser reconhecida após algum tempo de experimentação por parte dos seus habitantes. Construído com recurso a tambores de máquinas de lavar a roupa, serão neste caso os corpos das galinhas, seres individuais e não genéricos, os avalistas da experimentação.

Esta obra procurou recorrer àqueles materiais mais acessíveis, mais apropriáveis e de proveniência local. No entanto, considera-se que esta relação vernacular com os materiais e com as suas técnicas de uso adquiriu novas características com a contemporaneidade, tendo sido cunhada para isso a expressão “materiais vernaculares contemporâneos”.

Hoje, a redundância deixou à superfície os materiais já extraídos, transformados, frequentemente já experimentados. Alterou-se a noção de matéria-prima. Agora a matéria elementar passou a ser o átomo e a sua utilização resulta na nanotecnologia.

Por outro lado, os materiais mais disponíveis, mais baratos e mais apropriáveis da actualidade são aqueles com os quais são construídos os bairros de barracas, as favelas, os *bidonvilles*, os *slums*, os musseques e as *shantytowns*. Chapas, cofragens, cartões, tijolo à vista. Uma das características do vernacular que se alterou foi, à

semelhança de muitos outros hábitos e materiais, a de ter deixado de ser específico de um local. O vernacular contemporâneo é global.

Vários momentos resultaram de epifanias; mas foram porventura esses, aqueles cujo resultado foi mais contundente. Refiro, como exemplo, o baloiço de alta tensão, montado em menos de dez minutos, pendurado numa linha desactivada que atravessa o terreno. Aqui, a leitura do lugar foi feita a partir de um ponto de vista que as plantas do terreno não facultam: de baixo para cima, ambicionando voar.

Tal como em práticas ritualistas religiosas, ao assimilar o corpo da divindade comungamos do seu espírito. Um ritual terreno para aceder ao divino. Em vez de conhecer o espírito do lugar através do espírito, em *Corpus Loci* procura-se conhecê-lo através do corpo.

CAMINHAR COMO LUGAR

Ligante dos dois momentos anteriores onde se sublinham as noções de MATÉRIA (em Farocki) e de CORPO (na experiência da quinta da Boa Viagem). O que identificamos para viabilizar uma relação é a noção da importância do caminhar nas questões à volta da arquitectura (e portanto do corpo – veículo desse caminhar, e da matéria sobre a qual se caminha, a partir da qual se constrói) Jacques Gubler chama às pernas e pés “veículo do corpo”³ na sua peculiar revisão da história da arquitectura contemporânea.

O caminhar, portanto, como noção afim à de *genius loci*.

O acto de caminhar, de mover-se no espaço, nos lugares, é a efectiva e forte origem da construção e da construção da percepção do espaço. Esse acto inerentemente animal reconhece-se em todas as operações de espaço: na sua concepção, concretização, processamento, e está, por sua vez, intimamente ligado à ideia de locus por nele agir.

A interpretação que fazemos é uma interpretação inclusiva que se possa sobre o termo fazer sem entrar num debate estritamente epistémico.

Olhando para estes dois casos: Farocki e Boa Viagem, procurámos ler neles esse aspecto comum – o da locomoção como forma de indagação – esta particular forma de agir encontra eco nas práticas pedagógicas peripatéticas da Grécia antiga, ou ainda, para reconhecer uma mais estreita relação entre o caminhar e o suporte sobre o qual se pratica esse caminhar – de uma hodologia se poderia falar – sentindo assim a evocação na dimensão fibrosa do nervo. A rede que configura o sistema nervoso – a hodologia – surge como uma boa analogia, onde a função e actividade coincidem com os próprios “caminhos” que o configuram.

Regressando aos dois casos, são de natureza e origem distintas (e são abordados de diferente forma – um podemos dizer, “em directo” – a partir do relato de uma

construção/acção por António Coxito na zona da Trafaria, o outro, um olhar que interpreta (mas com sentido filológico) e constrói sentido sobre uma narrativa filmica.

CAMINHAR, VÁRIAS FORMAS DE O FAZER

Um factor que identificamos como concorrente na ideia de lugar – de construção de lugar – é o da locomoção como indissociável dessa ideia de elaboração da matéria – o sujeito a ser determinante no acontecimento (o fenómeno não apenas observado, mas participado – como se entende na acepção quântica a que Coxito também já aludiu). Essa locomoção será no caso de Faroki a própria deslocação logística do realizador aos lugares onde filmou (portanto refiro-me aqui ao lugar fora de cena – não é o lugar representado), não é o lugar no cinema de Farocki enquanto autor (o seu lugar entre os pares) não é o lugar (lugares) do visionamento do filme – é o próprio movimento de deslocação do corpo do cineasta (e da máquina que captura) pelos “settings”. Aliada à noção de produção, de construção, do lugar, no lugar, com o lugar estará uma noção de processamento, de elaboração do material do lugar da matéria do lugar – seja ele a última fina camada da crosta terrestre – o barro com que faço um tijolo no Burkina Faso ou em Berlim; seja a ainda mais fina e diáfana camada de desperdício que cobre e reveste essa crosta! – que se poderia corporizar no que o Coxito classificou de materiais “vernaculares contemporâneos”.

Reforça-se a acção de processamento das matérias disponíveis dos lugares como Construção do sentido de lugar. E, portanto, a partir destes dois casos aqui apresentados sucintamente podemos definir um espectro que reconhece um caminhar longo, intermitente (como acontece na maioria dos casos, as filmagens acontecem em tempos descontínuos pelo contrário Aleksandr Sokorov por exemplo faz um take único n^o *Arca Russa* [2002], quando faz o travelling contínuo pelo *Hermitage*!). Um caminhar longo e descontínuo num extremo do espectro e um caminhar curto, imediato (eventualmente directamente vindo do sistema nervoso) de quem caminha a reconhecer a terra, de quem abre caminho a desbastar silvas com uma moto roçadora (como o faz Coxito). O mesmo caminhar curto que encontramos nos passos intensamente meditativos – sobre uma dúvida em forma de tijolo – de Sigurd Lewerentz, a procurar a posição precisa de um tijolo numa parede. Uma ideia fecunda associada ao caminhar enquanto acto produtor de sentido construtivo – se quisermos, de criação – é a de serendipidade que evoco para precisar a relevância deste modo de investigar. O serendipítico como o que acontece descobrir-se – como solução do mundo – ao caminhar procurando eventualmente uma coisa outra, diferente da que se procura inicialmente. No modo de agir de Coxito

os processos serendipidade são constantes (ínfimos ou mais robustos), seria curioso perceber em Faroki (desmontando e desconstruindo a história da construção do filme) a sua relevância – o que será objecto da nossa atenção noutra ocasião.

VEÍCULO DO CORPO, INSTRUMENTO DO CAMINHAR

Nas diferentes tradições ligadas à produção de artefactos – do “fazer”, a construção dos próprios instrumentos assume uma relevância fundamental. As características específicas que cada instrumento possui têm a ver tanto com a perícia de quem as usa como com as suas idiosincrasias. Desta forma o instrumento é duplamente pessoal, ele é moldado por quem dele se serve para moldar o que faz.

As pernas, na referência rigorosa de Gubler, são o “veículo do corpo” e esse veículo é um dos instrumentos primeiros do homem (tanto quanto a sua mente).

Braços e pernas servem para agarrar o mundo.

Na dimensão racional cartesiana os membros do corpo são comandados pela clareza da intenção lógica da razão. Porém, numa leitura mais integrada, onde mental e corpóreo não se distinguem numa hierarquia estabilizada e unidireccional, mente e corpo operam autonomamente – como a mente, também as mãos e pernas possuem memória e a evolução e integração de coisas novas aprendidas concretiza-se da mente para o corpo, e do corpo para a mente, em sequências não sempre lineares (e em estados diferentes de consciência).

Assumindo esta realidade torna-se evidente o espaço de relevo que a serendipidade ocupa em todo o processo da produção e do acontecimento.

Utilizo os meus instrumentos para alcançar um objectivo que pretendo obter da mesma maneira que o próprio modo de funcionamento dos instrumentos me vai conduzir a resultados que porventura não tinha previsto anteriormente.

Se terra e o corpo são um e o mesmo caminho sobre o próprio corpo e aprendo

a conhecê-lo como instrumento e como matéria para o fazer numa contínua desmultiplicação e alternância de funções. É o que nos diz o exemplo da “viagem” de Farocki e o exemplo da Quinta da Boa Viagem.



Fig. 5. Bocado de madeira.

©João Soares, 2011.

BIBLIOGRAFIA

- CLÉMENT, Gilles (2004) – *Manifeste du Tiers Paysage*. Paris: Sujet-Objet.
- FAROCKI, Harun (2009) – *In Comparison*. Harun Farocki Filmproduktion.
- FERRO, Luís (2016) – *Life and Architectural Matter as seen by Cinema. Three essay-films from Harun Farocki*. «II International Conference on Architectural Design & Criticism. Digital Proceedings». Madrid: Critic|All Press, pp. 147-153.
- FRAYLING, Christopher (1994) – *Research in Art and Design*. «Royal College of Art Research Papers», Vol 1, No 1. London: Royal College of Art.
- GUBLER, Jacques (2006) – *Motion, Émotions. Thèmes d'Histoire et d'Architecture*. Lausanne: Infolio.
- KAHN, Lloyd; EASTON, Robert (1970) – *Domebook One*. Ashland: Pacific Domes.
- KAHN, Lloyd (1973) – *Habitats: constructions traditionnelles et marginales*. Ashland: Pacific Domes.
- KEARNS, Kevin (1979) – *Intraurban Squatting in London*. «Annals of the Association of American Geographers», vol. 69, n. 4. Londres: Taylor & Francis, pp. 589-598.
- KORN, Peter (2015) – *Why We Make Things and Why it Matters: The Education of a Craftsman*. Boston: David R. Godine Publisher.
- LATOUCHE, Serge (2011) – *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70.
- MAEDA, John (2006) – *The Laws of Simplicity*. Cambridge: The MIT Press.
- MARKOPOULOS, Gregory (2014) – *Film as Film: The Collected Writings of Gregory J. Markopoulos*. London: The Visible Press.
- RATTI, Carlo (2014) – *Architettura Open Source, verso una progettazione aperta*. Turim: Giulio Einaudi Editore.
- SINCLAIR, Cameron; STOHR, Kate (2006) – *Design Like You Give A Damn: Architectural Responses To Humanitarian Crises*. New York: Distributed Art Publishers.
- SOARES, João (2013) – *A Minha Cabana*, «Jornal dos Arquitectos», n. 248. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- (2016) – *Try thinking like a tree*, «The Power of Experiment». Lisboa: Trienal de Arquitectura, pp. 156-159.
- SOKUROV, Aleksandr (2002) – *A Arca Russa*. The State Hermitage Museum.
- INGOLD, Tim (2013) – *Making. Anthropology, archeology, art, and architecture*. New York: Routledge.

CULTURAL IDENTITY AND SHARED MEMORY: A COMPARISON OF SUPERKILEN AND PIAZZA D'ITALIA AS CASE-STUDIES OF CONTEMPORARY "PLACE"-MAKING

ERIC FIRLEY*

JULIE GIMBAL**

Resumo: A sociedade de consumo contemporânea cria espaços padronizados enquanto referências comuns à escala global. É um sistema de sinais condenado a celebrar eternamente um presente funcionalista. O Homem transforma-se no que se espera dele: um consumidor anónimo de um "Non-lieu" (Marc Augé). Um "Lieu", por contraste, medeia entre indivíduos e encoraja à emergência de uma vida e memórias coletivas, que vão para além do cumprimento das meras obrigações funcionais. Neste desejo de dar significado ao enquadramento arquitetónico, as alusões vernaculares podem ser potenciadas.

Tendo por base a Superkilen de Copenhaga e a Piazza d'Italia de Nova Orleães, este artigo aborda as questões do lugar, função, reciprocidade e apropriação, procurando a aproximação ao momento em que os sinais de cultura criam sentido e estimulam mudança.

Palavras-passe: Lugar; Identidade; «Supermodernity»; Cidade.

Abstract: The contemporary consumer society creates standardized spaces as common references throughout the world. It is a system of signals doomed to eternally celebrate a functionalist present. Man eventually transforms into what is expected of him: an anonymous consumer of a "Non-lieu" (Marc Augé). A "Lieu", by contrast, mediates between individuals and encourages the emergence of collective life and memory, beyond fulfilling its functional obligations. In this desire to give meaning to the architectural setting, vernacular allusions can be harnessed.

On the base of Copenhagen's Superkilen and New Orleans's Piazza d'Italia, the paper discusses questions of place, function, reciprocity and appropriation, trying to approximate the moment in which cultural signs create meaning and stimulate exchange.

Keywords: Place; Identity; Supermodernity; City.

* University of Miami | School of Architecture. efirley@miami.edu.

** Centre André Chastle | Paris IV La Sorbonne. julie.gimbal@gmail.com.

INTRODUCTION

The link between spatial form and social behavior has been a constant question in the history of human sciences. It remains a vital one regarding issues of heritage, filiation and identity in today's "supermodernity", as defined by anthropologist Marc Augé, that is characterised by the acceleration of time and the erasure of spatial boundaries. As part of the consumer society phenomenon, standardized spaces are created as common references throughout the world, denying the *hidden dimension* described by Edward T. Hall. In reaction to this paradigm of a functionalist present emerges the quest for a "Place" (Lieu) that mediates between individuals and encourages collective life and memory, beyond fulfilling functional obligations.

In the history of architecture, the public square has often been seen as a manifestation of a localised culture. It is, according to the urbanist and academic Kevin Lynch, a node that acts as a memorable space in which the user's attention is particularly focused¹. The node is a crossing as much as a concentration of urban life. For Hannah Arendt, this *agora* is the «central space of freedom of the polis»². Yet in 1974 Richard Sennett was one of the first to denounce the death of public space as a consequence of functionalist urbanism and the evolution of western society³. And in a similar vein, Rem Koolhaas observed twenty years later how contemporary cities had become generic, having sacrificed their identity in favour of similarity⁴.

As a matter of fact, public space has been in the focus of academic research for the last three decades. But the impact of supermodernity on the design and use of public squares is to be studied, as it raises the question of "proxemic spaces", a concept theorized by Hall. Our aim is thus to compare two public squares that are emblematic of their era: Piazza d'Italia in New Orleans and Superkilen in Copenhagen. Both use an elaborate architectural language with cultural and historic references in order to engage and stimulate with and between target groups with an immigration background. They do so through the grafting of exogenous elements with partly similar visual effect (neon lights, strong colors).

The aim of this study is not to revive the controversial battle about architectural postmodernism. On the basis of two public squares that have been conceived as "Places", the comparison scrutinizes the concept of cultural quotation and endeavors to identify the moment in which vernacular signs create sense and stimulate exchange.

¹ LYNCH, 1960: 48.

² ARENDT, 1995: 76.

³ SENNETT, 1974: 12.

⁴ KOOLHAAS, 1995: 1248-1264.

It does so on the base of Marc Augé's notions and Marcel Mauss's definition of the *gift*. Edward T. Hall's concept of "proxemics" defining the human use of space serves as a constant reference for the understanding of culture as a spatial parameter.

1. ARCHITECTURAL ANALYSIS

1.1. Piazza d'Italia

The construction of Piazza d'Italia in 1978 is the result of two initiatives: the desire to commemorate the local Italian community – who co-financed the square – and the city's attempt to counteract the increasing decay of the Downtown area. The Mayor of New Orleans therefore organized an urban design competition for the development of a marginalised block that had recently fallen into public ownership. The winner was asked to collaborate with his competitor Charles Moore, who eventually took the lead of the design. Working with the Urban Innovation Group, Moore designed six major elements in what is reminiscent of a Serlian scene: a black-and-white circular flooring pattern, a cascading fountain in the shape of Italy with Sicily at the centre, five connected colonnades with partly invented orders which respect Vignola proportions, a central arch as the layout's focus, and two entrance pavilions. Flashy colours, neon lights and modern materials are Moore's signature. Even though meetings with the Italian community were held, the project's interpretation of cultural context remains on a somehow pictorial level, a fact that is exemplified by the allegedly spontaneous decision to use an Italian map in order to «represent» Italian culture (« What could be more Italian? »).

The scheme's centre piece around the fountain was meant to be hidden from the surrounding streets, to be discovered only in a north-south movement through the block with a scenographic play of controlled vistas. So, Moore took a stance opposing to the context's layout: the surprising, monumental and expressive architecture of the square contrasts with the grid streets and the anonymous buildings which tire pedestrians and diminish their sense of space⁵. In reality however, the urban renewal stopped so that the Piazza d'Italia has never received the building frame that it spatially requires. What was meant to become the magic centre of a closed building mass remained an ill-positioned object on its own, flattened by the adjacent tower and ignored by the surrounding parking lots.

⁵ HALL, 1996: 115 and 146.

1.2. Superkilen

Superkilen is the result of a limited competition organized in 2008 by the City of Copenhagen and Realdania, a Danish foundation. Situated in Nørrebro, a residential neighbourhood marred by several riots, the competition's program aims to provide the district with more functions through a project of «international standing» that addresses the specific demands of one of Denmark's biggest immigrant populations. It must, at the same time, become an attraction for the whole city. The competition was won by a team comprising BIG, Superflex and Topotek 1. Opened in 2012 on former railway wasteland, the outcome is a linear hybrid space that intersects several blocks and connects two major streets. Divided in three sections – the red square, the black market and the green park – the design integrates on its whole length a winding bike lane and fills the space with urban furniture, signs and exotic trees from the populations' countries of origin. Participative meetings were organized in order to identify the most appropriate objects, often on the base of photographs. These were afterwards purchased, imported, or copied, with the complication of adjusting them to Danish safety standards. Given the project's large scale, the items are just scattered on the pavement design, which is animated with topographic variations and grouping of trees. People have thus the possibility to walk, rest or play games and do sports in this fluid composition that mainly expresses movement and transience, almost as a supermodern space.

2. THE CULTURAL AND SYMBOLIC DIMENSIONS OF THE PUBLIC SQUARE

2.1. Public squares as proxemic places

In 1962, Charles Moore wrote: «Our magazines are filled with handsome photographs of buildings. But our environment grows messier, more out-of-touch with the natural world and unfriendly to human life»⁶. According to Marc Augé, the corollary of globalization is the claim for individual: there is a «clamour of particularisms» according to which each person in Western societies sees himself as a world. This point of view has parallels in Richard Sennett's thought about the city experience, which, I quote, «puts at stake questions of identity»⁷. Finally, Edward Hall tells us that «People cannot act or interact at all in any meaningful

⁶ KEIM, 2001: 88.

⁷ SENNETT, 1994: 82.

way except through the medium of culture»⁸. Hence the question of how to address, architecturally, the need for identity and “proxemic data”, which is exacerbated by “supermodernity”?

Despite two different approaches, Copenhagen and New Orleans public squares blend with a particular urban context while deducting from it their architectural features. Both squares build a new context on the basis of a hybrid language mixing items of both globalized and localised cultures, of history of architecture as of urban current trend. There is no question of great taste, aesthetic diktat, or even of preconception about the useful, sentimental or bizarre qualities of the elements used. Without any intention to educate people, it's a way of planning that piles up and interlocks various symbols. And these symbols call out to people's perception and are tuned in with their individual spatial culture, according to Edward Hall's theory. Cultural quotations in these public places cut off from car traffic – which, according to Hall, annihilates social contact – are a way to enrich the individual's psychic life and to strengthen their sense of belonging to a social group. This is what Edward Hall names the therapeutic use of space⁹, a principle according to which the Italian map and colonnade, the Japanese octopus or the Iraqi swing can be equated with “frames of references” in this world “overwhelmed with data”¹⁰.

In Copenhagen especially, the square's layout could go with a lack of composition but it seems to implement the principle of distances described by Hall, that each person, according to his or her culture, defines the relationship of the “Other” to him or herself (privacy, meeting, be visible or not...). Openness is the keyword that tends to desacralise this public square conceived as a sequence of places to discover over time. Besides, BIG's process to survey local residents, exemplifies two essential principles from *The hidden dimension*: to see man as an interlocutor with his environment and to base the rebuilding of cities upon the understanding of man's proxemic needs. Nonetheless, there is never any guarantee of unanimity since the colours – red, black and green – were condemned by some people as celebrating the Palestinian flag. On the other hand, if we can be sure that a Spaniard can identify the typical black cow, nobody is saying that he can recognize the Italian lantern: a certain percentage of illegibility and ambiguity remains, what Charles Moore deliberately sought in his work. Here is the union with postmodern architecture: to define another language without imposing a unique truth.

The intention of objectifying cultural dimension can fail to create a proxemic place. If Superkilen seems to be quite a success, Piazza d'Italia has been rapidly

⁸ HALL, 1996: 188.

⁹ HALL, 1996: 188.

¹⁰ HALL, 1996: 188: 7.

seen as a failure. Is it because the Italian community was quite excluded from the process so that the square is the result of an architect imagination? According to Charles Moore, cultural meaning belongs to architectural form: so, building a meaningful place equates with representing Italy in the heart of a baroque layout. Moore, who is cultivated and enthusiastic about Disneyland and fountains, likes complex layouts mixing order with surprises and ambiguity: spectators reflect on what they see and are thus involved in the architectural project. In his book *Intentions in architecture*, historian Christian Norberg-Schulz claims that in architecture, «a meaningful message presupposes the use of symbol-systems which are connected with systems of expectations. [...] The message has to contain a certain moment of surprise, without breaking completely with the expectation»¹¹. Unlike Superkilen, the Piazza in an enclosed space with a very precise scenography, situating the body with great precision in its spatial context. Moore imagined people walking in it, discovering the details little by little, in a way completely opposed to what would be expected in a Euclidean urban schema.

But if we consider the persistent identity issues resulting from the difficult reunification of Italy, is it possible that the Italian community – mostly Sicilian – was indifferent to the allusions to Hadrian's Villa, the Trevi fountain or an “arc de triomphe”? How consistent is a project that, on one side, wishes to highlight community identity and on the other side, add a Latin inscription saying the Piazza is a gift for all people, without talking about Moore's fanciful transcript of Italy? In the end, the problematic of the situation, yet promising, is the spatially undefined relationship to the Italian community: the surroundings of Piazza d'Italia counted at the time very few residents, Italian or not. Some comments describe the community as being happy but repelled by the neon lights which evoke cheap spots. But there is an alternative reason to the square's desertification: five years after being unveiled, Charles Moore observed its disrepair. A space needs to be kept up in order to maintain its popularity otherwise what was intended to be a magical and memorable place becomes something empty and even dangerous. Despite a restoration in 2004, the square remains something curious but not a place of sociality. A few months ago, the City announced the completion of the plot, according to the first plan: will the Piazza be finally a Place? In any case, this underlines the absurdity of the project's setup – a square followed by enclosing buildings –, and the importance of architecture as a frame and condition for place-making.

¹¹ NORBERG-SCHULZ, 1968: preface and 60.

2.2. The public square, a symbolic gift?

The intent to bring through the public square the sense of common adherence to one and only social totality evokes Marcel Mauss' concept of *gift*. *Gift* is a hybrid¹² gesture combining liberty, generosity and obligation, which has the power to set off, quoting Mauss, «that fleeting moment the society 'happens'»¹³, outside the market economy. Transposed within the scope of contemporary urbanism, *Gift* may be a public space gathering together what is separated and revealing, I quote, «a shared meaning for people accepting that symbol»¹⁴. Superkilen and Piazza d'Italia aspire to such a goal: the free enjoyment of something beneficial with, in the end, the revitalization of a city district. These places expose work on cultural individuality, citizenship but also on temporality: they crystallise past, present and future at a given location in order to "make society". This political decision is confirmed by the manufacture of the squares, since cultural elements are not just deterritorialized but locally translated: TOPOTEK 1 stresses that most of Superkilen's components were produced in Denmark, just as the Piazza's elements are *in situ* creations. BIG does not put the Moroccan fountain in the middle of a garden or a courtyard but in a free space. In this sense, Edward Hall claims that, I quote, «whenever there is cross-cultural borrowing, the borrowed items have to be adapted. Otherwise, the new and the old do not match, and in some cases, the two patterns are completely contradictory»¹⁵. So in light of both Mauss and Hall theories, Piazza d'Italia and Superkilen could be interpreted as symbolic productions and resources.

In Copenhagen, there was a great need to establish peaceful relations and to consolidate the existence of a common space, beyond symbolizing solidarity between the city and its inhabitants. Thus, Superkilen illustrates a break with segregationist urbanism focused on the fear of others that condemned philosopher Michel Foucault with his concept of *biopolitics*¹⁶. The hundreds of cultural objects, as an update of secular sculptures in public squares, and regardless of their artistic value, meaning and design, their utility or uselessness, involve some values of the *gift*: "put together" through aesthetic or playful connections. This could be compared to what Mauss calls the symbolic exchange¹⁷. Thus, Superkilen's creators (City, Realdania and designers) accept the quest for individual identity as long as it doesn't conflict with the common society. Seen from this perspective, the Danish case is quite a

¹² MAUSS, 1997: 267.

¹³ MAUSS, 1997: 275-276.

¹⁴ MAUSS, 1969: 151.

¹⁵ HALL, 1996: 107.

¹⁶ FOUCAULT, 2004.

¹⁷ MAUSS, 1997: 270.

typical example of public works project, dealing with integration issues through an experimental approach to place-making.

Nevertheless, if Superkilen faces some criticism (political correctness), Piazza d'Italia was and still is fiercely condemned for failing to convey adequate political ideas¹⁸. Proud, Charles Moore was satisfied that so many people have reacted to one of his favorite places. Here, we can understand Moore's specific perception of public space: the rise of a privatized urban culture and the leisure consumption that Disneyland embodies make public space, as it was converted so far, obsolete. This perspective would explain the spectacular Piazza in the heart of a commercial district: beyond the Italian references, it represents the values of society. In that way, the neon lighting alludes to the commercial "bad taste". Does this mean that the Piazza is a partly subverted *gift* or that it is just a donation without a donee? It is obvious that the place's program is exposed to the risk to a subjective interpretation that any architect makes of the symbolic dimension. But be that as it may, the political actors must be invested and reliable in order for the *gift* to "work".

3. PUBLIC SPACE AS A *READY-MADE*: DUCHAMP IN THE CITY?

With his urinal set in a museum, Marcel Duchamp asked us to change our established habits and to consider our life experiences as aesthetic marks. When we look at this Donut sign put up in the middle of a public square, it is legitimate to ask if this collage of heterogeneous objects is not to be connected to a *ready-made*. Can't we see in BIG's process a form of an aesthetic populism inherited from *pop culture*? Sometimes perceived as a culture of sham, *pop culture* is indeed characterised by a limitless extension of what is cultural. By comparison, although it is wrongly reduced to something ironical and flashy, Piazza d'Italia represents a real reflection on the emblematic forms of Italian heritage, associated with contemporary popular ingredients: the way architectural citations are used in the form of colonnades, arches and bell towers, expresses the belief that their sole existence signifies a common cultural reference and causes a reaction based on a shared sense of memory and beauty, comparable to a Greek ruin in an English park. But from the public's point of view, the gap between the history of architecture and the postmodern "ugly and ordinary architecture" – as Robert Venturi said¹⁹ – seems unacceptable.

¹⁸ Charles Moore: "I was surprised, therefore, when an article about the Piazza d'Italia, published in *Progressive Architecture* with a very supportive critique by Martin Filler, brought an avalanche of mail (architects' avalanches of mail are of a size that would depress a rock star), much of it criticizing the Piazza d'Italia for failing to produce adequate political insights." KEIM, 2001: 308.

¹⁹ VENTURI *et al.*, 1987: 137-143.

Superkilen, for its part, reveals a formalistic process without any cultural elitism, a worldwide reproducible method because Nørrebro's social reality appears to be as singular as universal. In line with this, and as a paradoxical result, Superkilen would answer to our societies' injunction of communication, which inserts images everywhere. Yet, the excess of images and spatial references can transform the city into a palimpsest that is unreadable and disembodied. As Marc Augé explains, «supermodernity makes the old (history) into a specific spectacle, as it does with exoticism»²⁰. Both history and exoticism «play the same role in it as the 'quotations' in a written text»²¹. Besides, in the light of our consumerist time, the issue of urban art conceived as a *ready-made* is that of lassitude. In that way, Superkilen's objects could be read as an exhibition of isolated items that could at any time be substituted for more successful curiosities. What would count is not the meaning but the success of the objects as articles of daily use. This is underlined by the designer's selective process. As a consequence, does this collage mean the impossibility to reconcile so many identities and activities into one coherent *Gesamtkunstwerk*, a principle the Piazza illustrates? In the end, the long-term quality of Superkilen's space in terms of architectural composition relies essentially on the floor's design.

CONCLUSION

Identifying what is a place and a non-place is not a straightforward process. Augé himself has retrospectively declared that such a differentiation depends on each user's relation to a specific space: somebody visiting the same spot frequently – meeting the same potential interlocutors – might finally acquire the relational, historical and identity-concerned relationship to it that Augé defined as a prerequisite for a "place". Eventually, some preliminary conclusions can be drawn from this study: the required sensations of surprise and familiarity might not be enough to generate meaningful places and the concept of "non-place" might have to be understood as a metaphor for globalization's impact on the built environment rather than a category of analysis. A fundamental distinction between Superkilen and Piazza d'Italia consists in the relationship between client, donor and addressee, despite their shared destinies as drivers for urban change. Beyond the location and the municipal maintenance, which are decisive factors in the "Place" process, both the activities and the community are substantive: they refer to the definition, content and frame of culture, in the sense given by Hall. In New Orleans and

²⁰ AUGÉ, 1995: 110.

²¹ AUGÉ, 1995: 110.

Copenhagen, the playful activities are conceived to act as complement or even substitute for symbolic meaning in a society with unclear points of reference. But if, with its signs, the Danish square is only verging on the supermodernity's pitfall, it surely highlights the reality of contemporary cities seeking to market themselves and gain competitive advantage over other cities through a spectacle-architecture that uses cultural and historical codes as a major ingredient of "exceptionality". In the short or medium term, we can thus imagine a *mise en abîme* of cultural signs in the public square that might mean the planned obsolescence of the "hidden dimension". Still, we have to acknowledge that Hall's theory is depending of his own context in the 1960's, which is characterized by ethnic and spatial segregation. There is nothing here in common with Norrebro and its mix of immigrant groups coexisting in the same district. In this contemporary situation, the aim of serving differing needs in terms of spatial culture turns hence into an ever more demanding task. As Superkilen and Piazza d'Italia show, physical movement and play might be a part of the answer.

As a final note, it shall be emphasized that the authors focused solely on the analysis of the program, the implemented design and the few published critiques. Building on the decisions taken by the designers, they did not survey the user experience. It thus would be a potentially revealing exercise to verify some of the here presented hypotheses on site. This finally raises the question to what extent "meaning" could differ from success.

BIBLIOGRAPHY

- ALLEN, Gerald (1980) – *Charles Moore*. London: Granada.
- ARENDET, Hannah (1995) – *Qu'est-ce que la politique*. Paris: éditions du Seuil.
- AUGÉ, Marc (1992) – *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: éditions du Seuil.
- (1994) – *Pour une anthropologie des mondes contemporains*. Paris: Flammarion.
- BRIDGER, Jessica (2012) – *Culture Riot: Copenhagen's Superkilen*. "Topos", n°78. Munich, p. 41-47.
- FILLER, Martin (1978) – *The magic fountain*. "Progressive Architecture", vol. 59, November. New York, p. 81-87.
- FOUCAULT, Michel (2004) – *Naissance de la biopolitique*, Paris: Éditions du Seuil.
- HALL, Edward T. (1996) – *The hidden dimension*. New York: Garden City.
- JOHNSON, Eugene, J. (1986) – *Charles Moore: buildings and Projects 1949-1986*. New York: Rizzoli.
- KEIM, Kevin, org. (2001) – *You have to pay for public life. Selected Essays of Charles W. Moore*. Cambridge: M.I.T. Press.
- KOOLHAAS, Rem (1995) – *S, M, L, XL*. New York: Monacelli Press.

- LITTLEJOHN, David (1983) – *Place debate: Piazza d'Italia*. "Places", vol. 1, n°2. San Francisco, p. 7-31.
- LYNCH, Kevin (1960) – *Image of the City*. Cambridge: MIT Press.
- MAUSS, Marcel (1969) – *Œuvres 3*. Paris: éditions de Minuit.
- (1997) – *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. In MAUSS, Marcel – *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- NORBERG-SCHULZ, Christian (1968) – *Intentions in architecture*. Cambridge: M.I.T. Press.
- SCHAEFFER, Robert (2012) – *Der Park der Wunder – Superkilen*. "Garten + Landschaft", vol. 122, n°10. Munich, p. 15-19.
- SENNETT, Richard (1974) – *Fall of public man*. New York: Vintage Books.
- (1994) – *La ville à vue d'œil: Entretien avec Richard Sennett*. « Esprit », n°202. Paris, p. 78-88.
- STEINER, Barbara (2013) – *Superkilen. A project by BIG, TOPOTEK 1, SUPERFLEX*. Stockholm: Arvinus + Orfeus Publishing.
- VENTURI, Robert (1987) – *Théorie du Laid et de l'Ordinaire et Théories connexes et contraires*. In Venturi Robert; Scott Brown Denise; Izenour, Steven – *L'enseignement de Las Vegas*. Bruxelles: Editions Mardaga.

TRACING THE RURAL IN EXHIBITION SPACES OF İZMİR, TURKEY: TIRE, ÖDEMiŞ AND BERGAMA MUSEUMS

TONGUÇ AKIŞ*

Resumo: Na região de İzmir, com o seu rico hinterland rural e património de produção espaço-cultural, os primeiros povoamentos remontam à época Pré-Histórica. Enquanto palimpsesto de culturas em mudança e plataforma de transformações espaciais ao longo do tempo, İzmir alberga, para além do Museu de Etnografia (1978-1987), no centro da cidade, três museus locais em três distritos administrativos distintos. Estes foram estabelecidos após o impacto do paradigma moderno de construção nacional na Jovem Turquia, que incluem as representações da materialidade rural e vernacular. Estes três museus, Bergama (1963), Odemiş (1987) e Tire (1935-1971), exibem expressões rurais e artefactos de culturas locais, com filtros seletivos. A localização física de cada um dos museus é igualmente única no seu contexto espacial, especialmente as secções etnográficas, apresentando semelhanças e particularidades no que se refere ao enquadramento da vida rural, aos seus artefactos espaciais, formações de linguagem e técnicas de representação: grupos de manequins simulando as pessoas no contexto rural, cenas representativas e maquetes ilustrativas da produção agrícola, interiores de casas vernaculares com decorações características, pistolas únicas, joalharia, tecidos e tapetes dos séculos XIX e XX, em vitrines com quadros e placas informativas. Este artigo irá incidir sobre as representações materiais da cultura rural e vernacular em İzmir, Turquia. Através das modernas salas dos museus, iremos interpretar a produção social destes espaços museológicos e as particularidades do ambiente rural. Partiremos de uma base de investigação académica, particularmente o inventário de povoamentos e casas na região rural de İzmir, realizado entre 2010-2012. O enquadramento teórico para a análise das relações dos museus assenta fundamentalmente na perspetiva espacial dos dois trabalhos de referência de Henri Lefebvre.

Palavras-chave: Povoamentos rurais de İzmir; Museus de İzmir; Espaços expositivos; Produção do Espaço.

Abstract: In İzmir Region with its rich rural hinterland and heritage of spatio-cultural production, the earliest human settlements date back to prehistoric ages. As palimpsest of altering cultures and platform of spatial transformations in time, İzmir houses three state-based local museums in three different administrative districts, established after the impact of modern nation-building paradigm in Young Turkey including the representations of rural and vernacular materiality, other than the İzmir Ethnography Museum (1978-1987) in the city centre. These three museum locations, of

* İzmir Institute of Technology. tongucakis@iyte.edu.tr.

Bergama (1936), Ödemiş (1987) and Tire (1935-1971), are exhibiting the rural expressions and artefacts of local cultures with selective filters. The physical locations of the museums are also unique in their spatial context. Especially the ethnography section of each museum has similarities and peculiarities in terms of framing rural life and its spatial artefacts and of discourse formations and representation techniques: the rural settings of people with group of manikins, the representational scenes and models from agricultural production, the interiors of vernacular houses with local decorations, special pistols, jewellerys, cloths and carpets from 19th and 20th centuries in the glass boxes with information boards and plates.

This descriptive and critical paper will be on those material representations of rural and vernacular culture in İzmir, Turkey. Through the contemporary museum rooms of these different prefectures, I will be reading and contemplating on the social production of these museum spaces and the particularities of rural built environment basing on the academic research, the inventory of the settlements and houses in İzmir Rural, held in 2010-2012. The theoretical frame to consider recent relationships of the museums is resting mostly on the spatial perspective of Henri Lefebvre's two seminal works.

Keywords: İzmir Rural Settlements; Museums of İzmir; Exhibition Spaces; Production of Space.

INTRODUCTION

This paper is part of a larger research project of my individual academic interest and curiosity. Although the idea of “representing the rural” derived from individual consideration, it is also part of the theme of “Rural Built Environment” course in our school this year. Besides, the text and argumentations are built up on the two-year comprehensive research held in the villages of İzmir. Henceforth, it is also becoming an academic endeavour for our students to contemplate on rural space among the faculty of architecture in İzmir.

In İzmir Region with its rich rural hinterland and heritage of spatio-cultural production, the earliest human settlements date back to prehistoric ages. As palimpsest of altering cultures and platform of spatial transformations in time, İzmir houses several local museums in three different administrative districts, established after the impact of modern nation-building paradigm in Young Turkey including the representations of rural and vernacular materiality, other than the İzmir Ethnography Museum in the city centre. Three locations with its unique museum buildings of Bergama (1936), Ödemiş (1987) and Tire (1935-1971) are exhibiting the rural expressions and artefacts of local cultures with selective filters. The physical locations of the museums are also unique in their spatial context. Especially the ethnography section of each museum has similarities and peculiarities in terms of framing rural life and its spatial artefacts and of discourse formations and representation techniques: the rural settings of people with group of manikins, the representational scenes and models from agricultural production, the interiors of vernacular houses with local decorations, special pistols, jewellerys, cloths and carpets from 19th and 20th centuries in the glass boxes with information boards and plates.

THE PRODUCTION OF MUSEUMS SPACES

The museums, specially the ethnography museums as the representation of the rural is the focus of this particular paper. The production of these museums in term of their unique space can be understand by the theoretical approach of “the production of space”, introduced by Henri Lefebvre. Although, the production of rural space is examined by Lefebvre seems as the periphery issue or task, his argumentation on the production of space has a comprehensive while understanding the link between rural settlement and the inhabitants. Lefebvre simply claim that «(social) space is a (social) product»¹. This formulation adds more to the physical evaluation of the space and covers a broader perspective of spatial production and houses the actors and the physicality of the space. Tracing the appropriation and domination in space, he shifts the theoretical route of spatial production and formations.

Tire and Bergama Museums became places of educating the public in 1930s and situated in the rural built environment rather than an urban context with the extensions of both archaeology and ethnography in the new republic. Before going further to the detailed examination of the settlements and their representation in three periphery museums, it is important to define the rural settlements and its link to the urban geography which may be seen as a separated spatial formation than urban itself. It is argued that the urban and rural areas are seemed to be two polar frameworks while considering the built environment in different scales².

In Urban Revolution³, Lefebvre estimates the merging of agrarian and industrial properties of space production and underlines the dialectical relationship of these two by framing the novel properties of urban. Introducing a spatial and historical model for transformation of the contemporary built environment, he defines a theoretical path and series of scale starting with the agrarian, reach to the industrial and end up with the urban phenomenon. Besides, he discusses three levels in each such as global, urban and private. First stage is the level of power relations uncovering the political, religious and institutional aspects of the spatial production. Second is the urban level situating between global and private with the physical particularities of built and un-built environments. Third level is the lived-space that decodes the dialectical relationship of the inhabitants and their physical habitat.

In the book *The Production of Space*⁴, he underlines the importance of trialectical and global approach to uncover the spatial relationship between human and rural

¹ LEFEVBRE, 1991: 26.

² ELDEN, 2002: 209.

³ LEFEVBRE, 2003.

⁴ LEFEVBRE, 1991.

settlements. Considering both the rural and urban built environments, the production of space develops a theoretical framework leaning on the three major moments of space; physical (conceived), mental (perceived), and social (lived)⁵.

The Lefebvrian trilogy in rural lands are translated into another framework developed by Keith Halfacree. Understanding the production of rural space as a whole, but focusing on the following aspects such as *Rural Localities*, *Formal representations of the rural* and *Everyday lives of the rural*, she underlines the comprehensive moments of space to relate human settlements⁶. First covers the spatial practices that include the production and consumption activities in rural settlements, while the second aspect focuses on how the rural environment itself is commoditized by the exchange value. Third inherits the inhabitant's individual and social life inevitably incoherent and fractured as the cognitive interpretation and negotiation increases.

Addition to that, the diversity of the locality is the challenge in reflecting the conceptualisation of historical settlement and inhabitants' role of the place. Margaret C. Rodman in her article "Empowering Place: Multilocality and Multivocality" underlines the transactions between locality and the voice of inhabitants while criticising the anthropological studies lacking the voice of the inhabitants⁷. The approach to the settlements by considering the historical and cultural influence of space and geography is underlined and the conditions and relationship of the inhabitants and its spatial background are supported and enhanced theoretically by referring to the varying effects of the platform that the inhabitants dwell on.

THE MUSEUMS OF İZMİR

İzmir, as the third biggest city of Turkey, has a population of approximately 3 billion located in the shore of Aegean Sea of East Mediterranean. İzmir is one of the oldest cities in Mediterranean Basin with a rich historical background and it is named as *Smyrna* in the past. According to the recent excavations held in Bayraklı Region of İzmir, there are relevant physical clues of prehistoric ages. Chronologically, the traces of Trojans, Aeolians, Lydians, Persians, Romans and Byzantines, Seljuks, the Sons of Aydın Bey during Principalities Period, and Ottomans are seen in this particular city which is situated in the east coast of Asia Minor. Since the foundation of Republic of Turkey (1923), İzmir continues to become a hub for trading and the cultural activities of tourism.

⁵ LEFEVBRE, 2002: 809.

⁶ HALFACREE, 2006: 44-45.

⁷ RODMAN, 2006: 1005.

The historical houses as a huge building stock that survived in İzmir rapidly lose their original features due to major alterations and interventions that utilize inadequate materials and techniques while their original built topologies are also changed through new development plans. On the contrary, a remarkable portion of rural houses built by local master builders are still intact and reflect the achievement of well-organized guilds of masons, carpenters, ironsmiths, brickmakers, and plasterers who were trained by a mentorship-tradition in centuries⁸. The physicality of spatial productions also turns into the living witnesses of the ethnographic information for the rural environments today.

Additionally, the museum buildings and its historical existence, as a space of representing the rural life and tradition, itself becomes a tools and battlefield for domination and education in time on the urban or rural environment. The administrative and ideological shift can be traced through the museums formation in Turkey. The educational and ideological role attributed by the modernist perspective of state developed through the production of the state based museums. The early republic clarified and crystallised this particular approach by opening various museums in the early years of Republic. Archaeology Museum of Ankara (1921), Antalya (1922), Sivas (1923), Efes (1924), Adana (1924), Edirne (1925), Tokat (1926), Amasya (1926), Konya Mevlana (1927), Ethnography Museums of Ankara (1928), Bursa (1929), Afyon (1933), Bergama (1933), Sinop (1932), Diyarbakır (1934), Tire (1935) and Çanakkale (1936).

This ideological and spatial approach can be traced in the paper of Zeynep Kezer that the first ethnography museum in Ankara. This unique example of museum in Ankara built in the early period of the Republic of Turkey is examined through an ideological discourse analysis. Kezer argues the nation-building approaches of the young republic while arguing the production of this novel understanding of exhibition and spatial organisation (KEZER, 2000: 101). While focusing on the religious and rural artefacts, she uncovers the attributed ideological and educational role of ethnography museums.

BERGAMA MUSEUM OF ARCHAEOLOGY AND ETHNOGRAPHY

One of the examples of this kind of ethnography museums in Turkey can be seen in Bergama of İzmir. Bergama Museum houses the artefacts from the ancient city Pergamon with its sites like Asklepion and Acropolis having a rich palimpsest

⁸ TUNÇOKU *et al.*, 2015

of different cultures and historical background. Starting from the establishment of Republic, the chronological development of the museum has started in 1924 till now.

The project of the new museum building was inspired from the missing Zeus Altar. It is designed by two foreign architects referring to the spatial organisation of Altar. If we refer to the museum's information in *Bulletin* again:

It consists of a square-shaped interior salon and surrounding tiny long corridors, two exhibition halls, and a garden. From the entrance along the corridor on the left, one can see the marble architectural pieces which belong to Hellenistic, Roman and Byzantium Periods (Ion and Corinth column capitals, hill acroteries, embossed designs, table legs, friz blocks, and so on), male and female statues, a model of Zeus Altar, and pictures of the original structure in Berlin Museum, and a model of Demeter Sacred Area. At the end of this corridor on the left is the salon in which archaeological pieces can be seen⁹



Fig. 1. The woman mannequin preparing food for the family.

Source: Author's Own Archive

This museum as the replica of Zeus Altar was not used as an ethnography museum at the beginning. Until 1979, the ethnographic artefacts were exhibited in Public Centre separately. After the construction of the additional building in 1979 to the Replica, the archaeological and ethnological artefacts of Bergama have exhibited under the same roof. The building itself with its additional building loses its Altar like character now but still houses the rural artefacts from the environment in the side hall. Although, the ethnographic pieces in the show cases and show rooms are colourfully exhibited with gestures of mannequins, the informative title of each artefact still misses the location of the artefact. This attitude is quite common in all the museums of İzmir that we had studied. Even the village names or the specific site information are not enough to understand clearly the artefacts topography and geography. These missing information are still ideologically helping to develop a distance between the visitors and the artefacts.

⁹ Bergama Museum Bulletin 15, 2006.

TIRE MUSEUM OF ETHNOGRAPHY AND TIRE CITY MUSEUM

Tire has two different museums in terms of reflecting the everyday practices of rural built environment. Rather than exhibiting local artefacts in Tire, Tire City museum chose to show the particular crafts workshops. After renovating the previous municipality building, that was built by Can Egeli in 1955, Tire City Museum is opened to the public at 15.10.2014. To underline and depict the historical craftsmanship, this museum chose to show the parts of the workshop spaces. Within these workshops, referring to the daily or weekly schedule, the visitors can witness the production of different kind of traditional aspects of historical market by the living professionals. In some showcases and exhibitions room, near the living professional, the dressed-up manikins helps to reflect the built environment of Tire everyday life. The missing craftsmanship of Tire traditions can be recognised by the atmosphere created by the Tire City Museum. The museum promise to show the cultural and traditional heritage of Tire. Entirely donated craftsmanship atelier with the equipment and documents develops the character of the museum and reflects the trade culture of Tire. The sponsors have their impact in this particular exhibition space.



Fig. 2. The woman mannequin preparing food for the family.

Source: Tire City Museum Website

On the other hand, the state-based museum of Tire Ethnography Museum houses numerous number of artefacts from rural area. Including historical coins in glass boxes, the traditional carpets, dressing pieces, weapons can be seen in the showcases. Unlike the so-called “lively” atmosphere of Tire City Museum, the artefacts found their places inside these untouchable showcases.

Both state-based and civil-political actors understood the tourism effect of these museums of Ethnography. The privatization of the ethnography museum is seen in Tire example. The state-based museum becomes secondary because of its location having a far more distance than the city centre. Although the visitors of Tire chose to wander around the streets of Tire Centre, the popularity of Tire City Museum nowadays makes it as the leading museum of Tire. The number of the visitor is much higher than Tire Ethnography Museum if we compare it in the state base reports.

Like Bergama Museum, being an archaeology and ethnography museum, Tire Museum has precious works such as the silver coins produced in Tire Mint during

the period of Ottoman Empire. In particular, engraved coins are highly regarded as precious among the coins from the Ottoman period. The coins produced in Tire have an important place among the prestigious collections of the world. The bordered engraving which is recorded with number 259 in the inventory register of the museum, designed with silver gold thread on black fabric and has the mark of “Es Sultan Orhan İbni Osman” is a remarkable work. Rice grains on which “Bismillahirrahmanirrahim” (Basmala) is written are regarded as the historical and interesting works in Tire Museum.

ÖDEMiŞ MUSEUM OF ETHNOGRAPHY AND ARCHAEOLOGY

This museum is renovated in 2010 to the national museums of Turkey. It has two different section like Bergama Museum: Archaeology and Ethnography. Differ than Bergama Museum, the sections are not that strictly divided in this particular museum.



Fig. 3. The weaving woman mannequin.
Source: Author's Own Archive

One space character of the museum houses two different academic discipline in single enclosure without separating thick walls.

The ancient ruins of the city Hypaiapa, excavated to the north of Ödemiş District and located at 113 km east of Izmir, reveal that the history of the local settlement dates back to ancient era. The historical connotation of Ödemiş and its environs originates from a nearby prefecture, Birgi, which served as the capital city in the Aydınoğulları Period (Beyliks Era of Anatolia). Birgi now is a member of Historical Environment Association of Turkey. Günlüce settlement, located 6 kilometers to Ödemiş, houses Hypaiapa antique city as the peripheral sites of Ödemiş. The word Hypaia means sharp cliff in Greek. Hypaia is famous for its good-looking ladies and the legend of Arachne, written by Roman writer Ovidius.

Archaeological and ethnographical items of Ödemiş were on display in the museum which was the Ethnography

Museum until 1983. Ceramics, idols, axes, candelabrum, bronze items, glass items, decorative elements, terracotta statuettes, marble statues and statuettes are on display at the archaeology section while various weapons from the Ottoman period, copper and silver items, glass items, handicrafts and clothes are exhibited in the ethnography section.

Ödemiş has a long-live tradition of weaving and fabric production. The Market held in Saturdays can be the showcase of this early trade tradition. Beside its deep culture of weaving, the richness of Ödemiş comes from the agricultural production. The vernacular dwelling in the villages are significant artefacts with its traditional settlements. Reflecting this particular character of rural space, the town of Birgi as an open air museum, demonstrates this rural built environment with its living character. Besides this rural character, the Çakırağa Konağı (House of Çakırağa) promises the traditional house reflecting the 19th century dwelling environment.

Belonging to a rich landowner, this particular house itself becomes the artefact for the visitors of Ödemiş. Since this particular house of Ottoman Style renovated as the section of Ethnography Museum, it is the self-standing source of rural built environment for the tourist, too.



Fig. 4. The bride mannequin in House.
Source: Author's Own Archive

CONCLUDING REMARKS

These three towns of İzmir have luxurious platform in terms of their rural background. Multi-local places formed the character of each particular town. However, the representation of each rural life in their museum or exhibition spaces are unique and repetitive. The image of woman and man and their role in the everyday life of rural built environment somehow depicted to repeat the traditional character of rural life. The position of woman in the society, the role of man in the everyday



Fig. 5. The eyeglasses of Osman Hamdi Bey.
Source: Tire City Museum Website

life and the rural spaces produced by them are represented to underline and repeat the older forms of social organisation.

Accepting the argumentation of urban phenomenon of Lefebvre, one can say that the culture of urban and rural has been more emerging than the previous years of Republic. There are more strong connections as he mentioned. The difference between each built environment seems to be disappeared in the exhibition spaces both in terms of exhibiting culture. The traces of the urban society of spectacle dominates also in every centimetre square of periphery museums.

On the other hand, the spatial location of each, like the Zeus Altar model of Bergama Museum, the older Zaviye type of space (an Islamic campus) in the periphery of transforming Tire Ethnography Museum and the representation and restoration of the rich landowner in Ödemiş, Birgi somehow define this reproducing character of museums. These museums as the political tool for the power, both ideological and capital terms, develop those kind of spaces in the skirts of İzmir. The voices of the rural is little heard in these walls of exhibitions.

The attitude of capitalism and state ideology in abstracting the space production is seen clearly in these images of exhibition spaces. The total understanding of space production housing lived, conceived and perceived is utilised in the showcases of the museums. Not only freezing and distancing the everyday life but, these particular representation techniques somehow alienate the visitors and their perception. Conceived spaces of museums put forward its role in reducing the life into an abstract illusion. Real spaces disappear but their remains are there, although there is a rich rural life just a few kilometres from the centres of each town. The museums are also serve for the market economy by the touristic motivations neglecting the existing rural life.

In the information board of the exhibited artefacts little names of rural built environment is depicted and displayed. The missing names of villages or location somehow helps to delete the memorial aspects of rural character and materialisation of museums. This attitude dominated the urban phenomenon and disappearing of rural built environment in people's perception.

To conclude, while looking at the eyeglasses of Osman Hamdi Bey in Tire City Museum, who was the pioneer and the starter museology in Ottoman Empire, one can comment that there is a little change in the perspective of exhibiting artefacts in Anatolian Geography especially on the gaze on woman. If we consider the Early Ottoman Museum in İstanbul having the mannequins of Yeniçeri soldiers and their frozen bodies in Asar-ı Attika, the domination of power seems to be continuing in the periphery towns of İzmir not in the favour of rural life.

BIBLIOGRAPHY

- Bergama Museum Bulletin 15 (2006).
- ELDEN, Stuart (2002) – *Politics, Philosophy, Geography: Henri Lefebvre in Recent Anglo-American Scholarship*. «Antipode», vol. 33: p. 809-825.
- HALFACREE, Keith (2006) – *Rural space: constructing a three-fold architecture*. In CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick, eds. – *Handbook of Rural Studies*. London: SAGE Pub. Ltd., p. 44-62.
- İzmir Magazine (2013), vol. 20, p. 64-65.
- KEZER, Zeynep (2000) – *Familiar Things in Strange Places: Ankara's Ethnography Museum and the Legacy of Islam in Republican Turkey, Perspectives in Vernacular Architecture*. UK : Vernacular Architectural Forum, p. 101-116.
- LEFEBVRE, Henri (1991) – *The Production of Space*. New York: Blackwell.
- (2003) *Urban Revolution*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press.
- Report and statistics of Cultural and Tourism Office of İzmir Province for August 2016*, <http://www.izmirturizm.gov.tr/TR,163695/2016-yili-agustos-ayi-muze-istatistikleri-yayinlandi.html> (accessed in August 2016).
- RODMAN, Margaret C. (2006) – *Empowering Place: Multilocality and Multivocality*. In LOW, Setha M. & LAWRENCE-ZUNIGA, Denise, eds. – *The Anthropology of Space and Place: Locating Culture*. UK: Wiley-Blackwell.
- SHAW, Wendy M. K. (2004) – *Osmanlı Müzeciliği: Müzeler, Arkeoloji ve Tarihin Görselleştirilmesi (Possessors and Possessed: Museums, Archaeology, and the Visualisation in the Late Ottoman Empire)*, translated by Esin Soğancılar, İstanbul: İletişim, p. 56.
- TUNÇOKU, Sarp et. al. (2015) – *Assessment of Construction Techniques and Material Usage in İzmir Rural Houses*. «International Journal of Architectural Heritage», UK: Taylor and Francis, p. 1005-1022.

VIAS, PAISAGEM E TERRITÓRIO

ABERTURA

A secção «Vias, Paisagem e Território» pretendeu trazer à discussão, no âmbito do Congresso *Genius Loci*, um dos temas mais glosados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, cujo nome, vida e obra se celebra. A sua tese de licenciatura sobre *Vias Medievais em Portugal*, apresentada em 1968 e publicada apenas parcialmente em 1973, constituiu um dos estudos pioneiros sobre revisão, crítica e apresentação do significado social e artístico dos caminhos e pontes, ainda centrado no vasto tempo da medievalidade.

Ao mesmo tempo que Ferreira de Almeida discutia a necessidade de olhar mais além da Antiguidade Clássica como o único reduto sobre a construção e conhecimento técnico das infraestruturas de comunicação terrestre, surgiam na Europa e nos Estados Unidos da América, novas perspectivas sobre a importância, não só dos canais de circulação no seu alcance arqueológico e economicista, mas também nos domínios do social, do artístico e do antropológico.

Um dos grandes teóricos nesta matéria, John Brinckerhoff Jackson, formulou através da Geografia, da História da Arte e da Arquitetura conceitos e perspectivas convergentes sobre as vias e o seu papel no território que contribuíram inclusive para a reinterpretação da ideia de paisagem e da apropriação desta para suporte artístico. O seu conceito de «hodografia» que evoca não só o caminho, mas o acto de caminhar, colocou a via no centro de uma discussão sobre o sentido de lugar, de que o ensaio de Jackson «As estradas também parte da paisagem» é particularmente representativo. Embora distantes, Ferreira de Almeida e Jackson partilhavam do mesmo anseio pela necessidade de entregar às estradas, caminhos, pontes, às vias enfim, o seu lugar nas ciências do património.

Regressando a Portugal, as abordagens sobre as vias são ainda pouco substanciais ou centram-se nas já aduzidas questões da arqueologia ou história económica. Despertam, contudo, preocupações de ordem fenomenológica que projetam no mundo das vias, da viagem, da paisagem e do território, discussões mais abrangentes sobre noções de lugar, arte, urbano e urbanismo, práticas e arquitetura,

como provam as colaborações seguintes, que ora versam a materialidade dos canais de circulação, ora questionam as práticas neles ocorrentes ou assinalam o seu papel transformador.

Nuno Resende
Hugo Barreira

FOREWORD

This section, titled «Vias, Paisagens e Territórios» («Paths, Landscapes and Territories») and part of the *Genius Loci* International Congress, aims to delve into one of the subjects that was extensively discussed by Carlos Alberto Ferreira de Almeida. The author's thesis, concerning *Vias Medievais em Portugal* (Mediaeval Paths in Portugal), presented in 1968 and partially published in 1973, was one of the first studies concerning reviewing, critical discussion and presentation of the social and artistic significance of roads and bridges, still clearly focused on the vastness of the period that were the Middle Ages.

While Ferreira de Almeida pointed to the necessity of broadening the scope of the research well beyond the limits of Classical Antiquity, a period viewed as the stronghold of knowledge concerning construction and technical information on infrastructures of terrestrial communication, new perspectives on the importance of not only of the channels of circulation in their archaeological and economical reach, but also in the social, artistic and anthropological fields arose in Europe and in the United States of America alike.

John Brinckerhoff Jackson, one of the most important researchers in this field, articulated, through the fields of Geography, of History of Art and of Architecture, concepts and perspectives converging on roads and their role in the territory that, in addition, contributed to the reinterpretation of the idea of landscape and its appropriation and use as artistic support. His concept of «**hodography**» which evokes not only the road, but the act of walking, has placed the road at the centre of a discussion that focuses on the sense of place – a concept particularly touched upon by Jackson in his «**As estradas também parte da paisagem**». Albeit apart, Ferreira de Almeida and Jackson shared the same goal: to bring roads, trails, bridges – in essence, all manner of paths – to their rightful place among other elements within heritage sciences.

Within the Portuguese scientific community, the approaches to roads are either yet of little substance or they tend to focus on the already established issues addressed by archaeology or economic history. However, they raise several questions of a

phenomenological nature that seep into the world of roads, travel, landscape and territory, and give way to more extensive discussions on the notions of place, art, urban and urbanism, practices and architecture – as this section’s array of essays shall illustrate. The aforementioned papers are centred on several main objectives – to expound on to the materiality of the circulation channels, to question the practices in them or highlight the transforming nature of their role.

Nuno Resende
Hugo Barreira

OS CAMINHOS DE PERTO E DE LONGE

LAURA CASTRO*

Resumo: A inscrição de obras e intervenções artísticas contemporâneas em espaços públicos, em circuitos urbanos e em paisagens, problematiza a relação da arte com o lugar. Este artigo aborda, de forma sumária, a prática artística em que aquela relação se configura através do caminho, literal ou metafórico, explícito ou implícito. Esta ideia será também tratada nos modelos museológicos contemporâneos que, dispostos no território, requerem a abertura de caminhos. Finalmente, apresenta-se uma breve nota, esta metafórica, sobre o modo como o caminho pode ser entendido na confluência disciplinar e epistemológica do nosso tempo. Nas três situações é de uma paisagem reconstruída que estamos a falar.

Palavras-chave: Arte Contemporânea; Paisagem; Caminho.

Abstract: Contemporary art works and interventions installed in public spaces, in urban circuits and in landscapes, problematize the relation between art and place. This paper addresses artistic practice dealing with that relation, through the idea of path, either explicit or implicit, either literal or symbolic. The same idea is examined in relation to the engagement of museological models in the landscape where trails are required. Finally, the path will be understood in a metaphorical sense, at the crossroads of disciplinary fields and new epistemological perspectives. In these three contexts, it is of a reconstructed landscape we are talking about.

Keywords: Contemporary art; Landscape; Path.

* Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR), Escola das Artes, Porto. lcastro@porto.ucp.pt.

Começarei por situar este contributo na homenagem a alguém que tive como professor – Carlos Alberto Ferreira de Almeida –, nesta casa que é a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para quem a história da arte vivia num amplo território ocupado pela iconografia, pela estética, pela antropologia, pela arqueologia, pelos estudos de património. No seu discurso oral, durante as aulas, umas vezes de modo mais organizado e outras nem tanto, umas vezes de forma explícita e outras implícita, cabiam os saberes que compõem os painéis deste congresso *Genius Loci Lugares e Significados*, o que o coloca no seio de uma articulação e de uma abrangência disciplinar que são, a todos os títulos, notáveis.

Entrando no assunto que corresponde ao painel em torno de *Vias, Paisagem e Território*, direi que os caminhos constituem uma peça chave da configuração de trânsitos e núcleos culturais da contemporaneidade, bem como escolhas privilegiadas de artistas que intervêm no território.

Esta conferência trata, pois da reclamação do território para a arte e a cultura, recuperando a expressão *land reclamation*, adoptada para designar intervenções que se desenvolvem a partir dos anos 70 do século XX, em que *earthworks* eram mesmo entendidos como uma forma de escultura¹. Esta acção de reclamação do território para a arte e a cultura é um outro modo de dizer criar paisagem, acto que cabe aos artistas, em primeiro lugar, mas também aos visitantes, em segundo lugar e, finalmente, aos investigadores. Retiramos do âmbito deste artigo outros elementos relevantes, os encomendadores, os patrocinadores, os programadores e os curadores que são, também eles, peças chave da ocupação do território pela arte e da concepção e construção de novas paisagens, para nos mantermos na trilogia indicada.

Haveria que regressar a alguns dos arquitectos do conceito de paisagem, sistematicamente citados, tal é a importância do seu pensamento sobre este conceito e os outros que lhe estão associados: natureza, território, ambiente e meio. Desde logo, o italiano Assunto (1915-1994), para quem o território tem um significado quase exclusivamente espacial, de valor extensivo e quantitativo; o meio tem um significado histórico-cultural que envolve as condições de vida favorecidas ou dificultadas pelo território; e a paisagem é a entidade global na qual se exprime o território (matéria bruta) e o meio (conteúdo)². Depois, Alain Roger que também distingue território, do domínio da geografia e da ecologia, espécie de grau-zero da paisagem; ambiente, de conotação científica; paisagem, de origem artística e estética, considerada a *artefactação* do território³. Finalmente, o incontornável

¹ MORRIS, 1980: 87-102.

² ASSUNTO, 2002: 60-63.

³ ROGER, 1978.

Augustin Berque, sublinha a sua dimensão de criação cultural confirmada pelo “inquerito” que realizou às civilizações de paisagem⁴.

Nestes autores, o entendimento da paisagem implica uma entidade que se gera no relacionamento com um sujeito e não um dado absoluto dele desligado. A paisagem é mediação, instância relacional por excelência e qualquer percepção, conhecimento, relação do sujeito com o território são mediados por ela.

Haveria ainda que regressar à paisagem como factor de mudança e de inovação, através de James Corner que opõe a paisagem sentida, nostálgica do irremediavelmente perdido à paisagem como estratégia, projecto, instrumento ambicioso de mudança, meio de intervenção.

Nesta acepção, marcada por menos cenário e mais intervenção, por menos sentimento estético e mais experiência, entender-se-á o papel da arte como criação de património contemporâneo⁵.

Numa visão pluralista a paisagem é, portanto, um produto do ver e do agir; uma forma de representação cultural e de acção; uma imagem ideal e, principalmente, um instrumento eficaz de intervenção.

CAMINHOS DA ARTE

As intervenções artísticas geradoras de paisagem apelam a uma tipificação que evoca valores associados à contemplação da natureza, à identificação com esta entidade, à revelação do seu carácter⁶. Entre as tipologias mais frequentes, encontram-se: abrigos, moradas, refúgios; cabanas e outros lugares protegidos, de meditação e de reflexão; observatórios, janelas, parapeitos, plataformas, torres e outros equipamentos de fruição da paisagem; simulação de processos em obras que integram os ciclos de vida e de morte dos elementos naturais; espaços destinados a experiências sonoras e lumínicas – câmaras, celas, cilindros, silos, cúpulas; e, finalmente, acessos, corredores, escadas, caminhos, trilhos, túneis, pontes, passagens. É desta última tipologia que me ocuparei em seguida, mediante uma selecção não exaustiva, mas meramente representativa da corrente que ocupa o território e lida com a arte rente ao solo, através da definição de caminhos, da marcação de lugares e de vias abertas ao diálogo com a natureza. Trata-se de uma corrente que não cessa de aumentar, surgindo constantemente novas intervenções.

⁴ BERQUE, 1995.

⁵ CORNER, ed., 1999.

⁶ SCHULZ-DORNBURG, 2002.

Com os artistas, a experiência do andar pôde ascender ao estatuto de arte. Francesco Careri sistematiza os modos de andar, as caminhadas, o espírito errático, o sentimento nómada, o andar obsessivo em diferentes civilizações e desvenda o modo como, ao desvincular-se de rituais e significados religiosos, esse andar se converte numa prática estética no século XX, afirmando:

*[...] alguns artistas da land art descobriram de novo, no andar, um acto primário de transformação simbólica do território, uma acção que não implica uma transformação física do território, mas sim uma travessia através do mesmo, uma frequência que não tem necessidade de deixar marcas permanentes [...]*⁷.

Se a desvinculação do religioso pode ter sido substituída por outra dimensão simbólica, tal não implica o abandono do sagrado, como exprimem, de forma claríssima, os percursos de Hamish Fulton (1946) que o próprio recupera das peregrinações de origem medieval a Cantuária, depois transformadas pela dimensão estética. Hamish Fulton protagoniza também a resistência ao sistema artístico da objectificação e da mercantilização, em favor de uma experiência individual e intransmissível. As suas caminhadas ficaram marcadas simbolicamente no projecto de arte no espaço público, *Seven Paces*, que registou sete das suas pegadas resultantes do caminho percorrido, em 2003, entre Bilbao e Roterdão.

Numa obra sem vocação académica, mas de grande rigor, Rebecca Solnit inclui um pequeno capítulo dedicado à prática do andar como arte. Ao inscrevê-la nas acções de resistência a modos de vida marcados pela velocidade e pela mecanização, a autora enquadra os artistas no conjunto de quantos optam conscientemente pela caminhada como modo de estar e ser, depois de esta ter deixado de dominar a experiência quotidiana. A redescoberta do acto de caminhar, do seu valor simbólico e do seu papel cultural resultariam do afastamento da vivência diária à qual se associava o andar como acção necessária para vencer distâncias, desempenhar as mais diversas tarefas ou observar protocolos sociais. Só um tal afastamento da realidade diária, ordinária e rotineira permitiria uma experiência renovada, tal como a propõem incessantemente os artistas, através de passagens intelectuais e emotivas, sensoriais e físicas. Este salto que os artistas cumprem conduzirá, por outro lado, a uma apropriação das suas intervenções por frequentadores dos sítios visados, permitindo o fechar de um círculo que começa nos trilhos definidos para utilizações específicas (com propósito utilitário), continua nos caminhos concebidos pelos artistas (com finalidade simbólica e estética), para terminar na acomodação a esses novos caminhos (com desígnio funcional).

⁷ CARERI, 2004: 144.



Fig. 1.
Matt Mullican –
Untitled, 1993,
Middelheim
Museum, Bélgica.



Fig. 2.
António Olaio –
Metro expandido,
2012, Circuito de
Arte Pública de
Paredes, Portugal.

Este círculo é visível nos trajectos criados por Matt Mullican e António Olaio, em contextos bem diferentes, recorrendo, o primeiro, aos signos comunicacionais que caracterizam o seu trabalho, e o segundo, à leitura simbólica de um objecto funcional, a régua de carpinteiro por estar associada à actividade dominante no local. Ambos recriam a paisagem e atravessamentos utilizados naturalmente por quantos percorrem o lugar.

Alguns projectos contemporâneos exibem de modo soberano a criação de caminhos, eixos culturais palmilhados por uma diversidade de utilizadores que

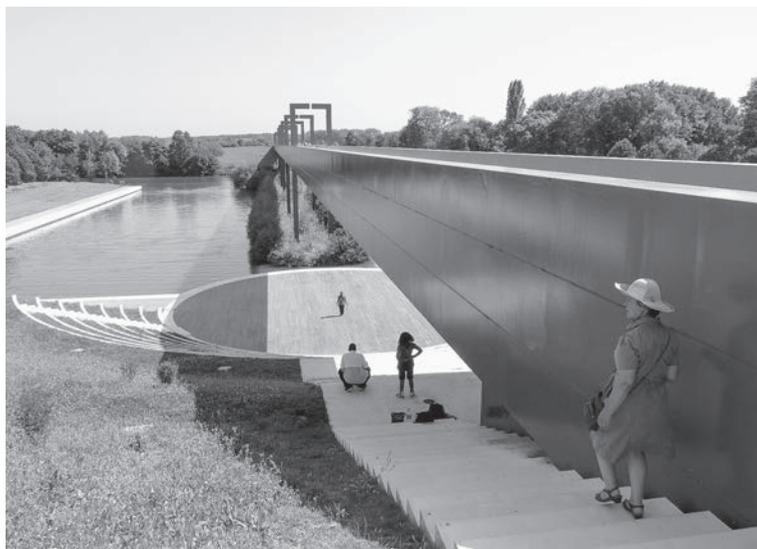


Fig. 3.
Dani Karavan –
Axe Majeur, 1980,
Cergy-Pontoise,
França.

beneficiam de estações simbólicas, artística e materialmente assinaladas, como acontece no extraordinário *Axe Majeur* que Dani Karavan (1930) acompanha ao longo muitos anos, a partir de 1980, num trajecto que desenha espaço e tempo, e cria paisagem.

Aquilo que é mais interessante nesta proposta é que ela irrompe, verdadeiramente, no território e na geografia cultural de uma área. A paisagem resultante está ao serviço de toda a comunidade e dos que acorrem de longe. Serve os de perto, proporcionando-lhes um eixo de leitura da sua matriz cultural, trazendo memórias, convocando figuras, assinalando espaços, facultando um trajecto ágil entre a povoação e o lago, espaços de estar, lugares de apresentação performativa, etc., mas serve também os de longe, esses que um feixe de luz orienta até outra cidade, e os de muito longe que afluem, por razões artísticas, a esta região. A cada um, a sua utilização e o seu significado. Em cada intervenção, a dimensão cultural subjacente, a leitura artística e a interpretação ou apropriação.

Certamente que as propostas que envolvem contacto físico e experiência corpórea, bem como as operações no território, conferem a esta tendência uma evidência e clareza inegáveis, mas outros artistas, no espaço da galeria, têm vindo a reflectir criticamente sobre os caminhos que invadem a paisagem e a denunciar a transformação que ocorre, em simultâneo, no sujeito e objecto. Baltazar Torres (1961), com a sua atenção às alterações radicais que a paisagem tem sofrido sob a pressão da acção humana e dos modos de vida actuais, com a acelerada extracção e esgotamento de recursos, tem abordado, não o caminho bucólico ou o circuito pedestre, mas a estrada asfaltada, ao mesmo tempo que, não sem ironia, refere

os efeitos que tal ruptura implica, sobre os frequentadores do mundo, o artista e todos nós. As obras *Recorriendo el paisaje*, de 2008, e *Big Hug*, de 2010-17, são bons exemplos da presença aguda dessas preocupações e do modo como vias negras rasgam a paisagem e perturbam a fisiologia humana.

A prática da caminhada tornou-se necessária, quer para artistas, quer para observadores. Na demanda das obras, motivada por localizações desafiadoras e improváveis, acontece o que Gilles Tiberghien denomina como *fuga do horizonte*, ou seja, o percurso acidentado dos observadores da arte e da paisagem perante um horizonte em deslocação, que retrocede, avança, baixa e sobe⁸. Tiberghien refere sobre esta condição ambulatória do observador:

[...] o andar [...] designa um limite em movimento que, na realidade, não é mais do que aquilo que habitualmente designamos por fronteira. Esta acompanha as franjas, os espaços intermédios, os contornos indefiníveis que só podemos ver realmente quando caminhamos por eles⁹.

Ao analisar estes caminheiros actuais, visitantes, Lucy Lippard analisa-os de modo mais prosaico, distribuindo-os por duas classes distintas, os de divertimento, esvaziamento, desresponsabilização e ansiedade que cultivam o parasitismo tácito do turista; e os que cultivam os valores de requinte e exclusivismo característicos de viajantes e expedicionários¹⁰.

Por último, também aos estudiosos da paisagem, se exige deambulação permanente e, assim como para os artistas se cunhou a expressão *walking artist* e com Hamish Fulton se dirá *No walk, no work*, para aqueles propomos a expressão *walking researcher*.



Fig. 4. Baltazar Torres – *Big Hug*, resina, latão, tecido e pintura de esmalte, 2010-2017.

⁸ TIBERGHIEIN, In MADERUELO, 2000: 123-150.

⁹ TIBERGHIEIN, In CARERI, 2004: 16.

¹⁰ LIPPARD, 1999.

A caminhada, a deambulação e a peregrinação transformaram-se em práticas obrigatórias de artistas, observadores e investigadores, experiências de imersão na paisagem *avant la lettre*, precedendo a terminologia própria do universo digital.

Far-se-á uma última referência a Ana Vieira (1940-2016) e à sua leitura poética e rememorativa da paisagem, através das suas palavras:

Lembro-me que nos Açores, quando chegava da escola, pegava num molho de chaves e dirigia-me a uma parte da propriedade, mais perto do mar. Nessa zona existiam grandes muros de pedra que abrigavam a vinha da maresia. Esses muros dividam o terreno em compartimentos, cuja passagem se fazia através de portas com fechaduras, todas elas diferentes. Todos os dias tinha de fazer esse percurso. Há, portanto, vivências marcantes e esta foi com certeza uma das mais interiorizadas. Absorvi aquele espaço, a ambiguidade de ser aberto e simultaneamente fechado, de ter passagens, de implicar um tempo e uma cadência, e, finalmente, as pulsações de um percurso¹¹.



Fig. 5.
Ana Vieira – *As chaves*, 13 elementos de acrílico pintado com frases recortadas a laser, 2008.

As chaves de Ana Vieira servirão de metáfora para passarmos a outros caminhos, não tão intimistas como os que os artistas propiciam, mas outros que nos levam longe.

CAMINHOS DA MUSEOLOGIA

A arte na paisagem constitui uma das práticas que mais modelos híbridos ajudou a criar. Nas últimas décadas assistiu-se ao surgimento de estruturas com-

¹¹ MATOS, 2008: 93

plexas e híbridas que sobrepõem todas as camadas da paisagem, incorporam os seus diferentes usos e atraem uma multiplicidade de agentes e utilizadores. Estas estruturas evidenciam influências de várias disciplinas, renovadas a partir das décadas de 60 e de 70, de que podem destacar-se: a museologia, nomeadamente, através dos conceitos de museu de território e de eco-museu; a cultura ecológica manifestada a partir dos anos 60 em documentos normativos, recomendações e convenções sobre protecção, salvaguarda e conservação de bens naturais, ambientais, de belezas panorâmicas, de recursos patrimoniais e, igualmente, em livros de denúncia e em associações de consciencialização ecológica¹². Estruturas onde se reúne cultura e natureza, história e ambiente, arte e arqueologia, elas configuram-se sob a forma de parques, itinerários, sítios em reconversão ambiental ou simples projectos de intervenção na paisagem. Todas se revêem no conceito de “cultura de conveniência”, expressão de George Yúdice que designa uma cultura promovida a pretexto de outros factores, à partida, estranhos: o turismo e a criação de roteiros; o planeamento territorial e a valorização de recursos paisagísticos; as políticas de reabilitação de áreas industriais, de pedreiras, de campos de manobras militares; as políticas sociais de integração¹³. Dos recursos mais utilizados nesta óptica têm sido a arte contemporânea, a preservação patrimonial, o conhecimento arqueológico do meio, sistematicamente introduzidos a caminho de outras realidades de desenvolvimento sustentado do território.

O *Centre International d'Art et du Paysage de l'Île de Vassivière*, na zona do Limousin, em França, surgiu em 1983 e ocupa uma área de 70 hectares. É um dos excelentes exemplos destas práticas híbridas, destes caminhos cruzados.

O parque está instalado numa ilha, no centro de um lago artificial resultante de uma barragem construída entre 1947 e 1950. Uma residência senhorial do século XVII, com modificações e acrescentos no século XIX e XX, pertencente à família Vassivière, transformou-se em espaço destinado às residências artísticas. Entre 1983 e 1985, as primeiras presenças artísticas na ilha de Vassivière resultam de dois simpósios de escultura em granito. Em 1986-87 os arquitectos Aldo Rossi (1931-1997) e Xavier Fabre (1950) projectaram o edifício do Centro de Arte Contemporânea que realiza exposições e acolhe um estúdio. No ano seguinte o local recebe outras peças encomendadas pelo Centro de Arte, depósitos provenientes das colecções oficiais, nomeadamente do FNAC (Fonds National d'Art Contemporain) e do FRAC (Fonds Régional d'Art Contemporain) e, finalmente, de empréstimos de colecionadores privados. Nos finais dos anos 80 e início dos anos 90 têm lugar as primeiras encomendas, instalações *in situ*, inspiradas no lugar e na sua história.

¹² CASTRO, 2012.

¹³ YÚDICE, 2005.

Em 2002 Gilles Clément inicia o estudo intitulado *Charte Paysagère du Pays de Vassivière* e sub-intitulado, sintomaticamente, numa região baseada nas questões hidrológicas, *Boire l'Eau du Lac – Étude opérationnelle paysage et environnement pour le Lac de Vassivière*. Logo na introdução o autor recusa o carácter exclusivamente estético do estudo e refere que as suas linhas de força residem na qualidade da água, na qualidade dos solos e na qualidade do ar, ao que acrescenta:

A intenção, quer dizer, o projecto desta carta consiste na manutenção e na melhoria dos componentes do equilíbrio biológico, os únicos capazes de regular, de forma harmoniosa e económica, os componentes estéticos. Nesta abordagem, “paisagem” e “ambiente” encontram-se intimamente ligados¹⁴.

Os diversos usos atribuídos a este território são servidos por caminhos que conduzem à criação de paisagem e de património, à revitalização de zonas recuperadas para uso cultural, à reclamação do território para a arte e a cultura, à controvérsia e ao debate.

A convergência de uma multiplicidade de utilizadores deste lugar, aqueles que vivem na área, os promotores turísticos e quantos para ali se deslocam no Verão e os artistas, gera um confronto tenso com as características do sítio que a intervenção artística desvenda, enfatiza ou questiona, bem como com a respectiva memória cultural e social, por vezes, incómoda. Nestes núcleos de arte e paisagem estão implicados o regime cívico (que visa a promoção de comportamentos respeitadores do meio); o regime moral (que assume carácter ecológico); o regime social (cujos rituais aqui se aplicam ao turismo).

CAMINHOS DA EPISTEMOLOGIA

Gostaria, finalmente, de terminar, aproveitando esta ideia de caminhos que nos levam a lugares próximos ou que nos conduzem a lugares distantes, trazendo a metáfora para o campo epistemológico.

A paisagem é um dos tópicos de trabalho mais férteis, um dos objectos de estudo que mais cruzamentos e relações interdisciplinares promove. O renovado e persistente interesse sobre a paisagem tem ocupado as mais diversas disciplinas e práticas culturais, num impulso epistemológico que refundou o seu entendimento, da geografia à antropologia, da arqueologia à história da arte, da arquitectura e do urbanismo à ecologia, da estética à museologia¹⁵.

¹⁴ CLÉMENT, s.d.

¹⁵ CASTRO, 2012.

No contacto entre terminologias, metodologias e perspectivas, promovem-se apropriações, gera-se um campo de influências mútuas e citam-se frequentemente autores fora do domínio estrito que moldou uma abordagem inicial. Das grandes alamedas, eixos já consolidados do pensamento e da investigação, entra-se em vias secundárias, envereda-se por becos sem saída, procuram-se desvios e atalhos, abrem-se novos caminhos.

Na relação entre disciplinas o regime da importação parece dominar. O da colagem também vigora, em certas situações. Num caso como noutro, este tráfego cruzado e a ocupação do espaço científico por novos campos de estudo, geram tensões próprias dos processos novos, zonas de resistência. O balanço de vantagens e desvantagens resultantes desta contaminação, o desafiar das classificações oficiais e das nomenclaturas disciplinares que não são, nem estáveis, nem eternas são sempre positivos. À pergunta se visamos um campo específico, com terminologia e metodologia próprias ou se devemos enfrentar uma verdadeira dimensão interdisciplinar, responde W.J.T. Mitchell com a sua preferência pela dimensão de indisciplina¹⁶ sobre a de interdisciplina¹⁷. De acordo com aquela perspectiva, os caminhos circulam por entre as disciplinas, não as negam. Têm a vantagem de dar a perceber que nenhum objecto de estudo é propriedade de uma única disciplina ou dela fica refém. Os objectos vagueiam por esses caminhos difusos que permitem aos cultores de uma enorme diversidade de disciplinas participar em congressos como o que origina esta publicação e pensar os seus tópicos de estudo numa confluência de vias.

BIBLIOGRAFIA

- ASSUNTO, Rosario (2002) – *Paysage, milieu, territoire: une tentative de mise au point conceptuelle* (1976). “Les Carnets du Paysage”, 8 Printemps/Été, p. 60-63.
- BERQUE, Augustin (1995) – *Les Raisons du Paysage de la Chine antique aux environnements de synthèse*. [S.l.]: Hazan.
- CARERI, Francesco (2004) – *Walkscapes. El andar como práctica estética*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- CASTRO, Laura (2012) – *Exposições de Arte Contemporânea na Paisagem. Antecedentes, práticas actuais e problemática*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- CLÉMENT, Gilles (s.d.) – *Charte Paysagère du Pays de Vassivière – Boire l’Eau du Lac – Étude opérationnelle paysage et environnement pour le Lac de Vassivière*. Disponível em: http://www.ciapiledvassiviere.com/documents/Charte_Paysagere/Charte-Paysagere-8.pdf [Consulta realizada em: 4/03/2017].

¹⁶ GRØNSTAD & VÅGNES, 2006.

¹⁷ MITCHELL, 1995: 540-544.

- CORNER, James, ed. (1999) – *Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*. New York: Princeton Architectural Press.
- GRØNSTAD, Asbjørn; VÅGNES, Øyvind (2006) – An Interview with W. J. T. Mitchell. In *Image [& Narrative Online Magazine of the Visual Narrative*, Vol. VII, 2 (15), November 2006. Disponível em: <http://www.imageandnarrative.be/> [Consulta realizada em: 4/03/2017].
- LIPPARD, Lucy R. (1999) – *On the Beaten Track. Tourism, art and place*. New York: The New Press.
- MATOS Sara Antónia (2008) – *Entrevista a Ana Vieira*. In *Moradas: Ana Vieira, Catarina Câmara Pereira, Fernanda Fragateiro, Fernando Brízio*. Lisboa: Assírio & Alvim, Fundação Carmona e Costa, p. 43-54.
- MITCHELL, W. J. T. (1995) – *Interdisciplinarity and Visual Culture*. In “Art Bulletin” December, Vol. LXXVII N. 4, p. 540-544.
- MORRIS, Robert (1980) – *Notes on Art as/and Land Reclamation*. In “October” Vol. 12 (Spring), p. 87-102. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/778576> [Consulta realizada em: 4/03/2017].
- ROGER, Alain (1978) – *Nus et Paysages. Essai sur la fonction de l'art*. s.l.: Aubier.
- SCHULZ-DORNBURG, Julia (2002) – *Arte e Arquitectura: novas afinidades*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- SOLNIT, Rebecca (2002) – *Wanderlust. A History of Walking*. London: Verso.
- TIBERGHIE, Gilles (2000) – Horizontes. In MADERUELO, Javier, ed. – *Arte Público: Naturaleza y Ciudad*. Lanzarote: Fundación César Manrique, 2000, p. 123-150.
- YÚDICE, George 2005 – *The Expediency of Culture. Uses of Culture in the Global Era*. Durham and London: Duke University Press.

LA CONSTRUCCIÓN VISUAL DEL PAISAJE. ICONOGRAFÍA URBANA, MEMORIA E IDENTIDAD TERRITORIAL

CARLA FERNÁNDEZ MARTÍNEZ*

Resumo: Nos últimos anos assistiu-se a um crescente interesse pela paisagem urbana e pelas relações com o território. Consequentemente, hoje em dia proliferam os estudos e publicações científicas que atendem à singularidade de cada paisagem. Pesem embora os inúmeros elementos que devem ser considerados aquando da definição de paisagem e a ênfase dos seus elementos particulares, podemos começar por assinalar que se trata de um organismo vivo em transformação contínua, cujas marcas estão vinculadas às sociedades que o foram modelando.

Partindo destas considerações, o presente artigo centrar-se-á na análise de uma das fontes que dispomos para o estudo da gestação, percepção e modificação da paisagem urbana; referimo-nos à iconografia urbana que integra desenhos, pinturas, gravuras e fotografias. Para este efeito, será apresentada uma investigação da cidade de Pontevedra, na Galiza, embora não fique limitado a este caso, sendo contextualizado num projeto mais alargado dedicado à análise da paisagem portuária de cidades atlânticas da Galiza e do Norte de Portugal.

Palavras-chave: Paisagem urbana; Iconografia urbana; Identidade; Património construído.

Resumen: En los últimos años se ha incrementado el interés por el paisaje urbano y por sus relaciones con el territorio. Como consecuencia, en la actualidad, proliferan los estudios y publicaciones científicas que atienden a la singularidad de cada paisaje. Pese a la multitud de elementos que se deben considerar para definirlo y resaltar sus elementos particulares, podemos comenzar señalando que este es un organismo vivo en continua transformación, cuyas señas de identidad están vinculadas a las sociedades que lo fueron modelando.

Partiendo de estas consideraciones, este artículo se centrará en el análisis de una de una de las fuentes de las que disponemos para estudiar cómo fue gestándose, percibiéndose y modificándose el paisaje urbano; nos referimos a la iconografía urbana integrada por dibujos, pinturas, grabados y fotografías. Se mostrará una investigación realizada sobre la ciudad de Pontevedra, en Galicia, aunque no nos limitaremos a este caso concreto, sino que se contextualizará en un proyecto más amplio dedicado al análisis del paisaje portuario de las ciudades atlánticas de Galicia y del Norte de Portugal.

Palabras clave: Paisaje urbano; Iconografía urbana; Identidad; Patrimonio construido.

* University of Santiago de Compostela – Department of History of Art | Iacobus (GI-1907). carlafernandez28@gmail.com.

Abstract: During the recent years the interest in the urban landscape and its relations with the territory has increased. As a result of that, studies and scientific publications that ponder the uniqueness of each landscape proliferate nowadays. Despite of the numerous elements which should be considered when defining the landscape and emphasizing its individual elements, we may begin by noting that it is a living organism in constant transformation, whose hallmarks are linked to the societies that were modelling it.

Based on these considerations, this paper will focus on the analysis of one of the sources at our disposal from which we have to study how the urban landscape was being brewed, perceived and modified; we are referring to the urban iconography made up of drawings, paintings, prints and photographs. For this purpose, a research on the city of Pontevedra in Galicia will be presented, though we will not limit ourselves to this case, but it will be contextualized in a larger project dedicated to analyze the port landscape of the Atlantic cities of Galicia and the North of Portugal.

Keywords: Urban landscape; Urban iconography; Identity; Built heritage.

INTRODUCCIÓN

La definición del paisaje urbano ha cambiado sustancialmente en los últimos años a la par que se han incrementado las investigaciones que lo examinan desde diversos ámbitos y con múltiples objetivos¹. En la actualidad, proliferan los estudios que no solo atienden a su estructura física, es decir, al conjunto de sus arquitecturas, sino que lo entienden como una comunidad y un fenómeno humano, reparando en los diversos elementos que implica tal acepción. Se trata de dos enfoques que, en nuestra opinión, no deben estar enfrentados, puesto que son complementarios y ofrecen la posibilidad de comprenderlo en su complejidad.

Quizás una de las mayores dificultades para definir el paisaje urbano derive de la multitud de factores, sujetos y componentes a tener en cuenta para desentrañar e identificar sus rasgos más característicos. Pese a ello, podríamos comenzar señalando que se nos presenta como un organismo vivo en continua transformación y que, de acuerdo con la definición de Rossi, debe ser entendido como una arquitectura en construcción, como una construcción que se va configurando a lo largo del tiempo². Nos habla del presente y puede anunciar ciertos aspectos de su futuro más inmediato, pero, ante todo, invita a reflexionar sobre su pasado, sobre la historia y memoria que ha ido acumulando, sobre aquellos acontecimientos que han contribuido a modelar su imagen, al menos la que nosotros hemos heredado.

¹ Al respecto, véase las contribuciones de MADERUELO, 2006, 2007 y 2010.

² Según Rossi: «La ciudad viene entendida como una arquitectura. Hablando de arquitectura no quiero referirme solo a la imagen visible de la ciudad y el conjunto de su arquitectura, sino más bien a la arquitectura como construcción, me refiero a la construcción de la ciudad en el tiempo». Véase: ROSSI, 1982: 60.

Es cierto que la celeridad con la que se producen los cambios pueden enmascarar la esencia e identidad de nuestras ciudades, haciendo que, en numerosas ocasiones, solo tengamos una imagen muy parcial y sesgada de las mismas. Además, ante tales mutaciones cada individuo reaccionamos de manera diferente y nuestra percepción del escenario urbano depende, en gran medida, de la relación y de los vínculos que establecemos con él. Este es el motivo por el que resulta arriesgado hablar de una única visión del espacio, puesto que existen múltiples perspectivas personales y subjetivas, que se van elaborando a través del «prisma de la experiencia personal de la gente, coloreada por sus esperanzas y miedos y distorsionada por los prejuicios y predilecciones»³.

De lo expuesto, se deduce que pueden coexistir diversas concepciones de un mismo paisaje urbano, ciudades alternativas y superpuestas, que confirman el hecho de que cada persona construye su propia percepción que puede diferenciarse del espacio real. Esto no afirma ni niega que existan ciertas arquitecturas o lugares con un valor intrínseco *per se* –como ocurre con la religiosa o la de carácter institucional– o que convivan con lo que denominamos como percepción universal, según la cual identificamos ciertos escenarios urbanos con una serie de hitos. De todas formas, es innegable que les asignamos diferentes significados, al tiempo que tratamos de buscar elementos que nos sirvan para orientarnos, para sintetizar nuestra concepción de la urbe, elaborada a partir de los sentimientos que nos despierta.

Todo lo comentado sirve para introducir el tema que se aborda en este artículo en el que pretendo hacer un epítome de mi investigación sobre Pontevedra, y que parte de la consideración de concebir a la ciudad como una realidad relativa⁴. La fuente de estudio principal son las representaciones plásticas que forman parte de lo que denominamos como iconografía urbana. A través de ellas, hemos analizado cómo ha ido cambiando su percepción, en relación con la época y con los agentes y factores que condicionan nuestra mirada a la realidad. Y es que los testimonios elaborados por los artistas responden, precisamente, a concepciones mentales individuales o colectivas, que pueden aportarnos interesantes datos para conocer una ciudad en un período concreto, permitiéndonos analizar cómo era y es comprendida.

³ BOIRA *et al.*, 1994: 9.

⁴ Nos referimos a la tesis doctoral *Iconografía de una ciudad atlántica. Memoria e identidad visual de Pontevedra*, defendida en la Universidade de Santiago de Compostela en octubre de 2013 y calificada con Sobresaliente Cum Laude. Para mayor información véase Fernández Martínez, 2015.

SOBRE EL CONCEPTO DE ICONOGRAFÍA URBANA

En los últimos años han aumentado considerablemente los estudios centrados en la representación del mundo urbano a lo largo de la Historia del Arte⁵. Desde diversos puntos de vista, numerosos investigadores han intentado analizar la evolución, la función y el significado de dichas imágenes, normalmente partiendo de casos locales. Ese interés por los retratos de la ciudad ha permitido el desarrollo de una gran variedad de líneas de estudio dentro de lo que denominamos como iconografía urbana.

De Seta fue uno de los primeros en aportar una definición de tal término partiendo de las reflexiones, entre otros, de Panofsky. Su rigurosidad y claridad nos lleva a aceptarla para exponer a qué nos referimos cuando hablamos de iconografía urbana. Según el autor italiano, se trata del conjunto de imágenes de la ciudad que nos informan sobre su arquitectura, su espacio urbanizado y su gestión, al tiempo que se presentan como una ventana a través de la cual observar la historia de las ideas y sus relaciones con el arte, la ciencia y la percepción visual⁶. Engloba, por tanto, la cartografía, la planimetría, los dibujos topográficos, los perfiles y las vistas que ofrecen una imagen global de la urbe o de algunas de sus partes.

Ante esta variedad de documentos gráficos se han ido proponiendo diversas clasificaciones tipológicas, aplicables, sobre todo, a los realizados en época moderna. En este caso, se ha tomado como referencia la ofrecida por el *Centro Interdipartimentale sull'Iconografia della città europea*, puesto que sus estudios y publicaciones han sido relevantes en la configuración de nuestro planteamiento metodológico⁷. Básicamente, diferencian cuatro tipos de imágenes urbanas: la vista en perspectiva –*veduta in prospettiva*– en la que la ciudad es representada desde un punto de vista real, pero elevado; el perfil –*profilo*– que parte del nivel del suelo y, como consecuencia, muestra al paisaje urbano de manera frontal para proporcionar una imagen de las fachadas de los edificios más próximos; la vista a vuelo de pájaro –*veduta a volo de uccello*– desde un lugar alto e imaginario que permite representar la ciudad y parte de su entorno circundante; y, por último, cabría destacar la planta

⁵ Son numerosos los estudios realizados recientemente sobre lo que entendemos por iconografía urbana, limitándonos a los retratos de la ciudad destacan las investigaciones realizadas por el *Centro Interdipartimentale sull'Iconografia della città Europea*, dependiente de la Universidad de Nápoles.

⁶ En palabras del propio De Seta: «il ritratto di città si presenta senza dubbio come fonte di informazione per lo studio dell'architettura, della città, dello spazio urbanizzato e della sua gestione, ma anche come finestra attraverso la quale osservare la storia delle idee e le sue relazioni con l'arte, la scienza e la percezione visiva. SETA, 2003: 7.

⁷ Véase: *Centro Interdipartimentale sull'iconografia della città europea*. [Http://www.iconografiaurbana.it/index1.html](http://www.iconografiaurbana.it/index1.html). (20-06-2016)

–*pianta*– basada en una construcción planimétrica. Las vistas en perspectiva eran el resultado de las denominadas oblicuas que pretendían ofrecer una idea amplia de la extensión de la ciudad desde un punto de vista elevado, tal y como muestra, por ejemplo, la *Vista de Norwich* de William Cunningham de 1559⁸. Por su parte, la denominada a vuelo de pájaro tenía como prioridad representar la ciudad en su conjunto con sus edificios, calles, plazas y murallas, de modo que el artista no solo debía adoptar un punto de vista totalmente imaginario, sino que también tenía que colocar la ciudad en un plano inclinado, ladeándola para que las partes más alejadas estuviesen más altas que las del primer plano.

Aunque en líneas generales, la mayoría de los autores suelen coincidir en esta clasificación, resulta difícil establecer pautas universalmente válidas. Dependiendo de la época y de su función nos encontramos con múltiples variaciones. Buisseret señala solo los tres últimos casos propuestos en Italia, excluyendo las vistas en perspectiva⁹. Marías y Pereda¹⁰, distinguen vistas naturales, perfiles o perspectivas, vista a vuelo de pájaro y planos en alzado o plataformas. Por su parte, Kagan¹¹, quien ofrece interesantes ejemplos de las tipologías citadas, incluye también las conocidas como vistas a ojo de pez que combinaban distintas formas de representación en un tipo de proyección radial o esquema para mostrar diferentes partes de la ciudad.

En este sentido, pese a que existen una serie de características que permiten clasificar muchas imágenes urbanas, en ocasiones, combinan diversos puntos de vista y no responden a ninguna de las tipologías comentadas. Además, a partir de las últimas décadas del siglo XVIII la ciudad dejó de presentarse en su globalidad y los artistas se decantaron, cada vez con más frecuencia, por la plasmación de visiones subjetivas, personales y evocadoras de rincones y ambientes concretos. De otra parte, como ha señalado Kagan¹², uno de los problemas al determinar las tipologías deriva de las diferencias que existen entre lo que denominamos vista y paisaje urbano o *veduta*. Ya en los años veinte del siglo pasado, Fritz distinguió estas dos categorías considerando que en el paisaje urbano predominaba la libertad del artista para reflejar la realidad como le place, mientras que la *veduta* consistía en una reproducción lo más exacta posible del natural.

Si hiciésemos un breve repaso histórico, constataríamos que la plasmación de la ciudad se retrotrae a épocas remotas. En la cultura mesopotámica comenzó a ser objeto de representación, aunque de manera esquemática; sin embargo, no fue hasta la Edad Moderna, coincidiendo con el desarrollo de la perspectiva y un renovado

⁸ NUTI, 2001: 28-32.

⁹ BUISSERET, 2004: 49-68.

¹⁰ MARÍAS & PEREDA, 2002: 99-116.

¹¹ KAGAN, 1995a: 18 y ss.

¹² KAGAN, 1995a: 18 y ss.

interés por la geografía, cuando se produjeron verdaderos retratos urbanos¹³. Durante el medioevo, las escasas alusiones pictóricas a la ciudad la presentaban a través de sus atributos más simbólicos y representativos: la muralla, las torres y los edificios más emblemáticos, es decir, la simple indicación de un muro almenado servía para señalar su presencia. El repertorio de los artistas estaba estrictamente condicionado por las directrices de la cultura cristiana y las primeras representaciones del mundo urbano aparecieron ligadas a personajes religiosos; así, la ciudad solía figurar como ofrenda a un santo para evocar su protección. Por supuesto hay excepciones, sobre todo, en ámbito italiano, donde existen magníficos ejemplos como los extraordinarios frescos de Ambrogio Lorenzetti en el Palazzo Pubblico de Siena, datados en torno al 1315 y considerados por muchos como la primera muestra de paisaje urbano¹⁴. Se trata de un caso soberbio que ha sido largamente estudiado y que, debido a su complejidad desde el punto de vista político y filosófico, no se puede resumir en unas líneas. Lo que nos interesa resaltar aquí es que ejemplifica, y declara abiertamente, una de las funciones primordiales que tuvieron las vistas de ciudades en la Edad Moderna, esto es, eran un instrumento de propaganda política.

De lo expuesto hasta ahora se puede deducir que existen numerosos puntos en común entre las diversas vistas realizadas en Europa en los siglos XVI y XVII. Aunque algunos autores han trazado una línea evolutiva, como se ha comentado brevemente, partimos de la consideración de que cada imagen debe ser analizada de manera singular, como un testimonio único, íntimamente ligado a su contexto social, cultural y político.

LA EVOLUCIÓN DEL PAISAJE DE PONTEVEDRA A TRAVÉS DE LA ICONOGRAFÍA URBANA

Teniendo en cuenta lo planteado en las páginas precedentes, la investigación que presentamos tuvo como objetivo analizar la evolución del paisaje urbano de la ciudad de Pontevedra, capital de la provincia homónima gallega, a través de la producción plástica que la tuvo como protagonista¹⁵. Su devenir histórico, social, económico y cultural fue analizado por numerosos investigadores¹⁶, aunque ninguno se detuvo en el análisis de cómo se fue transformando su imagen. Por ello, en este

¹³ GAUTIER DALCHÉ, 2009: 289-333.

¹⁴ Sobre la interpretación de estos frescos destaca la aportación de Skinner. SKINNER, 2009.

¹⁵ FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, 2016: 447-470; —, 2015; —, 2014a: 161-173; —, 2014b: 143-155; —, 2014c: 79-88; —, 2014d: 365-380; —, 2013: 475-488.

¹⁶ Sobre la historia de Pontevedra véase, entre otros: ARMAS CASTRO, 1992; FORTES BOUZÁN, 1993; GARCÍA BRAÑA, 1988; JUEGA PUIG *et al.*, 1995.

trabajo nos planteamos ofrecer mediante la historia de sus representaciones un estudio de la ciudad no solo atendiendo a sus aspectos físicos, sino, sobre todo, considerando la cultura y la mentalidad de las sociedades que fueron construyendo su paisaje urbano. Nuestro objetivo prioritario tenía tres motivaciones: reconocer lugares –ampliamente recreados– con los que siempre se identificó la ciudad, otros que fueron sepultados –pese a su carácter emblemático– y algunos que, aunque experimentaron profundos cambios, todavía conservan buena parte de sus atributos originales.

Hasta bien entrada la Edad Moderna, Pontevedra fue una de las poblaciones más destacadas de Galicia, gracias a sus cuantiosas capturas de pesca. Buena parte de su población se dedicaba a tareas marítimas y residía en A Moureira, el principal barrio extramuros que comprendía el espacio situado entre la villa amurallada y el litoral y cobijaba los equipamientos e infraestructuras necesarias para el desarrollo de las actividades marítimas y portuarias¹⁷. Sin embargo, ante el cegamiento de su ría, sus habitantes se vieron obligados a desarrollar nuevas funciones que, en buena medida, ocasionaron la pérdida de esa identidad pesquera que había estado íntimamente vinculada a sus orígenes y gestación. Las dificultades económicas y las crisis de la Edad Moderna impidieron que se realizasen intervenciones destacadas en los siglos XVII y XVIII. Por ello, aunque el urbanismo no experimentó cambios sustanciales hasta el siglo XIX¹⁸, la apariencia de la ciudad, o mejor dicho, la percepción de ella, sí se vio profundamente alterada, tal y como reflejan las descripciones textuales y las vistas urbanas, entre las que destacan la del italiano Pier Maria Baldi, de 1669, y la de Ramón Mariano Sánchez, datada a finales del siglo XVIII.

Precisamente, quizás sean las vistas urbanas la tipología en la que es posible apreciar el carácter dinámico, pero también persistente, de todo paisaje urbano. Muestran cómo fueron evolucionando e interpretándose los escenarios urbanos, legándonos una imagen que, en no pocas ocasiones, solo podemos conocer a través de las fuentes gráficas y literarias. En el caso de las que tuvieron como protagonista a Pontevedra sobresalen aquellas que la presentan como telón de fondo sobre el río, ya que un buen número de artistas optaron por plasmar su impresión desde uno de los lugares más privilegiados para visualizar gran parte del paisaje urbano:

¹⁷ Sobre A Moureira puede resultar de interés: FILGUEIRA VALVERDE, 1992.

¹⁸ A lo largo del siglo XIX se acometieron numerosas obras en Pontevedra; no obstante, fue a finales del siglo cuando se realizaron los proyectos más importantes, entre los que cabe destacar: el ensanche del puente del Burgo, la construcción de un puente de cantería para sustituir al de la Barca y la llegada del ferrocarril en 1884.



Fig. 1.
*Vista de Pontevedra
 desde A Caeira.*
 Carme Babiano
 Méndez-Núñez,
 1869. (Museo de
 Pontevedra)

la ladera de A Caeira (Fig. 1)¹⁹. El perfil de la ciudad fue retratado por numerosos artistas locales que incidieron en el protagonismo de la iglesia de Santa María y en las modestas viviendas del barrio mariner. No obstante, aunque este fue el encuadre predilecto, contamos con otras tomadas desde las inmediaciones de la Moureira que muestran su fachada marítima y nos permiten observar cómo fue cambiando la percepción de la ciudad a partir de las profundas transformaciones acaecidas a lo largo del siglo XIX.

Por otro lado, este tipo de representaciones no solo fueron un motivo pictórico, sino que, a lo largo del siglo XIX, se realizaron numerosos grabados para incluirse en revistas y gacetas que trataban de informar sobre las características y bellezas de las urbes españolas. Uno de los objetivos de los grabadores era ofrecer imágenes de actualidad, inaugurando lo que se conoce como el reportaje gráfico²⁰. Precisamente, ese afán por mostrar el acontecimiento fue uno de los factores por los que inicialmente fue escasa la presencia de las ciudades del Norte de España, incrementándose según avanzaba el siglo, en relación con su propio despegue. Pontevedra se incluyó en numerosas cabeceras que dieron a conocer sus novedades y su patrimonio histórico,

¹⁹ La finca de A Caeira pertenece al barrio de A Barca. Allí construyó José María Riestra López su casa solariega. Perteneció a su familia hasta los años sesenta del pasado siglo, momento en el que fue vendida a la familia Pernas quien la urbanizó. En ella hubo también un hospital, fundado por el marqués durante la Guerra de Cuba para atender a los enfermos. Para mayor información documental y gráfica, consúltese: SALGADO, 2003: 80.

²⁰ RIEGO, 2001.

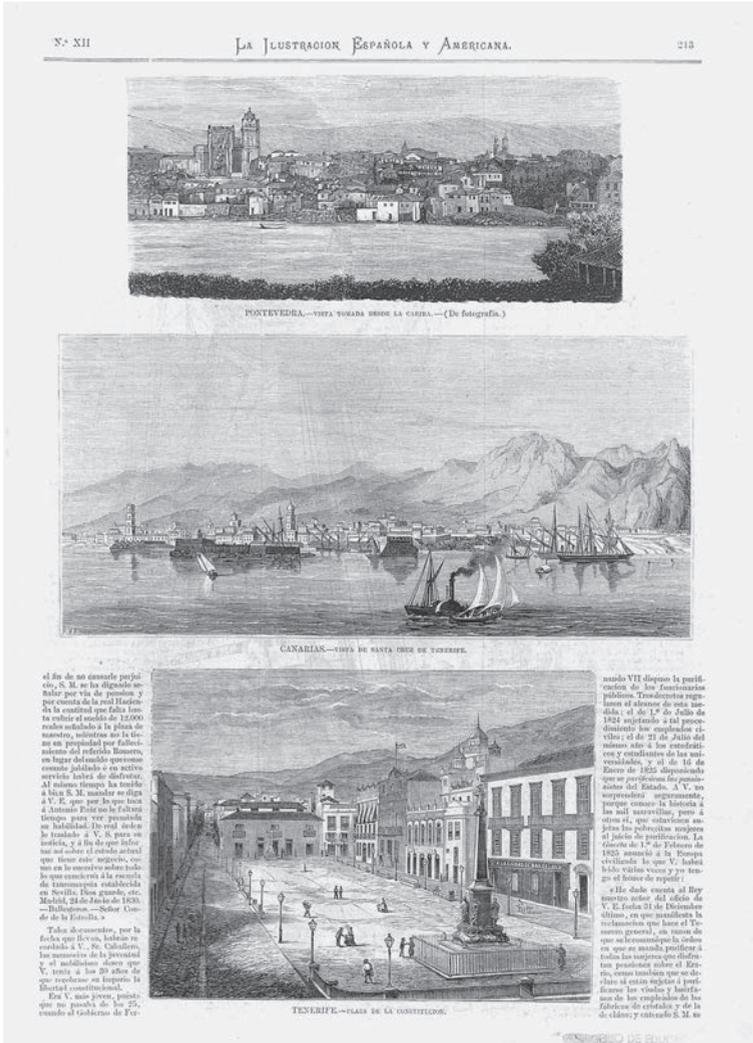


Fig. 2.
“Pontevedra. Vista
tomada desde A
Caeira”, en *La Ilustración Española y Americana*, XIX, 12, (30 de marzo de 1875) p. 213.

ofreciendo la posibilidad de realizar un viaje mental y cómodo al pasado de una de las urbes más modernas de Galicia (Fig. 2).

De todas formas, a lo largo del siglo XIX, el interés de los creadores se dirigió hacia esa Pontevedra desaparecida e imaginada. En Galicia, al igual que en el resto de España, el patrimonio arquitectónico no había sufrido pérdidas considerables por motivos bélicos. Sus ciudades, a diferencia de otras europeas que tuvieron que ser reconstruidas por completo –como Varsovia, Budapest, Celle o Saint Malo– mantuvieron hasta el siglo XIX gran parte de los bienes de origen medieval. Fue



Fig. 3.
Pontevedra. Puerta de la Peregrina, antes de Trabancas en 1850.
 Celso García de la Riega, principios del siglo XX. (Museo de Pontevedra)

a partir de la Desamortización y del desinterés de mediados de siglo, cuando se produjeron grandes daños. En una obra clásica dedicada a los monumentos destruidos entre 1832 y 1932²¹, Gaya Nuño enumera más de veinte edificios demolidos en Galicia, excluyendo las murallas y otros ejemplos de centros menores. Con estas consideraciones, no resulta extraño que Pontevedra fuese privada de algunos de sus monumentos y construcciones más valiosas desde mediados del siglo XIX²². Por ello, los documentos gráficos conservados sobre los mismos tienen una gran importancia e interés para el estudio de la arquitectura desaparecida. Gracias al trabajo de la *Sociedad Arqueológica* y a la recuperación de materiales olvidados y apilados en los fondos de los archivos, se ha podido realizar un análisis de una parte del mismo. Se trata de unos testimonios de interés para comprender los cambios urbanísticos, la manera en que fueron asimilados por la sociedad finisecular y enriquecer nuestro conocimiento del paisaje urbano de la ciudad. Muchas de las obras se integraron en el proyecto promovido por la *Sociedad Arqueológica* que tenía por objeto realizar una reconstrucción de la Pontevedra antigua y en el que colaboraron artistas e investigadores como Celso García de la Riega, Federico Alcoverro, Enrique Campo Sobrino, José Casal y Lois y Adolfo Vázquez²³. Los motivos más representados fueron la muralla (Fig. 3) y la Fortaleza Arzobispal,

²¹ GAYA NUÑO, 1961.

²² En este caso, nos limitaremos a comentar aquellas edificaciones de las que se conservan testimonios plásticos, aunque entre el patrimonio desaparecido es necesario citar también la maestranza, la cárcel vieja y la capilla de San José.

²³ SAN ILDEFONSO RODRÍGUEZ & TILVE JAR, 1995: 31-38.



Fig. 4.
*Casa de la calle de
Xan Guillermo. La
Moureira.* Enrique
Campo Sobrino,
1909. (Museo de
Pontevedra)



Fig. 5.
Ruinas de Santo Domingo.
Arturo Souto Cuero, 1902.
(Museo de Pontevedra)

aunque no debemos olvidar otras construcciones, como la iglesia de San Bartolomé el Viejo, el hospital de San Juan de Dios y algunos ejemplos de arquitectura pancega.

Junto con las recreaciones de la villa desaparecida fue el arrabal de A Moureira el otro protagonista de esa ciudad perdida. A través de numerosas estampas y dibujos, se ha podido ofrecer una serie de datos que facilitan el estudio de unas viviendas, que no se conservaban, y que estaban específicamente diseñadas para las tareas relacionadas con la pesca y el mar. Su pérdida no solo borró una parte importante de la identidad de la ciudad, sino que ocasionó el abandono y olvido de unas tradiciones constructivas que difícilmente podemos recuperar (Fig. 4).

Con todo, para realizar un completo estudio de su iconografía urbana y contrastar esa visión de la ciudad imaginada con la real, se ha revisado la rica documentación plástica que generaron algunos de los edificios más emblemáticos de la antigua villa amurallada y de buena parte de sus plazas, calles y rincones más significativos, esto es, de aquellos espacios de uso colectivo que atesoran gran parte del pasado y del presente de la ciudad histórica, sin olvidar ejemplos de arquitectura mendicante –los conventos de Santo Domingo (Fig. 5), San Francisco y Santa Clara– y otras construcciones de carácter sacro, como la iglesia de Santa María la Mayor y la capilla de la Peregrina.

NOTA FINAL

Como ya se señaló, en los últimos años se han incrementado las investigaciones que utilizan la iconografía urbana como fuente de conocimiento de la arquitectura de la ciudad. Normalmente, los estudios se han dirigido hacia el análisis de las grandes urbes o de aquellas de las que se conservan representaciones realizadas por artistas más reconocidos. Sin embargo, el interés que despertó la ciudad a lo largo de la historia, hace posible el estudio de núcleos menores y enclaves más reducidos, como Pontevedra, cuya imagen y percepción fue profundamente alterada desde el siglo XIX. Los innumerables dibujos, grabados y pinturas localizados nos han permitido recuperar parte de esa memoria borrada de su urbanismo y reconocer aspectos, que, en muchos casos, no forman parte ni tan siquiera del recuerdo de buena parte de la ciudadanía. Así, todos los documentos gráficos a los que hemos aludido se presentan como el signo visible de la identidad colectiva de las sociedades que fueron habitando la ciudad y nos permiten observar cómo fueron cambiando los usos y el valor de ciertos espacios, puesto que tal y como expresó el escritor Italo Calvino²⁴:

²⁴ CALVINO, 2002: 15.

Las ciudades son un conjunto de muchas cosas: memoria, deseos, signos de un lenguaje; son lugares de trueque, como explican los libros de historia de la economía, pero esos trueques no son solo de mercancías, sino también de palabras, deseos y recuerdos.

BIBLIOGRAFÍA

- ARMAS CASTRO, José (1993) – *Pontevedra en los siglos XII a XV: configuración y desarrollo de una villa marinera en la Galicia medieval*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- AYMONINO, Carlo (1981) – *El significado de las ciudades*. Barcelona: Gustavo Gili.
- BAILLY, Antoine (1979) – *La percepción del espacio urbano: conceptos, métodos de estudio y su utilización en la investigación urbanística*. Madrid: Instituto de Estudios de la Administración Local.
- BOIRA MIAQUES, Josep *et al.* (1994) – *Espacio subjetivo y geografía. Orientación teórica y praxis didáctica*. Valencia: Au llibres.
- BUISSERET, David (2004) – *La revolución cartográfica en Europa, 1400-1800: la representación de los nuevos mundos en la Europa del Renacimiento*. Barcelona: Paidós.
- CALO LOURIDO, Francisco (2003) – *Pontevedra e o mar. Simposio de historia marítima do século XII ao XVI*. Pontevedra: Concello de Pontevedra.
- CALVINO, Italo (2002) – *Las ciudades invisibles*. Barcelona: Siruela.
- CULLEN, Gordon (1981) – *El paisaje urbano. Tratado de estética urbanística*. Barcelona: Editorial Blume.
- DURAND, Bernard (1990) – *Pontevedra, de la leyenda a la historia*. Pontevedra: Diputación Provincial.
- FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Carla (2013) – *Regresar a la ciudad que fue. Iconografía urbana de la arquitectura barroca en Pontevedra*. In LÓPEZ CALDERÓN, Carme, *Coord.* – *Barroco Iberoamericano: identidades culturales de un imperio*. Santiago de Compostela: Andavira, p. 475-488.
- (2014a) – *Iconografía urbana, memoria e identidad de las ciudades portuarias del Norte y Noroeste de España*. «Anales de Historia del Arte», vol. 24. Madrid: Universidad Complutense, p. 161-173.
- (2014b) – *Entre la nostalgia y el recuerdo. Iconografía de San Francisco de Pontevedra*. «Ad Limina», nº 5. Santiago de Compostela, p. 143-155.
- (2014c) – *La memoria recuperada. Una aportación al estudio de la arquitectura desaparecida de Pontevedra*. «Liño», nº20. Oviedo: Universidad de Oviedo, p. 79-88.
- (2014d) – *Ciudades gallegas: imágenes y descripciones en las publicaciones periódicas del siglo XIX*. In FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Carla, *Coord.* – *La Huella impresa. Textos e imágenes para una historia del arte gallego*. Santiago de Compostela: Alvarellos, p. 365-380.
- (2015) – *Pontevedra, la memoria rescatada. Vistas y visiones de una ciudad atlántica*. Pontevedra: Diputación Provincial.
- (2016) – *Imágenes para el recuerdo. Iconografía de las ruinas de Santo Domingo de Pontevedra*. In FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Carla; CACHEDA BARREIRO, Rosa Margarita, *coord.* – *Universos en orden. Las órdenes religiosas y el patrimonio cultural iberoamericano*. Santiago de Compostela: Alvarellos, p. 447-470.
- FILGUEIRA VALVERDE, José (1992) – *Archivo de mareantes* – Madrid: Caja de Madrid.

- FORTES BOUZÁN, José (1993) – *Historia de la ciudad de Pontevedra*. A Coruña: La Voz de Galicia.
- (2011) – *Pontevedra, burgo, villa, capital*. A Coruña: Guiverny.
- GARCÍA BRAÑA, Celestino (1988) – *Pontevedra. Planeamiento histórico y urbanístico*. Vigo: Diputación de Pontevedra.
- GAYA NUÑO, Juan Antonio (1961) – *La arquitectura española en sus monumentos desaparecidos*. Madrid: Espasa Calpe.
- JUEGA PUIG, Juan *et al.* (1995) – *Pontevedra villa amurallada*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra.
- KAGAN, Richard (1995a) – *Ciudades del siglo de oro. Las vistas urbanas de Anton Van der Wyngaerde*. Madrid: Visor.
- (1995b) – *Imágenes del mundo hispánico*. Madrid: Visor.
- MADERUELO, Javier (2006) – *El paisaje. Génesis de un concepto*. Madrid: Abada Editores.
- (2007) – *Paisaje y arte*. Madrid: Abada Editores.
- (2010) – *Paisaje y patrimonio*. Madrid: Abada Editores.
- MARÍAS, Fernando & PEREDA, Francisco (2002) – *El Atlas del Rey Planeta. La descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*. Hondarribia: Nerea.
- RIEGO, Bernardo (2001) – *La construcción social de la realidad a través de la fotografía y del grabado informativo*. Santander: Universidad de Cantabria.
- ROSSI, Aldo (1982) – *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili.
- SALGADO, José María (2003) – *Desde el cielo a Pontevedra*– A Coruña: Hércules Edicións.
- SAN ILDEFONSO RODRÍGUEZ, Beatriz & TILVE JAR, M^a Ángeles (1995) – *Os Debuxantes da “Sociedad Arqueológica” de Pontevedra*. In VALLE PÉREZ, José Carlos – *Os debuxantes da “Sociedad Arqueológica” de Pontevedra*. Pontevedra: Diputación Provincial, p. 31-38.
- SETA, Cesare (1996) – *Città d’Europa: iconografia e vedutismo dal XV al XVIII secolo*. Nápoles: Electa.
- (1999) – *Vedutisti e viaggiatori in Italia tra setecento e ottocento*. Turín: Bollati Boringhieri.
- (2003) – *Tra oriente e occidente*. Nápoles: Electa.
- (2011) – *Ritratti di città dal Rinascimento al secolo XVIII*. Turín: Einaudi.

DE TERRITÓRIO A PAISAGEM: O QUE É “PAISAGEM”?

NATÁLIA FAUVRELLE*
ALICE LUCAS SEMEDO**

Resumo: Neste artigo aborda-se o conceito de paisagem e algumas questões associadas ao seu entendimento, reflexão que se enquadra na investigação de doutoramento em Museologia, cujo tema é a paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro. Nas explorações conceptuais constatou-se a complexidade do termo “paisagem”, com várias interpretações e múltiplos sentidos. Partindo da interrogação “como é que o território se tornou paisagem?” e “o que é a paisagem?” procura-se entender o conceito sob diversas perspetivas, analisando a sua evolução e a forma como foi enquadrado em diferentes disciplinas. Ao mesmo tempo, procura-se discutir o entendimento da paisagem a partir de uma interpretação fenomenológica, onde se privilegia o contacto direto e implicado com a paisagem e os seus construtores.

Palavras-chave: Paisagem; Fenomenologia da Paisagem.

Abstract: In this paper we examine the concept of landscape and some issues related to its understanding, reflection which is associated to our Ph.D. in Museology, whose subject is the world heritage landscape of the Alto Douro Wine Region. By doing the conceptual exploration of the term we verified its density, with various interpretations and multiple meanings. Starting from the questions “how the territory has become landscape?” and “what is the landscape?” we aim to understand this concept from different perspectives, analysing its evolution and the way it was considered in different disciplines. At the same time, we will discuss the understanding of the landscape from a phenomenological interpretation, emphasizing direct and entailed contact with the landscape and its builders.

Keywords: Landscape; Landscape phenomenology.

* Museu do DOURO / Bolseira da FCT / Museu do Douro, CITCEM. natalia.fauvrelle@gmail.com.

** FLUP / DCTP / CITCEM. asemedo@letras.up.pt.

INTRODUÇÃO

Este artigo decorre da investigação de doutoramento em Museologia, cujo tema central é a paisagem do Alto Douro Vinhateiro (ADV), uma zona representativa da Região Demarcada do Douro¹, a mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo. Esta paisagem patrimonializada pela UNESCO associa a constituição monumental do vale do Douro, de encostas íngremes e solos pedregosos, à ação contínua do ser humano, que moldou o espaço às suas necessidades agrícolas. Foi esta relação que criou um território centrado no cultivo da vinha, onde as adversidades do terreno deram lugar a uma paisagem antrópica.

É neste espaço que se produz o vinho do Porto, agente de dinamização regional da economia, da tecnologia, da cultura e das tradições há vários séculos. Assim, técnicas e saberes-fazer da paisagem evoluíram, transformaram-se, marcando a região. Além das formas de armação do terreno, o viticultor duriense criou outros elementos como edifícios de apoio à atividade agrícola, pomares, bordaduras de árvores, construções de água, etc. Estas estruturas, que fazem (ou faziam) parte do quotidiano dos trabalhadores agrícolas, são agora consideradas património, transformando-se a região vitivinícola em *região património*.



Fig. 1.
Mosaico paisagístico,
Quinta do Panascal,
Tabuaço.

¹ AGUIAR, 2000: 9.

Tendo em conta este objeto de estudo, a investigação centra-se nos conceitos de *paisagem* e *património*, questionando se diferentes entendimentos destes conceitos condicionaram o processo de patrimonialização/musealização e a própria gestão do ADV enquanto Património Mundial. Isto é, refletindo sobre eventuais divergências na perceção dos referidos conceitos entre quem classificou e gere o ADV e quem vive e constrói esse mesmo território, procura-se uma nova abordagem conceptual do ponto de vista da museologia que permita melhorar a eficácia da gestão desta *paisagem-património*.

Assim, neste artigo questiona-se *o que é paisagem?* considerando que a definição deste conceito varia de acordo com o posicionamento de cada um. Partindo desta questão e interrogando *como é que o território se tornou paisagem?* o nosso objetivo é aclarar as diferentes possibilidades de interpretação que este conceito pode ter na investigação da paisagem enquanto artefacto patrimonial. Tendo por base a revisão da literatura, analisam-se diversas perspetivas, considerando a evolução do termo e a forma como foi enquadrado em diferentes disciplinas. Em paralelo, discute-se o entendimento da paisagem a partir de uma interpretação fenomenológica, enquadramento que retira o primado da visão a que tradicionalmente se sujeita este artefacto privilegiando o contacto direto e implicado com a paisagem e os seus construtores.

PAISAGEM E TERRITÓRIO

Pela riqueza de interpretações, o conceito *paisagem* permite diferentes abordagens, que serão tanto mais ricas quanto mais abrangentes e agregadoras. Enquanto conceito, *paisagem* «não respeita as fronteiras disciplinares», sendo usado de forma sectorial, como na ecologia da paisagem ou planeamento da paisagem, quer de forma mais ampla nos estudos do património ou na geografia cultural². É por isso um conceito «transdisciplinar»³, passível de inúmeras definições e abordagens, como se infere do estudo da paisagem portuguesa coordenado por Cancela de Abreu⁴, onde a metodologia seguida é assumidamente holística e global, abarcando a dimensão ecológica, cultural, socioeconómica e sensorial.

Uma tentativa de resumir toda esta complexidade encontra-se na definição expressa na Convenção Europeia da Paisagem (CEP), proposta pelo Conselho da Europa:

² HOWARD *et al.*, 2013.

³ WATTCHOW, 2013: 1.

⁴ ABREU, 2004.

*uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos*⁵;

Partindo desta definição é possível assinalar alguns conceitos chave para entender o que é *paisagem*. Por um lado, percebemos que são as relações humanas e não-humanas⁶ em ação no território que a criam, o que remete para uma conceção da paisagem enquanto fenómeno espacial e temporal. A paisagem está no espaço e a sua transformação ocorre no tempo. Por outro lado, a paisagem evoca a questão da perceção, através da forma como é «apreendida pelas populações». Esta noção mais subjetiva da paisagem convoca a *experiência*, evento único que se cruza com as noções de espaço e tempo. É sobre estas dimensões que se pretende refletir para entender o que é *paisagem*.

Antes porém, interessa perceber como é que *parte do território* se tornou *paisagem* e por que esta se vincula à noção de *território*. Uma via para o entender é analisando a palavra *paisagem* (em inglês *landscape*), etimologicamente ligada ao termo alemão *Landschaft*, que designava na época medieval uma parte restrita de um território⁷. Originalmente associa-se ao mundo rural e às suas origens feudais, não se tratando apenas de «uma unidade territorial», como notado por K. Olwig, para quem o termo carrega «significados que vão muito para lá do cenário natural (...) [contendo] significados de grande importância para a construção da identidade pessoal, política e local»⁸. Esta conceção inicial da paisagem enquanto território remete para um espaço «constituído através de práticas sociais e ambientais»⁹. Lembremos que o conceito de território é eminentemente político, associando-se «a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição»¹⁰.

Regressando ao termo germânico medieval, este entra no vocabulário europeu por volta do final do século XVI – inícios do XVII¹¹, através da palavra holandesa

⁵ EUROPE, 2000: 5. A tradução portuguesa aqui transcrita foi retirada do Decreto n.º 4/2005, que verte para a lei portuguesa a Convenção Europeia da Paisagem, ratificada pelo Governo Português em 2000.

⁶ Em vez do termo *naturais*, opta-se pelo termo *não-humano* para designar os organismos e materiais com os quais o ser humano interage e que comumente se associam a uma conceção de natureza oposta à cultura.

⁷ Entre outros refira-se COSGROVE, 2006; SCHAMA, 1995; BROOK, 2013; BENDER, 2013; OLWIG, 1996; BENDER, 2005 [rep.].

⁸ OLWIG, 1996: 631.

⁹ COSGROVE, 2006: 54.

¹⁰ RONCAYOLO, 1986: 262.

¹¹ COSGROVE, *op. cit.*; DONADIEU, 2002: 20.

*Landshap*¹², empregue para nomear paisagens idílicas¹³, com uma conotação mais visual e artística da terra¹⁴, semelhante ao equivalente italiano *parerga*. Perdeu-se o primitivo sentido de território¹⁵ e o significado de *paisagem* torna-se ambivalente, tendo quer uma associação a «uma unidade de ocupação humana, uma jurisdição»¹⁶, quer uma conotação visual, cénica, designando um género de pintura do Norte da Europa e de Itália.

Este novo tipo de representação pictórica do espaço deve-se à utilização da perspetiva linear¹⁷. Deste modo, o pintor coloca-se forçosamente num ponto fixo para construir a sua obra. Condicionada pela perspetiva, altera-se a relação do Ocidente¹⁸ com a paisagem, que é deste modo objetivada – «um espaço euclidiano, uma “extensão de terra”»¹⁹. Esta possibilidade tornou-se central na forma de representar a ponto de, em diferentes línguas europeias, a palavra *perspetiva* ser sinónimo de *ponto de vista* ou *posicionamento* e não apenas de *desenho linear*. Passou a ser um conceito que domina o modo como as pessoas se posicionam para olhar e pensar o que as rodeia²⁰. De pintura de perspetiva, o conceito *paisagem* expandiu-se «para incluir formas “corretas” de ver a “natureza”»²¹. O espaço é racionalizado, submetendo-se às leis da geometria e ao rigor científico Cartesiano.

Como se constata, ao tornar o território *paisagem*, adequando-se aos cânones da modernidade emergente do Iluminismo e ao desenvolvimento do capitalismo, esta deixou de ser *terra/solo* para se tornar uma representação; algo que pode ser analisado e dissecado de diferentes modos, racionalizado pela ciência Cartesiana. Sobretudo, implicou que o ser humano se colocasse fora do mundo, numa posição de observador, como se não participasse na sua construção. Não apenas através da pintura, mas igualmente da cartografia, da literatura de viagens e, posteriormente, da fotografia e outras artes visuais, o espaço foi fixado através de pontos de vista específicos, separando observador e observado.

Mas, e se a paisagem nunca deixou de ser *terra*, um elemento material? Como nota Ingold, a análise etimológica feita ao termo *paisagem* (*landscape* em inglês)

¹² Segundo DONADIEU, 2002 este termo está também na origem do termo francês *paysage*.

¹³ SCHAMA, 1995: 10.

¹⁴ WYLIE, 2007: 21.

¹⁵ ANTROP, 2013: 12.

¹⁶ SCHAMA, *op. cit.*

¹⁷ CAUQUELIN, 2013; 2014: 27.

¹⁸ O conceito *paisagem* é aqui visto sempre do ponto de vista da cultura Ocidental, Europeia e Norte-Americana, que o desenvolveu a partir de uma relação com o mundo muito própria, que é estranha a outras culturas e conceções do mundo.

¹⁹ PEREIRA, 1999: 107.

²⁰ WYLIE, 2007: 56-58.

²¹ BENDER, 2013: 307.



Fig. 2.
Mulheres cavando,
Faveiros.

centrou-se no termo *scape*, como derivando do grego *skopos* e desta forma associando-o a um sistema *escópico*, de visão: «“Scape”, muito pelo contrário, vem do inglês antigo *sceppan* ou *skyppan*, que significa “dar forma” (Olwig 2008)»²². Ou seja, estará associado ao trabalho agrícola de transformação da própria terra.

Deste modo o *território é paisagem*, mas sem deixar de ser o solo em que se vive. Para vermos um território não temos necessariamente de nos separar dele. Na origem o termo designava não apenas o que se vê mas o que comporta, como a região ou o sistema de espaços rurais, noção que permite que a paisagem seja *vivida* e não apenas *vista*²³. Essa é a visão da geógrafa A. Sgard, que olha para *território* e *paisagem* como termos que partilham a mesma base, sendo ambos «construções históricas e sociais, feitos de propriedade individual e coletiva, uma mistura factual e simbólica, integrando as dimensões individuais e subjetivas, os imaginários e as práticas»²⁴.

É essa abordagem que defende Ingold²⁵, procurando compreender o mundo para lá das evidências mensuráveis da ciência Cartesiana. A paisagem surge em função das pessoas que a habitam e a forma como o fazem, constituindo-se mutuamente. Assim, este autor advoga que devemos posicionar-nos perante a paisagem não como observadores mas como participantes. Este posicionamento «não é oposto

²² INGOLD, 2011: 126.

²³ BROOK, 2013: 109.

²⁴ SGARD, 2012: 58.

²⁵ INGOLD 2000; —, 2011.

à observação mas uma condição para ela, tal como a luz é uma condição para ver as coisas, o som para as ouvir, e o tato para as tocar»²⁶.

Como se percebe das interpretações da origem do conceito, podemos, por um lado, ter uma *paisagem* que se aproxima mais do ser humano, onde ele está imerso, e, por outro, uma *paisagem* destinada a ser vista do exterior, representada. São principalmente estas duas correntes que marcam teoricamente diferentes disciplinas, que elegem a paisagem como objeto de estudo, cada uma focando aspectos diferenciados, procurando a sua definição, conceitos e métodos de investigação. Em suma, mais do que uma definição precisa do que é *paisagem*, parece importante definir como nos posicionamos perante ela, como a abordamos. Para investigar a paisagem é importante ter em conta como se olha para esse *artefacto*, uma vez que o posicionamento adotado irá claramente influenciar a ideia final de *paisagem*, bem como o rumo seguido pela pesquisa.

Assim, da questão inicial sobre *o que é a paisagem?* partimos para a interrogação *Paisagem: ver ou viver?*, paisagem como algo que é olhado ou habitado. Tal implica diferentes posicionamentos perante a realidade, associando-se ou a um pensamento decorrente do racionalismo moderno ou a reflexões fenomenológicas sobre a realidade. Ainda assim, como nota J. Wylie, observar e habitar não se excluem mutuamente pois «olhar é parte de viver, não um complemento»²⁷.

Entender a paisagem como *vista* implica a hegemonia da visão sobre os restantes sentidos. Esta postura, que estruturou o conceito ocidental de *paisagem*, surge a partir do Iluminismo, época marcada pela vontade de «domesticar e dominar um mundo objetivado»²⁸.

A conceção da visão como sentido nobre face aos sentidos de *contacto* é algo que vem já da Antiguidade grega, mas é Descartes quem a coloca no centro. Procurando evitar os erros da percepção, Descartes privilegia a cognição sobre a sensação²⁹, conduzindo o seu pensamento à separação entre corpo e mente, entre pensamento e mundo³⁰. Consequentemente há uma separação entre os mundos dos valores e dos objetos físicos, opondo assim *cultura a natureza*.

Deste modo, sujeito e objeto de conhecimento formam também uma dualidade oposta, em que o sujeito se coloca fora do mundo para o observar, tendo que «reconstruir o mundo, na mente, antes de qualquer envolvimento significativo com ele.»³¹. O espaço é neutralizado em mapas, representações, sem movimento, neutro.

²⁶ INGOLD, 2011: 129.

²⁷ WYLIE, 2007: 4.

²⁸ SALMOND, 1982 *apud* BENDER, 2013: 304.

²⁹ INGOLD, 2000, PEREIRA, 1999.

³⁰ WYLIE, 2007: 145-146.

³¹ PEREIRA, 1999: 2-3.

Simultaneamente também se neutraliza o tempo. Submetido ao rigor mensurável, torna-se linear, marcado por segmentos sempre iguais, artificiais, desligados do ser humano – como refere Ingold³² o tempo *descorporifica-se*. O ser humano fica assim fora do espaço e num tempo encapsulado, a paisagem fica lá fora, torna-se uma imagem cultural.

PAISAGEM E HABITAR O MUNDO

Considerando a paisagem como um processo em formação constante, o seu entendimento requer que se reconheça a experiência quotidiana que a constitui. Uma teoria que se adequa ao estudo da paisagem deste ponto de vista é a fenomenologia, já que «envolve a compreensão e descrição das coisas como são experienciadas pelo sujeito». Para Merleau-Ponty³³, o sujeito não é um mero espectador mas está envolvido e é esse envolvimento, que é material e físico, que determina a forma como se dá a sua percepção. Portanto, é a fisicalidade da relação do ser com o mundo que permite um melhor entendimento e conhecimento do mesmo³⁴. Deste modo acaba a oposição corpo/mente, sendo o corpo entendido como uma forma de *estar no mundo*³⁵ e não um objeto fora da consciência. Este posicionamento do corpo também permite ultrapassar o dualismo sujeito/objeto, uma vez que é a experiência do corpo que permite construir o conhecimento.

Dentro desta perspetiva é através das coordenadas relacionais do nosso corpo que contactamos com a paisagem, assentando aqui a experiência que temos dos lugares. Assim, a experiência dos lugares assenta na bilateralidade humana imposta pelas referidas dimensões, que constituem os limites da percepção, o que está visível do invisível, sendo cada experiência incompleta, dada de um *ponto de vista* – «nunca representamos o que está ali mas sempre e somente um aspecto» do que vemos³⁶. Contudo, Tilley nota que cada artefacto está no espaço, mas também está no tempo e, portanto, para o seu entendimento contam os aspectos visíveis como os invisíveis, num processo de formação constante.

³² INGOLD, 1993; —, 2000.

³³ MERLEAU-PONTY, 1999.

³⁴ TILLEY, 1994: 12; —, 2004.

³⁵ O conceito de *estar-no-mundo*, colocado em itálico, foi desenvolvido por M. Heidegger. Prende-se com a necessidade que o ser humano tem das coisas que constituem o mundo «os instrumentos da sua vida e da sua ação». Assim, *estar-no-mundo* tem a ver com essa relação estabelecida com as coisas, com o *cuidar* delas: «mudá-las, manipulá-las, repará-las, construí-las; e esta preocupação, por ser característica do homem enquanto está no mundo, determina também o ser das coisas no mundo.» ABBAGNANO, 1978: 197-8.

³⁶ TILLEY, 2006: 27.

Relativamente à questão da percepção Ingold³⁷ posiciona-se de forma diferente. Reconhecendo algumas limitações da interpretação fenomenológica, conjuga-a com a psicologia ecológica de James Gibson, procurando que corpo e mente não se oponham. Ingold elimina a oposição natureza/cultura considerando as pessoas como organismos cujo relacionamento não se limita à esfera da sociabilidade humana, mas que pressupõe uma interação com toda a vida orgânica. Este conceito de ser humano trata as relações sociais como relações ecológicas, isto porque tem em conta os organismos humanos e não-humanos.

Ainda relativamente à percepção da paisagem, Ingold³⁸ nota que a maioria dos autores, incluindo Tilley, se limita às relações das pessoas e ao conhecimento que desenvolvem na relação com a paisagem, esquecendo as condições meteorológicas. Ainda que não alterem a materialidade da paisagem, são fundamentais pois passamos a ver as mesmas coisas de forma diferente.

Outra questão central na construção do conhecimento a partir do corpo é a utilização de todos os sentidos. Estes são parte integrante do corpo, não havendo a primazia de um relativamente aos restantes. Mas note-se que os sentidos não são isolados, fazendo parte «da imersão de uma pessoa no mundo»³⁹. Em vez de usar os sentidos separadamente, como acontece no pensamento analítico, a percepção numa abordagem fenomenológica implica a sua conjugação. Como refere Tilley⁴⁰, no caso da paisagem a forma de participação é tal que não distinguimos os sentidos, sendo esse processo realizado posteriormente e de forma artificial.

A experiência incorporada permite assim acumular saber sobre os lugares, evocando uma outra dimensão fundamental para o conhecimento da paisagem: o tempo, que surge como uma quarta dimensão que se junta às dimensões espaciais⁴¹. Tempo e paisagem entrelaçam-se pois, à semelhança dos humanos que incorporam as suas experiências, também o meio ambiente incorpora uma série de ciclos «que se construíram sob a forma de paisagem»⁴². Em vez de uma abstração, o tempo é pautado pelos diferentes ritmos, não se podendo falar de uma cadeia unidimensional de tempo. Esta visão permite trazer o tempo de volta à vida dos seres humanos em função dos ciclos que criam pela forma como estão no mundo. Desta forma, a paisagem é gerada no movimento, estando em permanente construção – *a paisagem é o tempo materializando-se*, como define Bender.

³⁷ INGOLD, 2000.

³⁸ INGOLD, 2011.

³⁹ THOMAS, 2013: 47.

⁴⁰ TILLEY, 2004.

⁴¹ TILLEY, 2004; INGOLD, 1993, 2000.

⁴² INGOLD, 1993: 157.



Fig. 3.
Conhecer a
paisagem andando,
Quinta de Ventozelo,
S. João da Pesqueira.

Entender a paisagem e o ser humano (pessoa-organismo) deste modo implica, segundo Ingold⁴³, que tudo seja enquadrado numa *perspectiva de habitar*⁴⁴, proposta baseada na discussão dos conceitos de M. Heidegger⁴⁵ sobre o que é construir e habitar. Ingold sugere que é nesta prática de *habitar* que se transmite o saber-fazer e não através dos genes ou de práticas culturais. Dentro deste quadro, aquilo que o ser humano constrói resulta das suas relações práticas com o ambiente. A construção é um processo contínuo, que dura enquanto as pessoas *habitam* o meio⁴⁶. A paisagem torna-se um organismo vivo em que se desenrolam formas de habitar e onde interagem elementos humanos e não-humanos. A sua construção é contínua e permanente ao longo das estações, ao longo dos anos, implicando as populações com o seu espaço de vivência que é assim construído. Tal como Ingold, podemos falar das formas do ambiente como arquitetura, ainda que sem arquitetos, uma vez que construímos enquanto habitamos.

Neste enquadramento fenomenológico podemos definir paisagem como:

*o mundo como ele é conhecido por aqueles que nele habitam, que habitam os seus lugares e viajam pelos caminhos que os ligam*⁴⁷.

⁴³ INGOLD, 2000.

⁴⁴ O termo original é «dwelling perspective». O termo *dwelling* pode ser literalmente traduzido por local de habitação, casa e neste texto é entendido como habitar.

⁴⁵ A obra que serve de referência a Ingold é *Building, Dwelling and Thinking* (1971).

⁴⁶ INGOLD, 2000: 188.

⁴⁷ INGOLD, 1993: 156.

Ou como

*conjuntos percebidos e incorporados de relações entre lugares, uma estrutura de sentimento humano, emoção, habitação, movimento e atividade prática dentro de uma região geográfica que pode ou não possuir fronteiras topográficas precisas ou limites*⁴⁸.

CONCLUSÕES

Considerando as interrogações colocadas no início deste artigo, conclui-se que entre as várias interpretações do conceito de *paisagem* aquela que melhor se adapta a uma leitura museológica do artefacto é a que ultrapassa a tradicional noção do *ver*, convocando todos os sentidos para a experiência. Mais do que *vista*, a paisagem deve ser *sentida*. Esta utilização dos sentidos, proposta pela abordagem fenomenológica, pressupõe que se esteja dentro do mundo e não fora dele, como um espectador, concebendo o conhecimento da paisagem através da participação. Um conhecimento não participado «apenas nos pode dar modelos abstratos para pensar as paisagens em vez de modelos *de* paisagens como elas são sensorialmente vividas.»⁴⁹.

Nesse sentido, o contributo desta reflexão é entender musealmente a paisagem como um artefacto espacial e temporal, onde se desenvolve a vida através da relação de seres humanos e não humanos, e que, como fenómeno social, não se pode dissociar da experiência vivida. Entender este conceito sob esta perspectiva implica, pois, que se incorpore não apenas aquilo que se vê, mas toda a vida sensorial que gera os elementos materiais e imateriais que a compõem. Resultando do entrelaçamento entre território e comunidade, este artefacto testemunha a forma como se habita o mundo, constituindo por isso uma memória de formas de vida.

Reconhecendo que algumas das *experiências de paisagem* são dificilmente transponíveis para o papel, para a escrita, considera-se, contudo, que esta abordagem constitui uma interessante alternativa teórica e metodológica para entender a paisagem, permitindo explorar as contradições da sua patrimonialização a partir dos entendimentos de quem a constrói na sua atividade prática.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola (1978) – *História da Filosofia*. Vila da Feira: Editorial Presença, vol. XIV.
 AGUIAR, Fernando Bianchi de, ed. (2000) – *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: FRAH.

⁴⁸ TILLEY, 2004: 25.

⁴⁹ TILLEY, 2004: 28.

- ANTROP, Marc (2013) – *A brief history of landscape research*. In HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERTON, Emma, eds. – *The Routledge Companion to Landscape Studies*. London, New York: Routledge, p. 12-22.
- BENDER, Barbara (2005 [rep.]) – *Landscape and Politics*. In BUCHLI, Vitor, ed. – *The material culture reader*. Oxford: Berg, p. 135-74.
- (2013) – *Place and Landscape*. In TILLEY, Christopher et al., eds. – *Handbook of Material Culture*. London: Sage, p. 303-14.
- BROOK, Isis (2013) – *Aesthetic appreciation of landscape*. In HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERTON, Emma, eds. – *The Routledge Companion to Landscape Studies*. London, New York: Routledge, p. 108-18.
- CAUQUELIN, Anne (2013) – *Paisagem e virtual, dois mundos separados*. In CARDOSO, Isabel Lopes, ed. – *Paisagem Património*. Porto: Dafne Editora/CHAIA, p. 19-31.
- (2014) – *A invenção da paisagem*. Lisboa, Edições 70.
- COSGROVE, Denis (2006) – *Modernity, Community and the Landscape Idea*. «Journal of Material Culture», Vol. 11 (1/2), 49-66.
- DONADIEU, Pierre (2002) – *La Société paysagiste*. [s. l.], Actes Sud/ENSP.
- EUROPE, Council of (2000) – *European Landscape Convention*. Florence: Council of Europe.
- HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERTON, Emma, eds. (2013) – *The Routledge Companion to Landscape Studies*, London, New York: Routledge.
- INGOLD, Tim (1993) – *The Temporality of the Landscape*. «World of Archaeology» [Online], 25 [Accessed 27/09/2009].
- (2000) – *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, Routledge.
- (2011) – *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York, Routledge.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1999) – *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Martins Fontes.
- OLWIG, Kenneth R. (1996) – *Recovering the Substantive Nature of Landscape*. «Annals of the Association of American Geographers», 86, 630-653.
- PEREIRA, Sandra Isabel de Oliveira Xavier (1999) – *Acerca da visibilidade do lugar: experiência e representação do vale do Côa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa. Tese de mestrado em Antropologia.
- RONCAYOLO, Marcel (1986) – *Território*. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM.
- SCHAMA, Simon (1995) – *Landscape and memory*. New York, Random House.
- SGARD, Anne (2012) – *Le partage du paysage*. Grenoble: Université de Grenoble. Tese de doutoramento em Geografia.
- THOMAS, Julian (2013) – *Phenomenology and Material Culture*. In TILLEY, C. et al, eds. – *Handbook of Material Culture*. London: Sage.
- TILLEY, Christopher (1994) – *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford/ Providence: Berg Publishers.
- (2004) – *The Materiality of Stone: explorations in landscape phenomenology*. Oxford, New York: Berg.
- (2006) – *Introduction: Identity, place, landscape and heritage*. «Journal of Material Culture», 11 (1/2), 7-32.
- WATTCHOW, Brian (2013) – *Landscape and a sense of place: a creative tension*. In HOWARD, Peter, THOMPSON, Ian & WATERTON, Emma, eds. – *The Routledge Companion to Landscape Studies*. London, New York: Routledge.
- WYLIE, John (2007) – *Landscape*. London and New York: Routledge.

O PAPEL DOS EDIFÍCIOS ICÓNICOS NA CONFORMAÇÃO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA – ANÁLISE ARQUETÍPICA DE PROEMINENTES EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CURITIBA

ANDRÉ LUÍS CORDEIRO DA COSTA*

Resumo: Um conjunto de equipamentos públicos implementados em Curitiba, capital do Estado do Paraná, Brasil, a partir da década de 1980, é o objeto de estudo desta investigação. O objetivo está na compreensão do papel desempenhado por eles na conformação da cidade, sobretudo a partir do estímulo à criação de fortes imagens mentais, percebido como crucial ao processo de identificação dos lugares. Nesse sentido, explora-se uma possível abordagem para o estudo do lugar e de seus elementos constituintes, ostensíveis na paisagem urbana e comparáveis entre si através dos elencos de afinidade e analogia de princípios formais lógicos. Visualmente, reconhece-se nessas construções o emprego de arquétipos que ao aludir à memória coletiva, aproximam as dimensões históricas, culturais e urbanas, alterando intencionalmente o *genius loci*, entendido como o espírito do lugar.

Palavras-chave: Cidade Contemporânea, Arquétipos, Edifícios Icônicos, Lugares e Significados, *Genius Loci*.

Abstract: A set of public equipment implemented in Curitiba, capital of the State of Paraná, Brazil, in the 1980s, is the study object of this investigation. The objective is to understand the role played by them in the conformation of the city, especially due to the creation of strong mental images, crucial to the process of identifying places. In this sense, a possible approach for the study of the place and its constituent elements, ostensible in the townscape and comparable to each other through the analogy and affinity of formal logical principles method, is explored. Visually, it is recognizable in those constructions the use of archetypes that alluding to the collective memory, approximate the historical, cultural, and urban dimensions, intentionally altering the *genius loci*, perceived as the spirit of places.

Keywords: Contemporary City, Archetypes, Iconic Buildings, Places and Meanings, *Genius Loci*.

* Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | FAUP. andreluis_costa@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Recorrentemente, a expressão *cidade contemporânea* vem sendo utilizada como sinônimo para *cidade moderna*, *ecologicamente sustentável* e até mesmo para *cidade globalizada*. Entretanto, no presente trabalho é empregue para designar os aglomerados urbanos que se expandiram consideravelmente a partir da segunda metade do século XX, sobretudo na América, onde essa expansão teria ocorrido manifestamente por questões políticas e económicas¹. As cidades latino-americanas são relativamente recentes em comparação com as europeias e não apresentam, tal como estas, ligações tão evidentes com o passado. O que não significa, contudo, que tenham surgido ao acaso ou que não possuam valores históricos. Pelo contrário, comumente são cidades idealizadas, nas quais se percebe através da análise de seus equipamentos urbanos, a presença de uma série de conexões previa e propositalmente instituídas. A hipótese de que Curitiba, capital do Estado do Paraná, Brasil, enquadrar-se-ia em semelhante situação, para além de suscitar polémicas que estimulam o debate académico e, conseqüentemente, aprofundam o exercício crítico, justifica a presente investigação.

DESENVOLVIMENTO

1. Os *signos* são instrumentos de comunicação e representação, pelo que é através deles que se configura linguisticamente a realidade e se distinguem os mais variados objetos pertencentes ao universo objetivo². Basicamente, constituem uma relação complexa entre os sons (ou uma sequência deles), as respectivas correspondências gráficas e os *conteúdos* e *significados* que se lhes atribuem a partir de convenções culturais³. Nesse sentido, entende-se *o símbolo como um tipo especial de signo*, um elemento crucial do processo comunicativo que é compreendido de maneiras distintas consoante à *região cultural* em que se insere, relacionado, portanto, a questões étnicas, linguísticas, políticas, tecnológicas, entre outras. «A simbolização implica ‘traduzir’ para outro meio um significado experimentado. [...] O objetivo da simbolização é libertar o significado da situação imediata, por meio do que se torna um ‘objeto cultural’ [...]»⁴.

¹ COLQUHOUN, 2004: 197-200.

² «O signo linguístico não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica» (SAUSSURE, 2006: 80).

³ «Combinação do conceito e da imagem acústica» (SAUSSURE, 2006: 81).

⁴ NORBERG-SCHULZ, 1976: 453.

2. Admite-se que a confecção de objetos resulta numa materialização simbólica, tornando-os bens culturais diretamente associados aos estágios de desenvolvimento da sociedade⁵. Como reflexos de uma determinada intenção, solução para uma necessidade específica ou a exploração de novas possibilidades, esses símbolos consistem em parâmetros empregues na classificação dos diferentes períodos históricos e movimentos artísticos. De facto, ao considerar uma moeda grega, uma romana e outra contemporânea, por exemplo, verifica-se que apesar de possuírem a mesma *função e forma*, o que lhes conferiria o *caráter* de moeda, não possuem o mesmo significado e, por consequência, conteúdo. Podem, em certa altura, terem possuído valores de uso e de troca semelhantes, porém com o passar do tempo e as transformações sociais, certamente tiveram os seus valores consideravelmente alterados.

3. Reconhece-se, então, que tudo o que é compreendido pelo homem possui um caráter, e destituído dele, a compreensão plena dos objetos não será possível⁶. Entretanto, quando o caráter do objeto é considerado tão somente como uma relação entre a forma e a função ou entre a forma e a estrutura, não é capaz de determinar *per se* a sua condição real, isto é, tudo o que ele estará a representar. Acredita-se que, para além da consideração às dimensões formais funcionais e estruturais, o verdadeiro caráter dos objetos possuirá dimensões referentes tanto ao significado quanto ao conteúdo. Ademais, «a funcionalidade dos objetos modernos torna-se historicidade do objeto antigo (ou marginalidade do objeto barroco, ou exotismo do objeto primitivo) sem todavia deixar de exercer uma função sistemática de signo»⁷. Por isso, para além dos *valores de uso* e de *troca*⁸, atribuem-se também aos objetos *valores simbólicos*⁹, diretamente associados aos fenômenos de *comunicação*¹⁰ e de *significação*¹¹.

4. Uma vez que esses objetos resultam das intenções e a ações do homem sobre a superfície – obtidos em decorrência do seu grau conhecimento e estágio de adiantamento – estarão incutidos de expressão artística e, sendo assim, é perfeitamente possível lhes atribuir o estatuto de obra de arte. São, portanto, *artefactos*¹² ou, no âmbito arquitetônico, as construções que delimitam e conformam as vias e os espaços, como os parques, as praças, os jardins, e os demais componentes do

⁵ Cf. LEMOS, 1987, 2006: 7-11.

⁶ BAEZA, 2013:77-79.

⁷ BAUDRILLARD, 2015: 82.

⁸ COLQUHOUN, 1981: 275.

⁹ Cf. BORDIEU, 2015: 99-104.

¹⁰ AGREST & GANDELSONAS, 1973: 133.

¹¹ Presume-se que, independentemente das intenções originais, todo objeto não só seria capaz de transmitir mensagens, como possuiria também um significado (Cf. WAISMAN, 2013: 183).

¹² Junção das palavras *arte e facto* (razão) (Cf. BAEZA, 2013:78).

ambiente construído. Somam-se a este ambiente, os monumentos, «[...] do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* ('advertir', 'lembrar'), aquilo traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de trocar, pela emoção, uma memória viva»¹³. Suas motivações variam, por exemplo, da homenagem póstuma, expressa por esculturas, estátuas e lápides, aos memoriais de guerra e aos marcos de conquista territorial, como o marco-padrão português (Fig. 1).

5. Estruturas dotadas de grande valor simbólico a partir das quais se torna mais fácil ao homem estabelecer relações entre si e a realidade que o cerca, os edifícios monumentais serão, na verdade, a junção da construção com o monumento: o edifício-monumento. Verdadeiros *marcos referenciais*¹⁴, podem ou não ser dotados da *monumentalidade*, capacidade dos artefactos de criarem *círculos de presença* devido às dimensões e proporções físicas avantajadas que possuem, destacando-se dos demais. Em grandes cidades brasileiras como Curitiba, observa-se que ao mesmo tempo em que são conformados pelas legislações urbanísticas – nas cada vez mais raras ocasiões em que se percebe uma ação relativamente direta do domínio *público* sobre o *privado* – os edifícios monumentais acabam por conformar os espaços públicos livres (Fig. 2). Para além de agentes conformadores do espaço, são, pois, transformadores da paisagem urbana e contundentes unidades geradoras de *lugares*¹⁵.

6. O espaço é uma construção mental, teórica, genérica e indefinida, baseia-se em medidas, posições e relações entre os objetos numa condição tridimensional, enfim, é idealizado e mensurado a partir da concepção de artificiais¹⁶. O que não significa, contudo, que ele seja apenas uma noção essencialmente matemática: é, antes, uma dimensão existencial¹⁷. Já o *lugar* é o espaço experimentado, transformado pelas *cargas emocionais* que lhe são atribuídas pelo homem, e por isso adquire um estatuto concreto, empírico, articulado, «[...] definido por substantivos, pela qualidade das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos; é ambiental e, do ponto de vista fenomenológico, está relacionado com o corpo humano»¹⁸. É *onde a mente toca o sítio* e cria uma atmosfera a partir da qual as relações com o mundo são estabelecidas, como um produto da *experiência sensorial* nas mais distintas concepções que o termo abrange¹⁹.

¹³ CHOAY, 2006: 17-18.

¹⁴ Cf. LYNCH, 1997, 2006: 88-92.

¹⁵ ROSSI, 2001: 116-117.

¹⁶ Cf. MONTANER, 2012: 33.

¹⁷ NORBERG-SCHULZ, 1976: 449.

¹⁸ MONTANER, 2012: 33.

¹⁹ UNWIN, 2013: 27.



Fig. 1.
Marco-padrão português. São Vicente, 2005 e São Pedro do Estoril, 2016.
Fonte: Daniel Mass e acervo do autor.

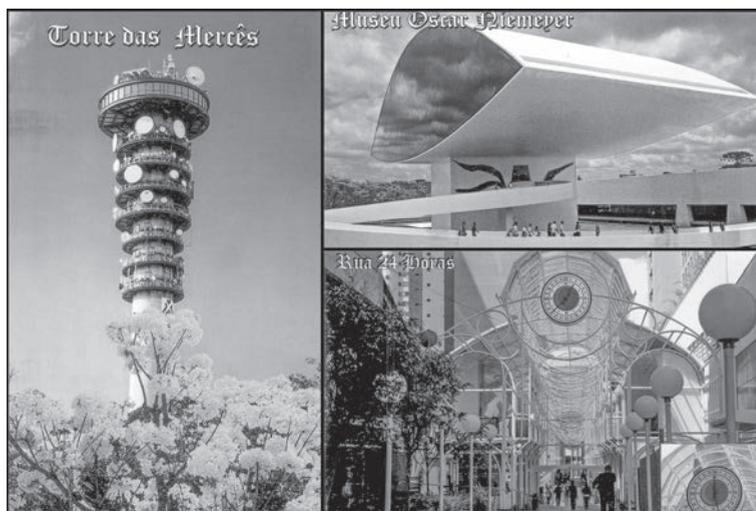


Fig. 2.
Edifícios na Avenida Paulista e vão-livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP), numa manhã de domingo.
Fonte: acervo do autor.



Fig. 3.
Cartões-postais de Curitiba contendo o Jardim Botânico Municipal, a Universidade Livre do Meio Ambiente, a Ópera de Arame e o Bosque João Paulo II.
Fonte: acervo do autor.

Fig. 4.
Cartões-postais de Curitiba contendo a Torre Panorâmica das Mercês, o Museu Oscar Niemeyer e a Rua 24 horas.
Fonte: acervo do autor.



7. Entende-se o lugar, portanto, como uma condição *sine qua non* da arquitetura: «o propósito existencial do construir (arquitetura) é fazer um sítio tornar-se um lugar, isto é, revelar os significados presentes de modo latente no ambiente dado»²⁰. Quando o espaço é vivenciado pelo homem a partir das experiências sensoriais, torna-se um lugar e a construção, torna-se arquitetura. Todos os lugares assumem um caráter de centro existencial, uma *imago mundi* ou microcosmo, conjunto de significados apreendidos pelo homem cuja reunião não prescinde da simbolização e da transposição de sentidos. Esses sentidos podem ser modificados com o passar dos anos dentro de certas limitações definidas pela capacidade do lugar em “receber” novos conteúdos, consoante os *modelos da realidade* adoptados pelo homem como base para as suas ações²¹.

8. A maneira pela qual o homem se identifica visualmente com o ambiente estaria intimamente associada à paisagem, que por sua vez necessita de um espaço de enquadramento em benefício do estabelecimento das boas relações entre as pessoas com a cidade e o mundo que as cerca:

É bem verdade que precisamos de um ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico. Ele deve falar dos indivíduos e de sua complexa sociedade, de suas aspirações e tradições históricas, do cenário natural, dos complexos movimentos e funções do mundo urbano. Mas a clareza da estrutura e a expressividade da identidade são os primeiros passos para o desenvolvimento de símbolos fortes. Ao aparecer como um lugar admirável e bem interligado, a cidade poderia oferecer uma base para o agrupamento e a

²⁰ NORBERG-SCHULZ, 1976: 454.

²¹ *Idem*.

organização de tais significados e associações. Em si mesmo, esse sentido de lugar realça todas as atividades humanas que aí se desenvolvem e estimula o depósito de um traço de memória. Devido à intensidade de sua vida e ao aglomerado de gente tão dispar, a cidade grande é um lugar romântico e rico em detalhes simbólicos. Para nós, é tão esplêndida quanto aterradora, “a paisagem de nossas confusões”, como Flanagan a chama. Se fosse legível, realmente legível, o medo e a confusão poderiam ser substituídos, com prazer, pela riqueza e pela força do cenário²².

9. Uma imagem viável requer, primeiro, a identificação de um objeto, o que implica sua diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de identidade, não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade²³. Assim como um artefacto qualquer, a exemplo do marco-padrão português – estruturas constituídas por uma trave em cantaria sobre a qual esculpia-se o brasão de armas da coroa – que, distribuído ao longo de todo o território conquistado, demarcava-o e simbolizava a soberania portuguesa, as edificações possuirão conteúdo e também serão capazes de transmitir mensagens, demarcar o espaço e participar ativamente na criação da identidade de um lugar: *A identidade humana, portanto, pressupõe a identidade do lugar²⁴*: em razão da posição social ocupada pelas pessoas, pelos sistemas de pensamento por elas desenvolvidos e pelas questões políticas e culturais, é que se determina a porção do mundo acessível, ou seja, perceptível pelas faculdades humanas²⁵.

10. Com efeito, são considerados ícones, os signos que possuem uma correspondência formal direta com aquilo que estão a representar. Poder-se-á objetar, contudo, que todo o universo arquitetônico é icônico, mesmo nos casos em que assumidamente não se teve a pretensão de criar um ícone, uma vez que o campo disciplinar da arquitetura é direcionado à criação de imagens, físicas e mentais. Entretanto, ainda assim, permanece inalterável o facto de que uns edifícios são mais icônicos do que outros e de que algumas edificações são idealizadas precisamente para o cumprimento deste propósito. Tal e qual uma obra de arte, que permite múltiplas interpretações, quanto mais facilmente forem distinguidas, em relação às demais construções, as formas de um edifício, mais icônico ele será. Mais variadas serão as suas leituras e mais fortes serão as imagens mentais por ele estimuladas que, por sua vez, tão mais eficazes serão, quanto maior for o número de indivíduos que envolverem.

²² LYNCH, 1997, 2006: 134-135.

²³ *Idem*: 9.

²⁴ NORBERG-SCHULZ, 1976: 457.

²⁵ Cf. RANCIÈRE, 2009.

11. O conceito de iconicidade está associado, portanto, às propriedades essenciais dos artefactos: no âmbito da arquitetura, à espacialidade e ao caráter das construções. De maneira sucinta, princípios formais lógicos, originais, imutáveis, atemporais e genéricos, denotam as formas arquitetônicas primogênicas: o arco, o dólmen, o templo, a cabana primitiva, a cova, a escalinata²⁶. Destas, provêm os arquétipos, tipos arquitetônicos validados pela história, cuja forma é ideal: ao mesmo tempo em que elementar e abstrata, é pregnante e repleta de significado. Empregues na concepção dos edifícios icônicos, estes elementos transformam o *genius loci*, «[...] o ‘espírito do lugar’ que os antigos reconheciam como aquele ‘outro’ que os homens precisam aceitar para ser capazes de habitar»²⁷. Desse modo, o observador ao reconhecê-los como entidades separáveis, atribui-lhes identidade e, concomitantemente, identifica-se com o ambiente em que ambos estão inseridos. Os seus efeitos poderão, portanto, ser infinitamente determináveis, variando também conforme a natureza das pessoas e a ideia que elas fazem do lugar, ou seja, conforme a *memória coletiva*²⁸.

12. Curitiba, capital do Estado do Paraná, localizado na Região Sul do Brasil, é notadamente reconhecida como modelo pelo sistema público de transportes inovador e por um conjunto de projetos de arquitetura e iniciativas urbanísticas associados a uma linha de pensamento considerada eco eficiente²⁹. Com pouco mais de trezentos anos e cerca de três milhões e meio de habitantes³⁰, é a quinta cidade mais populosa do país e já sediou grandes eventos como a *United Nations COP8 (2006)* e a *Copa do Mundo FIFA de Futebol (1950 e 2014)*. Com poucos atrativos naturais, não surpreende o facto de que os principais cartões-postais da cidade são precisamente edificações icônicas que acompanharam o crescimento vertiginoso da cidade nas últimas décadas.

13. Essas intervenções, intensificadas nos anos 1990, resultaram na criação de um conjunto de importantes marcos referenciais que, por sua vez, consolidaram a identificação com dos curitibanos com a própria cidade (Fig. 3 e 4). Como componentes detectáveis da estrutura complexa³¹, os equipamentos públicos procuravam expressar o que são os curitibanos, o que os constitui, o que os representa. Destacados na paisagem urbana, considerada para além do conjunto coerente de elementos que organizam visualmente os diferentes tipos de espaço que consti-

²⁶ MONTANER, 2012: 90.

²⁷ NORBERG-SCHULZ, 1976: 449.

²⁸ Cf. ROSSI, 2001: 197.

²⁹ Cf. MONTANER & MUXÍ, 2013: 128-129.

³⁰ Considerando-se a população da Região Metropolitana (PMC, 2016).

³¹ ROSSI, 2001: 114-117.

tuem o ambiente urbano³², a manifesta representação da arquitetura da cidade³³, os casos de estudo analisados utilizam extensiva e intencionalmente os arquétipos como recurso para a construção de uma nova imagem da cidade.

14. Nos memoriais que homenageiam os povos europeus que são considerados constituintes primários da população curitibana, como o *Bosque do Papa João Paulo II* (1980), remontaram-se “casas típicas” polonesas da década de 1870. Articuladas em torno de um pátio central, conformam uma vila artificialmente montada nos anos 1980, quando da passagem do pontífice Carol Woithila pela cidade. Exemplares legítimos da adaptação da cultura construtiva dos colonos poloneses às circunstâncias locais do século XIX, *per se* arquetípicas, quando posicionadas lado a lado constituem um conjunto ainda mais icônico. Estratégias semelhantes acompanharam os planos para o *Bosque Italiano* (1993), o *Memorial Ucraniano* (1995) e o *Bosque Alemão* (1996).

15. O *Setor Cultural Largo da Ordem* (1996) compreende uma série de construções no Centro Histórico de Curitiba, dentre as quais o *Memorial da Cidade de Curitiba* e a *Casa da Memória* (Fig. 5). Na primeira, alude-se à *araucária angustifolia*, espécie arbórea nativa e símbolo oficial do Estado. Uma grande cobertura metálica fixada num pilar central de betão armado remete, respectivamente, aos galhos e ao tronco principal da árvore, ao redor do qual dispõem-se salas de exposição e apresentação. Estratégia de organização similar que já havia sido empregue na *Torre Panorâmica das Mercês* (1991), que nada mais é do que a figura da araucária, as plataformas fazendo a vez dos galhos, e o robusto pilar central de betão armado, a vez do tronco central. Na *Casa da Memória*, replicam-se as formas geométricas das construções do núcleo original da cidade, uma composição de “recorte e colagem” que é facilmente reconhecível na ordem e estrutura das aberturas, bem como na lanterna da escadaria.

16. Eventualmente, a figura conformada pelo edifício é lida de maneira tão evidente pelas pessoas, que acaba por alterar o nome da construção. O *Museu Oscar Niemeyer* (2002) é conhecido pela população local como *museu do olho*, devido ao aspecto visual assumido por uma de suas salas de exposição. Não se pode afirmar que Oscar Niemeyer tenha recorrido ao *animismo* ao conceber esta parte do edifício, embora suas linhas gerais lembrem as de um olho humano. Recursos de abstração da forma, são também verificados nas edificações da *Ópera de Arame* (1992) e da *Universidade Livre do Meio Ambiente* (1992). Em ambos, Domingos Bongestabs decompôs o sólido geométrico do cilindro num polígono estrelado, cujas faces recebem as estruturas de vedação. A regularidade geométrica se opõe

³² Cf. CULLEN, 1971: 9-14; 195-197.

³³ Cf. ROSSI, 2001: 198.

às irregularidades da paisagem natural envolvente: do intencional jogo de opostos, a proeminência.

17. Conquanto mecanismos de abstração formal, tais como a *unidade*, o *deslocamento*, a *superposição*, e a *continuidade*, sejam axiomáticos nas concepções da *Estufa do Jardim Botânico Municipal (1991)* e da *Rua 24 horas (1991)*, estas construções não deixam de ser reproduções de arquiteturas estrangeiras. Ambas têm na figura envidraçada de pavilhões europeus do século XIX, apelidados de palácios de cristal, fonte de inspiração. Nelas, para além do emprego de formas elementares, não há distinção entre as vedações laterais e a cobertura, o que lhes confere uma solidez monolítica. Tal e qual ocorre com as *estações-tubo*, paragens de autocarro recobertas por um pano de vidro apoiado sobre pórticos metálicos tubulares. Produzidas em série, elas são igualmente protótipos, sistematicamente replicadas ao longo da cidade.

CONCLUSÃO

Através dos edifícios icônicos, os arquitetos são capazes de modificar a configuração dos lugares e, com isso, atribuir-lhes novas identidades. Em Curitiba, do protótipo das paragens de autocarro, denominadas *estações-tubo*, aos arquétipos empregues na

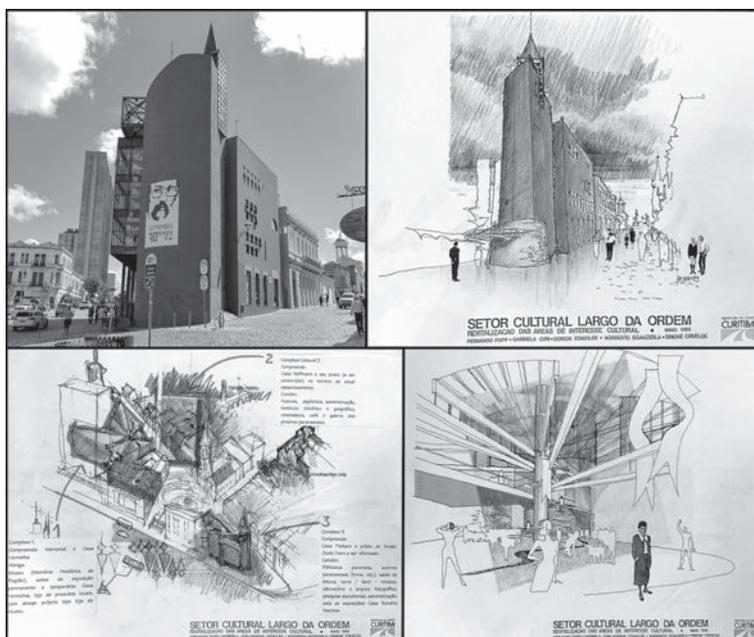


Fig. 5. Fotografia da *Casa da Memória* e pranchas do projeto para o *Setor Cultural do Largo da Ordem*. Fonte: acervo do autor e IPPUC.

concepção dos seus equipamentos públicos mais importantes, evidencia-se a utilização de artifícios para a construção de uma imagem clara e coerente para a cidade. A partir da seleção cuidadosa de referências locais e culturais, presentes nos mais distintos elementos arquitetônicos com que os equipamentos públicos foram concebidos, os projetistas reafirmam um potencial simbólico para a arquitetura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGREST, Diana; GANDELSONAS, Mario (1973) – *Semiótica e arquitetura: consumo ideológico ou trabalho teórico*. In NESBITT, Kate (org.). (2006,2008). *Uma nova agenda para a arquitetura moderna*. São Paulo: Cosac Naify, p. 130-140.
- BAEZA, Alberto Campo (2013) – *Principia Architectonica*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- BAUDRILLARD, Jean (1968, 2007, 2015) – *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva.
- BORDIEU, Pierre (2015) – *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- CHAFES, Rui (2012,2014) – *Entre o céu e a terra*. Lisboa: Documenta.
- CHOAY, Françoise (1992, 2001, 2006) – *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP.
- COLQUHOUN, Alan (2004) – *Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-1987*. São Paulo: Cosac Naify.
- (1967,1981) – *Tipologia e metodologia de projeto*. In NESBITT, Kate, org. (2006,2008) – *Uma nova agenda para a arquitetura moderna*. São Paulo: Cosac Naify, p. 273-283.
- CULLEN, Gordon (1971) – *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.
- FLORIÊNSKI, Pável (2012) – *A perspectiva inversa*. São Paulo: Editora 34.
- FRAMPTON, Kenneth (1983) – *Perspectivas para um regionalismo crítico*. In NESBITT, Kate, org. – *Uma nova agenda para a arquitetura moderna*. (2006,2008), p. 504-520.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC.
- LEMONS, Carlos (1987, 2006) – *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense.
- LYNCH, Kevin (1997,2006) – *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- MONTANER, Josep Maria (1997, 2012) – *A modernidade superada*. São Paulo: Editora Gustavo Gili.
- MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida (2011, 2013) – *Arquitectura y Política – ensayos para mundos alternativos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. (tradução livre do autor).
- NORBERG-SCHULZ, Christian (1976) – *O fenômeno do lugar*. In NESBITT, Kate (org.). (2006,2008) – *Uma nova agenda para a arquitetura moderna*. São Paulo: Cosac Naify, p. 443-461.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – PMC.
- RANCIÈRE, Jacques (2005, 2009) – *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34.
- ROSSI, Aldo (1995, 2001) – *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- SAUSSURE, Ferdinand de (27ª ed., 2006) – *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.
- UNWIN, Simon (2009,2013) – *A análise da arquitetura*. Porto Alegre: Bookman.
- WAISMAN, Marina (2011,2013) – *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva.

OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DOS AÇORES NOS SÉCULOS XV E XVI*

ANTONIETA REIS LEITE**

Resumo: A descoberta das ilhas atlânticas próximas, da Madeira (c.1420) e em seguida dos Açores (c.1427), trouxe ao reino de Portugal um novo desafio, começar do zero num território longínquo e desconhecido. A abertura de vias como elemento basilar da estratégia dos processos de colonização e domínio do território esteve presente desde o primeiro momento, afirmando-se como um instrumento essencial à concretização e materialização dessa estratégia. Neste texto analisa-se, nomeadamente, como as vias, elementos estruturantes que marcam profundamente a paisagem construída nas ilhas, se desenharam e como contribuíram para a matriz territorial e agrícola, resultante do processo de colonização da terra e da legislação quatrocentista de ordenamento de território que lhe estava associada.

Palavras-chave: Açores; Caminhos; Sesmarias; Ordenamento do território.

Abstract: The Madeira (circa 1420) and the Azores (circa 1427) islands, located on the North Atlantic area, were discovered uninhabited and settled by the Portuguese starting on the first half of the fifteen century, compelling the kingdom of Portugal into a new challenge by start over in a remote and uncharted territory. Through a land reclamation system imposed by the central power, the territory was divided and land grants were distributed among settlers, and new towns were founded, as heads of newly created jurisdictions. The opening of roads was a core element of the colonization process, as it appears expressed in the landscape design and on the documents ruling the settlement process, both analysed in this paper.

Keywords: Azores (Terceira island, Portugal); Roads; Settlement; Land reclamation.

* Este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto de pós doutoramento financiado pela FCT: *10 Vilas de Fundação nos Açores (séc. XVI). Urbanística e ordenamento do território na colonização do atlântico.* (SFRH/BPD/93497/2013).

** CES – Universidade de Coimbra, CHAM – Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores. antonietaleite@hotmail.com; antonietaleite@ces.uc.pt.

INTRODUÇÃO

O sucesso da construção de um território novo depende, em grande medida, do desenho e da capacidade de implementação de uma estratégia de ordenamento do território estruturada. Não foi exceção o caso dos Açores, onde a estratégia se concretizou primeiro no ordenamento administrativo e jurídico, respetivamente através da definição do sistema da donataria e capitánias, e nos regimentos, cartas de doação de capitánias e sesmarias, que progressivamente vieram suportar, na prática, a materialização da estratégia sobre o terreno através de três vetores de atuação conjugada e simultânea, que, por isso mesmo, apenas podem ser compreendidos se analisados conjuntamente.

São eles: – a fundação de vilas; – a distribuição de terra pelos povoadores com progressiva demarcação dos limites entre propriedade privada e propriedade pública; – e a abertura de vias de comunicação.

Não obstante a associação intrínseca deste conjunto, diretamente relacionado com o último ponto referido – a abertura de vias de comunicação, sobressai o tema da construção de caminhos como um elemento basilar da ocupação humana das ilhas, elemento com forte impacto na estruturação da paisagem, na criação da rede viária de ligação entre núcleos de povoamento e ainda na mediação entre espaços públicos e privados.

Por esta ordem de razões este texto procurará demonstrar, através de alguns casos concretos, como se procedeu na origem ao ordenamento dos novos territórios atlânticos, focando em particular o tema da abertura de caminhos, destrinchando que práticas e que agentes intervieram no processo, bem como alguns dos resultados materialmente alcançados.

INSTRUMENTOS LEGAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

De que a abertura de caminhos foi estrutural na implementação do processo de ocupação e ordenamento do território das ilhas, desde uma fase embrionária, não restam dúvidas. Isso mesmo asseguram as fontes coevas do processo de ocupação inicial, fontes que sendo escassas não deixam por isso de ser ricas e muito úteis para a compreensão deste assunto, demonstrando nomeadamente como é efetivamente de construir um novo território que se trata, atendendo às circunstâncias da tarefa num lugar novo, desconhecido e ainda por humanizar.

Especialmente elucidativo de como na prática e no terreno se procedeu à demarcação territorial das capitánias, ao repartimento de terras e à fundação de povoações é o retrato do primeiro capitão do Funchal, Gonçalves Zarco, transcrito por Gaspar

Frutuoso, o mais antigo cronista açoriano que, no último quarto do século XVI, escreveu a obra «Saudades da Terra». Conta o cronista que depois de ter o capitão ordenadas as casas de devoção e outras para agasalho dos que vinham povoar, foi com Tristão Vaz, capitão da parte do Machico, «para descobrindo a terra» fazer entre ambos a partição da ilha, e determinou correr toda a costa dela «e ordenou repartir a terra com quem a aproveitasse, para que mandou fazer prestes certos batéis que haviam de ir por mar, e ele com alguns cavalos e gente de pé por terra, uns dantes dos outros por não haver ainda caminhos»¹.

Como expressivamente demonstra este relato, a costa foi o primeiro dos territórios e o mar o primeiro dos caminhos.

No caso dos Açores, após um período inicial que, dada a dispersão geográfica se caracterizou como mais experimental e menos formalizado, procedeu-se a partir de 1474, à divisão final do território da donataria dos Açores em oito capitánias, dando expressão administrativa a uma estratégia clara de ordenamento do território. Esta primeira reorganização do território açoriano foi fortemente impulsionada por D. Beatriz, viúva do segundo donatário D. Fernando, à frente do destino das ilhas em nome dos filhos menores entre 1470 e cerca de 1484 e incluiu, além da definição das circunscrições administrativas, a estabilização da primeira rede concelhia, fazendo corresponder à formalização de cada capitania, a fundação de uma vila cabeça do novo território criado².

Enquanto a entrega das jurisdições aos respetivos capitães se formalizou pela edição em carta de doação, documento onde se esclareciam os direitos e deveres que lhes cabiam, complementarmente regulamentaram-se por um regimento de povoamento, conhecido da historiografia açoriana por *regimento antigo* ou *regimento de dona Beatriz*³, os preceitos da apropriação do território, esclarecendo nomeadamente por quem e como devia ser distribuída a terra, quem fiscalizaria o processo, bem como que parcelas deviam permanecer no domínio público dos povos, entre elas aquelas reservadas para a abertura de caminhos.

Contudo, a referência mais antiga a legislação especificamente direcionada ao ordenamento do território está inserta na obra já mencionada de Frutuoso, onde é relatada a entrega de um conjunto de dadas de terra em sesmaria nos lugares de Ponta Delgada e de Água de Pau, na ilha de São Miguel, datadas de 16 de abril de

¹ FRUTUOSO, 1998: II, 32.

² LEITE, 2015a.

³ A partir de 1495, com a incorporação da donataria na Coroa, nova legislação é emitida, nomeadamente o Regimento del Rei cujos poucos capítulos que se conhecem estão publicados juntamente com o Regimento de D. Beatriz no Arquivo dos Açores sob o título “Regimen Primitivo da Propriedade nos Açores”. CANTO, 1983: vol. XII, pp. 385, 390, 392, 398 e 399. Veja-se ainda, GREGÓRIO, 2007: 122-124.

1472, data enquadrável no consulado de D. Beatriz e que poderá, eventualmente, corresponder a outro capítulo do referido Regimento.

Começa a informação do cronista por esclarecer que o colono beneficiado com terras tem por obrigação deixar o caminho necessário para o concelho. Normativa repetida em diversos documentos posteriores e introduzida como preceito nas cartas de dada de sesmarias que especificam «lhe assim dou [a terra] com tal condição que da feitura desta minha carta até cinco anos primeiros seguintes, elle roce os montes, lavre e aproveite as ditas terras dando por ellas caminhos e serventias e regos de agua pera o concelho se lhe necessários forem»⁴. Impõe ainda uma faixa de oitenta passadas de distância à costa para canadas e pasto de gados que se houvessem de criar. A mesma declaração acrescenta que as referidas dadas de sesmaria, com diferentes larguras, estender-se-iam do mar à serra quanto os possuidores pudessem romper com condição que a cortassem até cinco anos.

Às doações de terra e privilégios fiscais atribuídos aos povoadores nos primeiros anos da arroteia, juntou-se o ordenamento do território, na senda de um controlo eficaz sobre todo o processo de povoamento.



Fig. 1.
Foto aérea de Ponta
Delgada, ilha de São
Miguel.
(CALDAS, 2000)

A paisagem muito geometrizada que ainda hoje estrutura o território das ilhas é a expressão material desta estratégia política, determinada e resoluta, que em primeiro lugar pretendia garantir que o povoamento se processava de forma lucrativa, otimizando a produção agrícola assim como o sistema de controlo fiscal.

⁴ FRUTUOSO, 1980: Livro IV: 230.

A ABERTURA DE CAMINHOS E O DESENHO DO TERRITÓRIO

Esta estratégia de ordenamento do território, identifica-se ainda hoje, claramente, no cadastro do território de Ponta Delgada, pelo que vale a pena olhar para este caso com maior pormenor⁵.

O espaço físico configurado pela vila de Ponta Delgada, fundada em 1499, resulta da estrutura viária nascida quando ainda era lugar. Isto é, mesmo não se conhecendo documentos comprovativos além daqueles mencionados por Frutuoso, é admissível propor que ainda no último quarto do século XV o lugar de Ponta Delgada viu os percursos que uniam os pontos de povoamento original, as dadas de sesmaria, serem progressivamente preenchidos com a ocupação linear em lotes que subdividiavam, limitavam, desenhavam e definiam a primeira rua, atribuindo, deste modo, consistência ao conjunto formado pelas entidades que eram dissociadas e autónomas – os assentamentos, e pelos caminhos de ligação entre esses núcleos embrionários. Cami-

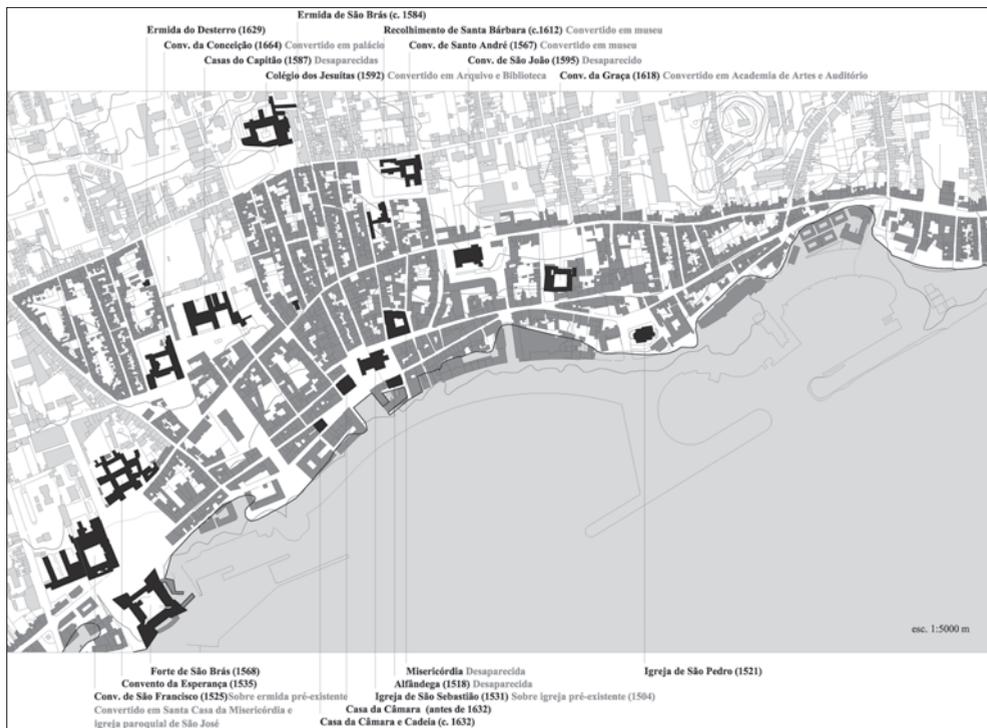


Fig. 2. Planta síntese de Ponta Delgada, ilha de São Miguel. (LEITE, 2005)

⁵ Sobre a evolução urbana da malha de Ponta Delgada, desde a origem até à sua consolidação no século XVII consultar (LEITE, 2015b: 285-376).

nhos, esses, estruturados sobre a franja de 80 passadas que a normativa dirigida ao território definiu como limite da área comunitária por oposição ao espaço das dadas de terra de concessão privada que, para lá dessa faixa, se estruturavam até à serra.

Dos ditos caminhos, continuamente transformados em ruas e dos primitivos assentamentos, resulta uma entidade una com uma imagem que se estrutura de forma cada vez mais homogénea. A rua ganha forma mas também uma dimensão funcional que vai além da razão primeira da sua existência, alcançando o agregado um carácter eminentemente urbano.

O traçado do lugar de Ponta Delgada nasceu então da união de assentamentos iniciais, traduzindo-se morfologicamente na rua corredor que ocupa paralelamente ao mar a zona ribeirinha da urbe.

Veja-se como hoje as ruas que limitam pelo norte as igrejas de São Sebastião e de São Pedro continuam a definir com extrema precisão uma linha paralela à costa distando cerca de sessenta metros desta, ou seja cerca de 80 passadas.

A este propósito há que referir, os Apontamentos e queixas enviadas ao rei D. Manuel em nome do concelho de Vila Franca do Campo. Documento que embora datado de 1515, refere questões que datam do início do povoamento, quando a primeira vila da ilha de São Miguel se fundou.

Alega a Vila que no principio d' abitaçam desta jlha esta villa foy a primejra e nella os capitães tem seu apousentamento e os moradores della por lhe ser neçesarjo per toda esta jlha ao longo do mar ter camjnhos pera per eles averem de trazer seus gados de manadas de suas criações que per toda esta jlha tynham a esta villa pediram ao capitam que lhe desse certas passadas ao longo do mar pera os ditos gados serem trazidos e asy pera Repousarem nos ditos camjnhos peçendo dormindo descansando e o capitão lhe deu de largura çem passadas per sua carta de dada a qual é confirmada pella Jfante Vosa Madre pera senpre ao Concelho. A queixa segue porque agora ao termo da nova villa de ponta delgada cayo hu pedaço desta canada (...) que ocupam de tall maneira que nom pode o pouo servir della pedem ao rei que mande os de Ponta Delgada desocupar as ditas cem passadas, que deviam ficar livres ao povo segundo condicam da carta de dada⁶.

É fácil admitir que a franja de oitenta passadas referenciada por Frutuoso, corresponde a esta canada de cem passadas, em torno da ilha, doada nos primórdios da povoação ao, então, único concelho da ilha de São Miguel, Vila Franca do Campo.

Aliás, a reserva das frentes de água aparecia já como norma na documentação de D. João I para a Madeira (1425). Nos primeiros capítulos que se conhecem sobre a distribuição de terra nessa ilha pode ler-se «praias e costas do mar, rios e ribeiras particular algum não terá»⁷. Por outro lado, um século mais tarde, sistema

⁶ LALANDA, 2002: 84.

⁷ MARQUES, 1988: I supl., 109-10.



Fig. 3.
A “rua única da
Horta”.
(LEITE, 2009)

equivalente terá sido aplicado no Brasil, onde também as frentes de água foram atribuídas às câmaras, como exemplificam o caso de Olinda no foral de 1537⁸ e o Rio de Janeiro, este num pleito que apenas no século XVIII se resolveu, precisamente a propósito da pretensão da câmara de vender as *terras de marinha*, o que por serem essas terras de usufruto comum dos povos, não pôde ser feito⁹.

Pelo que até agora se disse, entende-se a suprema relevância das sesmarias, ou seja da distribuição de terra, no construir do território e em particular a relevância da documentação produzida sobre o assunto, que configura um corpo normativo de intervenção sobre o ordenamento do território¹⁰. É que, de grande parte das regras diretamente relacionadas com o ordenamento derivam algumas das constantes que definem e particularizam a forma de ocupação insular.

Nomeadamente são de realçar os caminhos de contorno das ilhas, que surgem quase sempre a uma distância constante do mar, salvo quando a orografia não o permite. Estes caminhos serão, porventura, herdeiros desta primeira normativa simples que salvaguardava a reserva de oitenta passadas junto à costa.

Por curiosidade refira-se que ainda hoje se reconhece a definição de uma área *non edificandi* e de usufruto público na orla costeira, a denominada Reserva Marítima, o que parece constituir uma particularidade portuguesa no que toca a princípios gerais de ordenamento do território e que se vê aqui aplicada no espaço ultramarino ainda no século XV.

⁸ PORTO: 133.

⁹ BICALHO, 2003: 205-7.

¹⁰ LEITE, 2014.

Afirmando o carácter estrutural destes caminhos para o povoamento, veja-se como a maior parte dos aglomerados das ilhas se ancoram nestes percursos costeiros, de forma mais evidente nas ilhas onde o contorno é menos recortado.

Note-se o tecido urbano da Horta que se dispõe apoiado em caminhos estruturantes para o território, caminhos que progressivamente foram absorvidos pela malha, transformando-se em ruas urbanas nesses troços. Como eixo primordial, claro está, aparece o caminho paralelo à costa de que se deu já conta, a famosa “rua única”, artéria que também assegurou uma função estruturante no polo do Porto Pim, a sul.

Mas essa estratégia é também observável em muitos outros lugares das ilhas. A ilha Terceira, onde o anel em torno da ilha é claro, aparece também como um caso interessante do ponto de vista da documentação, elucidando alguns processos de abertura de caminhos.

No caso desta ilha é de assinalar que, na transição de Quatrocentos para Quinhentos, estavam já abertos três caminhos da Praia para Angra, as duas primeiras vilas da ilha cuja fundação remontará a 1474 quando a ilha se dividiu em duas capitânias. Segundo se entende pela *Sentença do Concelho sobre o Caminho dos Fanais*, emitida em 1548 e trasladada no Livro do Tombo da Vila da Praia.

Nesse documento pode ler-se que «tinha de trinta para corenta, cinquenta e mais annos a esta parte que elle concelho estaua em posse do dito caminho», feito portanto no início do povoamento e que entretanto outros dois caminhos, mais um que ia pelo mato, tinham sido abertos. Como se explica no documento,

(...) no tempo da primeira abitacão desta ilha e Villa da Praia por as terras todas que erão serem limpas e lauradias por ao tal tempo serem todas pouoadas de mato muito brauo que os homens não podião nem sabião caminhar desta villa pera a jurdição da cidade d Angra, ao tal tempo as pessoas que vinhão e hião de huma iurdição pera a outra todas



Fig. 4.
Anel viário paralelo à
costa, ilha Terceira.
(CALDAS, 2000)

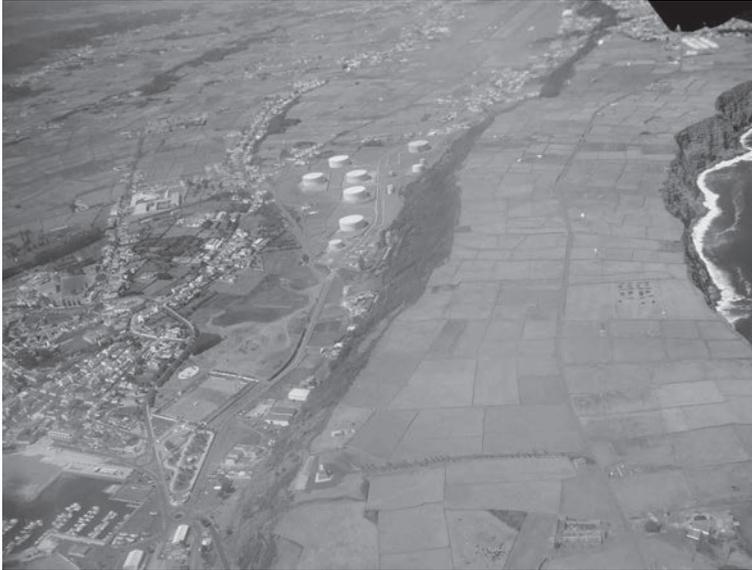


Fig. 5.
Caminho dividindo o planalto da Serra de Santiago. Praia, ilha Terceira.
(J. L. Silveira; P. Noronha e Costa, 2007)

hião e caminhauão ao longuo da rocha por ao loguo do mar e calhaos por outro caminho e seruentia ao tal tempo não terem outro caminho e seruintia somente ao longuo da rocha e praia do mar como era dito o qual caminho era pera de pe tam somente e que dipois das terras do mato brauo serem descubertas et roçadas de corenta a cincoenta annos a esta parte auia hai duas estradas e caminhos públicos de pee e de cauallo e de carro que hião desta Villa da Praia pera a iurdição d Angra por onde se seruião e caminhauão os caminhantes que de huma iurdição (...) e que por estes dous caminhos e outro que hia pello mato que erão três caminhos se seruião todas as pessoas desta villa pera a cidade (...)¹¹.

A rápida distribuição e ocupação das terras da capitania na área da baía da Praia, fica também exposta na disputa dos terrenos da Serra de Santiago que se estende a norte da vila da Praia. Conta a tradição que a querela antiga mantida entre Diogo Paim e João de Teive – herdeiros dos primeiros povoadores da baía, respetivamente Jácome de Bruges o primeiro capitão da ilha e Diogo de Teive seu ouvidor – apenas se resolveu com a intervenção direta do rei D. Manuel, que, segundo Frutuoso, ordenou que “a partissem pelo meio e cada um deles houvesse sua metade”¹², resultando daí a estrada cumeeira que ainda hoje risca o planalto que no topo da serra se forma e assim divide as férteis terras desde tempos antigos. A canada (ou caminho) com que se “partiu” a serra é, certamente, o alinhamento que ainda hoje a divide a meio.

¹¹ MURTINHEIRA & LEITE, 2005: 21-29.

¹² FRUTUOSO, 1998: VI, 27.

É de notar ainda que esta canada ficou, nas palavras de outro cronista, Frei Diogo das Chagas (séc. XVII), “concelheira”, ou seja, passou a caminho do concelho, terra de domínio público como requeriam os diplomas iniciais atrás referidos. Frei Diogo das Chagas desenvolve a informação de Furtuoso, relatando que os dois terceirenses

(...) dos quais dizem que erão tam grandes amigos, que estando no Reino com o pleito, morauam ambos em hua caza e comiam a hua meza e hiam a audiencia ambos juntos requerer cada qual seu direito, e que uendo os hua uez passar ambos juntos pello terreiro do Paço El Rey Dom Manoel, perguntara que homens erão aquelles, e dizendo lhe quem erão e o que passaua, os mandou chamar, e os compos, dizendo ja que soys tam amigos, não pleiteeis mais parta hum de uos essa fazenda pello meio e o outro que não partir escolha e cada hum assim ficara com sua ametade, e elles lhe beijarão a mão e se vierão, e Diogo Paim a partio com hua canada, que fizerão que corre d'alto abaixo ate uir dar no facho da Praya, e João de Teue escolheu pera a banda do Mar, que fica ao Norte, e Diogo Payim ficou pera a terra que fica pera o Sul, que oje anda em seus herdeiros, estando diuidida com a mesma canada, que por meio della uai que ficou concelheira¹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando a dispersão geográfica das ilhas, também a documentação relativa à abertura de caminhos vai surgindo espalhada por cada uma delas e pelo tempo, ganhando consistência à medida que a ocupação e construção da paisagem de cada uma se consolidava.

Por outro lado, dando conta da consolidação administrativa que progressivamente se vai estruturando, observa-se que são as estruturas de governo local, os concelhos, mas também agentes da “administração central periférica”, como os corregedores, os protagonistas que assumem os papéis de decisão sobre a abertura de novos caminhos.

No âmbito da ação corrente do corregedor nos Açores, por exemplo, este despachava sobre o concerto de caminhos e pontes, sobre a retificação de obras em curso ou mesmo de obras ordenadas em correições prévias. Mas também o vemos a entender em questões de escala territorial, nomeadamente abertura de caminhos, definição de áreas de uso comum dos povos e necessidade de (re)arborizar os matos do concelho¹⁴.

¹³ CHAGAS, 1989: 219.

¹⁴ Procedimentos deste tipo, mandando construir, mas principalmente reconstruir caminhos e pontes são norma nas correições quer quinhentistas quer seiscentistas. De notar que, pelo menos ao nível das correições, são raras as referências específicas a oficiais experientes nestas questões (DIAS, 1927).

Ainda na correição de 2 de março de 1575, em Vila Franca, se vê o âmbito da ação destes oficiais, a propósito do Caminho do Pisão que vai desta Vila para a cidade [Ponta Delgada], por baixo, obra que se havia ordenado na correição passada mas não estava feita. Analisado o processo com os da governança, chamados os empreiteiros a quem estava arrematada a obra, o corregedor tomou em suas mãos a resolução do problema «indo ele corregedor a abaliza-lo, e mandou que se fizesse escritura de obrigação e fiança com os ditos empreiteiros que se obrigaram a dá-lo, o dito caminho, acabado por todo o mês de maio que ora vem»¹⁵.

Já no que toca à ação dos concelhos, temos notícia da existência de um arruador na Ribeira Grande de São Miguel, desde a fundação da vila, em 1507, responsável pela vila e pelo termo. Diz o documento de nomeação do arruador Pero Teixeira:

*Elegeram eles oficiais por arruador nesta vila e seu termo dos chãos e ruas e casas que se fizerem a João Rodrigues da Lomba por ser falecido Pero Teixeira que era arruador do princípio desta vila o qual logo lhe foi dado juramento (...) a bem da vila fazendo arruamentos diretamente (...) e ele prometeu fazer assim e assinou.*¹⁶

Infelizmente, por agora, o único documentado com esta nomenclatura (no âmbito do Universo Urbanístico Português). Contudo vale a pena referir que, na vila das Velas, ilha de São Jorge, pelos mesmos anos, andavam medidores do concelho a abrir um caminho¹⁷. Entre outros casos dispersos que poderiam ser relatados¹⁸.

Não obstante o quadro apresentado, a historiografia e as fontes não deixam margem para dúvidas, a rede viária (à semelhança dos restantes equipamentos e infraestruturas) chegou ao século XIX ainda muito insipiente, obrigando a um enorme investimento com implicações paisagísticas bem mais profundas do que as agora demonstradas. Aliás, segundo se apura, até muito tarde (apesar do anel viário delineado pelos primeiros regimentos) as comunicações entre diferentes núcleos de uma mesma ilha eram realizadas por mar, contando a histórias local anedotas como a de dois núcleos de povoamento que se desenvolveram no Pico sem que durante décadas soubessem da mútua existência.

¹⁵ DIAS, 1927:43.

¹⁶ PEREIRA, 2006: 108.

¹⁷ PEREIRA, 1984: 386.

¹⁸ Para uma visão mais profunda sobre a questão consulte-se o ponto «Intervenientes e Práticas», da obra *Açores. Cidade e Território* (LEITE, 2015b: 387-441).

BIBLIOGRAFIA

- BICALHO, Maria Fernanda (2003) – *A Cidade e o Império*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CALDAS, João Vieira, coord. (2000) – *Arquitetura Popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- CANTO, Ernesto do, dir. (1983) – *Arquivo dos Açores: publicação destinada à vulgarização dos elementos indispensáveis para todos os ramos de História Açoriana*. (reprodução fac-similada da ed. 1878), vol. XII. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- CHAGAS, Diogo das (1989) – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (ed. Artur Teodoro de Matos), Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional dos Assuntos Culturais e Universidade dos Açores.
- DIAS, Urbano Mendonça, ed. (1927) – *A Vila. Correições de 1575 a 1716*, vol. VI.
- FRUTUOSO, Gaspar (1988) – *Saudades da Terra*, 6 Livros (dir. João Bernardo de Oliveira Rodrigues), Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- GREGÓRIO, Rute Dias (2007) – *Terra e Fortuna nos Primórdios do Povoamento da Ilha Terceira (1450?-1550)*, Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar.
- LALANDA, Margarida (2002) – *A Sociedade Micaelense no Século XVII (Estruturas e Comportamentos)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- LEITE, Antonieta Reis (2014) – *Regimentos de povoamento*. In SERRÃO, José Vicente; MOTTA, Márcia; MIRANDA, Susana Münch, org. – *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. DOI: 10.15847/cehc.edittip.2014v083
- (2015a) – *Urbanística e ordenamento do território na ocupação do atlântico. As ilhas como laboratório*. In SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia; MIRANDA Susana Münch, org. – *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC-IUL, p. 67-79.
- (2015b) - *Açores Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- MARQUES, João da Silva, ed. (1988) – *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história*, 5 vols., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica (fac-símile da edição do Instituto de Alta Cultura, 1944-1971).
- MURTINHEIRA, José Sintra; LEITE, José Guilherme Reis, coords. (2005) – *Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia. 1450-1666*, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- PEREIRA, António dos Santos, ed. (1984) – *Vereações das Velas (São Jorge) (1559-1570-1571)*, Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura e Universidade dos Açores.
- (2006) – *Vereações da Ribeira Grande (1555-1578)*, Ribeira Grande: Câmara Municipal da Ribeira Grande.
- PORTO, José da Costa (s.d.) – *O sistema sesmarial no Brasil Temas Brasileiros*, nº 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

REMEIROS DO SÃO FRANCISCO: EXPANSÃO, COMÉRCIO E COSTUMES NOS CAMINHOS DO RIO

JACKELINA PINHEIRO MEIRA KERN*

Resumo: Este artigo trata do povoamento na região banhada pelo rio São Francisco, com atenção sobre como o processo de navegação se intensificou e assumiu proporções importantes para a interiorização e ocupação de uma extensa região que logo mais passou a ser designada de sertão, terminando por tornar-se a ligação entre o sudeste e o nordeste brasileiro, do sertão com o mar, bem como com o escoamento da produção econômica e cultural. Desde cedo, a principal artéria para a exploração do desconhecido e das imensidões despovoadas. Esta expansão somente foi possível graças à assimilação de técnicas indígenas, posteriormente aperfeiçoadas com o uso das barcas, que irão dominar o cenário por quase duzentos anos, o que permitiu uma intensa rede de relações comerciais, o surgimento e a manutenção das povoações ao longo das margens do rio e nos sertões, como no caso das Gerais. É nesse contexto que iremos abordar questões culturais da região em uma de suas manifestações, a dos remeiros, que contribuíram para a propagação de narrativas populares e crenças ao longo do rio.

Palavras chave: Navegação; Comércio; Remeiros; Cultura.

Abstract: This article deals with the occupation of the region bathed by the São Francisco River, with attention on the navigation process intensified and assumed important proportions for the internalization and occupation of a large region that soon became known backcountry, eventually be- if the connection between the southeast and northeast Brazil, the hinterland with the sea, as well as the flow of economic and cultural production. Early on the main artery for the exploration of the unknown and depopulated immensities. This expansion was possible only thanks to the assimilation of indigenous techniques subsequently improved with the use of barges, which will dominate the scene for nearly two hundred years, which allowed an intensive network of trade and the emergence and maintenance of settlements along the river banks and in the hinterlands, such as the General. It is in this context that we will address cultural issues of the region in one of its manifestations, the rowers, who contributed to the spread of popular narratives and beliefs along the river.

Keywords: Navigation; Commerce; Rowers; Culture.

* Universidade de Coimbra/Universidade Federal Fluminense.jackelinapm@hotmail.com.

Para ter uma ideia de como é fascinante a paisagem ali, o leitor deve imaginar estar vendo em conjunto tudo o que a Natureza tem de mais encantador: um céu de um azul puríssimo, montanhas coroadas de rochas, uma cachoeira majestosa, águas de uma limpidez sem par, o verde cintilante das folhagens e, finalmente, as matas virgens, que exibem todos os tipos de vegetação tropical¹.

INTRODUÇÃO

Antes de se tornar São Francisco, chamava-se Opará, ou rio-mar, conforme seus ancestrais ocupantes. De fundamental importância para a região, dada a imensidão banhada pelo rio, e das características próprias de sua geografia, o Rio São Francisco foi desde o início da ocupação do Brasil pelos portugueses, uma das principais portas de entrada para o interior. Com 2.800 km de extensão, nasce em Minas Gerais, na Serra da Canastra e desemboca no Atlântico entre Sergipe e Alagoas. As inúmeras tribos indígenas que habitavam ao longo de suas margens antes da chegada dos portugueses, navegavam com canoas feitas de um só tronco de árvore, escavadas com o uso de instrumentos de pedra, ainda hoje utilizadas em alguns poucos lugares. O rio, ao longo de sua extensão serviu como acolhimento de inúmeros grupos em torno da pesca, da caça, lavoura, mitos e lendas.

O artigo discute a navegação, estradas e o comércio utilizado pelos exploradores na ocupação do Brasil, principalmente no chamado rio da Integração Nacional, o São Francisco. Faz parte da pesquisa de doutoramento em Patrimônios de Influência Portuguesa, desenvolvido na Universidade de Coimbra em cotutela com a Universidade Federal Fluminense. Utiliza-se a metodologia de pesquisa qualitativa, caracterizada por Richardson², como uma tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. Acrescentamos ainda a fotografia que se constitui como instrumento metodológico primordial. Ela é usada como duplo recurso metodológico. Por um lado, o registro fotográfico vai permitir constituir um banco de imagens. Por outro lado, as fotografias são usadas para, através da técnica de foto-elicitação³, conduzir as entrevistas realizadas, e compor um conjunto de dados que são trabalhados à luz da

¹ SAINT-HILAIRE, 1847.

² RICHARDSON, 2012:90.

³ O termo foto-elicitação foi utilizado pela primeira vez por John Collier em 1957 (HARPER, 2002). Segundo Collier (1973), o processo de foto-elicitação permite um caráter de proximidade com os objetos durante a entrevista e estimulam a memória. Sendo apresentadas as fotografias com habilidade, evita-se que o informante se desvie areado foco de pesquisa. A oportunidade projetiva das fotografias propicia, de maneira agradável, à auto-expressão e possibilita que o informante seja capaz de explicar e identificar

problemática da memória, do patrimônio e da etnicidade nos processos ocupação e elaboração das identidades locais.

Em 1501 os navegadores Américo Vespúcio e André Gonçalves chegaram à foz do rio, e em 1522, o primeiro donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, em expedição exploratória rio acima, iniciou um núcleo de ocupação no que mais tarde daria origem à cidade de Penedo, no atual estado de Alagoas. Todavia, sua exploração oficial começou somente em 1553, por ordem de D. João III.

Embalados pelas vagas da reconquista aos mouros do território luso, não faltaram associações do rio às passagens bíblicas que falavam do Éden, atribuindo ao São Francisco as qualidades descritas nos quatro rios citados na Bíblia com relação ao paraíso, e que o mesmo teria seu nascedouro na “Lagoa Dourada”.

Ao mesmo tempo, esta Lagoa Dourada aparece na cartografia portuguesa da segunda metade do Século XVI e do início do Século XVII, representando o Brasil no continente americano na forma de uma ilha (esta lagoa seria formada pelo encontro das águas do rio da Prata e do rio Tocantins). Assim, associar o rio São Francisco à cidade de Manóah e à Lagoa Dourada, significava inscrevê-lo numa topografia edênica, na qual ele cristalizaria as esperanças de vida eterna e a fartura ⁴.

Desde o início, os avanços dos portugueses se deram a partir das águas do rio, geralmente não entrando muito sertão adentro devido à resistência apresentada pelos ocupantes originais, além das dificuldades próprias da região, em boa parte dominada pela caatinga⁵. Assim, a ocupação foi lenta, mas persistente e contínua. Então, começaram a surgir os primeiros núcleos de ocupação efetiva, a princípio com o estabelecimento de criatórios de gado. Um dos primeiros núcleos de ocupações e estabeleceu na metade do século XVI, rio acima, na área que no futuro se chamaria Bom Jesus da Lapa, formado por um grupo de 200 homens que fundaram ali numerosas fazendas de gado, e no final do século XVII, fazendas próximas a atual cidade da Barra, Bahia.

Guiados pela cobiça e na esperança de encontrar metais preciosos, os colonizadores foram aos poucos, e apesar das idas e vindas, dizimando as populações locais, ou então as empurrando mais para o interior, já que a princípio o interesse foi o litoral. Assim, ergueram-se os primeiros e pequenos arraiais. Abreu⁶ aponta o termo “conquistadores” para denominar o avanço das frentes de colonização

o conteúdo daquela fotografia, demonstrando ao entrevistador o seu conhecimento sobre o objeto pesquisado (COLLIER, 1973).

⁴ Sobre a história da espera, ver: VIDAL, 2008:201.

⁵ Palavra em Tupi que quer dizer mata branca. É o único bioma exclusivamente brasileiro, que ocupa a área da região Nordeste do Brasil e parte do norte de Minas Gerais na região Sudeste.

⁶ ABREU, 1998.

do território ao longo do rio, onde coloca que “o maior serviço que prestaram consistiu em ligar o Tietê e o Paraíba do Sul ao São Francisco, através da Serra da Mantiqueira, levando rio abaixo canoas para as quais não havia madeira própria”.

Um encontro no grande rio entre baianos e pernambucanos nas trilhas das boiadas e dos paulistas na busca de metais preciosos e na caça de índios para escravizá-los, tornando-os braços para a lavoura e para a mineração, prática depois substituída pelo ingresso maciço de africanos trazidos na condição de escravos, alimentando o chamado comércio triangular das colônias.

Vidal Assegura que:

O São Francisco foi inventado entre Portugal e Brasil, como caminho líquido e coluna vertebral da colônia, ele foi reinventado no Império e na República Velha como “rio da unidade nacional”, antes de ser percorrido, como o caminho da esperança, pelos flagelados e outros migrantes da seca se dirigindo para São Paulo, e finalmente ainda reinventado no final do século XX em função da construção de barragens e da possibilidade de transposição de suas águas⁷.

A necessidade de uma via de transporte menos arriscada que os caminhos terrestres, onde por muito tempo tiveram de enfrentar a resistência feroz de muitas etnias, levou os colonizadores a compartilhar o tráfego fluvial com alguns elementos indígenas que neste momento já tinham aproximação com os europeus, em função também dos conflitos entre tribos, e usando de seus conhecimentos, a navegação no médio São Francisco ganhou impulso. A utilização dos ajoujos, estruturas formadas pela junção de duas ou mais canoas, ligadas por um estrado de madeira, aumentando suas dimensões e capacidades, sobre o qual se arrumavam as mercadorias e animais, e também pessoas.

Todavia, com o passar do tempo, as técnicas foram se aprimorando. Zanoni Neves⁸ destaca que havia mais de cem famílias paulistas, entregues a criação de gado e também se dedicando a construção de grandes canoas, que eram vendidas ao longo do Rio São Francisco. O sistema de integração do São Francisco envolvia os Estados de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, onde eram estabelecidas relações comerciais com Goiás e Piauí, num sistema de “vender na ida para receber na volta”, desenvolvendo o mercado interno brasileiro, fortalecido com o transporte dos animais de carga e carros de boi.

Por essa época o lugar chamado de “passagem do Joazeiro” tornou-se o ponto de ligação de todas estas rotas terrestres e fluviais, dando origem a cidade de Joazeiro, maior polo de comércio e transportes do rio. Por fim vieram as balsas, e as próprias canoas tiveram melhoradas sensivelmente sua construção, com maior

⁷ Sobre a história da espera, ver: VIDAL, 2008: 275-282.

⁸ NEVES, 1998:16-17.

segurança e capacidade. As embarcações de maior porte, conhecidas no Rio São Francisco pela denominação de barcas, somente surgiram no final do século XVIII.

Cabe ressaltar que a área abrangida pelo rio São Francisco é costumeiramente dividida em pelo menos três grandes sub-áreas, a saber: Alto São Francisco compreende a área entre as nascentes e a cachoeira de Pirapora; o Médio São Francisco abrange de Pirapora (MG) a Juazeiro (BA); e o Baixo São Francisco, a área de Juazeiro até a foz. Essa divisão respeita pontos de declive acentuado no traçado do rio. Inúmeras mercadorias eram levadas de um lado a outro, como o sal que provinha da região de Pilão Arcado (Bahia), gado, couro, farinha, rapadura, aguardente de cana, além de produtos europeus já no século XIX, que devido a repentina riqueza das regiões das Gerais, passaram a ser introduzidos nos sertões com relativa frequência, conforme Zanoni Neves⁹.

E também, a respeito da descoberta de ouro em Paracatu, Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, citando Saint-Hilaire:

Pagando altas tarifas, eles importavam vinhos e outras mercadorias da Europa, que ali chegavam varando os sertões. Grandes somas de dinheiro eram despendidas com as festas da igreja, contratavam-se músicos, construiu-se um pequeno teatro, e os próprios escravos, em suas folganças, espalhavam – segundo se conta – ouro em pó sobre as cabeleiras de suas melhores dançarinas¹⁰.

Zanoni Neves¹¹ vai se referir as barcas, como uma extensão do comércio, pois se o dono da barca tinha comércio numa cidade ou vila, sua embarcação podia ser a filial de seu estabelecimento comercial. A pecuária extensiva, iniciada na área do Recôncavo Baiano, expandida para o Rio São Francisco ou Rio dos Currais, como era chamado, forneceu o couro, produto de bastante importância, e que servia também como a vestimenta do vaqueiro para enfrentar a terra seca e espinhosa da caatinga. Capistrano de Abreu, também discute sobre o tema que estava relacionado ao comércio nas margens do rio, em tempos em que suas águas eram a principal estrada.

Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado no chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar o sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz¹².

⁹ NEVES, 2009.

¹⁰ NEVES, 2009:101

¹¹ NEVES, 2009.

¹² ABREU, 1998:153.



Fig. 1.
Rio São Francisco.
Ilustração de Percy Lau
(1940).

OS REMEIROS

Nesta intensa expansão da ocupação da região banhada pelas margens do rio, irão florescer vilas e cidades, entrepostos comerciais de entrada e saída de mercadorias, bem como da penetração da vida e cultura lusitanas, e irá produzir suas próprias manifestações, com o surgimento de figuras próprias dessa expansão, como os remeiros, que já aparecem na segunda metade do século XVI, com o dramaturgo Gil Vicente. Ainda que não se referindo especificamente aos remeiros objetos desse ensaio, ele afirma:

*Remando vão remadores
barca de grande alegria;
o patrão que a guiava
filho de Deus se dizia;
anjos eram os remeiros,
que remavam à porfia.
Estandarte da esperança,
Oh quão bem que parecia!
O mastro da fortaleza
como cristal reluzia;
a vela, com fé cosida,
todo o mundo esclarecia;
a ribeira mais serena,
que nenhum vento bulia¹³.*

¹³ VICENTE, 1982: 63.

Nesse texto do dramaturgo Gil Vicente a palavra remeiros já parece indicar a existência de uma categoria profissional. Durante quase dois séculos, da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XX, o sistema de transporte através das barcas foi movido à base da força bruta dos remeiros. Barcas pesadas e carregadas de mercadorias eram movidas rio acima e abaixo através da força mecânica de tração sendo “empurrado” por longas varas de madeira, as quais os remeiros apoiavam no fundo do rio para impulsionar a barca. Trabalho penoso, e que por regra deixava profundas marcas corporais.

A vara era apoiada no peito do remeiro para gerar a tração necessária, o que invariavelmente terminava por criar um ferimento que somente com o tempo se transformava em um calejamento grosseiro, que era pejorativamente chamado de “medalhão”. Muitas vezes era empregado o uso de escravos, mas também homens livres, geralmente a esses sendo oferecido um pagamento em dinheiro, feito por viagem “redonda”, ou seja, acertava-se antecipadamente o valor do pagamento considerando a viagem de ida e volta de determinado porto até outro porto, e a volta ao local de origem, não importando quanto ela demorasse, normalmente sendo paga a metade na saída e a outra metade na volta. Todavia, quando falamos em homens livres, a literatura mostra que muito raramente encontravam-se homens brancos nesses afazeres, sendo os homens livres na sua maioria escravos libertos.

Segundo a terminologia da época, “carreira grande” era o nome da viagem de Juazeiro a Januária, “meia carreira” era de Juazeiro a Santa Maria da Vitória, “carreira inteira” de Juazeiro a Pirapora. Além do tempo de navegação, ainda fazia parte do contrato o tempo destinado ao comércio dos produtos nos portos em que atracavam. Já no século XX na região de Juazeiro se concentravam a maioria dos remeiros experientes, podendo também ser encontrados em Januária, Xique-Xique e Santa Maria da Vitória. Haviam também as denominadas travessias, assim descritas:

No século XIX, era comum contratar-se trabalhadores por travessia, que em geral tinha a extensão média de 30 léguas marítimas, segundo Halfeld. Vejamos, a seguir, sua relação de travessias: a primeira, entre a cachoeira de Pirapora e a vila de São Romão, com 30 léguas de extensão; a segunda, de São Romão ao Porto do Salgado (atual Januária), com 26 léguas e meia; a terceira, de Salgado a Carinhanha, com 30 léguas e meia; a quarta, de Carinhanha a Bom Jesus da Lapa, com 24 léguas e meia; a quinta, da Lapa a Bom Jardim, com 26 léguas e meia; a sexta, de Bom Jardim à vila da Barra do rio Grande, com 29 léguas e meia; a sétima, de Barra a Pilão Arcado, com 29 léguas; a oitava, de Pilão Arcado a Sento Sé, com 31 léguas e meia; a nona, de Sento Sé a Juazeiro, com 18 léguas e meia.¹⁴

¹⁴ NEVES, 2003 (HALFELD, 1860: 1-2 *apud* NEVES, 2003).

Posicionavam-se em ambos os lados da barca de forma que um lado somente movia a vara quando o outro já tinha firmado a sua, mantendo constante a tração. Os relatos da época dão conta de que muitas vezes o trabalho penoso terminava por reabrir o calejamento provocando sérios danos ao remeiro, inclusive com a morte quando por vezes a vara quebrava e a madeira pontiaguda penetrava no corpo.

No documentário, Remeiros do São Francisco, do Diretor Dêniston Diamantino¹⁵, premiado pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, compreendemos o quanto a navegação foi fundamental para o desenvolvimento de toda a região pesquisada. Os Remeiros relatam suas experiências e lembranças da navegação nas barcas de figura e retratam os seus conhecimentos. Dêniston pesquisou durante 25 anos, resgatando histórias, lendas, canções e fotografias que vão do francês Marcel Gautherot a americana Genevieve Naylor.

Posicionados na parte mais inferior da escala social da época, aos remeiros eram atribuídas características como a força bruta, a valentia, a propensão para confusões, o relacionamento quase que exclusivamente com prostitutas, as bebedeiras, mas, sobretudo, um profundo conhecimento do rio e de suas lendas, como a do Minhocão, responsável por naufrágios e queda de barreiras, destruição de casas e roças dos camponeses, e que virava as canoas dos pescadores. A questão do relacionamento com prostitutas fica de certa forma evidente, considerando o alto grau de segregação social a que os remeiros estavam sujeitos, ainda mais se levarmos em conta que ser mulher de remeiro era pejorativo até mesmo para as prostitutas.

Chamadas de couros e caboges nas cidades ribeirinhas, as prostitutas eram discriminadas do ponto de vista social. Mas as que mantinham relações sexuais com remeiros eram marcadas por uma desqualificação social adicional. Passavam a ser identificadas pelo epíteto mulher de remeiro – uma classificação depreciativa que lhes era atribuída pela sociedade majoritária¹⁶.

Acreditavam e propalavam a ideia de que a violação de objetos e crenças sagradas implicava sempre em punições trazidas por seres do rio. Em seu conto “A araponga”, Accioly Lopes¹⁷ menciona a crença dos trabalhadores nos seres míticos do rio: “Sucedem-se as cheias e vazantes e gerações de remeiros. De homens que pelo seu praticismo chegam a adivinhar segredos do rio; até maretta feita por Negro d’Água”. Para estabelecer uma relação amistosa com esse ser mítico, os remeiros e canoeiros atiravam ao rio pedaços de fumo de rolo (fumo em corda).

¹⁵ Documentário Remeiros do São Francisco. Direção Dêniston Diamantino. Produção Opará Vídeos. 50 minutos. 2015.

¹⁶ NEVES, 2003.

¹⁷ LOPES, 1978: 13-81.



Fig. 2.
O remeiro e a barca de figura ou Carranca, Fotografia de Marcel Gautherot. 1946. Acervo do Instituto Moreira Sales.

No seu imaginário, as “carrancas”, figuras esculpidas com bocarras escancaradas e olhos esbugalhados, serviam para afugentar o Nego d’Água, percorreram com frequência no São Francisco entre Pirapora e Juazeiro entre 1880 e 1960. O senhor Francisco Biquiba Guarany foi o maior carranqueiro do rio São Francisco. Na atualidade, suas figuras de proa e carrancas são valiosas peças de museu, sendo consideradas preciosidades da arte popular brasileira. O Caboclo d’Água, Nego d’Água ou Compadre são nomes diferentes para o mesmo mito. Esses seres míticos eram descritos como de cor preta ou melado, baixos, atarracados, de cabeça pelada, que arrastavam pescadores e roceiros para as profundezas do rio.

A experiência adquirida pelos remeiros no seu conhecimento do rio e de seus afluentes, por vezes, lhes proporcionava a possibilidade de uma relativa mobilidade social, quando conseguiam empregar-se nos vapores, já no final do século XIX. Abandonando a condição de remeiros, esforçavam-se por esconder a sua história de vida pregressa, inclusive e principalmente o dito medalhão, pois a sua simples presença trazia junto toda uma carga de preconceito. O medalhão no peito pesava mais em sua identificação do que sua posição de trabalho no vapor.

No final do século XIX, iniciou-se a navegação a vapor no Rio São Francisco. O vapor “Saldanha Marinho” foi adquirido e montado em Sabará, Minas Gerais. Entretanto, mesmo com a chegada dos vapores e das ferrovias a partir de 1896, notadamente em Juazeiro, as velhas barcas somente foram totalmente substituídas no transporte de carga e de riquezas nos anos 50 do século XX, por embarcações mais modernas e pelo transporte rodoviário. Assim, este mundo foi se desfazendo com a introdução de novas técnicas mais modernas de navegação e transporte, e com a consequente perda de importância da figura dos remeiros, até sua quase extinção.

CONCLUSÃO

A importância do chamado “Velho Chico” para a interiorização da ocupação do vasto território brasileiro por parte dos lusitanos já é por demais discutida e referendada. Todavia, nesse contexto inúmeras realidades foram se sobrepondo em ondas nem sempre contínuas. A influência dos ciclos do açúcar e da mineração (além é claro, da constância da criação do gado) moldaram personagens históricos diferentes.

Por muito tempo esquecidos, até mesmo por habitarem a escala mais baixa da estratificação social da época, os remeiros constituíram-se em categoria importante por um longo período de duzentos anos, levando rio acima e rio abaixo os produtos que alimentavam a vida ao longo das águas do rio e de seus afluentes.

De certo, como outros tantos membros da história foram suplantados pelo desenvolvimento tecnológico que tornou desnecessária sua força bruta no manejar dos longos remos que tantas dores e mutilações lhes trouxeram.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de (1998) – *Capítulos da história colonial: 1500/1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal.
- DUARTE, Jorge de Souza (1985) – *Juazeiro nos caminhos da história*. Juazeiro: Impressora Rocha Ltda.
- GONÇALVES, Esmeraldo Lopes (1997) – *1954 OPARA – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco*. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.
- HALFELD, H. G. F. (1860) – *Atlas e relatório concernentes à exploração do rio São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o oceano Atlântico*. Rio de Janeiro.
- LOPES, A. (1978) – *Remeiros e romeiros do São Francisco*. Rio de Janeiro: Cátedra, p. 13-81.
- NEVES, Zanoni (1998) – *Navegantes da integração: os remeiros do rio São Francisco*. Belo Horizonte, UFMG.
- (2003) – *Os remeiros do São Francisco na literatura*. «Revista de Antropologia», vol.46 no. 01. São Paulo.
- (2009) – *Rio São Francisco. História, Navegação e Cultura – Juiz de Fora*. Editora UFJF.
- VIDAL, Laurent (2008) – *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico*, São Paulo, Martins editora, 2008, p.275-282.
- VIDAL, Laurent & MUSSET, Alain, dir. (2015) – *Sociétés, mobilités, déplacements. Lesterritoires de l'attente*. Rennes: PUR.
- VICENTE, Gil (1982) – *Os autos das barcas*. 4. ed. Lisboa: Publicações Europa-América.
- ZARUR, J. (1946) – *A bacia do Médio São Francisco – uma análise regional*. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia.
- Documentário Remeiros do São Francisco. Direção Dêniston Diamantino. Produção Opará Vídeos. 2015. 50minutos.

WATER ON ROADS IN JACOB VAN RUISDAEL'S LANDSCAPE PAINTING

JULIANE RÜCKERT*

Resumo: As estradas na pintura do século XVII das paisagens holandesas são exibidas principalmente como simples caminhos de terra batida através do campo. Na sua função primária enquanto visualização de movimentos repetitivos, elas constituem também uma porta de entrada para o observador nas paisagens pintadas como uma linha de referência. Ruisdael transforma estas linhas, que documentam também uma descoberta do território, em cenas conflituosas de figuras com água como um incómodo no seu caminho. Ele conduz directamente o observador a um momento de confronto. A água nestas estradas pode ser vista como um símbolo de reconquista de terra cultivada pela natureza. A descrição de Ruisdael da superação desses elementos aquáticos transforma a luta Holandesa para ganhar terra ao mar e proteger as suas terras da erosão numa imagem de um esforço diário de modo a encontrar um caminho através da terra.

Palavras-chave: Pintura; Século XVII; Paisagens holandesas; Ruisdael; Água; Estradas.

Abstract: The roads in 17th century Dutch landscape painting are mostly shown as simple earth paths through the country. In their primary function as a visualization of repeated movement they form also an entrance for the viewer into the painted landscapes as a reference line. Ruisdael transforms these lines, which document also a discovery of the territory, into conflicting scenes of figures with water as hindrance on their way. He leads the viewer directly to a moment of confrontation. The water on these roads can be seen as a symbolic retaking of cultivated land through the nature. Ruisdael's description of the overcoming of these water elements transforms the Dutch struggle to gain land from the sea and to protect their land from erosion into an image of a daily effort to find a way through the land.

Keywords: Painting; 17th Century; Dutch landscape; Ruisdael; Water; Roads.

* Freie Universität Berlin. juliane_rueckert@gmx.de.

The Dutch have an exceptional relationship to the water, which influenced their perception of nature and the Dutch landscape paintings in the 17th century. In my dissertation I analysed the water motives in Jacob van Ruisdael's (1627/28 – 1682) oeuvre¹, which present water in distinctive ways, and can give an insight in a special affiliation to the element. In particular the sea as a threat to the Dutch people, but also as a source of their wealth, is shown in a characteristic form by Ruisdael. He excludes the possible danger and focus on the aesthetic qualities of the seaside, by depicting figures walking barefoot through the waves². Especially in the 17th century the Dutch took pride in their accomplishments in forming the land and the drainage of lakes and marshes. A famous saying is «God created the world, but the Dutch created Holland»³. The controlling of parts of nature, like the regulation of the groundwater level, the flow of rivers, or the extent of marshes and lakes, shaped an idea of Dutch identity in a quite young republic⁴.

Ruisdael created an original approach to the subject with a combination of the Dutch perception of nature and the development of a national identity. In a unique motif Ruisdael initiates a confrontation of figures with water in form of puddles on the roads. Even with the possibility to circumvent this little obstacle, the figures in the landscape scenes are shown in a direct confrontation. They are depicted going through the water instead of going around it. This transforms the marginal motif of a puddle from an accessory part to a critical element in the painted landscape. Ruisdael creates with these puddles a meaningful symbol for the Dutch relationship to the water.

THE ROAD AS ASSESSING OF TERRITORY

The depicted road in Dutch landscape paintings of the 17th century is usually a simple earth path⁵. This description reproduces a characteristic portrait of the Dutch roads of that time. The landscape was pervaded with sandy tracks, which were created by the movement of people through the country. Ruisdael's depicted dirt tracks follow the real circumstances of Dutch infrastructure of the 17th-century Netherlands⁶. As the Dutch had a comfortable transport system with ferry boats on the many rivers

¹ RÜCKERT, 2016.

² I.e. RUISDAEL, 2001: 444-445.

³ ADAMS, 1994, 40.

⁴ In consideration of the dramatic changes in politic, economy and religion in the Seven United Provinces, after their declared independence from Spain in 1579, the creation of national identity was focused mainly on the land itself, like Adams describes. Cf. ADAMS, 1994: 44.

⁵ Cf. MICHALSKY, 2002: 137.

⁶ Cf. BERGER HOCHSTRASSER, 1998: 197.

and channels⁷, there was little motivation to build streets between cities and villages. The undeveloped roads were just solidified dirt, a simple signs of past movement, and only «identifiable to the eye by the marks left by the carriage-wheels»⁸.

In this form the road as a simple earth path is a manifestation of movement through land, which was repeated to form a visible line and can be seen as “marks of culture upon nature”⁹. The walking humans access territory¹⁰, and in a country like the Netherlands, in which the forming of the landscapes in particular is defined through progress¹¹, the appropriation of territory in form of movement gets a new meaning by a confrontation with water on the way. This Accessing of a territory can be transformed into the landscape paintings, because the road retrieves its function as a visual line in pictures. Ruisdael's descriptions of Dutch roads are not only an account of the realistic infrastructure, but also a visual aid for assessing the depicted landscape.

PUDDLES ON ROADS AS MOMENT OF CONFRONTATION

One of the most famous paintings, in which Ruisdael shows the particular motif of a puddle on the road, is the «View of Egmond aan Zee with a Blasted Elm»¹² (Fig. 1). A number of interpretations have been done of this painting, but mostly without reflecting the special situation of the figure in the foreground¹³. The sandy road leads directly to the fishing village Egmond aan Zee in the background. But the way is disturbed by a big puddle in the foreground. The sheep walk through it. A figure following their way could have been placed aside the puddle on a dry part of



Fig. 1. © SLIVE, 2001: 48-49.

⁷ «[...] the trekschuiten provided 78 percent of public transportation in the Friesland and Groningen regions, and 81 percent in Holland and Utrecht, in contrast with coaches, which provided for only 6 percent of intercity travel» (ADAMS, 1994: 54).

⁸ BERGER HOCHSTRASSER, 1998: 198.

⁹ BERGER HOCHSTRASSER, 1998: 197.

¹⁰ «The perception/construction of space begins with the wanderings of man in the Paleolithic landscape» (CARERI, 2002: 42).

¹¹ Especially the progress of winning land in form of “Poldern” and “Draining” lakes and marches. See i.e. ADAMS, 1994: 51.

¹² RUISDAEL “View of Egmond aan Zee with a Blasted Elm”. Manchester, New Hampshire, The Currier Gallery of Art. (Ident.Nr. 1950.4). Oil on panel, 62.5 x 49 cm, dated 1648. Cf. SLIVE, 2001: 48-49. © Slive, 2001.

¹³ See i.e. SCHMIDT, 1981: 34-36; WALFORD, 1991: 66-67 and GIBSON, 2000: 141, 166.

the road. Except it is not only shown going barefoot through the puddle, but also looking directly at the observer, which make it a critical moment for the scene. In this eye contact a deeper meaning is translated, which implicates a calculated action especially in contrast to the sheep.

The puddle in this painting is not just a typical detail of Dutch roads. Ruisdael created in this marginal motif a conflicting element. The rest of the road is clear and dry, only the puddle stands out as a separate water mirror. Only through the mirroring surface, which reflects part of the sky, the water element is reintegrated into the landscape painting. It also brings the temporal moment of the short lived character of the puddle in a constellation with the implied short life of the clouds. In this function of a mirror the puddle combines the changing qualities of nature.

Ruisdael's construction of this moment of conflict is also clear in the missing reflection of the figure on the water surface. It is possible, that it is a side product of the later integrated staffage, but it is also a deliberate failure, as Ruisdael constructed the mirror space on the water carefully. Therefore it can be seen as a calculated composition, as the figure could have been painted beside the puddle. Even if the figure was a later addition from a different painter the moment of conflict was clearly intended¹⁴.

A contribution of staffage from a different artist for Ruisdael's paintings can be found in the painting of a «Great Oak»¹⁵ (Fig. 2). Nicolaes Berchem (1620 – 1683) painted the figures for this landscape scene out of the hand of Jacob van Ruisdael. In the wooded landscape with another significant road scene Berchem inserted



Fig. 2. © SLIVE, 2001: 291-293.

figures of different social standing, which meet at a cross way. Two men walking next to a horseman are depicted barefoot in a big puddle, again without a reflection on the water. And the road is also wide enough to make walking around the puddle possible. In addition the different costumes of the staffage show a moment of conflict, as the cultural standing, indicated with the clothes of the two barefoot men, requires adequate footwear. It is implied, that the men took

¹⁴ As common practice, Ruisdael worked with different staffage painters throughout his career. See SLIVE, 2001: 13-14.

¹⁵ Detail. RUISDAEL "The Great Oak" Los Angeles, Country Museum of Art. Ident.Nr. M. 91.164.1. Oil on canvas, 85.1 x 104.3 cm, dated 1652. Cf. SLIVE, 2001: 291-293. © LACMA <https://collections.lacma.org/node/171969>.

of their shoes before crossing the puddle. Thereby the action of passing the water directly and barefoot refers to a conscious decision.

Sadly there are no documentations about how both artists worked together. Ruisdael could have given clear instructions or Berchem may have just reacted to the given landscape scene. Considering that the stage of simple roads with water elements as hindrance was constructed by Ruisdael the figures of Berchem can be seen as a fitting contribution. The theme of a daily struggle on the simple Dutch roads is clearly presented.

The variation of this theme is also notable, as every scene seems to approach the conflicted moment with a different solution like the figures Berchem depicted for one of Ruisdael's landscapes with a flooded road, in which the staffage is shown in the moment as they prepare to cross the water on the back of cattle¹⁶. Or a figure, which Ruisdael shows in the process of clearing a partly flooded road from a fallen tree, which implies an ongoing struggle against the natural hindrances¹⁷.

The painting of a "Wooded Landscape with a Pool and Figures"¹⁸ displays a crossroad near a village with a big puddle in the middle of the foreground (Fig. 3). The central road leads directly into it. A figure on the left use this flooded part of the road for a relaxed food bath. And maybe even for fishing, if the long stick it



Fig. 3.
© LACMA <https://collections.lacma.org/node/171969>.

¹⁶ RUISDAEL "Wooded Landscape with a Flooded Road". Paris, Musée du Louvre. Ident.Nr. INV.1817. Oil on canvas, 171 x 194 cm, datable about 1665-70. Cf. SLIVE, 2001: 301-302.

¹⁷ RUISDAEL "Entrance to a Wood". Paris, Musée du Louvre. Ident.Nr. R.F.710. Oil on canvas, 57 x 65 cm, datable to the early sixties of the 17th century. Cf. SLIVE, 2001: 303.

¹⁸ Detail. RUISDAEL "Wooded Landscape with a Pool and Figures". Pasadena, California, Norton Simon Museum. Ident.Nr. M.1969.33.P (on extended loan to the Norton Simon Museum, Pasadena) Oil on panel, 70 x 92 cm, dated to the beginning of the 1650s. © LACMA <https://collections.lacma.org/node/171969>.

holds shall be a fishing-rod. This highly ironic transformation of a water element from hindrance on a road to a place of recreation, and from a marginal puddle to a deeper fish pond, shows the humoristic approach Berchem sometimes took to Ruisdael's paintings.

BRIDGES AS TRANSITORY UTILITIES FOR THE ACCESSING OF TERRITORY

The figures are often depicting in a direct confrontation, going headlong through the water, like the shepherd in a painting of a «Landscape with a Cottage, Bridge and Sheep»¹⁹ (Fig. 4). The man is not only shown going directly through the water, but also leading his flog of animals right through a small river. Next to the staffage group a wooden bridge is depicted in a desolate condition. It could be said that it is a logical decision of the man to not use this fragile construction, but in other paintings this kind of bridge is used without problems. Just like the roads are only sandy paths, the wooden bridges in Ruisdael's landscapes are seldom more than



Fig. 4.
© CSG CIC Glasgow
Museum Collection.

¹⁹ RUISDAEL "Landscape with a Cottage, Bridge and Sheep". Glasgow Art Gallery and Museum. Ident.Nr. 612. Oil on canvas, 55.2 x 68.6 cm, datable to the early 1650s. © CSG CIC Glasgow Museum Collection.

long sticks in the water and some planks in a row with small debris sticking out at the sides.

The bridges are not depicted in this way to show their danger and fragility, but to impress the short-lived character of human constructions against the power of nature. Man will always be able to cross the water, however it is an ongoing struggle against nature, and the human constructions are always of a transitory quality.

As such the figures are often shown using these bridges regardless of their desolate state. Even shepherds with their flock of sheep are depicted going over fragile bridges, to cross the water hindrances, if it cannot be crossed directly²⁰. However the bridges are not a simple way over water, as can be seen in their mostly ruinous constructions. They are symbols of human ingenuity, but with an element of transience. Like the sandy roads, the bridges are a possibility to accessing the territory and overcoming the water as a natural hindrance on the way. In their fragility and implied transient character, Ruisdael makes it clear, that the accessing of the territory is only a temporal achievement.

WATER MIRRORS ON ROADS AS A CONFRONTATION WITH IMAGINARY SPACE

Ruisdael's landscapes show water elements as hindrance on the way. Nevertheless the painted roads are not only the constructed paths for staffage. They are also a reference line for the eye accessing the depicted landscapes. A water element in the foreground can also be seen as a hindrance for a visual entrance of the viewer, who is confronted with a reflecting surface.

Ruisdael also creates new space and an imaginary landscape in the middle of an imaginary landscape by setting a mirroring water element in the foreground of his paintings. He manipulates the water motif and shows a different scenery, which only relates to the rest of the landscape. The painted water surface is recognisable as a mirror in the painting, even if it cannot be compared directly with the reflected element. By stressing the manipulative input, Ruisdael makes clear, that as a painter he controls the landscape. He creates contradictory elements with painted water surfaces, which are recognizable as reflections, but do not stand in a real constellation to the rest of the composition. These small manipulations make it clear that it is a

²⁰ I.e. RUISDAEL "Waterfall in a Mountainous Landscape with a Wooden Bridge and a House". New York, The Metropolitan Museum of Art. Ident.Nr. 25.110.18. Oil on canvas, 54 x 41.9 cm, datable about 1680. Cf. SLIVE, 2001: 218.



Fig. 5.

© SLIVE, 2001, p. 314.

landscape illusion and not a real landscape²¹. The moment of illusion is paradoxical and the painted water reflection stops an imaginary entrance by confronting the viewer with the illusionistic character of the painting. In this the mirroring function of the water becomes another meaning for the viewer. The mirror in the painting is a picture in the picture – an imaginary place in an imaginary place. In this, the medium of the painting is emphasized.

Such a situation can be found in the painting of a “Pond in a Wood with a Blasted Beech Tree”²² (Fig. 5). The water motif in the foreground constructs an insuperable hindrance for the figures in the back. Their road leads through the woods directly into the water. It is the end of their way, but the figures are not shown in a position of conflict. They seem to make a voluntary stop at the side of the road for resting, which transform their situation in one of recreation. There is no reason shown for the sudden end of the road. The wheel tracks in the ground make it clear that the road goes on, but the water element is characterised as a swamp through its sheer dimension and the rich vegetation in and around it.

Of course the depicted figures do not worry or are shown with any form of concern. The end of the road is an option for rest, which stress the function of this depicted road not as a connective way to another village or city, but as a road through

²¹ On the phenomenon of reflection in paintings see MILLER. 1998: 82.

²² RUISDAEL “Pond in a Wood with a Blasted Beech Tree”. St. Petersburg, The State Hermitage Museum. Ident.Nr. 936. Oil on canvas, 104.5 x 128.1 cm, datable 1665-70. © SLIVE, 2001: 314.

nature with no clear destination. In addition the figures are depicted with clothes of a better social standing. This creates an image of an outing to the countryside and walking as a leisure activity. This scene shows not a problematic scene, just the moment of the strolling figures coming vis-à-vis with water and nature. At the end of the road they face the not accessible landscape and can contemplate this intact part of nature. Of course the element of the abrupt ending road is also a motif of implied renaturation of the road. The road is a sign of past movement and a cultural mark in the land. The disruption of the road through water negates the possibility of a continuative movement. Ruisdael uses a major water element, which implies a cessation of the road. Instead of the marginal motif of a puddle, which the protagonists in Ruisdael's confrontational scenes with water overcome, this swamp is permanent retransformation of a cultured part of territory into an inaccessible part of land again.

CONCLUSION

All these pictures make clear that the problem of finding a way through the landscape is a main topic in Ruisdael's paintings. It shows a thematic relation with different methods of overcoming the conflict with water and nature. Finding a way through the 17th century landscape of the Dutch territory can be seen as a daily problem. The undeveloped infrastructure made it often hard to see the right way through the landscape.

In his thoroughly constructed scenes, Ruisdael shows a cultural phenomenon which is characterizing for the water-rich Netherlands in the 17th century. The sandy roads and puddles can be seen as a truthful depicting of the real circumstances of the Dutch infrastructure.

But walking through landscape also means accessing a territory. In this the Dutch landscape painting of that time has a main motif in common. The walking figures, as the roads they are walking on, are generally seen as a sign of civilisation. The simple roads are solidified by repeated movement. In the paintings they are shown as sandy tracks through the landscape, often marked with wheel tracks. In this form the rustic roads in Dutch paintings symbolise the accessing of territory through repeated movement.

In the special example of Ruisdael's road to the village Egmond aan Zee this manifestation of an accessing of the land is ruptured with a water motif. It can be seen as a form of renaturation of the road through the water. The marginal motif of a puddle seems unimportant, but the figure is depicted walking right through

it. In this movement a re-accessing of this little part of restored nature is implied. Of course it has an ironic moment that the Dutch people, who drain whole areas from excess water, still struggle every day with water on roads. And Ruisdael made this struggle a central theme in his landscapes with road scenes, conferring a deep understanding of the interplay of culture and nature in the Dutch landscape painting of the 17th century.

BIBLIOGRAPHY

- ADAMS, Ann Jensen (1994) – *Competing Communities in the “Great Bog of Europe”. Identity and Seventeenth-Century Dutch Landscape Painting*. In MITCHELL, W. J. T. – *Landscape and Power*. Chicago & London, p. 35-76.
- BERGER HOCHSTRASSER, Julie (1998) – *Inroads to Seventeenth-Century Dutch Landscape Painting*. «Nederlands Kunsthistorisch Jaarboek», vol. 48, p. 192-221.
- CARERI, Francesco (2002) – *Walkscapes. El andar como práctica estética. Walking as an aesthetic practice*. Barcelona.
- GIBSON, Walter S. (2000) – *Pleasant Places. The Rustic Landscape from Bruegel to Ruisdael*. Berkeley/Los Angeles/London.
- MICHALSKY, Tanja (2002) – *Zeit und Zeitlichkeit. Annäherung an Jacob van Ruisdaels spätes Werk, Der Sonnenstrahl*. In HULSEN-ESCH, Andrea & SCHMITT, Jean-Claude Schmitt – *Die Methodik der Bildinterpretation*. Göttingen, p. 119-155.
- MILLER, Jonathan (1998) – *On Reflection. The National Gallery, London. 16. September – 13. December 1998*. London.
- RÜCKERT, Juliane (not yet published) – *Wassermotive in Jacob van Ruisdaels Landschaftsdarstellungen. Eine Analyse des Wassers als kulturhistorischer Bedeutungsträger und ästhetisches Ideal in der niederländischen Landschaftsmalerei des 17. Jahrhunderts am Beispiel Jacob van Ruisdaels*. Dissertation at the Freien Universität Berlin, defence of doctor's thesis June 2016.
- SCHMIDT, Winfried (1981) – *Studien zur Landschaftskunst Jacob van Ruisdaels. Frühwerke und Wanderjahre*. Hildesheim/New York.
- SLIVE, Seymour (2001) – *Jacob van Ruisdael. A Complete Catalogue of His Paintings, Drawings and Etchings*. New Haven/London.
- WALFORD, E. John (1991) – *Jacob van Ruisdael and the perception of landscape*. New Haven.

DE CHAFARIZ A ARCA DE MIJAVELHAS. *FIRMITAS, UTILITAS ET VENUSTAS* NUMA INTERVENÇÃO NA BERMA DE UM CAMINHO À DISTÂNCIA A CAVALO DA CIDADE

IVA JOÃO DA SILVA TELES MORAIS BOTELHO*
LUÍS FILIPE COUTINHO GOMES**

Resumo: Revelaram as obras do Metro do Porto uma estratificação arquitetónica multissecular no Campo 24 de Agosto (Porto), em torno do aproveitamento dos recursos hídricos do local, em tempos, atravessado pelo Caminho para Valongo.

Dessa estratificação, catapultam-se os séculos XIV a XVI. Assim, sem esquecer a dinâmica que aterrou o espaço e albergou o lembrado poço das Patas, foca-se o *Campo de Mijavelhas* e a sua mutação para *Campos do Reimão*. E foca-se também a transformação do *chafariz* que aí houve – retido para a Memória por Fernão Lopes –, em *arca*, perdida na mesma Memória. Pujada de armas reais modernas, não explorará esta métrica medieva, porém, criando geometria de sabor já renascentista? Atreva-se a proposta.

Indagar sobre *quando, por e a soldo de quem* é todo o desafio deixado à Comunidade.

Palavras-chave: Porto; Mijavelhas.; Medieval; Moderno.

Abstract: The works of Metro do Porto revealed a centuries-old architectonic stratification in Campo 24 de Agosto, crossed by the Path to Valongo.

From that stratification, the 14th-16th centuries are revealed. Thus, without forgetting the dynamic that landfilled the space and housed the remembered well of Patas, it is focused the Campo de Mijavelhas and its mutation to Campos do Reimão. It is focused, as well, the transformation of the chafariz, remembered by Fernão Lopes, into arca.

Our proposal is that the royals arms point towards not a Medieval but a Renaissance language. To know when and by whom is the challenge left to the Community.

Keywords: Porto; Mijavelhas; Medieval; Moderno.

* Metro do Porto, S.A. Tel 937 413 340, Fax: 225 081 001. iva.botelho@metro-porto.pt.

** Arqueohoje, Lda. Tel.: 232 416 030. arq@arqueohoje.gmail.com.

I. INTRODUÇÃO

Obrigou a mitigação ambiental da obra do Metro Porto a investigação no Campo 24 de Agosto (Bonfim, Porto), no âmbito da construção da estação subterrânea implantada no seu jardim menor. Viria ela a revelar inusitados pormenores que acrescentam novidade à História Urbana deste arrabalde, no *termo velho* da cidade.

Indiciava-se tal potencial já na fase de elaboração do projeto da estação, da autoria do Empreiteiro NORMETRO, A.C.E.. Face à cronologia oitocentista da urbanização do local, fora a sua sensibilidade patrimonial subavaliada em sede de avaliação ambiental, decorrendo daí tão tardio reconhecimento. E na pesquisa para o projeto de Desvios de Rede, encontrava o dito Empreiteiro no arquivo do SMAS, o auto da condenação de um reservatório de água ali existente, e nele a surpresa tida pelos executantes:

Tendo-se procedido a limpeza sumária das paredes da arca, foi encontrada na galeria Poente e na parede Nascente, uma pedra com as armas reais. Serão estas as armas a que se refere o livro manuscrito arquivado nestes serviços – Águas Municipais – o qual a folha 52 diz: “pela câmara em 22 de Setembro de 1548 com o foro anual de 160 réis estava incluído este terreno como pertença da Quinta do Reimão e era nele que existia a referida fonte [Manancial de Mijavelhas], metida numa arca que tinha em cima as armas reais, sinal bem claro de pertencer à cidade (...)”

A investigação subsequente, já impulsionada pela Metro do Porto, S.A., viria a revelar uma estratificação multissecular centrada no aproveitamento hídrico do local. Balizada entre os séc. XIV e XIX, foi ela acompanhada por assoreamento, ao qual se deveu fundamentalmente o aterro do espaço. Mas assomava em novidade a fase construtiva remontante à Época Moderna, pela manifesta renovação do edificado vindo dos tempos medievos: uma requalificação indiciando conhecimento pelo cânon renascentista, como se propõe e deixa à discussão.

Convide-se, pois, a Comunidade Científica ao aprofundamento do estudo e conhecimento da conceção Moderna deste espaço.

II. DO CAMPO DE MIJAVELHAS AO CAMPO 24 DE AGOSTO: UMA BREVE SINOPSE SOBRE A ESTRATIFICAÇÃO DO LUGAR

1. Toponímia

Foi sucessiva a mutação toponímica do lugar designado de Campo 24 de Agosto desde Edital de 1860. Uma permanência: a presença do termo *Campo*, o qual remete

para a rusticidade duradoira do lugar: *Grande* fora antes o Campo, que também foi *do Poço das Patas, dos Cirne, do Reimão* e, lá nos primórdios conhecidos, *de Mijavelhas*.

E é pitoresca esta última designação, vindo, no presente, Germano Silva a dar voz à tradição recuada ao séc. XVII, a Baltazar Guedes¹, mencionando, a propósito, as lavadeiras e vendedeiras chegadas pela Estrada de Valongo e Amarante à feira de S. Lázaro, que por ali se aliviavam. «É óbvio o desacerto», diremos com Carlos dos Passos. De certa forma, veremos também.

O que há de certo é que o topónimo remonta à Idade Média, abrangendo um «trato de terreno situado a norte do Padrão das Almas (Largo do Padrão, hoje)»². Desde logo, nomeava um ribeiro tributário do Douro que «limitava a oriente o antigo concelho do Porto»³. Depois, tivemos os gafos do Cimo da Vila de Mijavelhas a dirigir, em 1385, petição a El Rei D. João I⁴, localizando-se também, segundo o Livro das Vereações de 1393 a 1395, no sítio de Mijavelhas a força do concelho. E de Mijavelhas era um chafariz referenciado por Fernão Lopes enquanto palco de um episódio na Crise Dinástica de 1383-1385.

Cria Passos tratar-se esta estrutura tão-só de «uma fonte, nascente ou bica de água, pois que então no local não poderia haver nenhuma obra desse género».

2. A Estrada para Valongo e Amarante

É também certa a travessia do território pelo *Caminho para Valongo*, ou *Estada de Amarante*, como posteriormente foi chamado, seguramente justificando o investimento na rentabilização da nascente que brotaria na margem esquerda da ribeira.

Ora dá-nos a cartografia oitocentista subsídios bastantes sobre o traçado da estrada, neste território. Partindo da rua de St. Ildefonso, logo nos registam Clarke (1833) e Perry Vidal (1844) bifurcação com um percurso em frente, subindo o Bonfim, e outro contornando este morro por NO, confluindo ambos a leste, no Fojo. Já os esboços de Teodoro de Sousa Maldonado, designadamente o *projeto para a rua do Reimão*, indicam a travessia do curso no enfiamento do Bonfim.

E, efetivamente, adiante-se, neste caminho ancestral, convidaria o tempo, primeiro, ao aproveitamento da nascente, permitindo a quem por ali passasse saciar-se e assear-se no *chafariz*, depois *arca d'água* (e aliviar-se por entre a frondosa vegetação de castanheiros e nogueiras documentada arqueologicamente). Sem dificuldade, a *long durée* nos paralelizará Mijavelhas, no passado, a Águas Santas,

¹ PASSOS, 1955: 86.

² VITORINO, 1941: 63.

³ VITORINO, 1941: 63.

⁴ PASSOS, 1955: 85.

na atual A4, a presente ‘estrada para Valongo e Amarante’. E depois, já em plena Época Moderna, convidaria o mesmo tempo ao melhoramento da via, construindo a Ponte das Patas, a escassos metros, a SO da arca.

Considerados os dados arqueológicos, tudo indica que tal progresso houve como impacto ambiental no território o seu assoreamento. Causando uma subida do chão na envolvente da *arca d'água*, transformou-a no *Poço das Patas*.

3. Estratificação arquitetónica e sedimentar do *jardim menor* do Campo 24 de Agosto

A diacronia da estratificação ao redor da nascente de Mijavelhas estrutura-se em sete fases de construção. Mas podemos reagrupá-las em *quatro grandes momentos*. Ao longo deles, o sítio evoluiu na abrangência da sua utilidade, estendendo-a ao burgo, e também na sua integração no meio ambiente em mutação, com a eliminação do vale da ribeira a ser acompanhada pela passagem do edificado de *arquitetura a céu aberto* a *arquitetura enterrada*, conforme sinopticamente se apresenta.

A *primeira fase*, do séc. XIV, com *terminus ad quem* em 1384 (colhido em Fernão Lopes), identifica-se com a Fase I da estratificação. Reporta-se à fundação da construção do chafariz de Mijavelhas, tipologicamente, uma fonte de mergulho provida de dois tanques.

Na *segunda fase*, remontante ao séc. XVI, o *terminus ad quem* em 1548 é dado pelo prazo fateusim entre a Câmara e António de Madureira. Circunscreve-se à Fase II e é marcada pelo alteamento da fonte em *arca com armas reais*, igualmente provida de dois tanques, dominando larga pavimentação na envolvente.

A *terceira fase* cobre os séculos XVII e XVIII. O *terminus post quem* em 1633 assenta na data da escritura sobre a negociação da posse da água, após a sentença judicial sobre a causa que opunha a Câmara a Pero Vaz de Sousa Cirne⁵. Engloba as Fases III, IV e V, e demarca-se pela ligação à Cidade, iniciada pela construção de aqueduto abastecedor da fonte da rua Chã, edificada a propósito. Seguiram-se a adução de novos mananciais, como as minas dos Melos, do Prado e do Visconde de Castelões⁶; e também a construção de novo aqueduto distribuidor, com risco de Teodoro de Sousa Maldonado. E todos estes encanamentos foram observados arqueologicamente, assim como a subida do terreno durante esta macro fase, transformando a *arca* em *poço*.

⁵ PASSOS, 1955: 95.

⁶ SOUZA REYS, 1867.

A *quarta fase*, no séc. XIX, englobando as Fases VI e VII, iniciou-se no ano de 1819, data da ampliação da arca/poço. Autorizada por Carta Régia, dela resultou o reservatório arcado do *manancial do Campo Grande*,

*(...) denominação posterior que se lhe deu por assim se (sic) o lugar aonde assentava a sua arca, sendo modernamente mudado o nome para =Campo 24 de Agosto= notando-se que a esta nascente se chamava primitivamente =Mijavelhas=*⁷.

Atingia o complexo o seu apogeu no abastecimento do Porto, merecendo o 2.º lugar logo a seguir ao manancial da *Arca d' Água de Paranhos*. E conhecia o declínio: em 1867, relata Souza Reys, sobre a Mina do Conde de Castelões:

*Situada esta mina ... Campo (...) mui perto da sua embocadura pelo lado da Rua do Bonfim (...) tinha sido superiormente ocupada por huma caza, e não sei se foi essa a cauza de diminuir a sua agoa até que ao presente seccou de todo.*⁸

Mas, no decurso desta diacronia, merece sublinhar que ocorrera, então, o paulatino assoreamento do espaço, identificado com o Depósito 004, que alternava níveis de areia com sedimentos lodosos pobres em inclusões artefactuais. Foi graças ao mesmo que a cota do terreno subiu, *grosso modo*, dos 92 m aos 94,70 m.

Hipoteticamente processado a partir do séc. XVIII, defende-se que se tenha devido à construção da Ponte do Poço das Patas, em 1700. Mas, com segurança estratigráfica, o que podemos afirmar é que tal processo é posterior a uma acumulação acidental referenciada com o Depósito 005. As decorações das faianças presentes no acervo artefactual deste depósito indexam-lhe, por ora, cronologia no 3.º quartel do séc. XVII.⁹ De resto, a designação de *Poço das Patas* dada à Arca de Mijavelhas ocorrerá apenas em meados do séc. XVIII, sendo a referência frequente nos projetos e arrematações de obras e remodelações à época dos Almadás. À luz dos dados arqueológicos, vários esboços de intervenções urbanísticas permitem a identificação recíproca dos dois topónimos.

Praticamente desaparecido o vale da ribeira no final do séc. XVIII, e estando a chegar ao lugar a expansão urbana do burgo, restariam um aterro de nivelamento do chão, em 1850, e a subsequente urbanização para apagar da memória a impor-

⁷ SOUZA REYS, 1861.

⁸ SOUZA REYS, 1867: fl.59.

⁹ Sublinhe-se que tudo aponta para o carácter acidental da deposição. Aparentemente, um deslizamento de terras com orientação norte-sul, bloqueou ela o escoamento das águas sobrantes da nascente para a ribeira (que se fazia por canal remontante à edificação do chafariz), fazendo subir o nível freático e criando condições anaeróbicas que conservaram abundante espólio ecofactual.

tância do complexo hídrico no abastecimento à cidade, na razão da infiltração de águas insalubres.

Em 1958, ditavam os SMAS a condenação e definitivo esquecimento até às obras do metro.

Foi então que os trabalhos desencadeados confirmaram, *grosso modo*, a diacronia intuída a partir das notícias do séc. XX e permitiram até reconhecer o espaço citado em Fernão Lopes. Na base da arca, observavam-se vestigiais elementos do primitivo chafariz, que remanesciam dos impactos da estratificação subsequente. E logo desde a reformulação que edificara, na Época Moderna, a arca mencionada no manuscrito do acervo dos SMAS.

Merecem a novidade e estado de conservação que nos detenhamos agora sobre estas fases, explorando os seus detalhes.

III. O CAMPO DE MIJAVELHAS NA TRANSIÇÃO ENTRE OS TEMPOS MEDIEVOS E MODERNOS

3. Ao tempo de Gonçalo Perez: o chafariz de Mijavelhas, Fase I

Elles todos preste com grande esforço e vontade sahirom todos fora, e foromsse apousentar ao chafariz de Mijavelhas que he pequeno espaço da çidade (...).

in Fernão Lopes, Crónica de D. João I, Cap. CXIX.

O *chafariz de Mijavelhas*. Localizava-se na margem esquerda do regato e materializava-se em ténues vestígios remanescentes a extensa interface de destruição observada a nascente e sul do edificado: um saimel de arco assente no que restava de um alinhamento pétreo de cantaria que, juntamente com vestígios de outros dois alinhamentos perpendiculares e respetivos caboucos, enquadrava um poço escavado na rocha, de onde brotava a *nascente de Mijavelhas*.

Interpretaram-se os vestígios como pertencentes a uma fonte de chafurdo assente no, à época, afloramento granítico, este afeiçoado de forma a permitir vencer suavemente a sinuosidade do terreno, por meio de pequenos degraus descendentes para sul e oeste. De planta retangular e levantada em cantaria de perpianho, possivelmente, a fonte era coberta por abóbada de berço. Mais, voltada a poente, dispunha de dois tanques fronteiros mas descentrados, aproximadamente orientados a NNO/SSE. Sendo afeiçoados em depressões do afloramento rochoso, os tanques eram estruturados por dois muretes de cantaria encaixados nas quebras da superfície rochosa e levantados perpendicularmente entre si. Refira-se também que o tanque Sul confinava com um lajeado insuficientemente reconhecido por impacto

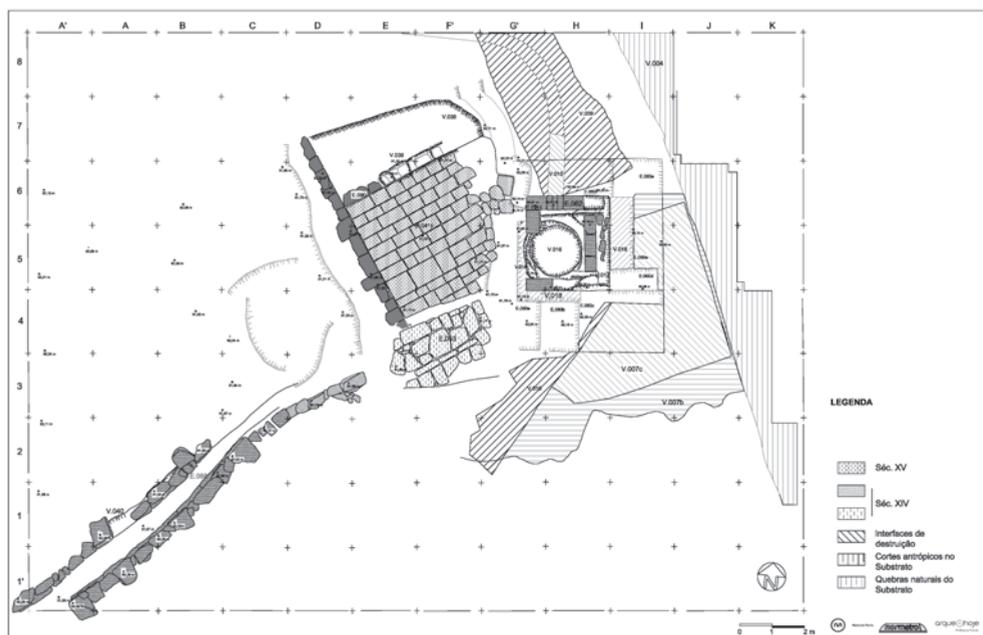


Fig. 1. O chafariz de Mijavelhas.

da obra do metro, assente no Depósito 008. E o espólio deste atesta a cronologia medieval desta fase. Mais, chafariz ligava à ribeira por meio de canal, pelo qual se escoavam as águas sobrantes.

Por fim, registre-se que foram tanques sujeitos a melhoramento com alteamento de pisos e pavimentação lajeada do tanque Sul. Referir-se-á a ele a ata de Vereação de 1414 que decidia que «(...) fizessem logo corregger e amanhar o chafariz de Miega Velhas»¹⁰? Os materiais exumados no Depósito 007 associado incluem produções do Levante Espanhol, tais como *loija malagueira* e de *Paterna-Manises*, confirmando cronologia medieval tardia.

Para a discussão, note-se que, na fase inicial da estratificação de Mijavelhas – Campo Grande, a céu aberto, um corpo de 2,3 m de altura dominava uma área com c. 120 m²; e também que o murete NNO/SSE, na secção correspondente ao limite do *tanque Sul*, dispunha de 3,64 m de comprimento.

¹⁰ In Livro de Vereações, XL, 186 (1414). Informação gentilmente dada por Mário Barroca a Susana Silva, à época, colaboradora da Metro do Porto.

2. Ao tempo de António de Madureira: a arca de Mijavelhas, Fase II

Vestigial era, portanto, o estado do chafariz medievo. E desde logo fruto da construção da arca citada no prazo entre a Câmara e António de Madureira.

Com efeito, à conceção do novo espaço presidira a incorporação das preexistências naturais e construídas, numa ampliação em área e altura, com orientação principal a poente e secundária a sudoeste, imposta pela topografia local. Sumariamente, foi criada uma praceta lajeada com cerca de 375 m² que enquadrava uma *arca de pedra com armas reais*, defronte da qual se estendia tanque bipartido.

Pormenorizando, a *fonte de mergulho* (ou chafariz) foi transformada em *fonte de espaldar* (ou arca), sendo de enfatizar é que esta ampliação teve como módulo o *tanque Sul* daquele, trabalhando a sua métrica, c. 3,64 m de lado. De facto, não só a arca foi construída em volta do chafariz, como parece indiciar-se um esforço de retificação da planimetria deste: de uma estrutura retangular passou-se a outra quadrangular conseguida através do trabalho das espessuras das suas paredes, com alongamento para nascente, de forma a conseguir-se os 3,64 m de lado. E esta transformação do chafariz em arca foi acompanhada por nova reconversão dos tanques, agora resultante da rotação do seu desenvolvimento espacial. Mais uma vez trabalhando depressões naturais do afloramento granítico, foi criado um *espelho de água*, com orientação aproximada ENE/OSO. Tal conseguiu-se pela construção

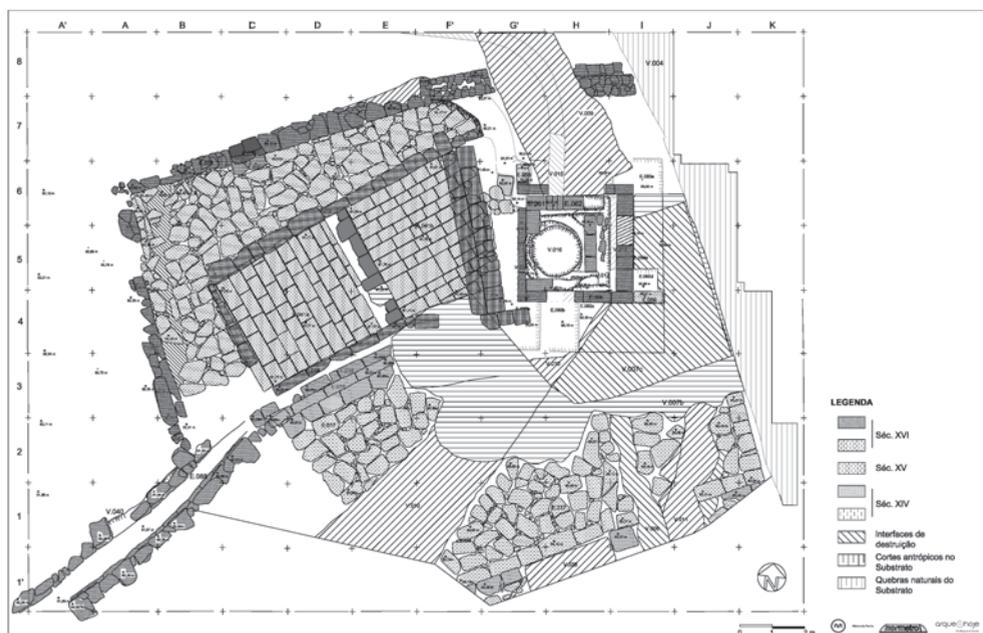


Fig. 2. A arca de Mijavelhas.



Fig. 3.
Pedra de armas de Mijavelhas.



Fig. 4.
Pedra de armas do Ladoeiro.

de novo tanque, também ele quadrangular e apresentando a mesma medida, no alinhamento a poente do antigo tanque *Sul* que, assim, passou a *Nascente*, por relação com o novo tanque.

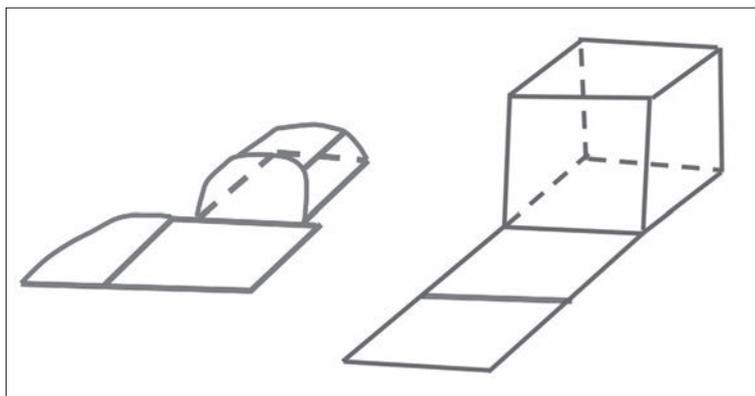
Tanques estendendo-se defronte do frontispício da arca de pedra, assim reconhecido pela presença da *pedra de armas reais*. Trata-se de escudo do tipo dito *Peninsular*, de bordos laterais paralelos, boleado em ponta, com chefe de linhas côncavas, preenchido com cinco escudetes pendentes postos em cruz, carregados de besantes(?),¹¹ e bordadura carregada de sete castelos postos três em faixa e dois em cada flanco.

Uma outra dúvida: estarão as armas incompletas? Faltar-lhes-á coroa? Assim parece, pelo recorte da atual fiada superior dos alçados Norte e Poente junto ao escudo.

Plausivelmente, afinações de cotas suscitáveis pela subida do chão poderão ter convidado à afinação da altura da *arca-poço*. E, se assim for, a sua perda permite efabular sobre a possibilidade de aquela medida poder ter estado presente no pé-direito original da arca. Ao presente, ela, no seu alçado Poente – já que são diferenciais as cotas de arranque a todo o perímetro, subindo para nascente e norte –, chegou com 3,24 m de pé-direito. Mas, a respeitarem-se as proporções presentes na pedra de armas da Fonte Grande do Ladoeiro (Idanha-a-Nova), de 1571, é plausível um pé-direito de 3,52 m.

¹¹ Assim parece indiciar pequena *fossette* detetável nos escudetes inferiores. As restantes superfícies encontram-se desgastadas, não sendo detetáveis os supostos besantes, facto devido também às atuais condições de luz. Porém, podem ser levemente observáveis no registo fotográfico de 1999, bem como nos executados durante a remontagem da arca, altura em que se beneficiava de luz rasante.

Fig. 5.
Desenho esquemático
da proposta de
transformação
modular do chafariz
em arca.



Desta forma, ainda que tendo como primeiro e segundo princípios subjacentes a adaptação ao meio físico natural e antropizado, advinha-se um terceiro na conceção desta requalificação: o seu cariz proporcionado, resultante do trabalho do módulo dado pela largura do medievo tanque *Sul*, fazendo desenvolver *dois quadrados* (os tanques), defronte de um insinuado *cu*bo (a arca).

Custo, esforço e conceção desta requalificação apontam iniciativa pública esclarecida. E ainda que dentro de certos limites, parecem corroborar Ribeiro da Silva¹²:

Quem se der ao trabalho de folhear os livros de arrematações das obras públicas do Porto dos séculos XVI e XVII, verificará que o cuidado pelas calçadas e chafarizes situados nos espaços fora de muros é entendido como uma obrigação municipal tal como as ruas de dentro.” (...)

Todavia, remonta ao período filipino um novo conceito de beleza urbanística que levou, nos primórdios do século XVII, à criação de largos espaços verdes especialmente concebidos para fruição colectiva.

Ora ali, no Campo, pelo que se verificou, *do ponto de vista estritamente funcional*, a descrita benfeitoria procurou, tão-só, o melhoramento do piso envolvente à fonte – certamente sujeito a encharcamentos –, com a aplicação da calçada de granito de estereotomia sinuosa. A superfície feita rugosa e o tardo pontiagudo preveniam, respetivamente, deslizos a quem a palmilhava e assentamentos do piso. Somente a partir dos séculos XVII(?) e XVIII serão encaminhados para o reservatório novos mananciais. Ora foi a calçada aplicada sobre o Depósito 006, aparentemente, um aterro intencional. E o respetivo espólio – com presença de faiança monocromada a branco sobre pasta vermelha – aporta significativo indicador *post quem* indexado ao séc. XVI. Ora problematiza a contextualização *ante quem* 1548 a presença de uma taça de porcelana.

¹² RIBEIRO DA SILVA, 2000: 257-261.

IV. DISCUSSÃO FINAL EM JEITO DE *POST SCRIPTUM*

Estratificação continuada ao longo de seis séculos em torno do aproveitamento dos recursos hídricos do Campo 24 de Agosto (Bonfim, Porto), não podia ela deixar de carrear limites ao conhecimento sobre as fases mais antigas, drasticamente sujeitas aos impactos das mais recentes.

Por singular novidade, destacaram-se os momentos construtivos remontantes à Idade Média e Moderna. Mas do primeiro – dando provas de «*cuidado e diligência*» no inquérito de Fernão Lopes? – somam-se as ausências fortemente trazidas pelo segundo, ele próprio evidenciando vazios.

E foi por aí que tudo começou: por umas armas reais que não tinham coroa, encerradas numa estrutura arcada que não tinha *gabarit* suficiente, e oferecia um “P” que não tinha significado claro. Aos dados de escavação encetada descontinuamente entre 1999 e 2002, somem-se os dados da remontagem na estação, em 2004, e a informação encerrada no espólio, em 2006. Acrescente-se as inspirações havidas neste Congresso.

Na prumada do “P” fundava o poço da nascente, estando o *gabarit* aterrado pelo abandono. Já entender a ausência da coroa remeterá para as entrelinhas da escrita.

A 22 de setembro de 1548, à distância “*a cavalo* [da urbe], *na Estrada para Valongo/Arrifana*”¹³, onde esta cruzava a ribeira de Mijavelhas, limite oriental medievo do termo do Porto, já ali estava a arca com armas reais e transitava para a posse de António de Madureira. Sendo que essa escritura:

*Falta no Arquivo Distrital do Porto. Está inclusa, porém, na sentença de transacção [em 1633] da Câmara com Pero Vaz Soares de Sousa, como tutor do seu filho Manuel Cirne, a respeito da água da fonte das velhas (livro 3.º das sentenças, fls. 377, do Gabinete de História da Cidade*¹⁴.

Pois em 1629 pretendia a Câmara usufruir da água para alimentar a fonte que queria construir na rua Chã. Opôs-se-lhe o «rico e poderoso» Frei Pero Vaz Sousa Cirne¹⁵.

Resolvida a questão e negociados os direitos, permaneciam na memória coletiva as pretensões e Souza Reys, que já não sabe da pedra de armas, declara, em 1867:

Foi sempre publica a fonte chamada de Arca de Mijavelhas que o Senado quis melhorar (sic) em proveito da cidade.

¹³ Informação gentilmente dada por Mário Barroca a Susana Silva, à época, colaboradora da Metro do Porto.

¹⁴ PASSOS, 1955: 91.

¹⁵ PASSOS, 1955: 103.

Qual o verdadeiro alcance desta afirmação? Quem foi o Rei também promotor da requalificação Moderna? E o que preside à sua conceção?

- A pedra de armas. O tipo *peninsular* indicará D. João III, mas D. Manuel I, as linhas curvas do chefe.

Se coroa houve, o alçado Poente da arca poderia atingir 3,52 m. Ainda falta para a medida usada: 3,64 m (aproximadamente, duas braças?). Foi ela achada na guia poente do medievo tanque *Sul*, na (acesa) discussão do projeto de remontagem.

- As medidas. Inexatas: em 2000, no desenho à escala 1/20, o alçado Poente, em que foi buscado o rigor da representação do todo, repete a medida-padrão, mas o alçado Sul, onde se buscou o rigor do silhar, excede-a. Na remontagem, em 2004, lançou-se o levantamento assumindo como correta a medida 3,64 m. Ora, ao lançar-se a quarta fiada, a primeira de perímetro completa, indiciavam os silhares das paredes Norte e Nascente ângulo obtuso, confirmando as larguras desiguais dos alçados.

Nada que a vista desarmada detetasse. Valorizou-se esta multiplicação de quadrado em cubo, base da pirâmide visual, cerne da perspetiva central, dando-a como representação da racionalidade da visão Moderna. Intervenção urbana no termo rural, também assim oferece ares da Renascença e sua exigência ética fundamental: ser útil a todo o cidadão. Teria a arca ‘risco’ de alguém que conhecesse a tratadística italiana?

- O espólio. De repente, em 2006, no Depósito 006, o de assentamento da calçada Moderna, identificava-se colagem de *oito fragmentos de porcelana branca* permitindo a obtenção de perfil completo: uma taça de pé recuado e parede arredondada projetada para o exterior junto ao bordo, tipo presente na *Dinastia Jiajing* (1522-1566). Um exemplar da *produção Dehua* vulgarizada no Ocidente como *Blanc-de-Chine*? Certamente que também esta produção foi importada. Porém, facto aceite pela Historiografia é o desenvolvimento de relações comerciais regulares sino-portuguesas apenas depois de finais da década de 1540. Teresa Canepa (2012) defende mesmo que o tráfico para o Ocidente da produção Dehua apenas se deu a partir do séc. XVII. Por outro lado, ocorrências congêneres – porcelana branca em contextos da 1.^a metade do séc. XVI – foram já observadas em Lisboa.
- Ainda assim, surpreenderá a celeridade de entrada no ‘registo arqueológico’: antes de 1548, ali na Quinta do Reimão emprazada a António de Madureira, antigo Vereador da Câmara. Quinta do Reimão, de *Gonçalo Reimão*, a quem a mesma Câmara emprazou previamente o terreno, depois de o fazer a Pedreanes.
- E quando foram celebrados esses outros prazos anteriores? A que corresponde a data de 1513 evocada por Pedro Vitorino (*ibid.*), sobre a aquisição da quinta por um antecessor de Francisco Diogo de Sousa Cirne? Quem foram os parceiros do Rei na requalificação Moderna de Mijavelhas?

V. EPÍLOGO

Sem arquitectura não há verdadeiro “habitar”, sem ela não há um lugar marcado profundamente. De tal modo uma construção é tópica e marca o genius loci que, uma vez acontecida, jamais se apaga totalmente. Mesmo quando destruída, em seu lugar só acontecem “reconstruções”. Carlos Alberto Ferreira de Almeida

Assim aconteceu no Campo até à urbanização do espaço que vitimou os mananciais merecedores de multissecular atenção ao Porto.

Já as obras do séc. XXI são capazes de apagar tudo, mesmo que, na Estação de 24 de Agosto, onde ainda hoje se preste atenção diária a nascente de Mijavelhas.

Não deixa o espaço de ser um ponto de passagem e poderá a Comunidade Científica potenciar o *genius loci* ancestral, fazendo agora dela um porto de encontro para discussão que esclareça os mistérios que encerram o esquecimento, para o Burgo, de chafariz e arca, apelando a uma viagem arquivística sem destino nem termo à vista.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1958) – *Mananciais do Campo Grande e de Mijavelhas. Trabalhos realizados em Fevereiro de 1958*, Serviços Municipalizados das Águas e Saneamentos, (SMAS), Porto. Policopiado.
- CANEPA, Teresa (2012) – The Trade of Blanc de Chine Porcelain to Europe and the New World. *Fujian Wenbo*, 4th issue, December 2012.
- LOPES, Fernão (s/data) – *Crónica de D. João I*, com Introdução de Humberto Baquero Moreno, vol. I, Biblioteca Histórica – Série Régia, Livraria Civilização Editora.
- PASSOS, Carlos dos (1955) – O Campo de Mijavelhas e a Quinta do Reimão. *Boletim Cultural*. Porto, Câmara Municipal do Porto.
- RIBEIRO DA SILVA, F. (2000) – Tempos Modernos, in Dir. Luís de Oliveira Ramos – *História do Porto*. Porto, Porto Editora, pp.257-261.
- SILVA, Germano (1999) – Topónimos Antigos que chegaram aos nossos dias. À descoberta do Porto. *Jornal de Notícias*, 1999-08-22.
- SOUZA REYS, Henrique Duarte e (1861) – Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto, vol. I, 1861, in BRITO, Maria Fernanda, Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, II Série, Porto, 1984.
- (1867) – *Mappa Sinóptico Estatístico e Histórico dos mananciaes publicos desta Antiga Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto*, [Manuscrito].
- VITORINO, Pedro (1941) – A Ponte do Poço das Patas. *Boletim Cultural*, vol. IV, Fase 1. Porto: Câmara Municipal do Porto.

O SÍTIO ROMANO DA MALAFAIA, UM CASAL AGRÍCOLA NO VALE DE AROUCA (NORTE DE PORTUGAL)

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA*

PAULO A. P. LEMOS**

MANUELA C. S. RIBEIRO***

Resumo: Implantado numa encosta do vale do Arda, o casal tardo-romano da Malafaia (Arouca) exemplifica, no Norte de Portugal, um tipo de instalações agrícolas de época romana que vem sendo designado por casal, quinta ou granja. Objecto de intervenções arqueológicas entre 1995 e 2008 e novamente em 2013 no âmbito da valorização do sítio, este sítio arqueológico é composto por alguns edifícios com vários compartimentos. A sua implantação deve remontar aos séculos I-II, estando todavia melhor representada a época entre o Baixo Império e o período suevo-visigótico; por alturas do século X verificou-se uma reocupação pontual do sítio, documentada por cerâmicas e confirmada por datações de ¹⁴C.

Palavras-chave: Romanização; Casal romano; Norte de Portugal; Lusitânia.

Abstract: Roman site of Malafaia (Arouca, about 50km far from Oporto, North of Portugal) exemplifies a kind of rural settlement described in recent archaeological Portuguese literature as a *casal*, i.e. a single family farm unit which should exploit a *fundus* much smaller the one a traditional *villa* was expected to do. The site is being excavated since 1995 and exhibits ruins of several buildings and compartments.

First settlement may be dated in 1st/2nd centuries AD, but most of the available evidence is related to a period between the end of the Empire and Suevi and Wisigoths' kingdoms, during the 4th-6th centuries AD. Later on the site was abandoned and by the 10th century, considering ¹⁴C analysis and ceramic evidence, a new occupation, perhaps for a short time, was identified.

Keywords: Romanization; Roman farm; North of Portugal; Lusitania.

* Bolseiro de Doutoramento da FCT. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (UP). Centro de Arqueologia de Arouca. amspsilva@hotmail.com.

** Centro de Arqueologia de Arouca. paplemos@gmail.com.

*** Centro de Arqueologia de Arouca. mcsribeiro29@hotmail.com.

O sítio arqueológico da Malafaia localiza-se na freguesia da Várzea, concelho de Arouca, num terreno de encosta com a cota média de 330 metros, sobre o vale do rio Arda. Tem sido objeto de escavações arqueológicas desde 1995, contando já com várias publicações¹. Com uma área escavada na ordem dos 310 m² e uma possança estratigráfica por vezes apreciável, o que possibilitou a preservação de muitas estruturas, a Malafaia é hoje uma estação arqueológica em processo de musealização, por iniciativa da autarquia local, ainda que as escavações sistemáticas tenham sido interrompidas em 2008 por falta de financiamento público, com óbvio prejuízo para a melhor compreensão da natureza do sítio.

Interpretado desde há muito como um “casal romano”, por razões que adiante se explicitarão, a Malafaia regista um primeiro momento de ocupação que situamos no século II, prolongando-se provavelmente até aos séculos V-VI, sendo depois abandonada. Por alturas do século X o local foi de novo habitado, aparentemente de forma temporária, considerando o carácter elementar dos vestígios construtivos dessa época e o parco volume de espólio associado.

1. ÉPOCA ROMANA E TARDO-ANTIGA

Os edifícios correspondentes aos horizontes romanos, ainda que iniciem várias fases construtivas, distribuem-se por dois conjuntos, de orientação sensivelmente divergente, que se acham implantados numa plataforma aberta no soco rochoso natural (Figuras 1 e 4). A Nordeste situa-se o edifício que designámos como Estrutura 4, de que apenas se conservaram duas paredes dispostas em ângulo de 90°, parecendo configurar uma construção de grandes dimensões; na parte Sudoeste localiza-se a Estrutura 2, que integra vários compartimentos internos que parecem definir uma espécie de pátio (Figs. 1 e 4).

A Estrutura 4, parcialmente destruída pela abertura de uma estrada e um caminho vicinal, deveria delimitar, como dissemos, um espaço de razoáveis dimensões, pelo menos na ordem dos 47 m², por cálculo a partir dos alinhamentos preservados. Os seus muros foram construídos com pedras de xisto e granito, predominando aqui largamente as primeiras, em aparelho basicamente de pedra seca, ou utilizando a terra argilosa local como ligante natural. Na parte basal das três ou quatro fiadas conservadas destas paredes foram dispostos blocos de grandes dimensões, com evidente reforço da zona do cunhal do edifício, podendo observar-se a circunstância

¹ O local tem como coordenadas geográficas (WGS84): 40° 55' 43,5" N.; 8° 18' 6,3" O. Para uma apreciação geral do sítio e dos trabalhos realizados vejam-se SILVA, 2004: 255-61; SILVA *et al.*, 2008; — *et al.*, 2013; SILVA & RIBEIRO, 2014.

curiosa da pedra fundamental da esquina – saliente em relação ao alinhamento dos muros para protecção da construção – ter sido riscada para marcar o alinhamento das paredes que dela nasciam, pormenor de técnica construtiva provavelmente incomum. No interior deste edifício, que apresentava um piso em terra batida muito rudimentar, observaram-se alguns entalhes no saibro natural que poderão talvez relacionar-se com uma compartimentação interna (Fig. 4).

A Estrutura 2 encontra-se melhor conservada mas é bastante mais complexa, parecendo estar delimitada por dois muros relativamente extensos: o superior, com orientação aproximada SO/NE, tem por agora perto de 13 metros de extensão, medindo o perpendicular, cortado pelo caminho a sudeste, cerca de 8,6 metros, o que representa uma área interna no mínimo com c. de 112 m² (Figs. 2 e 4).

A compartimentação interna foi feita pela edificação de alguns muros em posição perpendicular em relação ao referido muro perimetral. Delimitaram-se assim o compartimento 2B, a sudeste, com planta aproximadamente quadrangular, 4,8 metros de lado e entrada pelo lado Sudoeste (Figs. 2 e 4); e a Estrutura 2A, a Noroeste, definida por um tramo de parede que parece adossado ao muro de delimitação superior e que partilha a outra parede com a Estrutura 2B (Fig. 2). Estas paredes conjugam pedras de xisto e granito, predominando este último material na Estrutura 2B, onde é evidente a maior regularidade do aparelho construtivo.

Na área Sudoeste, onde a escavação está por concluir, detetaram-se indícios de ocupação medieva, a que adiante nos referiremos, e também outros espaços delimitados, ainda pouco claros, e porventura alguns vestígios da primeira fase de ocupação, observados porventura numa pequena vala de controle estratigráfico, não sendo possível por enquanto esclarecer este ponto (Figs. 2 e 4). Encontram-se também por caracterizar cronologicamente outros momentos construtivos da época romana, como os relacionados com as estruturas do extremo Noroeste da área escavada.

Para além de abundante material cerâmico de cobertura, designadamente *tegula* e *imbrex*, e outro espólio diversificado, tem sido recolhida nas escavações cerâmica doméstica, quer louça comum, quer louça de mesa, importada ou de fabrico regional, registando-se ainda recipientes de armazenamento. A par das produções locais ocorrem fabricos de espectro regional, como cinzentas finas polidas do Alto Império e outras louças que parecem imitar tipos importados. A localização de alguma *terra sigillata* foi essencial para aferir o faseamento da ocupação, nomeadamente os fragmentos de Drag. 29 e Hisp. 15-17, com cronologias entre os anos 50 e 120, e fabricos tardios, como TSCD Hayes 91B (370/385-500), uma imitação de uma taça Hayes 104 (530-600) e algumas imitações de DSP, datáveis de entre os séculos V e VI².

² Agradecemos a Teresa Pires de Carvalho a classificação destas cerâmicas.

2. ÉPOCA MEDIEVAL

Em tempos medievais a Malafaia foi alvo de uma ocupação que nos parece relativamente temporária. Os vestígios que atribuímos a esta fase são constituídos por alguns tramos de muros de construção frustre, assentes diretamente sobre os níveis de abandono das estruturas romanas, cerâmicas características do período da Reconquista Cristã e especialmente um conjunto de lareiras estruturadas de forma elementar, que se encontraram perto do limite Sudoeste da área intervencionada e cuja datação radiométrica confirmou a cronologia sugerida pelos materiais oláricos. Na envolvência imediata destas lareiras observaram-se restos de pisos em terra batida. Talvez correspondam a esta fase de ocupação algumas estruturas na zona dos Quadrados E, F e G 1, 0 e – 1, como um muro tosco, feito com grandes blocos de pedra mal aparelhada, talvez erguido para delimitação da área reutilizada, e eventualmente outro compartimento que aparentemente reaproveita estruturas romanas.

O espólio cerâmico desta fase, datável em torno do século X a partir das análises radiocarbónicas de amostras das lareiras, ilustra o repertório formal típico destes horizontes, compreendendo painéis de lume de diferentes dimensões, alguidares de fundo em disco e um ou outro jarro de asa de fita³.

3. A MUSEALIZAÇÃO DO SÍTIO E OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DE 2013

O projeto de valorização e musealização da envolvente do sítio arqueológico foi precedido por sondagens arqueológicas de avaliação e contou com acompanhamento arqueológico de obra, uma vez que a construção de acessos, circuito de visita e um pequeno edifício de apoio poderiam colocar em risco eventuais vestígios arqueológicos.

Visando dotar o sítio arqueológico de condições adequadas, o projeto de valorização desenvolvido pelo Município envolveu a consolidação exterior do terreno onde se encontram as ruínas através da construção de um muro perimetral em betão armado, com uma zona para estacionamento automóvel; um pequeno percurso pedonal em deck com balcão de visualização sobre a área arqueológica e suportes de taludes, e um pequeno edifício de apoio com instalações sanitárias e uma área expositiva para informação gráfica e alguns objetos arqueológicos (Figs.

³ SILVA & RIBEIRO, 2014.

2 e 5). Infelizmente, a mobilização de meios feita para estas ações, apoiada por um financiamento comunitário, não teve correspondência com os indispensáveis trabalhos de conservação e valorização das estruturas arqueológicas nem foram até à data disponibilizados meios que permitissem a conclusão das escavações arqueológicas naquela área, interrompidas em 2008 por falta de financiamento municipal.

Considerando as dificuldades em delimitar a área de dispersão dos vestígios arqueológicos (não obstante algumas sondagens de diagnóstico que haviam sido feitas na envolvente) e a possibilidade do projeto de valorização poder colocar em risco quaisquer elementos de interesse patrimonial, foram feitas previamente nove sondagens de avaliação arqueológica, cobrindo uma superfície de 38,6 m², e implantadas para coincidirem com as áreas de afectação do projeto, como a zona de estacionamento (Sondagens 1 e 9), o arruamento de acesso ao edifício de receção e apoio (Sondagens 7 e 8) e o próprio edifício (Sondagens 5 e 6) e área adjacente (Sondagens 2, 3 e 4) (Fig. 5).

Os resultados destas sondagens arqueológicas revelaram na maior parte dos casos uma estratificação relacionada com terraplenagens e aterros recentes e apenas na Sondagem 8, aberta numa área de 9,2 m², foi encontrada uma estrutura de interesse arqueológico. A estrutura [807], com três metros de extensão por 1.70 metros de largura desenvolve-se numa orientação Oeste-Este e é feita com pedras de diferentes tamanhos, essencialmente de corneana, apresentando aparelho e planta irregulares, sem qualquer argamassa (Fig. 3). A sua interpretação e datação precisa são problemáticas, podendo corresponder a uma espécie de muro de contenção de terras ou delimitação, de época romana ou tardo-antiga⁴.

No decorrer do posterior acompanhamento arqueológico da obra não foram identificados indícios de quaisquer estruturas arqueológicas. Entre o espólio recolhido nas sondagens prévias e acompanhamento, globalmente sem grandes novidades face ao exumado nos trabalhos anteriores, merecem destaque a identificação de 13 fragmentos de grelha e base de um forno em cerâmica, além de cerâmicas romanas e medievais.

⁴ LEMOS & SILVA, 2013: 31-33.

4. DATAÇÕES, FASEAMENTO DA OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Podem distribuir-se em três fases os grandes momentos de ocupação do casal da Malafaia, a saber:

- a) **Malafaia I** – Alto Império – entre a 2^a metade do séc. I e os finais do século II. Desconhecemos se no final deste ciclo houve qualquer momento de abandono temporário ou reformulações arquitetónicas de vulto;
- b) **Malafaia II** – Baixo Império/tardo-antiguidade – séculos III/IV a VI ou VII (?). No final desta fase houve um período de abandono, associado ao derrube das construções romanas, em condições desconhecidas;
- c) **Malafaia III** – Alta Idade Média/Reconquista – reocupação talvez de curta duração (?), centrada para já no século X.

Foram feitas seis datações radiométricas para o sítio arqueológico, cujos resultados se apresentam num Anexo ao presente texto⁵. Duas delas (Sac-2092 e 2091) relacionam-se com a ocupação romana (120-360 e 70-320) e as restantes quatro com os horizontes medievais (em soma estatística ponderada, 830-1020). Não sendo ainda totalmente clara a articulação das estruturas arquitetónicas, onde se observam diversas fases construtivas, com o faseamento geral da ocupação romana e tardo-antiga, as primeiras duas datações apresentam por ora um interesse bastante relativo, considerando até o seu apreciável intervalo de confiança a 2σ .

O sítio da Malafaia tem vindo a ser caracterizado como um “casal agrícola” romano e tardo-antigo⁶. Esta tipificação enquadra-se nos parâmetros do modelo de Jorge de Alarcão⁷, que sugeriu se considerassem como “pequenos casais” as propriedades agrárias de dimensão compreendida entre os dois e os dez hectares que apresentem no plano arqueológico uma área de dispersão de achados, (relativamente modestos e sem itens de prestígio), entre os cem e os mil metros

⁵ SOARES & MARTINS, 2012. O programa de datação pelo radiocarbono do casal da Malafaia inseriu-se no protocolo então estabelecido entre o Instituto Português de Arqueologia e o Instituto Tecnológico e Nuclear tendo por fim o incremento da investigação em Arqueometria, pelo que se agradece aos dois Institutos o financiamento desse programa.

⁶ SILVA, 2004: 255-61; — *et al.*, 2008: 726-7.

⁷ ALARCÃO, 1990; —, 1995; —, 1998.

quadrados⁸, proposta que tem sido objeto de variantes e revisões regionais⁹ que no essencial não modificam significativamente a categorização de J. Alarcão, não obstante as conhecidas dificuldades de caracterização que levanta a pequena propriedade agrícola romana¹⁰ e a imprecisão destas classificações, baseadas apenas, em muitos casos, na simples dispersão dos achados arqueológicos de superfície, como advertem, aliás, a maior parte dos autores referidos.

Observando os *aedificiae* reconhecidos, estamos perante um modelo planimétrico que encontra ainda poucos paralelos no Norte do País. Poderão apontar-se algumas similaridades com o sítio da Bouça do Ouro (Boelhe, Penafiel), situado na margem direita do Douro mas apenas a cerca de 25 km da Malafaia, um conjunto de dois edifícios utilizados entre a 2^a metade do séc. I e os séculos III-IV, com profundas reformulações no Baixo-Império¹¹. A uma distância bastante maior, mas também com alguma similitude com a Malafaia nos planos das construções, pode ainda apontar-se o Casal do Relengo, no Sabugal, descrito como uma unidade aparentemente familiar de planta atípica, com vários compartimentos e dois momentos de ocupação descontínuos, o primeiro de finais do séc. I e outro dos séculos IV-V¹².

Uma vez que não temos qualquer noção do *fundus* que o núcleo da Malafaia, enquanto unidade de provável produção agro-pecuária, poderá ter explorado nem sequer inequivocamente delimitado o conjunto em escavação¹³, a sua categorização como casal ou *aedificia*, no sentido da definição de Brochado de Almeida – “todas aquelas explorações agrícolas que se espalharam pelo *ager*, mas cujos *fundi* se quedaram sempre por uma mediania, a suficiente para que uma família pudesse garantir o auto-consumo e mesmo ainda vender os excedentes, em épocas de maior produção”¹⁴ – permanece em aberto, considerando mesmo os discutíveis critérios arqueográficos que correntemente são utilizados para distinguir estes casais das *uillae*¹⁵. E na verdade, como já advertimos¹⁶, não pode descartar-se totalmente a hipótese da Malafaia poder corresponder à *pars rustica* de uma possível *uilla*, cujo

⁸ ALARCÃO, 1998: 94-5.

⁹ Cfr. LOPES, CARVALHO & GOMES, 1998: 139-40; LOPES, 2003: 241-8; CARVALHO, 2004; VIEIRA, 2004: 30-1; OSÓRIO, 2006: 109-10; BERNARDES, 2007: 19-20; CARVALHO, 2007: 287-308, 409-12; CARVALHO, 2008: 49-50.

¹⁰ KUZNETSOVA-RESENDE, 2003.

¹¹ SOEIRO, 1998.

¹² OSÓRIO *et al.*, 2008.

¹³ Apesar de algumas sondagens exploratórias feitas nas imediações, nomeadamente em resultados de projetos de construção licenciados pela Autarquia.

¹⁴ ALMEIDA, 2003: 367.

¹⁵ MARTINS, 1995: 94-100.

¹⁶ SILVA *et al.*, 2008: 727-8.

núcleo residencial poderia porventura situar-se a menos de um quilómetro de distância, na zona da igreja paroquial de Tropeço, onde igualmente foram localizados esparsos materiais romanos¹⁷.

Para estas dúvidas concorre também o achado de alguns elementos que poderão indiciar um maior estatuto socio-económico dos residentes e da construção, nomeadamente um capitel jónico de rolos, provavelmente destinado a ser estucado e de cronologia alto-imperial¹⁸ e alguma *terra sigillata*, vidros e fíbulas em bronze, dúvidas que aliás, em situação algo análoga, expressaram também os responsáveis pela escavação do Sabugal¹⁹, mas os dados disponíveis e as limitações deste texto não nos permitem por agora alargar a discussão. Independentemente de estarmos ainda longe de perceber a sua verdadeira natureza, a Malafaia documenta sem dúvida uma modalidade de ocupação do espaço rural no extremo Noroeste da Lusitânia que conta ainda com poucos paralelos arqueológicos mas que talvez correspondesse à forma mais disseminada de exploração do território durante o período da ocupação romana e séculos subsequentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1990) – A produção e a circulação dos produtos. In ALARCÃO, Jorge de, *coord.* – *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa: Presença [Nova História de Portugal, 1], p. 409-441.
- (1995) – *Aglomerados urbanos secundários de Entre Douro e Minho*. «Biblos», 71. Coimbra, p. 387-401.
- (1998) – *A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal*. «Conímbriga», 37. Coimbra, p. 89-119.
- ALMEIDA, Carlos A. B. (2003) – *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*. [Dissertação de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia, vol. VII]. S.l.: S.e.
- BERNARDES, João P. (2007) – *A ocupação romana na região de Leiria*. Faro: Universidade do Algarve [Promontoria Monográfica, 6].
- CARVALHO, Pedro C. (2004) – *Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano*. In LOPES, Maria C. & VILAÇA, Raquel, *coord.* – *O Passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra/Porto: CEAUCP, p. 121-140.
- (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia)*. Fundão/Coimbra: Câmara Municipal/IAFLUC [Anexos Conímbriga, 4].

¹⁷ SILVA, 2004: 284.

¹⁸ Muito agradecemos à Doutora Lídia Fernandes, Coordenadora do Museu de Lisboa/Teatro Romano, a amabilidade da classificação e comentários sobre esta peça.

¹⁹ OSÓRIO *et al.*, 2008: 113.

- CARVALHO, Helena P. A. (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. [Braga]: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- KUZNETSOVA-RESENDE, Tatiana (2003) – *Sobre a economia rural hispano-romana (sécs. I-IV)*. In SANTOS, A. Ramos *et al.* – *Mundo Antigo, Economia Rural*. Lisboa: Colibri, p. 83-122.
- LEMOS, Paulo A. P.; SILVA, António Manuel S. P. (2013) – *Projeto de valorização do sítio arqueológico da Malafaia – Várzea (Arouca). Sondagens de avaliação arqueológica. Acompanhamento Arqueológico. Relatório final*. Arouca: Ed. dos Autores. Texto dactilog.
- LOPES, Maria C. (2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Ivlia*. Coimbra: Universidade de Coimbra [Anexos Conímbriga, 3].
- LOPES, Maria C.; CARVALHO, Pedro C.; GOMES, Sofia M. (1998) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal.
- MARTINS, Manuela (2005) – *A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação*. In: *Actas do Congresso Histórico 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Câmara Municipal, p. 73-114.
- OSÓRIO, Marcos (2006) – *O povoamento romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal.
- OSÓRIO, Marcos; SILVA, Ricardo C.; NEVES, Dário; PERNADAS, Paulo (2008) – *O Casal Romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Côa*. In *Fórum Valorização e Promoção do Património Regional: actas das sessões. Vol. 3 – Do Paleolítico à Contemporaneidade*. S. I. [Freixo de Numão]: ACDR, p. 98-115.
- SILVA, António Manuel S. P., *coord.* (2004) – *Memórias da Terra: património arqueológico do concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal.
- SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A.; ABREU, João M.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2008) – *La estación romana de Malafaia, en el extremo noroeste de la Lusitania*. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen *et al.*, eds. – *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Gijón: Trea, p. 719-29.
- SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2013) – *O Casal tardo-romano da Malafaia (Arouca), exemplo de uma modalidade de ocupação romana menos conhecida no Norte de Portugal*. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 865-871.
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2014) – *Cerâmicas do período da Reconquista no vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia*. In DE MAN *et al.*, *coord.* – *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal – séculos XI a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 161-181.
- SOARES, António M.; MARTINS, José M. (2012) – *Casal Romano de Malafaia*. [Sacavém]: [Instituto Tecnológico e Nuclear]. Relatório dactilog.
- SOEIRO, Teresa (1998) – *O sítio romano da Bouça do Ouro. Boelhe – Penafiel. «Cadernos do Museu». 4 – Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, III*. Penafiel: Museu Municipal, p. 5-62.
- VIEIRA, Marina A. (2004) – *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ANEXO

Casal romano da Malafaia (Arouca) – Datas de Radiocarbono

António M. Monge Soares

Laboratório de Radiocarbono, Instituto Tecnológico e Nuclear, Sacavém

José M. Matos Martins

Laboratório de Radiocarbono, Instituto Tecnológico e Nuclear, Sacavém. jmartins@itn.pt

Tabela 1. Datas de radiocarbono para Malafaia.

Ref. de Lab.	U.E.	Tipo de Amostra	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data ^{14}C (anos BP)	Data calibrada		Data calibrada modelada	
					1 σ (cal AD)	2 σ (cal AD)	1 σ (cal AD)	2 σ (cal AD)
<i>Ocupação de Época Romana</i>								
Sac-2092	246	carvão	-26,0	1770±45	170-340	130-390	140-320	120-360
Sac-2091	229	carvão	-26,5	1860±40	80-220	60-250	140-240	70-320
<i>Ocupação de Época Medieval</i>								
Sac-2093	257	carvão	-24,9	1100±40	890-990	820-1030	890-970	870-1010
Sac-2095	286	carvão	-25,9	1160±45	780-950	720-990	870-970	810-990
Sac-2094	281	carvão	-26,3	1060±40	900-1030	890-1030	890-990	890-1020
Sac-2096	287	carvão	-25,4	1160±40	780-950	770-980	870-970	810-990
<i>Soma</i>					870-1020	770-1030	890-970	830-1020

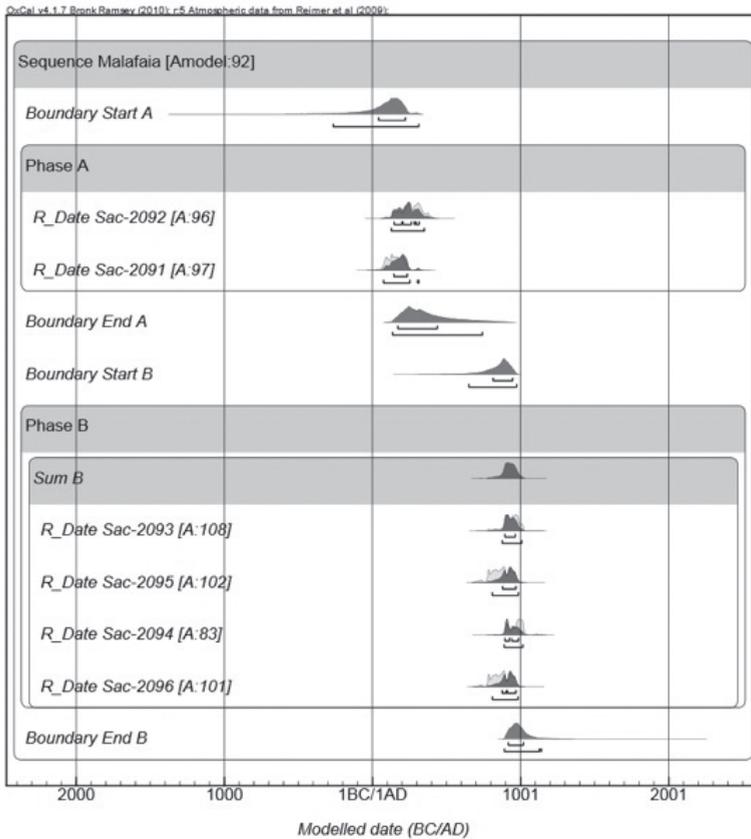
As datas convencionais de radiocarbono foram calibradas (Tabela 1) fazendo uso da curva de calibração IntCal09²⁰ e do programa OxCal v4.1.7²¹. Tendo em conta as correlações estratigráficas existentes entre as unidades donde provêm as amostras datadas foi aplicada uma estatística bayesiana para a calibração “modelada” das datas convencionais de radiocarbono (ver Quadro 1). Assim, consideraram-se no modelo duas fases²² onde as unidades estão em sequência: sequência da época romana, onde a UE 246 é anterior à UE 229; sequência da época medieval, onde a UE 257 é anterior à UE 286 e esta anterior à UE 281, a qual será contemporânea da UE 287.

Da análise dos dados constantes da Tabela 1 e do Quadro 1 poderá concluir-se que os contextos datados da ocupação da época romana serão integráveis, com maior probabilidade, num período de tempo constituído pela segunda metade do séc. II

²⁰ REIMER *et al.*, 2009.

²¹ BRONK RAMSEY, 2001.

²² Fase e sequência têm apenas significado estatístico, são conceitos intrínsecos ao modelo (ver BRONK RAMSEY, 2001); não têm uma correspondência exata com a arqueografia do sítio.



Quadro 1. Modelação das datas obtidas para as Fases A (Romano) e B (Medieval) do sítio da Malafaia.

d.C. e pela primeira metade do séc. III d.C. Quanto às quatro lareiras medievais objecto de datação pelo radiocarbono, elas corresponderão muito provavelmente a quatro momentos do séc. X d.C.

BIBLIOGRAFIA

- BRONK RAMSEY, Christopher (2001) – *Development of the Radiocarbon calibration program OxCal*. «Radiocarbon», vol. 43(2A). Tucson: University of Arizona, p. 355-363.
- REIMER, P.J.; BAILLIE, M.G.L.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J.W.; Blackwell, P.G.; BRONK RAMSEY, C.; BUCK, C.E.; BURR, G.S.; EDWARDS, R.L.; FRIEDRICH, M.; GROOTES, P.M.; GUILDERSON, T.P.; HAJDAS, I.; HEATON, T.J.; HOGG, A.G.; HUGHEN, K.A.; KAISER, K.F.; KROMER, B.; MCCORMAC, G.; MANNING, S.; REIMER, R.W.; RICHARDS, D.A.; SOUTHON, J.R.; TALAMO, S.; TURNEY, C.S.M.; VAN DER PLICHT, J.; WEHENMEYER, C.E. (2009) – *IntCal09 and Marine09 Radiocarbon Age Calibration Curves, 0-50,000 Years cal BP*. «Radiocarbon», vol. 51(4). Tucson: University of Arizona, p. 1111-50.



Fig. 1.
Casal da Malafaia.
Vista geral; em
primeiro plano as
Estruturas 2Ae 2B.



Fig. 2.
Um aspeto do sítio
após a valorização
da envolvente (2014).

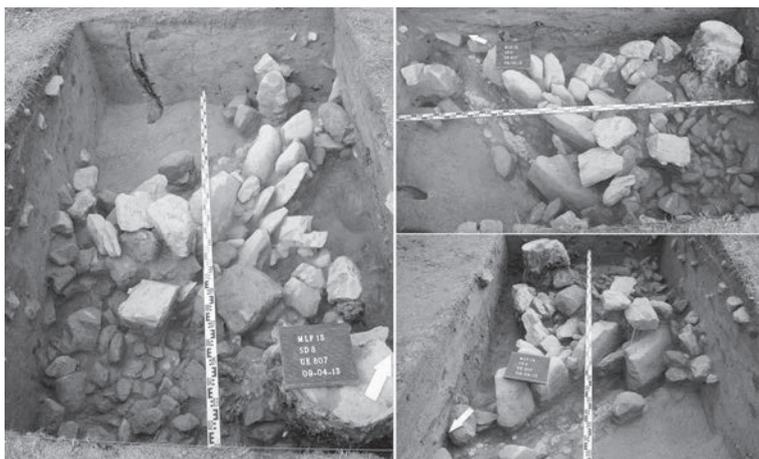


Fig. 3.
Trabalhos
arqueológicos de
2013. Estrutura da
Sondagem 8.



Fig. 4.

Planta geral das ruínas (2008), com identificação das diferentes estruturas.



Fig. 5.

Localização das sondagens de avaliação prévia do projeto de valorização, sobre planta do mesmo projeto.

LA VIABILITÀ ANTICA NELLA ZONA DEI LAGHI DELLA LOMBARDIA OCCIDENTALE. IMPLICAZIONI STRATEGICHE NEL PERIODO TARDO ROMANO

ANDREA MARIANI*
MARCO BRIVIO**

Resumo: O presente estudo oferece um quadro reconstitutivo das condições da antiga rede rodoviária na zona dos lagos lombardos, a norte de Milão (Itália). O período considerado estende-se da época pré-romana à alta idade média. A análise foi desenvolvida com o objectivo de identificar os critérios que sustentam a sua formação e as outras principais directrizes de tráfego e suas variações e a sua permanência dentro do grande período de tempo considerado. Foi adoptado um método multidisciplinar que tem em consideração as fontes documentais (os antigos *Itineraria*), arqueológicas, históricas e a geografia particular da região, integrando as perspectivas militares e comerciais. A análise conduzida permitiu individualizar na zona de sopé da montanha duas áreas com características estratégicas de relevo.

Palavras-chave: Estradas antigas, Lombardia, *Itineraria*, Império romano tardio

Abstract: The present study offers a re-enactment of ancient roads between Milan and Lombard lakes (North Italy). We examined their evolution along the period from Pre-roman to Early Middle Ages. We analyzed the issue with the aim to identify both the criteria adopted for tracing ancient path and the main traffic directions, then to highlight their changes, or their durability, within the wide interval taken into consideration. We chose a multidisciplinary method contemplating examination of sources documentary (the ancient *Itineraria*), archeological and historical sources; the geographical features of the area; military and commercial perspectives. This allowed us to pick out, in the piedmont belt, two well-defined strategically significant areas, which have not yet been sufficiently highlighted.

Keywords: Ancient Roads, Lombardy, *Itineraria*, Late Roman Empire.

Sommario: Il presente studio offre un quadro ricostruttivo della viabilità antica nella zona dei laghi lombardi, a nord della città di Milano (Italia). Il periodo considerato va dall'epoca prero-

* FCT (SFRH/BD/109896/2015) / FLUP/ CITCEM. andrea.mariani@museobiassono.it

** Associazione Capiate-Radici nel Futuro ONLUS. marcobrv@alice.it

mana all'alto medioevo. L'analisi viene svolta con l'obiettivo di individuare non tanto gli specifici percorsi, bensì da una parte i criteri che sottostanno alla loro formazione, dall'altra le principali direttrici di traffico e le loro variazioni, o la loro permanenza, all'interno dell'ampio periodo temporale considerato. Si è adottato un metodo multidisciplinare che prende in considerazione le fonti documentarie (gli *Itineraria* antichi), le fonti archeologiche, le fonti storiche e la particolare geografia della zona, integrando, ove opportuno, aspetti militari e commerciali.

L'analisi condotta con queste modalità ha permesso di individuare nella fascia pedemontana due aree con caratteristiche strategiche di rilievo, finora non poste adeguatamente in luce.

Parole-chiave: Strade antiche, Lombardia, *Itineraria*, Tardo Impero Romano.

INTRODUZIONE

Il presente studio sintetizza diverse considerazioni relative ai criteri organizzativi dei percorsi viari antichi, con specifico riferimento a una precisa porzione della regione italiana della Lombardia. Questa porzione è racchiusa tra il fiume Adda a est, la città di Milano a sud, il fiume Ticino a ovest e le alpi a nord, e ha caratteristiche piuttosto omogenee dal punto di vista storico, poiché fu la zona di stanziamento privilegiato della tribù gallica degli Insubri¹ e in seguito, almeno dal tardo impero

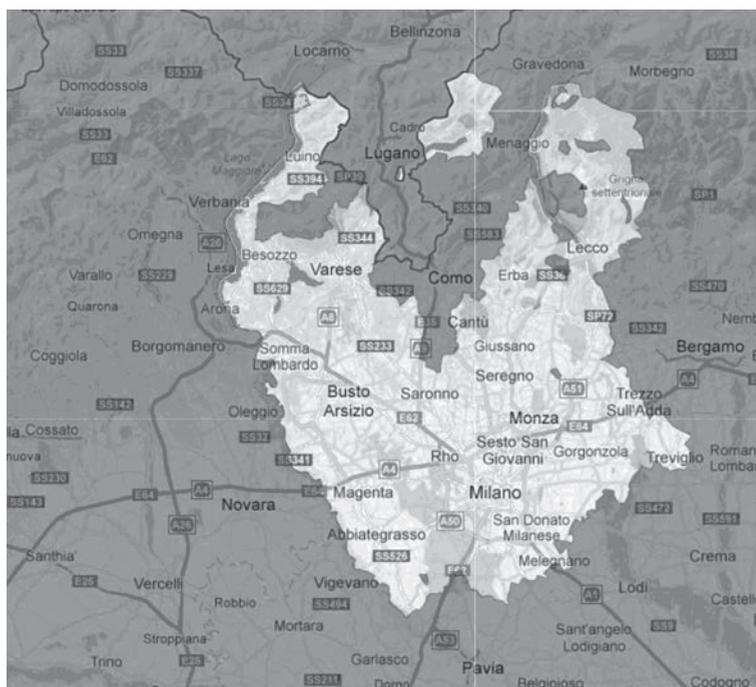


Fig. 1.
Il territorio della
diocesi di Milano.

¹ DOLCI, 2003: 4-9.

romano fino al secolo XVIII, area di pertinenza della città di Milano, cioè territorio milanese a tutti gli effetti: giuridici, amministrativi ma anche religiosi, coincidendo sostanzialmente con l'estensione della Diocesi di Milano. Presenta una certa uniformità anche dal punto di vista linguistico, poiché vi si parlano dialetti (il 'Lombardo occidentale') che si distinguono da quelli delle aree circostanti.

1. PROBLEMI GENERALI

Lo studio dei percorsi stradali antichi per l'area geografica in esame presenta una serie di difficoltà:

- Le fonti documentali sono scarse, e consistono quasi esclusivamente nell'*Itinerarium Antonini*², attribuito al III secolo d.c. che restituisce una serie di percorsi organizzati nella forma tappe-distanze. La *tabula Peutingeriana*³, unica rappresentazione grafica delle strade imperiali, è successiva almeno di un paio di secoli (IV-VIII), e contiene errori e imprecisioni⁴. Ulteriori informazioni, tarde e frammentarie, si possono trarre dall'*Itinerarium Burdigalense/Hierosolymitanum*⁵ (secolo IV), dall'*Anonimo Ravennate*⁶ (secolo VII) e dai *Geographica* di Guidone⁷ (secolo XII).
- L'*Itinerarium Antonini* presenta strade di lunga percorrenza, e verosimilmente solo le principali di esse, trascurando del tutto la viabilità locale, per quanto realizzata in epoca romana, spesso individuata dall'archeologia⁸. Inoltre trascura la viabilità preromana, che seguiva probabilmente tracciati in parte diversi.
- I tracciati delle strade dovevano essere soggetti nel tempo a numerose variazioni, a causa di eventi geologici e meteorologici (frane, alluvioni), o antropici (sviluppo di nuovi insediamenti).
- le fonti archeologiche sono scarse, e permettono l'individuazione, nei casi più fortunati, solo di brevi tratti⁹.

² *Itinerarium Antonini Augusti et Hierosolymitanum*, a c. di G. Parthey e M. Pinder, Berolini, 1848.

³ Österreichische Nationalbibliothek di Vienna, *Codex Vindobonensis* 324. Riprodotta in <http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost03/Tabula/tab_pe00.html>.

⁴ CARLI, 2013, con bibliografia.

⁵ *Itinerarium Antonini Augusti et Hierosolymitanum*, a c. di G. Parthey e M. Pinder, Berolini, 1848

⁶ *Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica*, a c. di M. Pinder e G. Parthey, Berolini, 1860.

⁷ *Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica*, a c. di M. Pinder e G. Parthey, Berolini, 1860.

⁸ Si vedano ad esempio: DOLCI, 2003: 60; DAL RI & RIZZI, 2005; MARCARINI, 2016; MENTASTI, 2015. La zona del basso Verbano è stata particolarmente studiata.

⁹ Per le caratteristiche costruttive delle strade romane in area cisalpina si può vedere MATTEAZZI, 2012.

A fronte di queste problematiche il tentativo di ricostruire minuziosamente il tracciato delle vie romane è un lavoro arduo. Ancora di più lo è per quanto riguarda la viabilità preromana, per la quale la documentazione è del tutto inesistente e appare più ragionevole limitarsi a individuare solo le principali direttrici di traffico e le logiche sottostanti alla creazione dei percorsi.

2. LA GEOGRAFIA DEL TERRITORIO MILANESE E LE DIRETTRICI PREROMANE

Dal punto di vista geo-morfologico il territorio milanese si può dividere in tre fasce:

- Fascia di pianura: pianeggiante e solcata da numerosi corsi d'acqua.
- Fascia collinare prealpina: territorio misto formato dalle morene dei ghiacciai alpini preistorici. Racchiude una decina di laghi, piccoli e medi¹⁰.
- Fascia alpina: territorio montuoso, aspro, solcato dalle valli formate dai ghiacciai preistorici. Al suo interno si inseriscono i due laghi più grandi (Lago Maggiore e lago di Como).

La viabilità preromana¹¹ doveva svilupparsi con criteri diversi in pianura rispetto alle fasce alpina e prealpina: in pianura le direttrici prevalenti seguivano i corsi d'acqua, che assunsero il ruolo sia di vie navigabili, sia di strumenti per orientamento all'interno dell'ampia area pianeggiante priva di altri riferimenti¹². È importante ricordare che in epoca preromana i fiumi, almeno quelli minori e più facilmente navigabili, non dovevano rappresentare tanto un ostacolo quanto un mezzo di comunicazione all'interno di un territorio occupato da foreste. Con il progredire dell'antropizzazione dei luoghi il ruolo dei fiumi cambia gradualmente, arrivando a rappresentare un elemento difensivo e, da un certo punto di vista, una barriera anziché una risorsa¹³: ancora nel medioevo i grandi fiumi sono molto utilizzati per

¹⁰ Da Ovest verso Est, i laghi di: Monate, Comabbio, Varese, Lugano, Montorfano, Alserio, Pusiano, Annone, Garlate/Olginate.

¹¹ Sul concetto di 'strada' nella preistoria: BOSCARO, 2008: 51-52; BAKKER, 1976.

¹² MIEDICO, 2015: 14.

¹³ I fiumi maggiori (Ticino e Adda) e i grandi laghi (Maggiore e Como) non erano forse molto utilizzati come vie d'acqua in epoca preistorica, poiché richiedono imbarcazioni di dimensioni adeguate per essere navigati in maniera sicura ed efficiente. Piccole barche o piroghe erano difficili da manovrare su questi fiumi a causa della corrente, e anche sui laghi maggiori l'utilizzo di questo tipo di imbarcazioni non presentava particolari vantaggi rispetto ai percorsi via terra, poiché la quantità di merci trasportabili era limitata. Diverso è il caso di imbarcazioni 'strutturate', eventualmente fornite di vele, che possono

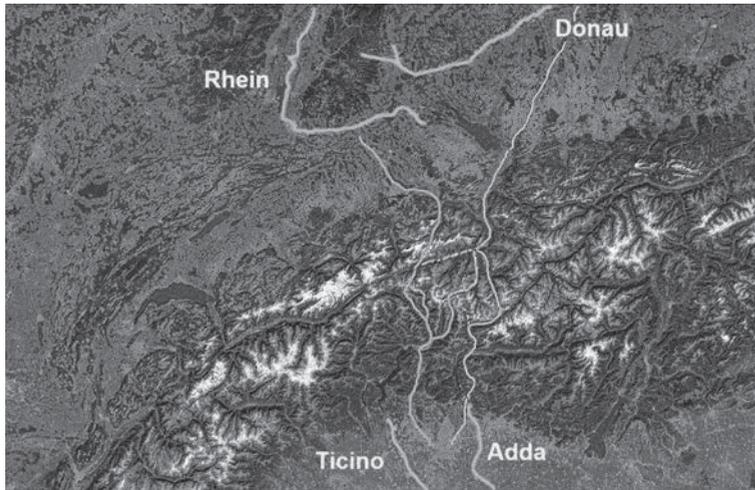


Fig. 2.
Le direttrici
principali per
l'attraversamento
delle Alpi dal
territorio milanese.

il trasporto di ingenti quantità di merci, ma rappresentano anche un confine per la maggior parte delle persone non dotate di idonei mezzi per navigarli o attraversarli¹⁴.

In zona montana invece le strade abbandonano gradualmente i corsi d'acqua che, presentando regime torrentizio, possono invadere periodicamente le aree circostanti creando impaludamenti, frane e trasportando ghiaie, rocce e materiali sciolti. Le strade seguono percorsi di crinale, geologicamente più stabili¹⁵. La funzione di orientamento, che in pianura è garantita dai fiumi, in montagna è svolta dall'andamento delle valli, che creano percorsi obbligati.

Immediatamente al di là delle Alpi si trova la pianura centroeuropea, solcata dal Reno e dal Danubio, intorno ai quali si svolgevano le direttrici di comunicazione con il Mare del Nord e il Mar Nero.

I traffici commerciali dell'area milanese con il nord Europa durante l'età preromana sono provati da numerosi ritrovamenti (ceramica e ambre, ossidiane, selci, metalli, armi, ornamenti; è stato ipotizzato anche il commercio del sale¹⁶). Le direttrici di sbocco dalle Alpi verso la pianura sono approssimativamente identificabili a ovest con il corso del fiume Olona, ad est con la Valsassina e il sistema dei fiumi Molgora-Lambro-Seveso. Entrambi i sistemi fluviali convergono sulla città di Milano.

trasportare grosse quantità di merci e di uomini e/o che non risentono in maniera determinante delle accelerazioni della corrente nei fiumi. MIEDICO, 2015: 18-22.

¹⁴ Per caratteristiche e problematiche relative all'utilizzo delle vie d'acqua per il trasporto: MIEDICO, 2015:18-22.

¹⁵ CANIGGIA, 1985: 109-132.

¹⁶ MARZATICO, 2007; DELLA CASA, 2004; POGGIANI KELLER, 2004.

3. PERCORSI STRADALI DI EPOCA ROMANA E TARDOROMANA

La concezione romana delle strade era differente: il tracciato delle vie consolari veniva sviluppato in maniera il più possibile rettilinea, con ponti e tagli per il superamento dei corsi d'acqua e delle colline. Le Alpi rappresentavano un problema, poiché non erano superabili per mezzo di percorsi studiati secondo i criteri romani, ma i grandi laghi rappresentavano una risorsa, permettendo di sostituire in parte il percorso montano con un tratto di navigazione. Occorre anche osservare che lo sviluppo in latitudine della fascia alpina nella zona dei laghi lombardi è decisamente inferiore rispetto ai tratti più a ovest e più a est: questa caratteristica, associata alla presenza dei laghi lombardi, è probabilmente stata determinante nella decisione di allestire in quest'area un percorso di attraversamento. Altro percorso utilizzato fu la strada attraverso il Brennero, più agevole per la minore altitudine dei passi alpini, ma più lungo. E' da supporre che la scelta fra un percorso e l'altro sia stata di volta in volta condizionata dalle condizioni climatiche e meteorologiche, nonché dalla quantità di truppe e supporti logistici da trasferire.

Durante la prima epoca imperiale romana, secondo l'*Itinerarium Antonini* da *Mediolanum* partivano complessivamente cinque strade di lunga percorrenza: 1) verso le Gallie e la penisola Iberica, con prima tappa Pavia¹⁷; 2) verso il centro/sud d'Italia lungo la costa adriatica, con prima tappa Lodi¹⁸; 3) verso Magonza attraverso le Alpi Pennine, con prima tappa Novara¹⁹; 4) verso Aquileia, con prima tappa Bergamo²⁰; 5) verso Bregenz sul lago di Costanza, con prima tappa Como²¹. Le strade 3-4-5, che riguardano la zona dei laghi, sono schematizzate in colore giallo nella figura 3, mentre in verde e arancio sono riportate le direttrici preromane verso il nord, che seguivano approssimativamente la rete fluviale minore²².

La figura 4 riporta lo sviluppo di questi percorsi al di là delle Alpi²³.

¹⁷ *It. Ant.*, 340,1; 347,1; 356,8.

¹⁸ *It. Ant.*, 98,6.

¹⁹ *It. Ant.*, 344,5; 350,6.

²⁰ *It. Ant.*, 127,10.

²¹ *It. Ant.*, 278,1.

²² Per la direttrice arancio, verso Lecco: DOLCI, 2009; per la direttrice verde, verso Varese: DOLCI, 2013: 53-61. Si vedano anche BUTTI-RONCHETTI, 2000, e il Dizionario Storico della Svizzera, in particolare alle voci Bellinzona, Malvaglia/Serravalle, Semione/Serravalle, Schwyz, Cham e Heiligkreuz/Lindencham, Lucerna.

²³ Sulla via preromana 'del Reno' (verde) troviamo Bellinzona, Disentis, Altdorf, Schwyz e infine Windisch/Vindonissa; sulla via preromana 'del Danubio' (arancio) le tappe principali sono Coira, Vaduz, San Gallo e infine Bregenz/Brigantium. La viabilità romana dall'alto lago di Como a Bregenz ricalca lo stesso percorso e prosegue poi per *Augusta Vindelicorum* (Augsburg – *It. Ant.*, 236-237 e 258) e *Castra Regina* (Ratisbona – *It. Ant.*, 250). Sempre la viabilità romana prevedeva inoltre da Vindonissa un collegamento trasversale

LA VIABILITÀ ANTICA NELLA ZONA DEI LAGHI DELLA LOMBARDIA OCCIDENTALE.
 IMPLICAZIONI STRATEGICHE NEL PERIODO TARDO ROMANO



Fig. 3.

Le strade romane secondo l'Itinerarium Antonini (in giallo) e le direttrici preromane (in verde e arancio), che seguono il sistema fluviale minore.

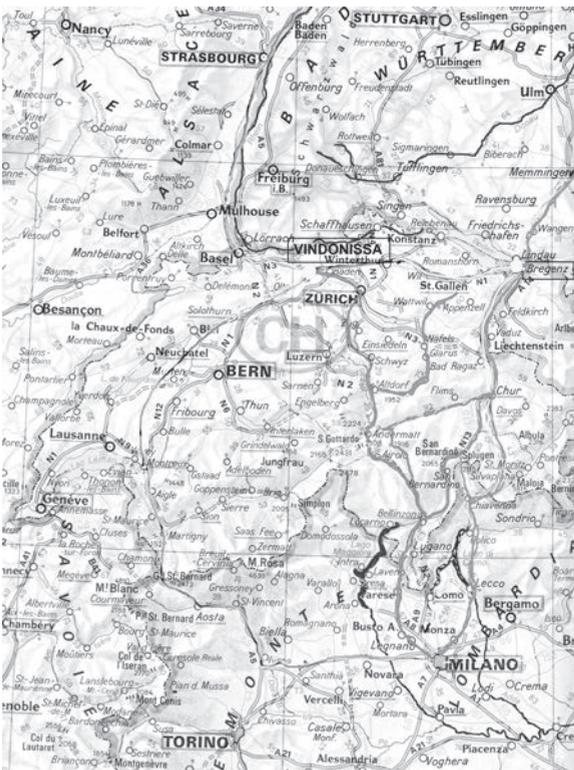


Fig. 4.

Le strade romane verso il nord, in giallo, e le direttrici preromane, in verde e arancio.

L'*Itinerarium Antonini* non porta riferimenti a un collegamento diretto est-ovest lungo la fascia pedemontana fra Novara, Como e Bergamo, che più tardi dovette però esistere perché è richiamato dalle fonti successive: il tratto *Bergomum-Comum* è presente sulla *tabula Peutingeriana* e anche sull'*Itinerarium Burdigalense/Hierosolymitanum*²⁴; il tratto *Comum-Novaria* è deducibile invece dall'Anonimo Ravennate²⁵.

Dopo la redazione dell'*Itinerarium Antonini* il milanese vide un notevole incremento della presenza militare romana a seguito delle prime invasioni barbariche che raggiunsero l'Italia proprio passando attraverso la Rezia, saccheggiando Milano e Piacenza e poi giungendo rapidamente fino a Roma per il tramite delle strade consolari. Questo evento fu traumatico per l'impero, poiché dimostrò per la prima volta la grande permeabilità del confine settentrionale.

Nel IV secolo gli imperatori risiedevano spesso a Milano, ormai da considerare la principale fra le capitali dell'Impero²⁶, per la sua difendibilità e per la sua vicinanza ai passaggi più diretti delle alpi verso la zona 'calda' degli *Agri Decumates*, fra Reno e Danubio, dove più frequentemente le tribù barbariche riuscivano a sfondare le difese del *limes reno-danubiano*²⁷.

4. L'APPARATO DIFENSIVO DEL MILANESE IN EPOCA TARDOROMANA

L'ampliamento delle mura della città di Milano al tempo dell'imperatore Massimiano (285-310) è cosa nota²⁸, ma le fonti tacciono riguardo all'apparato difensivo globale del territorio milanese. Occorrenze di carattere archeologico mostrano con una certa chiarezza come nella zona dei laghi sia stata creata una fascia di punti fortificati che integrava le difese naturali rappresentate dagli specchi d'acqua con elementi di controllo del territorio e delle vie d'accesso alla pianura:

con Brigantia (*It. Ant.*, 251), e uno con Treviri (*It. Ant.*, 239-240) tramite *Argentoratum* (Strasburgo) e *Divodorum* (Metz). Si veda anche la *Tab. Peut.*, sez. IV.

²⁴ *It. Hier.*, 558,5.

²⁵ *Ravennatis Anonymi Cosmographia*, IV, 30. Il collegamento Como-Novara può essere individuato come una via passante per Seprio secondo la successione 'Vercelli, Novara, Seprio, Como, Milano' riportata nell'elenco dell'Anonimo. La stessa sequenza si riscontra nei *Geographica* di Guidone nel XII secolo (15,12).

²⁶ SENA-CHIESA, 1990; —, 2014: 303-332.

²⁷ L'abbandono definitivo degli *Agri Decumates* avvenne all'incirca all'epoca dell'impero di Gallieno (253-268): ROCCO, 2012: 97-98. Esistono diversi indizi del fatto che dal III in poi il settore nord-occidentale della pianura padana sia stato fortemente militarizzato da parte dei romani in funzione antigermanica.

²⁸ L'informazione, per la verità, sembra derivare soltanto da un breve accenno contenuto in un anonimo opuscolo medievale (*De situ civitatis Mediolani*, IX-X secolo). Evidenziato dal Muratori (RIS, I, parte II, p. 221), è poi assunto a verità indiscussa.



Fig. 5. In rosso, il limes di epoca tardoromana.

diverse fortificazioni, per lo più non studiate, si concentrano attorno alla linea segnata in colore rosso nella figura 5. La *Notitia Dignitatum* (IV-V secolo) ci informa dell'esistenza di un *Tractus Italiae Circa Alpes* che si potrebbe identificare, forse parzialmente, con questa fascia²⁹. Sul lato settentrionale delle Alpi al *Tractus Italiae* corrisponde il *Tractus Argentoratensis*³⁰, nella zona del Reno. I comandanti di questi due *tractus* sono *Comites*, e non *Duces*, quindi pertinenti alla milizia mobile, non a quella territoriale. Questo rafforza la nostra opinione che i due *tractus* non fossero costituiti soltanto da fortezze presidiate da *Limitanei*, ma anche da gruppi di *Comitatensi* collocati in posizione arretrata, pronti ad accorrere nelle zone dalle quali pervenissero segnalazioni di allarme³¹.

Le fortificazioni del *Tractus* non rappresentavano quindi un mezzo di sbarramento, come quelle del *Limes* reno-danubiano, ma più che altro di controllo: si può ipotizzare

²⁹ *Notitia Dignitatum*, Tomus II, XXVII, I, p. 84. La *Notitia* segnala anche tre legioni comitatensi e pseudocomitatensi 'alpine' che potrebbero essere state impiegate in queste zone: *Legio Prima Iulia Alpina* (V,C,d,1), *Legio Secunda Iulia Alpina* (V,C,d,2), [*Legio*] *Tertia Iulia Alpina* (V,C,c,25), p.27. La *Prima* e la *Tertia* sono ancora stanziate in Italia ai tempi della *Notitia* (fine secolo IV- inizio secolo V; cap. VII, A, 32-33), la *Secunda* è nell'Ilirico (VII,B,21)

³⁰ *Notitia Dignitatum*, Tomus II, XXVIII, I, p.85.

³¹ Su *Limitanei* e *Comitatensi* si veda l'esauriente analisi di ROCCO, 2011: 354-358.

che la loro funzione fosse solamente quella di rallentare gli aggressori e trasmettere le segnalazioni a centri arretrati, dove era concentrato il grosso delle truppe³².

I principali centri di concentramento della milizia mobile (*Comitatensi*) a protezione del milanese possono essere individuati nelle zone evidenziate con un ovale rosso nella figura 5: entrambe le aree sono situate in corrispondenza degli accessi principali alla pianura dalla fascia alpina, e sono in posizione intermedia tra la fascia delle fortificazioni e le strade romane, quindi idonei per portare assistenza alle prime e chiudere l'accesso alle seconde. La città di Como, in posizione intermedia, costituisce il cardine settentrionale della difesa. Il territorio di Milano è ulteriormente protetto, sui lati est e ovest, dai fiumi Adda a Ticino, lungo i quali si trovava probabilmente ancora una linea di fortificazioni.

Il primo centro di difesa arretrato corrisponde alla zona di Castelseprio³³, il secondo alla zona di Capiate.

L'importanza del territorio di Castelseprio è testimoniata in epoca longobarda e altomedioevale dall'esistenza di una zecca, di un probabile vasto *comitatus* che potrebbe essere di origine tardo antica, nonché, per quanto riguarda l'archeologia, dalla torre di Torba, attribuita al periodo tardoromano. La zona è già stata individuata come la sede di probabile presidio militare almeno tardoantico, mantenuto in epoca longobarda e altomedioevale.

La zona di Capiate, invece, finora non era stata mai considerata, né dal punto di vista storico né da quello archeologico, e ha potuto essere individuata sulla base dello studio della viabilità antica condotto in questa occasione. Ulteriori ricerche di carattere documentario e archeologico³⁴ hanno consentito di rintracciare diversi altri elementi a sostegno delle nostre prime intuizioni, che hanno condotto a formulare l'ipotesi che possa essere identificata con l'*Insula Comacina* descritta da Paolo Diacono³⁵.

CONCLUSIONI

Il presente lavoro ha descritto, brevemente, i criteri sottostanti alla realizzazione dei percorsi viabilistici nell'area milanese dall'epoca preistorica all'epoca romana. L'obiettivo è stato quello di individuare le principali direttrici dei traffici e il loro sviluppo nel corso dell'ampio arco temporale considerato.

³² Anche il concetto di *Limes* necessita di una precisazione: non è sempre da intendere come un 'confine di Stato' poiché spesso appare come confine del territorio pertinente a un *castrum* o a una città. La serie di punti fortificati cui si è accennato potrebbe intendersi semplicemente come il *Limes* del territorio della città di Milano.

³³ Per un riassunto aggiornato su Castelseprio si veda DE MARCHI, 2013; possono essere anche utili, per l'inquadramento della zona: MARIOTTI, 2014; BINAGHI-LEVA, 2000.

³⁴ GALLINA, 2017.

³⁵ CARMINATI & MARIANI, 2016.

L'analisi ha permesso di ricostruire il probabile schema difensivo del territorio milanese in epoca tardo romana, che si lega in maniera strettissima alla stratificazione delle strade e dei percorsi. Il risultato più immediato è stato di aver messo in luce un'area di fondamentale importanza strategica all'interno di questo schema, che non era mai stata riconosciuta come tale, né mai approfonditamente studiata. A dimostrazione che lo studio della viabilità, pur con tutte le difficoltà inerenti, è suscettibile di produrre risultati che vanno oltre gli obiettivi iniziali.

BIBLIOGRAFIA

- BAKKER, Jan Albert (1976) – *On the possibility of reconstructing roads from the TRB Period*. «Berichten van de Rijksdienst voor her Oudheidkundig Bodemonderzoek», n.26, pp.63-91.
- BINAGHI-LEVA, Maria Adelaide, a cura di (2000) – *Tra Arno e Olona: testimonianze archeologiche dal territorio di Oggiona con S. Stefano*, catalogo della mostra a Oggiona S. Stefano (1 aprile-11 giugno 2000), Oggiona con Santo Stefano: Tipografia varesina.
- BOSCARO, Chiara (2008) – *Il comparto nord-orientale del Friuli Venezia Giulia tra neolitico e bronzo antico: aspetti di viabilità e di economia pastorale*, Trieste: Università di Trieste, Tesi di dottorato in scienze dell'antichità l-ant/01 Preistoria e protostoria, relatore prof. Emanuela Montagnari Kokelj.
- BUTTI-RONCHETTI, Fulvia (2000) – *La necropoli Romana di Airolo-Madrano*, Bellinzona: Stato del Cantone Ticino.
- CANIGGIA, Gianfranco (1985) – *Strutture dello spazio antropico*, Firenze: Alinea.
- CARLI, Olivia Sara (2013) – *Le 'vignette' della Tabula Peutingeriana. Problemi di interpretazione iconologica e proposte di lettura*, «La Rivista di Enigrama (online)», n. 106, <http://www.enigrama.it/eOS2/index.php?id_articolo=1354> (giugno 2016).
- CARMINATI, Fabio; MARIANI, Andrea (2016) – *Isola Comacina e Isola Comense. Una storica confusione di identità*. «Nuova Rivista Storica», anno C, I/2016, pp. 13-72.
- DAL RI, Lorenzo; RIZZI, Gianni (2005) – *Strade dell'età del ferro nella conca di Bressanone*, «Atti dell'Accademia Roveretana degli Agiati, Classe di Lettere», a.255, s.VIII, vol. V, A, fasc. II, pp. 199-229.
- DELLA CASA, Philippe (2004) – *“Portatori” e mercenari dell'età del ferro nelle Alpi centrali*, in MARZATICO, Franco; GLEIRSCHER, Paul, a cura di – *Guerrieri, Principi ed Eroi fra il Danubio e il Po dalla Preistoria all'Alto Medioevo*, (catalogo mostra Trento), Trento: Museo Castello Buonconsiglio, pp. 330-339.
- DE MARCHI, Paola Marina, a cura di (2013) – *Castelseprio e Torba: sintesi delle ricerche e aggiornamenti*, Mantova: SAP.
- DOLCI, Matteo (2003) – *Perviae paucis Alpes. Viabilità romana attraverso i valichi delle Alpi Centrali*, BAR International Series 1128, Oxford: Hadrian Books.
- (2009) – *La viabilità antica nel Lecchese. Percorsi e problemi*, in RUFFA, Michela, a cura di – *Carta Archeologica della Provincia di Lecco. Aggiornamento*, Materiali, n.s., IV, Lecco: Musei Civici.
- GALLINA, Dario 2016 – *Nuove analisi stratigrafiche del complesso di Capiate*. Comunicazione orale alla giornata di studi *La Curtis di Capiate fra tardo antico e medioevo*, Calolziocorte, 21 maggio 2016. Atti in attesa di pubblicazione.

- MARCARINI, Albano (2016) – *Le antiche Strade fra Ivrea e Biella*, Itinerari, 15, Biella: Centro Studi Biellesi.
- MARIOTTI, Valeria, a cura di (2014) – *Un monastero nei secoli, Santa Maria Assunta di Cairate, Scavi e Ricerche*, Documenti di archeologia 57, Mantova: SAP.
- MARZATICO, Franco (2007) – *Oriente e Occidente nel II millennio a.C.: uno sguardo d'insieme*, in MARZATICO, Franco; BONORA, Gian Luca, a cura di – *Ori dei cavalieri delle steppe. Collezioni dai musei dell'Ucraina*, (catalogo mostra Trento), Milano: Silvana Editoriale, pp. 92 – 111.
- MATTEAZZI, Michele (2012) – *...Ne nutent sola... Strade e tecniche costruttive in Cisalpina*, «Agri centuriati», n. 9, pp. 21-42.
- MENTASTI, Manuela (2015) – *Il sistema viario del vicus di Arsago Seprio: uno status questionis*, in FACCHINETTI, Grazia; MIEDICO, Cristina, a cura di – *Di città in città. Insediamenti, strade e vie d'acqua da Milano alla Svizzera lungo la Mediolanum-Verbanus*, Arona: Lavrano, pp.62-69.
- MIEDICO, Cristina (2015) – *Sulla Strada per Angera. Viabilità terrestre ed acquatica tra Milano e la Svizzera in età romana*, in FACCHINETTI, Grazia; MIEDICO, Cristina, a cura di – *Di città in città. Insediamenti, strade e vie d'acqua da Milano alla Svizzera lungo la Mediolanum-Verbanus*, Arona: Lavrano, pp.13-28.
- POGGIANI KELLER, Raffaella (2004) – *L'area alpina lombarda nell'età del ferro*, in MARZATICO, Franco; GLEIRSCHER, Paul, a cura di – *Guerrigiani, Principi ed Eroi fra il Danubio e il Po dalla Preistoria all'Alto Medioevo*, (catalogo mostra Trento), Trento: Museo Castello Buonconsiglio, pp. 349-353.
- ROCCO, Marco (2012) – *L'esercito romano tardo antico: persistenze e cesure dai severi a Teodosio I*, Padova: Libreriauniversitaria.it.
- (2011) – *Persistenze e cesure nell'esercito romano dai Severi a Teodosio I: ricerche in ambito socio-politico, istituzionale, strategico*. Padova: Università degli studi di Padova, Tesi di dottorato, Dipartimento di Storia, <<http://paduaresearch.cab.unipd.it/3295/>>.
- SENA-CHIESA, Gemma, a cura di (1990) – *Milano capitale dell'Impero Romano 286-402 d.c.*. Milano: Silvana Editoriale.
- (2014) – *Gli asparagi di Cesare. Studi sulla Cisalpina romana*. Firenze: All'insegna del Giglio.

Opere a carattere enciclopedico:

Dizionario Storico della Svizzera-DSS, Berna 1998-2013. <<http://www.hls-dhs-dss.ch/i/home>>.

Enciclopedia Italiana, Fondazione Treccani, 1929 – . <<http://www.treccani.it/enciclopedia/>>.

Fonti

- De situ civitatis Mediolani*, in Ludovico Antonio Muratori (a cura di), *Rerum Italicarum Scriptores* (RIS), Mediolani, 1725, Vol. I, parte II, pp. 197-227.
- Itinerarium Antonini Augusti et Hierosolymitanum*, a cura di G. Parthey e M. Pinder, Berolini, 1848.
- Notitia Dignitatum et Administrationum tam civilium quam militarium in partibus orientis et occidentis*, a cura di E. Böcking, Bonnae, 1839-1853.
- Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica*, a cura di M. Pinder e G. Parthey, Berolini, 1860.
- Tabula Peutingeriana*: Österreichische Nationalbibliothek – Wien, *Codex Vindobonensis* 324. Riprodotta in <http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost03/Tabula/tab_pe00.html> (giugno 2016).



GENIUS LOCI LUGARES E SIGNIFICADOS PLACES AND MEANINGS

COORD.
LÚCIA ROSAS
ANA CRISTINA SOUSA
HUGO BARREIRA